



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL DA 3.^a REGIÃO (SP/MS)
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.^a REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

São Paulo-SP
2015



JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DA 3.^a REGIÃO (SP/MS)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63/2010, da Decisão Normativa nº 134/2013, alterada pelas Decisões Normativas nº 139/2014 e 143/2015, e da Portaria TCU nº 90/2014, todas do Tribunal de Contas da União, e da Ordem de Serviço nº 59/2014, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região.

UNIDADE JURISDICIONADA RESPONSÁVEL
Tribunal Regional Federal da 3.^a Região

ÓRGÃOS VINCULADOS
Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo
Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul

São Paulo-SP
2015



LISTA DE DIRIGENTES

UNIDADES GESTORAS 090029, 090035, 090047 e 090055 – TRF3R

Cargo: Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nome: Desembargador Federal FÁBIO PRIETO DE SOUZA

Período de gestão: 17/02 a 31/12/2014

Nome: Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA

Período de Gestão: 01/01 a 16/02/2014

Cargo: Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nome: Desembargadora Federal CECÍLIA MARIA PIEDRA MARCONDES

Período de gestão: 17/02 a 31/12/2014

Nome: Desembargadora Federal MARIA SALETTE CAMARGO NASCIMENTO

Período de gestão: 01/01 a 16/02/2014

Cargo: Diretor-Geral do Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Nome: GILBERTO DE ALMEIDA NUNES

Período de gestão: 17/02 a 31/12/2014

Nome: AMELINO RABELO CUSTÓDIO

Período de gestão: 01/01 a 16/02/2014

UNIDADE GESTORA 090017 – JFSP

Cargo: Diretor(a) do Foro da Seção Judiciária de São Paulo

Nome: Juíza Federal GISELLE DE AMARO E FRANÇA

Período de gestão: 18/02 a 31/12/2014

Nome: Juiz Federal PAULO CESAR CONRADO

Período de gestão: 01/01 a 17/02/2014

Cargo: Vice-Diretor(a) do Foro da Seção Judiciária de São Paulo

Nome: Juiz Federal VALDECI DOS SANTOS

Período de gestão: 18/02 a 31/12/2014

Nome: Juíza Federal ALESSANDRA DE MEDEIROS NOGUEIRA REIS

Período: 01/01 a 17/02/2014



Cargo: Diretor da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de São Paulo

Nome: RODRIGO CORRAL CABARCOS FILHO

Período: 01/01 a 31/12/2014

UNIDADE GESTORA 090015 – JFMS

Cargo: Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul

Nome: Juiz Federal HERALDO VITTA PEREIRA

Período: 18/02 a 31/12/2014

Nome: Juiz Federal RENATO TONIASSO

Período: 01/01 a 17/02/2014

Cargo: Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul

Nome: Juiz Federal DALTON IGOR KITA CONRADO

Período: 26/02 a 31/12/2014

Nome: Juiz Federal PEDRO PEREIRA DOS SANTOS

Período: 18/02 a 25/02/2014

Nome: Juiz Federal JEAN MARCOS FERREIRA

Período: 01/01 a 17/02/2014

Cargo: Diretor(a) da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul

Nome: SILVIA APARECIDA SPONDA TRIBONI

Período: 07/02 a 31/12/2014

Nome: MAURO DE OLIVEIRA CAVALCANTE

Período: 01/01 a 06/02/2014



LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ACOM	Assessoria de Comunicação Social do TRF3R
ALIC	Assessoria de Licitação da Presidência do TRF3R
ASOM	Assessoria de Organizações e Métodos do TRF3R
ARP	Ata de Registro de Preços
ART.	Artigo
BB S/A	Banco do Brasil S/A
CATRF3R	Conselho de Administração do TRF3R
CECON	Centrais de Conciliação
CEF	Caixa Econômica Federal
CI	Controle Interno
CF	Constituição Federal
CJF	Conselho da Justiça Federal
CJF3R	Conselho da Justiça Federal da 3ª Região
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CORE	Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região
DFOR	Diretoria do Foro
DILI	Divisão de Compras, Licitações e Contratos do TRF3R
DIRG	Diretoria Geral do TRF3R
DN	Decisão Normativa
EMAG	Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região
GABCON	Gabinete da Conciliação
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISIGI	Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal (e-Jus)
JF	Justiça Federal
JF3R	Justiça Federal da 3ª Região
JFSP	Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo
JFMS	Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul
JEF	Juizado(s) Especial(ais) Federal(ais)
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCTI-JF	Modelo de Contratação de Solução de TI da Justiça Federal
MP	Medida Provisória
MS	Estado de Mato Grosso do Sul
NURE	Núcleo de Recursos Humanos da JFMS
OCI	Órgão de Controle Interno
OS	Ordem de Serviço
PAA	Plano Anual de Auditorias
PALP	Plano de Auditorias de Longo Prazo
PDTI	Plano Diretor de TI
PE	Planejamento Estratégico
PEJF	Planejamento Estratégico da Justiça Federal
PETI	Planejamento Estratégico de TI
PJe	Processo Judicial Eletrônico
PPA	Plano Plurianual
PORT	Portaria
PRC	Precatório
PRES	Presidência
PROV	Provimento



RCAT	Seção de Controle de Atos de Pessoal do TRF3R
RES	Resolução
RH	Recursos Humanos
RI	Regimento Interno
RP	Restos a Pagar
RPV	Requisição de Pequeno Valor
SADI	Secretaria da Administração do TRF3R
SADM	Secretaria Administrativa
SCAJ	Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça do TRF3R
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEGE	Secretaria de Gestão de Pessoas do TRF3R
SETI	Secretaria de TI do TRF3R
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SJMS	Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul
SJSP	Seção Judiciária de São Paulo
SOFI	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do TRF3R
SP	Estado de São Paulo
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SSEG	Secretaria de Segurança Institucional do TRF3R
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRF	Tribunal (ais) Regional (ais) Federal (ais)
TRF3R	Tribunal Regional Federal da Terceira Região
TR	Turma(s) Recursal(ais)
TRU	Turma Regional de Uniformização
TNU	Turma Nacional de Uniformização
UBAS	Subsecretaria do Pró-Social, Benefícios e Assistência à Saúde do TRF3R
UCON	Subsecretaria de Controle Interno do TRF3R
UDOC	Subsecretaria de Documentação e Divulgação do TRF3R
UG	Unidade Gestora
UGE	Unidade Gestora Executora
UGEP	Subsecretaria de Gestão de Pessoas da JFSP
UJ	Unidade Jurisdicionada
UMAD	Subsecretaria de Materiais, Arquivo e Depósito Judicial da JFSP
UMAT	Subsecretaria de Material e Patrimônio do TRF3R
UMIN	Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura da JFSP
UO	Unidade Orçamentária
URL	Localizador-Padrão de Recursos (<i>Uniform Resource Locator</i>)



LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS
(conforme a ordem do Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2014)

Quadro A.1.1.1	Identificação da UJ – Relatório de gestão individual
Tabela 1	Ações planejadas no PAA do exercício de 2014 (RES PRES/TRF3R nº 372/2013)
Gráfico 1	Avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas nos exercícios de 2013 e 2014
Tabela 2	Indicador: Taxa de efetividade das propostas de encaminhamento
Tabela 3	Análise dos resultados dos indicadores do PEJF
Tabela 4	Análise dos resultados dos indicadores do PETI
Tabela 5	Quadro de pessoal da CORE
Quadro A.2.4	Avaliação do sistema de controles internos da UJ
Tabela 6	Quadros gerenciais e estatísticos da Ouvidoria-Geral da JF3R
Gráfico 2	Comparativo de expedientes por tipo de solicitação – 2013-2014
Gráfico 3	Comparativo da progressão por número de solicitações – 2008 a 2014
Gráfico 4	Mapa estratégico da Justiça Federal – 2010-2014
Tabela 7	Identificação dos programas de governo constantes do PPA
Quadro A.5.2.3.1	Ações de responsabilidade da UJ – OFSS
Tabela 8	Dados gerenciais da ação orçamentária 2004 – TRF3R
Quadro A.5.2.3.3	Ações não previstas na LOA 2014 - Restos a pagar – OFSS
Gráfico 5	Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional do PEJF
Gráfico 6	Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional do PETI
Tabela 9	Ações de capacitação de servidores de TI no exercício de 2014
Tabela 10	Resultados em relação às metas fixadas pelo CNJ
Tabela 11	Pré proposta 2014 com LOA 2014
Tabela 12	Projetos PLOA 2014
Quadro A.6.2	Despesas com publicidade
Quadro A.6.3	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
Quadro A.6.4	Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores
Quadro A.6.6.1	Concessão de suprimento de fundos
Quadro A.6.6.2	Utilização de suprimento de fundos
Quadro A.6.6.3	Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência
Gráfico 7	Comparativo das despesas realizadas por meio de suprimento de fundos
Quadro A.7.1.1.1	Força de trabalho da UJ
Quadro A.7.1.1.2	Distribuição da lotação efetiva
Quadro A.7.1.1.3	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
Tabela 13	Força de trabalho por faixa etária
Tabela 14	Força de trabalho por nível de escolaridade
Tabela 15	Tipos de afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível no TRF3R
Tabela 16	Total de servidores capacitados nas competências estratégicas
Quadro A.7.2.4	Composição do quadro de estagiários
Tabela 17	Demonstrativo anual do FUNPRESP-JUD
Tabela 18	Média anual de quilômetros rodados e idade média da frota por grupo de veículos e custos associados à manutenção da frota
Quadro A.8.2.1	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União
Quadro A.8.2.2.2	Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ
Quadro A.8.3	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros
Quadro A.10.1	Aspectos da gestão ambiental
Quadro A.11.1.1	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício



Quadro A.11.1.2	Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro A.11.2.1	Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno
Quadro A.11.2.2	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro A.11.3	Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR
Quadro A.12.4.1	Declaração do contador afirmativa da fidedignidade das demonstrações contábeis
Tabela 19	Quadros de JEF e TR da 3ª Região
Tabela 20	Processos em tramitação e percentual de julgamento no JEF
Tabela 21	Processos distribuídos nas TR
Tabela 22	Quadro de audiências de conciliação
Tabela 23	Acordos em matéria previdenciária nos processos do segundo grau
Tabela 24	IX Semana Nacional de Conciliação



LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

(conforme a ordem do Anexo ao Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2014)

Anexo I	Quadro de vagas de magistrados da JF3R e Quadro de varas por subseção judiciária
Anexo II	Teto orçamentário – JF3R
Anexo III	Organograma funcional
Anexo IV	Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
Anexo V	Quadro A.1.4 – Macroprocessos finalístico
Anexo VI	Organograma de governança
Anexo VII	Item 2.2.3.2. Trabalhos mais relevantes da unidade de auditoria interna, principais constatações e providências adotadas pela gestão da UJ
Anexo VIII	Organograma da unidade de CI do TRF3R
Anexo IX	Item 3.6.1. Acessibilidade física às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
Anexo X	Vinculação do PE da UJ com o plano plurianual – PPA
Anexo XI	Matriz estratégica JF – 2015-2020
Anexo XII	Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS
Anexo XIII	Portfólio de projetos estratégicos da JF 2015 (aprovado pela RES CJF 2014/00313)
Anexo XIV	Quadro A.5.4 – Indicadores de desempenho
Anexo XV	Quadro A.6.1.1 – Programação de despesas
Anexo XVI	Ação 4257 Julgamento de causas – Subtítulo 0008 – Modernização tecnológica e gestão da informação – MTGI
Anexo XVII	Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa
Anexo XVIII	Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa
Anexo XIX	Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos originários – Total
Anexo XX	Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Total
Anexo XXI	Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos de movimentação
Anexo XXII	Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação
Anexo XXIII	Execução orçamentária do exercício de 2014 (consolidado JF3R)
Anexo XXIV	Quadro A.6.8.1.1 – Precatórios – Administração direta
Anexo XXV	Quadro A.6.8.1.2 – RPV – Administração direta
Anexo XXVI	Quadro A.6.8.2.1 – Precatórios – Administração indireta
Anexo XXVII	Quadro A.6.8.2.2 – RPV – Administração indireta
Anexo XXVIII	Item 7.1.2 – Qualificação e capacitação da força de trabalho
Anexo XXIX	Quadro A.7.1.3 – Custos do Pessoal
Anexo XXX	Item 7.1.6 – Indicadores gerenciais sobre recursos humanos
Anexo XXXI	Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
Anexo XXXII	Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
Anexo XXXIII	Item 7.3 - Desoneração da folha de pagamento (Detalhamento dos contratos vigentes e encerrados – consolidado JF3R)
Anexo XXXIV	Quadro 8.1.1.c – Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ
Anexo XXXV	Quadro comparativo – locação x aquisição de veículos
Anexo XXXVI	Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da



	UJ, exceto imóvel funcional
Anexo XXXVII	Catálogo de sistemas disponibilizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI)
Anexo XXXVIII	Quadro A.9.1 – Contratos na Área de TI em 2014
Anexo XXXIX	Quadro A.10.2 – Relação dos contratos e termos congêneres com critérios de sustentabilidade ambiental
Anexo XL	Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV
Anexo XLI	Item 13 – Outras informações sobre a gestão (13.5.2 – Contrato nº 01.012.10.2008)
Anexo XLII	Item 13.6 – Recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária (art. 4º da RES CNJ nº 154/2012 e RES CJF nº 295/2014)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS

1.1 – Identificação da UJ

1.1.1 – Relatório de gestão individual

1.2 – Finalidade e competências institucionais da UJ

1.2.1 – Atuação da unidade frente aos objetivos traçados para o exercício de 2014

1.3 – Organograma funcional

1.4 – Macroprocessos finalísticos

2 – INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 – Estrutura de governança

2.2 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna

2.2.1 – Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades descentralizadas

2.2.2 – Informações quantitativas e qualitativas das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de 2014

2.2.3 – Demonstração da execução do PAA do exercício de 2014

2.2.3.1 – Avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas nos exercícios de 2013 e 2014

2.2.3.2 – Trabalhos mais relevantes, principais constatações e providências adotadas pela gestão da UJ

2.2.3.3 – Relação entre a quantidade de recomendações feitas pela unidade de auditoria e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

2.2.4 – Redesenhos efetuados na estrutura organizacional da unidade de auditoria e ganhos operacionais deles decorrentes

2.2.5 – Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da UJ

2.3 – Sistema de correição

2.3.1 – Finalidade e competências institucionais

2.3.2 – Estrutura organizacional

2.3.3 – Quadro de pessoal

2.3.4 – Resultados do exercício de 2014

2.3.5 – Cumprimento pela instância de correição da PORT CGU nº 1.043/2007

2.4 – Avaliação do funcionamento dos controles internos

2.4.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ

2.4.2 – Relatório de Auditoria nº 0483816/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD

2.5 – Remuneração paga a administradores

3 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 – Canais de acesso ao cidadão

3.1.a – Canais de acesso do cidadão à unidade jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc

3.1.b – Dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/ encaminhamento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados, inclusive frente a dados registrados em exercícios anteriores

3.1.c – Alterações dos procedimentos adotados pela UJ decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso

3.2 – Carta de serviços ao cidadão



- 3.3 – Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços
- 3.4 – Acesso às informações da UJ
- 3.5 – Avaliação do desempenho da UJ
- 3.6 – Medidas relativas à acessibilidade
- 3.6.1 – Acessibilidade física às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
- 3.6.2 – Acessibilidade nos sítios da internet da UJ

4 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

- 4.1 – Planejamento da unidade
- 4.1.1 – Descrição sintética dos planos estratégico, tático e/ou operacional que orientam a atuação da UJ
- 4.1.2 – Vinculação do plano com as competências constitucionais, legais ou normativas da UJ
- 4.1.3 – Contextualização da estratégia
- 4.1.4 – Vinculação do plano com os programas do Plano Plurianual
- 4.1.5 – Principais objetivos estratégicos traçados para a UJ para o exercício de 2014
- 4.1.6 – Riscos identificados para alcance dos objetivos estratégicos e as estratégias adotadas
- 4.1.7 – Estratégias, adequações nas estruturas da UJ e principais ações planejadas para atingir, no exercício de 2014, os objetivos estratégicos estabelecidos
- 4.2 – Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
- 4.2.1 – Programa temático
- 4.2.2 – Objetivo
- 4.2.3 – Ações
- 4.2.3.1 – Ações – OFSS
- 4.2.3.2 – Ações/Subtítulos - OFSS
- 4.2.3.2.a – Informações sobre as ações subtítulos - OFSS
- 4.2.3.3 – Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a pagar não processados - OFSS
- 4.2.3.4 – Ações – Orçamento de investimento - OI
- 4.3 – Informações sobre custos de produtos e serviços
- 4.4 – Informações sobre indicadores de desempenho operacional
- 4.4.1 – Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional
- 4.4.1.1 – Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional do PEJF
- 4.4.1.2 – Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional do PETI
- 4.4.1.3 – Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional do PDTI
- 4.5 – Informações sobre outros resultados da gestão
- 4.5.1 – Resultados em relação às metas fixadas pelo CNJ
- 4.5.2 – Resultados previstos para outros exercícios, para os quais concorreram parte dos esforços da gestão empreendidos em 2014

5 – GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

6 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- 6.1 – Programação e execução das despesas
- 6.1.1 – Programação das despesas
- 6.1.1.1 – Análise crítica
- 6.1.1.1.a – Compatibilidade das dotações com as necessidades da UJ
- 6.1.1.1.b – Créditos extraordinários
- 6.1.1.1.c – Créditos adicionais
- 6.1.1.1.d – Outras disponibilizações
- 6.1.2 – Movimentação de créditos interna e externa
- 6.1.3 – Realização de despesa
- 6.1.3.1 – Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Total



- 6.1.3.2 – Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Executados diretamente pela UJ
- 6.1.3.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Total
- 6.1.3.4 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Valores executados diretamente pela UJ
- 6.1.3.5 – Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de movimentação
- 6.1.3.6 – Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação
- 6.1.3.7 – Análise crítica da realização da despesa
- 6.2 – Despesas com ações de publicidade e propaganda
- 6.3 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
 - 6.3.1 – Análise crítica
- 6.4 – Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores
 - 6.4.1 – Análise crítica
 - 6.4.2 – Relatório de Auditoria nº 0482951/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD
- 6.5 – Transferências de recursos
 - 6.5.1 – Integridade das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal
- 6.6 – Suprimento de fundos
 - 6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos
 - 6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos
 - 6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos
 - 6.6.4 – Análise crítica
- 6.7 – Renúncias sob a gestão da UJ
- 6.8 – Gestão de precatórios
 - 6.8.1 – Precatórios e RPV da administração direta
 - 6.8.2 – Precatórios e RPV da administração indireta
 - 6.8.3 – Análise crítica

7 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

- 7.1 – Estrutura de pessoal da UJ
 - 7.1.1 – Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da UJ
 - 7.1.1.a – Quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da UJ
 - 7.1.1.b – Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados
 - 7.1.1.c – Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível
 - 7.1.1.d – Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UJ
 - 7.1.2 – Qualificação e capacitação da força de trabalho
 - 7.1.3 – Custos de pessoal da UJ
 - 7.1.4 – Irregularidade na área de pessoal
 - 7.1.4.1 – Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos
 - 7.1.4.1.a – Controles internos implementados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos; periodicidade de revisão e propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência
 - 7.1.4.1.b – Existência e quantitativo de servidores e magistrados que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da UJ e providências adotadas para regularizar a situação, tomando-se como parâmetro o art. 133, da Lei 8.112/1990.
 - 7.1.4.1.c – Relatório de Auditoria nº 0483816/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD, item 3.4
 - 7.1.4.2 – Terceirização irregular de cargos
 - 7.1.5 – Riscos identificados na gestão de pessoas
 - 7.1.6 – Indicadores gerenciais sobre recursos humanos



- 7.2 – Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários
 - 7.2.1 – Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância
 - 7.2.2 – Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão
 - 7.2.3 – Análise crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2
 - 7.2.4 – Contratação de estagiários
- 7.3 – Revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012
 - 7.3.1 – Identificação dos contratos que envolvem serviços de TI e de construção civil, vigentes nas datas de início da desoneração da folha de pagamento, a saber
 - 7.3.2 – Análise de fatores que obstaram a incidência da desoneração
 - 7.3.3 – Formalização da revisão determinada pelo Acórdão TCU 2.859/2013-Plenário e Ofício-Circular SG-SCI-CNJ 264//2014
 - 7.3.4 – Atualização monetária, juros moratórios e parcelamento dos débitos
 - 7.3.5 – Situação atual
- 7.4 - Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de Previdência Complementar
 - 7.4.1 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas
 - 7.4.2 – Demonstrativo anual
 - 7.4.3 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal
 - 7.4.4 – Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar
 - 7.4.5 – Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional
 - 7.4.6 – Conclusões contidas no relatório da auditoria independente
 - 7.4.7 – Demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários, e conclusão do último estudo atuarial
 - 7.4.8 – Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001

8 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

- 8.1 – Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros
 - 8.1.1 – Frota de veículos automotores de propriedade da UJ
 - 8.1.1.a – Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos
 - 8.1.1.b – Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ
 - 8.1.1.c – Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ
 - 8.1.1.d – Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação por grupo (RES CJF nº 99/2010, 157/2011, 197/2012 e 258/2013)
 - 8.1.1.e – Idade média da frota, por grupo de veículos
 - 8.1.1.f – Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)
 - 8.1.1.g – Plano de substituição da frota
 - 8.1.1.h – Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação
 - 8.1.1.i – Estrutura de controles de que o TRF3R dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte
 - 8.1.2 – Frota de veículos automotores a serviço da UJ, mas contratada de terceiros
- 8.2 – Gestão do patrimônio imobiliário
 - 8.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial
 - 8.2.2 – Imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional
 - 8.2.2.1 – Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional



- 8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União
- 8.2.3 – Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ
- 8.2.4 – Análise crítica
- 8.3 – Bens imóveis locados de terceiros
- 8.3.1 – Análise crítica

9 – GESTÃO DA TI

- 9.1 – Informações sobre a gestão de TI
- 9.2 – Relação dos sistemas computacionais e a função de cada um deles
- 9.3 – Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas
- 9.4 – Contratos de TI que vigoram no exercício de 2014

10 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 10.1 – Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

11 – ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 11.1 – Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU
 - 11.1.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício
 - 11.1.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício
- 11.2 – Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno – OCI
 - 11.2.1 – Recomendações do Órgão de Controle Interno atendidas no exercício
 - 11.2.2 – Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício
- 11.3 – Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93
 - 11.3.1 – Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93
 - 11.3.2 – Situação do cumprimento das obrigações
 - 11.3.2.1 – Atividade de acompanhamento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/1993
 - 11.3.2.2 – Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR
 - 11.3.2.3 – Unidades internas incumbidas de gerenciar a recepção das DBR
 - 11.3.2.4 – Existência de sistema informatizado para gerenciamento da DBR
 - 11.3.2.5 – Forma de recepção das DBR
 - 11.3.2.6 – Análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida
 - 11.3.2.7 – Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações
 - 11.3.3 – Relatório de Fiscalização DAUD 0486145
- 11.4 – Medidas adotadas em caso de dano ao Erário

12 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 12.1 – Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
 - 12.1.1 – Depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos
 - 12.1.1.a – Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10
 - 12.1.1.b – Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo
 - 12.1.1.c – Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão
 - 12.1.1.d – Taxas utilizadas para os cálculos
 - 12.1.1.e – Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos



créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

12.1.1.f – Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10 T sobre o resultado apurado pela UJ no exercício

12.2 – Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

12.3 – Conformidade contábil

12.3.a – Descrição do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UJ

12.3.b – Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício

12.3.c – Descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização

12.4 – Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

12.4.1 – Declaração plena

12.4.2 – Declaração com ressalva

12.5 – Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela RES CFC nº 1.133/2008

12.6 – Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

12.7 – Composição acionária das empresas estatais

12.8 – Relatório de auditoria independente

13 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 – Vice-Presidência do TRF3R

13.2 – Escola de Magistrados da JF3R

13.3 – Juizados Especiais Federais da 3ª Região

13.4 – Gabinete da Conciliação e Centrais de Conciliação

13.5 – Contratos celebrados com instituições financeiras oficiais (RES CJF nº 74/2009)

13.5.1 – Contratos 10.001.10.2009 e 10.002.10.2009

13.5.2 – Contrato nº 01.012.10.2008

13.6 – Recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária (art. 4º da RES CNJ nº 154/2012 e RES CJF nº 295/2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS E APÊNDICES



INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Justiça Federal da 3ª Região do exercício de 2014, foi constituído de forma consolidada, de acordo com a IN nº 63/2010, DN nº 134/2013, alterada pelas DN nº 139/2014 e 143/2015, e PORT nº 90/2014, todas do TCU.

Na organização dos conteúdos do Relatório, seguiram-se os critérios originais estabelecidos na PORT TCU nº 90/2014, migrando-se, para a estrutura do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) os subitens que transitaram de capítulos.

Estão contemplados no Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2014, a Parte A do Anexo II da DN TCU nº 134/2013; o item 63 da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 134/2013 (remanejado para o item 7.4, consoante exposto no art. 5º da DN TCU nº 143/2015 e como forma de organizar a apresentação do conteúdo do Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2014, de acordo com a estrutura definida pelo Sistema e-Contas), bem assim as seguintes informações: lista de dirigentes da JF3R; informações de identificação e atributos da UJ; finalidade e competências institucionais; atuação da unidade frente aos objetivos traçados para o exercício de 2014; organograma funcional; macroprocessos finalísticos da JF3R; estrutura de governança; informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna; estrutura e atividades do sistema de correição; avaliação do funcionamento do sistema de controles internos; relacionamento com a sociedade; planejamento estratégico, programação orçamentária e financeira e resultados alcançados; informações sobre outros resultados gerados pela gestão; execução das despesas orçamentárias e financeiras; despesas com ações de publicidade e propaganda; reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores; informações dos contratos nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal (declaração de inserção e atualização de dados no SIASG); aplicação de suprimimento de fundos; gestão de precatórios e requisições de pequeno valor; gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados; contratação de estagiários; informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento; unidades jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de previdência complementar; gestão da frota de veículos oficiais e do patrimônio imobiliário; gestão da TI e do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental; deliberações do TCU atendidas e pendentes de atendimento ao final do exercício; recomendações do órgão de CI atendidas e pendentes de atendimento ao final do exercício; cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93; critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, abrangendo a depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos; apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas; declaração do contador responsável pela UJ atestando a conformidade das Demonstrações Contábeis; outras informações sobre a gestão, incluindo informações relativas à Vice-Presidência do TRF3R, à Escola de Magistrados da JF3R, aos JEF, Gabinete da Conciliação e às Centrais de Conciliação da 3ª Região; informações sobre os contratos celebrados com instituições financeiras oficiais (RES CJF nº 74/2009) e sobre os recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária (art. 4º da RES CNJ nº 154/2012 e RES CJF nº 295/2014).

Os itens 2.5, 6.7, 12.5, 12.6, 12.7 e 12.8 da PORT TCU nº 90/2014 (remuneração paga a administradores; renúncias sob a gestão; demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela RES CFC nº 1.133/2008; demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976; composição acionária das empresas estatais e relatório de auditoria independente) não se aplicam à UJ, por força do disposto no Quadro A1 – Relacionamento entre as unidades jurisdicionadas e os conteúdos gerais do relatório de gestão, da DN TCU nº 134/2013.

Os itens 4.2.1 – Programas temáticos; 4.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA; 4.2.3.4 – Ações orçamento de investimento – OI; 6.1.3.2 – Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Executados Diretamente pela UJ; 6.1.3.4 - Despesas por grupo e elemento de



despesa – Créditos originários – Valores executados diretamente pela UJ; 6.5 – Transferência de recursos; 6.5.1 – Integridade das informações dos convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal (item 11.5 da PORT TCU nº 90/2014 – Alimentação SICONV); 7.1.4.2 – Terceirização irregular de cargos; 8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da união sob responsabilidade da UJ (quanto ao TRF3R e à JFMS); 8.2.3 – Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ; 11.4 – Medidas adotadas em caso de dano ao Erário, da PORT TCU nº 90/2014, não obstante se apliquem à natureza da UJ, não possuem conteúdo a ser declarado no exercício de 2014.

Quanto ao Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) houve exclusão do item 4 (Ambiente de Atuação) e, em relação ao item 5 (Gestão de fundos do contexto de atuação da unidade), não se aplica à realidade da UJ, que não atua na gestão de fundos.



1 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS

1.1 – Identificação da UJ

1.1.1 – Relatório de gestão individual

QUADRO A.1.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

TRF3R

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: CJF		Código SIORG: Não se aplica	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Tribunal Regional Federal da 3ª Região			
Denominação Abreviada: TRF 3ª Região			
Código SIORG: Não se aplica		Código LOA: 12104	Código SIAFI: 090029
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 59.949.362/0001-76	
Principal Atividade: Justiça Federal			Código CNAE: 8423-0/00
Telefones/Fax de contato:	(11) 3012-1471	(11) 3012-1480	PABX: (11) 3012-1000
Endereço Eletrônico: presidencia@trf3.jus.br			
Página na Internet: http://www.trf3.jus.br			
Endereço Postal: Avenida Paulista, nº 1.842 – Torre Sul – Bela Vista – CEP: 01310-936 – São Paulo/SP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Arts. 106 a 109 da CF. Art. 27, §§ 6º e 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF 1988. Lei nº 7.727 de 09/1/1989. Lei nº 11.798 de 29/10/2008.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
RI do TRF3R, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 14/4/1992, Caderno 1, págs. 74/85; Emendas Regimentais nºs 1 a 14 e Assentos Regimentais nºs 1/1999; 2/1999; 3/2000 e 4/2003.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Nome da Publicação: CLIPPING ON-LINE, disponível em: http://web.trf3.jus.br/noticias/clippingonline/edicao/exibirultimasedicoes			
Nome da Publicação: DIÁRIO ELETRÔNICO, disponível em: http://web.trf3.jus.br/diario			
Nome da Publicação: PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS, disponível em: http://www2.trf3.jus.br/intranet/index.php?id=376 http://sei.trf3.jus.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_pesquisar&id_orgao_publicacao=0			
Nome da Publicação: JORNAL, disponível em: http://www2.trf3.jus.br/intranet/index.php?id=1435			
Nome da Publicação: JORNAL EMAG@ZINE, disponível em: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1245			
Nome da Publicação: Notícias, disponível em: http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/ExibirUltimasNoticias			
Nome da Publicação: Via Legal, disponível em: http://web.trf3.jus.br/noticias/vialegal/noticia/exibirultimasnoticias			
Nome da Publicação: TRF3 em Revista, disponível em: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2296			
Nome da Publicação: REVISTA ACADÊMICA, disponível em: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1578			
Nome da Publicação: REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (publicação trimestral, a partir de julho/2012), São Paulo, SP – Brasil, 2008 - ISSN 1982-1506 disponível em: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=984			
Nome da Publicação: REVISTA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL, disponível em: http://revistaweb.trf3.jus.br/lpbin22/lpext.dll?f=templates&fn=main-h.htm&2.0			
Nome da Publicação: REVISTA EMAG@ZINE, disponível em: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1579			
Nome da Publicação: BOLETIM EMAG ON-LINE, disponível em http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1725			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
090035	Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Orçamentária		
090029	Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Executora		
090055	Escola de Magistrados da Justiça Federal – 3ª Região - Executora		



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

090047	Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Executora - Sentenças Judiciais
090017	Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo - Executora
090015	Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul - Executora
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
090035 / 090029 / 090055 / 090047 / 090017 / 090015	00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
12101	Justiça Federal de Primeiro Grau

JFSP

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Judiciário		
Órgão de Vinculação: Tribunal Regional Federal da 3ª Região		Código SIORG: Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo		
Denominação Abreviada: JFSP		
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: 12101	Código SIAFI: 090017
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: 05.445.105/0001-78	
Principal Atividade: Processar e julgar as ações propostas contra a União, autarquias federais e empresas públicas federais ou em que estas figuram como autoras.		Código CNAE: 8423-0
Telefones/Fax de Contato: (11) 2172-6199		
Endereço Eletrônico: faleconosco@jfsp.trf3.br e diretorforo@trf3.jus.br		
Página na Internet: http://www.jfsp.jus.br		
Endereço Postal: Rua Peixoto Gomide, 768 – Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP 01409-903 (Sede Administrativa)		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
CF – artigos 106 a 109		
Lei 5010/66 – Organiza a Justiça Federal de primeira instância		
Lei nº 12.011/2009 – criação de novas varas federais		
Lei nº 10.772/2003 – criação de novas varas federais		
Lei nº 10.259/2001 – dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da JF		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
As normas infralegais relacionadas e estrutura das unidades administrativas e judiciárias que compõem a Justiça JFSP estão disponibilizadas no link “Fóruns e Juizados”, URL: www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=71 e www.jfsp.jus.br/atos-normativos .		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
No link “Imprensa” de nossa internet consta uma série de produtos e serviços disponibilizados ao público, dentre eles a TV-Corporativa (canal criado com intuito de promover transparência pública da instituição, por meio da divulgação de vídeos com conteúdo jornalístico, informativo e educacional) e a Justiça em Revista (publicação bimestral para divulgar matérias de interesse dos magistrados, servidores, advogados e população).		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
090035	Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Orçamentária	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
090017		00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
12104	Tribunal Regional Federal da 3ª Região	



JFMS

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Judiciário		
Órgão de Vinculação: Tribunal Regional Federal da 3ª Região		Código SIORG: não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul		
Denominação Abreviada: JFMS		
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: 12101	Código SIAFI: 090015
Natureza Jurídica: Órgão Público	CNPJ: 05.422.922/0001-00	
Principal Atividade: Processar e julgar as ações propostas contra a União, autarquias federais e empresas públicas federais ou em que estas figuram como autoras.		Código CNAE: 8423-0/00
Telefones/Fax de contato: (67) 3320-1100; (67) 3320-1240 e (67) 3320-1272		
Endereço Eletrônico: cgrande_sadm@trf3.jus.br		
Página na Internet: http://www.jfms.jus.br		
Endereço Postal: R. Delegado Carlos Roberto B. de Oliveira, 128, Parque dos Poderes, CEP 79037-102, Campo Grande/MS		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
CF – artigos 106 a 109		
Lei nº 5.010/66 – Organiza a Justiça Federal de primeira instância		
Lei nº 12.011/2009 – criação de novas varas federais		
Lei nº 10.772/2003 – criação de novas varas federais		
Lei nº 10.259/2001 – dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da JF		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
-		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
-		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
090035	Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Orçamentária	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
090015		00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
12104	Tribunal Regional Federal da 3ª Região	

1.2 – Finalidade e competências institucionais da UJ

(Fonte: ASOM, ACOM, SCAJ, Gabinete da Coordenadoria do JEF e Gabinete da Conciliação)

A JF foi criada por meio do Decreto nº 848, de 11/10/1890, editado à mesma época em que nascia a República – que instituiu o sistema federativo –, mas foi institucionalizada somente em 1891, com a primeira Constituição Republicana.

O Poder Judiciário nacional, com o referido Decreto, passou a ser constituído pela JF e pelos juízes de Direito e Tribunais dos estados. À União coube dispor sobre o que se denominou "processo federal" (título III do Decreto nº 848/1890), que se aplicava aos crimes sujeitos à jurisdição federal — ou seja, de competência da JF —, incluindo aqueles de responsabilidade dos empregados públicos. Instaurava-se, desse modo, o dualismo do processo em nosso ordenamento.

Hoje, à JF compete processar e julgar as causas em que a União, suas entidades autárquicas e empresas públicas federais figurem como interessadas na condição de autoras ou rés, além de outras questões de interesse da Federação previstas na CF.



O TRF3R é um dos cinco TRF criados pelo art. 27, §§ 6º e 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF de 1988. Sua composição inicial foi prevista na Lei nº 7.727/1989 e sua instalação ocorreu no dia 30/3/1989. A RES nº 01/1988 do Tribunal Federal de Recursos estabeleceu como sede do TRF3R a cidade de São Paulo, com exercício da jurisdição sobre as Seções Judiciárias dos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul.

A JF3R, quanto aos órgãos, é composta pelo TRF3R e pelos Juízes Federais (art. 106 da CF). O TRF3R está sediado em SP, sendo composto por 43 Desembargadores Federais, escolhidos dentre Juízes Federais de primeira instância, membros do Ministério Público e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, nomeados pelo Presidente da República, nos termos da CF. A estrutura organizacional do TRF3R está descrita no RI/TRF3R, publicado no DOE de SP, em 14/04/1992, Caderno 1, página 74/85, acompanhado dos textos das Emendas Regimentais 01 a 14 e dos Assentos Regimentais 1/99; 2/99; 3/200 e 4/2003, e da JF de 1º Grau da 3ª Região, nas RES CJF3R 79/2009, 371/2009, 399/2010 e 449/2011.

Os 43 Desembargadores Federais vitalícios do TRF3R compõem 11 Turmas, 4 Seções, o Órgão Especial e o Plenário.

Há, na JF de 1º Grau, 488 cargos de Juízes Federais criados, estando 351 providos e 137 vagos.

O TRF3R tem como competência básica prestar tutela jurisdicional de acordo com as atribuições e nos limites que lhe são outorgados pela CF, conforme disposto em seu art. 108.

Quanto aos Juízes Federais, suas competências estão descritas no art. 109 da CF.

A JFSP é constituída por 142 Varas comuns, 11 Varas Federais com Juizado Cível e Criminal Adjunto, 01 Vara Previdenciária com Juizado Cível e Criminal Adjunto e 47 Varas-Gabinete (fonte: <http://www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/NUOM/ujcompetencias.pdf>).

A JFMS possui 11 Varas com competência ampla, 1 Vara de Execuções Fiscais, 2 Varas Criminais, 2 JEF autônomos, 2 Varas-Gabinete, 8 JEF Criminais Adjuntos e 1 TR com competência cumulativa (fonte: <http://www.jfms.jus.br/>).

No que tange aos JEF, foram instituídos pela Lei nº 10.259/2001, com competências fixadas nos arts. 2º e 3º da mesma Lei.

O Gabinete da Conciliação e as Centrais de Conciliação compõem a estrutura da Conciliação na JF3R, funcionando, respectivamente, como Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

Ao GABCON competem as atribuições do art. 7º da RES CNJ nº 125/2010, bem como a gestão e as providências administrativas necessárias ao bom funcionamento do Programa de Conciliação da 3ª Região. Às CECON competem, entre outras atribuições, aquelas estabelecidas no art. 8º da RES CNJ nº 125/2010, sobretudo a execução das ações estabelecidas pelo GABCON.

Os quadros de vagas de magistrados e de Varas por Subseção constam do Anexo I, deste Relatório de Gestão.

1.2.1 – Atuação da unidade frente aos objetivos traçados para o exercício de 2014

(Fonte: Presidência, Vice-Presidência, DIRG, ACOM, ASOM, JEF, GABCON, EMAG, Gabinete da Revista, Núcleo de Organização e Métodos/JFSP, NURE/JFMS)

As principais realizações da gestão no exercício de 2014 foram desenvolvidas e implementadas no intuito de cumprir os objetivos e metas fixados nas Leis de Orçamento e no PEJF para o quinquênio de 2010/2014, unificado em julho/2012, pela RES CJF nº 194/2012, e adequado pela RES PRES/TRF3R nº 100/2012, em consonância com o Mapa Estratégico da JF e com as Metas Prioritárias fixadas pelo CNJ.

Houve dificuldades que impactaram a execução dos trabalhos ao longo do exercício, especialmente relativas ao quadro de pessoal deficitário, frente às demandas de trabalho das áreas administrativas e judiciais, assim como ao teto orçamentário aprovado na LOA, reduzindo, na média, 33,86% do valor da proposta orçamentária originária, conforme Anexo II, deste Relatório de



Gestão.

Não obstante, colhem-se resultados positivos da gestão no exercício de 2014, que priorizou as ações voltadas à promoção do interesse público primário e efetividade da prestação jurisdicional, pela utilização compatível dos recursos orçamentários com as metas planejadas, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade na gestão pública, cujos resultados estão comprovados pelo número de processos julgados em 2014, qual seja, 803.590, representando aumento de 14,29% em relação ao número de processos julgados no exercício de 2013 (703.080).

Dentre as realizações do exercício de 2014, destacam-se:

⇒ Nomeação de quatro novos desembargadores do quadro do TRF3R, consoante Decretos da Presidenta da República de 19/11/2014, publicados no Diário Oficial da União de 20/11/2014, Seção 2, págs. 1-2;

⇒ Conclusão do XVII Concurso Público para provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da Terceira Região (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3162>) e nomeação dos candidatos aprovados (Ato nº 12324, de 20/5/2014);

⇒ Abertura de Concurso de Promoção e Remoção Interna de Juiz Federal Substituto (Edital conjunto, 361ª Sessão Ordinária do CJF3R, realizada em 17/9/2014, divulgado no Diário Eletrônico da JF3R de 22/9/2014) (Processo SEI 0014494-13.6.2014.4.03.8000);

⇒ Nomeações de novos servidores, aprovados no concurso público para provimento de vagas do quadro de pessoal da JF3R (Atos 12584/2014, 12583/2014, 12561/2014, 12560/2014, 12556/2014, 12555/2014, 12543/2014, 12526/2014, 12495/2014, 12493/2014, 12492/2014, 12491/2014, 12490/2014, 12468/2014, 12467/2014, 12466/2014, 12446/2014 e 12445/2014);

⇒ Instalação das 1ª e 4ª Seções do TRF3R, com as suas respectivas Turmas (1ª, 2ª, 5ª e 11ª Turmas) (RES CATRF3 nº 493/2014 e RES PRES TRF3R nº 392/2014);

⇒ Cumprimento da meta de implantação de 43 Varas Federais, destinadas à JFSP e à JFMS, decorrentes da Lei nº 12.011/2009, relatado no item 4.2.3.1 (Ação Orçamentária 3755), deste Relatório de Gestão;

⇒ Fixação da competência exclusiva da 10ª Vara Federal Criminal da 1ª Subseção Judiciária de São Paulo, para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos ou valores deles decorrentes, além dos demais processos e incidentes relativos a essa matéria (PROV CJF3R nº 417/2014);

⇒ Aprovação do cronograma de implantação do Processo Judicial Eletrônico (RES PRES TRF3R nº 394/2014, alterada pela RES TRF3R nº 405/2014) e instituição, no âmbito da JF3R, do Comitê Gestor Regional de Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje (PORT PRES TRF3R nº 7.489/2014, alterada pela PORT PRES TRF3R nº 7.663/2014);

⇒ Implantação da IN 31-03, referente à Uniformização Procedimental das Unidades Processantes do TRF3R, a fim de otimizar os trabalhos afetos às partes, aos advogados, procuradores e servidores (RES CATRF3 nº 495/2014);

⇒ Continuidade da execução do projeto de Sustentação Oral a distância e implantação do Sistema de Solicitação de Sustentação Oral e Preferência, que possibilita o recebimento de pedidos de sustentação oral e preferência de julgamento pela internet, disponível em <http://web.trf3.jus.br/SistemasWeb/SustentacaoOralEletronica> (RES CATRF3R nº 454/2012 e OS PRES/TRF3R nº 62/2014);

⇒ Peticionamento e processamento de feitos nos JEF, exclusivamente, por meio eletrônico, nos mesmos preceitos do PJe, idealizado como modelo pelo CNJ (RES CJF3R nº 509/201 e RES GACO nº 411770, de 27/3/2014; 570184, de 22/07/2014; 580645, de 1º/8/2014, e 764276, de 11/11/2014), conforme relatado no item 13.3, deste Relatório de Gestão;

⇒ Seguindo os mesmos princípios do processo eletrônico e visando à inclusão social e digital dos jurisdicionados, foi instituído o Sistema de Atermação Online (SAO), pelo qual as partes sem advogado podem apresentar seus pedidos via internet, da mesma forma como os



apresentariam nos balcões de atendimento dos JEF (RES GACO nº 731412, de 30/10/2014), conforme relatado no item 13.3, deste Relatório de Gestão;

⇒ Regulamentação do julgamento colegiado, nas Seções Judiciárias da 3ª Região, de crimes praticados por organizações criminosas (RES CJF3R 528/2014);

⇒ Ampliação das matérias abrangidas pelo Programa de Conciliação da JF3R; realização de audiências de conciliação via *Skype* e da IX Semana Nacional da Conciliação, em São Paulo, entre os dias 24 a 28/11/2014, conforme relatado no item 13.4, deste Relatório de Gestão;

⇒ Celebração do Acordo de Cooperação nº 01.011.10.2014, entre o TRF3R e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo, com a interveniência da JFSP, objetivando a conjugação de esforços para a facilitação do acesso ao Poder Judiciário, mediante a implantação de unidade descentralizada de protocolo integrado da JF3R, na sede da OAB-SP e respectiva instalação (PROV CJF3R nº 427/2014);

⇒ Instituição do Comitê de Estatística da JF3R (PORT PRES TRF3R nº 7.514/2014, alterada pela PORT PRES TRF3R nº 7.593/2014);

⇒ Estabelecimento de metodologia para definição do quadro de servidores das unidades judiciárias das JF de Primeiro Grau da 3ª Região (RES CJF3R nº 549/2014);

⇒ Disponibilização de nova página da Conciliação no sítio do TRF3R na internet, a fim de promover, facilitar e ampliar canal de acesso dos cidadãos e demais partes interessadas (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3793>), conforme relatado no item 3.1.a, deste Relatório de Gestão;

⇒ Adoção de sistema informatizado e uniformização dos processos de trabalhos nas Centrais de Mandados, visando maior agilidade nos procedimentos e melhor gerenciamento dos dados estatísticos da JF de 1º Grau (RES Conjunta PRES TRF3R/CORE nº 2/2014);

⇒ Celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2014, entre o TRF3R e o Tribunal de Justiça de São Paulo, tendo como intervenientes a JFSP, o Conselho Supervisor do Sistema de Juizados Especiais do Tribunal de Justiça de São Paulo e a Comissão da Copa do Mundo 2014 e Grandes Eventos do Tribunal de Justiça de São Paulo, tendo por objetivo conjugar esforços para garantir a prestação jurisdicional célere nas unidades do Poder Judiciário instaladas nos aeroportos de Congonhas, Viracopos e Guarulhos, em SP (Processo SEI 0007730-11.2014.4.03.8000);

⇒ Cumprimento, em 100%, da meta de qualificação dos magistrados aprovados no XVII Concurso Público para provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região, conforme relatado no item 13.2, deste Relatório de Gestão;

⇒ Criação do Grupo Especial de Segurança do âmbito da JF3R (RES PRES TRF3R nº 412/2014);

⇒ Constituição de Grupo de Trabalho para estudo e apresentação de projeto de implantação do Centro de Memória da JF3R (PORT PRES TRF3R nº 7.555/2014);

⇒ Atribuição do caráter permanente à Comissão de Gestão Ambiental da 3ª Região, mantendo-se a figura do agente multiplicador de gestão ambiental (PORT PRES TRF3R nº 7.492/2014 e 5809/2009), e constituição de Comissão para adesão e implementação da Agenda Ambiental A3P no TRF3R (PORT PRES TRF3R nº 7.514/2014), conforme relatado no item 10.1, deste Relatório de Gestão;

⇒ Designação de Grupo de Estudos sobre a Saúde no âmbito da JF3R (PORT PRES TRF3R nº 7.536/2014);

⇒ Constituição de Comitê Gestor do Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamum (PORT PRES TRF3R nº 7.713/2014);

⇒ Constituição de Grupo de Trabalho para revisar e uniformizar procedimentos de contratação, fiscalização e gestão contratual no âmbito da JF3R (PORT PRES TRF3R nº 7.627/2014);

⇒ Reestruturação de áreas administrativas e jurisdicionais do TRF3R, visando o



aprimoramento da gestão e a melhoria da prestação jurisdicional, detalhada no item 4.1.7 deste Relatório de Gestão.

Para o próximo exercício, planeja-se a continuidade de projetos que priorizem a racionalização, informatização, padronização e aprimoramento dos processos de trabalho críticos da UJ, bem assim a valorização do capital humano, visando assegurar o cumprimento da missão institucional da JF3R, de garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

1.3 – Organograma funcional

(Fonte: ASOM, Núcleo de Organização e Métodos/JFSP e NURE/JFMS)

O organograma funcional da UJ vigente no final do exercício de 2014 e o quadro A.1.3 constam dos Anexos III e IV, respectivamente, deste Relatório de Gestão.

1.4 – Macroprocessos finalísticos

(Fonte: AEGE, Núcleo de Organização e Métodos/JFSP)

O Macroprocesso finalístico da UJ, “Prestação Jurisdicional”, informado no Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2013, agrega os macroprocessos “Processamento de Requisitórios”, “Julgamentos”, “Processamento de RESP/RE/RO” e “Registro, Autuação e Distribuição”, conforme detalhado no quadro A.1.4, Anexo V, deste Relatório de Gestão.

No exercício de 2014 — em continuidade à disseminação da metodologia da gestão por processos nas áreas judiciárias, iniciada no segundo semestre de 2010 — foram mapeados os processos de trabalho “Mandado de Segurança – 1º Grau”; “Processamento de RESP/ RE /RO”; “Processamento em Gabinete”; “Processar Apelação ou Agravo de Instrumento em Mandado de Segurança”; “Processar Conflito de Competência”; “Processar Incidentes Processuais”; “Processar Suspensão de Segurança”, e os subprocessos reutilizáveis (atendem a mais de um processo de trabalho) “Intimar as Partes”; “Cumprir Diligência ou Decisão Judicial”; “Carta Rogatória”; “Expedir Documento”; “Aguardar documento Intercorrente” e “Decidir e Verificar petição não analisada”.

Os Sistemas do TRF3R nos quais os processos de trabalho estão alocados, bem assim os macroprocessos e processos de trabalho, com seus respectivos modelos e manuais, estão disponíveis na intranet, endereço eletrônico: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3454>.



2 – INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 – Estrutura de governança

(Fonte: ASOM)

A estrutura orgânica de Governança e autocontrole da gestão da UJ, órgão do Poder Judiciário, tem por alicerce fundamental a CF, notadamente o Capítulo III, Seção IV, que trata dos TRF e Juízes Federais, sua composição e competência.

Observadas as premissas da Carta Magna, não se pode olvidar a vigente legislação infraconstitucional que disciplina assuntos como mecanismos de controle; transparência da gestão pública e atuação de magistrados e servidores, a exemplo, neste último caso, da Lei Complementar nº 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura) e da Lei nº 8.112/1990. Destaque-se, outrossim, o RI/TRF3R no qual estão previstas as atribuições de seus principais órgãos diretivos e judicantes e ainda, os atos normativos expedidos pelo CNJ e CJF, órgãos de controle e coordenação sistêmica da JF.

Relevante mencionar a perene subserviência ao Código de Ética da Magistratura (aprovado na 68ª Sessão Ordinária do CNJ, realizada em 06/8/2008, Processo nº 200820000007337 – Publicado no DJ 18/9/2008, páginas 1 e 2) e ao Código de Conduta da JF, instituído pela RES CJF nº 147/2011, alterada pela RES CJF nº 308/2014.

A estrutura orgânica de Governança da UJ é composta pela Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria-Regional da JF3R, CJF3R, CATRF3R, Órgão Especial, Plenário, cujas bases normativas, competências e atribuições estão detalhadas no Anexo IV, deste Relatório de Gestão. As ações relacionadas ao sistema de correição estão consignadas no item 2.3, deste Relatório de Gestão.

As Seções Judiciárias da JF de Primeiro grau da 3ª Região tem, cada qual, um Diretor e um vice-diretor do Foro. As competências e atribuições da Diretoria do Foro regem-se pela RES CJF nº 79/2009.

Compõem, também, a estrutura de Governança da UJ, a Diretoria-Geral, Assessoria de Licitações e Contratos, Assessoria de Organização e Métodos, Assessoria de Gestão dos Sistemas de Informação, Assessoria de Gestão Estratégica e áreas estratégicas da unidade (SOFI, SETI, SEGE, SADI, SSEG e UDOC). A norma de estrutura e atribuições das referidas áreas estão formalizadas pela RES CATRF3R nº 390/2010 e alterações subsequentes, conforme registrado no Anexo IV, deste Relatório de Gestão.

A UJ conta, ainda, com a atuação, dentre outros, do Comitê Multidisciplinar de TI da JF3R – COMITI, responsável para orientar as ações e investimentos de TIC (RES TRF3R nº 292/2012), coordenado pela AGES/TRF3R (RES CATRF3R nº 446/2012 e PORT TRF3R nº 7.502/2014); Comitês de Direção Estratégica formalmente designados para auxiliar a UJ nas decisões relativas às diretrizes, estratégias, políticas e no acompanhamento da gestão institucional (PORT PRES/TRF3R nº 5864/2009, PORT DFOR/JFSP nº 76/2009 e PORT DFOR/SJMS nº 275/2009); Comitê Gestor do Código de Conduta da JF3R (PORT TRF3R nº 6.749/2012); Comitê Gestor de Sistema de Informação na 3ª Região (RES PRES/TRF3R nº 293/2012); Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento e Desenvolvimento Profissional dos servidores do TRF3R (RES PRES/TRF3R nº 340/2013 e PORT PRES/TRF3R nº 9.114/2013); Comitê Gestor Regional de Implantação do PJe (PORT TRF3R nº 7.489/14 e RES PRES TRF3R nº 394/14) e Comitê Técnico de Obras (RES PRES nº 377/14 e PORT PRES nº 7.078/2013).

Destaca-se, outrossim, a constituição de Comissão Permanente de Regimento (Ato PRES TRF3R nº 12.199/2014), Comissão Permanente de Registros Cadastrais (PORT DIRG TRF3R nº 10.113/2014), Comissão Permanente de Licitação (PORT DIRG TRF3R nº 10.114/2014), Comissão Local de Segurança da Informação da JF3R – CLSI (PORT PRES TRF3R nº 5.716/2009); Comissão Local de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação da JF3R - CLRI (PORT PRES TRF3R nº 5.717/2009); Comissão Permanente de Avaliação e Gestão



Documental – CPAGD (PORT PRES TRF3R nº 6991/2013); Comissão de Segurança Permanente da JF3R (PORT PRES TRF3R nº 7057/2013); Comissão Censitária da JF3R (PORT PRES TRF3R nº 7058/2013); Comissão Permanente de Sindicância e Processos Disciplinares (PORT PRES/TRF3R nº 7.427/2014); Comissão Permanente de Gestão Ambiental (PORT PRES TRF3R nº 7.492/2014) e Comissão Permanente de Informática (Ato PRES/TRF3R nº 12.200/2014).

As unidades de CI funcionam sob a forma de sistema, regulamentado pela RES CJF nº 85/2009, tendo, como órgão central, a unidade de CI do CJF e, como órgãos setoriais e seccionais respectivamente, as unidades de controle interno dos TRF e das seções judiciárias. No TRF3R a unidade de CI está subordinada hierarquicamente à Presidência e, nas Seções Judiciárias, à Diretoria do Foro. A avaliação quanto à composição e atuação da unidade de CI do TRF3R consta do item 2.2, deste Relatório de Gestão.

O Sistema de controle interno da UJ contempla o ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento, conforme delineado no item 2.4 deste Relatório de Gestão.

A forma de remuneração dos integrantes da estrutura de governança da UJ rege-se, em relação aos servidores, pelo art. 41 da Lei nº 8.112/1990 e Lei nº 12.774/2012 (vencimento, funções comissionadas e cargos em comissão); arts. 11 e 13 da Lei nº 12.774/2012 (Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ), arts. 14 a 17 e 30 da Lei nº 11.416/2006 (Gratificação de Atividade Externa – GAE, Gratificação de Atividade de Segurança – GAS e Adicional de Qualificação – AQ), Lei nº 10.698/2003 (Vantagem Pecuniária Individual – VPI), Lei nº 9.527/1997 (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI), art. 67 da Lei nº 8.112/1990, alterado pela Lei nº 9.527/1997, revogado pela MP nº 2.225-45/2001, respeitadas as situações constituídas até 08/03/1999 (Adicional por Tempo de Serviço) e Emendas Constitucionais nº 20/1998 e 41/2003 e Lei nº 10.887/2004 (Abono de Permanência), e, aos magistrados, pelo art. 93, V, da CF, e Lei nº 12.771/2012.

No que atine ao controle externo da UJ, este é exercido pela sociedade, à qual são disponibilizados os canais de acesso constantes do item 3, deste Relatório de Gestão; pelo CNJ, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (art. 103-B, § 4º, da CF); pelo CJF, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da JF de 1º e 2º graus, como órgão central do sistema, com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante (art. 105, parágrafo único, II, da CF) e pelo TCU (arts. 70 e seguintes da CF).

O Organograma de Governança da JF3R consta do Anexo VI, deste Relatório de Gestão, e está disponível na internet, na URL: http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/asom/cc380363_ORGANOGRAMA_GOVERNANCA.pdf.

2.2 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna

2.2.1 – Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades descentralizadas

Consoante relatado no item 2.1 deste Relatório de Gestão, na JF, as unidades de CI funcionam sob a forma de sistema, regulamentado pela RES CJF nº 85/2009.

O Sistema de CI da JF tem por objetivo zelar pela gestão orçamentária-financeira e patrimonial do Conselho e da JF de primeiro e segundo graus sob os aspectos da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade, bem como executar outros procedimentos correlatos com as funções de auditoria.

Integram o Sistema de CI da JF a unidade de CI do CJF, como órgão central, e as unidades de CI dos TRF e das seções judiciárias, como órgãos setoriais e seccionais, respectivamente. Ao órgão central cabe a orientação normativa e a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa



estejam integrados. No TRF3R a unidade de CI está subordinada hierarquicamente à Presidência e, nas Seções Judiciárias, à Diretoria do Foro.

No exercício de suas competências estabelecidas pelos arts. 70 e 74 da CF e arts. 49 a 52 da Lei nº 8.443/1992, ao Sistema de Controle Interno da JF compete estabelecer diretrizes básicas de seu funcionamento; definir as áreas de atuação das unidades que o integram; propor regulamentação dos atos de administração dos recursos públicos, bem como a execução da despesa; proceder a ações perante o órgão de controle externo da União, nos assuntos de interesse do Conselho e da JF; manter intercâmbio de dados e conhecimentos técnicos com as unidades de CI dos demais órgãos da administração federal; realizar auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário e de pessoal e nos demais sistemas administrativos e operacionais da JF de primeiro e segundo graus, asseguradas, dentre outras, as prerrogativas de acesso irrestrito a registros, pessoal, informações e propriedades físicas relevantes para a execução de auditorias.

Junto ao Sistema de CI da JF funciona, nos termos da RES CJF nº 206/1998, o Comitê Técnico de CI, com a finalidade de prestar assessoramento ao Sistema de CI na adoção de sistemática de ação integrada das atividades de controle no âmbito do Conselho e da JF de primeiro e segundo graus.

2.2.2 – Informações quantitativas e qualitativas das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de 2014

A RES PRES TRF3R nº 372/2013 aprovou, no âmbito da JF3R, o Plano de Auditorias de Longo Prazo - PALP para o quadriênio 2014/2017 e o Plano Anual de Auditorias - PAA para o exercício de 2014, da Subsecretaria de Controle Interno (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382>).

Referidos planos objetivaram o planejamento das auditorias realizadas no exercício de referência das contas e consideraram as metas traçadas no Plano Plurianual e no Planejamento Estratégico da UJ, além das áreas que apresentaram maior relevância, visando assegurar que os recursos fossem focados em atividades que trouxessem benefícios substanciais à JF3R, segundo as variáveis de materialidade, criticidade e risco.

As áreas de atuação prioritárias foram definidas no PALP, de acordo com as diretrizes do CNJ estabelecidas na RES CNJ nº 171/2013 e com o resultado da ação de fiscalização desenvolvida no exercício de 2013, que teve por objetivo avaliar a estrutura de CI do TRF3R (Relatório de Fiscalização nº 48/2013-UCON/RDIT). Foram selecionadas as seguintes áreas: contabilidade; TI; precatórios; licitações, contratações diretas e Sistema de Registro de Preços; Terceirização de atividades; Obras e construções; execução contratual; pessoal; passivos e Sistemas de Controles Internos Administrativos.

No PAA do exercício de 2014 foram contempladas as áreas de análise prioritária estabelecidas no PALP, planejando-se as seguintes ações:

Tabela 1 - Ações planejadas no PAA do exercício de 2014 (RES PRES/TRF3R nº 372/2013)

ÁREA DE NEGÓCIO	UNIDADE AUDITADA	OBJETO	FONTE
Governança de TI (ação de monitoramento).	JF3R	Acompanhamento das providências adotadas pelo titular da unidade auditada em relação às recomendações constantes do Relatório de Auditoria 455/2011, que teve por objetivo a avaliação dos controles gerais e da Governança de TI no âmbito da JF3R.	Processos SEI 0001068-31.2014.4.03.8000 0008310-41.2014.4.03.8000 Relatório de Auditoria 0460035/2014/DAUD
Contratações de prestação de serviços de limpeza, higiene e	JF3R	Avaliação global do processo de contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva na JF3R,	URL: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

ÁREA DE NEGÓCIO	UNIDADE AUDITADA	OBJETO	FONTE
vigilância ostensiva.		com enfoque nos dados exigidos pela Portaria TCU nº 175/2013.	
Movimentação e saldos de restos a pagar do exercício de 2013 e anteriores.	JF3R	Avaliação da conformidade da inscrição e permanência de restos a pagar no exercício de 2013 e anteriores e do cumprimento das Leis 4.320/64 e 12.708/12, Decretos 93.872/86 6.708/2008 e Acórdão 2659/2009-TCU-Plenário.	Processos SEI 0003209-23.2014.4.03.8000 0009346-21.2014.4.03.8000 Relatório de Auditoria 0482951/2014/ DAUD
Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.	JF3R	Avaliação das ações e controles adotados na JF3R para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da CF.	Processos SEI 0003203-16.2014.4.03.8000 0009370-49.2014.4.03.8000 0008065-64.2013.4.03.8000 Relatório de Auditoria 0483816/2014/DAUD
Sistemas de controles internos administrativos.	JF3R	Avaliação da estrutura de controles internos instituída pela UJ com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos sejam atingidos.	Processos SEI 0003216-15.2014.4.03.8000 0009370-49.2014.4.03.8000 Relatório de Auditoria 0483816/2014/DAUD
Contratações de TI e Comunicação	JF3R	Verificação do cumprimento da implantação, na JF3R, dos procedimentos estabelecidos na RES CNJ nº 182/2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de solução de TI, e na RES CJF nº 279/2013, que dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de TI da JF - MCTI-JF no âmbito do Conselho e da JF de primeiro e segundo graus.	Processos SEI 0012031-98.2014.4.03.8000 0019417-82.2014.4.03.8000 Relatório de Auditoria 0701578/2014/DAUD
Processos de contratação direta, licitação, aquisição por registro de preços e execução contratual do exercício de 2014 e ação de monitoramento.	JF3R	Avaliação global do processo de contratação na JF3R.	Processos SEI 0016185-96.2013.4.03.8000 0009118-46.2014.4.03.8000 Relatório de Auditoria 0477008/2014/PRES/ GABPRES/UCON/DAUD
Processo de concessão e pagamento de diárias e ação de monitoramento.	JF3R	Avaliação global do processo de concessão e pagamento de diárias na JF3R.	Processos SEI 0012038-90.2014.4.03.8000 0024080-74.2014.4.03.8000 Relatório de Auditoria 0812532/2014/ DAUD
Processos de concessão e prestação de contas de SF e ação de monitoramento.	JF3R	Avaliação global do processo de concessão e prestação de contas de suprimento de fundos na JF3R.	Processos SEI 0019455-94.2014.4.03.8000 Relatório de Auditoria 0847294/2014/DAUD
Gestão ambiental e licitações sustentáveis.	JF3R	Avaliação global da gestão ambiental e dos processos de licitações sustentáveis, com enfoque nos dados exigidos pela PORT TCU nº 175/2013.	URL: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382
Processos de pagamento de serviços extraordinários (ação de monitoramento).	JF3R	Acompanhamento das providências adotadas pelo titular das unidades auditadas em relação às recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 91/2013, que teve por objetivo analisar a conformidade do processo de concessão e pagamento de serviços extraordinários no âmbito da JF3R no período de janeiro/2012 a fevereiro/2013.	Processos SEI 0020841-96.2013.4.03.8000 0012551-58.2014.4.03.8000 Relatório de Auditoria 91/2013-UCON/RDIT



Além das atividades aprovadas no PAA do exercício de 2014, foram desenvolvidas as seguintes ações:

1) Inspeção Administrativa: Avaliação das providências adotadas pelos titulares das unidades inspecionadas face às ocorrências verificadas pelo CJF, na Inspeção realizada no TRF3R no exercício de 2012 (Processo SEI 0007262-81.2013.4.03.8000, Relatório DAUD 0422868);

2) Inspeção Administrativa: Avaliação das providências adotadas pelos titulares das unidades auditadas face às ocorrências relatadas no Relatório de Auditoria Especial CJF relativa aos processos de contratação e execução de projetos necessários à construção do Edifício Anexo da JF em Campo Grande (Processo SEI 0010066-22.2013.4.03.8000 e 0016566-70.2014.4.03.8000);

3) Inspeção Administrativa: Apuração de denúncias quanto à legalidade e à legitimidade dos atos e fatos relatados no Ofício nº 26/2014 – Ouvidoria TCU (Processo SEI 0008887-19.2014.4.03.8000, Relatório de Inspeção Administrativa nº 0684991);

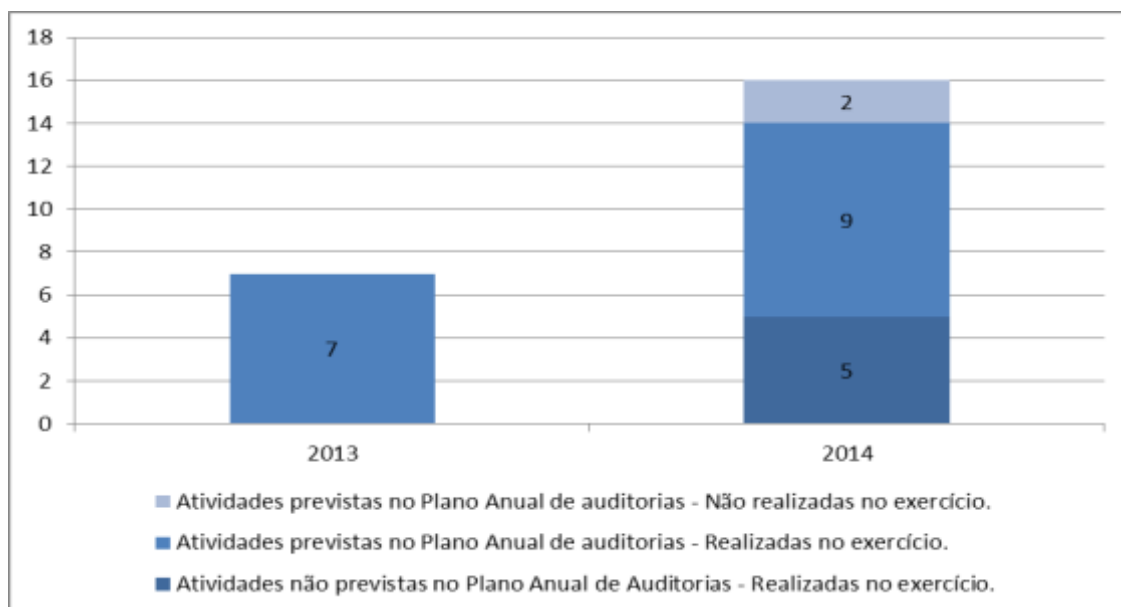
4) Monitoramento: Avaliação das providências adotadas pelos titulares das unidades responsáveis pelo cumprimento das determinações contidas no Acórdão TCU nº 2236/2014 – Plenário, bem assim da adequação das publicações, no DOU, dos avisos de licitação, extratos de contrato, dispensas e inexigibilidades de licitação, no âmbito da JF3R, às informações legais requeridas (Processo SEI 0017212-80.2014.4.03.8000 e Relatório de Monitoramento nº 0773702/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD);

5) Fiscalização: Avaliação objetiva sobre o cumprimento no exercício de 2013, no âmbito da JF3R, das obrigações estabelecidas nas Leis nº 8.429/1992, 8.730/1993 e IN TCU nº 67/2011 (arts 6º e 8º da RES CJF nº 282/2014) (Processo SEI 0004675-52.2014.4.03.8000 e 0009472-71.2014.4.03.8000, Relatório DAUD 0486145).

2.2.3 – Demonstração da execução do PAA do exercício de 2014

2.2.3.1 – Avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas nos exercícios de 2013 e 2014

Gráfico 1 - Avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas nos exercícios de 2013 e 2014





Análise dos resultados:

No exercício de 2014 foram planejadas 11 ações de auditorias e realizadas 9, além de 5 ações, não previstas no PAA, totalizando 14 atividades realizadas. Houve, portanto, aumento de 60% de atividades realizadas em 2014, em relação àquelas planejadas para o exercício (de 7 para 11). Comparativamente ao exercício de 2013, houve aumento de 100% de atividades realizadas.

O fator de crescimento deve-se:

a) ao cumprimento da Meta 16 para o Poder Judiciário, que objetivou fortalecer a estrutura de CI do TRF3R, envolvendo a garantia de estrutura mínima para a realização das atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização;

b) às ações de capacitação desenvolvidas no exercício de referência das contas, conforme Plano Anual de Capacitação da unidade de CI (Processo SEI 0002285-12.2014.4.03.8000), que teve por enfoque precípua a elaboração de programa de auditoria, papéis de trabalho, técnicas de auditoria, matrizes de planejamento, procedimentos e achados e de relatórios, para alavancar a realização de auditorias, inspeções administrativas e fiscalizações;

c) à aprovação do processo de trabalho “Realizar Auditoria, Inspeção e Fiscalização” (http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/aege/Realizar_Auditoria_ou_Inspecao_ou_Fiscalizacao_V-2-1.pdf), e

d) ao redesenho da estrutura organizacional da unidade de CI, mediante criação da Divisão de Auditorias, pela RES CJF3R nº 477/2014, e aos ganhos operacionais dele decorrentes, conforme relatado no item 2.2.4 infra.

Dentre as ações aprovadas pela RES PRES TRF3R nº 372/2013 não foram executadas as ações de auditoria tendo por objetivo a) a avaliação global da gestão ambiental e dos processos de licitações sustentáveis, com enfoque nos dados exigidos pela PORT TCU 175/2013, e b) a avaliação global do processo de contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva na JF3R.

Trata-se de ações coordenadas pelo CJF, sendo que a primeira teve sua execução alterada para o exercício de 2015, conforme RES PRES TRF3R nº 411/2014 (PAA para o exercício de 2015, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382>), e, em relação à segunda, houve alteração de escopo, de ação de auditoria para levantamento.

Estão em fase de execução as seguintes ações: monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades auditadas em relação às recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 91/2013 (processo de concessão e pagamento de horas-extras, Processos SEI 0020841-96.2013.4.03.8000 e 0012551-58.2014.4.03.8000), e auditoria de conformidade, tendo por objetivo a avaliação global do processo de concessão e prestação de contas de aplicação de SF, cujos cronogramas foram alterados em razão da priorização das atividades descritas no subitem 2.2.2 supra.

2.2.3.2 – Trabalhos mais relevantes, principais constatações e providências adotadas pela gestão da UJ

Os trabalhos mais relevantes realizados pela unidade de CI do TRF3R no exercício de 2014, principais constatações e providências adotadas pela gestão da UJ constam do Anexo VII, deste Relatório de Gestão.

2.2.3.3 – Relação entre a quantidade de recomendações feitas pela unidade de auditoria e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

Para apuração da relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência, foi desenvolvido o seguinte indicador, no processo de trabalho “Realizar Auditoria, Inspeção e Fiscalização” (disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3489>):



Tabela 2 - Indicador: Taxa de efetividade das propostas de encaminhamento

Descrição	Mede o percentual de efetividade das propostas de encaminhamento dos processos de auditoria/inspeção/fiscalização.
Fórmula de Cálculo / Escala	$PAPE = (\sum PE / NPEA) * 100$ Onde: PAPE = Percentual de efetividade das propostas de encaminhamento dos processos de auditoria/inspeção/fiscalização; $\sum PE$ = Somatória das propostas de encaminhamento dos processos de auditoria/inspeção/fiscalização; NPEA = Número de propostas de encaminhamento acolhidas pela alta gerência.
Frequência Atualização	Apuração Anual.
Origem dos dados	Sistema SEI e Plano Anual de Auditorias/Fiscalização
Notas Adicionais	Medição iniciada a partir da implantação do Sistema SEI, em abril/2013 (RES PRES/TRF3R nº 310/2012 e PORT DIRG/TRF3R nº 8.465/2013), que possibilitou o monitoramento e acompanhamento, em tempo real, da implantação das recomendações da unidade de auditoria interna
Responsável Indicador	Diretor da Subsecretaria de Controle Interno.

EXERCÍCIO	2013	2014
Taxa de efetividade das propostas de encaminhamento	100%	100%

2.2.4 – Redesenhos efetuados na estrutura organizacional da unidade de auditoria e ganhos operacionais deles decorrentes

Em cumprimento à Meta 16 do exercício de 2013 para o Poder Judiciário (Processo SEI 0017063-21.2013.4.03.8000), que objetivou fortalecer a estrutura de CI dos Tribunais, foi redesenhada a estrutura organizacional da Subsecretaria de Controle Interno, mediante a criação da Divisão de Auditorias e a alteração da denominação e das atribuições da Seção de Auditorias, para Seção de Planejamento, Programação e Acompanhamento Técnico de Auditorias (Processo SEI 0017063-21.2013.4.03.8000 e RES PRES TRF3R nº 477/2014).

Garantiu-se, à unidade, estrutura mínima para realização de suas atividades, notadamente, quanto à realização de auditorias, inspeções administrativas e fiscalizações, ampliando-se os mecanismos de autocontrole da gestão administrativa, com vistas a assegurar a eficiência e eficácia do cumprimento das metas do Plano Plurianual, dos programas de governo e de orçamento, dos objetivos planejados e dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e ainda, o aprimoramento, contínuo, da estrutura de governança da JF3R.

Os ganhos operacionais decorrentes do redesenho da unidade de Controle Interno comprovam-se pelo aumento das atividades realizadas no exercício de 2014, de 100% comparativamente ao exercício de 2013, mantendo-se a taxa de efetividade das propostas de encaminhamento (100%), conforme relatado nos itens 2.2.3.1 e 2.2.3.3 supra.

O Organograma da unidade de CI do TRF3R consta do Anexo VIII deste Relatório de Gestão.

2.2.5 – Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da UJ

Não foram definidos, na UJ, indicadores específicos para mensuração e avaliação do modelo de governança. Os esforços foram empreendidos na direção dos resultados a serem alcançados no PEJF, considerando suas múltiplas dimensões: recursos (gestão de pessoas, infraestrutura e TI e orçamento), processos internos (alinhamento e integração, acesso à justiça e



eficiência operacional) e sociedade (assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva); no PETI e nas metas fixadas pelo CNJ para o Poder Judiciário, consoante itens 4.4 e 4.5 deste Relatório de Gestão.

A análise dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da UJ relativos ao PEJF e PETI, foi, por conseguinte, baseada nos dados registrados nos referidos itens.

Destaque-se que a mensuração dos indicadores 1 a 5 e 8, 23, 32 e 33 do PEJF e 1 a 3 do PETI não está afeta à JF3R; o indicador 9 do PEJF está vinculado ao projeto “Carta de Serviços da JF”, em desenvolvimento, e os indicadores 26 a 31 do PEJF e 6, 7 e 10 do PETI estão em fase de revisão pelo CJF.

Tem-se, o seguinte quadro:

Tabela 3 - Análise dos resultados dos indicadores do PEJF

INDICADOR	CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO	MENSURAÇÃO SEMESTRAL	ANÁLISE COMPARATIVA	RESULTADO EXERCÍCIO DE 2014
06 - Taxa de implantação de varas	Mensuração objetiva	Sim, a partir de 2012	Três últimos exercícios	Meta cumprida (acumulado no exercício)
07 - Taxa de nomeação de cargos vagos de magistrados	Mensuração objetiva	Sim, a partir de 2013	Dois últimos exercícios	Índice previsto: 100% Índice observado: 19,1%
10 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau	Dados estatísticos	Sim a partir de 2013 Mensuração só até o 1º semestre de 2014	Três últimos exercícios	Índice previsto: 53% Índice observado: 58% (polaridade negativa)
11 - Taxa de processos de conhecimento no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Dados estatísticos	Mensuração anual nos exercícios de 2013 e 2014	Não houve análise comparativa entre os exercícios	Índice previsto: 120% Índice observado: 90,4%
12 - Taxa de processos antigos julgados no 1º grau	Dados estatísticos	Mensuração anual nos exercícios de 2013 e 2014	Entre os exercícios de 2012 e 2013 Não houve análise comparativa entre o exercício de 2014 e os dois anteriores	Índice previsto: 50% Índice observado: 42,6%
13 - Taxa de congestionamento do 2º grau	Dados estatísticos	Sim a partir de 2013 Mensuração só até o 1º semestre de 2014	Três últimos exercícios	Meta cumprida
14 - Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Dados estatísticos	Sim a partir de 2013 Mensuração só até o 1º semestre de 2014	Três últimos exercícios	Índice previsto: 120% Índice observado: 119%
15 - Taxa de processos antigos julgados no 2º grau	Dados estatísticos	Sim a partir de 2013 Mensuração só até o 1º semestre de 2014	Não foi possível a comparação com outros períodos, pois os parâmetros são diferentes.	Índice previsto: 50% Índice observado: 23,3%
16 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF	Dados estatísticos	Sim a partir de 2013 Mensuração só até o 1º semestre de 2014 Não foram	Entre os exercícios de 2012 e 2013 Não houve análise comparativa no	Índice previsto: 45% Índice observado: 58,7%



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

INDICADOR	CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO	MENSURAÇÃO SEMESTRAL	ANÁLISE COMPARATIVA	RESULTADO EXERCÍCIO DE 2014
		considerados os dados de JEF Criminal de MS por ainda não terem sido liberados pelo “Justiça em Números”	exercício de 2014	(polaridade negativa)
17 - Taxa de processos de conhecimento no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Dados estatísticos	Mensuração anual nos exercícios de 2013 e 2014	Não houve análise comparativa entre os exercícios	Índice previsto: 120% Índice observado: 54%
18 - Taxa de processos antigos julgados no JEF	Dados estatísticos	Sim a partir de 2013	Não foi possível a comparação com outros períodos, pois os parâmetros são diferentes.	Meta cumprida
19 - Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos 2º grau e TR	Dados estatísticos	Mensuração anual nos exercícios de 2012 e 2013 Mensuração só até o 1º semestre de 2014	Três últimos exercícios	Índice previsto: 100% Índice observado: 90,7%
20 - Taxa de congestionamento na turma recursal	Dados estatísticos	Mensuração anual nos exercícios de 2012 e 2013 Mensuração só até o 1º semestre de 2014	Três últimos exercícios	Meta cumprida
21 - Taxa de processos antigos julgados na turma recursal	Dados estatísticos	Mensuração anual no exercício de 2013 Mensuração só até o 1º semestre de 2014	Não foi possível a comparação entre os períodos, pois os parâmetros são diferentes.	Índice previsto: 50% Índice observado: 51.1%
22 - Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização	Dados estatísticos	Mensuração anual no exercício de 2013. 1º Semestre 2014: Inconsistência nos dados.	Entre os exercícios de 2012 e 2013 1º Semestre 2014: Inconsistência nos dados	Índice previsto: 26% Índice observado: 265% (polaridade negativa)
24 - Taxa de audiências de conciliação	Mensuração objetiva	Mensuração anual nos exercícios de 2012 e 2013 Mensuração só até o 1º semestre de 2014	Três últimos exercícios	Índice previsto: 110% Índice observado: 58,5%
25 - Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da JF	Mensuração objetiva	Mensuração anual nos exercícios de 2012 e 2014 Mensuração semestral no exercício de 2013	Não houve análise comparativa entre os exercícios	Índice previsto: 100% Índice observado: 35,7%
34 - Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado	Mensuração objetiva	TRF3R Mensuração anual nos exercícios de 2013 e 2014 JFSP Mensuração anual no exercício de 2013 e semestral no exercício de 2014 JFMS Mensuração anual nos exercícios de 2013 e 2014	Não houve análise comparativa entre os exercícios	Índice previsto: 100% Índice observado: 5,3%



Tabela 4 - Análise dos resultados dos indicadores do PETI

INDICADOR	CRITÉRIOS DE MENSURAÇÃO	MENSURAÇÃO SEMESTRAL	ANÁLISE COMPARATIVA	RESULTADO EXERCÍCIO DE 2014
04 - Taxa de processos estratégicos operacionais de TI monitorados	Mensuração objetiva	Mensuração anual nos exercícios de 2012, 2013 e 2014	Não houve análise comparativa entre os exercícios	Índice previsto: 100% Índice observado: 0%
05 - Taxa de solução das solicitações dos clientes	Não há SLA estabelecido para a mensuração. Para o cálculo do indicador, foram consideradas todas as solicitações abertas entre 01/01/2012 e 30/06/2012	Mensuração anual nos exercícios de 2012, 2013 e 2014	Não houve análise comparativa entre os exercícios	Meta cumprida
08 - Taxa de aderência ao requisito de nivelamento Força de Trabalho	Mensuração objetiva	Mensuração anual nos exercícios de 2012 e 2014 Não houve mensuração no exercício de 2013	Não houve análise comparativa entre os exercícios	Índice previsto: 85% Índice observado: 48,7%
09 - Taxa de processos estratégicos operacionais de TI monitorados	Mensuração objetiva	Mensuração anual nos exercícios de 2012, 2013 e 2014	Não houve análise comparativa entre os exercícios de 2012 e 2013 Não houve análise dos resultados no exercício de 2014	Índice previsto: 100% Índice observado: 33,3%
11 - Taxa de execução orçamentária-financeira dos projetos de TI em relação ao planejado	Mensuração objetiva	Mensuração anual nos exercícios de 2012 e 2014 Mensuração semestral no exercício de 2013	Não houve análise comparativa entre os exercícios	Meta cumprida

Na construção dos indicadores utilizados na UJ para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional, adotou-se a metodologia BSC – Balanced Scorecard, que considera a capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo, por intermédio de séries históricas. Todas as medições partem da construção de um ponto de corte, análise da situação atual, fixação de um padrão percentual de evolução pretendido e seu acompanhamento pelo período — número de anos — fixados para o PE. É possível, se necessário, o acompanhamento em períodos intermediários. O BSC é classificado como um sistema de suporte à decisão, pois reúne os elementos-chave para acompanhamento e cumprimento da estratégia. Foca também a comunicação da estratégia e o *feedback* de seu cumprimento.

As fontes dos dados utilizados para o cálculo dos indicadores são dinâmicas e refletem a posição, dia-a-dia, da instituição. O acompanhamento e monitoramento das bases de informações decorrem do próprio indicador, ou seja, fixada uma linha de base, o acompanhamento do indicador terá dupla função: mensurar a meta estipulada e verificar eventuais desvios quantitativos dos registros utilizados, operando como controle. Cada indicador encontra-se definido em uma “ficha do indicador” e está atrelado a um objetivo estratégico. Na construção do indicador são considerados: o objetivo ao qual está vinculado; qual o tipo do indicador — se de resultado, eficiência ou efetividade; o quê e quem mede; onde, por quê e como medir (fórmula); a polaridade (indicando como deverá ser considerado, se maior, ou menor); a meta estabelecida e o resultado



apurado na medição.

Quanto à metodologia, os indicadores de gestão adotados pela JF3R possibilitam a avaliação e o acompanhamento periódico do desempenho da gestão e, quando associados a dados qualitativos, são aptos a representar, com proximidade, a situação medida e as variáveis importantes para a Instituição. Ademais, os indicadores do PE da JF3R relacionados à área fim alinham-se às metas do CNJ para o Poder Judiciário, permitindo, assim, não só o acompanhamento dos objetivos e metas estabelecidos pela UJ para consecução de sua missão institucional, como a evolução dos resultados, comparando-os com padrões nacionalmente estabelecidos.

Até o exercício de 2013, os dados estatísticos utilizados na apuração dos indicadores eram extraídos de sistemas access, bem como digitados mensalmente. No exercício de 2014 foi implantado o sistema EstCore, o qual, muito embora tenha gerado inconsistências quando da migração de dados — fato que, inclusive, impossibilitou a mensuração do indicador 22 de PEJF — deverá resultar em maior transparência, agilidade, segurança e confiabilidade nas informações e dados estatísticos gerados.

No que concerne à análise objetiva dos índices previstos e observados relativamente ao exercício de 2014, foram cumpridas as metas estipuladas para os indicadores 6, 13, 18 e 20 do PEJF e 5 e 11 do PETI, representando cumprimento de 26,08% das metas estabelecidas.

Por sua vez, conforme estabelecido na Metodologia de Planejamento e Gestão da Estratégia da JF, a coleta dos indicadores estratégicos da JF ocorre duas vezes ao ano, nos meses de setembro e de março subsequente, visto que grande parte dos indicadores tem sua fonte de dados no Relatório do Justiça em Número - CNJ, concluído em agosto e fevereiro subsequente. Nesse cenário, os indicadores devem ser mensurados semestralmente. De outra parte, as medições dos indicadores em séries históricas permitem aferir os resultados ao longo do tempo.

Contudo, quanto a esses aspectos, a frequência estipulada para medição dos indicadores não vem sendo observada de forma sistemática na UJ. No exercício de 2014, 52,17% dos indicadores foram apurados semestralmente (indicadores 6, 7, 10, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21 e 24 do PEJF, sendo que os quatro últimos passaram a ser apurados semestralmente a partir do exercício de 2014) e 47,82% em periodicidade anual. Evidencia-se, outrossim, que o acompanhamento dos resultados entre os exercícios também vem sendo realizado de forma assistemática na UJ, posto que, dos 23 indicadores mensurados, 15 não apresentam análise comparativa entre os exercícios, representando 65,21% do total de indicadores (indicadores 11, 12, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 25 e 34 do PEJF e indicadores 04, 05, 08, 09 e 11 do PETI, sendo que, em relação aos indicadores 12 e 16 do PEJF houve análise comparativa entre os exercícios de 2012 e 2013; aos indicadores 15, 18 e 21 do PEJF, não foi possível a comparação entre os períodos, pois os parâmetros são diferentes, e ao indicador 22 do PEJF, não houve apuração, por inconsistência nos dados).

A ausência de padrão de análise dos resultados na UJ inviabiliza a avaliação da adequação dos indicadores para mensuração do desempenho da gestão. A mera comparação com os dados de exercícios anteriores não é suficiente para afirmar que o valor do indicador é satisfatório.

Ressalta-se que a série histórica dos indicadores que tiveram sua fórmula de cálculo alterada — a exemplo, os indicadores 15, 18 e 21 do PEJF — ficou comprometida, em razão da impossibilidade de recálculo para os exercícios anteriores ao da reformulação.

De se realçar que nove indicadores estão em fase de revisão técnica (indicadores 26 a 31 do PEJF e 6, 7 e 10 do PETI), denotando esforço da JF no sentido de aprimorar o desenvolvimento de sua estratégia, promovendo ajustes e revisões nas fórmulas de apuração.



2.3 – Sistema de correição

(Fonte: CORE)

2.3.1 – Finalidade e competências institucionais

A Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região tem por finalidade coordenar a fiscalização dos serviços judiciários e aferir a padronização e uniformização das atividades forenses da JF de Primeira Instância, promovendo o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Compete, ainda, ao Corregedor-Regional, exercer as atribuições que lhe são conferidas pelo CNJ e CJF, bem assim integrar o Fórum Permanente de Corregedores da JF. As atividades da CORE estão previstas na CF; no art. 6º, inciso VII, da Lei Federal nº 5.010/1966; no art. 8º do RI/CJF3R; art. 23 do RI/TRF3R e na RES CJF nº 49/2009.

2.3.2 – Estrutura organizacional

A CORE apresenta a seguinte estrutura organizacional:

Recursos Humanos – Magistrados: Responsável pelo processamento dos pedidos de ausência, controle anual do exercício do magistério, bem como acompanhamento dos pleitos de residência fora da Subseção Judiciária de lotação dos magistrados. Realiza atividades de apoio para a execução das correições-gerais ordinárias, dentre as quais a elaboração de relatórios informativos e históricos dos magistrados e das varas em correição. Auxilia a equipe em correição, atuando em questões operacionais e administrativas diversas.

É responsável, ainda, pela organização e agendamento dos compromissos institucionais do Corregedor-Regional.

Julgamento e Normatização: Responsável pela triagem e acompanhamento do processamento de expedientes e recursos, bem como dos feitos de Relatoria do Corregedor-Regional, excetuadas as Correições Gerais Ordinárias; pelos expedientes preparatórios dos concursos de promoção e procedimentos relacionados ao vitaliciamento de magistrados e, com relação à normatização, acompanha as inovações e alterações normativas; realiza pesquisas e propõe modificações.

Secretaria: Cabe à Secretaria da Corregedoria-Regional o protocolo, registro e processamento de expedientes e processos administrativos (correições parciais, representações, justificações de conduta, inspeções administrativas de avaliação, inspeções e correições gerais ordinárias, sindicâncias, dentre outros), requerimentos e documentos; o recebimento de intimações pelos mais diversos meios, incluído o acompanhamento dos sistemas de processos eletrônicos do CNJ; a expedição de formulários de alvarás de levantamentos para as Varas Federais da JF3R; o apoio aos Setores de Julgamento e Normatização e de Correições, inclusive quanto às intimações e publicações de atos.

Estatística: Responsável pelo recebimento, processamento, conferência e acompanhamento dos dados informativos relativos à tramitação de feitos nas Varas Federais e Centrais de Cumprimento de Atos Processuais – CECAP, bem como à produtividade dos magistrados em Varas Federais, JEF e TR, resultando no mapa mensal de tramitação processual da JF de Primeiro Grau da 3ª Região e no mapa de produtividade dos magistrados federais (Disponíveis em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=55> e <http://www2.trf3.jus.br/intranet/index.php?id=2>).

É o setor responsável, também, pelo gerenciamento e cadastramento de usuários nos Sistemas Eletrônicos BACENJUD, INFOSEG, Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas – SNCI, Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais – CNIEP, Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA, Controle de Prisão Provisória e Sistema de Serventia Judicial de 1º Grau – JUSTIÇA ABERTA.



O Setor consolida o relatório da produtividade dos magistrados e da tramitação das Varas Federais ou JEF, no período entre duas correições e em periodicidade semestral e anual para estudos críticos e de acompanhamento e elabora relatórios estatísticos individuais relativos a magistrados participantes de concursos de promoção e remoção e relatórios semestrais referentes aos processos de vitaliciamento.

Correições: Auxilia a realização das Correições Gerais Ordinárias e Inspeções Administrativas de Avaliação e processa os expedientes de Inspeção Geral Ordinária, compreendendo a elaboração dos atos preparatórios e relatórios prévios e, durante os trabalhos correicionais, a verificação dos aspectos formais do processamento dos feitos, a utilização das ferramentas processuais, o cumprimento das Metas de Nivelamento do CNJ, a regularidade dos livros e pastas e serviços cartorários em geral, bem assim a troca de experiência com os servidores das Varas e JEF, com a finalidade de aperfeiçoar a prestação jurisdicional, priorizando a disseminação de boas práticas e o incentivo à utilização das inovações tecnológicas.

2.3.3 – Quadro de pessoal

Tabela 5 - Quadro de pessoal da CORE

QUADRO - CORE	QUADRO - DESEMBARGADOR FEDEDERAL
03 Assessores (CJ-3)	01 Assessor (CJ-3)
01 Chefe de Gabinete (CJ-2)	01 Chefe de Gabinete (CJ-2)
04 FC-4	01 FC-6
01 FC-3	04 FC-4
01 FC-2	09 FC-3
02 Técnicos Judiciários – Segurança e Transporte	02 Técnicos Judiciários – Segurança e Transporte

A CORE opera com dois módulos de recrutamento e alocação de servidores: o primeiro, integrado por 12 servidores do quadro de pessoal da Corregedoria-Regional e o segundo, por 18 profissionais do quadro de pessoal do gabinete do(a) Desembargador(a) Federal Corregedor(a)-Regional.

2.3.4 – Resultados do exercício de 2014

Autuação e processamento de feitos exclusivamente no Sistema SEI (digitalização da totalidade dos processos físicos e de 337 protocolos físicos do exercício de 2014); 1387 atos decisórios (697 decisões e 690 despachos), 275 votos (27 relativos a Inspeções de Avaliação Administrativa, 58 a Correições Gerais Ordinárias, 183 a Inspeções Gerais Ordinárias e 7 a correições parciais); publicação de 24 Relatórios Estatísticos (Relatórios de Tramitação Mensal, nos quais é divulgada a movimentação processual das 168 Varas Federais, identificando os saldos mensais em cada Unidade Judiciária - 12 publicações; Relatórios de Produtividade Mensal, nos quais é divulgada a produtividade dos magistrados federais, inclusive com identificação da quantidade e tipo de sentenças proferidas - 12 publicações; Relatórios Anuais, nos quais são divulgados os resultados anuais de tramitação processual e de produtividade dos magistrados Federais - 2 publicações); elaboração de 2 Relatórios Estatísticos para concursos de promoção a Desembargador Federal, contendo 32 Mapas de Produtividade individual; elaboração de 3 Relatórios Estatísticos para concursos de promoção e remoção de magistrados, contendo 102 Mapas de Produtividade Individual; elaboração de 16 Mapas Estatísticos relativos a Juízes Federais Substitutos em vitaliciamento (XVI Concurso); apreciação de 1.068 pedidos de ausência e de 493 pedidos de férias de magistrados federais, e realização de Correição Geral Ordinária e Inspeção Administrativa em 26 Subseções Judiciárias (52% das Subseções da JF3R, tendo sido correicionadas 46 Varas Federais (27% das Varas da JF3R), 11 JEF (19% dos JEF da JF3R) e 1 TR de Mato Grosso do Sul (8% das TR da JF3R);



2.3.5 – Cumprimento pela instância de correção da PORT CGU nº 1.043/2007

Não se aplica à realidade da UJ.

2.4 – Avaliação do funcionamento dos controles internos

2.4.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ

QUADRO A.2.4 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

TRF3R

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X



Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

(Fonte: ALIC, AECE, DIRG, EMAG, SADI, SEGE, SETI, SOFI, SSEG e UDOC)

Análise crítica:

A avaliação do Funcionamento do Sistema de Controles Internos do TRF3R foi realizada em reunião entre a DIRG, ALIC, EMAG, AECE, SADI, SEGE, SETI, SOFI, SSEG e UDOC. Adotou-se, como base, os procedimentos internos de cada área e instrumentos institucionais existentes no TRF3R, CJF e CNJ (Normas de Estrutura, Resoluções, Ordens de Serviços, Manuais, Metodologias, programas e políticas dos gestores de projetos, metas e ações instituídos no Poder Judiciário, dentre outros).

Em relação ao Quadro A.2.4, destacam-se os seguintes itens:

a) item 2 – atribuiu-se valor 2 em razão da percepção dos mecanismos de controle interno pelos setores administrativos, mas não pela área fim (70% do quadro de pessoal da UJ);

b) item 5 – Código de Conduta do Conselho e da JF de primeiro e segundo graus, instituído pela RES CJF nº 147/2011, e Comitê Gestor do Código de Conduta da JF3R, constituído pela PORT PRES/TRF3R nº 6.749/2012;

c) item 10 – as Metas Nacionais de 2014 para a JF, definidas pelo CNJ, constam do item 4.5.1, deste Relatório de Gestão;

d) itens 11 a 15 e 19 – foram adotadas as seguintes ações visando o desenvolvimento da “Política de Gestão de Risco” no TRF3R: capacitação dos servidores da área administrativa em “Gestão de Risco – Princípios e Diretrizes” (Processo SEI 0016485-24.2014.4.03.8000) e formalização de proposta, pela AECE, de elaboração de projeto que tenha por escopo a identificação e gestão dos riscos inerentes aos processos críticos das áreas de negócio da UJ (Processo SEI 0017480-37.2014.4.03.8000), diretamente relacionado ao projeto "Implementar Gestão por Processo de Trabalho no TRF3", em andamento (Processo SEI 0014809-75.2013.4.03.8000);

e) itens 3, 23, 25, 26 e 27 – está em andamento na UJ o projeto de elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão, coordenado pela AECE (Processo SEI 0025298-40.2014.4.03.8000); a página da SEGE na intranet, disponível em <http://www4.trf3.jus.br/SEGE/>, contém canal de acesso e informações sobre serviços, SEI-Passo a Passo, Comunicados SEGE, legislação,



procedimentos, links de acesso aos sistemas de RH e formulários.

Houve divergência nos valores da avaliação realizada pela SETI em relação aos itens 2 (valor 3); 3 (valor 4); 6 (valor 2); 8 (valor 4); 11 (valor 4); 21 (valor 4); 23 (valor 4); 25 (valor 4); 26 (valor 4); 23 (valor 3) e 28 (valor 4), justificada pelo cumprimento da normatização de regência da área e atividades de TI, disponível em <http://www2.trf3.jus.br/intranet/index.php?id=1814> e <http://www2.trf3.jus.br/intranet/index.php?id=1813>; do Modelo de Contratação de Solução de TI da JF (RES CJF nº 279/2013); do PETI, PDTI e Planos de Ação (art. 7º da RES CNJ nº 182/2013).

JFSP

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X				
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X			



24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

(Fonte: Núcleo de Controle Interno; Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços; Núcleo Financeiro; Núcleo Orçamentário; Núcleo de Organização e Métodos; Núcleo de Serviços Administrativos; Núcleo de Segurança e Transportes; Divisão de Aquisições de Informática; Núcleo de Material e Patrimônio; Núcleo da Escola de Servidores; Núcleo de Infraestrutura; Subsecretaria de Gestão de Pessoas; Núcleo de Compras e Licitações; Núcleo de Material e Patrimônio; Núcleo de Ingresso, Acompanhamento e Avaliação de Pessoas; Núcleo da Folha de Pagamento; Subsecretaria de Apoio Administrativo; Núcleo de Administração Funcional)

Análise crítica:

A avaliação do Funcionamento dos Controles Internos da JFSP foi realizada em reunião entre as áreas técnicas, gestoras e estratégicas da UG. Adotou-se, como base, a realidade de cada qual das áreas, bem assim o conteúdo dos Relatórios de Auditoria DAUD 0483816 e NUCI 0629198, que tiveram por objeto a avaliação dos sistemas de controles internos do TRF3R e JFSP, respectivamente.

Houve consenso de que a auditoria de controles internos realizada na JFSP no exercício de 2014 (Processo SEI 0009370-49.2014.4.03.8000) favoreceu a compreensão do tema, inclusive quanto a sua importância.

Em relação ao Quadro A.2.4, destacam-se os seguintes itens:

a) item 5 – Conforme conclusão do Relatório de Auditoria NUCI 0629198, a UG carece de formalização dos procedimentos e instruções operacionais. Em relação às competências e atribuições, estas constam do “Manual de Organização” instituído pela PORT DFOR/JFSP nº 29/2010, disponível em: <http://intranet.jfsp.jus.br/assets/Uploads/adm/nuom/MANUAL-DE-ORGANIZAÇÃO-CONSOLIDADO.pdf>, em processo de atualização (Processos SEI 0027245-29.3014.4.03.8001, 0027243-59.3014.4.03.8001, 0027068-65.3014.4.03.8001, 0027213-24.3014.4.03.8001, 0027267-87.3014.4.03.8001 e 0027241-89.2014.4.03.8001). Ainda, em 2014, iniciou-se procedimento para regulamentação dos processos de gestão e pagamento de obrigações contratuais (Processo SEI 003697-72.2014.4.03.8001).

b) item 8 – Conforme conclusão do Relatório de Auditoria NUCI 0629198 não há adequada segregação de funções em algumas das atividades desenvolvidas pela UJ, estando em fase de avaliação a alteração da estrutura da unidade para saneamento da ocorrência;

c) itens 10 a 18 – Conforme conclusão do Relatório de Auditoria NUCI 0629198, apurou-se a necessidade de capacitação dos servidores em gestão de riscos, ação contemplada no plano de capacitação da unidade, para execução em 2015;

d) item 21 – a relação custo-benefício dos controles deverá ser aprimorada a partir da implementação das avaliações de risco;

e) item 23 – no que atine à tempestividade da informação relevante para a UJ, houve consenso de que, no âmbito interno da unidade, a assertiva seria parcialmente válida. No entanto, optou-se por registrar o valor 2 “parcialmente inválida”, em função do impacto negativo decorrente do recebimento de demandas externas com prazo exíguo para atendimento;

f) item 25 – houve consenso quanto à necessidade de padronização de informações visando torná-las apropriadas, precisas, atuais e acessíveis. Encontra-se em tramitação proposta de



padronização de endereço eletrônico das unidades/serviços da JF3R (Processo SEI 0010194-08.2014.4.03.8000).

Comparados os valores da Avaliação do Quadro A.2.4 do RG 2014, em relação ao RG de 2013, verifica-se que alguns itens tiveram valoração inferior no exercício de 2014, sobretudo em função da auditoria de controles internos realizada na JFSP no exercício de 2014 (Processo SEI 0009370-49.2014.4.03.8000), demonstrando a ampliação da compreensão do tema e de sua importância, com destaque para os itens relacionados à segregação de funções e relação custo x benefício das atividades de controle.

A partir das informações apresentadas, é possível concluir que a unidade possui controles internos administrativos nas diferentes áreas, porém com base empírica e assistemática, não havendo homogeneidade em sua implementação.

JFMS

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X	
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios				X		



que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

(Fonte: Núcleo de Apoio Administrativo/JFMS)

Análise crítica:

A UG busca desenvolver suas atividades com plena obediência às leis e regulamentos vigentes, além de buscar a salvaguarda de seus recursos, de maneira a evitar a perda, mau uso e dano ao erário, além de trabalhar com afinco pelo alcance da eficiência e eficácia das operações em relação aos objetivos colimados.

Não obstante, não foi instituído, na JFMS, padronização e formalização de procedimentos e instruções operacionais. O acúmulo de serviço nas áreas administrativas, associado à carência histórica de pessoal na área meio dificultou que estas ações fossem iniciadas em 2014. Além disso, não há, na estrutura organizacional da UG, área específica de planejamento estratégico, representada por servidores titulares de outras unidades administrativas.

Iniciou-se, no exercício de 2014, a mensuração de indicadores gerenciais de RH, cujos resultados nortearão não só as ações de pessoal, como o planejamento da unidade.

No que atine à gestão de riscos, há previsão de ação de capacitação para execução em 2015.

2.4.2 – Relatório de Auditoria nº 0483816/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD

Item 11 das Peças Complementares do Processo de Contas da Justiça Federal da 3ª Região do exercício de 2013, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2552>)

(Avaliação do Sistema de Controles Internos no TRF3R, Processo SEI nº 0009370-49.2014.4.03.8000)

O monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades auditadas face às propostas de encaminhamento constantes do Relatório de Auditoria nº 0483816/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD, que teve por objetivo a avaliação do sistema de controles internos no TRF3R com vistas a garantir que os objetivos estratégicos institucionais sejam alcançados, será realizado no exercício de 2015, conforme determinado pelos arts. 39 e 40 da RES CNJ nº 171/2013 e aprovado pela RES PRES TRF3R nº 411/2014 (Plano Anual de Auditorias e Fiscalizações para o exercício de 2015, no âmbito da JF3R, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382>).



2.5 – Remuneração paga a administradores

Não se aplica à UJ (Quadro A.1 da DN TCU nº 134/2013).



3 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 – Canais de acesso ao cidadão

(Fonte: AEGE, Gabinete da Ouvidoria, ACOM, Núcleo de Apoio Administrativo/JFMS e Núcleo de Comunicação Social/JFSP)

3.1.a – Canais de acesso do cidadão à unidade jurisdicionada para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc

Os canais de acesso do cidadão à UJ estão estabelecidos formalmente, inclusive, quanto aos mecanismos para tratar e acompanhar informações e denúncias recebidas, consoante RES PRES TRF3R nº 181/2008; art. 3º, II, da RES PRES TRF3R nº 226/2010 e OS PRES TRF3R nº 15/2009 (Ouvidoria-Geral da JF3R); art. 375 do RI/TRF3R (Corregedoria-Regional da JF3R); PORT PRES TRF3R nº 6.749/2012 (Comitê Gestor do Código de Conduta da JF3R) e itens 7 e 9 da RES CA TRF3R nº 390/2010 (Norma de Estrutura da Assessoria de Comunicação Social).

A Ouvidoria-Geral da JF3R disponibiliza os seguintes canais de acesso ao cidadão:

- Correio eletrônico: e-mail ouvidoria@trf3.jus.br.
- Link no sítio da JFSP e JFMS na internet: www.jfsp.jus.br/ouvidoriatr3 e <http://www.jfms.jus.br/>;
- “FALE CONOSCO”: <http://web.trf3.jus.br/Sistemasweb/ContatoOuvidoria>
- Formulário da Ouvidoria: disponível no portal do TRF3R na internet (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1047>), inclusive para denúncias e solicitações referentes à Lei nº 12.527/2011 (Lei do Acesso à Informação);
- Telefone e Fax: (11) 3012-1583, pelo qual é possível falar com um atendente, deixar uma mensagem gravada para posterior atendimento ou enviar solicitação via fax, por meio do menu informado em gravação de voz;
- Cartas: para o endereço Av. Paulista, 1842 - Torre Sul – 11º andar - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01310-936;
- Atendimento pessoal – No mesmo endereço acima, de segunda a sexta-feira, das 9:00h às 19:00h.

Os canais de acesso da Ouvidoria-Geral são divulgados periodicamente no site do TRF3R (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1047>) e em cartazes afixados em todas as Seções e Subseções Judiciárias, JEF e no TRF3R.

Além desses, a UJ disponibiliza, ao cidadão, os seguintes canais de acesso: Presidência: e-mail: presidencia@trf3.jus.br (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=57>); Corregedoria-Regional: Avenida Paulista, 1842 - 11º Andar, Torre Sul – São Paulo -SP - CEP 01310-936, telefones (11) 3012-1547 e 3012-1779 Fax: (11) 3012-1647, e-mail corregedoria@trf3.jus.br (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=55>); Gabinete da Conciliação: Avenida Paulista, 1.912, 4º andar - conjuntos 41 e 42, Cerqueira César - São Paulo/SP, CEP: 01310-924, telefones (11) 3012-1768/1423/2047/2059/1749/1401, e-mail conciliar@trf3.jus.br (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3793>); Coordenadoria dos JEF: Avenida Paulista, 1345 - 12º Andar, São Paulo -SP - CEP 01311-200, Tel. (11) 2927-0168, 2927-0178, 2927-0179, e-mail: cordjef3@trf3.jus.br (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=404>); Escola de Magistrados: Av. Paulista, 1912, Edifício Funcef Center - Cerqueira César - São Paulo - SP - CEP 01310-924, 1º andar (Auditório) - 2º andar (salas de aula) - 3º andar (secretaria da EMAG), e-mail: emag@trf3.jus.br (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=125>); Assessoria de Comunicação Social do TRF3R: e-mail imprensa@trf3.gov.br (URL: <http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/ExibirUltimasNoticias>) e Núcleo de Comunicação Social SJSP, e-mail: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br; acesso à lista telefônica do TRF3R, JFSP e JFMS (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=891> / <http://www.jfsp.jus.br/informacoesgerais/> e



<http://www.jfms.jus.br/secao.htm?id=63>); “Fale Conosco”: canal direto com a Diretoria do Foro da SJSP para esclarecimento de dúvidas e recebimento de comentários ou sugestões relacionadas às áreas administrativas e judiciais (www.jfsp.jus.br/fale-conosco/ ou faleconosco@jfsp.jus.br).

O desempenho, a disponibilidade e a adequação dos canais de comunicação da JF3R foram avaliados no exercício de 2014, mediante Pesquisa de Satisfação do Usuário da JF 2013/2014, conforme relatado no item 3.3 infra (Processo SEI 0015965-64.2014.4.03.8000).

3.1.b – Dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/ encaminhamento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados, inclusive frente a dados registrados em exercícios anteriores

3.1.b.1 – Dados gerenciais e estatísticos

OUVIDORIA-GERAL DA JF3R

Registro e acompanhamento de expedientes por tipo de solicitação

Tabela 6 - Quadros gerenciais e estatísticos da Ouvidoria-Geral da JF3R

TRF3R

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Dúvidas	191	107	187	106	98%	99%	4	1
Reclamações	1.014	1.175	801	1.101	79%	94%	213	74
Sugestões	21	6	21	4	100%	67%	0	2
Elogios	18	9	18	9	100%	100%	0	0
Informações (Lei nº 12.527/2011)	10	29	10	26	100%	90%	0	3
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	4	26	4	24	100%	92%	0	2
TOTAL	1.258	1.352	1.041	1.270	83%	94%	217	82

JFSP

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Dúvidas	55	138	52	135	95%	98%	3	3
Reclamações	310	426	289	409	93%	96%	21	17
Sugestões	2	1	2	1	100%	100%	0	0
Elogios	16	4	16	4	100%	100%	0	0
Informações (Lei nº 12.527/2011)	0	5	0	5	-	100%	0	0
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	0	12	0	10	-	83%	0	2
TOTAL	383	586	359	564	94%	96%	24	22

JFMS

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Dúvidas	5	2	3	2	60%	100%	2	0
Reclamações	24	44	24	44	100%	100%	0	0
Sugestões	0	0	0	0	-	-	0	0
Elogios	0	0	0	0	-	-	0	0



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

Informações (Lei nº 12.527/2011)	0	4	0	4	-	100%	0	0
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	0	0	0	0	-	-	0	0
TOTAL	29	50	27	50	93%	100%	2	0

JEF E TR

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Dúvidas	18	50	18	50	100%	100%	0	0
Reclamações	535	531	530	524	99%	99%	5	7
Sugestões	1	3	1	3	100%	100%	0	0
Elogios	13	9	13	9	100%	100%	0	0
Informações (Lei nº 12.527/2011)	0	0	0	0	-	-	0	0
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	0	3	0	3	-	100%	0	0
TOTAL	567	596	562	589	99%	99%	5	7

OUVIDORIA-GERAL DA JF3R

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Dúvidas	497	546	497	546	100%	100%	0	0
Reclamações	607	855	607	855	100%	100%	0	0
Sugestões	0	5	0	5	-	100%	0	0
Elogios	18	2	18	2	100%	100%	0	0
Informações (Lei nº 12.527/2011)	0	2	0	2	-	100%	0	0
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	257	223	257	223	100%	100%	0	0
TOTAL	1.379	1.633	1.379	1.633	100%	100%	0	0

JF3R (CONSOLIDADO)

Tipos de Solicitações	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Dúvidas	766	843	757	839	99%	99%	9	4
Reclamações	2.490	3.031	2.251	2.933	90%	97%	239	98
Sugestões	24	15	24	13	100%	87%	0	2
Elogios	65	24	65	24	100%	100%	0	0
Informações (Lei nº 12.527/2011)	10	40	10	37	100%	93%	0	3
Outros (outros tribunais, assessoramento jurídico)	261	264	261	260	100%	98%	0	4
TOTAL	GERAL							
	Solicitações Registradas		Atendidas		(%) Atendimento		Aguardando Resposta	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Solicitações	3.616	4.217	3.368	4.106	93%	97%	248	111



Gráfico 2 – Comparativo de expedientes por tipo de solicitação – 2013-2014

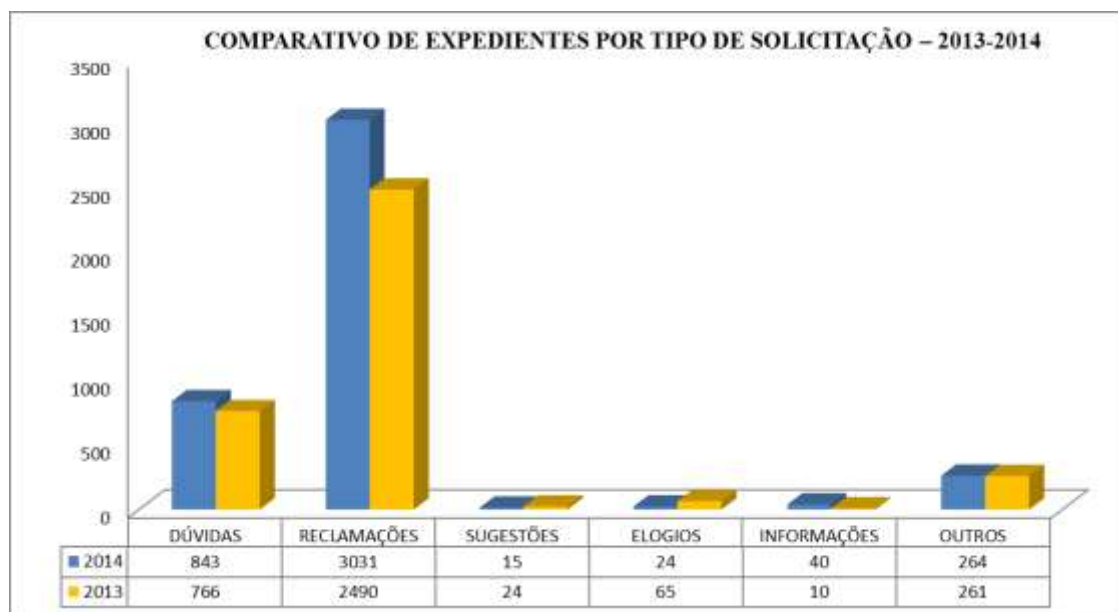


Gráfico 3 – Comparativo da progressão por número de solicitações – 2008 a 2014



3.1.b.2 – Análise dos resultados

Verifica-se, do quadro “COMPARATIVO DA PROGRESSÃO POR NÚMERO DE SOLICITAÇÕES – 2008 A 2014”, que houve elevação no número de solicitações recebidas na Ouvidoria-Geral da JF3R, a partir do exercício de 2011, fato decorrente da modernização dos sistemas informatizados para recepção e tratamento das solicitações. Nota-se aumento expressivo do número de solicitações, de 89,42%, do exercício de 2012 para o de 2013, após a implantação de formulário padronizado para recepção de solicitações, disponibilizado na página da Ouvidoria-Geral da JF3R na Internet, e de 16,62%, de 2013 para 2014, em razão da ampliação da comunicação e divulgação dos canais de acesso da Ouvidoria-Geral da JF3R ao cidadão, em todas as unidades da JF3R.



Quanto aos resultados coligidos, houve aumento do índice de atendimento às reclamações no TRF3R, de 79% no exercício de 2013, para 94% no exercício de 2014. Em relação à JF de Primeiro Grau, o aumento foi de 93% (2013) para 96% (2014).

Do número total de solicitações, a elevação deu-se à ordem de 11% nas solicitações respondidas pelas áreas responsáveis, e de 18% em relação àquelas respondidas diretamente pela Ouvidoria-Geral.

3.1.c – Alterações dos procedimentos adotados pela UJ decorrentes das informações disponibilizadas nos canais de acesso

Com o objetivo de otimizar o atendimento ao cidadão, foi incluída, no PETI, proposta da Ouvidoria-Geral, de aperfeiçoamento do sistema de atendimento ao usuário (Processo SEI 0021362-07.2014.4.03.8000).

Conforme relatado nos itens 3.2 e 3.6.2 infra, iniciou-se em 09/01/2015, na UJ, o projeto “Carta de Serviços da JF3R”. Ainda, objetivando dar cumprimento à acessibilidade plena nos sítios da internet da UJ, foi incluído, no PDTI, o projeto de aquisições das ferramentas necessárias para tanto.

3.2 – Carta de serviços ao cidadão

Iniciou-se em 09/01/2015, na UJ, o projeto “Carta de Serviços da JF3R”, tendo por objetivo “Elaborar Carta de Serviços da 3ª Região disponibilizando-a nos sites do TRF3 e Seções Judiciárias até julho de 2015” (Processo SEI 0025298-40.2014.4.03.8000).

O desenvolvimento da Carta de Serviços da JF3R possui alinhamento estratégico (PEJF 2015-2020, Macrodesafio: Garantia dos Direitos de Cidadania, Objetivo Estratégico: Buscar a satisfação do usuário/cidadão) e visa:

a) Orientar e informar a sociedade sobre a atuação do Tribunal e respectivas Seções Judiciárias, possibilitando um acesso mais simples a serviços e informações que estão em suas atribuições;

b) Fortalecer a confiança e a credibilidade da sociedade na Instituição através da visibilidade e transparência da gestão do serviço público, e

c) Possibilitar transparência das atividades e serviços prestados, servindo como base para que a sociedade acompanhe e avalie a atuação da Instituição, cooperando com a busca constante do aperfeiçoamento.

A equipe de projeto é integrada por representantes da ACOM, AECE, AGES, ASOM, CORE, Coordenadoria dos JEF, Núcleo de Apoio Judiciário/SJMS; Núcleo de Apoio Judiciário/SJSP; Núcleo de Comunicação Social/SJSP, Núcleo de Organização e Métodos/SJSP, Ouvidoria-Geral e Secretaria Judiciária.

3.3 – Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Entre 18/11/2013 a 28/02/2014, o CJF – em parceria com os TRF – realizou a Pesquisa de Satisfação da JF - 2013/2014, sob o tema “Sempre pode melhorar... e sua opinião fará diferença”. A pesquisa teve o intuito de avaliar a qualidade de itens como: atendimento, acessibilidade, telefonia, tempo de duração dos processos, transparência e segurança judicial. O questionário disponível na internet possuía 47 perguntas objetivas, além de um espaço para críticas e sugestões, que poderiam ser respondidas em até 7 minutos.

Quase oito mil pessoas participaram do levantamento, respondendo ao questionário, sendo 36% de usuários que são partes de processos judiciais, 35% advogados, 8% servidores públicos e estagiários, 5% procuradores, 4% funcionários e estagiários de escritórios de advocacia, entre outros. O resultado da pesquisa foi encaminhado pelo CJF ao TRF3R em 25/8/2014, estando



em fase de exame pelas áreas responsáveis, para adoção de providências face aos dados colhidos (Processo SEI 0015965-64.2014.4.03.8000).

3.4 – Acesso às informações da UJ

Estão disponíveis, no Portal do TRF3R, JFSP e JFMS na internet, as informações referentes à atuação da UJ, julgadas úteis a sociedade e que contribuam para a transparência da gestão (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2517> / <http://www.jfsp.jus.br/transparencia/> e <http://www.jfms.jus.br/>), inclusive os relatórios de gestão fiscal (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2343>), relatórios de gestão e de auditoria de gestão (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2552>) e resultados dos respectivos julgamento pelo TCU.

3.5 – Avaliação do desempenho da UJ

A Pesquisa de Satisfação da JF - 2013/2014, relatada no item 3.3 supra, revelou que 58% dos cidadãos estão satisfeitos com os serviços oferecidos pela JF em todo o país, índice 3% superior à meta estipulada pelo PEJF. Em relação à JF3R, os resultados estão em fase de exame pelas áreas responsáveis, para adoção de providências face aos dados colhidos (Processo SEI 0015965-64.2014.4.03.8000).

3.6 – Medidas relativas à acessibilidade

3.6.1 – Acessibilidade física às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Fonte: SADI, Núcleo de Infraestrutura/JFSP e Seção de Arquitetura e Engenharia/JFMS)

TRF3R

Com vistas a assegurar o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e as Normas Técnicas da ABNT aplicáveis, os edifícios do TRF3R tem sido adaptados, conforme segue (Processos SEI 0017556-95.2013.4.03.8000 e 0015413-36.2013.4.03.8000):

a) Estacionamento: demarcação das vagas especiais para idosos e para deficientes, dimensionadas e sinalizadas conforme prescrição da Norma NBR 9050/2004;

b) Acessos e áreas de circulação: as escadas do edifício-sede do TRF3R atendem aos requisitos da norma NBR 9050/2004, que exige a instalação de pisos táteis de alerta em patamares, anel indicativo de proximidade do fim da escada e indicação do andar em braile; todas as salas possuem pisos elevados, indicação com Símbolo Internacional de Acessibilidade – SAI e são dotadas de rampas de acesso para cadeirantes, em conformidade com a Norma NBR 9050/2004; os locais de atendimento a público possuem estações de trabalho acessíveis para o atendimento a portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida;

c) Elevadores: no edifício-sede do TRF3R todos os carros dos elevadores possuem painel de comando em ambos os lados da cabine, com diferenciação de altura, conforme prescrição de norma, além disso, o carro 7 possui diferenciação de textura de piso. Todos os halls dos elevadores possuem indicação com Símbolo Internacional de Acessibilidade – SIA e botoeiras de chamada com indicação em braile;

d) Sanitários e vestiários: a reforma de Acessibilidade do edifício-sede do TRF3R contemplou a instalação de um vestiário individual acessível de uso misto junto aos vestiários existentes (24º andar), a sinalização, no hall dos andares, relativa aos sanitários acessíveis, e a sinalização dos desníveis nos corredores dos sanitários. Há projeto básico desenvolvido de acordo com as leis e normas de acessibilidade, para a reforma geral dos sanitários e prumadas hidráulicas de todo o edifício sede, o qual contempla a instalação de um sanitário acessível por pavimento e a reforma daqueles existentes. Aguarda-se dotação orçamentária para a respectiva execução;



e) mobiliário: os bebedouros de todos os halls de elevadores foram apoiados sobre um módulo de piso elevado, deixando a altura do acionamento da torneira e os porta-copos na faixa de conforto para cadeirantes; houve instalação de telefones públicos com aparelhos acessíveis acompanhados de dispositivo TDD (telefone com texto para deficientes auditivos) no 2º subsolo, térreo, 3º, 6º, 10º, 15º e 16º andares.

JFSP

Na JFSP tem sido adotadas medidas com vistas à remoção de barreiras impeditivas ao amplo acesso de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem assim realizados estudos e vistorias para avaliação da situação de seus edifícios – no total de 54 – cuja situação relata-se no Anexo IX deste Relatório de Gestão.

JFMS

As adequações nos prédios da JFMS estão sendo efetuadas, conforme disponibilidade orçamentária. Relata-se, a seguir, as intervenções realizadas: JEF de Campo Grande – instalação de plataforma elevatória, adequação dos sanitários, refazimento da calçada pública em frente ao prédio, com instalações de pisos direcionais e tátil, rampas e corrimãos e eliminação de barreiras; 1º Subseção Judiciária de Campo Grande – prédio térreo, dispõe de acessos e sanitários acessíveis, tendo sido, recentemente, instalada sinalização e construída calçada externa acessível; Subseção Judiciária de Três Lagoas e JEF de Dourados – construção recente, contemplando os quesitos de acessibilidade; Subseção Judiciária de Dourados – prédio reformado em 2007/2008, contemplando os quesitos de acessibilidade, com instalação de plataforma elevatória, banheiros acessíveis e eliminação de barreiras físicas horizontais e/ou verticais; Subseções de Ponta Porã, Coxim, Corumbá, Naviraí – Foram contratados os projetos básicos e executivos para adequação aos quesitos de acessibilidade (Processo SEI0003518-38.2014.4.03.8002).

3.6.2 – Acessibilidade nos sítios da internet da UJ

(Fonte: SETI, Processos SEI 0022016-91.2014.4.03.8000 e 0001724-79.2014.4.03.8002)

O portal WEB institucional do TRF3R (www.trf3.jus.br) está adaptado aos padrões de acessibilidade, seguindo o padrão "dasilva" (www.dasilva.org.br), avaliador de acessibilidade em português, para Websites, um programa de computador construído pela Acessibilidade Brasil, segundo princípios internacionais, o qual, ao ser executado, realiza uma varredura do site indicado acusando erros como links sem texto ou elementos dissonantes das regras de acessibilidade.

Além desse, os serviços de consulta processual do TRF3R e dos JEF (URL: www.jfsp.jus.br/jef/) possuem mecanismo de segurança para evitar automatização da consulta por robôs, denominado captcha, e são acessíveis a deficientes visuais, uma vez que os softwares utilizados por este público é capaz de reconhecer o áudio disponibilizado no aludido mecanismo de segurança.

A utilização de software avaliador de acessibilidade está alinhada ao objetivo estratégico “Facilitar o Acesso à Justiça” e garante o cumprimento do Decreto-lei nº 5.296/2004, regulamentador das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000.

A partir do exercício de 2014, passou-se a utilizar, na JF3R, os softwares “NVDA Versão de 2014.2”, Microsoft “SpeechPlatformRuntime” e “MSSpeech_TTS_pt-BR_Heloisa”, possibilitando o uso do computador por deficientes visuais. Todos os softwares são de uso gratuito e oferecidos em versões completas para uso, sem restrições de tempo ou chaves de liberação.

Objetivando dar cumprimento à acessibilidade plena, inseriu-se, no projeto de aquisições e desenvolvimento para o triênio 2015-2017, do PDTI, as ferramentas necessárias para tanto, quais sejam, ferramenta de leitor de tela, ferramenta conversora de estilos para daltônicos e disponibilização de links de acesso a softwares sintetizadores de voz.



4 – PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Notas:

1 - Consoante expresso no art. 5º da DN TCU nº 143/2015 e como forma de organizar a apresentação do conteúdo do Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2014, de acordo com a estrutura definida pelo Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), o item 5 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 134/2013, foi remanejado para o item 4, deste Relatório de Gestão;

2 – Foram adotados, na numeração dos quadros, os critérios estabelecidos pela PORT TCU nº 90/2014;

3 - O item 4 (Ambiente de Atuação) exigido na Parte A do Anexo II da DN TCU nº 134/2013 foi excluído, tendo em vista não constar da estrutura do sistema e-Contas.

4.1 – Planejamento da unidade

(Fonte: AEGE, SOFI, SETI, Núcleo de Organização e Métodos/JFSP e NURE/JFMS)

4.1.1 – Descrição sintética dos planos estratégico, tático e/ou operacional que orientam a atuação da UJ

O Planejamento Estratégico da JF3R foi instituído pela RES PRES TRF3R nº 86/2009, para o quinquênio de 2010-2014, em cumprimento à Meta 1, do Anexo II, das Metas Nacionais de Nivelamento do ano de 2009 para o Poder Judiciário; à RES CNJ nº 70/2009, que dispôs sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário; à RES CJF nº 69/2009, que dispôs sobre as diretrizes básicas para a elaboração e gestão do PE, notadamente quanto ao desdobramento do PEJF, e à RES CJF nº 73/2009, que aprovou o Mapa Estratégico da JF para o quinquênio 2009-2013 e o estabeleceu como base para a elaboração e revisão dos planejamentos estratégicos regionais.

Com os objetivos de adequar indicadores e metas; harmonizar o painel estratégico com as metas propostas pelo CNJ e otimizar as coletas de informações, em julho de 2012, foi aprovado o PEJF, pela RES CJF nº 194/2012, que unificou os planos estratégicos do Conselho e da JF de 1º e 2º graus, definindo para a JF a missão de “Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”.

Em decorrência, foi editada a RES PRES/TRF3R nº 100/2012, referendada na 243ª Sessão Plenária Extraordinária Administrativa de 12/12/2012, que adequou o PE da JF3R para o quinquênio 2010-2014, aos Painéis Estratégicos da JF e de TI, compostos pelos mapas, objetivos, fatores críticos de sucesso, indicadores, metas e iniciativas, aprovados pela RES CJF nº 194/2012.

O PE da JF3R desdobra-se, no TRF3R, nas Seções Judiciárias e nos JEF, em projetos, metas e ações, com abrangência institucional, vinculados aos objetivos estratégicos e seus indicadores estratégicos e fatores críticos de sucesso, e aos programas, projetos e processos de trabalho estratégicos constantes dos Painéis Estratégicos da JF e de TI.

No TRF3R, a implementação, gestão e acompanhamento de resultados do PE, nos termos das Metodologias de Planejamento e Gestão da Estratégia da JF, do Gerenciamento de Projetos Estratégicos da JF e do Gerenciamento por Processos de Trabalho da JF instituídas pelo CJF, está a cargo da área de Gestão Estratégica e do Comitê Institucional de PE instituído pela PORT PRES TRF3R nº 5864/2009. No âmbito da JFSP, compete ao Núcleo de Organização e Métodos a atuação como Escritório de Projetos Estratégicos, tendo sido instituído Comitê Institucional de PE da SJSP, consoante PORT DFOR nº 076/2009. NA JFMS, foi instituído Comitê Institucional de PE da SJMS, pela PORT DFOR nº 275/2009.

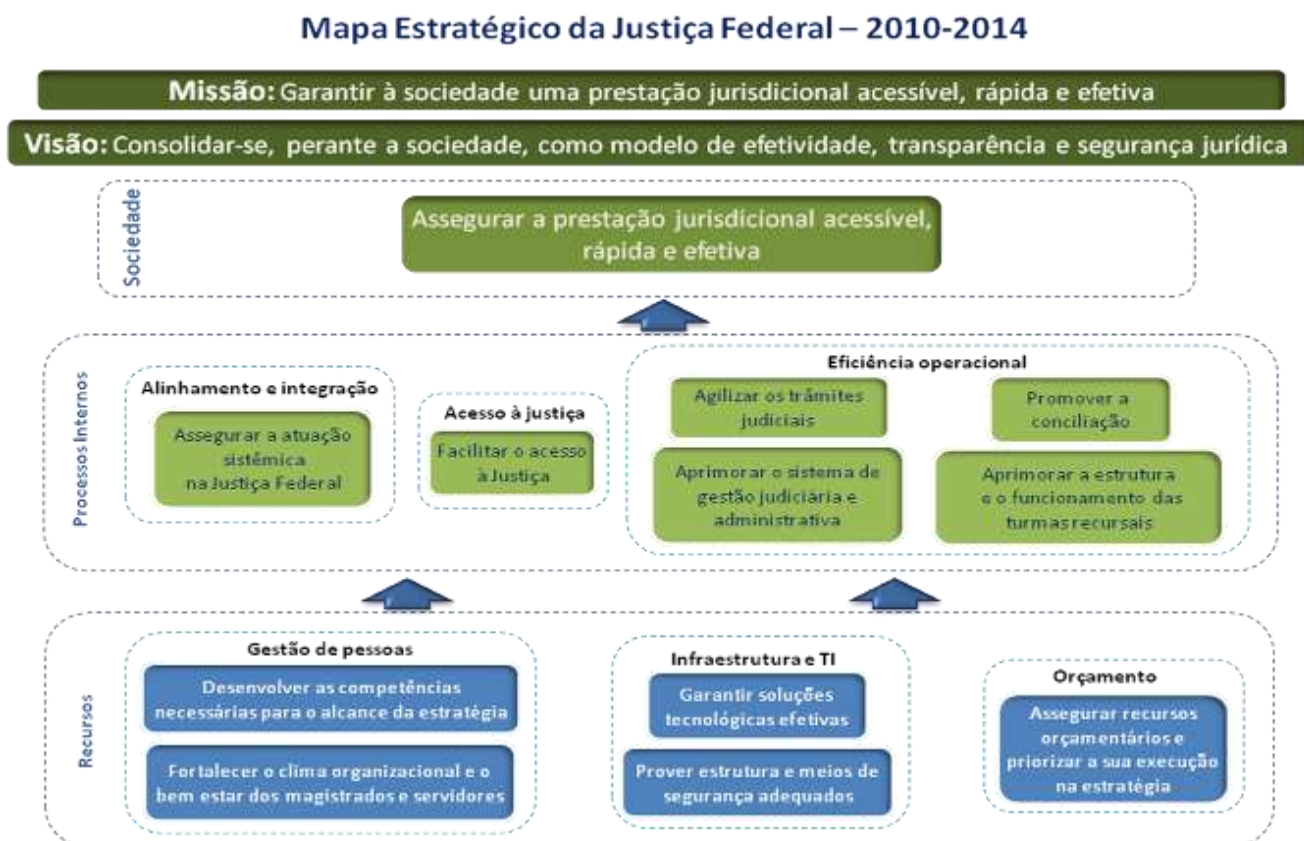
Em 22/10/2014, foi editada a RES CJF nº 313/2014, que aprovou o PEJF e o PETI para o período de 2015-2020.



4.1.2 – Vinculação do plano com as competências constitucionais, legais ou normativas da UJ

O mapa estratégico da JF, detalhado abaixo, estabelecido para o período de 2010-2014, demonstra a vinculação do plano estratégico da UJ a sua competência constitucional estabelecida nos arts. 108 e 109 da CF, para processamento e julgamento de ações nas quais a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem na condição de autoras ou rés e outras questões de interesse da Federação.

Gráfico 4 – Mapa estratégico da Justiça Federal – 2010-2014



4.1.3 – Contextualização da estratégia

O planejamento estratégico da JF3R está alinhado às ações do Comitê Gestor Nacional do CNJ, seguindo diretrizes para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário.

As ações estratégicas da JF3R foram vinculadas ao PEJF, aprovado pelo CJF, por meio da RES CJF nº 194/2012, que unificou os painéis estratégicos do Conselho e da JF de 1º e 2º graus para o período de 2010-2014. A RES PRES/TRF3R nº 100/2012 adequou o PE da JF3R aos Painéis Estratégicos da JF e de TI aprovados pela RES CJF nº 194/2012.

4.1.4 – Vinculação do plano com os programas do Plano Plurianual

O Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015, instituído pela Lei nº 12.593/2012, apresenta programa único para a JF — Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na JF — e não contém detalhamento de ações individualizadas. As ações são discriminadas nas leis orçamentárias anuais e o acompanhamento é feito mediante registro individual no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. Eventuais alterações, com reflexos plurianuais em



projetos, são submetidas à apreciação da Secretaria de Orçamento Federal.

A Proposta Orçamentária Anual de 2014, elaborada em abril/2013, bem assim os créditos adicionais do exercício de referência das contas, contendo projetos e atividades, foram alinhados ao PE institucional, em atendimento ao disposto na RES CNJ nº 70/2009 (art. 2º, § 3º) e na RES CJF nº 194/2012, com o registro das despesas correspondentes, permitindo seu gerenciamento durante o exercício. As requisições de compras e serviços no âmbito TRF3R foram emitidas, no decorrer do exercício de 2014, com identificação dos respectivos objetivos estratégicos, para a apuração dos índices de execução.

A execução de programações correspondentes ao PE registrou o percentual de 23,92% em relação ao orçamento total, subtraídas as despesas com pessoal, benefícios, concurso público Fonte 0150 e crédito especial de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

A demonstração da execução de programações correspondentes ao PE consta do Anexo X deste Relatório de Gestão.

4.1.5 – Principais objetivos estratégicos traçados para a UJ para o exercício de 2014

No Painel Estratégico definido para a JF foram estabelecidos 12 objetivos estratégicos:

1. Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva: Prestar serviços jurisdicionais de qualidade, de forma rápida, acessível e efetiva, com segurança jurídica e transparência, na busca da satisfação dos jurisdicionados da JF.
2. Assegurar a atuação sistêmica da JF: Garantir que os sistemas organizacionais da JF atuem de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos, padrões, metodologias, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional, conforme preconiza a Lei nº 11.798/2008. Sistemas organizacionais regulamentados: TI; Gestão de Pessoas; Planejamento e Orçamento; Desenvolvimento Institucional; Obras; Informação e Documentação; CI; Estatística; Comunicação; Escolas da Magistratura.
3. Facilitar o acesso à Justiça: Garantir o amplo acesso ao maior número de cidadãos à resolução de conflitos.
4. Agilizar os trâmites judiciais: Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais pendentes a fim de assegurar a razoável duração do processo.
5. Aprimorar a estrutura e o funcionamento das TR: Garantir a otimização dos processos de trabalho visando à melhoria contínua dos trâmites judiciais das TR, TRU e TNU, por meio da implantação e disseminação de boas práticas de gestão, propiciando a celeridade, qualidade e transparência da prestação jurisdicional.
6. Promover a conciliação: Aumentar o número de audiências de conciliação designadas anualmente, na busca da pacificação social e solução de litígios, promovendo a celeridade e a efetividade.
7. Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa: Implementar metodologias e ferramentas de gestão e o monitoramento e controle dos processos de trabalho, de forma a garantir o aprimoramento da gestão judiciária e administrativa. Processos de trabalho identificados como estratégicos no horizonte 2012 a 2014: Conciliação (Instrução); TR, TRU e TNU; Gestão da estratégia; Governança e operacional de TI (COBIT E ITIL); Supervisão (Orçamentária; Administrativa; Disciplinar; Fiscalização).
8. Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia: Promover o desenvolvimento das competências necessárias (específicas e gerenciais), por meio de avaliação sistemática e educação continuada, na busca da excelência das ações dos magistrados e servidores vinculadas aos processos estratégicos, observando os



- planos nacionais de capacitação e aperfeiçoamento para magistrados e servidores – PNA e PNC.
9. Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores: Fortalecer o grau de satisfação no ambiente de trabalho, contribuindo para o bem-estar dos magistrados e servidores, por meio da otimização da estrutura organizacional, de mecanismos que melhorem o bem-estar organizacional, da política de gestão de pessoas e das relações socioprofissionais.
 10. Garantir soluções tecnológicas efetivas: Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação, adequando-os e promovendo a integração entre os órgãos da JF, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho e a segurança da informação (integridade, confidencialidade e disponibilidade de serviços), garantindo a convergência tecnológica.
 11. Prover estrutura e meios de segurança adequados: Disponibilizar, com economicidade, infraestrutura física considerando a ergonomia, a acessibilidade, os processos de trabalho, a estrutura e os desenhos organizacionais; sistemas de informação e meios para garantir a segurança pessoal, predial e da informação, permitindo a execução das atividades da JF de forma eficiente, eficaz, efetiva e segura.
 12. Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia: Garantir que haja recursos orçamentários, públicos ou privados, suficientes vinculados à estratégia, de modo a garantir a sua execução de acordo com os objetivos e as metas estabelecidas no Mapa Estratégico.

4.1.6 – Riscos identificados para alcance dos objetivos estratégicos e as estratégias adotadas

(Fonte: Processo SEI 0014809-75.2013.4.03.8000)

Iniciou-se, em 22/08/14, com cronograma de conclusão em 22/01/16, o projeto “Implementar Gestão por Processo de Trabalho no TRF3”, tendo por objetivo implantar a Metodologia de Gestão de Processos de Trabalho da JF no TRF3R.

Tomando por base o Planejamento Estratégico de 2010-2014, referido projeto encontra-se apoiado na perspectiva “Processos Internos”, no tema “Eficiência Operacional” e no objetivo estratégico “Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa”, uma vez que permitirá a revisão e adequação dos processos de trabalho no intuito de otimizar a utilização dos recursos disponíveis, mediante mapeamento dos processos críticos de trabalho, com o estabelecimento de indicadores e a identificação dos riscos atinentes a esses processos.

Considerando o cronograma do projeto, o mesmo integrará o Planejamento Estratégico 2015-2020, atendendo aos Macrodesafios “Instituição da Governança Judiciária” e “Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC”. Ainda, colaborará com o projeto “Melhoria de processos e estrutura da conciliação”, que tem por escopo o mapeamento dos processos de trabalho das unidades de conciliação, e está relacionado ao Objetivo Estratégico “Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação” contido no Macrodesafio “Adoção de soluções alternativas de conflito”.

4.1.7 – Estratégias, adequações nas estruturas da UJ e principais ações planejadas para atingir, no exercício de 2014, os objetivos estratégicos estabelecidos

Com ênfase no objetivo “Facilitar o acesso à Justiça”, foram instaladas, no exercício de 2014, 8 (oito) Varas Federais criadas pela Lei nº 12.011/2009, conforme relatado no item 4.2.3.1 (Ação 3755), deste Relatório de Gestão, cumprindo-se a meta estabelecida para o período (100%).



No tocante ao objetivo estratégico “Aprimorar a estrutura e o funcionamento das TR”, foram criadas as estruturas organizacionais das 6ª a 11ª TR da JFSP (RES CATRF3R nº 527/2014) e reestruturadas as TR da JFSP (PROV CJF3R nº 406/2014).

Visando o aprimoramento da gestão e a melhoria da prestação jurisdicional foram instaladas as 1ª e 4ª Seções do TRF3R, com as suas respectivas Turmas (1ª, 2ª, 5ª e 11ª Turmas) (RES CATRF3R nº 493/2014 e RES PRES TRF3R nº 392/2014) e reestruturadas as seguintes áreas administrativas e judiciais do TRF3R: Vice-Presidência e Subsecretaria da 2ª Seção (RES CATRF3R nº 500/2014); Subsecretaria de Controle Interno (RES CATRF3R nº 477/2014); Gabinete da Presidência e DIRG (RES CATRF3R nº 479/2014); Divisão de Gestão Estratégica (RES CATRF3R nº 480/2014); Gabinete do Diretor da Revista (RES CATRF3R nº 482/2014); Ouvidoria-Geral da JF3R (RES CATRF3R nº 483/2014); Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais (RES CATRF3R nº 485/2014); ACOM (RES CATRF3R nº 486/2014); SETI (RES CATRF3R nº 487/2014); criação da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral (RES CATRF3R nº 488/2014); Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário (RES CATRF3R nº 489/2014); EMAG (RES CATRF3R nº 490 e 494/2014); SEGE (RES CATRF3R nº 491/2014); AGES (RES CATRF3R nº 492/2014) e SOFI (RES CATRF3R nº 499/2014).

Em relação à JF de Primeiro Grau da 3ª Região, além da instalação das 08 Varas Federais, foram implantadas a 1ª Vara Federal mista com JEF Adjunto da 16ª Subseção Judiciária – Assis, 1ª Vara Federal mista com JEF Adjunto da 38ª Subseção Judiciária – Barretos, 1ª Vara Federal mista com JEF Adjunto da 17ª Subseção Judiciária – Jaú, 1ª Vara Federal mista com JEF Adjunto da 24ª Subseção Judiciária – Jales, 1ª Vara-Gabinete do JEF da 14ª Subseção Judiciária – São Bernardo do Campo, 1ª Vara Federal mista com JEF Adjunto da 22ª Subseção Judiciária – Tupã, 1ª Vara Federal mista com JEF Adjunto da 27ª Subseção Judiciária – São João da Boa Vista, 1ª Vara-Gabinete do JEF da 18ª Subseção Judiciária – Guaratinguetá, 1ª Vara-Gabinete do JEF da 39ª Subseção Judiciária – Itapeva e 1ª Vara-Gabinete da 40ª Subseção Judiciária – Mauá (PROV CJF3R nº 400, 401, 402, 403, 404, 410, 411, 428, 429 e 431/2014); instituída, na cidade de Barueri, a 44ª Subseção Judiciária (PROV CJF3R nº 405/2014); especializadas a 40ª Subseção Judiciária de Mauá, como 1ª Vara-Gabinete do JEF; a 41ª Subseção Judiciária de São Vicente, como 1ª Vara Federal com competência mista e a 44ª Subseção Judiciária de Barueri, como 1ª Vara-Gabinete do JEF (PROV CJF3R nº 405/2014); alteradas as competências das seguintes Varas Federais da 1ª Subseção Judiciária de São Paulo: 3ª Vara Federal Cível para 9ª Vara Federal especializada em matéria previdenciária, 15ª Vara Federal Cível para 10ª Vara Federal especializada em matéria previdenciária, 16ª Vara Federal Cível para 13ª Vara Federal especializada em Execuções Fiscais, 10ª Vara Federal Criminal comum para 10ª Vara Federal Criminal com competência exclusiva para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos ou valores deles decorrentes, além dos demais processos e incidentes relativos a essa matéria (PROV CJF3R nº 405/2010); alteradas as competências da 1ª Vara Federal da 2ª Subseção Judiciária de Ribeirão Preto para 1ª Vara Federal especializada em Execuções Fiscais, 3ª Vara Federal da 5ª Subseção Judiciária de Campinas para 3ª Vara Federal especializada em Execuções Fiscais e 1ª Vara-Gabinete do JEF da 10ª Subseção Judiciária de Sorocaba para 4ª Vara Federal com competência mista (PROV CJF3R nº 405/2014); implantadas e especializadas a 1ª e 2ª Vara Federal de Barueri, 1ª Vara-Gabinete do JEF de Itapeva e 1ª Vara-Gabinete do JEF de Guaratinguetá (PROV CJF3R nº 409/2014); alteradas a jurisdição da 2ª Subseção Judiciária de Ribeirão Preto, para excluir Ibitiúva, Distrito de Pitangueiras e da 43ª Subseção Judiciária de Limeira, com referência ao município de Aguaí, que passa a fazer parte da jurisdição de São João da Boa Vista (PROV CJF3R nº 412, 416/2014); fixada a competência exclusiva da 10ª Vara Federal Criminal da 1ª Subseção Judiciária - São Paulo, para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos ou valores deles decorrentes, além dos demais processos e incidentes relativos a essa matéria, e da 1ª Vara Federal da 2ª Subseção Judiciária – Ribeirão Preto em Execução Fiscal (PROV CJF3R nº 417, 422/2014) e instaladas a 3ª Vara Federal de Execuções Fiscais na 5ª Subseção Judiciária – Campinas, 1ª Vara



Federal da 41ª Subseção Judiciária – São Vicente, 9ª e 10ª Varas Federais Previdenciárias na 1ª Subseção Judiciária - São Paulo, 13ª Vara Federal de Execuções Fiscais na 1ª Subseção Judiciária - São Paulo, 1ª e 2ª Varas Federais e a 1ª Vara-Gabinete da 44ª Subseção Judiciária – Barueri (PROV CJF3R nº 421, 423, 424, 425 e 430/2014).

Para melhorar os índices da taxa de audiências de conciliação, uma nova estratégia foi utilizada, consistente na adoção de uma política de segurança e legalidade no planejamento das pautas de conciliação (consultando o Juízo Natural, com ou sem os autos físicos). Colheu-se, como resultado, o aumento do percentual de acordos realizados em relação à efetividade das audiências realizadas, de 59%, no primeiro semestre/2013, para 75%, no primeiro semestre/2014.

No tocante ao mapeamento dos processos de trabalho, foram mapeados aqueles relativos à Gestão da Estratégia (Gestão de Processos, Gestão de Projetos e Gestão do Planejamento Estratégico), retomando-se o projeto “Implementar Gestão por Processo de Trabalho no TRF3R” (Processo SEI 0014809- 75.2013.4.03.8000). A condução dos trabalhos da área de gestão estratégica da JF3R no ano de 2014 foi alinhada às ações do Comitê Gestor Nacional (CNJ), no qual o TRF3R foi designado representante do segmento da JF, e do Comitê Gestor de PEJF (CJF) para a elaboração do PE ciclo 2015-2020. O novo ciclo teve início em janeiro/2015, regulamentado pelas RES CNJ nº 198/2014 e CJF 313/2014, as quais estabelecem as diretrizes para o desenvolvimento do PE Nacional do Poder Judiciário e PEJF, inclusive de TI, respectivamente, baseadas nos macrodesafios formulados pela Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário (instituída pela PORT CNJ nº 138/2013) e aprovados no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido em Belém do Pará, em novembro/2013.

Os macrodesafios foram definidos durante todo o exercício de 2014 a partir de qualificados debates envolvendo magistrados, servidores e intensa participação dos órgãos do Poder Judiciário, que se organizaram por meio de uma rede colaborativa de governança coordenada pelo Comitê Gestor Nacional, sendo eles: garantia dos direitos de cidadania; celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; adoção de soluções alternativas de conflito; aprimoramento da gestão da justiça criminal; impulso às execuções fiscais e cíveis; combate à corrupção e à improbidade administrativa; gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes; melhoria da gestão de pessoas; aperfeiçoamento da gestão de custos; instituição da governança judiciária e melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

Os referidos planos descrevem a estratégia e definem a trajetória que a JF realizará na busca por uma prestação jurisdicional mais efetiva. É, portanto, a síntese das políticas públicas judiciárias que se intenciona implementar nos anos vindouros. Uma das inovações para esse ciclo que se inicia é o fato de que o PE não contemplará apenas objetivos e metas, mas delimitará, também, as principais iniciativas (programas, projetos e ações) a realizar em âmbito nacional para dar suporte ao alcance dos macrodesafios.

A AEGE contribuiu para os resultados acima descritos mediante execução das seguintes ações: coleta e consolidação das análises de cenário, proposição de iniciativas e indicadores para os macrodesafios estabelecidos, junto aos magistrados da JF3R; com base nas propostas apresentadas, elaborou-se a Matriz de Iniciativas e a matriz contendo os indicadores e metas relativos ao macrodesafio coordenado pela JF3R “Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas - 3ª Região; análise e proposição de ajustes nos demais macrodesafios, com respectivos indicadores e iniciativas, resultando na Matriz Estratégica JF – 2015-2020 (Anexo XI deste Relatório de Gestão) e elaboração do PDTI, em reuniões com os gestores das unidades, análise e consolidação dos dados coletados para remessa ao CJF. A documentação pertinente foi submetida ao Comitê Técnico (CJF e TRF) para análise e adequações, a fim de integrar os Planos Estratégicos aprovados no CNJ e CJF. Coube, também, à AEGE o acompanhamento do desempenho da estratégia, relativa ao ciclo 2010-2014, por meio de coleta, consolidação e envio dos indicadores ao CJF; alimentação das metas de 2014 no Portal do CNJ; disponibilização de informações na intranet e internet da UJ; organização e realização dos workshops “Modelagem das Regras de Negócio do Mandado de Segurança no Processo Judicial Eletrônico – PJe” e “Parametrização do Mandado de



Segurança no Processo Judicial Eletrônico – PJe” e revisão da Metodologia de Gerenciamento de Projetos da JF – 2ª versão e do Modelo de Gestão de Portfólio e Operação dos Escritórios de Projetos da JF – 1ª edição, sendo responsável, juntamente com o TRF2R, pela elaboração do “Manual de Gerenciamento de Projetos da JF”, submetido à avaliação do CJF com previsão de formalização em 2015.

4.2 – Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

4.2.1 – Programa temático

QUADRO A.5.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014.

4.2.2 – Objetivo

QUADRO A.5.2.2 – OBJETIVO FIXADO PELO PPA

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014.

4.2.3 – Ações

Programas de governo constantes do PPA – de gestão e manutenção e de operações especiais

(Fonte: SIAFI Gerencial)

Notas:

(*) Dotação Orçamentária inicial alocada ao CJF e recebida pelas UGE 090015, 090017, 090029 e 090055 por descentralização interna, após ingresso na UG 090035, conforme detalhado nos Anexos XVII e XVIII, deste Relatório de Gestão.

(**) Dotação Orçamentária inicial alocada nas respectivas entidades devedoras, recebida por descentralização externa pela UG 090035 e, após, por descentralização interna para UGE 090047, conforme detalhado nos Anexos XVII e XVIII, deste Relatório de Gestão.

Tabela 7 – Identificação dos programas de governo constantes do PPA

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		0569				
Título		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal				
Órgão Responsável		JF3R (UGE-090015, 090017, 090029 e 090055)				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
(*)	1.810.874.066,00	1.769.730.591,72	1.680.775.989,22	3.701.009,53	88.954.602,50	1.677.074.979,69

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		0089				
Título		Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Órgão Responsável		JF3R (UGE-090015, 090017 e 090029)				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
(*)	212.355.870,00	212.355.869,42	203.519.842,77	430.819,16	8.836.026,65	203.089.023,61



Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		0901				
Título		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Órgão Responsável		Tribunal Regional Federal (UG-090047)				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
(**)	3.712.812.867,00	3.712.812.867,00	3.417.664.781,25	0,00	295.148.085,75	3.417.664.781,25

Análise situacional das ações orçamentárias

A análise situacional da execução das Ações Orçamentárias vinculadas aos Programas de Governo 0569, 0089 e 0901 consta do item 4.2.3.1, deste Relatório de Gestão, infra. A suplementação/cancelamento de créditos para as Ações Orçamentárias, os contingenciamentos no exercício de 2014 e a análise do impacto do volume de recursos inscritos em restos a pagar no exercício de 2013, vigentes em 2014, estão registrados, respectivamente, no quadro A.6.1.1 (Anexo XV), item 6.1.3.7 e item 6.4, deste Relatório de Gestão.

4.2.3.1 – Ações – OFSS

QUADRO A.5.2.3.1 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ – OFSS

(Fonte: SOFI, Núcleo Orçamentário e Núcleo de Planejamento/JFSP, Seção de Planejamento e Orçamento/JFMS, SIAFI/SIAFI Gerencial, Sistema Administrativo WEMUL e Sistema SIACOR)

Ação 20TP

Identificação da Ação	
Código	20TP Tipo: Atividade
Título	Pagamento Pessoal Ativo da União - Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104, 12101 – JFSP e 12101 - JFMS
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
292.900.000,00	319.272.829,67	319.272.829,67	314.086.722,74	313.321.357,29	765.365,45	5.186.106,93
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.			Servidor Ativo (unidade)	1.907	-	1.816
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
811.477,98	653.748,25	157.729,73	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Servidor Ativo (unidade)	-	



JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
767.296.552,00	767.296.552,00	767.295.194,42	756.859.015,74	755.555.738,72	1.303.277,02	10.436.178,68
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.		Servidor Ativo (unidade)	4.361	4.489	4.489	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Realizada
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		
1.902.532,64	1.725.794,14	0,68	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Servidor Ativo (unidade)	-	-

JFMS

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
58.963.058,96	58.963.058,96	58.963.058,96	58.194.389,85	58.081.291,77	113.098,08	768.669,11
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.		Servidor Ativo (unidade)	357	-	386	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Realizada
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		
169.191,58	169.191,57	0,01	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Servidor Ativo (unidade)	-	-

Análise Situacional da Ação Orçamentária

TRF3R / JFSP / JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: Divisão de Folha de Pagamento/SEGE (TRF3R); Subsecretaria de Gestão de Pessoas – UGEP e Núcleo de Folha de Pagamento – NUPA (JFSP) e Secretaria Administrativa, NURE, Seção de Pessoal e Seção de Folha de Pagamento (JFMS).

A meta da ação foi cumprida em relação aos pagamentos de folhas normais do exercício de 2014. No entanto, a dotação orçamentária foi insuficiente para cumprimento da programação da ação relativa ao pagamento de passivo de pessoal, registrado no item 6.3, deste Relatório de Gestão.

Houve reprogramação do planejamento inicial, face ao pagamento, a partir de 15/09/2014, de ajuda de custo para moradia aos magistrados, em cumprimento ao art. 65, II, da Lei Complementar nº 35/1979; à decisão proferida em 02/9/2014, na Medida Cautelar da Ação Originária 1.773-DF, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, e aos termos da RES CNJ nº 199/2014.



Ação 2004

Identificação da Ação	
Código	2004 Tipo: Atividade
Título	Assistência Médica e odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104, 12101 – JFSP e 12101 - JFMS
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.423.932,00	10.423.932,00	10.409.275,90	9.533.654,97	9.533.654,97	0,00	875.620,93
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.		Servidor Ativo (unidade)	5.217	-	4.616	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
750.078,21 727.820,62	696.116,03	53.962,18	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Servidor Ativo (unidade)	-	

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.002.742,00	22.760.896,00	22.689.582,11	21.053.917,89	21.053.917,89	0,00	1.635.664,22
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma		Servidor Ativo (unidade)	10.958	10.883	10.883	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.845.710,89	2.797.622,54	202.241,46	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Servidor Ativo (unidade)	6.307

JFMS

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.954.330,00	2.196.176,00	2.195.879,48	1.994.243,91	1.994.243,91	0,00	201.635,57
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.		Servidor Ativo (unidade)	931	-	881	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
14.844,16	11.419,54	3.424,62	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Servidor Ativo (unidade)	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

Em 26/12/2013, houve aumento do valor *per capita* destinado à AMOS, de R\$ 109,00 para R\$ 131,00 (PORT nº CJF-POR-2013/00497).

TRF3R

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UBAS/SEGE.

Eventos/ações/atividades planejados e executados para o exercício de 2014: prestação de serviços de assistência médico-hospitalar (Contrato nº 04.015.10.2013), com participação dos beneficiários em parte do custeio (28,84 a 72,93% do valor do plano de saúde), conforme tabela por faixas salariais e etárias (URL: http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/dpro/Amil/Tabela_particip. Amil_set-14.pdf); prestação de serviços de saúde ocupacional (Contrato nº 04.009.10.2009, vigente até 22/06/2014); auxílio-saúde; perícias médicas e aquisição de materiais permanente e de consumo, inclusive medicamentos, para atendimento no ambulatório médico e fornecimento e aplicação de vacina antigripal para servidores e magistrados do quadro (nota de empenho 2014NE000455).

O aumento do valor *per capita* destinado à AMOS possibilitou a manutenção do percentual de participação dos beneficiários no custeio do plano de saúde e do estoque de medicamentos e



materiais médico-odontológicos, além da campanha 2014 de vacinação contra a gripe. Da dotação orçamentária total, 98% foi destinada ao pagamento do plano de saúde e do auxílio-saúde, inviabilizando outras contratações, notadamente, relacionadas às ações preventivas, à promoção de saúde e à saúde ocupacional.

Tabela 8 - Dados gerenciais da ação orçamentária 2004 - TRF3R

Ações realizadas/Ano	Usuários potenciais	Atendimentos/tratamentos realizados ³	
	2014 ¹	2014	2013
Perícias por juntas médicas	1.819	107	81
Perícias médicas externas ²	1.819	63	91
Auditorias odontológicas (internas)	1.819	0	204
Saúde Ocupacional			
Ginástica laboral	1.819	26.726	63.778
Atendimento fisioterapeuta do trabalho	1.819	19	54
Visitas técnicas do médico e fisioterapeuta do trabalho	1.819	11	28
Atendimento pelo médico do trabalho	1.819	108	176
Perícias médicas internas (médico do trabalho)	1.819	40	161

¹ 1819 = número total de servidores ativos no TRF3R em 31/12/2014 (fonte: SEGE)

² Dados dos relatórios mensais Instituição Credenciada Pessoa Física de 2014 (REPS)

³ Dados dos Relatórios de Gestão e livro de registro da DSAU (antiga DAME) e relatório de gestão da UBAS (abarcou a antiga Divisão do Pró-Social)

⁴ A vigência do Contrato nº 04.009.10.2009 de saúde ocupacional expirou em 21/06/2014.

JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: Pró-Social.

Eventos/ações/atividades planejados e executados para o exercício de 2014: prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, conforme consta da Análise Situacional da Ação Orçamentária supra (TRF3R) e fornecimento e aplicação de vacina antigripal para servidores e magistrados do quadro (nota de empenho 2014NE001248). A dotação orçamentária foi suficiente para pagamento do plano de saúde e do auxílio-saúde.

JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: Seção de Benefícios e Assistência Social.

A dotação orçamentária para a ação, no exercício de 2014, não foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho, remanejando-se dotação de crédito da JFSP para a JFMS, em julho/2014, no valor de R\$ 241.846,00 (Processo SEI 0000816-22.2014.4.03.8002). Os recursos aprovados na LOA foram destinados para o custeio parcial dos planos de saúde e do auxílio saúde, fornecimento e aplicação de vacina antigripal para servidores e magistrados do quadro e ginástica laboral. Para cumprimento da programação de trabalho, foi necessário reduzir a abrangência do plano de saúde contratado (de nacional para estadual); aplicar a coparticipação do usuário para realização de procedimentos médicos e aumentar o valor do custeio dos usuários no plano de saúde. Devido à carência de recursos assistenciais na área de saúde, especialmente no interior do Estado de MS, houve dificuldades para licitar nova contratação de operadora de planos de saúde, resultando em três licitações desertas, duas contratações emergenciais e uma contratação por licitação (Contrato nº 04.017.10.2013, vigente no período de 01/10/2013 a 29/9/2014; Contrato nº 04.013.10.2014, vigente no período de 30/3 a 25/9/2014, e nº Contrato nº 04.022.10.2014, vigente a partir de 26/09/2014).



Ação 2010

Identificação da Ação		
Código	2010	Tipo: Atividade
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	
Iniciativa	Não se aplica	
Objetivo	Não se aplica	Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF	Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104, 12101 – JFSP e 12101 - JFMS	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	

TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.689.732,00	1.750.926,00	1.750.926,00	1.734.002,42	1.734.002,42	0,00	16.923,58
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.		Criança atendida (unidade)	251	-		249
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Realizada
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		
7.777,37	4.050,00	3.727,37	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Criança atendida (unidade)		-

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.058.800,00	6.078.800,00	6.058.800,00	6.038.578,11	6.038.578,11	0,00	20.221,89
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.		Criança atendida (unidade)	900	882		882



Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
59.385,24	4.863,87	54.521,37	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Criança atendida (unidade)	0

JFMS

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
639.540,00	572.540,00	553.922,48	551.922,48	551.922,48	0,00	2.000,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.			Criança atendida (unidade)	95	-	82
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.500,00	538,56	1.961,44	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Criança atendida (unidade)	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

Em 27/3/2014, houve alteração do valor do auxílio pré-escolar, de R\$ 561,00 para R\$ 594,15, retroativamente a 01/01/2014 (PORT CONJUNTA CNJ, STJ, TST, STM e TJDFR nº 1/2014).

TRF3R, JFSP e JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UBAS/SEGE (TRF3R), UGEP (JFSP) e NURE e Seção de Benefícios e Assistência Social (JFMS).

A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho.

Ação 2011

Identificação da Ação	
Código	2011 Tipo: Atividade
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104 e 12101 – JFSP
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras



TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.117.050,00	786.723,00	786.723,00	688.554,73	688.554,73	0,00	98.168,27
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.		Pessoa Beneficiada (unidade)	677	-	486	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
18.990,95	0,00	18.990,95	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Pessoa Beneficiada (unidade)	-	

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.778.700,00	1.580.700,00	1.580.700,00	1.558.537,53	1.558.537,53	0,00	22.162,47
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.		Pessoa Beneficiada (unidade)	1.078	1.003	1.003	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
25.688,48	0,00	124.777,34	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Pessoa Beneficiada (unidade)	0	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

TRF3R e JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UBAS/SEGE (TRF3R) e UGEP (JFSP)



A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho.

Ação 2012

Identificação da Ação		
Código	2012	Tipo: Atividade
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	
Iniciativa	Não se aplica	
Objetivo	Não se aplica	Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF	Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104, 12101 – JFSP e 12101 - JFMS	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	

TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.213.560,00	17.376.261,00	17.376.261,00	17.335.994,00	17.335.994,00	0,00	40.267,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.			Pessoa Beneficiada (unidade)	1.903	-	1.789
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
84.395,56	0,00	84.395,56	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Pessoa Beneficiada (unidade)	-	

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.692.480,00	46.119.622,00	46.119.622,00	46.094.607,58	46.094.607,58	0,00	25.014,42
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.			Pessoa Beneficiada (unidade)	4.424	4.355	4.355



TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.300.000,00	2.103.099,00	1.407.616,51	0,00	0,00	0,00	1.407.616,51
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo – SP - Reforma do Edifício-Sede do TRF 3ª Região, com área de 32.434,60 m², composto de 25 andares, andar térreo (loja) e 02 (dois) subsolos, localizado à Avenida Paulista 1842 – Edifício Cetenco Plaza – Torre Sul, visando propiciar estrutura física adequada a magistrados e servidores, melhor atendimento aos jurisdicionados e manutenção do patrimônio público.		Edifício reformado (% de execução física)	13%	8%	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Realizada
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		
401.679,38	327.760,42	73.918,96	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Edifício reformado (% de execução física)		81,59%

Análise Situacional da Ação Orçamentária

TRF3R

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: SADI.

Obra incluída no Plano de Obras da JF3R do exercício de 2014, aprovado na 310ª Sessão Ordinária Administrativa do Órgão Especial do TRF3R, realizada em 25/6/20104, e no CJF, em sessão realizada em 08/8/2014 Processo CJF-EOF-2014/00173 (Processo SEI 0005292-12.2014.4.03.8000).

A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho.

Foram executados, no exercício, os seguintes itens: automação dos dumpers das casas de máquinas dos fan-coils, no valor de R\$ 240.862,00; elaboração de projeto para substituição do Sistema de Alarme de Incêndio, no valor de R\$ 98.000,00; recuperação estrutural e substituição de impermeabilização dos reservatórios, cobertura, poços dos elevadores e marquise, no valor de R\$ 1.024.494,51; implantação do sistema de oxicalizadores no valor de R\$ 44.260,00. Os serviços contratados permitirão maior controle de emissão de poluentes (instalação de oxicalizadores), eficiência operacional e técnica dos sistemas de ar condicionado, segurança da edificação e preservação do patrimônio público.

Os serviços de reforma do sistema de sprinklers e de elaboração de projeto para adequação elétrica do edifício não foram executados em razão de licitações fracassadas.

Os registros das contratações em apreço constam dos Processos SEI 0008358-97.2014.4.03.8000; 0011638-76.2014.4.03.8000; 0014987-87.2014.4.03.8000; 0015037-16.2014.4.03.8000; 0017801-72.2014.4.03.8000; 0017519-34.2014.4.03.8000 e 0017387-74.2014.4.03.8000.



Ação 153B

Identificação da Ação	
Código	153B Tipo: Projeto
Título	Aquisição de Imóveis para Funcionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo – SP – Unidade “D”
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aquisição de conjuntos comerciais em um edifício com 25 (vinte e cinco) andares tipo, andar térreo (loja) e 03 (Três) subsolos, localizado à Av. Paulista 1842 – Edifício Cetenco Plaza – Torre Norte, visando propiciar estrutura física para magistrados e servidores e melhor atendimento aos jurisdicionados.		Imóvel adquirido (unidade)	1	1	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Imóvel adquirido (unidade)	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

TRF3R

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: SADI.

Obra incluída no Plano de Obras da JF3R do exercício de 2014, aprovado na 310ª Sessão Ordinária Administrativa do Órgão Especial do TRF3R, realizada em 25/6/2014, e no CJF, em sessão realizada em 08/8/2014 (Processo CJF-EOF-2014/00173) (Processo SEI 0005292-12.2014.4.03.8000).

Dotação oriunda de Crédito Especial aprovado pela Lei nº 12.914/2013, vinculada à aquisição de um conjunto comercial em um edifício com 25 (vinte e cinco) andares tipo, andar térreo (loja) e 03 (três) subsolos, localizado na Av. Paulista 1842 – Edifício Cetenco Plaza – Torre Norte. A dotação permaneceu na UG 090035 no encerramento do exercício financeiro de 2013, e o crédito foi reaberto em 2014, nos termos do artigo 167, § 2º, da CF. A ação não foi executada no exercício de 2014, face à ausência de imóveis passíveis de compra. Em 31/07/2014, foi autorizada a disponibilização de R\$ 3.500.000,00 para utilização como fonte de custeio para créditos adicionais de “projetos” no âmbito da JF3R (Processo SEI 0015320-39.2014.4.03.8000).



Ação 12SX

Identificação da Ação	
Código	12SX Tipo: Projeto
Título	Aquisição de Imóveis para Funcionamento do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo – SP – Unidade “C”
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aquisição de unidade, composta por 3 conjuntos, para abrigar as instalações do TRF 3ª Região, ampliando a estrutura física do Tribunal a fim de abrigar os diversos setores e proporcionar ao Magistrados, servidores e público em geral ambiente adaptado e compatível com as necessidades atuais decorrentes de suas atividades, garantindo melhoria de atendimento e de acesso à população.		Imóvel adquirido (unidade)	5	5	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Imóvel adquirido (unidade)	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

TRF3R

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: SADI.

Obra incluída no Plano de Obras da JF3R do exercício de 2014, aprovado na 310ª Sessão Ordinária Administrativa do Órgão Especial do TRF3R, realizada em 25/6/20104, e no CJF, em sessão realizada em 08/8/2014 (Processo CJF-EOF-2014/00173) (Processo SEI 0005292-12.2014.4.03.8000).

A ação não foi executada no exercício de 2014, face à ausência de imóveis passíveis de compra. Em 31/07/2014, foi autorizada a disponibilização de R\$ 17.000.000,00. (sendo R\$ 10.000.000,00, distribuídos no teto orçamentário da Proposta Orçamentária de 2014 e R\$ 7.000.000,00 incluídos por Emenda de Bancada do Estado de São Paulo) para utilização como fonte de custeio para créditos adicionais de “projetos” no âmbito da JF3R (Processo SEI 0015320-39.2014.4.03.8000).



Ação 00M1

Identificação da Ação		
Código	00M1	Tipo: Operações Especiais
Título	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	
Iniciativa	Não se aplica	
Objetivo	Não se aplica	Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF	Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104, 12101 – JFSP e 12101 - JFMS	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	

TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
180.400,00	104.757,95	104.757,95	104.757,95	104.757,95	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.		Pessoa Beneficiada (unidade)	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Realizada
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		
-	-	-	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Pessoa Beneficiada (unidade)	-	-

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
177.827,00	177.827,00	177.827,71	177.827,71	177.827,71	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.		Pessoa Beneficiada (unidade)	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Realizada
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Pessoa Beneficiada (unidade)	-

JFMS

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	62.634,50	61.521,58	61.521,58	61.521,58	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como o pagamento de Auxílio natalidade devido à servidora ou a militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.		Pessoa Beneficiada (unidade)	-	-	9	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Pessoa Beneficiada (unidade)	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

TRF3R, JFSP e JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: Divisão de Folha de Pagamento/SEGE (TRF3R), UGEP (JFSP) e NURE, Seção de Pessoal e Seção de Benefícios e Assistência Social (JFMS).

A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho.

Ação 09HB

Identificação da Ação	
Código	09HB Tipo: Operações Especiais
Título	Contribuição da União e suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104, 12101 – JFSP e 12101 - JFMS
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
52.200.000,00	56.578.728,00	56.578.728,00	55.541.267,22	55.541.267,22	0,00	1.037.460,78
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
99.591,65	99.591,64	0,01	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”		-	-

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
143.317.944	143.317.944	143.317.943,42	141.144.248,42	141.144.248,42	0,00	2.173.695,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
956.154,46	43.543,98	0,00	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”		-	-

JFMS

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	10.684.832,66	10.684.218,50	10.289.065,50	10.289.065,50	0,00	395.153,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.		-	-	-	-	



Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
19.000,00	19.000,00	11.007,00	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	-	-

Análise Situacional da Ação Orçamentária

TRF3R, JFSP e JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: Divisão de Folha de Pagamento/SEGE (TRF3R), UGEP (JFSP) e NURE, Seção de Pessoal e Seção de Folha de Pagamento (JFMS).

A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho.

Ação 0181

Identificação da Ação	
Código	0181 Tipo: Operações Especiais
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União Código: 0089 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104, 12101 – JFSP e 12101 - JFMS
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
53.500.000,00	65.342.463,00	65.342.463,00	63.777.651,93	63.621.970,83	155.681,10	1.564.811,07
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.			Servidor Aposentado (unidade)	328	-	372
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.238,90	737,83	3.501,07	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Servidor Aposentado (unidade)	-	

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
140.982.043,00	140.982.043,00	140.982.042,61	133.751.066,03	133.498.775,66	252.290,37	7.230.976,58
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de proventos oriundos de direito			Servidor	648	732	732



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.		Aposentado (unidade)			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
676.000,37	267.336,40	0,00	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Servidor Aposentado (unidade)	-

JFMS

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	6.031.363,81	6.031.363,81	5.991.124,81	5.968.277,12	22.847,69	40.239,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.			Servidor Aposentado (unidade)	24	-	30
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Servidor Aposentado (unidade)	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

TRF3R, JFSP e JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: Divisão de Folha de Pagamento/SEGE (TRF3R), UGEP (JFSP) e NURE, Seção de Pessoal e Seção de Folha de Pagamento (JFMS).

A meta da ação foi cumprida em relação aos pagamentos de folhas normais do exercício de 2014. No entanto, a dotação orçamentária foi insuficiente para cumprimento da programação da ação relativa ao pagamento de passivo de pessoal, registrado no item 6.3, deste Relatório de Gestão.

Ação 4224

Identificação da Ação	
Código	4224 Tipo: Atividade
Título	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Prestação jurisdicional na Justiça Federal Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP e 12101 – JFMS
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.383.169,00	38.001.732,05	28.718.559,48	28.702.295,58	28.702.295,58	0,00	16.263,90



Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente, garantindo a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.			Pessoa assistida (unidade)	130.922	126.659	126.659
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.919.157,91	1.918.947,23	210,68	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Pessoa assistida (unidade)	8.777	

JFMS

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.564.339,00	3.403.644,95	2.785.923,85	2.632.853,29	2.632.853,29	0,00	153.070,56
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente, garantindo a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.	Pessoa assistida (unidade)	8.700	-	7.829		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
821.923,31	146.380,25	675.543,06	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Pessoa assistida (unidade)	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

JFSP e JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: Subsecretaria de Licitações e Finanças (JFSP) e Núcleo de Apoio Judiciário, Núcleo de Apoio Administrativo, Seção Financeira, Setor de Processamento e Pagamento de Assistência Jurídica Gratuita (JFMS).

A análise situacional da Ação Orçamentária 4224 consta do item 6.3.1 – Fornecedores e obrigações tributárias por insuficiência de créditos ou recursos, deste Relatório de Gestão. Acresça-se que, em março de 2014, foi implantado o Sistema AJG/CJF nas Comarcas da Justiça Estadual, que atuam em jurisdição delegada, conforme RES CJF nº 201/2012 e Convênio TRF3R/Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nº 079/2013.



Ação 14YP

Identificação da Ação		
Código	14YP	Tipo: Projeto
Título	Implantação de Turmas Recursais	
Iniciativa	Não se aplica	
Objetivo	Não se aplica	Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF	Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.400.000	3.400.000	2.697.136,11	636.788,22	636.361,26	426,96	2.060.347,89
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Reformas e adaptações de imóveis; aquisição de equipamento e material permanente; despesas com diárias e passagens; aquisição de material de consumo e demais despesas relacionadas à instalação de turmas recursais dos juizados especiais federais a fim de adequar a estrutura da Justiça Federal à crescente demanda pela prestação jurisdicional.		Turma julgadora implantada (unidade)	-	-		06
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UMIN e UMAC

Conforme relatado no item 4.1.7, deste Relatório de Gestão, foram criadas as estruturas organizacionais das 6ª a 11ª TR da JFSP (RES CATRF3R nº 527/2014). A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho (dentre outros: aquisição de materiais e serviços nas instalações de forros, aparelhos de ar condicionado, pisos e cabeamento estruturado).

Ação 3755

Identificação da Ação		
Código	3755	Tipo: Projeto
Título	Implantação de Varas Federais	
Iniciativa	Não se aplica	
Objetivo	Não se aplica	Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF	Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	



JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.280.000	5.175.000	5.121.225,16	2.448.534,85	2.226.631,87	221.902,98	2.672.690,31
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Reformas e adaptações de imóveis; aquisição de equipamento e material permanente; despesas com diárias e passagens; aquisição de material de consumo e demais despesas relacionadas à instalação de varas a fim de adequar a estrutura da Justiça Federal à crescente demanda pela prestação jurisdicional.		Vara federal instalada (unidade)	-	-		08
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			Realizada
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		
2.450.495,85	2.124.258,14	242.915,46	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Vara federal instalada (unidade)		-

Análise Situacional da Ação Orçamentária

JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UMIN, UMAC e Subsecretaria de Apoio Administrativo/JFSP.

Atendendo ao objetivo estratégico “facilitar o acesso à Justiça mediante a garantia de amplo acesso dos cidadãos ao judiciário”, foi cumprida a meta de implantação de 43 Varas Federais, destinadas à JFSP e JFMS, decorrentes da Lei nº 12.011/2009.

A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho.

No exercício de 2014, foram instaladas 08 Varas Federais na JFSP, sendo: 1ª Vara Federal de São Vicente (Provimento CJF3R nº 423/2014); 1ª Vara Gabinete do JEF de Guaratinguetá (Provimento CJF3R nº 428/2014); 1ª Vara Gabinete do JEF de Itapeva (Provimento CJF3R nº 429/2014); 1ª Vara Gabinete do JEF Federal de Mauá (Provimento CJF3R 431/2014); 1ª e 2ª Varas Federais de Barueri (Provimento CJF3R nº 430/2014); 1ª Vara-Gabinete do JEF de São Bernardo do Campo (Provimento nº 404/2014) e 1ª Vara-Gabinete do JEF de Barueri (Provimento nº 430/2014).

Ação 2549

Identificação da Ação	
Código	2549 Tipo: Projeto
Título	Comunicação e Divulgação Institucional
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras



JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000,00	100.000,00	98.169,95	29.870,00	29.870,00	0,00	68.299,95
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Realização de campanhas de publicidade institucional e divulgação por meio da mídia em geral, visando informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão.			Matéria veiculada (unidade)	72	-	72
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
23.177,95	23.177,95	10,50	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Matéria veiculada (unidade)	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: Núcleo de Comunicação Social

A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho. A meta física estipulada para a ação foi atingida.

As despesas executadas no exercício de 2014 foram destinadas à divulgação de ações, programas, serviços e metas da UG, com o objetivo de fortalecer a instituição, e à divulgação de direitos e serviços colocados à disposição dos cidadãos, tendo por referência os objetivos da unidade jurisdicionada.

Iniciativas da área no exercício de 2014, vinculadas ao objetivo da Ação: ENDOMARKETING: 90 campanhas publicitárias, de banners virtuais a banners em vinil de 1,90m, cartazes e *folders*; AUDIOVISUAL: produção de 25 vídeos institucionais (URL: <http://www.jfsp.jus.br/podcasting/>), com destaque para os temas “câncer de mama” (<http://www.jfsp.jus.br/campanhas-2/>), “sustentabilidade” (<http://www.jfsp.jus.br/campanhas-2/>) e um ano da CEPEMA (<http://www.jfsp.jus.br/reportagens/>); ASSESSORIA DE IMPRENSA: 544 releases divulgados no site da UG na internet, 1.000 atendimentos a jornalistas por telefone, 500 por e-mail, 40 pessoalmente e mais de 9 milhões de acesso às páginas da JFSP na intranet e internet (fonte: Google Analytics); EDITORAÇÃO: 300 editorações (por página) em revistas, manuais, apresentações de Power Point e relatórios, 32 matérias jornalísticas para a “Justiça em Revista” (6 edições), 46 edições do Informativo “Em Tempo” e 25 roteiros para vídeos.

Foram celebradas as seguintes contratações: impressão de materiais gráficos para a JFSP – Folders, Cartazes e Brochura (valor pago: R\$ 6.800,00, Nota de Empenho 2014NE002688, Processo SEI 0030322-46.2014.4.03.8001); impressão de materiais gráficos para a JFSP – Banners (valor pago: R\$ 4.570,00, Nota de Empenho 2014NE000994, Processo SEI 0012931-15.2013.4.03.8001); aquisição de porta-canetas com a logomarca da JFSP (valor pago: R\$ 18.500,00, Nota de Empenho 2014NE002258, Processo SEI 0018979-53.2014.4.03.8001) e aquisição de materiais de áudio e vídeo (valor pago: R\$ 23.177,95, Notas de Empenho 2013NE003862 e 2013NE003863, inscritas em restos a pagar do exercício de 2013, Processo SEI 0009748-36.2013.4.03.8001).



Ação 14YM

Identificação da Ação		
Código	14YM	Tipo: Projeto
Título	Aquisição de Edifício para o Fórum de Execuções Fiscais de São Paulo - SP	
Iniciativa	Não se aplica	
Objetivo	Não se aplica	Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF	Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.745.800,00	1.745.800,00	1.745.800,00	0,00	0,00	0,00	1.745.800,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aquisição de imóvel visando instalação dos setores administrativos do Fórum de Execuções Fiscais da Justiça Federal de São Paulo, que já ocupa imóvel próprio, com a finalidade de suprir carências de espaços e instalações físicas. A transferência da Sede Administrativa do Fórum para o novo edifício oferecerá espaço para a instalação de nova vara federal em 2014, no imóvel próprio ocupado atualmente.		Imóvel adquirido (unidade)	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UMIN.

Obra incluída no Plano de Obras da JF3R do exercício de 2014, aprovado na 310ª Sessão Ordinária Administrativa do Órgão Especial do TRF3R, realizada em 25/6/20104, e no CJF, em sessão realizada em 08/8/2014 (Processo CJF-EOF-2014/00173) (Processo SEI 0005292-12.2014.4.03.8000).

A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho.

Houve identificação de imóvel apto ao atendimento das necessidades administrativas preestabelecidas em estudo de ocupação, bem como em condições técnicas e de preço (valor da aquisição de R\$ 1.745.800,00, conforme Nota de Empenho 2014NE003077). A escolha pela aquisição recaiu sobre o imóvel vizinho ao prédio do Fórum de Execuções Fiscais de São Paulo, por reunir características e peculiaridades adequadas às demandas, dentre as quais, localização; boas condições arquitetônicas do prédio; grandes concentrações de linhas de transporte coletivo (ônibus e metrô), possibilitando o fácil acesso; disponibilidade para ocupação imediata; área útil ideal para exercer as atividades dos setores administrativos; possibilidade de realizar conexão entre os dois imóveis; requisitos técnicos de engenharia e arquitetura que suportam instalações corporativas (sistemas de energia, de telefonia, de dados, de ar condicionado, etc) e valor abaixo do mercado,



constatado no Laudo de Avaliação nº 7141.7141-197049/2014-01.01.01 produzido pela CEF, devidamente homologado pela Secretaria do Patrimônio da União (Processo SEI 0033677-64.2014.4.03.8001).

Ação 1040

Identificação da Ação			
Código	1040	Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Marília- SP		
Iniciativa	Não se aplica		
Objetivo	Não se aplica	Código: Não se aplica	
Programa	Prestação Jurisdicional na JF	Código: 0569	Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras		

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.250.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	661.580,91	661.580,91	0,00	588.419,09
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Construção de edifício, com 5.504 m2, compreendendo elaboração do projeto executivo e edificação com instalações elétricas, hidrossanitárias, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal em Marília-SP, em terreno próprio situado na Av. Tiradentes, repassado pela SPU à Justiça Federal. A subseção judiciária de Marília utiliza hoje imóvel muito antigo, cedido pela Prefeitura, o qual inclusive já foi solicitado para instalação de secretarias municipais. A obra é necessária para acompanhar o crescimento das atividades judiciárias com espaços e instalações físicas aptas à operacionalização e otimização das atividades, em face das demandas que as varas federais vêm recebendo da sociedade.		Edifício construído (percentual de execução física)	10%	-	5,40%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UMIN.

Obra incluída no Plano de Obras da JF3R do exercício de 2014, aprovado na 310ª Sessão Ordinária Administrativa do Órgão Especial do TRF3R, realizada em 25/6/20104, e no CJF, em sessão realizada em 08/8/2014 (Processo CJF-EOF-2014/00173) (Processo SEI 0005292-12.2014.4.03.8000).

A dotação orçamentária para a ação foi incompatível às necessidades da área para cumprimento de



sua programação de trabalho, tendo sido complementada em R\$ 120.211,62, por recursos oriundos do Contrato nº 01.012.10.2008, celebrado entre o TRF3R e a CEF, conforme relatado no item 13.5.2, deste Relatório de Gestão.

Em 25/9/2014, foi celebrado o Contrato nº 04.609.10.14, entre a JFSP e a Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS (CNPJ nº 67.102.020/0001-44), tendo por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia, visando a elaboração dos projetos básico, executivo e legais, para a construção da futura sede do Fórum Federal de Marília, localizada na Rua Amazonas nº 527, Centro, CEP 17509-120, Marília/SP, no valor de R\$1.250.000,00 (valor total, acrescido dos recursos oriundos do Contrato nº 01.012.10.2008: R\$ 1.370.211,62), e vigência pelo período de 345 dias.

A contratação foi realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/1993, conforme extrato publicado no DOU nº 180, de 18/9/2014, Seção 3, pág. 189 e disponibilizado no Diário Eletrônico da JF3R de 17/9/2014, e Nota de Empenho 2014NE002345 (Processo SEI 0025642-18.2014.4.03.8001).

Ação 151W

Identificação da Ação	
Código	151W Tipo: Projeto
Título	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP e 12101 – JFMS
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	R\$ 86.749,00	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Desenvolvimento e implantação de Sistema Processual Eletrônico de Processos Judiciais que contemple todas as atividades essenciais à tramitação dos processos e o intercâmbio de informações entre os diversos ramos do Poder Judiciário, cobrindo desde o ingresso até o arquivamento ou guarda permanente dos autos eletrônicos, com as seguintes características: adoção de fluxos para definição do trâmite processual, lançamento de atos e de movimentos processuais, segurança, padronização de modelos de documentos, pesquisa textual, registro de alterações, adoção das tabelas processuais únicas do CNJ, uso da assinatura digital e integração com terceiros. Contempla, ainda, a contratação de serviços específicos para apoio à implantação do sistema, bem como capacitação de magistrados e servidores para sua operação.		Sistema implantado (percentual de execução física)	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orcamentária e Financeira			Execução Física - Metas			



Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	Sistema implantado (percentual de execução física)	-

Análise Situacional da Ação Orçamentária JFSP

A dotação orçamentária permaneceu na UG 090035 sem utilização e foi colocada à disposição do CJF no encerramento do exercício de 2014.

Ação 11RQ

Identificação da Ação	
Código	11RQ Tipo: Projeto
Título	Reforma do Fórum Federal de Execuções Fiscais de São Paulo - SP
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.000.000,00	4.800.000,00	4.459.780,77	0,00	0,00	0,00	4.459.780,77
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Reforma do imóvel que atualmente abriga o Fórum Federal de Execuções Fiscais o qual necessita de inúmeras intervenções técnicas, a saber: modernização dos elevadores; contratação do laudo técnico de segurança, do projeto de revestimento da fachada e da obra; projetos e execução da modernização do sistema de combate a incêndio; impermeabilização de lajes, coberturas, caixas d'agua, etc.; e reforma do 14º andar (troca de caixilharia, impermeabilização e vedações, reforma do forro e iluminação).			Edifício reformado (percentual de execução física)	64%	-	0%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	938.528,33	0,00	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Edifício reformado (percentual de execução física)	-	



Análise Situacional da Ação Orçamentária

JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UMIN.

Obra incluída no Plano de Obras da JF3R do exercício de 2014, aprovado na 310ª Sessão Ordinária Administrativa do Órgão Especial do TRF3R, realizada em 25/6/2014, e no CJF, em sessão realizada em 08/8/2014 (Processo CJF-EOF-2014/00173) (Processo SEI 0005292-12.2014.4.03.8000).

A dotação orçamentária para a ação foi compatível às necessidades da área para cumprimento de sua programação de trabalho, tendo sido efetuadas as seguintes contratações: execução de serviços de impermeabilização de lajes, piso externo do 2º pavimento e cobertura, no valor de R\$ 408.333,78 (Contrato nº 06.039.10.15, Processo SEI 0024503-31.2014.4.03.8001); substituição dos caixilhos do 14º andar, no valor de R\$ 749.999,99 (Contrato nº 06.041.10.15, processo SEI 0032775-14.2014.4.03.8001); execução de serviços técnicos abrangendo levantamento cadastral, estudo de viabilidade, anteprojeto, projetos legal, básico e executivo para obras e serviços de reforma dos caixilhos e das fachadas e elaboração de projetos legal e executivo dos sistemas de prevenção e combate a incêndio (Contrato nº 04.553.10.13, Processo SEI 0032571-67.2014.4.03.8001); serviços de reforma/execução dos sanitários, no valor de R\$ 46.550,00 (Processo SEI 0034117-60.2014.4.03.8001) e modernização tecnológica das instalações de transporte vertical, com fornecimento e instalação de equipamentos com garantia estendida para 5 (cinco) elevadores de passageiros, no valor de R\$ 2.822.000,00 (Processo SEI 0034227-59.2014.4.03.8001).

Ação 152Q

Identificação da Ação		
Código	152Q	Tipo: Projeto
Título	Construção do Pólo Administrativo Regional da Justiça Federal em Ribeirão Preto – SP	
Iniciativa	Não se aplica	
Objetivo	Não se aplica	Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF	Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP	
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	

JFSP

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Construção do Pólo Administrativo Regional da Justiça Federal em Ribeirão Preto - SP, englobando uma Turma Recursal, uma Vara Gabinete do Juizado Especial Federal, uma sala de treinamento, depósito judicial, almoxarifado regional e setores administrativos.		Edifício construído (percentual de execução física)	4%	0%	0%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	



Análise Situacional da Ação Orçamentária

JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UMIN.

Obra incluída no Plano de Obras da JF3R do exercício de 2014, aprovado na 310ª Sessão Ordinária Administrativa do Órgão Especial do TRF3R, realizada em 25/6/2014, e no CJF, em sessão realizada em 08/8/2014 (Processo CJF-EOF-2014/00173) (Processo SEI 0005292-12.2014.4.03.8000).

Dotação oriunda de crédito especial aprovado por Lei pelo Congresso Nacional, alocada inicialmente para a UO 12104, por Emenda Parlamentar, para a ação Construção do Polo Administrativo Regional da JF em Ribeirão Preto/SP, transferida através de crédito especial para a JFSP, em dezembro/2013. O crédito foi reaberto em 2014, nos termos do art. 167, § 2º da CF.

A ação não foi executada no exercício de 2014, face à insuficiência da dotação orçamentária.

Em 31/07/2014, a dotação foi apresentada como fonte compensatória para crédito especial, a ser destinada à reforma do Fórum Federal da mesma localidade (Processo SEI 0015320-39.2014.4.03.8000).

Ação 0005

Identificação da Ação			
Código	0005Tipo: Operações Especiais		
Título	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)		
Iniciativa	Não se aplica		
Objetivo	Não se aplica	Código: Não se aplica	
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais	Código: 0901	Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras		

TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	2.246.446.433,00	2.246.446.433,00	1.985.229.391,32	1.985.229.391,32	0,00	261.217.041,68
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.			Pessoa Beneficiada (unidade)	-	-	20.643
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

TRF3R

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UFEP/SEPE.

A análise situacional da Ação Orçamentária 0005 consta do item 6.8, deste Relatório de Gestão.



Ação 00G5

Identificação da Ação	
Código	00G5 Tipo: Operações Especiais
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	29.078.983,00	29.078.983,00	4.325.717,18	4.325.717,18	0,00	24.753.265,82
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e RPV - Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais correspondente ao pagamento de Precatórios e RPV.			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.474.446,74	0,00	4.474.446,74	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	-	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

TRF3R

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UFEP/SEPE.

A análise situacional da Ação Orçamentária 00G5 consta do item 6.8, deste Relatório de Gestão.

Ação 0625

Identificação da Ação	
Código	0625 Tipo: Operações Especiais
Título	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras



TRF3R

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	1.437.287.451,00	1.437.287.451,00	1.428.109.672,75	1.428.109.672,75	0,00	9.177.778,25
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pagamento de sentenças judiciais no prazo de sessenta dias contados da data de trânsito em julgado, quando forem emitidas contra a União, Autarquias e Fundações Públicas e tiverem valores inferiores a sessenta salários-mínimos, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição, regulamentado pelo § 1º do art. 17 da Lei nº 10.259/2001, que institui os JEF Cíveis e Criminais no âmbito da JF.			Pessoa Beneficiada (unidade)	-	-	241.295
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.953.387,54	5.953.006,71	380,83	Idem à meta descrita no campo "Execução Física"	Pessoa Beneficiada (unidade)	-	

Análise Situacional da Ação Orçamentária

TRF3R

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: UFEP/SEPE.

A análise situacional da Ação Orçamentária 0625 consta do item 6.8, deste Relatório de Gestão.

4.2.3.2 – Ações/Subtítulos - OFSS

4.2.3.2.a – Informações sobre as ações subtítulos - OFSS

O quadro A.5.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS consta do Anexo XII, deste Relatório de Gestão.

Análise situacional

SUBTÍTULO 0000

Não houve dotação orçamentária na LOA 2014 para a UJ.

SUBTÍTULO 0001

TRF3R / JFSP / JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento do Subtítulo: CORE, DIRG, EMAG, SADI, SEGE, SSEG, UBAS e UDOC (TRF3R); Núcleo de Biblioteca, Núcleo de Serviços Administrativos, Núcleo de Infraestrutura, Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços, Núcleo de Segurança e Transporte e NUMP (JFSP); Secretaria Administrativa, Núcleo de Apoio Administrativo e Seção de Planejamento e Orçamento (JFMS).

A dotação orçamentária para o subtítulo, no exercício de 2014, foi compatível às necessidades da UJ, para cumprimento de sua programação de trabalho.



SUBTÍTULO 0002

TRF3R

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento do Subtítulo: EMAG e Divisão de Desenvolvimento de Competências/SEGE

EMAG

As ações desenvolvidas pela EMAG e respectivos resultados constam dos itens 1.2.1, 7.1.2 e 13.2, deste Relatório de Gestão.

Para o exercício de 2014, a dotação orçamentária destinada à EMAG foi compatível às necessidades da área, para cumprimento de sua programação de trabalho. Da dotação total de R\$ 716.600,00, foram executados R\$ 535.611,72 (74,75 %). Desses, 53,80 % foram destinados ao Curso de Formação Inicial (R\$ 288.163,09) e 46,20 %, aos cursos de Formação Continuada, incluindo-se o Programa de Estímulo ao Aperfeiçoamento de Magistrados da JF3R. O valor de R\$ 171.780,44 (23,97% do total) foi disponibilizado durante o segundo semestre de 2014, e o montante de R\$ 9.207,84 (1,28% do total) foi inscrito em Restos a Pagar. Essa dotação orçamentária, no entanto, representa pouco mais de 36% da proposta originária. Para cumprimento da meta orçamentária, a EMAG otimizou a utilização de recursos, procurando realizar ações de capacitação que contemplassem, na medida do possível, juízes vitaliciandos e vitaliciados, bem como servidores e públicos externos. Respeitadas as particularidades de cada ação de capacitação, a inclusão de diversos perfis de participantes, quando pertinente, colabora para o aumento de público e, por consequência, reduz consideravelmente o custo individual por ação.

SEGE

As ações desenvolvidas pela Divisão de Desenvolvimento de Competências/SEGE e respectivos resultados constam dos itens 7.1.1 e 7.1.2, deste Relatório de Gestão.

A dotação inicial destinada às ações de capacitação de servidores do quadro de pessoal do TRF3R em 2014 foi de R\$ 1.085.160,00, reduzida, após remanejamento orçamentário, para R\$ 764.086,72 (redução para 70,41% da dotação inicial). Desse valor, foram investidos R\$ 722.108,23 em ações de capacitação. O corte orçamentário resultou na redução de turmas e de treinamentos, bem como no sobrestamento de alguns eventos para o exercício de 2015. Não obstante, houve cumprimento de 80,06% da meta física estabelecida, totalizando 1.217 servidores capacitados, equivalente ao número de servidores capacitados no exercício de 2013: 1.214.

Destacam-se, no exercício de 2014, as ações de capacitação voltadas à qualificação e especialização técnica e profissional dos servidores das áreas de TI e de controle interno e dos Gestores e Fiscais de Contratos Alinhados a Gestão por Competências, e a parceria com o Instituto Serzedello Corrêa, vinculado ao TCU.

JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento do Subtítulo: Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores

A dotação orçamentária para o subtítulo, no exercício de 2014, foi compatível às necessidades da área, para cumprimento de sua programação de trabalho. Houve revisão interna da programação inicial de capacitação de recursos humanos prevista para o exercício de 2014, face à disponibilização do valor de R\$ 865.000,00 para outras áreas deficitárias, realizando-se apenas os programas obrigatórios. Não obstante, os resultados não restaram comprometidos, visto que houve rigoroso acompanhamento do investimento nas ações de capacitação contratadas, foco na atuação voluntária de conteudistas e instrutores internos, em cursos de Educação a Distância, Ambientações e outros eventos presenciais, permitindo, assim, o atingimento da meta física de 2288 servidores treinados em pelo menos uma ação de capacitação. No total, houve 3778 participações de servidores em ações de capacitação e desenvolvimento, vale dizer, 54% dos servidores ativos foram atendidos com pelo menos uma ação de treinamento.

Cabe destacar que a ampliação da utilização do ensino a distância e de instrutores e conteudistas internos é a grande responsável pelo êxito da área, permitindo ampliar a oferta de cursos para servidores em unidades mais distantes da Capital, inclusive com a oferta de vagas para a JFMS. Na



modalidade a distância foram capacitados 1261 servidores em 2014, representando 29% do quadro de servidores ativos da JFSP.

Em relação ao desenvolvimento gerencial, 554 gestores foram capacitados com pelo menos 30h de treinamento gerencial específico, focado nas competências gerenciais descritas pelo CJF, representando 41% do total de gestores. O Programa de Reciclagem Anual para Agentes de Segurança capacitou 100% dos agentes que percebem a GAS, além dos que atuam na supervisão de segurança das Unidades Organizacionais.

Dos servidores recém-ingressos em 2014, 98% passaram pelo Programa de Ambientação para Novos Servidores, com carga horária de 40h.

Foram mantidos pela área gestora, no exercício de 2014, o Programa Vara Modelo, que busca a disponibilização de informações e conhecimento necessário para os servidores que atuam na área jurídica, bem assim a coordenação das Ações de Sustentabilidade e Agenda A3P.

JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento do Subtítulo: Secretaria Administrativa, Núcleo de Recursos Humanos, Seção de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

A dotação orçamentária para o subtítulo, no exercício de 2014, foi compatível às necessidades da área, para cumprimento de sua programação obrigatória de trabalho, tais como treinamento anual de Agentes de Segurança, treinamento gerencial e gestão e fiscalização de contratos administrativos.

SUBTÍTULO 0003

TRF3R

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento do Subtítulo: SADI

Estava prevista, para o exercício de 2014, a contratação de projetos, cuja licitação, no entanto, resultou fracassada. Não houve, portanto, execução física do subtítulo.

JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento do Subtítulo: Núcleo de Infraestrutura

A dotação orçamentária para o subtítulo, no exercício de 2014, acrescida do crédito adicional de R\$ 2.313.713,00 foi compatível às necessidades da área, para cumprimento de sua programação de trabalho.

Foram realizadas as seguintes contratações: reforma hidráulica no Anexo Administrativo da Praça da República, reforma estrutural, fachada e caixilhos do Fórum Federal de Santos, substituição de parte do piso do Fórum Federal de São Bernardo do Campo; substituição parcial do forro modular e das luminárias dos Fóruns Federais de Araçatuba, Araraquara e São José do Rio Preto e reforma elétrica com aquisição de no break do Fórum Federal de Marília (Processos SEI nº 0028410-14.4.03.2014.8001; 0029494-50.4.03.2014.8001; 0035780-44.4.03.2014.8001; 0036530-46.4.03.2014.8001; 0036534-83.4.03.2014.8001; 0026536-53.4.03.2014.8001 e 0024584-77.4.03.2014.8001).

JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento da ação: Secretaria Administrativa, Núcleo de Apoio Administrativo, Seção de Arquitetura e Engenharia.

A dotação orçamentária para o subtítulo, no exercício de 2014, foi compatível às necessidades da área, para cumprimento de sua programação de trabalho, voltadas à contratação de serviços de pintura geral e de construção de nova calçada frontal no prédio-sede da JF em Campo Grande, assim como à implantação de sistema de energia ininterrupta, composto de grupo gerador e no break, no prédio-sede da JF de Dourados-MS.

SUBTÍTULO 0004

TRF3R

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento do Subtítulo: SADI

A dotação orçamentária para o subtítulo foi disponibilizada tardiamente no exercício de 2014, em prazo insuficiente para realização dos trâmites licitatórios.



JFSP

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento do Subtítulo: Núcleo de Infraestrutura

A dotação orçamentária para o subtítulo foi disponibilizada tardiamente no exercício de 2014, (R\$ 1.460.852,00, em 25/11/2014, e R\$ 269.557,00, em 04/12/2014), em prazo insuficiente para realização dos trâmites licitatórios. O valor foi disponibilizado ao CJF, conforme Nota de Crédito 2014NC000801.

JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento do Subtítulo: Secretaria Administrativa, Núcleo de Apoio Administrativo, Seção de Arquitetura e Engenharia.

A dotação orçamentária para o subtítulo, no exercício de 2014, foi compatível às necessidades da área, para cumprimento de sua programação de trabalho, voltadas à contratação de projetos de obras de acessibilidade para os prédios da JFMS nas cidades de Corumbá, Ponta Porã, Naviraí e Coxim.

SUBTÍTULO 0005

Não houve dotação orçamentária na LOA 2014 para a UJ.

SUBTÍTULO 0006

Não houve dotação orçamentária na LOA 2014 para a UJ.

SUBTÍTULO 0007

Não houve dotação orçamentária na LOA 2014 para a UJ.

SUBTÍTULO 0008

TRF3R

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento do Subtítulo: SETI

A proposta orçamentária da SETI para o exercício de 2014 foi elaborada, inicialmente, prevendo o valor de R\$ 56.709.649,00 (R\$ 12.946.974,00 referente ao MTGI e R\$ 43.762.675,00 para o MTGI-ISIGI). A dotação orçamentária inicial recebida para o MTGI foi de R\$ 6.907.421,00 (MTGI) Em abril de 2014, foi disponibilizado R\$ 5.711.367,00 referente à ação MTGI-ISIGI, destinado ao TRF3R, e R\$ 5.450.000,00 à JF de Primeiro Grau. No final do exercício de 2014, houve disponibilização de R\$ R\$ 1.551.225,00, perfazendo, no exercício, R\$ 19.620.013,00 ou 34,59% da programação inicial. Houve reprogramação do planejamento, para compatibilização à dotação disponibilizada. Não houve alteração significativa de dotação orçamentária em relação ao exercício de 2013, registrando para 2014, um acréscimo de aproximadamente 3,35%.

No exercício de 2014, a execução do subtítulo voltou-se aos seguintes eventos: aquisição de HD Externo (R\$ 30.357,60), prestação de serviço de manutenção de controle (R\$ 8.000,00), desenvolvimento de sistema na linguagem C#com. Net Framework (R\$ 16.965,00), aquisição do software PINI VOLARE e treinamento (R\$ 22.988,00), contratação de prestação de serviço de telecom Link 300Mbps e instalação (R\$ 53.106,20), aquisição de licenças Symantec Protection Suite Enterprise Edition 4.0 Per User BNDL ver UPG (R\$ 147.420,00), consultoria para "Auditoria Externa e Interna de Segurança" e treinamento "Teste de Invasão em Redes e Sistemas" e "Análise de malware em forense computacional" (R\$ 106.000,00), serviço de Subscrição Enterprise e Upgrade Subscrição Profissional e serviço de treinamento Oficial de Atendentes e Suporte Remoto e serviço de consultoria (R\$ 554.000,00), prestação de serviços de manutenção e suporte técnico para administração de dados TOAD (R\$ 15.480,00), licenças McAfee Web Gateway 5500 Appl, MFE Web Security, MFE Web Anti-Malware e Suporte Técnico Especializado (R\$ 74.948,00), licenças Red Hat Enterprise Linux Server, Premium, Smart Management with RHN Monitoring, Red Hat Satellite, Technical Account Management e licenças Red Hat Enterprise Linux Server, Premium, Smart Management with RHN Monitoring (R\$ 868.200,00), licenças Windows server data center por processador, licenças Visual Studio Ultimate com MSDN com S.A e licenças Office Professional com S.A (R\$ 3.190.950,00), upgrade das licenças Novell Identity Manager,



manutenção de licenças de uso de software Novell, manutenção software e suporte especializado NOVELL (R\$ 553.522,87), aquisição de microcomputador (R\$ 6.340.530,00), prestação de serviços com fornecimento de equipamentos (R\$ 41.034,24), serviço de manutenção e suporte técnico para a solução e armazenamento Software (R\$ 32.882,88), serviço de manutenção corretiva de equipamento IBM (R\$ 156.866,28), serviços de manutenção corretiva, preventiva e pró-ativa do Programa Gerenciador de Banco de dados (R\$ 16.016,00), serviços de manutenção no sistema aplicativo folha de pagamento para TRF3R (R\$ 666.710,04), serviços de manutenção corretiva (R\$ 30.799,20), serviço de manutenção preventiva (R\$ 71.940,63), serviço de manutenção preventiva (R\$ 117.987,96), licenças Caché 4.1 Entree Plus Concurrent Caché 2007.1 enterprise (R\$ 20.598,72), contratação de garantia estendida da biblioteca automatizada para backup (*library*) (R\$ 37.200,17), serviços de suporte técnico do sistema gerenciados de Banco de dados Oracle Database (R\$ 7.259,29), serviço manutenção corretiva, preventiva e pró-ativa INGRES ENTERPRISE EDITION (R\$ 448.786,61), serviço de transmissão de dados - 3G (R\$ 35.200,00), serviço técnicos especializados em TI para o banco de dados do sistema gerenciador de bancos de dados Oracle (R\$ 89.290,62), serviços de manutenção e suporte técnico do sistema gerenciador de banco de dados Oracle Database Enterprise (R\$ 128.435,28), serviços técnicos especializados em TI para bancos de dados caché (R\$ 254.810,00), serviços técnicos especializados em TI para bancos de dados SQL Server (R\$ 129.552,68), serviços técnicos especializados TI (R\$ 43.658,78), serviços técnicos especializados em TI para Sistemas Operacionais Microsoft (R\$ 33.454,08), serviço de manutenção e suporte técnico para 4 Switches Catalyst 4500 (R\$ 975,30), aquisição de discos Modular 600GB SAS e A M S Upgrade (R\$ 307.250,00), licenças para controladora Wi-fi e instalação (R\$ 359.940,00), Switch camada 2 (R\$ 1.150.000,00), Storage de alto desempenho banco de dados (R\$ 2.098.000,00), Monitores de LED/LCD (R\$ 663.600,00) e ACCESS PPOINT (R\$ 332.957,70).

Os investimentos permitiram a modernização dos equipamentos em geral, tornando o ambiente mais seguro, confiável e disponível, e foram concentrados na ampliação da capacidade de processamento e armazenamento dos servidores centrais; renovação e ampliação de contratos de suporte e manutenção dos equipamentos que compõem a infraestrutura central dos datacenter, aquisição de equipamentos e softwares para implantação de rede sem fio corporativa, prevendo o uso para advogados e visitantes; modernização dos equipamentos de borda, tais como: switches, computadores, *tablets*, leitores de código de barras, impressoras, notebooks entre outros; os recursos destinados à comunicação de dados permitiram ampliar a comunicação de dados entre as localidades para a velocidade mínima necessária; uma nova infraestrutura para cópia de segurança foi adquirida, integrando à solução já existente, ampliando a segurança do armazenamento das informações. Os recursos financeiros disponibilizados também permitiram investimentos na contratação e renovação de licenças de software para sistemas operacionais, banco de dados, linguagens de programação e aplicativos de usuário final. O investimento realizado na aquisição do software de gerenciamento de identidades (IDM) propiciou a integração do sistema de recursos humanos ao ambiente de rede da instituição, trazendo maior agilidade e segurança na concessão e revogação de direitos de acesso à rede, viabilizando adicionalmente a concessão de acesso a servidores e magistrados inativos, cedidos ou removidos. Esta solução, além de evitar o deslocamento desnecessário de pessoas, bem como diminuir a necessidade de impressão de documentos (contracheque), permite controle mais eficaz da concessão/retirada de acessos, otimizando a utilização de licenças. Houve, ainda, planejamento e investimentos para aquisição de equipamentos e softwares voltados a implantação de novas Varas Federais e JEF.

A execução das ações planejadas trouxe resultados significativos para a UJ, pois viabilizou a ampliação do espaço de armazenamento das informações, viabilizando a implantação e continuidade dos sistemas de processos eletrônicos e administrativos eletrônicos, documentos eletrônicos do Sistema GEDPRO e armazenamento audiovisual de audiências, iniciativa que, agregada à aquisição de solução de backup, garante maior segurança e recuperação de dados em caso de perda ou desastre. Importante ressaltar a contratação de solução de rede sem fio que trouxe maior mobilidade, flexibilidade e conectividade aos usuários, inclusive visitantes. O licenciamento



de softwares diversos, tanto de rede corporativos e de banco de dados, como de usuários, bem assim a aquisição de computadores, *tablets*, notebooks, foram extremamente importantes para manter a confiabilidade, usabilidade e garantia no uso dos equipamentos, agilizando o trâmite das áreas judiciárias e administrativas.

Houve atraso na aprovação do plano de ação e suas revisões (RES CJF nº 266/2013), que redundaram em atraso na realização de algumas licitações (aquisição de switch core convergente, licenças de uso para localização de usuários de da rede *wi-fi*, upgrade de *switchs* 6500 e terminais de autoatendimento), impactando a execução da ação.

De se realçar, outrossim, que o quadro de pessoal da área de TI é deficitário em relação ao quadro mínimo de pessoal estabelecido na RES CNJ nº 90/2009, situação que prejudicou a elaboração e análise de projetos, dentre eles, oitiva de testemunha por videoconferência (PROC CJF nº 13); implantação da gestão de serviços – gestão de incidente, de problema e de requisição e substituição da ferramenta atual de *callcenter*, e a atuação na área de segurança da informação.

JFSP

Execução da dotação orçamentária da LOA 2014 na UO 12104.

JFMS

Unidade(s) técnica(s) afeta(s) ao desenvolvimento do Subtítulo: Secretaria Administrativa, Núcleo de Apoio Administrativo, Seção de Informática, Seção de Material e Patrimônio.

A dotação orçamentária para o subtítulo, no exercício de 2014, foi compatível às necessidades da área, para cumprimento de sua programação de trabalho, voltadas às contratações conjuntas de TI (TRF3R/JFSP/JFMS), e aquisições de suprimentos e equipamentos de informática.

4.2.3.3 – Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a pagar não processados - OFSS

QUADRO A.5.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2014 - RESTOS A PAGAR – OFSS
(Fonte: SOFI, Núcleo Orçamentário/JFSP, Núcleo de Infraestrutura/JFSP, Núcleo de Folha de Pagamento/JFSP, Núcleo de Serviços Administrativos/JFSP, SIAFI/SIAFI Gerencial)

Ação 12SW

Identificação da Ação					
Código	12SW		Tipo: Atividade		
Título	Aquisição de Imóveis para Funcionamento do TRF3R em São Paulo – SP – Unidade “B”				
Iniciativa	Não se aplica				
Objetivo	Não se aplica		Código: Não se aplica		
Programa	Prestação Jurisdicional da Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Não se aplica	
Unidade Orçamentária	12104				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
8.699.244,80	0,00	8.699.244,80	Aquisição de novos espaços para abrigar as instalações do TRF3R, visando ampliar a estrutura física para abrigar os diversos setores do Tribunal e proporcionar aos Magistrados, servidores e público em geral ambiente adaptado e compatível com as necessidades atuais decorrentes de suas atividades, garantindo melhoria de atendimento e de	Imóvel adquirido (unidade)	-



			acesso à população.		

Ação 3757

Identificação da Ação					
Código	3757		Tipo: Projeto		
Título	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na JF (e-Jus)				
Iniciativa	Não se aplica				
Objetivo	Não se aplica		Código: Não se aplica		
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Não se aplica	
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP e 12101 – JFMS				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
12.338.742,42	11.877.819,92	257.322,50	Desenvolvimento, implantação e consolidação de infraestrutura, processos e soluções de gestão da informação jurisdicional com a aplicação de TIC; promoção de interligação entre os órgãos do Poder Judiciário e a ele relacionados e a integração de bases de dados; capacitação em soluções de gestão da informação e governança de TIC voltadas ao projeto e-Jus; garantia de disponibilidade e de segurança dos sistemas e informações; provimento de meios de uso exclusivo da JF para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade. Assegurar à JF agilidade nos procedimentos e decisões judiciais e interação entre os demais órgãos do Poder Judiciário, ampliar a cobertura e o acesso dos cidadãos à prestação jurisdicional e dar transparência aos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, relacionados ao Poder Judiciário, por meio do uso de TIC.	Sistema Implantado (% de execução física)	1,46

Ação 103D

Identificação da Ação			
Código	103D	Tipo: Projeto	
Título	Construção de Edifício-Sede da JF em São José dos Campos - SP		
Iniciativa	Não de Aplica		
Objetivo	Não se Aplica	Código: Não se Aplica	
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código: 0569	Tipo: Não se Aplica
Unidade Orcamentária	12101 - JFSP		



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
260.825,70	0,00	260.825,70	Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infraestrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicionada da Justiça Federal na cidade de São José dos Campos - SP.	Edifício construído (% de execução física)	-

Ação 1136

Identificação da Ação	
Código	1136 Tipo: Projeto
Título	Modernização de Instalações da JF
Iniciativa	Não se Aplica
Objetivo	Não se Aplica Código: Não se Aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal Código: 0569 Tipo: Não se Aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP/JFMS
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

JFSP

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
201.925,07	61.343,73	140.581,34	Reformar, ampliar e modernizar as instalações de diversas edificações da Justiça Federal, visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços jurisdicionais.	Instalação modernizada (unidade)	-

JFMS

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
56.176,58	50.900,36	5.276,22	Reformar, ampliar e modernizar as instalações de diversas edificações da Justiça Federal, visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços jurisdicionais.	Instalação modernizada (unidade)	-



Ação 12RZ

Identificação da Ação					
Código	12RZ		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da JF em São João da Boa Vista - SP				
Iniciativa	Não de Aplica				
Objetivo	Não se Aplica		Código: Não se Aplica		
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Não se Aplica	
Unidade Orçamentária	12101 - JFSP				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
763.882,68	0,00	0,00	Contratação das obras para a construção de imóvel, bem como a sua Fiscalização e Gerenciamento para abrigar a nova Sede da Justiça Federal em São João da Boa Vista. O imóvel que abriga a Sede da Justiça Federal em São João da Boa Vista não comporta adequadamente a Subseção não permitindo ampliações e limitando o crescimento e desenvolvimento de novos projetos a serem implementados. Sendo desejável a construção de imóvel projetado com dimensionamento adequado de espaços e infraestrutura para abrigar um Fórum Federal e um Juizado Especial Federal cuja inauguração está prevista para 2013. A inclusão desta ação decorre da entrega de terreno pela Prefeitura juntamente com os Projetos Executivos para a construção da nova Sede da Justiça Federal e da necessidade de instalação do Juizado Especial Federal em 2013.	Sede construída (% e execução física)	-

Ação 12S1

Identificação da Ação			
Código	12S1	Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da JF em Santos - SP		
Iniciativa	Não de Aplica		
Objetivo	Não se Aplica	Código: Não se Aplica	
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código: 0569	Tipo: Não se Aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores			
Execução Orcamentária e Financeira		Execução Física - Meta	



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.616.075,85	61.343,73	140.581,34	Construção de imóvel com a contratação dos Projetos Básico, Legal e Executivo, e posteriormente o Projeto “as Built” juntamente com a etapa de execução das obras da nova Sede. Construir imóvel projetado especificamente para abrigar um Fórum Federal, com o dimensionamento adequado de espaços e infraestrutura. O imóvel que abriga a Sede da JF em Santos não comporta adequadamente a Subseção não permitindo ampliações e limitando o crescimento e desenvolvimento de novos projetos a serem implementados.	Edifício construído (% de execução física)	-

Ação 12S2

Identificação da Ação					
Código	12S2		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da JF em Sorocaba - SP				
Iniciativa	Não de Aplica				
Objetivo	Não se Aplica		Código: Não se Aplica		
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Não se Aplica	
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
699.720,54	30.458,54	669.262,00	Construção de Edifício, com 6.811 m², abrigar o Fórum Federal e o Juizado Especial Federal de Sorocaba/ SP.	Edifício construído (% de execução física)	-

Ação 12SP

Identificação da Ação					
Código	12SP		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da JF em São Carlos - SP				
Iniciativa	Não de Aplica				
Objetivo	Não se Aplica		Código: Não se Aplica		
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Não se Aplica	
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
500.000,00	0,00	0,00	Construção de imóvel com a	Edifício	-



			contratação dos Projetos Legal e Executivo, e posteriormente o Projeto “as Built” juntamente com a etapa de execução das obras da nova Sede.	construído (% de execução física)	

Ação 14LR

Identificação da Ação					
Código	14LR		Tipo: Projeto		
Título	Reforma do JEF de São Paulo - SP				
Iniciativa	Não de Aplica				
Objetivo	Não se Aplica		Código: Não se Aplica		
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Não se Aplica	
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.467.478,33	1.149.310,06	1.318.168,27	Sede construída com 1.337,58 m2.	Edifício construído (% de execução física)	-

Ação 4091

Identificação da Ação					
Código	4091		Tipo: Atividade		
Título	Capacitação de Recursos Humanos				
Iniciativa	Não de Aplica				
Objetivo	Não se Aplica		Código: Não se Aplica		
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Não se Aplica	
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP/JFMS				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				

JFSP

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
22.454,38	0,00	22.454,38	Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.	Servidor capacitado (unidade)	-



JFMS

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
11.643,14	10.993,14	650,00	Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente.	Servidor capacitado (unidade)	-

Ação 0396

Identificação da Ação	
Código	0396 Tipo: Atividade
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões
Iniciativa	Não de Aplica
Objetivo	Não se Aplica Código: Não se Aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal Código: 0569 Tipo: Não se Aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFSP/JFMS
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

JFSP

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
561.029,21	0,00	0,00	-	-	-

JFMS

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.149,00	0,00	2.149,00	-	-	-

Ação 103F

Identificação da Ação					
Código		103F		Tipo: Projeto	
Título		Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Campo Grande - MS			
Iniciativa		Não de Aplica			
Objetivo		Não se Aplica		Código: Não se Aplica	
Programa		Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Não se Aplica
Unidade Orçamentária		12101 – JFMS			
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de Realizado



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

01/01/2014				medida	
625729,87	0,00	0,00	Construção de prédio com instalações elétricas, hidráulicas, infra-estrutura de informática, sistema de ar condicionado e demais características apropriadas ao funcionamento do serviço público na prestação jurisdicional da Justiça Federal na cidade de Campo Grande - MS com a finalidade de atender e receber o público alvo em instalações condizentes que propiciem o bem estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação dos serviços jurisdicionais da Justiça Federal.	Anexo construído (% de execução física)	-

Ação 1J08

Identificação da Ação					
Código	1J08		Tipo: Projeto		
Título	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Naviraí - MS				
Iniciativa	Não de Aplica				
Objetivo	Não se Aplica		Código: Não se Aplica		
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Não se Aplica	
Unidade Orçamentária	12101 – JFMS				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
90.989,00	6.824,18	0,00	Construção de prédio de um pavimento, com área total de 1.337,58 metros quadrados, com a finalidade de proporcionar melhores condições das instalações físicas e suprir a carência de espaço nas Varas Federais, possibilitando o funcionamento dos órgãos judiciais e administrativos naquela unidade da federação.	Sede construída (% de execução física)	-

Ação 1J19

Identificação da Ação			
Código	1J19	Tipo: Projeto	
Título	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Dourados - MS		
Iniciativa	Não de Aplica		
Objetivo	Não se Aplica	Código: Não se Aplica	
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código: 0569	Tipo: Não se Aplica
Unidade Orçamentária	12101 – JFMS		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores			
Execução Orcamentária e Financeira		Execução Física - Meta	



Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
97.560,64	72.909,34	0,16	-	-	-

Ação 4257

Identificação da Ação					
Código	4257		Tipo: Atividade		
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal				
Iniciativa	Não de Aplica				
Objetivo	Não se Aplica		Código: Não se Aplica		
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo: Não se Aplica	
Unidade Orçamentária	12101 - JFSP				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Localizador	000816 – JC – Pessoal				
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
24.728,39	0,00	0,00	-	-	-
Localizador	000821 – Julgamento de Causas				
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
7.900.218,24	479.608,30	5.905.065,03	-	-	-
Localizador	067783 – JC – Crédito Extraordinário				
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
195.742,18	117.475,77	76.671,41	-	-	-

4.2.3.4 – Ações – Orçamento de investimento - OI

QUADRO A.5.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - OI
Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014.

4.3 – Informações sobre custos de produtos e serviços

(Fonte: AEGE)

O Poder Judiciário Nacional, preocupado com o estabelecimento de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal, ao aprimoramento da prestação jurisdicional, incluiu em seu Planejamento Estratégico – 2015/2020 o Macrodesafio “Aperfeiçoamento na gestão de custos”.

Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

No PEJF – 2015/2020, para esse macrodesafio, foi estabelecido o objetivo estratégico “Otimizar custos operacionais”, tendo por meta a racionalização na aquisição e utilização dos bens e serviços por meio de ações conjuntas dos órgãos da JF, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública. Para o alcance do objetivo estratégico em apreço será desenvolvido “Programa de sustentabilidade”, com previsão de início em 2015, sob a coordenação do CJF (Anexos XI e XIII, deste Relatório de Gestão).



4.4 – Informações sobre indicadores de desempenho operacional

(Fonte: AEGE, Núcleo de Organização e Métodos/JFSP, NURE/JFMS)

Os indicadores de desempenho (PEJF e PETI) referentes ao exercício de 2014 constam do Anexo XIV deste Relatório de Gestão (quadro A.5.4).

4.4.1 – Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional

(Fonte: AEGE)

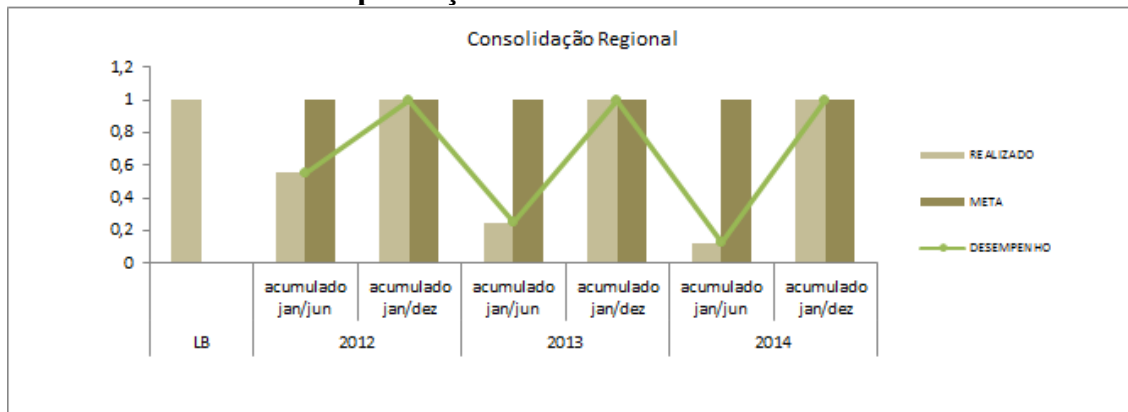
4.4.1.1 – Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional do PEJF

Nota:

- Indicadores 1 a 5 e 8 – competência para apuração: SDI/CJ;
- Indicador 9 – não mensurado, posto que vinculado ao desenvolvimento do projeto Carta de Serviços da JF;
- Indicador 23 – competência para apuração: TNU;
- Indicadores 26 e 27 – em revisão pelo CJF;
- indicadores 28 a 31 – indicador em plano de concepção;
- Indicador 32 – competência para apuração: Assessoria de Obras do CJF;
- Indicador 33 – competência para apuração: CJF.

Gráfico 5 - Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional do PEJF

Indicador 06 - Taxa de implantação de varas



Análise dos resultados

2012: Foram instaladas 100% das Varas Federais autorizadas pela RES CJF nº 102/2010, cumprindo-se a meta estabelecida. As aquisições, locações e as doações por concessão de novos espaços físicos recebidos foram fatores determinantes para o cumprimento do cronograma.

1º semestre de 2013: Foram instaladas 2 das 8 Varas Federais previstas para 2013, o que corresponde a 25% da meta estabelecida.

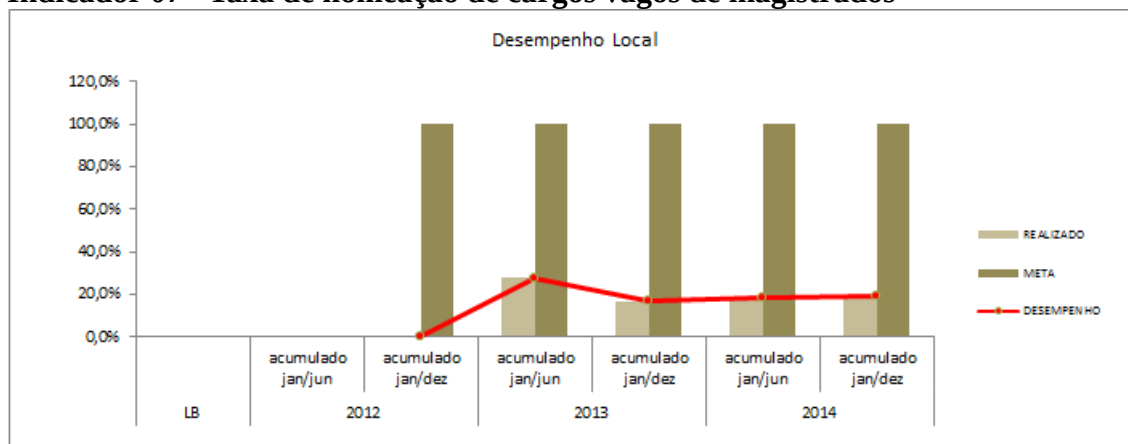
2013: Foram instaladas 100% das Varas Federais autorizadas para o ano de 2013, cumprindo-se a meta estabelecida.

1º semestre de 2014: Foi instalada uma das 8 Varas Federais criadas pela Lei nº 12.011/2009, para o ano de 2014 (1ª Vara-Gabinete na Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo, Provimento CJF3R nº 525/2014).

2014: Foram instaladas 100% das Varas Federais autorizadas para o ano de 2014, cumprindo-se a meta estabelecida.



Indicador 07 - Taxa de nomeação de cargos vagos de magistrados



Análise dos resultados

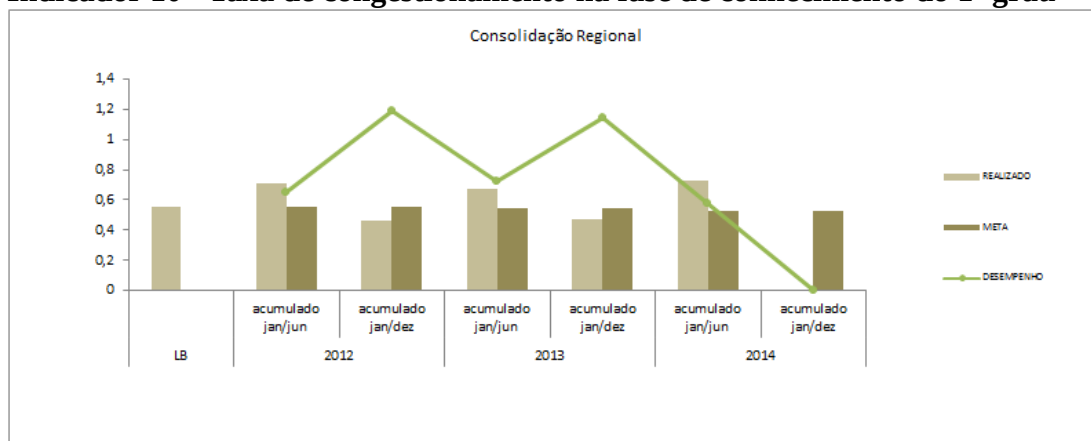
2º semestre de 2013: Conclusão do concurso para provimento de cargos de Juiz Federal substituto para a JF3R, no 1º semestre de 2013, e abertura de novo concurso no 2º semestre do mesmo ano. No ano de 2013 foram habilitados e nomeados 18 candidatos.

1º semestre de 2014: Do concurso concluído no ano de 2013 foram habilitados e nomeados 22 candidatos, número inferior ao de vagas ofertadas no edital.

Proposta: Agilizar os procedimentos para abertura de concurso público para preenchimento das vagas.

2º semestre de 2014: Abertura do Concurso de Promoção e Remoção Interna (Edital de 17/9/2014). Promoção de 16 Juizes Federais Substitutos, remoção de 16 Juizes Federais e Substitutos e lotação dos 22 Juizes Federais Substitutos habilitados e nomeados em 2014. Não houve tempo hábil para abertura de novo concurso para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto.

Indicador 10 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau



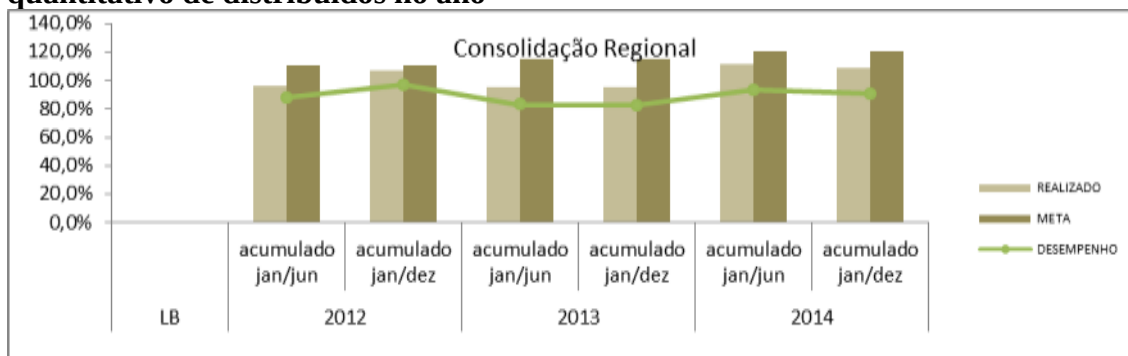
Análise dos resultados

2013: No acumulado anual de 2012 e 2013 houve o cumprimento da meta. Em 2013 verifica-se aumento nas 3 variáveis: processos baixados, casos novos e casos pendentes.

1º Semestre de 2014: Comparativamente aos primeiros semestres dos anos de 2012 e 2013, os valores diminuíram. A diminuição dos processos baixados foi maior que a soma dos casos novos mais casos pendentes. Dos três exercícios analisados (1º semestres), o 1º semestre de 2014 apresentou o pior percentual de desempenho, de 58%.



Indicador 11 - Taxa de processos de conhecimento no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano

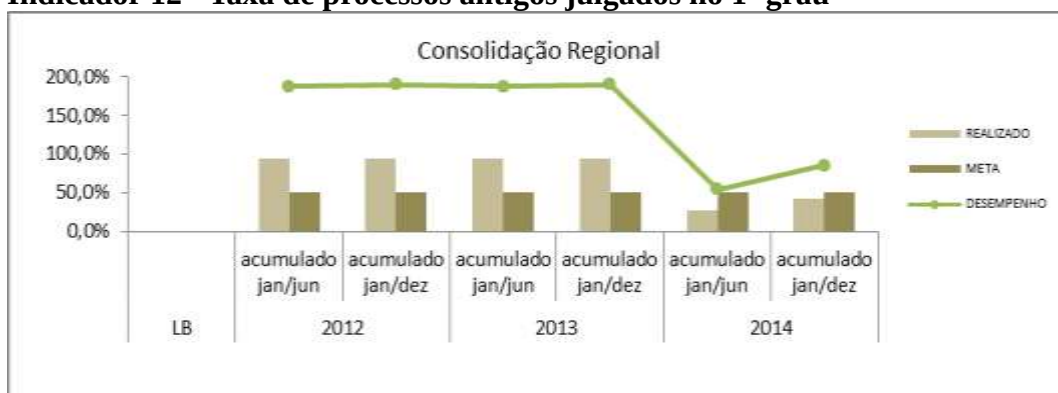


Análise dos resultados

2013: A quantidade de processos que receberam o primeiro julgamento foi inferior à quantidade de processos distribuídos.

2014: O desempenho obtido foi de 90,4% de cumprimento de meta.

Indicador 12 - Taxa de processos antigos julgados no 1º grau

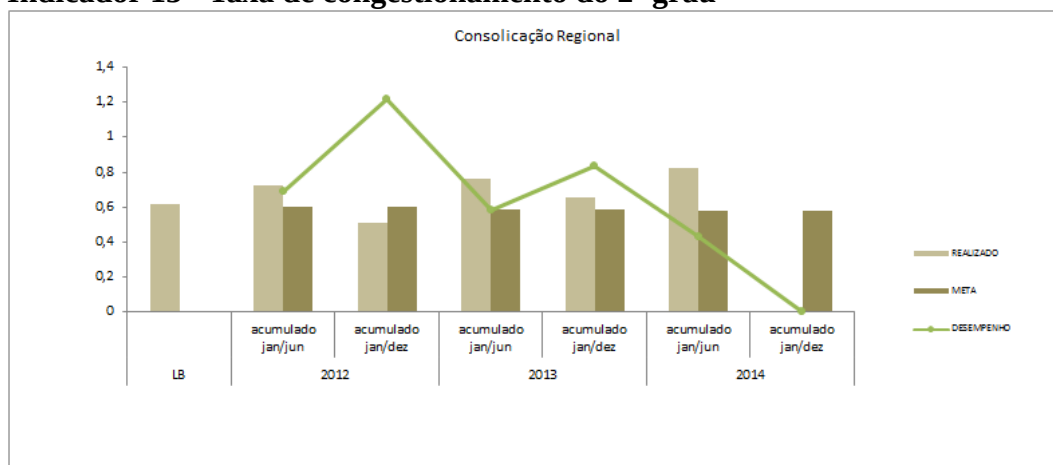


Análise dos resultados

2013: Cumprimento da meta em 190%, semelhante ao exercício de 2012. Houve aumento tanto na quantidade de processos distribuídos quanto de processos julgados, na mesma proporção do ano anterior.

2014: O desempenho obtido foi de 85,1% de cumprimento de meta, com o julgamento de 42,6% dos processos remanescentes de 2008.

Indicador 13 - Taxa de congestionamento do 2º grau



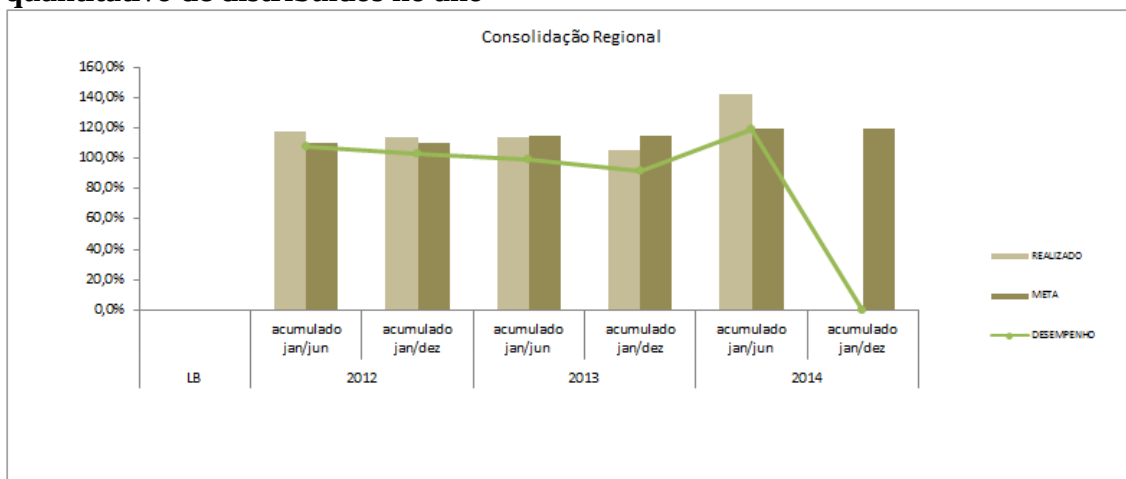


Análise dos resultados

2013: Houve aumento da taxa de congestionamento do 2º grau no exercício de 2013, em relação ao de 2012. A proporção de processos baixados foi menor que a soma dos casos novos mais casos pendentes.

1º Semestre de 2014: Houve aumento da taxa de congestionamento do 2º grau no 1º semestre de 2014, em relação ao 1º semestre de 2013. A quantidade de casos novos e casos pendentes diminuiu, porém a quantidade de processos baixados diminuiu em maior proporção.

Indicador 14 - Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano

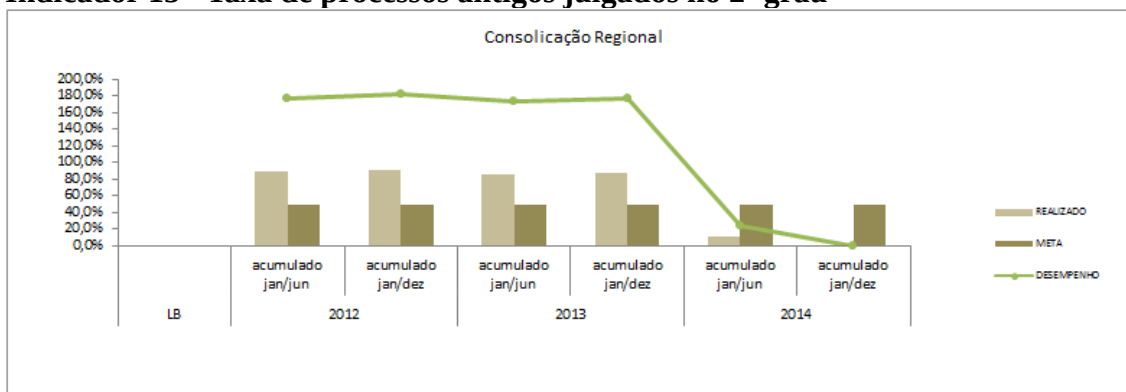


Análise dos resultados

2013: Todas as variáveis apresentaram valores inferiores comparativamente ao exercício de 2012. A proporção entre os processos que receberam primeiro julgamento e os processos novos distribuídos diminuiu.

1º Semestre de 2014: Em relação a 2013, o número de processos novos distribuídos diminuiu e a quantidade de processos julgados aumentou, acarretando desempenho de 119%.

Indicador 15 - Taxa de processos antigos julgados no 2º grau



Análise dos resultados

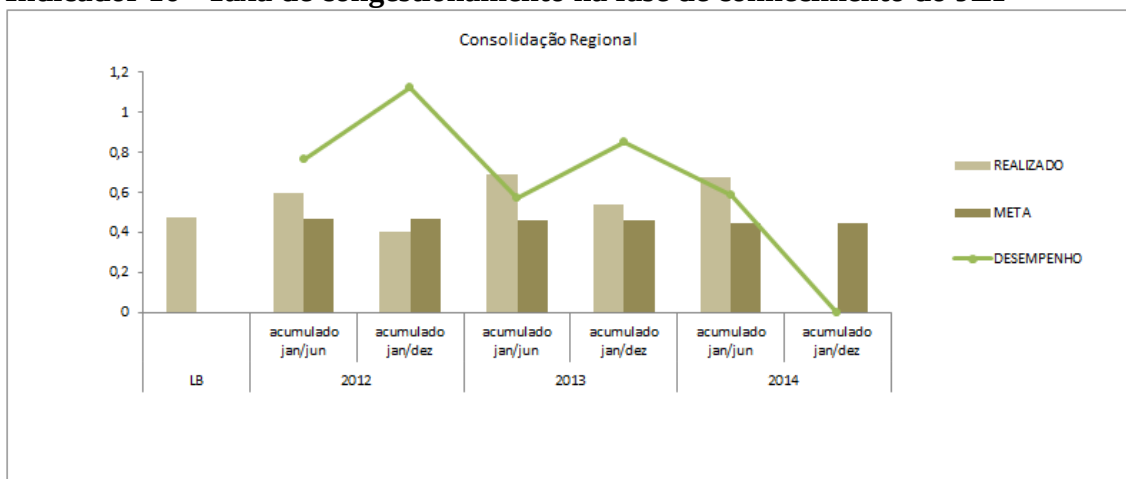
2013: Meta cumprida em 176,1%.

1º semestre de 2014: A meta de julgar 50% dos processos remanescentes do período de 2005 a 2008 não foi cumprida. Em 31/12/2013, restavam acumulados 40577 processos distribuídos até 2008. Desse montante, até junho/2014, foram julgados 4734 processos, que representa 23,3% do saldo inicial. Não foi possível a comparação com os outros períodos, pois os parâmetros são



diferentes.

Indicador 16 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF

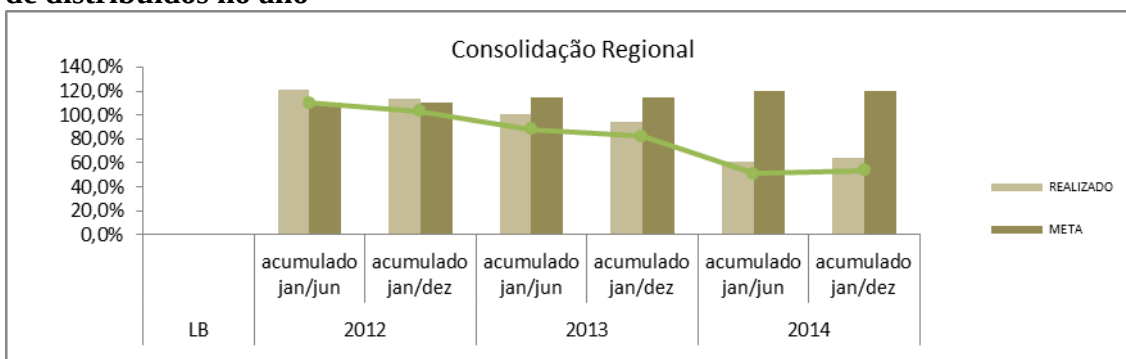


Análise dos resultados

2013: Em 2013 houve um aumento de casos novos em relação a 2012, diminuição da quantidade de processos baixados, e aumento de processos pendentes, acarretando aumento da taxa de congestionamento.

1º Semestre de 2014: Não foram considerados os dados de JEF Criminal de MS por ainda não terem sido liberados pelo “Justiça em Números”.

Indicador 17 - Taxa de processos de conhecimento no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano



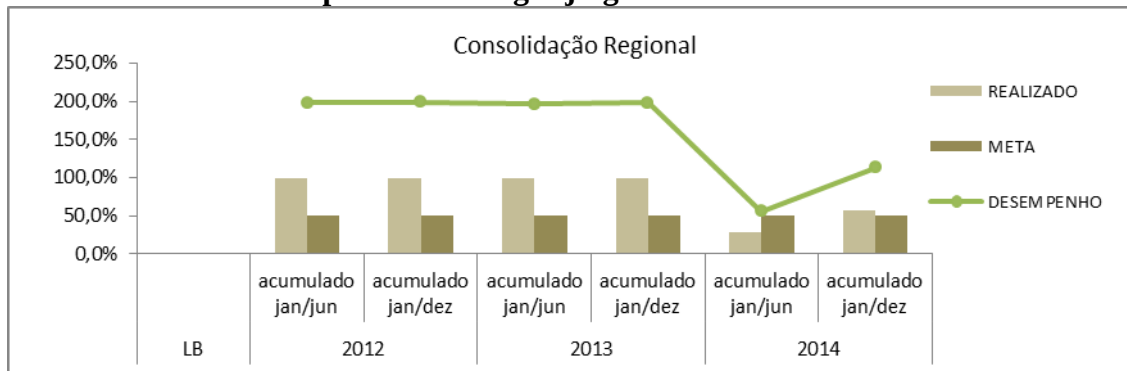
Análise dos resultados

2013: Em 2013, tanto os processos distribuídos quanto os julgados aumentaram, no entanto, o número de processos julgados foi inferior ao de processos distribuídos.

2014: A meta não foi cumprida. Apesar do aumento do número de processos julgados, houve um aumento maior de processos distribuídos.



Indicador 18 - Taxa de processos antigos julgados no JEF



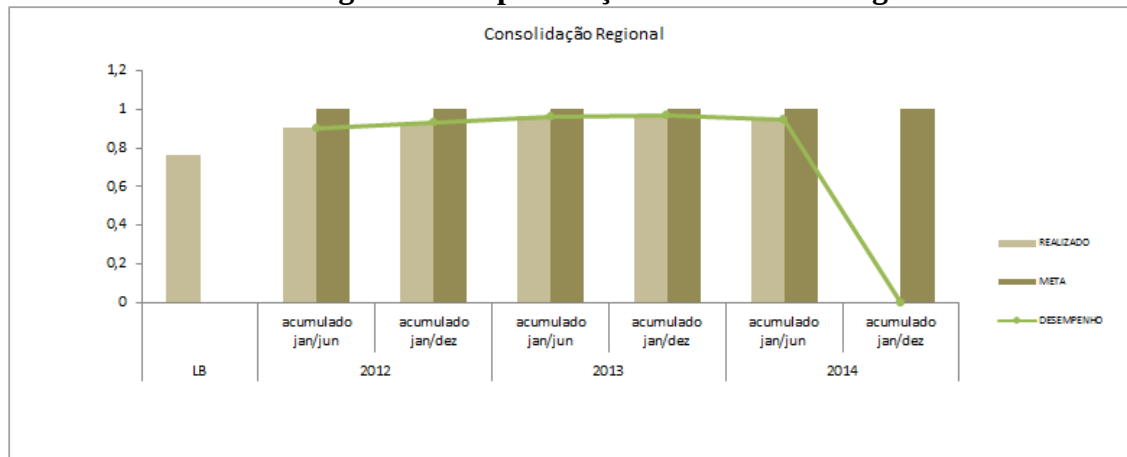
Análise dos resultados

2013: Cumprimento da meta em 197,8%.

1º Semestre de 2014: Em 31/12/2013, restavam acumulados 3342 processos distribuídos até 2010. Desse montante, até junho/2014, foram julgados 930 processos, que representa 27,8% do saldo inicial. A meta não foi cumprida. Não foi possível a comparação com os outros períodos, pois os parâmetros são diferentes.

2014: A meta anual foi cumprida. O desempenho foi de 85,1%, com o julgamento de 56,5% dos processos restantes distribuídos até 2008.

Indicador 19 - Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos 2º grau e TR



Análise dos resultados

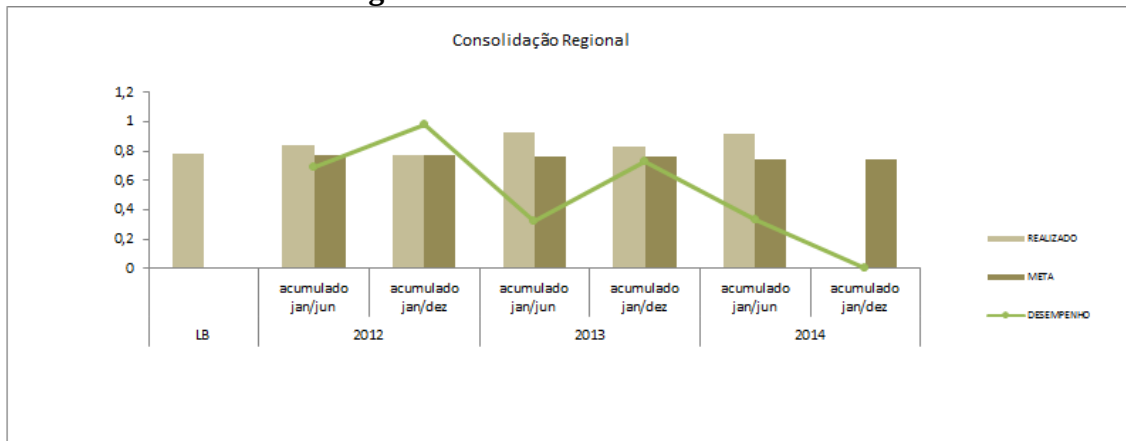
2012: Este indicador refere-se à Meta 4 CNJ de 2010, cujo percentual baixou de 100% para 90%. Adotando-se o mesmo critério para o indicador, a meta foi atingida.

2013: A taxa de agilidade na publicação de acórdãos do 2º Grau e TR apresentou aumento de desempenho de 2013 para 2012.

1º Semestre de 2014: Em relação ao 1º semestre de 2013, houve aumento da quantidade de acórdãos a publicar e publicado no prazo. O desempenho da meta foi de 94,7%.



Indicador 20 - Taxa de congestionamento na turma recursal

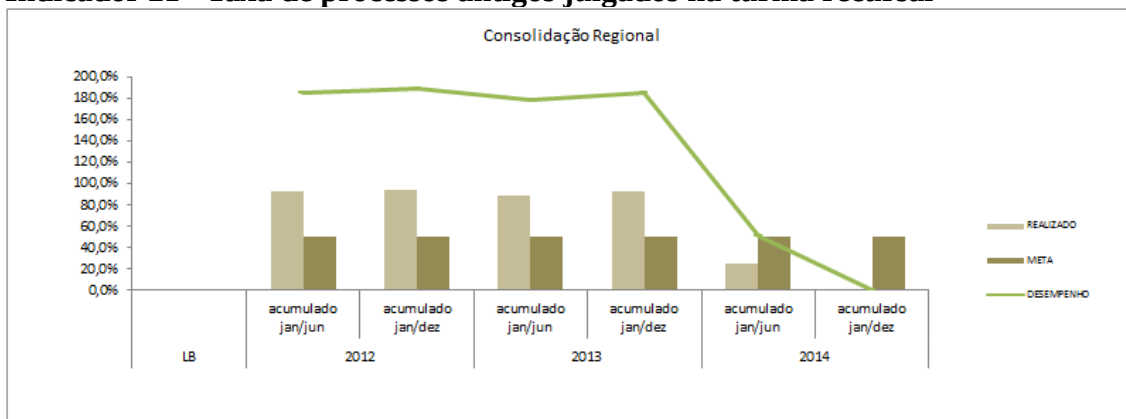


Análise dos resultados

2013: Comparativamente ao exercício de 2012, a quantidade de processos baixados e casos novos foi menor no exercício de 2013, e a de casos pendentes, superior. O primeiro semestre de 2013 apresenta situação pior do que o acumulado do ano, com 32,4% de desempenho.

1º Semestre de 2014: Todas as quantidades aumentaram em relação ao 1º semestre de 2013, com diferença de desempenho de apenas 0,8%.

Indicador 21 - Taxa de processos antigos julgados na turma recursal



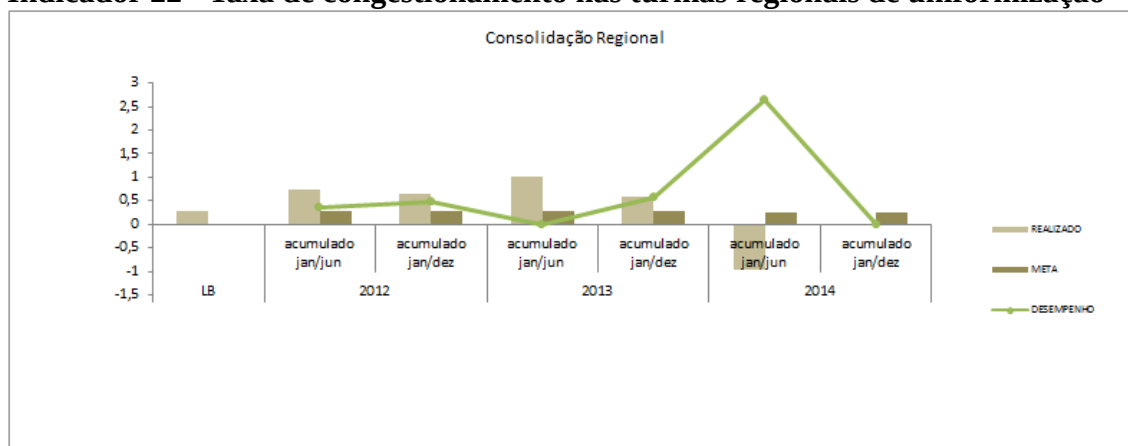
Análise dos resultados

2013: Meta cumprida em 186%.

1º semestre de 2014: Em 31/12/2013, restavam acumulados 10639 processos distribuídos até 2008. Desse montante, até junho/2014, foram julgados 2720 processos, que representa 25,6% do saldo inicial. A meta não foi cumprida. Não foi possível a comparação com os outros períodos, pois os parâmetros são diferentes.



Indicador 22 - Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização

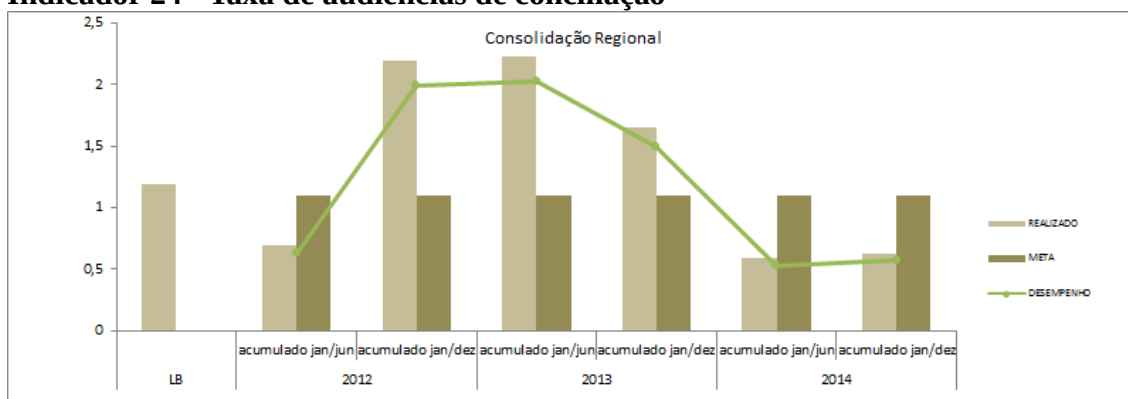


Análise dos resultados

2013: A meta não foi cumprida nos exercícios de 2012 e 2013. Houve melhora no resultado no exercício de 2013, comparativamente ao de 2012 (de 48,6% para 57,3%), uma vez que a proporção de processos baixados em relação a casos novos mais casos pendentes diminuiu.

1º Semestre 2014: Inconsistência nos dados.

Indicador 24 - Taxa de audiências de conciliação



Análise dos resultados

2012: Meta superada em 68,1%, sendo TRF3R em 23,6% e JFSP em 96,2%. A JFMS atingiu o percentual de 71% da meta estabelecida, indicando a necessidade de ações para atingimento da meta. O projeto “Implantar Gestão de Processos de Trabalho na Conciliação (âmbito nacional)”, em andamento, relacionado ao indicador, terá impacto na melhoria dos resultados.

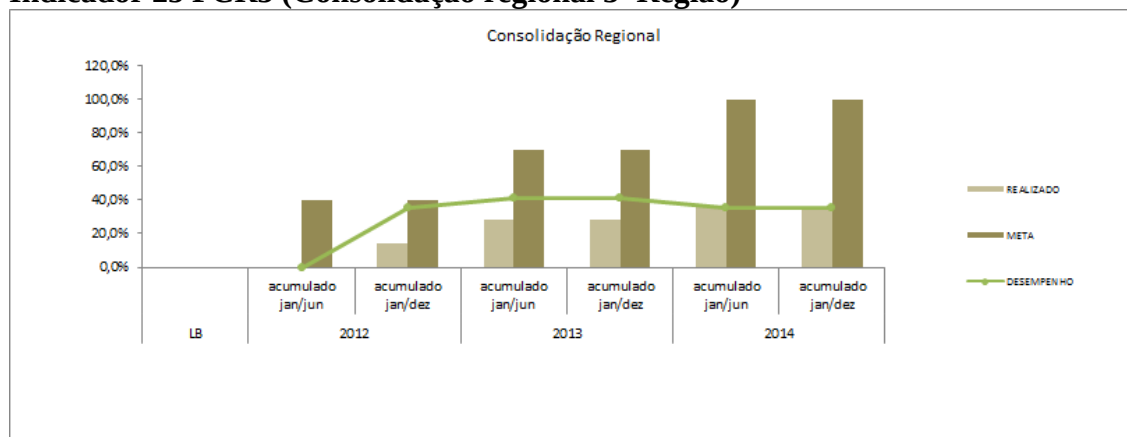
2013: Meta superada em 164,7%. Adotou-se, no período, a estratégia de ampliar o número de audiências de conciliação designadas, independentemente dos autos físicos.

1º Semestre de 2014: Foi adotada política de segurança e legalidade no planejamento das pautas de conciliação (mediante consulta ao Juízo Natural, com ou sem os autos físicos). Referida medida resultou no forte incremento do percentual de acordos realizados em relação à efetividade das audiências realizadas (de 59% no primeiro semestre/2013 para 75% no primeiro semestre/2014). Estão planejadas a ampliação do número de audiências do INSS e a implantação da Conciliação Virtual da mesma matéria.

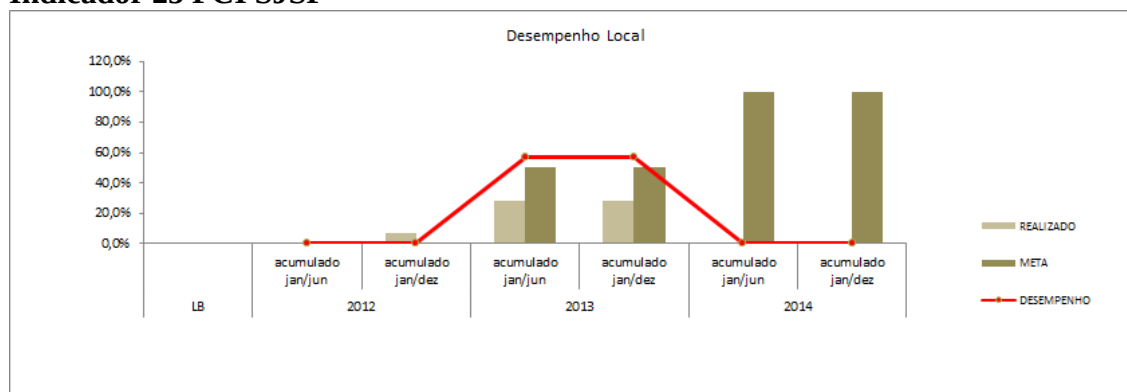
Indicador 25 - Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal



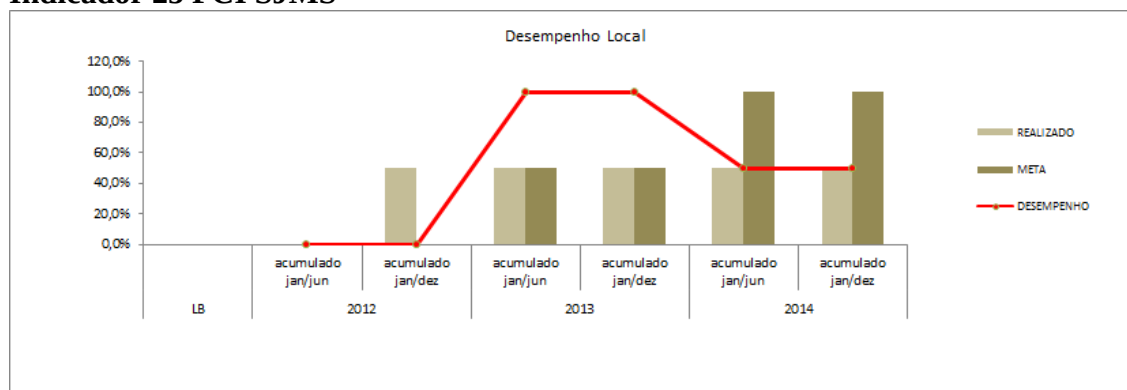
Indicador 25 PCR3 (Consolidação regional 3ª Região)



Indicador 25 PCI SJSP



Indicador 25 PCI SJMS



Análise dos resultados (25 PCR3, 25 PCI SJSP e 25 PCI SJMS)

2012: Foram monitorados os processos de trabalho: "Processar Recursos Inominados" das Turmas Recursais e "Gerenciamento de Mudanças" de TI.

2013: Foram implantados os seguintes processos de trabalho:

1º semestre:

No Sistema Prestação Jurisdicional, macroprocesso "Turmas Recursais", o processo de trabalho "Processar Recurso em Matéria Criminal" (*).

No Sistema Administração Geral, macroprocesso "Aquisição e Contratação de bens e serviços", o processo de trabalho "Aquisições de Bens e Serviços de TI - MCTI";

No Sistema TI, macroprocesso "Gestão de Serviços de TI", o processo de trabalho "Gestão de Catálogo de Serviços de TI" e "Gerenciamento de Mudanças".

2º semestre:



Disponibilização dos sistemas e respectivos macroprocessos e processos de trabalho na página do TRF3R na intranet (<http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3454>).

(*) Embora tenham sido mapeados dois processos de trabalho nas TR, está sendo computado somente um, em observância ao estabelecido no indicador.

2014:

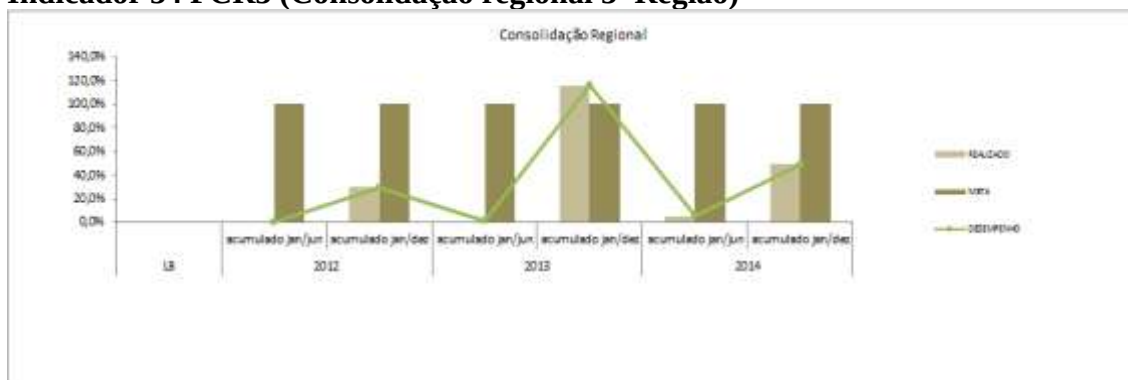
1) O número de processos estratégicos a serem mapeados pela JF de Primeiro Grau foi revisto, posto que a maior parte insere-se na competência do TRF3R. Por conseguinte, devem ser computados para aferição do indicador, para a JFSP, os processos de trabalho: Conciliação, Turmas Recursais e TRU, e, para a JFMS, os processos de trabalho: Conciliação e Turmas Recursais.

2) Foram mapeados os processos de trabalho gerenciais “Gestão do Planejamento Estratégico”, “Gestão dos Processos de Trabalho” e “Gestão dos Projetos Estratégicos”.

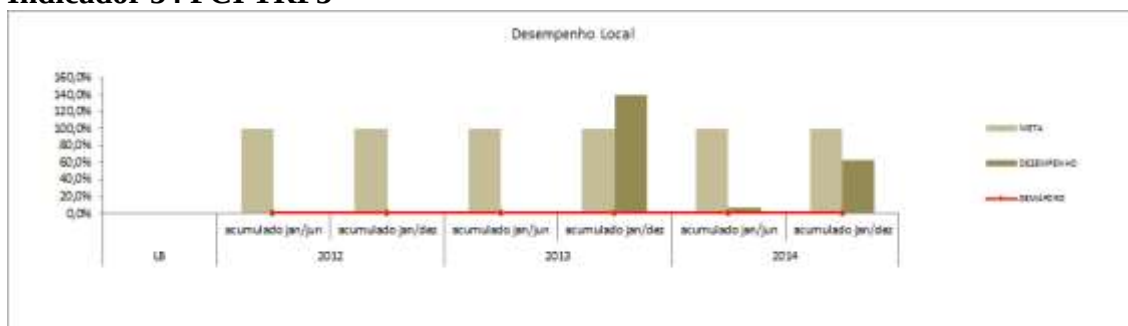
Está em andamento o projeto “Implementar Gestão por Processo de Trabalho no TRF3R” (Processo SEI 0014809-75.2013.4.03.8000), com início previsto para 2015.

Indicador 34 - Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado.

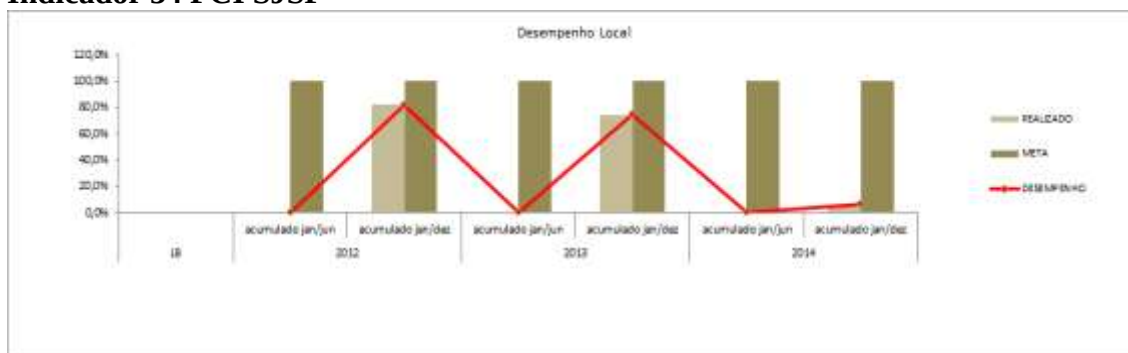
Indicador 34 PCR3 (Consolidação regional 3ª Região)



Indicador 34 PCI TRF3

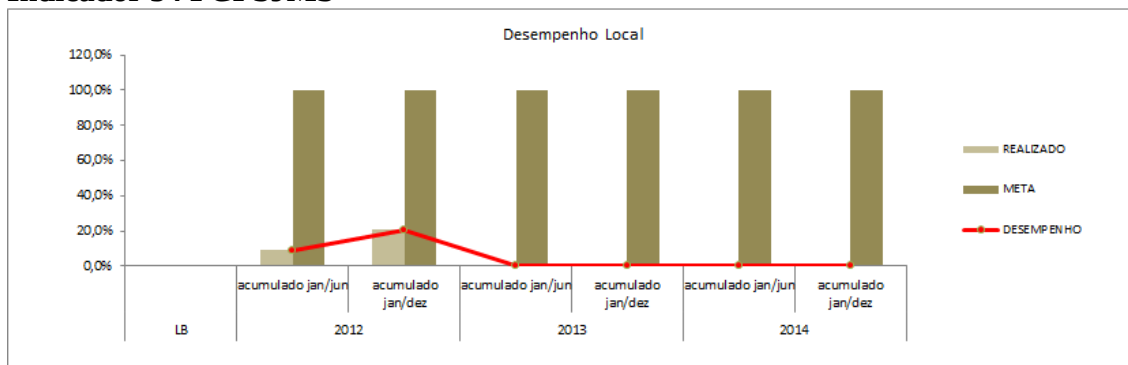


Indicador 34 PCI SJSP





Indicador 34 PCI SJMS



Análise dos resultados

TRF3R

2013:

SADI – Dotação orçamentária vinculada ao PE R\$ 7.324.727,00, reprogramação de R\$ 500.000,00 em razão de licitação fracassada e contingenciamento de R\$ 7.685.151,00 referentes à Reforma do Edifício-Sede do TRF3R, empregando-se R\$ 114.849,00 na ação. Do valor de R\$ 10.000.000,00 oriundo de Emenda Parlamentar (Aquisição de Imóvel para funcionamento do TRF3R Unidade B) foi empenhado o valor de R\$ 8.669.245,00, com contingenciamento de R\$ 1.300.755,00.

SETI – Dotação orçamentária vinculada ao PE R\$ 1.028.940,00 (JC Investimento), acrescido do valor oriundo da reserva do CJF para ISIGI, liberado ao TRF3R, de R\$ 12.129.385,00.

SEGE – Dotação orçamentária vinculada ao PE R\$ 730.311,00 (capacitação de RH), dos quais foram empenhados R\$ 678.988,75, representando 93% de execução.

EMAG – Dotação orçamentária vinculada ao PE R\$509.173,00 (Capacitação de Magistrados e Curso de Formação) totalizou, tendo sido realizado R\$ 322.626,01 representando 63% de execução.

2014:

SADI – Dotação orçamentária vinculada ao PE R\$ 17.300.000,00 incrementada com R\$ 7.000.000,00 oriundos de Emenda da Bancada Paulista para Aquisição de Imóvel para funcionamento do TRF3R, reprogramação de R\$ 2.850.000,00 cancelados para suplementação do orçamento destinado a contratos imprescindíveis ao funcionamento do TRF3R e direcionamento de R\$ 1.300.000,00 para a elaboração de projetos referentes ao Galpão da Água Branca, desses, considerando o fracasso da licitação, R\$ 1.295.684,00 foram remanejados para projetos estratégicos de TI. Valores contingenciados: R\$ 4.769.214,00 na Ação Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF3R Unidade "C" e R\$ 2.346.901,00 na ação Reforma do Edifício Sede do TRF3R.

SETI – Dotação orçamentária vinculada ao PE R\$ 5.711.367,00 e R\$ 5.450.000,00, referentes ao MTGI com destinação específica às UO 12104 e 12101 e R\$ 6.907.421,00 referentes a despesas correntes e capital, incrementados com R\$ 3.482.183,00 entre créditos e alterações de PO. Valor contingenciado: R\$ 1.930.958,00.

JFSP

2013: Dotação orçamentária disponibilizada: R\$ 4.895.940,00 e valor empenhado: R\$ 3.650.152,04, como segue:

1) Contratação de empresa para elaboração de projetos básico, executivo e legais para adequação da acessibilidade no Fórum Federal de Ribeirão Preto (R\$ 105.652,96) e para a construção do Fórum Federal de Bauru (R\$ 1.097.454,00); de Santos (R\$ 1.414.150,78), com sobra orçamentária de R\$ 643.849,00, contingenciado no final do exercício de 2013 e de São João da Boa Vista (R\$ 763.882,68), com sobra orçamentária de R\$56.603,00, contingenciado no final do exercício de 2013.



- 2) Serviços de reforma e impermeabilização no Fórum Federal de Santos (R\$ 79.958,94);
- 3) Elaboração de serviços técnicos abrangendo levantamento cadastral, estudo preliminar, projetos legal, básico e executivo de acessibilidade no Fórum Cível Pedro Lessa (R\$ 59.048,64);
- 4) Contratação de empresa para elaboração de projeto executivo elétrico para reforma e modernização do sistema de infraestrutura elétrica da entrada de energia do Fórum Cível Pedro Lessa (R\$ 80.000,00);
- 5) Fornecimento e instalação de solução de cabeamento estruturado para viabilizar a instalação de *no-break* no Fórum Federal de Ribeirão Preto;
- 6) Execução de obras de reforma na rede de esgoto no prédio do Fórum Federal Criminal e Previdenciário (R\$ 13.523,68).

Em dezembro/2013, foi efetuada troca orçamentária da ação Modernização das Instalações da JF para ação Julgamento de Causas material, no valor de R\$ 455.555,00.

1º Semestre de 2014:

Dotação orçamentária disponibilizada: R\$ 8.503.758,00, distribuída, como segue:

- 1) Aquisição de Edifício para o Fórum de Execuções Fiscais (R\$1.745.800);
- 2) Construção do Edifício-Sede da JF em Marília (R\$ 1.250.000,00) e do Polo Administrativo Regional da JF em Ribeirão Preto (R\$ 500.000,00);
- 3) Reforma do Fórum de Execuções Fiscais (R\$ 4.000.000,00);
- 4) Modernização das Instalações da JF (R\$ 1.007.958,00).

2º Semestre de 2014

Em agosto 2014 foi oferecido crédito compensatório para a Ação Modernização das Instalações da JF no valor de R\$ 500.000,00, referente à Ação Construção do Polo Administrativo Regional da JF em Ribeirão Preto. No segundo semestre de 2014 foram recebidos R\$ 2.427.450,00 na ação Modernização das Instalações da JF, totalizando, nesta ação, dotação de R\$ 3.935.408,00. Montante empenhado no exercício: R\$ 10.483.155,24.

JFMS

2013: A dotação orçamentária vinculada ao PE foi executada na ação de modernização do prédio do JEF de Campo Grande. As demais metas relativas aos projetos estratégicos (obras) ficaram prejudicadas, em razão da auditoria realizada pelo CJF tendo por objeto a Contratação e execução de projetos para a obra de Construção de Edifício-Anexo da JF em Campo Grande (Processo SEI 0019209-35.2013.4.03.8000).

2014: Em relação aos projetos estratégicos, só houve disponibilização de dotação na ação Modernização das Instalações da JF. Foram executadas obras referentes ao prédio-sede da JF de Naviraí, modernização dos prédios da JF de Campo Grande e de Dourados, e contratação de projetos de acessibilidade para os prédios das Subseções Judiciárias de Corumbá, Ponta Porã, Naviraí e Coxim. Dentre outros fatores, contribuíram para o não atingimento de um desempenho mais expressivo, o reduzido quadro de pessoal da SJMS, assim como o fracasso de procedimentos licitatórios.

4.4.1.2 – Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional do PETI

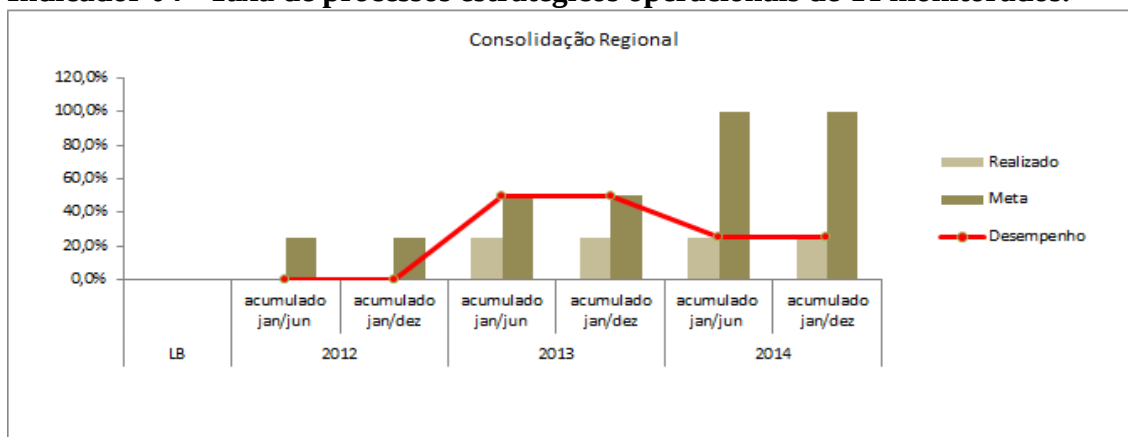
Nota:

- Indicadores 1 a 3 – competência para apuração: SGI/CJF;
- Indicadores 6, 7 e 10 – em revisão pelo CJF.



Gráfico 6 - Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional do PETI

Indicador 04 - Taxa de processos estratégicos operacionais de TI monitorados.



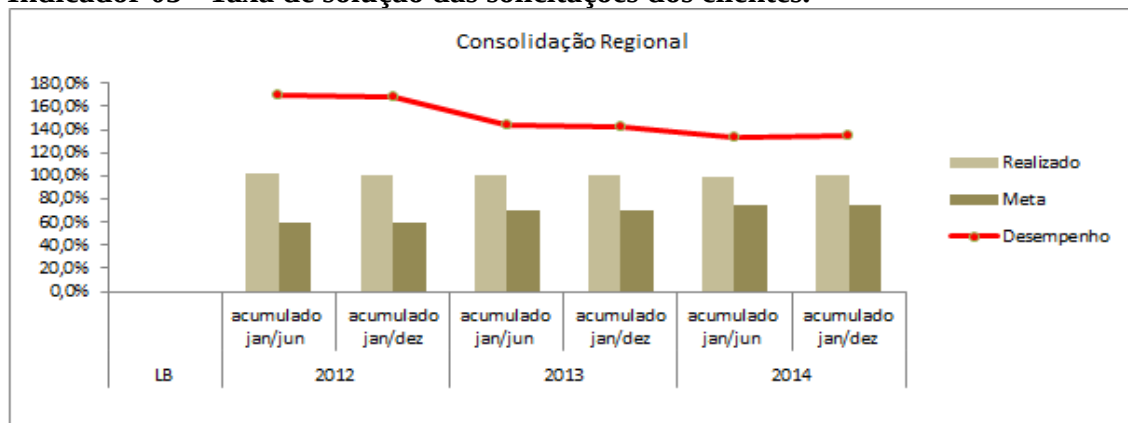
Análise dos resultados

2012: Não houve mapeamento de processos estratégicos de TI

2013: Implantação do processo de aquisição de bens e serviços de TI nos termos da RES CJF nº 279/2013, que dispõe sobre o MCTI-JF no âmbito do Conselho e da JF de primeiro e segundo graus. Houve cumprimento de 25% da meta estabelecida.

2014: O desempenho na meta está adequado ao quadro de pessoal de TI e à concorrência às atividades primárias da SETI, informadas no relatório de atividades SETI 2013 (Processo SEI 0006723-81.2014.4.03.8000). Neste sentido, as metas estão maximizadas em relação a capacidade de implantação dos processos de trabalho da área de TI.

Indicador 05 - Taxa de solução das solicitações dos clientes.



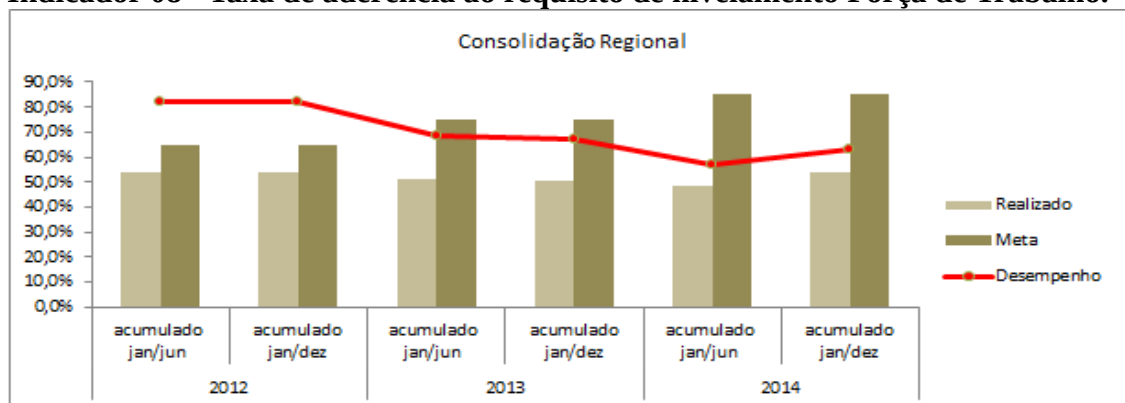
Análise dos resultados

2012: Não há SLA estabelecido. Foi editada a RES PRES TRF3R nº 293/2012 instituindo os gestores e o comitê gestor de sistemas. O próximo passo é estabelecer um catálogo de serviços e os respectivos SLA. Para o cálculo do indicador, foram consideradas todas as solicitações abertas entre 01/01/2012 e 30/06/2012. Dentre estas, consideraram-se atendidas aquelas que foram fechadas (pelo atendente ou pelo solicitante) no mesmo período.

2013 e 2014: Não há SLA estabelecido. Foram mantidos os mesmos critérios de mensuração utilizados em 2012.



Indicador 08 - Taxa de aderência ao requisito de nivelamento Força de Trabalho.

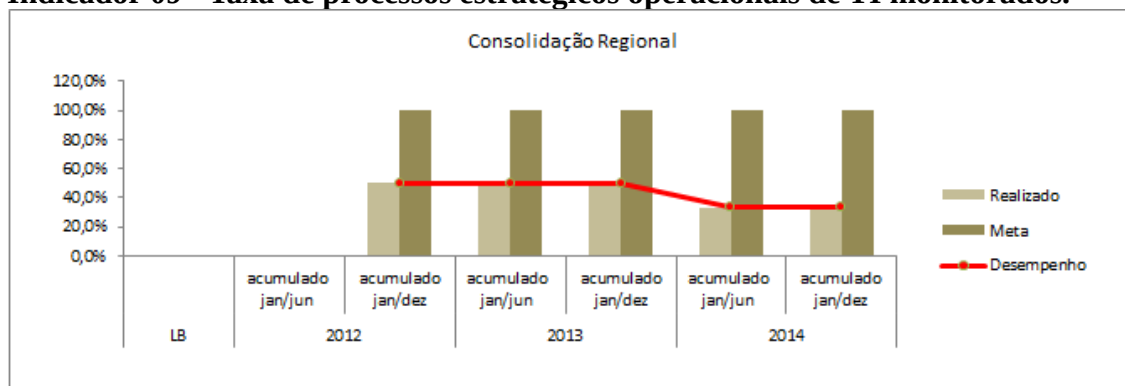


Análise dos resultados

2012: 120 profissionais de TI, com necessidade de aumento no quadro (98 profissionais).

2014: Ingresso de 11 servidores entre analistas e técnicos, com necessidade de aumento no quadro (87 profissionais).

Indicador 09 - Taxa de processos estratégicos operacionais de TI monitorados.



Análise dos resultados

2012: No 2º semestre de 2012 foi implantado e está em fase de monitoramento o processo ITIL Gestão de Mudanças.

2013: Cumpru-se, em 2013, 50% da meta estabelecida. O desempenho na meta está adequado ao quadro de pessoal de TI e à concorrência às atividades primárias da SETI, informadas no relatório de atividades SETI 2013 (Processo SEI 0006723-81.2014.4.03.8000). Neste sentido, as metas estão maximizadas em relação a capacidade de implantação dos processos de trabalho da área de TI.

Foram realizadas 119 mudanças no ambiente tecnológico, gerenciadas pelo Processo de Gerência de Mudanças. O processo está em avaliação e monitoramento contínuos. O processo de gerenciamento do catálogo de serviços foi formalizado e trouxe, dentre outros, os seguintes resultados: organização e transparência nos sistemas mantidos e disponibilizados pela SETI; ampliação do acesso aos serviços disponibilizados e avaliação contínua dos serviços desativados definitivamente ou disponíveis aos usuários apenas para consulta de informações. Referido processo está em avaliação e monitoramento contínuos, com vistas à redução da quantidade e complexidade dos sistemas de informação.

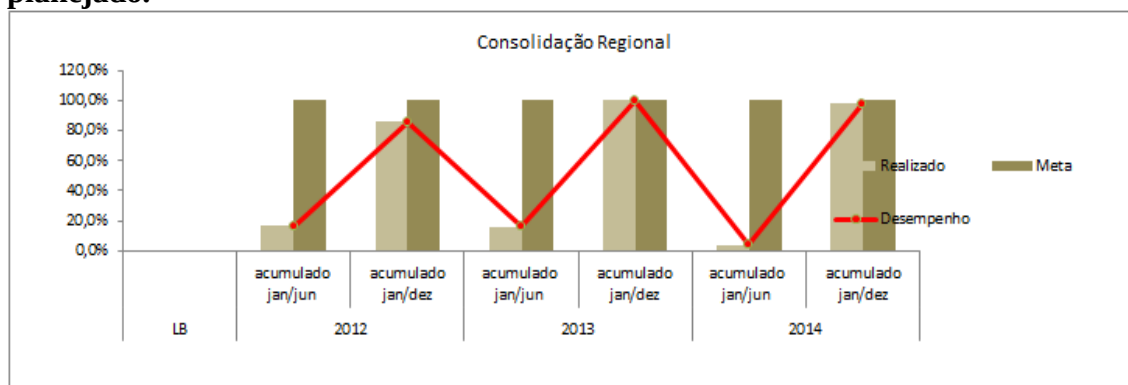
2014: Além do acompanhamento dos processos já implantados, estavam previstas implementação do processo de desenvolvimento de software e início do mapeamento do processo de gestão de requisição, incidente e problemas, juntamente com o catálogo de serviços (requisição de serviços) e de ferramenta automatizada para controle (substituição do callcenter atual). O projeto encerrou o exercício na fase de contratação de serviço de consultoria para definição, instalação, configuração,



subscrição, suporte e treinamento do software de atendimento para Help Desk para implantação de ferramenta de gestão de incidente, problema e requisição que vai permitir um catálogo de serviços mais amplo e com detalhamento dos serviços de cada sistema (Processo SEI 0015470-20.2014.40.03.8000). A implantação de nova ferramenta em substituição a atual ferramenta de callcenter, contribuirá para a definição formal e divulgação de papéis e responsabilidades da área de TI, uma vez que se faz necessário o mapeamento dos serviços prestados pela TI, bem como a definição do responsável por cada serviço.

A instituição de processos de trabalho operacionais interfere necessariamente, na cultura da organização, afetando não apenas o modo de trabalho da área técnica, como das áreas usuárias. Envolve mudança de procedimentos e desenvolvimento de técnicas e habilidades, e requer tempo e esforço de maturação.

Indicador 11 - Taxa de execução orçamentária-financeira dos projetos de TI em relação ao planejado.



Análise dos resultados

2012: Contratação de serviços técnicos especializados na área de TI, compreendendo a realização de atividades para implantação e sustentação do sistema de processo judicial eletrônico (PJe) no âmbito da JF3R (dotação orçamentária: R\$ 966.342,00, valor executado: R\$ 829.443,00)

1º semestre de 2013: JC: licitações de aquisições de equipamentos e contratações de prestação de serviço, em andamento. ISIGI: Valor destinado ao TRF3R R\$ 9.437.423,00, valor contingenciado R\$ 6.640.744,00, valor disponibilizado: R\$ 2.796.679,00. Licitações em andamento.

2º semestre de 2013: Os valores contingenciados foram liberados no final do 2º semestre de 2013. Em razão disso os valores foram empenhados para execução no exercício de 2014 (RP). A liberação dos recursos próximo ao encerramento do exercício financeiro tem dificultado o cumprimento da meta. No entanto, o montante disponibilizado tem viabilizado projetos de melhoria da infraestrutura, os quais, por sua vez, colaboram para manter a disponibilidade e desempenho de sistemas em produção e outros que vierem a ser implantados.

Realizações do exercício: Sistema SEI, disponibilização de rede sem fio (em andamento), sistema de peticionamento eletrônico nos JEF, atendimento às demandas do Gabinete da Conciliação (pré-processual e procedimento conciliatório), desenvolvimento do Sistema EstCore; substituição de servidores de sistemas, implantação e conclusão da rede Microsoft Active Directory, licenciamento e expansão de processamento das plataformas Oracle e SQLServer, ampliação da capacidade de armazenamento, entre outros.

2014: Os investimentos financeiros permitiram a modernização dos equipamentos em geral, tornando o ambiente mais seguro, confiável e disponível. Os investimentos concentraram-se na ampliação da capacidade de processamento e armazenamento dos servidores centrais; renovação e ampliação de contratos de suporte e manutenção dos equipamentos que compõem a infraestrutura central dos datacenter; aquisição de equipamentos e softwares para implantação de rede sem fio corporativa, prevendo o uso para advogados e visitantes; modernização dos equipamentos de borda,



tais como: switches, computadores, tablets, leitores de código de barras, impressoras, notebooks entre outros; os recursos destinados à comunicação de dados permitiram ampliar a comunicação de dados entre as localidades para a velocidade mínima necessária; uma nova infraestrutura para cópia de segurança foi adquirida, integrando à solução já existente, ampliando a segurança do armazenamento das informações; aquisição de storage flash para possibilitar alta disponibilidade dos bancos de dados e substituição de microcomputadores sem garantia. Os recursos financeiros disponibilizados também permitiram investimentos na contratação e renovação de licenças de software para sistemas operacionais, banco de dados, linguagens de programação e aplicativos de usuário final. O investimento realizado na aquisição do software de gerenciamento de identidades propiciou a integração do sistema de recursos humanos ao ambiente de rede da instituição, trazendo maior agilidade e segurança na concessão e revogação de direitos de acesso à rede, viabilizando adicionalmente a concessão de acesso a inativos, diminuindo necessidade de impressão de contracheques, com consequente economia de recursos.

Houve, ainda, planejamento e investimentos para aquisição de equipamentos e softwares voltados a implantação de novas Varas Federais e JEF.

4.4.1.3 – Análise dos resultados dos indicadores de desempenho operacional do PDTI

Tema: Alinhamento e integração.

Objetivo 1: Assegurar a atuação sistêmica da TI na JF.

Indicador 2: Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da TI da JF.

Iniciativa 3: Continuidade de implantação do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico.

Descrição: Implantação de novos processos de trabalho no Sistema de Processo Administrativo Eletrônico.

A atividade foi concluída com a implantação do sistema SEI instituído pela PORT PRES TRF3R nº 8.465/2013. Como resultados, houve uniformização do trâmite de expedientes administrativos na JF3R, diminuição do tempo de tramitação dos processos administrativos, com a possibilidade de atuação de diversas áreas ao mesmo tempo; diminuição do trânsito de pessoas e do volume de papel e aumento da transparência e do acesso às informações, inclusive a terceiros interessados. Destaque-se que o acesso ao sistema SEI é simples, bastando conexão de internet e provedor de acesso. Até outubro/2014, constavam 7.875 usuários cadastrados, 92.878 processos criados e 31.985 processos em tramitação.

Iniciativa 4: Implementar integrações necessárias ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico.

Descrição: Identificação, especificação e implementação das rotinas ou *web services* que permitirão a troca de informações entre o Sistema de Processo Administrativo Eletrônico e os sistemas convencionais.

Em 2013, iniciou-se a implantação da Central de Requisições, em que os formulários direcionados às áreas de RH são integrados diretamente do sistema de Gestão de Pessoas (e-GP) para o sistema SEI; foi concluída a integração do sistema SEI com o formulário disponibilizado na internet para reclamação/sugestão/elogio pelo canal da Ouvidoria-Geral da JF3R e a integração entre o sistema SEI e o Diário Eletrônico da JF3R. No exercício de 2014, foram disponibilizados novos formulários e houve implementação da Central de Requisições em toda a JF3R.

Em continuidade, está prevista a desativação do atual sistema de agendamento de publicação de matérias administrativas (agpub) e a integração do sistema SEI com o sistema de Precatórios da SEPE (Processo SEI 0015455-85.2013.4.03.8000).



Iniciativa 5: Adequar os sistemas administrativos e de apoio ao sistema judicial visando à unificação.

Descrição: Implementação dos ajustes necessários à utilização de sistemas únicos no 1º e no 2º graus para otimização de recursos e simplificação de procedimentos.

Resultados alcançados na iniciativa: adequação do sistema SISJEF para abarcar as funcionalidades específicas da Conciliação (Processo SEI 0000641-5.2012.4.03.8000), otimizando os recursos humanos envolvidos e diminuindo os prazos de disponibilização de solução; integração entre o sistema SISJEF e os sistemas processuais de 1º e 2º graus, para manter sincronizadas as informações de distribuição, audiência e baixa de ações de conciliação, evitando retrabalho e aumentando a confiabilidade das informações; desenvolvimento e implantação do sistema EstCore, eliminando a utilização de sistemas Access e a necessidade de digitação mensal de dados duplicados pelas Varas, evitando retrabalho e provendo maior agilidade e confiabilidade nas informações; centralização da base de dados de MS no Datacenter do TRF3R, aumentando a segurança e otimizando recursos técnicos e humanos de TI; unificação do sistema de pró-social na JF3R, com a consequente desativação de sistemas legados, uniformizando procedimentos e liberando funcionalidades integração à folha de pagamento, com diminuição dos trabalhos de digitação e conferência pelas áreas gestoras; continuidade da unificação do sistema de folha de pagamento, prevista para conclusão em 2015, unificando procedimentos e compartilhando funcionalidades; implantação do sistema de chamados administrativos (SICAD) no TRF3R com perspectiva de disponibilização à JF de 1º Grau, e consequente desativação do sistema anterior em uso no TRF3R, já obsoleto; implantação de sistema de gerenciamento de identidade (IDM), otimizando as atividades de inclusão e exclusão de usuários e a utilização de licenças de software, através da integração com sistemas de RH, aumentando a segurança da rede da JF3R e liberando mão de obra técnica para outras atividades, além de viabilizar o acesso de servidores inativos e cedidos à intranet, com consequente diminuição do trânsito de pessoas nos prédios e elevadores e da impressão de documentos (contracheque) (Processo SEI 0022849-12.2014.4.03.8000); conclusão da primeira etapa de unificação do sistema de Magistrados, com a unificação da rotina de Férias de Magistrados e integração com a Folha de Pagamento da JFSP, eliminando informações divergentes e retrabalho das áreas gestoras; conclusão da alteração do sistema processual a fim de cumprir a Lei nº 12.694/2012 e a RES CJF3R nº 528-2014-CJ3R, permitindo a formação de colegiado em primeiro grau de jurisdição; implantação de sistema para pedidos eletrônicos de preferência e sustentação oral nas sessões de julgamentos, diminuindo o volume de atendimentos no balcão das subsecretarias; continuidade na evolução da versão unificada da Central de Requisições do RH, descrita na Iniciativa 4, supra; expansão do módulo de gerenciamento de mandados da Central de Mandados Unificada para todos os fóruns, com a revisão e incremento de novos modelos de mandados, uniformizando procedimentos, facilitando a gestão do conhecimento, agilizando a emissão de mandados e reforçando a imagem institucional, por se tratar de documento apresentado ao público externo e implantação da etapa inicial da Tabela de Movimentos do CNJ (RES CNJ nº 46/2007), nos documentos “acórdãos” e início da segunda etapa para os documentos “decisões terminativas”. Trata-se de ação voltada à prestação jurisdicional, essencial para melhorar a interoperabilidade entre os órgãos e a precisão e consolidação dos dados estatísticos obtidos dos sistemas.

Iniciativa 6: Continuidade da implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico.

Descrição: Implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico no 2º grau.

Iniciativa 7: Implementar integrações necessárias ao Sistema de Processo Judicial Eletrônico.

Descrição: identificação, especificação e implementação das rotinas ou web services que permitirão a troca de informações entre o Sistema de Processo Judicial Eletrônico e os sistemas convencionais.

Nos termos do art. 34, §1º, da RES CNJ nº185/2013, foi constituído comitê gestor do PJe no âmbito do TRF3R (PORT PRES TRF3R nº 7489/2014) e elaborado cronograma de implantação do PJe na



JF3R, com início na Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo (Processos SEI 0007632-26.2014.4.03.8000e 0009499-54.2014.4.03.8000).

A implantação do PJe aguarda a implementação das melhorias identificadas pelo comitê gestor como impeditivas e como graus de prioridade alta e média (1 e 2): 1) No cadastro de processo, após distribuição, quando se coloca uma parte como sigilosa, o sistema não confirma (impeditiva); 2) O ícone visualizador, que menciona quais partes podem ver o documento não aciona (impeditiva); 3) A tela para seleção de visibilidade de documento só aparece quando se clica no *check box* (impeditiva); 4) Detalhes de validação do sigilo: a tela não demonstra o que descreve (impeditiva); 5) Erro ao liberar a visualização de processo em segredo de justiça para os servidores do órgão julgador; 6) Permitir na aba “expedientes”, a visualização do documento (impeditiva); 7) Na aba “incluir petições”, possibilitar que os documentos padrões sejam importados – questão de configuração; 8) Condensar em apenas uma tarefa de secretaria todas as decisões/despachos (tarefa – avaliar determinações do magistrado); 9) Criação de *check box* que aponte medida urgente que levaria o processo ao topo da lista da tarefa (prioridade 1); 10) Possibilidade de criação de “sub-caixas”, atreladas à caixa da tarefa principal, com possibilidade de criação de filtros relacionados com a atividade (julgamento colegiado, julgamento monocrático, interlocutória, decisão) não apenas por gabinete (prioridade 1); 11) Ao criar as caixas, um novo processo é enviado para secretaria e, embora conste na tarefa principal (visualização pelo movimento), o processo não aparece para o usuário – aparentemente problema no fluxo; 12) Na aba processo – consulta processo + ver detalhes do processo, há o ícone abrir paginador, que deveria ser substituído por ver detalhes do processo (prioridade 2); 13) Erro na rotina emissão de certidão (objeto e pé e demais) permitir editor de texto para atualização das certidões (prioridade 2); 14) Criar tarefa para separar processos recém distribuídos (novos) – não misturar todos os processos na tarefa “verificar julgamento” – possibilitar separação, na tarefa “verificar julgamento”, de quais processos são originários e, dentre eles, os novos, e quais processos estão em grau de recurso (prioridade 2); 15) Aba “processo” – agrupador de documentos, na lupa referente à intimação, deve constar, além do documento, os dados da parte intimada e a data da ciência (impeditiva); 16) Não é possível anexar documentos diferentes em intimações a pessoas distintas quando da preparação conjunta do ato de comunicação; 17) No “Inteiro teor” da rotina de comunicação dos atos não é possível visualizar os anexos; 18) Não há comunicação automática das decisões ao Juízo de origem (impeditiva); 19) Não foi possível visualizar o Juízo de origem nas características e dados básicos do processo; 20) Verificar se quando o voto já liberado para votação antecipada, se modificado, já aparece com a modificação, para os demais votantes (com aviso de que houve modificação) e para o secretário (impeditiva); 21) Na aba “Apto para inclusão”, ter filtro para os processos por data sugerida para pauta (prioridade 1); 22) Possibilidade de pedido de aditamento que possibilita a inclusão de processos em pauta para julgamento (prioridade 1); 23) Ao fechar a pauta, e com as intimações disparadas, o programa deve avisar sobre pendências de intimações daquelas partes que não recebem intimação pelo sistema (p.ex.: advogados dativos – int. pessoal – *jus postulandi*; 24) Intimação automática da pauta ao Ministério Público como fiscal da lei (prioridade 1); 25) A tela de sessão (painel Magistrado na Sessão), não permite ao magistrado elaborar ou alterar o voto (impeditiva); 26) O lançamento de julgamento não feito não gera movimento, mesmo com o encerramento da sessão e acionamento de “registrar movimento” (impeditiva); 27) Na ação pendências, só são registradas as ausências de assinaturas de acórdãos, ainda que não haja voto proferido pelo relator; 28) Necessário vincular a possibilidade de pautar à existência de documento relatório e voto (impeditiva); 29) O resultado da proclamação do julgamento deve ser trazido do movimento lançado ao elaborar o voto, mesmo sem assinatura no documento (impeditiva); 30) Necessidade de, quando o processo sair de julgamento para “inteiro teor”, ocorrer o lançamento do movimento de julgamento (impeditiva); 31) No ícone “Ações na Sessão”, possibilitar opção que, nas ações em lote, tenha julgamento em lote (impeditiva); 32) A aba processos com pendência de julgamento deve aparecer como resposta ao ícone encerrar sessão, com a opção de listar o processo com pendência (prioridade 1); 33) Sistema não está gravando a proclamação (na tela de julgamento



na sessão) (prioridade 2); 34) O sistema, na aba pendência de julgamento, tem que apontar os processos que não foram julgados (prioridade 2); 35) Ao encerrar a sessão, não está mantendo a tela “existem processos sem julgamento, deseja adiá-los?” (prioridade 2); 36) Assinatura do inteiro teor está com erro (impeditiva); 37) Não deixar assinar o inteiro teor sem selecionar o movimento processual (impeditiva); 38) Verificar a possibilidade de comunicação da proclamação do resultado de julgamento para primeiro grau, mesmo que através de conector (malote digital) ou através de conversão do documento em “.pdf” para envio através de link específico (seja para o 1º grau ou para tribunais superiores) (prioridade 1); 39) No painel do advogado, na consulta de processos, o “ver detalhes” abre o paginador e não os documentos como deveria (impeditiva); 40) Nos testes realizados, verificou-se não haver o botão gravar certidão na sessão de julgamento do dia 19.06 (há pedido de vista) (prioridade 1); 41) Habilitar pesquisa de processos pautados em sessão de julgamento para o diretor e secretário (prioridade 1); 42) Escolha automática do código da classe processual (p.ex. Mandado de Segurança) para envio ao MPF (melhoria); 43) Solicitar saída do PAC (fluxo do gabinete) para saída específica do “peço dia” para julgamento – “peço dia” = solicitar inclusão em pauta.

Em 29/10/2014, foi editada a PORT CNJ nº 172, instituindo Grupo de Trabalho para elaboração, no prazo de 60 dias, do plano de projeto destinado ao desenvolvimento de nova arquitetura do sistema PJe.

Tema: Alinhamento e integração.

Objetivo 3: Aperfeiçoar a gestão de TI na JF.

Indicador 3: Taxa de não aderência aos padrões e metodologias de TI estabelecidos para a JF.

Iniciativa 28: Adequar os sistemas ao padrão de identidade visual da JF.

Descrição: Utilização do Manual da Identidade Visual da JF, instituído pela RES CJF nº 193/2012.

Parte dos sistemas já foram adequados ao novo padrão de identidade visual da JF, tendo sido priorizados os sistemas disponibilizados na internet. A disponibilização de novos sistemas já segue o novo padrão. Foram adequados: Atas de Distribuição; Autenticação de documentos do Gedpro; Autenticação de Contracheques; Atos Normativos; Certidões – 1º Grau; Certidões – 2º Grau; Clipping online; Consulta de Acórdãos; Consulta Processual – 1º Grau; Consulta Processual – 2º Grau e Precatórios; Consulta Processual JEF; Contas Públicas – Compras e Contratos – TRF3R; Contato – Ouvidoria (formulário para pedido de acesso à informação); Consulta Pautas de Julgamento; Contracheque Web; Diário Eletrônico; e-GP; GPC – Gestão por Competências; GedPro – Gerenciamento Eletrônico de Documentos Processuais; Imposto de Renda; InfoRH – TRF3R; Inscrições – cursos EMAG; Licitações; Notícias; Pesquisa de Jurisprudência; Peticionamento eletrônico JEF; Portal da SEGE; PRE – Sistema de Promoção e Remoção; Precweb – PRC/RPV Eletrônico – Competência Delegada; ReqPag e WebFecha – fechamento de proposta orçamentária; SINC – Sistema Informatizado de Cursos; Sistema de Controle de Solicitações – ESAÚ; Sistema de Recepção de Documentos; Sistema Push do TRF3R e JEF Sistema Push do 1º Grau; Sustentação Oral; Tutelas antecipadas – 2º Grau; - Via Legal e - Vista de Autos Programada.

Iniciativa 29: Implementar novos níveis de integração previstos na versão 2.0 do modelo de interoperabilidade.

Descrição: Continuação do processo de implementação da tecnologia de troca de informações com órgãos externos, através de webservices.

Houve implementação das operações previstas no Modelo Nacional de Interoperabilidade para atender remessa de processos eletrônicos no âmbito das TR da JF3R para o Supremo Tribunal Federal (Processo SEI 0008230-14.2013.4.03.8000) e elaboração de cronograma de atividades em cumprimento à RES Conjunta CNJ-CNMP nº 3/2013, encaminhado ao CNJ (Processo SEI 0005597-30.2013.4.03.8000). As atividades previstas não foram iniciadas em razão de outras



prioridades. A retomada do projeto é estimada para final de setembro/2015, pois depende da liberação de equipe, atualmente alocada na implementação do Sistema de Custas (em fase de homologação) e na implementação do sistema unificado de Certidões de Distribuição (em fase de especificação).

Iniciativa 30: Programa ITIL - elaborar planos de projetos para implantação dos Processos ITIL.

Descrição: Contratação de consultoria especializada para implementação de um SGSI NBR ISO/IEC 27001:2006.

Não houve condições favoráveis que permitissem a contratação de consultoria especializada na implementação de um Software de Gestão de Segurança da Informação. Apenas em junho de 2014, por meio da RES PRES TRF3R nº 487, houve a estruturação da Seção de Gestão de Tecnologia e Segurança da Informação, com a definição das atribuições, porém sem a adequação do quadro de pessoal. A iniciativa foi revista face à implantação de outros processos ITIL considerados mais efetivos para a UJ, dentre os quais, o processo de gestão de mudanças e catálogo de serviços de TI, disponibilizados em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3495>. Ambos estão sendo fortemente aplicados pela SETI para todas as mudanças que acarretam indisponibilidade de sistemas, o que aumentou significativamente a comunicação interna e a disponibilidade dos sistemas, inclusive com resultados positivos demonstrados pelo alto índice de assertividade nas intervenções executadas no complexo ambiente computacional de TI do órgão. O PDTI 2015-2017, formalizado pela PORT PRES TRF3R nº 7.773/2014, aprovou iniciativas visando complementar a gestão de serviços (URL: http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/aege/PDTI_2015_2017_Consolidado_-_v.1.1.pdf). Está em andamento a contratação de empresa especializada para definição, instalação, configuração, subscrição, suporte e treinamento do software de atendimento para Help Desk “OTRS ITSM” (Processo SEI 0015470-20.2014.4.03.8000).

Iniciativa 31: Adequar-se à Carta de Serviços da JF.

Descrição: Identificação e implementação dos ajustes necessários para a disponibilização da Carta de Serviços da JF, prevista no Planejamento Estratégico de TI - PETI.

Iniciou-se em 09/01/2015, na UJ, o projeto “Carta de Serviços da JF3R”, tendo por objetivo “Elaborar Carta de Serviços da 3ª Região disponibilizando-a nos sites do TRF3 e Seções Judiciárias até julho de 2015” (Processo SEI 0025298-40.2014.4.03.8000), conforme relatado no item 3.2, deste Relatório de Gestão.

Iniciativa 32: Implementação de *web services*.

Descrição: Implementação da tecnologia de troca de informações entre sistemas internos através de *web services*.

A troca de informações por webservices foi implementada na troca de informações entre os seguintes sistemas internos, promovendo a integração: RH da JFSP e SISRH/e-GP, permitindo a utilização dos módulos de Recrutamento e Registro de Ingresso do SISRH pela JFSP sem necessidade de redigitação de informações no sistema Caché; RH Magistrados – Caché e EstCore, permitindo a troca de informações relativas a férias; acompanhamento processual de 1º grau e SISJEF, para processos da conciliação; EstCore e SISJEF, para geração dos boletins de produtividade do JEF e das TR; processo administrativo eletrônico (SEI) e e-GP, para implementação da Central de Requisições. Em relação aos sistemas externos, foi implementada a troca de informações via *WebService* entre o sistema de acompanhamento processual da JFSP e a empresa contratada para armazenamento de processos físicos sob sua guarda e os sistemas SISJEF e de Assistência Judiciária Gratuita (AJG) do CJF. Estão em andamento a construção de *webservice* para troca de informações de publicação entre o sistema de acompanhamento processual de 1º grau e o Diário Eletrônico e a implementação de troca de informações relativas à prevenção entre o SISJEF e o PJe.



Tema: Alinhamento e integração.

Objetivo 2: Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio.

Indicador 5: Taxa de solução das solicitações dos clientes.

Iniciativa 55: Efetivar a contratação de fábrica de software.

Descrição: Elaboração do edital de fábrica de software e efetivação da licitação para a contratação de desenvolvimento e manutenção de aplicativos utilizando a técnica de pontos de função.

Em agosto 2013, foi contratada a prestação de serviços tipo "fábrica de software", na linguagem C# com .NET FRAMEWORK, na quantidade de 15 pontos de função, em projetos de desenvolvimento, manutenção, integração e documentação de sistemas pela técnica de Análise de Pontos de Função, conforme definida no Function Point Counting Practices Manual (CPM), versão 4.3.1, publicado pelo International Function Point Users Group (IFPUG) (Contrato nº 05.007.10.2013, celebrado com a empresa M.I. Montreal Informática LTDA, CNPJ nº 42.563.692/0012-89, Processo SEI 0008264-86.2013.4.03.8000). Durante a vigência do contrato, houve apenas duas requisições para utilização dos serviços: implementação de nova ferramenta para disponibilização da Consulta à Pauta de Julgamento e emissão de Certidão de Andamento Processual do TRF3R, via internet, pelos interessados. A modalidade de prestação de serviço não se mostrou eficiente e ágil, cuja pouca aceitação atribui-se à maturidade da organização e cultura dos usuários, gestores dos sistemas e equipes técnicas. Está em fase de normatização a instituição do processo de desenvolvimento de software corporativo na JF3R (Processo SEI 0018648-74.2014.4.03.8000).

A iniciativa 55 está associada à Iniciativa 315 (Projeto Engenharia de Software).

Iniciativa 56: Adquirir peças/acessórios para reposição e manutenção e ampliação do parque e de sua vida útil.

Descrição: Aquisição de kits de manutenção e acessórios para impressoras a laser, módulos de memória, acessórios para impressora térmica, peças e acessórios para 56 microcomputadores, notebooks e tablets, acessórios em geral para a JF3R.

A iniciativa foi concluída com a celebração das Atas de Registro de Preços nº 12.033.10.2013, 12.047.10.2013 e 12.048.10.2013 (Processo SEI 0004530-30.2013.4.03.8000) e aquisição de HD externo, pen drive, mouse, fone de ouvido, caixa de som, filtro de linha, teclado e distribuidor de vídeo (Nota de Empenho 2014NE001055, Processo SEI 0007008-74.2014.4.03.8000).

Iniciativa 57: Adquirir softwares e equipamentos necessários à videoconferência.

Descrição: Aquisição de equipamentos e softwares e contratação de serviço de suporte técnico para videoconferência.

Iniciativa relacionada ao Provimento CJF nº 13/2013, que dispõe sobre a oitiva de testemunhas por videoconferência. Diante da complexidade da questão, estão sendo feitos os estudos técnicos pertinentes, avaliação das tecnologias disponíveis e testes no Fórum Criminal, cuja conclusão está prevista para fevereiro/2015.

Iniciativa 58: Prover softwares gráficos (gráfica, engenharia, etc.).

Descrição: Aquisição de licenças (e upgrade) de softwares Adobe, Volare e Autocad.

A iniciativa foi concluída conforme planejamento da UJ (Processos SEI 0007477-57.2013.4.03.8000, 0020148-152013.4.03.8000 e 0019032-712013.4.03.8000).

As aquisições e atualizações em apreço objetivam manter o parque tecnológico sempre atualizado, salvaguardando a JF3R de problemas por ausência de licenciamento, otimizando a prestação das atividades dos servidores das áreas de comunicação, engenharia, treinamento e EMAG.



Iniciativa 59: Adquirir licenças de softwares para desktops.

Descrição: Aquisição e atualização de licenças pacote Office.

Diante do planejamento e dos recursos financeiros disponibilizados, foram adquiridos, no exercício de 2014, 1592 licenças do pacote Microsoft Office Professional 2010.

Iniciativa 60: Contratar suporte técnico especializado.

Descrição: Contratação de suporte técnico especializado para a garantia do funcionamento de banco de dados e dos equipamentos centrais, bem como consultorias para avaliação de performance e monitoramento em aplicações, serviços e infraestrutura de rede.

Foram firmados os seguintes contratos de prestação de serviços de suporte técnico especializado: 04.002.10.2014 (prestação de serviço de auditoria externa de segurança (teste de invasão) em aplicações, serviços e infraestrutura (consultoria); 04.003.10.2014 (prestação de serviços técnicos especializados em TI para Sistemas Operacionais Microsoft e serviços de rede Microsoft, abrangendo implementação, manutenção, suporte e administração da Plataforma Microsoft); 04.004.10.2014 (serviços técnicos especializados em TI, para ferramentas de segurança das estações de trabalho e servidores de rede, abrangendo atualização, manutenção, suporte e administração); 04.005.10.2014 (serviços técnicos especializados em TI para o banco de dados do sistema gerenciador de banco de dados CACHE); 04.006.10.2014 (serviços técnicos especializados em TI para o sistema gerenciador de banco de dados SQL Server, abrangendo implementação, manutenção e administração); 08.001.10.2014 (serviços de manutenção corretiva, preventiva e proativa do programa gerenciador do banco de dados (sgbd) ingres enterprise edition, com usuários ilimitados); 08.002.13.2012 (serviços técnicos especializados em TI para o banco de dados do sistema gerenciador de banco de dados oracle, abrangendo implementação, manutenção e administração do banco de dados oracle enterprise edition com rac – real application cluster).

Tais investimentos traduzem-se em maior efetividade dos serviços prestados pela TI, tais como maior disponibilidade, performance e segurança dos sistemas.

Iniciativa 61: Manter parque tecnológico (hardware) atualizado.

Descrição: Aquisição de microcomputadores, monitores, notebooks, impressoras, leitores de código de barras, terminais de autoatendimento, switches, tablet, etc.

No exercício de 2014 foram realizados investimentos na aquisição de microcomputadores, monitores, notebooks, switches, tablets e equipamentos de rede sem fio. Também foi efetivada a migração das aplicações para equipamentos (servidores de aplicação) mais atuais e com maior capacidade de processamento e armazenamento (Gedpro, SISJEF, Folha de Pagamento, entre outros).

Iniciativa 62: Prover e manter a atualização de softwares corporativos (SGBD, linguagens de programação, software para correio, software para infraestrutura de rede e ferramentas de apoio).

Descrição: Aquisição de atualização de licenças de sistema operacional, sistema gerenciador de banco de dados, linguagens de programação, correio eletrônico e ferramentas de apoio (modelagem de dados, softwares de rede, etc.).

Foram firmados os seguintes contratos de atualização de softwares corporativos: 04.007.10.2014 (Aquisição de licenças de uso permanente do software oracle Active Data Guard e oracle database enterprise edition para expansão da capacidade de processamento do ambiente de banco de dados Oracle e ampliação da disponibilidade do serviço, com previsão de entrada em produção no exercício de 2015; 04.019.10.2014 (prestação de serviço de subscrições dos softwares red hat enterprise Linux server e jboss enterprise application plataforma com suporte técnico e atualizações de versões, visando a regularização do licenciamento); 05.005.10.2014 (aquisição de 60 licenças Windows Server Standard; 6 licenças SQL Server Enterprise, visando a regularização do licenciamento); 05.011.10.2014 (aquisição de 14 licenças Windows Server DataCenter, visando



otimização e redução de custos com licenciamento); 05.013.10.2014 (aquisição de 7 licenças de Visual Studio Ultimate com MSDN); 07.057.11.14 (locação de licenças do software Caché enterprise multi server web e caché elite multi server web para manutenção do ambiente caché que suporta o sistema processual do 1º grau); 04.016.11.2013 (suporte técnico e manutenção de licenças caché para manutenção do ambiente caché que suporta o sistema processual do 1º grau); 07.001.10.2013 (serviços de manutenção, suporte especializado e aquisição de produtos/licenças de software novell, sob o programa/contrato mla (“master license agreement”) para manutenção do ambiente de correio eletrônico, ferramentas de administração de estações de trabalho e do ambiente de gerenciamento de identidade – IDM).

Todas as aplicações foram testadas e ajustadas às novas versões do Caché (2011, 2012, 2013), do Ingres (9.2), do Windows 7 e Office 2010.

Iniciativa 63: Prover manutenção de terminais de auto atendimento e de equipamentos centrais.

Descrição: Contratação de serviços de manutenção de terminais de autoatendimento e de equipamentos centrais.

Foram firmados os seguintes contratos para alcance da iniciativa: 04.022.12.2010 (manutenção corretiva em terminais de autoatendimento diebold-procomp); 04.004.11.2012 (manutenção corretiva de equipamentos centrais IBM); 04.013.12.2012 (manutenção preventiva programada e corretiva, com fornecimento de peças e assistência técnica, para compartimento de segurança (sala cofre)); 08.002.11.2011 (garantia estendida da biblioteca automatizada para backups (*library*)).

Tema: Alinhamento e Integração.

Objetivo 5: Desenvolver as competências necessárias ao alcance da estratégia de TI.

Indicador 6: Taxa de servidores de TI com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas.

Iniciativas: 163 a 174; 435; 436 e 449.

Foram realizadas as seguintes ações de capacitação no exercício de 2014:

Tabela 9 - Ações de capacitação de servidores de TI no exercício de 2014

Ação de Capacitação	Servidores capacitados (previsto)	Servidores capacitados (realizado)
Advanced Incident Handling for Technical Staff – AIH	01 - CLRI	01 - CLRI
ISO 27000 (Gestão de Riscos de Segurança da Informação)	02 - RGET	03 - RGET
Oracle 11g - Administration Workshop I Release 2 DBA	05 - DIAD	04 - DIAD
Oracle 11g - Administration Workshop II Release 2	04 - DIAD	04 - DIAD
Módulo 1: Metodologia e Processos - Treinamento: Implantação de Help Desk / Service Desk com fundamentos na ITIL	31 - DATE	29 - DATE
Módulo 2: Relacionamento com Usuários - Treinamento: Competência em Help Desk / Service Desk	31 - DATE	29 - DATE
Excelência no Atendimento ao Cliente	31 - DATE	-
Symantec Endpoint Protection 12.X: Administration	03 – RGET e DRED	7 – RGET e DRED
Gestão de Riscos - Princípios e Diretrizes	34	37 – gestores SETI

O curso técnico “Oracle 11g - Administration Workshop Release 2 DBA” (Módulos I e II) teve como objetivo a capacitação da equipe técnica na operação e manutenção do ambiente do Sistema Gerenciador de Banco de Dados Oracle, utilizado principalmente pelo Sistema de Processo Eletrônico dos JEF. A capacitação na ferramenta de antivírus Symantec permitiu que a equipe técnica tomasse conhecimento dos benefícios inseridos na versão 12, inclusive com elaboração de planejamento para atualização de todo parque de estações de trabalho para Symantec versão 12,



cujas execuções estão previstas para 1º semestre de 2015. Os treinamentos relacionados a *help desk* tiveram por objetivo preparar a equipe técnica para conhecer as boas práticas, técnicas e conceitos da ferramenta de *help desk*, sendo o treinamento parte do projeto de implantação de gestão por serviços. Já os treinamentos em gestão de riscos foram importantes para que os gestores da SETI se conscientizem da importância da avaliação contínua dos riscos envolvidos na operação, manutenção e projetos de TI, enquanto que o curso de segurança da informação foi necessário para nivelar o conhecimento e preparar o novo integrante da Comissão Local de Resposta a Incidentes para atuação nos incidentes de segurança de TI.

Foi aprovado plano de capacitação para a área de TI para o exercício de 2015 (Processo SEI 0018643-52.2014.4.03.8000).

Tema: Alinhamento e integração.

Objetivo 4: Garantir soluções tecnológicas efetivas.

Indicador 9: Taxa de processos operacionais estratégicos de TI monitorados.

Iniciativas 228; 229; 230; 231; 233; 234: Programa ITIL - elaborar planos de projetos para a implantação dos processos ITIL.

Descrição: Gerenciamento de mudanças; Gerenciamento do Catálogo de Serviços; Política de Segurança da Informação; Inventário de Ativos (IC); Gerenciamento de Demandas; Gestão de Configuração.

As ações relativas aos processos de gestão de mudanças e catálogo de serviços de TI constam da análise dos resultados da Iniciativa 30, *supra* (Programa ITIL - elaborar planos de projetos para implantação dos Processos ITIL).

A Política de Segurança da Informação da UJ está em fase de elaboração pela CLSI (Processos SEI 008927-98.2014.4.03.8000 e 0009171-61.2014.4.03.8000). No exercício de 2014, foi criada a Seção de Gestão de Tecnologia e Segurança da Informação (RES CJF3R nº 487/2014) e reestruturada a composição da Comissão Local de Resposta a Incidentes (Processo SEI 0017781-81.2014.4.03.8000).

Quanto ao inventário de ativos de TI, diretamente relacionado à iniciativa 302, está sendo acompanhado em duas frentes de trabalho: adequações no sistema SIMAP para comportar gestão de ativos de software, cujo cronograma prevê a conclusão da adequação do sistema para maio/2015 (Processo SEI 0017669-15.2014.4.03.8000) e implantação do sistema SIMAP na JFSP, que permitirá o controle do patrimônio e consequentemente dos ativos de TI (Processo SEI 0018996-29.2013.4.03.8000).

Não houve ações relativas ao Gerenciamento de Demandas e Gestão de Configuração.

Iniciativa 232: Implementar soluções de segurança.

Descrição: Aquisição/ contratação de equipamentos e/ou soluções de segurança necessários à implementação da política de segurança.

Iniciativa 235: Adequar os sistemas à política de segurança.

Implementação dos ajustes necessários para a adequação dos sistemas às normas de segurança estabelecidas.

O cumprimento da iniciativa 235 está diretamente relacionado às ações relatadas nas iniciativas 30 (Programa ITIL - elaborar planos de projetos para implantação dos Processos ITIL) e 228; 229; 230; 231; 233; 234 (Programa ITIL - elaborar planos de projetos para a implantação dos processos ITIL), *supra*.



Iniciativa 236: Adequar-se aos níveis de serviços acordados.

Descrição: Implementação dos ajustes necessários para que os sistemas atendam os níveis de serviço acordados.

O cumprimento da iniciativa 236 está diretamente relacionado às ações relatadas na iniciativa 30 (Programa ITIL - elaborar planos de projetos para implantação dos Processos ITIL), com previsão de execução no exercício de 2015.

Tema: Eficiência operacional.

Objetivo: 2: Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio

Iniciativa 259: Prover soluções de armazenamento e backup.

Descrição: Aquisição de soluções de armazenamento e backup

No exercício de 2014, foi adquirida solução de backup, incluindo suporte técnico e consultoria (Contrato nº 05.004.10.2014, Processo SEI 0013281-06.2013.4.03.8000).

Iniciativa 260: Adquirir/manter solução de gravação digital de áudio e vídeo.

Descrição: Contratação de serviços de manutenção para a solução de gravação digital de áudio e vídeo.

A iniciativa foi concluída com a celebração dos Contratos nº 04.611.10.14, tendo por objeto a prestação de serviços de suporte técnico e atualização das licenças da solução para a gravação de áudio e vídeo (DRS – audiência), e nº 05.503.10.14, tendo por objeto a aquisição de licenças, equipamentos e instalação de solução integrada de captura, armazenamento, gerência e disponibilização de áudio e vídeo, em meio digital - DRS audiência (Processos SEI 0010182-91.2014.4.03.8000 e 0015509-17.2014.4.03.8000).

A contratação do suporte técnico e atualização beneficiou, principalmente, as varas federais da JFMS, cujos equipamentos foram atualizados para a versão mais recente (a versão anterior não contava mais com suporte e atualização do fabricante).

Iniciativa 261: Atualizar a versão das licenças do SGBD Caché.

Descrição: Alteração da forma de licenciamento visando à otimização do uso dos recursos, bem como sua administração.

A iniciativa foi concluída com a celebração do Contrato nº 07.057.11.14, tendo por objeto a locação de licenças do software Caché enterprise multi server web e caché elite multi server web (Processo SEI 0005430-13.2013.4.03.8000), mantendo o número de licenças adequado ao quantitativo de usuários simultâneos do sistema mumps-caché, que realizam atividades de autuação, registro, distribuição, protocolo, julgamento e movimentação no sistema processual de 1 grau.

Iniciativa 262: Continuidade do Projeto AD Active Directory em substituição à rede Novel.

Descrição: Finalização da migração de informações dos equipamentos servidores da JFSP; atualização de Desktops (imagem padrão com nova versão do Office).

No exercício de 2013 foi concluída a implantação da rede Microsoft na JFSP e, no exercício de 2014, na JFMS, padronizando a rede de dados da JF3R.

A atualização das estações de trabalho para Windows 7 com office 2010 segue em andamento, com mais de 75% do parque total atualizado, com previsão de finalização no exercício de 2015. A atualização foi necessária uma vez que a Microsoft anunciou o fim do suporte e atualização para a plataforma XP a partir de abril/2014. As ações para execução das atividades estão registradas no Processo SEI 0018331-13.2013.4.03.8000.



Iniciativa 263: Adequar a infraestrutura e softwares (ferramentas de desenvolvimento e apoio) ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico.

Descrição: Contratações e aquisições de equipamentos e softwares (ferramentas de desenvolvimento e apoio) necessários à manutenção e utilização dos sistemas de processo administrativo eletrônico.

Iniciativa 264: Adequar a infraestrutura e softwares (ferramentas de desenvolvimento e apoio) ao Sistema de Processo Judicial Eletrônico.

Descrição: Contratações e aquisições de equipamentos e softwares (ferramentas de desenvolvimento e apoio) necessários à manutenção e utilização dos sistemas de processo judicial eletrônico.

As contratações e aquisições previstas no Plano de Ação de TI foram realizadas nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, nos termos dos arts. 2º, 3º e 4º da RES CJF nº 266/2013 (Processo SEI 0007226-39.2013.4.03.8000).

Iniciativa 265: Atualizar software de gravação de audiências (banco de dados ORACLE).

Descrição: Realização de migração para o banco de dados ORACLE a fim de permitir a atualização de versão do software de gravação de audiências.

Foi realizada a atualização da versão do sistema 2.0 para versão 3.0 em todas as 154 Varas Federais da JF3R, com a respectiva atualização para o Banco de Dados Oracle. Restou pendente a migração dos dados legados da versão anterior para o banco de dados da nova versão, que resultou prejudicada no exercício de 2014 uma vez que a atualização da versão em todas as unidades demandou maior tempo e esforço das equipes técnicas. A conclusão da migração está prevista para o primeiro semestre do exercício de 2015 e contribuirá para a redução da quantidade e complexidade dos sistemas em uso na JF3R, além de racionalizar o uso dos recursos técnicos e humanos.

Iniciativa 266: Monitorar a infraestrutura de redes.

Descrição: Aquisição de software para a criação de um centro de operação monitoramento de redes.

A iniciativa não foi iniciada, uma vez que os esforços foram direcionados para atividades estruturantes e mais relevantes, como substituição de equipamentos centrais, migração dos sistemas de servidores e soluções de armazenamento antigos e sem garantia para os novos equipamentos, contratação de serviços de suporte, manutenção e atualização para equipamentos e softwares. Para o 1º semestre de 2015 está previsto a conclusão da implantação dos *storages*, com replicação entre o datacenter do TRF3R e do Fórum Pedro Lessa da JFSP. Por ora, foram implementados, pontualmente, através de software livre, alguns tipos de monitoramentos utilizando recursos próprios, para os sistemas considerados mais relevantes.

Iniciativa 267: Migração dos sistemas para o SGBD ORACLE.

Descrição: Migração de sistemas de Postgres ou MySQL para o SGBD ORACLE.

Não obstante a relevância da iniciativa para redução da complexidade do ambiente de TI, a atuação da equipe técnica foi priorizada, no exercício de 2014, em demandas da área de negócio, tais como, implementação de solução para atendimento da RES CNJ nº 156/2012 (certidões); manutenções no sistema de recepção do IR, controle de entrega de declaração de bens e autorização do acesso pelo TCU; implementação do sistema PRE (para recebimento de inscrições para processo de remoção e promoção de magistrados e servidores); processamento mensal do Adicional de Qualificação para integração com a Folha de pagamento; implementações no SINC; implementação do caderno de avaliação do SIADES (em andamento).



Iniciativa 268: Adequar linhas de comunicação de dados.

Descrição: Contratação de linhas de comunicação de dados e/ou expansão da banda de comunicação.

Para atendimento da iniciativa foi celebrado o Contrato nº 05.012.10.2014 (Processo SEI 0017252-96.2013.4.03.8000), tendo por objeto a prestação de serviços de telecomunicações necessários à implantação, operação, manutenção e gerenciamento de rede IP MULTISERVIÇOS, com uso da tecnologia MPLS, objetivando a interligação das redes locais de computadores da JF3R, cuja velocidade de comunicação contratada é o dobro daquela utilizada pelas localidades. Houve dificuldades técnicas na condução dos trabalhos, com previsão de conclusão em janeiro/2015.

Iniciativa 269: Adequar servidores, switches, linhas e meios de comunicação e infraestrutura de rede aos níveis de serviços acordados.

Descrição: Contratação/aquisição de equipamentos de infraestrutura de redes, softwares e meios de comunicação (3G por exemplo) para assegurar os níveis de serviços acordados.

A iniciativa foi atendida mediante a aquisição de switches camada 2 (Contrato nº 05.002.10.2014, Processo SEI 0020825-11.2014.4.03.8000) e contratação de prestação de serviço de transmissão de dados 3G (Contrato nº 04.011.10.2014, Processo SEI 0010001-27.2013.4.03.8000).

Iniciativa 270: Expandir a vida útil dos equipamentos de videoconferência.

Descrição: Contratação dos serviços de manutenção para equipamentos de videoconferência.

A iniciativa foi atendida com a celebração do Contrato nº 04.003.10.2012, tendo por objeto a prestação de serviço de manutenção e suporte técnico no sistema de videoconferência da JF3R.

Tema: Eficiência operacional.

Objetivo 3: Aperfeiçoar a gestão de TI na JF.

Iniciativa 302: Implantação SIMAP (gestão de ativos).

Descrição: Implantação de sistema de material e patrimônio na JFSP.

A implantação do sistema de material e patrimônio na JFSP requer providências prévias por parte dos gestores, tais como padronização da codificação/classificação de materiais, registradas na Memória de Reunião nº 0605240 (Processo SEI 0018996-29.2013.4.03.8000). Em 01/10/2014, foi informado pela área responsável que 10% dos trabalhos estavam concluídos, diante da insuficiência de pessoal para execução da atividade. Não há previsão de conclusão do projeto, pois as etapas subsequentes dependem da conclusão das providências em apreço.

Iniciativa 303: Padronizar e otimizar a administração do ciclo de vida dos usuários de sistemas da JF.

Aquisição de ferramenta para controlar o ciclo de vida dos usuários da JF.

A iniciativa foi concluída com a aquisição e implantação de sistema de gerenciamento de identidade (IDM), otimizando as atividades de inclusão e exclusão de usuários e a utilização de licenças de software, através da integração com sistemas de RH, aumentando a segurança da rede da JF3R e liberando mão de obra técnica para outras atividades, além de viabilizar o acesso de servidores inativos e cedidos à intranet, com consequente diminuição do trânsito de pessoas nos prédios e elevadores e da impressão de documentos (contracheque) (Processo SEI 0022849-12.2014.4.03.8000).

Iniciativa 304: Implantar solução de BI / SW extrator.

Descrição: Avaliação e aquisição de ferramentas, definir e implementar projeto para solução de BI / Software extrator.

No exercício de 2014, os esforços foram empreendidos para avaliação de duas ferramentas: 1) ferramenta de BI e procedimentos de limpeza de dados da Microsoft, cujo levantamento dos



requisitos foram sobrestados pelos consultores da Microsoft, devido a mudanças na gestão daquela organização, e 2) ferramenta de BI do SQL Server, cujos experimentos foram iniciados apenas no final do exercício de 2014 e são ainda considerados incipientes. A implantação de ferramenta de BI pode auxiliar significativamente na elaboração de dados estatísticos e relatórios gerenciais para tomada de decisões e direcionamento de ações e medidas que beneficiem o jurisdicionado, transparência e cumprimento de metas.

Iniciativa 315: Projeto Engenharia de Software (conforme item 3.7 do Relatório de Auditoria UCON nº 455/2011).

Descrição: Elaboração de plano de projeto para a implantação de Engenharia de Software.

A adoção de um processo de desenvolvimento de software envolve mudanças na cultura da organização e de procedimentos e exige o desenvolvimento de técnicas e habilidades, afetando não apenas o modo de trabalho da área técnica, como das áreas usuárias, situação que requer tempo e esforço de maturação. Assim, no início de 2012, foi delineado o esboço de um processo de desenvolvimento, submetido à apreciação das áreas de desenvolvimento, visando introduzir a discussão do assunto. Posteriormente, foi organizado um grupo de trabalho com representantes de todas as divisões de desenvolvimento, os quais se reuniram, periodicamente, para aperfeiçoamento do processo proposto. Como resultado, foram definidos modelos de artefatos introduzindo-se os detalhes necessários e as adequações às mudanças (criação de comitês gestores, processo de gestão de mudança, atualização de catálogo de serviços, entre outros). Em maio de 2013, o grupo de trabalho apresentou o resultado obtido para aprovação das diretorias da SETI.

No exercício de 2014, investiu-se na capacitação de servidores em engenharia de requisitos, para produção dos artefatos conforme o processo desenhado. Desde então, o processo vem sendo “experimentado” pelas divisões, em diferentes projetos. É importante ressaltar que os artefatos definidos neste processo de desenvolvimento já foram utilizados para especificação de demandas à fábrica de software. Está em fase de normatização a instituição do processo de desenvolvimento de software corporativo na JF3R (Processo SEI 0018648-74.2014.4.03.8000).

A iniciativa 315 está associada à Iniciativa 55 (Efetivar a contratação de fábrica de software).

Iniciativa 316: Planejar os procedimentos da fase de transição para utilização dos serviços da fábrica de software.

Descrição: Elaboração de plano de transição para a utilização da técnica (especificação e medição) por pontos por função.

Atividade prévia à iniciativa 55 (Efetivar a contratação de fábrica de software), concluída com a celebração dos Contratos nº 05.007.10.2013 e 05.009.10.2014.

Iniciativa 317: Implementar a gestão documental.

Descrição: Fornecimento de subsídios aos comitês gestores para a definição das regras de manutenção ou expurgo de documentos digitais e documentar as regras definidas.

A situação de armazenamento dos processos eletrônicos do JEF e os riscos envolvidos foram avaliados pela SETI (Processo SEI 0008057-87.2013.4.03.8000) e submetidos à Comissão Permanente dos JEF e Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental – CPAGD/TRF3R. Em 03/9/2014, foi publicada, pela Coordenadoria do JEF, a RES nº 0642592, alterada pela RES nº 0704718, de 09/10/2014, determinando que documentos e processos arquivados em definitivo há mais de 5(cinco) anos nos JEF e TR da JF3R sejam retirados do sistema de produção e armazenados em servidor de backup. A atividade encontra-se planejada para execução em 2015.

De acordo com levantamento efetuado no início de 2013, do total de 10 TB ocupados pelos JEF, 5,9 TB destinavam-se a processos cadastrados até 2008, já com baixa findo. O expurgo de documentos não apenas libera espaço para armazenamento de novos processos, como também facilita a administração da base de dados e aumenta a segurança dos dados, tendo em vista que os tempos de backup e recuperação de informações aumentam significativamente de acordo com o volume



armazenado.

Tema: Infraestrutura de TI.

Objetivo 4: Garantir soluções tecnológicas efetivas.

Iniciativa 352: Continuidade da implantação do Sistema Pré-Processual. Descrição: Implementação de ajustes e melhorias identificadas pelas centrais de conciliação no registro de reclamações pré-processuais.

O sistema de processo eletrônico dos JEF foi adequado para atender às necessidades das Centrais de Conciliação no processamento de reclamações pré-processuais. Está implantado em 18 Centrais de Conciliação (Americana, Araçatuba, Bauru, Campinas, Franca, Guarulhos, Marília, Osasco, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos São Carlos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo e Sorocaba).

O procedimento conciliatório foi disponibilizado para homologação em 29/10/2013 e implantado como projeto piloto em 02/12/2013 na Central de Conciliação/SP. Foram registrados 1876 procedimentos conciliatórios entre fevereiro e maio/2014.

Em cumprimento à RES CNJ nº 125/2010, os dados estatísticos estão disponibilizados na internet, URL: <http://jef.trf3.jus.br>, menu “Acesso Interno”, “Estatísticas”, boletim “CCO – Mapa da conciliação pré-processual – Res 125 CNJ”.

Foram implementados novos ajustes, conforme solicitações: 1- Disponibilizada a possibilidade de incluir valor da causa maior que o limite de alçada dos JEF (para as classes incidente conciliatório e pré-processual); 2- Implementado o carregamento de dados dos processos físicos originais, para evitar que o usuário tenha que digitar todos os dados dos processos novamente no incidente de conciliação, de forma a evitar erros no cadastramento e agilizar o lançamento de dados no sistema; 3- Apresentação de mensagem de alerta, informando que já houve o cadastro de um incidente para o processo físico, para evitar o registro em duplicidade; 4- Criação, no extrato de andamento do processo físico, de uma fase de intimação, para intimar as partes pelo incidente, mais prático e ágil que no processo físico; 5- Criação de nova opção para tipo de decisão do Magistrado no SISJEF - CONCILIAÇÃO, para as reclamações pré-processuais, qual seja: "Baixa da Reclamação", para utilização nos casos de conciliações infrutíferas e ausentes; 6 - Implementada a integração com os sistemas de 1º e 2º graus: a partir do andamento no SISJEF, são lançadas as fases correspondentes nos sistemas de 1º e 2º graus, conforme o caso (distribuição, audiência, baixa); 7 – No cadastro de pessoas, incluída a aba "Partes em" para constar a relação dos processos aos quais a pessoa está relacionada como parte; 8 – No gerenciamento de processos, incluído coluna para constar nome da parte autora/reclamante principal do processo.

Iniciativa 353: Assistência Judiciária Gratuita – AJG.

Descrição: Avaliação e homologação da versão centralizada, migração de dados/informações e integrar às comarcas.

Em março/2013, houve a unificação do Sistema AJG Nacional, nos termos da RES CJF nº 201/2012. Em março de 2014, houve integração às comarcas estaduais.

A SETI atuou na adequação da comunicação de dados entre os sistemas SISJEF e AJG Nacional, face ao volume de pedidos de assistência judiciária gratuita no âmbito dos JEF, e na intermediação da comunicação entre o Tribunal de Justiça/SP e a equipe técnica do projeto (SJSC), participando de reuniões e das atividades de preparação do ambiente, testes, homologação e acompanhamento do processo de implantação, junto aos nossos usuários e à equipe técnica do projeto.

Iniciativa 354: Implementar a consolidação de estatísticas.

Descrição: Informatização de rotinas e procedimentos para consolidação de boletins estatísticos do 1º grau.

Foi criada nova rotina no sistema processual de 1º grau para processamento e envio dos dados



estatísticos de Tramitação e Produtividade da 1ª instância, referente aos boletins estatísticos previstos nos Provimentos nº 64/2005 e 86/2008, publicados mensalmente no Diário Eletrônico da JF3R, URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=176>.

A partir de 25/9/2013, a rotina foi disponibilizada para fins experimentais nas varas dos fóruns cível, criminal e de Guarulhos. Em janeiro/2014, a rotina passou a ser utilizada de forma definitiva. O projeto eliminou a necessidade de redigitação de informações, diminuindo o trabalho das Varas e servidores da CORE, agilizando a produção das estatísticas consolidadas e aumentando a confiabilidade das informações. A informatização de rotinas e procedimentos para consolidação de boletins estatísticos atende, inicialmente, à necessidade da CORE e, subsequentemente, das Varas da JF. Em um segundo momento, poderão atender às necessidades de informações exigidas pelo Provimento CJF nº 2, bem como ao relatório “Justiça em Números” do CNJ. A continuidade e ampliação da produção de estatísticas consolidadas dependerá da reformulação da produção de dados estatísticos do 2º grau, projeto em andamento, em fase inicial de redesenho de extração dos dados do sistema processual do TRF3R.

Iniciativa 355: Adequar a infraestrutura para disponibilizar acesso à rede sem fio (wireless).

Descrição: Aquisição de equipamentos e software para possibilitar acesso à rede sem fio (wireless)

A implantação da rede sem fio teve início com a aquisição de equipamentos de rede sem fio (Processos SEI 0015320-73.2013.4.03.8000 e 0015320-73.2013.4.03.8000) e de licenças para controladora da rede sem fio (Processo SEI 0004661-68.2014.4.03.8000). Os equipamentos estão sendo instalados nos fóruns da JF3R, com a coordenação da Seção de Gerenciamento de Ativos e Serviços, subordinada à Divisão de Redes. A utilização da rede sem fio foi normatizada pela RES TRF3R nº 339/2013. Para o exercício de 2015 está previsto a aquisição de novos equipamentos para atender as unidades faltantes.

Iniciativa 356: Melhorar a solução de pesquisa/busca de informações no site.

Descrição: Avaliação, aquisição e implementação de ferramenta que permita mais rapidez nas buscas e maior flexibilidade de refinamento em pesquisas.

Está em fase de implementação a solução alternativa ao NXT4, utilizando a ferramenta de busca Solr (a mesma utilizada pelo sistema SEI), para pesquisa da Jurisprudência, já submetida ao usuário para validação de ajustes solicitados. Após, será necessário o cumprimento das seguintes etapas: homologação do gestor, migração dos dados legados, desenvolvimento de aplicativo de consulta e de inclusão no Solr e desenvolvimento de solução similar para as bases Atos Normativos, Pareceres, Decisões Monocráticas e TR.

Estima-se a conclusão da primeira fase para outubro/2015, cujo encaminhamento depende de liberação de equipe técnica, que atua conjuntamente no atendimento aos chamados e implementação de correções nas aplicações de produção.

Iniciativa 357: Identificar e implementar métodos para a melhoria da acessibilidade.

Descrição: Elaboração de projeto para identificar GAP de acessibilidade (modelo EMAG) a serem implementados.

No exercício de 2014 não houve ações que pudessem contribuir para o alcance da iniciativa.

Iniciativa 358: Migrar dados/informações para os sistemas unificados.

Descrição: Transferência de dados dos múltiplos sistemas correlatos para os sistemas unificados, com as adequações necessárias.

A iniciativa teve como contribuição as seguintes ações: unificação do sistema de pró-social na JF3R, com a consequente desativação de sistemas legados do pró-social; centralização da base de dados da JFMSS no Datacenter do TRF3R, aumentando a segurança e otimizando recursos de TI e conclusão da primeira etapa de unificação do sistema de Magistrados, com a unificação da rotina de



Férias de Magistrados e integração com a Folha de Pagamento da JFSP, eliminando informações divergentes e retrabalho das áreas gestoras. A migração dos dados é atividade complementar à iniciativa 5, que tem como benefício, a melhoria da qualidade da informação (pela diminuição da redundância), aumentando sua confiabilidade, bem como a diminuição da complexidade do ambiente operacional, o que aumenta a segurança da informação.

Tema: Gestão de pessoas.

Objetivo 5: Desenvolver as competências necessárias ao alcance da estratégia de TI. Iniciativa 449: Capacitar equipes em software de apoio.

Descrição: Elaboração de documento para solicitação de capacitação das equipes em software de apoio.

Houve solicitação de capacitação permanente de usuários nos sistemas Gedpro e Siapro, registrada no Processo SEI 0005926-42.2013.4.03.8000, que contou com parecer favorável da SEGE, no sentido de encaminhamento para elaboração de material didático e utilização de ferramenta de ensino a distância, aprovado pela Diretoria-Geral do TRF3R. Aguarda-se o início do programa.

4.5 – Informações sobre outros resultados da gestão

(Fonte: AEGE, Núcleo de Organização e Métodos/JFSP, NURE/JFMS)

4.5.1 – Resultados em relação às metas fixadas pelo CNJ

As metas nacionais de 2014 foram escolhidas pelos Presidentes dos Tribunais brasileiros no 7º Encontro Nacional do Judiciário, realizado nos dias 18 e 19/11/2013, em Belém/PA. Produto de aberta e participativa deliberação dos representantes dos órgãos que compõem o Poder Judiciário brasileiro, por meio da rede de Governança Colaborativa, são elas:

Tabela 10 - Resultados em relação às metas fixadas pelo CNJ

RESULTADO - METAS 2014 (até dezembro)	
META	Percentual de cumprimento
Meta 01/2014 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, no ano corrente.	87,25%
Meta 02/2014 - Identificar e julgar, até 31/12/2014: no 1º e 2º graus: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008, e 80% dos distribuídos em 2009; nos JEF e TR: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011.	até 31/12/2008 – 89,81% em 2009 – 101,01% até 31/12/2010 – 97,35% em 2011 – 118,35%
Meta 04/2014 - Identificar e julgar até 31/12/2014, dentre as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública: 100% das ações distribuídas até 31/12/2011, e 50% das ações distribuídas em 2012)	até 31/12/2011 – 56,01% em 2012 – 92,21%
Meta 5/2014 - Reduzir, em 10%, o congestionamento na fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscal, em relação à taxa média de 2013 e 2012.	em 2014 – -24,61%

4.5.2 – Resultados previstos para outros exercícios, para os quais concorreram parte dos esforços da gestão empreendidos em 2014

Os resultados previstos para os exercícios de 2015 a 2017 constam dos Anexos XI e XIII deste Relatório de Gestão.



5 – GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

Não se aplica à realidade da UJ.



6 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 – Programação e execução das despesas

6.1.1 – Programação das despesas

O quadro A.6.1.1 consta do Anexo XV, deste Relatório de Gestão.

6.1.1.1 – Análise crítica

(Fonte: SOFI, Núcleo de Planejamento/JFSP e Seção de Planejamento e Orçamento/JFMS)

6.1.1.1.a – Compatibilidade das dotações com as necessidades da UJ

TRF3R

A LOA de 2014 contemplou dotação orçamentária insuficiente para fazer face à programação inicialmente prevista pela UJ. Foram distribuídos os seguintes limites para o Projeto de Lei Orçamentária de 2014:

a) Manutenção GND (3): atendeu-se à LOA do exercício de 2013, com a incorporação dos valores relativos às obras finalizadas desse exercício; manutenção das varas implantadas em 2013 (impacto total anualizado); reajustes contratuais – 10% da execução dos contratos do exercício de 2012 (elementos 37 e 39) e novos contratos, atendendo-se 4% da execução dos contratos do exercício de 2012 (elementos 37 e 39). Manutenção GND (4): atendeu-se ao PLOA 2013.

b) AJPC – Seções Judiciárias: atendeu-se à execução do exercício de 2012 (competência). O TRF3R não solicitou AJPC no PLOA 2014.

c) Modernização das Instalações (MIJF) – Seções Judiciárias- atendeu-se parcialmente à solicitação no valor de R\$ 1.555.761,00.

d) Obras – atenderam-se as seguintes obras: Reforma do Fórum Federal de Execuções Fiscais em SP – R\$ 4.000.000,00; Reforma do Edifício Sede do TRF3R em SP – R\$ 7.300.000,00; Aquisição de Imóveis para Funcionamento do TRF3R em SP – Unidade “C” – R\$ 10.000.000,00 e Aquisição de Edifício para o Fórum de Execuções Fiscais de SP – R\$ 1.745.800,00.

e) Fonte 150 – atendimento total R\$ 675.000,00 – fonte vinculada à arrecadação de inscrição para concurso público para provimento do cargo de Juiz Federal.

f) Pessoal e encargos sociais - atendeu-se à folha normal (base abril de 2013).

g) Benefícios – o atendimento foi efetuado de acordo com a estrutura existente: Auxílio Alimentação - R\$ 710,00; Assistência Pré Escolar – R\$ 561,00; Assistência Médico Odontológica – R\$ 131,00 (quantitativo acordado pelo CJF e CNJ), correspondendo a meta física ao quantitativo publicado (base março de 2013); Auxílio Transporte e Auxílio Natalidade e Funeral – atendimento total da solicitação.

Para o TRF3R (UO 12104), os ajustes aos limites importaram no atendimento de 81,40% (outras despesas correntes), 40,47% (despesas de capital - investimentos) e 10,55% (despesas de capital – inversões financeiras) em relação à programação inicial, conforme segue:

Tabela 11 – Pré proposta 2014 com LOA 2014

	Pessoal e Encargos Sociais (R\$)	Outras Despesas Correntes (R\$)	Investimentos (R\$)	Inversões Financeiras (R\$)	Total (R\$)
Pré-PO 2014	549.162.588,00	86.719.858,00	30.075.799,00	161.200.000,00	827.158.245,00
LOA 2014	398.600.000,00	83.594.723,00	12.181.943,00	17.000.000,00	511.376.666,00
%	72,58%	96,40%	40,50%	10,55%	61,82%



Tabela 12 – Projetos PLOA 2014

	PLOA (R\$)	LOA (R\$)	Orçamento Final (R\$)	Contingenciamento (R\$)
Reforma do Edifício-Sede TRF3R	12.954.000,00	7.300.000,00	4.450.000,00	2.346.901,00
Aquisição de Edifício-Anexo	144.000.000,00	-	-	-
Reforma do Edifício-Anexo	3.214.000,00	-	-	-
Aquisição de Imóveis Unidade “C”	10.000.000,00	17.000.000,00	7.360.172,00	4.769.214,00
Construção de Ribeirão Preto	7.200.000,00	-	-	-
Total	177.368.000,00	24.300.000,00	11.810.172,00	7.116.115,00

Além dos valores distribuídos pelo Poder Executivo, informados acima, foi incluída dotação no importe de R\$ 7.000.000,00, oriunda de emenda de Bancada do Estado de São Paulo, na ação Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF3R – Unidade “C”, totalizando R\$ 17.000.000,00. Os projetos de obras, reformas e aquisições do TRF3R contaram com dotação inicial na LOA de 2014 de R\$ 24.300.000,00.

Não foram atendidos os seguintes projetos de obras, reformas e aquisições do TRF3R: Aquisição do Edifício Anexo do TRF3R (R\$ 144.000.000,00); Reforma do Edifício Anexo do TRF3R (R\$ 3.214.000,00) e Construção do Polo Administrativo de Ribeirão Preto (R\$ 7.200.000,00). A Ação Orçamentária Reforma do Edifício Sede do TRF3R foi atendida parcialmente (valor consignado na proposta original: R\$ 12.954.000,00, valor atendido: R\$ 7.300.000,00). Quanto à Ação Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF3R – Unidade “C” houve atendimento integral no valor de R\$ 10.000.000,00, acrescido em R\$ 7.000.000,00, por emenda de Bancada do Estado de São Paulo.

As obras para inclusão no Projeto de Lei Orçamentária constam do Plano de Obras da JF3R aprovado pelo Órgão Especial do TRF3R e pelo Colegiado do CJF, em conformidade com as RES CJF nº 80/2009 e 179/2011 e RES CNJ nº 114/2010.

No que tange às programações de TI, essas atendem a RES CJF nº 103/2010, que aprovou o PETI; a RES CJF nº 266/2013, que dispõe sobre o PDTI para o biênio 2012 – 2014, bem como a revisão do Plano de Ação referente ao PDTI, aprovada pelo Comitê Gestor de PE.

Da dotação orçamentária constante da LOA, na Ação Julgamento de Causas – Plano Orçamentário - Modernização Tecnológica e Gestão da Informação – MTGI, a mesma foi subdividida em despesas com manutenção do Órgão e despesas com sistemas integrados de TI do TRF3R e Seções Judiciárias. Na manutenção do TRF3R foi executado o valor de R\$ 8.098.129,42, sendo R\$ 5.085.267,50 em despesas ordinárias e R\$ 3.012.861,92 em despesas de duração continuada.

Até o exercício de 2013 as despesas com sistemas integrados eram consignadas, exclusivamente, na UO 12101, Ação Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional – ISIGI. A partir do exercício de 2014, as dotações foram transferidas para a Ação Julgamento de Causas, Plano Orçamentário Modernização Tecnológica e Gestão da Informação – MTGI, segregadas por UO de primeiro e segundo graus.

A execução orçamentária e financeira dos sistemas integrados de TI foi efetuada de forma centralizada pelo TRF3R, na UG Executora 090029, em consonância com o art. 8º, § 1º, da Lei nº 12.919/2013 (LDO 2014). A dotação orçamentária JC – MTGI de despesas com sistemas integrados, executada para a UO 12104, correspondeu a R\$ 5.710.119,70, e, para a UO 12101, a R\$ 5.449.688,00. O detalhamento da execução da despesa relativa à Ação JC – MTGI consta do Anexo XVI, deste Relatório de Gestão.

Em relação às despesas com pessoal, as dotações do exercício de 2014 foram insuficientes para o pagamento total dos passivos, conforme item 6.3, deste Relatório de Gestão.



JFSP

A Proposta Orçamentária para o exercício de 2014, para a UO 12101 – JFSP, incluiu dotação orçamentária para manutenção e funcionamento dos serviços administrativos e judiciários, no que se refere às despesas de duração continuada, despesas ordinárias, investimentos e continuidade dos projetos em andamento, bem como para novas despesas e projetos considerados prioritários pela Administração.

A dotação relativa às despesas de pessoal e encargos sociais foi disponibilizada pelo CJF de acordo com os valores solicitados, acrescidos de atualizações no decorrer do exercício, face às novas nomeações de servidores e magistrados. Foram disponibilizados R\$ 1.051.596.540,00 executados em sua totalidade.

Em despesas correntes foi consignada dotação para as seguintes ações: Julgamento de Causas; Comunicação e Divulgação Institucional; Capacitação de Recursos Humanos; Modernização Tecnológica e Gestão da Informação; Assistência Jurídica a Pessoas Carentes; Assistência Pré-Escolar; Auxílio Transporte; Auxílio Alimentação; Assistência Médica e Odontológica a Servidores e Magistrados; Benefícios Assistenciais Decorrentes – Auxílio funeral e Natalidade; Instalação de Varas Federais e Implantação de Turmas Recursais.

Para a Ação Julgamento de Causas, foram solicitados, na PLOA 2014, R\$ 239.075.815,00 (R\$ 62.770.293,00 para despesas com material permanente e R\$ 201.588.817,00 para despesas correntes). A dotação recebida inicial foi de R\$ 138.191.465,00 (corte de 31,45%) para despesas correntes e R\$ 5.727.970,00 para materiais permanentes (corte de 90,87%).

O corte orçamentário prejudicou a contratação de novos serviços, a aquisição de material de consumo para estoque mínimo do almoxarifado e, principalmente, a aquisição de materiais permanentes para inclusão e renovação de mobiliário, equipamentos de informática e materiais de infraestrutura dos Fóruns e JEF da JFSP, sendo necessárias solicitações de créditos adicionais com e sem cancelamento compensatório durante a execução do orçamento no exercício. Também foram necessários diversos cortes e reduções contratuais, ajustando-se as previsões e planejamento de gastos à dotação e créditos recebidos.

JFMS

Os créditos orçamentários consignados à JFMS, no exercício de 2014, foram compatíveis às necessidades da programação de trabalho das áreas, não obstante tenham sido necessários ajustes, em razão dos cortes orçamentários, notadamente, em relação às Ações Julgamento de Causas e Capacitação de Recursos Humanos. Destaca-se, no exercício, o expressivo crescimento das despesas de duração continuada (limpeza e conservação, vigilância patrimonial, energia elétrica, diárias, ajuda de custo, assistência à saúde, etc).

6.1.1.1.b – Créditos extraordinários

Não houve proposição de abertura de crédito extraordinário para a UJ no último quadrimestre de 2013, que possibilitasse a reabertura em 2014, tampouco a abertura de crédito extraordinário no exercício de 2014.

6.1.1.1.c – Créditos adicionais

Foram propostos no exercício de 2014, pela UO 12104, os seguintes créditos adicionais:

CRÉDITOS COM CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

Créditos Suplementares

a) RES CJF nº 289/2014

Suplementação da Ação Julgamento de Causas – Modernização das Instalações –



GND (4), no valor de 1.300.000,00, com cancelamento compensatório da Ação Reforma do Edifício Sede do TRF3R. Destinação: Contratação de projetos para a reforma dos galpões situados na Avenida Santa Marina, nº 208, SP, conforme Protocolo de Intenções celebrado entre a Presidência do TRF3R, Superintendência do Patrimônio da União, Companhia Metropolitana de Habitação – COHAB e Departamento de Polícia Federal em São Paulo.

Suplementação da ação Julgamento de Causas – Custeio – no limite – GND (3), no valor R\$ 890.000,00, com cancelamento compensatório da Ação Reforma do Edifício Sede do TRF3R. Destinação: prorrogação do contrato de serviços de impressão, reprografia e digitalização.

b) Lei nº 13.071/2014

Suplementação da Ação Julgamento de Causas – Custeio – acima do limite - GND (3), no valor de R\$ 660.000,00, com cancelamento compensatório Ação Reforma do Edifício Sede do TRF3R. Destinação: prorrogação do contrato de serviços de impressão, reprografia e digitalização.

c) RES CJF nº 303/2014

Suplementação da Ação Julgamento de Causas – Custeio – GND (3), no valor de R\$ 497.588,00, com fonte de cancelamento da ação Julgamento de Causas – Custeio – GND (4). Destinação: repactuação de preços e prorrogação do contrato de segurança e vigilância.

d) RES CJF nº 321/2014

Suplementação da Ação Auxílio Alimentação – Custeio – GND (3), no valor de 330.327,00, com fonte de cancelamento da Ação Auxílio Transporte – GND (3). Destinação: reforço de dotação para cobertura de déficit de auxílio alimentação.

Crédito Especial

Lei nº 13.070/2014

Abertura da ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – GND (3), com fonte de cancelamento compensatório da ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes da JF de 1º Grau. Destinação: pagamento de assistência gratuita pelo TRF3R a peritos e intérpretes.

Outros créditos

Auxílio Moradia – RES CJF nº 328/2014

O TRF3R ofereceu fonte de cancelamento compensatório de dotação da UO 12104 para a JF de 1º Grau – Ação Julgamento de Causas – Custeio – GND (3), no valor de R\$ 1.152.282,00. Destinação: pagamento de auxílio moradia, objetivando a cobertura integral das despesas para as Seções Judiciárias.

CRÉDITOS SEM CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

Créditos Suplementares

Pessoal – RES CJF nº 296/2014, 299/2014, 322/2014 e 329/2014.

Outros Créditos

Reformas – RES CJF nº 303/2014, Lei nº 13.075/2014 e Lei nº 13.073/2014.

O TRF3R ofereceu fonte de cancelamento compensatório de dotação da UO 12104 para a JFSP e JFMS, decorrente de disponibilização de dotação orçamentária pela Secretaria da Administração do TRF3R, das Ações Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF3R Unidade “C” (parcial) e Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF3R Unidade “D” (total), visto não haver ofertas de salas comerciais na Torre Norte para aquisição (valor total: R\$ 3.139.828,00) – GND (5). Destinação: Créditos especiais para reformas diversas: Fórum Federal Criminal e Previdenciário de SP (R\$ 6.020.000,00); Fórum Federal Cível de SP (R\$ 1.300.000,00) e JEF SP – 2ª Etapa (R\$ 1.677.378,00).

Crédito suplementar para reforma do Fórum Federal de Execuções Fiscais de São Paulo, no valor de R\$ 800.000,00;

Julgamento de Causas – Modernização das Instalações da JFSP, para os Fóruns Administrativo, Santos, Mauá, Bragança Paulista, Avaré, Registro, Botucatu, Guaratinguetá, São



João da Boa Vista, Mogi das Cruzes, Bauru, Franca, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, Araçatuba, Caraguatatuba, Araraquara e Marília, no valor total de R\$ 2.927.450,00, e Modernização das Instalações da JFMS, para os Fóruns das Subseções Judiciárias de Campo Grande, Dourados e Naviraí, no valor de R\$ 415.000,00.

Em 2014 foram destinadas as seguintes dotações para aquisições de salas comerciais na Torre Norte: Ação Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF3R – Unidade “C”, no valor de 17.000.000,00 e Ação Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF3R – Unidade “D”, no valor de R\$ 3.500.000,00 (crédito especial de 2013 reaberto no exercício de 2014). Total de R\$ 20.500.000,00, disponibilizado para crédito R\$ 13.139.828,00.

Créditos Especiais Reabertos em 2014

RES CJF nº 281/2014

Foi solicitada a reabertura e incorporação à LOA de 2014, do crédito especial da Ação Aquisição de Imóvel para o Funcionamento do TRF3R – Unidade “D”, no valor de R\$ 3.500.000,00, e do crédito especial da JFSP da ação Construção do Polo Administrativo Regional da JF em Ribeirão Preto – SP, no valor de R\$ 500.000,00, conforme previsão constante do § 2º do art. 167 da CF e art. 46 da Lei nº 12.919/2013 (LDO de 2014).

6.1.1.1.d – Outras disponibilizações

Permaneceram no TRF3R, à disposição do CJF, dotações orçamentárias liberadas pela JFSP nas Ações: Julgamento de Causas – Custeio – GND (3), no valor de R\$ 1.000.000,00; Julgamento de Causas – Custeio – GND (4), no valor de R\$ 60.000,00; Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Eletrônico na JF - PJe – GND (3), no valor de R\$ 86.749,00 e Implantação de Varas Federais – GND (4), no valor de R\$ 105.000,00, bem como os créditos especiais para reabertura no início de 2015, a favor da JFSP: Reforma do Fórum Federal Criminal e Previdenciário de São Paulo, no valor de R\$ 6.020.000,00; Reforma do Fórum Cível de São Paulo, no valor de R\$ 1.300.000,00; Reforma do JEF de São Paulo – 2ª Etapa, no valor de R\$ 1.677.388,00 e Reforma do Fórum de Ribeirão Preto, no valor de R\$ 500.000,00, e a favor do TRF3R: Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, no valor de R\$ 15.000,00.

Em 19/01/2015, houve reabertura dos créditos especiais pela RES CJF nº 337/2015.

6.1.2 – Movimentação de créditos interna e externa

Os quadros A.6.1.2.1 e A.6.1.2.2 constam dos Anexos XVII e XVIII, deste Relatório de Gestão.

6.1.3 – Realização de despesa

Realização de despesas com créditos originários

6.1.3.1 – Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Total

O quadro A.6.1.3.1 consta do Anexo XIX, deste Relatório de Gestão.

6.1.3.2 – Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos originários – Executados diretamente pela UJ

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014.



6.1.3.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Total

O quadro A.6.1.3.3 consta do Anexo XX, deste Relatório de Gestão.

6.1.3.4 – Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos originários – Valores executados diretamente pela UJ

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014.

Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação

6.1.3.5 – Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de movimentação

O quadro A.6.1.3.5 consta do Anexo XXI, deste Relatório de Gestão.

6.1.3.6 – Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação

O quadro A.6.1.3.6 consta do Anexo XXII, deste Relatório de Gestão.

6.1.3.7 – Análise crítica da realização da despesa

Dentre as modalidades licitatórias para realização das despesas da UJ verifica-se que a modalidade pregão eletrônico concentrou a maior parte da execução financeira. Nos grupos e elementos de despesas 339091 e 339092 houve aumento expressivo na execução de sentenças judiciais.

Em relação ao contingenciamento no exercício de 2014, cumprindo-se o item 9.10 do Acórdão TCU nº 3.652/2013-Plenário; o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e o art. 51, caput e §§ 1º e 3º da Lei nº 12.919/2013, foram editadas as PORT PRES TRF3R nº 7493, de 22/4/2014 (disponibilizada no Diário Eletrônico da JF3R nº 74, de 24/4/2014); 7553, de 10/6/2014 (disponibilizada no Diário Eletrônico da JF3R nº 115, de 30/6/2014); 7748, de 03/12/2014 (disponibilizada no Diário Eletrônico da JF3R nº 225, de 11/12/2014), e 7779, de 07/01/2015 (disponibilizada no Diário Eletrônico da JF3R nº 6, de 09/01/2015), tornando indisponível, para empenho e movimentação financeira, o valor total de R\$ 11.437.482,00, consignado às unidades da JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região na Lei Orçamentária de 2014 e seus créditos adicionais.

Desde o primeiro contingenciamento a cargo da JF3R, foi direcionado o bloqueio para a Ação Aquisição de Imóveis para o Funcionamento do TRF3R, que contou com a dotação inicial de 17.000.000,00, sendo R\$ 7.000.000,00 provenientes de emenda de Bancada do Estado de São Paulo. A Secretaria da Administração não logrou êxito na aquisição de salas comerciais no Edifício Torre Norte no exercício de 2014, mantendo-se o contingenciamento parcial da Ação no valor de R\$ 7.360.172,00, e disponibilizando-se o restante para outros créditos de projetos de reformas a favor das Seções Judiciárias da JF3R. Em 28/11/2014, foi liberado o valor de R\$ 2.590.958,00 do montante contingenciado. Em dezembro, em decorrência de processos licitatórios fracassados e programações canceladas, foram disponibilizadas, pela SADI e SETI, dotações orçamentárias sem aproveitamento no exercício de 2014, que permaneceram contingenciadas no encerramento do exercício (Reforma do Edifício Sede do TRF3R, no valor de R\$ 2.346.901,00; Julgamento de Causas – Custeio, no valor de R\$ 660.000,00 e Julgamento de Causas – MTGI, no valor de R\$ 1.930.958,00).

A JFSP disponibilizou dotação orçamentária destinada à reforma de acessibilidade, sem possibilidade de execução até o encerramento do exercício (Julgamento de Causas – Modernização das Instalações – Acessibilidade, no valor de R\$ 1.730.409,00).

Os valores contingenciados não trouxeram prejuízo à execução orçamentária, posto



que se referem a dotações não utilizadas.

Das dotações aprovadas pela LOA de 2014 para o TRF3R, foram expurgados R\$ 675.000,00, referente à Ação Julgamento de Causas – fonte 0150, vinculado à arrecadação da taxa de inscrição de concurso público; em pessoal e encargos; houve destaque de R\$ 134.878,33 e R\$ 1.461,00, enviados ao Superior Tribunal de Justiça para pagamento de passivos de magistrados, e do crédito especial relativo à Ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, no valor de R\$ 15.000,00, recebido em 30/12/2014, a ser reaberto em 2015.

Verifica-se, no exercício de 2014, a seguinte execução orçamentária, demonstrada no Anexo XXIII, deste Relatório de Gestão:

- a) Despesa total (expurgados os itens acima) acrescida do MTGI: 99,22%;
- b) Despesa total (expurgados os itens acima), subtraídas as despesas de pessoal e benefícios e computado o MTGI: 94,30% das despesas correntes e de capital;
- c) Despesa total (expurgados os itens acima) e não computado MTGI: 99,21%;
- d) Despesa total (expurgados os itens acima), subtraídas as despesas de pessoal e benefícios e não computado o MTGI: 93,85% das despesas correntes e de capital.

6.2 – Despesas com ações de publicidade e propaganda

(Fonte: Núcleo de Comunicação Social/JFSP)

QUADRO A.6.2 – DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na JF Ação 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional	R\$ 98.169,95	R\$ 53.047,95 ⁽¹⁾
Legal	-	-	-
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na JF Ação 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional	R\$ 4.570,00	R\$ 4.570,00

Nota:

⁽¹⁾ Valor de R\$ 23.177,95 pago no exercício de 2014, referente a saldo de empenho inscrito em restos a pagar no exercício de 2013 (Notas de Empenho 2013NE003862 e 2013NE003863, Processo SEI 0009748-36.2013.4.03.8001).

Os dados de execução orçamentária e financeira da Ação 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional e respectiva análise situacional constam do item 4.2.3.1, deste Relatório de Gestão.

6.3 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

(Fonte: SOFI, Divisão de Folha de Pagamento/TRF3R, Núcleo Financeiro e Núcleo Orçamentário/JFSP, Seção de Processamento de Folha de Pagamento/JFMS)

QUADRO A.6.3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.2.1.1.11.00		FORNECEDORES POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
090015	-	112.589,49	112.589,49	0,00	0,00

(Fonte: SIAFI Gerencial)



Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.2.1.1.11.00		FORNECEDORES POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
090029	008.343.948-04	0,00	0,00	774,72	774,72
090029	111.224.678-93	0,00	0,00	500,75	500,75
090029	604.628.508-97	0,00	0,00	507,17	507,17
090029	214.021.738-14	0,00	0,00	200,75	200,75
Total					1.983,39

(Fonte: SIAFI Gerencial)

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
2.1.2.1.5.22.00		OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2013	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2014
090015		22.242,34	22.242,34	0.00	0.00

(Fonte: SIAFI Gerencial)

Identificação da Conta Contábil				
Código SIAFI	Denominação			
2.1.2.1.1.11.00	PASSIVOS DE PESSOAL POR INSUF. DE CRÉDITOS OU RECURSOS			
UG	Exercício 2013 (Dez) (em R\$)	Exercício 2014 (Fev) (em R\$)	Exercício 2014 (Dez) (em R\$)	Exercício 2015 (Fev) (em R\$)
090015	15.522.627,31	16.483.390,77	16.483.390,77	18.181.828,08
090017	263.496.054,47	276.681.079,94	270.566.526,24	270.566.526,24
090029	525.603.950,76	158.196.773,05	157.056.544,02	156.833.604,30
TOTAL	804.622.632,54	451.361.243,76	444.106.461,03	445.581.958,62

(Fonte: SIAFI Gerencial)

Nota Explicativa: Em 31/12/2013, além do saldo registrado na conta contábil 2.1.2.1.1.11.00, a UG 090015 possuía passivo de R\$ 169.161,57 referente a Indenização de Férias e de R\$ 1.839.958,34 relativo a Gratificação Especial de Localidade – GEL. As Indenizações de Férias foram pagas integralmente em fevereiro de 2014 e a Gratificação Especial de Localidade foi quitada em maio de 2014. Com o cômputo dessas obrigações, tem-se, para a UG 090015 e para os valores totais da UJ, o seguinte quadro:

Identificação da Conta Contábil				
Código SIAFI	Denominação			
2.1.2.1.1.11.00	PASSIVOS DE PESSOAL POR INSUF. DE CRÉDITOS OU RECURSOS			
UG	Exercício 2013 (Dez) (em R\$)	Exercício 2014 (Fev) (em R\$)	Exercício 2014 (Dez) (em R\$)	Exercício 2015 (Fev) (em R\$)
090015	17.531.747,22	18.492.510,68	18.492.510,68	18.181.828,08
TOTAL	806.631.752,45	453.370.363,67	446.115.580,94	445.581.958,62

6.3.1 – Análise crítica

Fornecedores e obrigações tributárias por insuficiência de créditos ou recursos

A Ação 4224 visa garantir a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante contratação de serviços especializados de terceiros (defensores dativos, peritos, tradutores, intérpretes e curadores especiais), indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal. Os procedimentos relativos aos pagamentos em casos de assistência judiciária gratuita, no âmbito da JF, inclusive jurisdição delegada, regulamentam-se pelas RES CJF



541/2007, 558/2007, 201/2012 e 305/2014.

No exercício financeiro de 2014, a Ação registrou dotações orçamentárias finais de R\$ 3.403.644,95 para a UG 090015 e R\$ 38.001.732,00 para a UG 090017.

As UG 090015 e 090017 lograram êxito na gestão dos passivos registrados para a Ação 4224 no exercício de 2014, tanto em relação aos fornecedores, como à respectiva obrigação tributária, visto que, no exercício, não ocorreram inscrições nas contas 2.1.2.1.1.11.00 e 2.1.2.1.5.22.00.

Em fevereiro de 2014, a UG 090015 baixou os valores de R\$ 112.589,49 e R\$ 22.242,34 — que haviam sido pagos em 2013 — referentes às inscrições nas contas contábeis 2.1.2.1.1.11.00 e 2.1.2.1.5.22.00, respectivamente.

No tocante à UG 090029, em 25/10/2013 houve acordo no sentido de que o pagamento de profissionais que atuaram em processos de jurisdição de 2º grau passaria a ser efetuado pelo TRF3R, em substituição à JFSP.

Apesar de requerida, não houve inclusão da Ação Orçamentária “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes” no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA de 2014 para a UO 12104 (TRF3R).

Ante a inexistência de dotação orçamentária e a necessidade de efetiva prestação jurisdicional, nos termos do art. 5º, LXXIV, da CF/1988, e do art. 1º da Lei nº 1.060/50, os créditos dos profissionais cadastrados no Sistema Assistência Judiciária Gratuita da JF – AJG/CJF, que prestaram serviços em 2014, foram inscritos na conta contábil 2.1.2.1.1.11.00, no valor de R\$ 1.983,39.

Em consulta ao PLOA de 2015, Volume II, p. 185 (URL: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015/orcamento-2015/ploa/volume_ii_ploa_2015) verifica-se que houve dotação orçamentária de R\$ 15.000,00, na Ação 4224, para a UO 12104 (TRF3R), valor superior ao inscrito na conta contábil 2.1.2.1.1.11.00, razão pela qual há expectativa de regularização da situação ocorrida em 2014.

Os passivos reconhecidos em 2014, de R\$ 1.983,39, comprometerão aproximadamente 13% do orçamento previsto para o exercício de 2015 (R\$ 15.000,00), remanescendo 87% da dotação para pagamento de despesas concernentes à assistência jurídica gratuita no exercício de 2015.

Passivos de pessoal por insuficiência de créditos ou recursos

Refere-se, o registro de passivos de pessoal por insuficiência de créditos ou recursos, ao pagamento de abono de permanência (CF, art. 40, § 19, com redação dada pela EC 41/03; EC 41/03, arts. 2º, § 5º, e 3º, § 1º, regulamentados pela Lei nº 10.887/04); adicional de insalubridade (Lei nº 8.112/1990, arts. 68 a 72); adicional de tempo de serviço (Lei nº 8.112/90, art. 67); ajuda de custo; anuênios; aposentadorias (Decisão TCU 481/97-Plenário); auxílio-alimentação de magistrados (RES CJF nº 175/11); auxílio-moradia (PA CJF nº 2006.16003); décimos; diferença de indenizações (PA CATRF3R nº 2008.02.0010 e 2011.02.0029); gratificação judiciária; juros sobre URV ativos e inativos; parcela autônoma de equivalência a Magistrados; pensões; progressões; promoções; reintegração (PA CATRF3R nº 2007.02.0019); reposicionamento (Portaria Conjunta STF nº 04/13); substituições e quintos (Lei nº 8.911/1994, art. 3º; Lei 9.624/98, art. 3º c/c Lei 8.112/90, artigo 62-A, acrescido pela MP 2.225-45/01; PA CJF nº 2004.164940 e 2004.160918 e Nota Técnica Conjunta SCI/SRH/CJF 02/05).

O pagamento de passivos decorrentes de folha de pessoal de magistrados e servidores da JF está condicionado à disponibilidade orçamentária e deliberação do CJF, bem como obedece à sistemática estabelecida nas RES CJF nº 106/2010 e na RES CJF nº 224/2012 (alterada pelas RES CJF nº 275/2013 e 324/2014), que dispõem sobre o reconhecimento, atualização e pagamento de passivos administrativos, no âmbito do Conselho e da JF de 1º e 2º graus.

Em fevereiro de 2014, houve revisão dos valores de passivos de pessoal inscritos



pelas UG da JF3R, atualizando-os para dezembro de 2013, e, posteriormente, no encerramento do exercício de 2014 e em fevereiro de 2015, nos termos da Nota Técnica CCONT-STN nº 2.309/07 e item 9.1 do Acórdão TCU nº 1.485/2012-Plenário.

6.4 – Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

(Fonte: SOFI, Divisão de Programação e Execução Orçamentária/TRF3R, Núcleo Financeiro, Núcleo Orçamentário e Núcleo de Folha de Pagamento/JFSP, Seção de Planejamento e Orçamento/JFMS)

QUADRO A.6.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

UG 090029

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	42.476.101,53	32.419.860,40	9.603.148,74	453.092,39
2012	2.020.876,39	679.185,45	1.341.690,94	0,00
2011	253.362,75	253.362,74	0,01	0,00
2010	285.184,25	4.597,86	0,00	280.586,39
2009	217.314,35	5.223,18	0,00	212.091,17
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	1.099.043,48	1.099.043,48	0,00	0,00
2012	14.107,00	14.107,00	0,00	0,00
2011	115.296,19	115.296,19	0,00	0,00

(Fonte: SIAFI Gerencial)

UG 090047

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	5.447.102,98	5.446.975,27	127,71	0,00
2012	4.950.520,82	506.031,44	4.444.489,38	0,00
2011	30.210,48	0,00	30.210,48	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00

(Fonte: SIAFI Gerencial)

UG 090055

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00

(Fonte: SIAFI Gerencial)



UG 090017

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	45.290.353,47	35.505.601,12	1.489.807,11	8.294.945,24
2012	14.284.980,38	2.794.322,10	9.883.203,03	1.607.455,25
2011	1.103.823,05	0,00	174.957,52	928.865,53
2010	1.304.044,30	0,00	557.369,29	746.675,01
2009	48.620,14	0,00	48.620,14	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	399.492,00	263.565,83	0,00	135.926,17
2012	322.015,27	289.923,10	0,00	32.092,17
2011	43.768,77	829,66	21.116,77	21.822,34
2010	260.785,98	6.247,63	9.181,94	245.356,41
2009	53.809,35	19,97	756,23	53.033,15
2008	29.272,48	1.884,75	366,50	27.021,23
2007	532.239,27	522.417,18	3.312,65	6.509,44
2006	90.433,80	41.205,99	0,00	49.227,81
2005	6.120,00	6.120,00	0,00	0,00
2004	325.165,88	325.165,88	0,00	0,00
2003	6.122,60	0,00	0,00	6.122,60

(Fonte: SIAFI Gerencial)

UG 090015

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	3.149.368,10	2.030.845,14	888.161,73	230.361,23
2012	468.020,49	135.674,70	32.442,57	299.903,22
2011	116.656,64	72.909,34	19.096,16	24.651,14
2010	792.646,14	0,00	166.916,27	625.729,87
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00

(Fonte: SIAFI Gerencial)

6.4.1 – Análise crítica

A inscrição e execução de RP na UJ está consonante com as Normas de Encerramento do Exercício do Manual SIAFI, bem assim com o disposto na Lei nº 4.320/64, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Decretos nº 93.872/86, 6.708/08 e 7.654/11.

Não há registros, no SIAFI, de valores referentes a RP de exercícios anteriores ao de 2014, sem que sua vigência tenha sido prorrogada por decreto.

Não foram, outrossim, identificados impactos na gestão financeira decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores. A inscrição de saldos de empenhos em RP tem possibilitado a continuidade das metas traçadas pela Administração, quando essas não puderam ser implementadas até o encerramento do exercício, assegurando dotação orçamentária para sua execução no exercício subsequente.

O mecanismo estipulado no art. 68, §§ 2º e 5º, do Decreto 93.872/86, de cancelamento automático dos RP bloqueados após o período de vigência facilitou a gestão dos RP.



Por seu turno, a exigência de autorização do Ordenador de Despesas para inscrição de empenho em RP aprimorou os controles internos correlatos.

Ainda quanto à gestão, no TRF3R, a partir do exercício de 2012, a inscrição em RP não processados a liquidar ou em liquidação é precedida de análise e registro formal da respectiva solicitação, pelos gestores, devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas.

Há exame periódico relativo à permanência dos saldos de empenhos inscritos em RP a liquidar, inclusive dos inscritos em exercícios anteriores. Em maio, agosto e novembro de 2014, houve avaliação das Áreas Gestoras quanto às inscrições de RP do TRF3R, notadamente no que concerne à liquidação das despesas e aos cancelamentos nos casos de descumprimento de obrigação contratual.

Em relação ao prazo de validade, os RP atendem ao art. 68, § 2º, do Decreto 93.872/86, que estabelece sua vigência em dezoito meses. Após requerimento do Gestor e autorização do Ordenador de Despesas, os RP de exercícios anteriores que superaram o prazo acima foram oportunamente desbloqueados, nas hipóteses de execução iniciada e observado o prazo prescricional, nos termos do art. 68 do Decreto 93.872/86.

As Notas de Empenho com prazo prescrito são anuladas após análise jurídica da área competente e de autorização do Ordenador de Despesas. No tocante à UG 090029, a manutenção em RP não processados dos saldos das Notas de Empenho de 2009 (R\$ 280.586,39) e 2010 (R\$ 212.091,17), está sob exame da Assessoria Jurídica do Órgão.

No exercício de 2014, a UG 090029 quitou integralmente os saldos em RP processados. Por sua vez, o saldo de RP processados da UG 090017 passou de R\$ 2.069.225,40 em 1º de janeiro para R\$ 577.111,32 em 31 de dezembro, o que representa uma redução de 72,11% (setenta e dois inteiros e onze décimos).

Ainda no âmbito da UG 090017, há análise dos saldos de empenho a serem inscritos em RP, procedendo-se aos ajustes e cancelamentos devidos, bem como há avaliação das razões e circunstâncias para a manutenção dos valores inscritos.

A permanência de RP processados e não processados por mais de um exercício financeiro deriva de fatores como multas retidas decorrentes de procedimento de apuração de falta contratual (RP processados), pendências de regularização fiscal por parte da fornecedora dos bens ou serviços (RP não processados) e prorrogação do prazo de entrega da obra ou de parcela dela (RP não processados).

Na UG 090015, os valores inscritos em RP são periodicamente analisados, com vistas ao pleno acompanhamento da execução, de acordo com os motivos e circunstâncias que ensejaram a inscrição. A permanência de saldo de empenho em RP refere-se, em sua grande maioria, a serviços de natureza continuada e parcelas de obras pendentes de conclusão.

6.4.2 – Relatório de Auditoria nº 0482951/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD

Item 12 das Peças Complementares do Processo de Contas da Justiça Federal da 3ª Região do exercício de 2013, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2552>)

(Movimentação de saldos de despesas inscritos em RP no exercício de 2013 e anteriores, vigentes no exercício de 2014, Processo SEI nº 0009346-21.2014.4.03.8000)

O monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades auditadas face às propostas de encaminhamento constantes do Relatório de Auditoria DAUD nº 0482951/2014, que teve por objetivo a avaliação da movimentação de saldos de despesas inscritos em RP no exercício de 2013 e anteriores, vigentes no exercício de 2014, será realizado no exercício de 2015, conforme determinado pelos arts. 39 e 40 da RES CNJ nº 171/2013 e aprovado pela RES PRES TRF3R nº 411/2014 (Plano Anual de Auditorias e Fiscalizações para o exercício de 2015, no âmbito da JF3R, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382>).



6.5 – Transferências de recursos

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014.

6.5.1 – Integridade das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

Notas:

1 - Consoante expresso no art. 5º da DN TCU nº 143/2015 e como forma de organizar a apresentação do conteúdo do Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2014, de acordo com a estrutura definida pelo Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), o item 11.5 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 134/2013, foi remanejado para o item 6.5.1, deste Relatório de Gestão.

2 - Foi adotado, na numeração do quadro, o critério estabelecido pela PORT TCU nº 90/2014

Foram designados responsáveis, na UJ, pela atribuição de atualizar os dados referentes a contratos e instrumentos congêneres no SIASG, os seguintes servidores:

TRF3R (PORT DIRG nº 10.950/2015)

Titular: Luiz Fernando Fernandes Vieira, RF 238.

Substitutos: Marcos Otávio de Moraes Araújo, RF 489; Sandra Saez Lopes, RF 2297 e Silvana Aparecida Ferreira dos Santos, RF 671.

JFSP (PORT DFOR nº 0965907/2015)

Titular: Amauri Miranda de Jesus, RF 5844.

Substitutos: Marcela Oyama do Carmo, RF 7150 e Francisco Carlos de Oliveira, RF 5510.

JFMS (PORT SADM/JFMS nº 0953858/2015)

Titular: Osny Magalhães Pereira, RF 1490.

Substitutos: Laelson Nunes da Silva, RF 4681 e Roberta Nobili Menzio Ramos Morett, RF 7405.

Não houve, na UJ, no exercício de 2014, celebração de convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos ou a descentralização de créditos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

Os quadros A.11.5 constam do Anexo XL, deste Relatório de Gestão.

6.6 – Suprimento de fundos

(Fonte: SOFI, Divisão de Programação e Execução Financeira/TRF3R, Seção de Análise e Registro de Documentos/JFSP, Seção Financeira/JFMS, SIAFI Gerencial)

6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

QUADRO A.6.6.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	
2014	090029	TRF3R	44	107.100,00	4.000,00
	090017	JFSP	278	109.978,02	1.927,00
	090015	JFMS	30	55.000,00	3.000,00
		UJ	352	272.078,02	4.000,00
2013	090029	TRF3R	48	93.700,00	4.000,00
	090017	JFSP	214	143.639,14	5.160,00
	090015	JFMS	43	84.150,00	3.000,00



		UJ	305	321.489,14	5.160,00
2012	090029	TRF3R	54	144.200,00	4.000,00
	090017	JFSP	196	141.452,84	3.544,55
	090015	JFMS	75	149.800,00	5.000,00
		UJ	325	435.452,80	5.000,00

6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

QUADRO A.6.6.2 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total
2014	090029	TRF3R	44	24.605,19
	090017	JFSP	278	71.685,74
	090015	JFMS	30	21.214,81
		UJ	352	117.505,74
2013	090029	TRF3R	48	41.762,28
	090017	JFSP	214	96.551,88
	090015	JFMS	43	32.207,20
		UJ	305	170.521,36
2012	090029	TRF3R	54	75.486,67
	090017	JFSP	196	98.302,54
	090015	JFMS	75	90.837,11
		UJ	325	264.626,32

6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos

QUADRO A.6.6.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
090029	Tribunal Regional Federal da 3ª Região	30-Material de consumo	15-Material para festividades e homenagens	564,00
			16-Material de expediente	814,80
			22-Material de limpeza e produtos de higienização	26,00
			23-Uniformes, tecidos e aviamentos	479,40
			24-Material para manutenção de bens imóveis/instalações	8.001,55
			25-Material para manutenção de bens móveis	1.203,70
			26-Material elétrico e eletrônico	3.343,61
			29-Material para áudio, vídeo e foto	134,00
			39-Material para manutenção de veículos	422,00
			41-Material para utilização em gráfica	274,30
			44-Material de sinalização visual	1.969,00
			45-Material técnico para seleção e treinamento	792,00
			96-Material de consumo-pagamento antecipado	3.625,00
				<u>21.649,36</u>
		33-Passagens e despesas com locomoção	05-Locomoção urbana	70,16
			08-Pedágios	856,20
				<u>926,36</u>
		39-Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	05-Serviços técnicos profissionais	150,00
			16-Manutenção e conservação de bens imóveis	939,00
			17-Manutenção e conservação de máquinas e	135,00



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
			equipamentos	
			18-Serviços de estacionamento de veículos	20,00
			19-Manutenção e conservação de veículos	268,00
			20-Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	200,00
			25-Taxa de administração	134,47
			66-Serviços judiciais	18,00
			70-Confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas	165,00
				<u>2.029,47</u>
090017	Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo	30-Material consumo de	01-Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.230,35
			03-Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades	333,20
			07-Gêneros de alimentação	255,66
			15-Material para festividades e homenagens	15,00
			16-Material de expediente	408,83
			19-Material de condicionamento e embalagem	18,20
			21-Material de copa e cozinha	152,50
			22-Material de limpeza e produtos de higienização	456,17
			24-Material para manutenção de bens imóveis/instalações	26.082,85
			25-Material para manutenção de bens móveis	21.141,87
			26-Material elétrico e eletrônico	8.941,91
			28-Material de proteção e segurança	1.327,38
			31-Sementes, mudas de plantas e insumos	102,50
			36-Material hospitalar	70,00
			44-Material de sinalização visual	200,50
			49-Bilhetes de passagem	450,00
			99-Outros materiais de consumo	24,70
				<u>61.211,62</u>
		39-Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	16-Manutenção e conservação de bens imóveis	4.709,00
			17-Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	1.202,00
			19-Manutenção e conservação de veículos	170,00
			20-Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	1.140,00
			21-Manutenção e conservação de estradas e vias	100,00
			24-Vistos consulares	669,00
			25-Taxa de administração	306,00
			41-Fornecimento de alimentação	701,06
			46-Serviços domésticos	375,00
			66-Serviços judiciais	100,40
			78-Limpeza e conservação	360,00
			90-Serviços de publicidade legal	641,66
				<u>10.474,12</u>
090015	Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul	30-Material consumo de	01-Combustíveis e lubrificantes automotivos	432,00
			07-Gêneros de alimentação	168,00
			16-Material de expediente	1.123,01
			17-Material de processamento de dados	106,00
			24-Material para manutenção de bens imóveis/instalações	3.897,07
			25-Material para manutenção de bens	420,00



Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
			móveis	
			26-Material elétrico e eletrônico	1.531,53
			28-Material de proteção e segurança	319,15
			29-Material para áudio, vídeo e foto	19,40
			30-Material para comunicações	185,00
			39-Material para manutenção de veículos	150,00
			44-Material de sinalização visual	261,00
			99-Outros materiais de consumo	226,00
				<u>8.838,16</u>
		39-Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	05-Serviços técnicos profissionais	1.540,00
			12-Locação de máquinas e equipamentos	130,00
			16-Manutenção e conservação de bens imóveis	1.560,00
			17-Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	2.145,00
			20-Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	2.064,00
			25-Taxa de administração	500,00
			44-Serviços de água e esgoto	300,00
			58-Serviços de telecomunicações	1.504,00
			59-Serviços de áudio, vídeo e foto	250,00
			63-Serviços gráficos e editoriais	359,00
			74-Fretes e transporte de encomendas	966,40
			79-Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	40,00
			83-Serviços de cópias e reprodução de documentos	74,25
			95-Manutenção de equipamentos de processamento de dados	760,00
			99-Outros serviços de terceiros-Pessoa Jurídica	184,00
				<u>12.376,65</u>

6.6.4 – Análise crítica

Na JF3R, em 2014, foram concedidos 352 suprimentos de fundos, quantidade 15,41% superior à registrada em 2013 (305 concessões) e 8,31% maior em relação a 2012 (325 concessões). No TRF3R, manteve-se a tendência de diminuição de concessões de suprimento de fundos: 44 concessões em 2014, com redução de 8,33% comparativamente a 2013 (48 concessões), e de 18,52% em relação a 2012 (54 concessões). Na JFMS, a redução de suprimentos de fundos concedidos foi mais significativa: em 2014, foram concedidos 30 suprimentos de fundos, quantidade 30,23% menor que em 2013 (43 concessões) e 60,00% inferior ao registrado em 2012 (75 concessões).

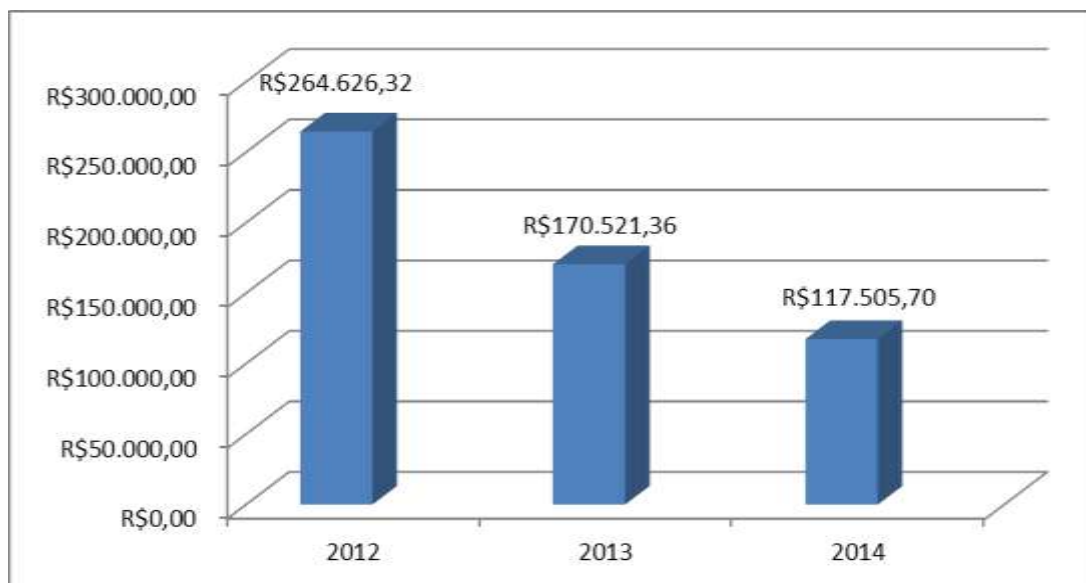
Mesmo com o acréscimo do número de concessões, houve decréscimo relevante, no período de 2012 a 2014, do valor total concedido a título de suprimento de fundos no âmbito da JF3R. O valor concedido em 2014 (R\$ 272.078,02) foi 15,37% menor ao disponibilizado em 2013 (R\$ 321.489,14) e 37,52% inferior ao concedido em 2012 (R\$ 435.452,80).

Todos os 352 processos de prestação de contas de aplicação de suprimentos de fundos autuados em 2014 foram aprovados pelos Ordenadores de Despesas, no âmbito das respectivas UG vinculadas à JF3R.

As despesas realizadas por meio de aplicação de suprimento de fundos totalizaram R\$ 117.505,74 em 2014, representando redução de 31,09% em relação a 2013 (R\$ 170.521,36) e decréscimo de 55,60% em relação a 2012 (R\$ 264.626,32).



Gráfico 7 - Comparativo das despesas realizadas por meio de suprimento de fundos



Tal redução gradativa, no período de 2012 a 2014, foi constatada em todas as UG vinculadas à JF3R: no TRF3R, em 2014, foram gastos R\$ 24.605,19, montante 41,08% inferior aos R\$ 41.762,28 gastos em 2013 e 67,40% menor que os R\$ 75.486,67 realizados em 2012; na JFMS, em 2014 foram gastos R\$ 21.214,81, montante 34,13% inferior aos R\$ 32.207,20 gastos em 2013 e 76,65% inferior aos R\$ 90.837,11 despendidos em 2012, e, nos últimos 3 anos, a JFSP reduziu em 27,08% os gastos com suprimento de fundos: de R\$ 98.302,54 em 2012 para R\$ 71.685,74 em 2014.

A redução total de 55,60% na JF3R evidencia seu esforço perene no sentido de restringir o emprego dessa modalidade excepcional de aplicação de recursos públicos, priorizando quando possível, o processo normal de contratação. Os decréscimos, em termos de quantidade e valor, devem-se, sobretudo, ao aprimoramento do planejamento, pelas áreas gestoras, para aquisições de bens e contratação de serviços, e à realização de auditorias sistemáticas e periódicas, pelas unidades de CI da JF3R, nos processos de aplicação de suprimento de fundos, obrigatórias por força do art. 7º da RES CJF 583/2007.

De se ressaltar que, em julho de 2014, na JFSP, foi estruturada a Seção de Controle e Processamento de Suprimento de fundos, visando orientar os agentes supridos acerca da correta utilização do numerário, notadamente quanto à observância da excepcionalidade e urgência.

As notas de empenho emitidas na UJ no período de referência observaram o limite de R\$ 8.000,00 previsto no art. 1º, § 3º, da RES CJF 583/07 e 100% das despesas realizadas foram de pequeno vulto, fundadas no art. 45, III, do Decreto nº 93.872/86. No exercício de referência, não houve realização das despesas eventuais a que se refere o art. 45, I, do aludido Decreto.

Os controles internos implementados para assegurar a aplicação dos recursos em conformidade com a legislação vigente ocorrem em diversas etapas do processo de trabalho, e com observância do Princípio de Segregação de Funções: desde o momento da concessão pelo Ordenador de Despesas; emissão de Nota de Empenho; aprovação da prestação de contas; baixa de responsabilidade do agente suprido e, alfim, exame pelas unidades de CI.

Os resultados atingidos evidenciam-se pela redução acentuada, no exercício de 2014, tanto do valor concedido (Quadro A 6.6.1) como do efetivamente despendido (Quadro A 6.6.2), comparativamente a 2013 e 2012.

No âmbito da JF, o art. 9º da RES CJF nº 583/07 veda o emprego de Cartão de Crédito Corporativo – CPGF para aplicação de suprimento de fundos, motivo pelo qual são



utilizadas Contas Bancárias Tipo “B”.

6.7 – Renúncias sob a gestão da UJ

Não se aplica à UJ (Quadro A.1 da DN TCU nº 127/2013).

6.8 – Gestão de precatórios

(Fonte: SEPE, Subsecretaria dos Feitos da Presidência/TRF3R e SOFI)

6.8.1 – Precatórios e RPV da administração direta

Os quadros A.6.8.1.1 – Precatórios – Administração Direta e A.6.8.1.2 – RPV – Administração Direta constam dos Anexos XXIV e XXV deste Relatório de Gestão.

6.8.2 – Precatórios e RPV da administração indireta

Os quadros A.6.8.2.1 – Precatórios – Administração Indireta e A.6.8.2.2 – RPV – Administração Indireta constam dos Anexos XXVI e XXVII deste Relatório de Gestão.

6.8.3 – Análise crítica

Os procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, às compensações, ao saque e ao levantamento dos depósitos de PRC e RPV, no âmbito da JF, estão regulamentados pelas RES CJF nº 168/2011 e 235/2013 e RES CNJ nº 115/2010.

A proposta orçamentária do exercício financeiro de 2014, referente ao pagamento de PRC, foi efetuada em conformidade com § 1º do art. 100 da CF, e encaminhada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, em forma de banco de dados, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei nº 12.919/2013 (LDO 2014).

No que atine às RPV, foram incluídas na proposta orçamentária com base em programação estimada, face à periodicidade mensal da organização da relação das requisições e respectivo encaminhamento à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, para pagamento no prazo subsequente de 60 (sessenta) dias.

Incluíram-se, ainda, programações estimadas para pagamento do Plano de Seguridade Social Patronal de cada qual das entidades devedoras, recolhidos, na instituição financeira, após o levantamento do depósito judicial pelo beneficiário servidor público federal.

No que se refere às dotações orçamentárias para fazer frente ao cumprimento de sentenças judiciais, executadas na UGE específica – 090047, registra-se a execução total dos PRC no exercício de 2014. Houve inscrição de saldo de empenho em Restos a Pagar, em razão da decisão cautelar exarada pela Corregedoria Nacional de Justiça nos autos CorOrd 6100-10-2014, (exclusão dos juros de mora nos precatórios parcelados e substituição do IPCA-E pela TR).

Quanto às RPV, as dotações orçamentárias descentralizadas durante o exercício de 2014 não foram suficientes para cobertura total das despesas, impossibilitando a execução das requisições que ingressaram no TRF3R em novembro de 2014, bem como a inscrição, em restos a pagar, do valor correspondente à estimativa total dos ingressos de dezembro de 2014. Houve solicitação de crédito suplementar pelo CJF, não atendida, no entanto, na integralidade, pela Secretaria de Orçamento Federal.

A execução orçamentária e financeira das Ações 0005, 00G5 e 0625, relativas a PRC e RPV, e respectivas análises situacionais, constam do Quadro A 5.2.3.1 deste Relatório de Gestão.

Destaca-se, na gestão de PRC e RPV no exercício de 2014, o aprimoramento do sistema operacional eletrônico em relação às conferências e controles de eventuais inconsistências



de dados no preenchimento e envio dos requisitórios, conferindo maior segurança à operação, bem como o treinamento dos servidores em cursos de liderança e gestão de riscos.

A estrutura de controle interno existente para mitigar riscos e problemas que levem ao descumprimento do art. 100 da CF/1988 contempla as seguintes dimensões:

a) ambiente de controle: normatização contida no art. 100 da CF, legislação infraconstitucional, a exemplo as sucessivas LDO e LOA, RES CJF nº 168/2011 e 235/2013 e RES CNJ nº 115/2010, parametrizadas em formulários do sistema operacional eletrônico;

b) avaliação de risco: realizada pelo Grupo de Trabalho de PRC, instituído pela PORT CJF nº 48/2001, composto por representantes de todos os TRF Regionais;

c) atividades de controle: contemplando sistema eletrônico operacional informatizado e etapas de conferências. Os bancos de dados de precatórios e RPV são enviados ao CJF por intermédio de aplicativo informatizado, a migração e indexação dos bancos de dados para o SIAFI é realizada pelo SERPRO, de forma eletrônica e, previamente ao pagamento, é realizada extração dos dados para conferência;

d) informação e comunicação: emissão de relatórios gerenciais e estatísticos, diagramação dos bancos de dados compatível com o Sistema SIAFI e atendimento ao cidadão;

e) monitoramento: realizado diariamente, mediante exame de relatórios gerenciais, e nas reuniões periódicas do Grupo de Trabalho de PRC.



7 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 – Estrutura de pessoal da UJ

(Fonte: SEGE, SCAJ, Divisão de Ingresso, Afastamento e Frequência, Divisão de Desenvolvimento de Competências e Divisão de Assuntos da Magistratura/TRF3R, Núcleo de Administração Funcional, Seção de Cadastro/JFSP e Seção de Pessoal/JFMS)

7.1.1 – Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da UJ

QUADRO A.7.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Notas:

1) Item 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, coluna Lotação Autorizada - corresponde a 100% das FC e 50% das CJ (art. 5º, §§1º e 7º, da Lei nº 11.416/2006);

2) Item 3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, coluna Lotação Autorizada - corresponde a 50% das CJ (art. 5º, §7º, da Lei nº 11.416/2006).

3) Item 1.1. Membros de poder e agentes políticos – dados consolidados no quadro do TRF3R.

TRF3R

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3813	2275	183	100
1.1. Membros de poder e agentes políticos	531	392	26	8
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3282	1883	157	92
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1865	1823	132	72
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório (Servidores removidos de outras unidades/órgãos com base na previsão legal do art. 36 da Lei nº 8.112/90) (1.2.3.1+1.2.3.2+1.2.3.3+1.2.3.4+1.2.3.5)	30	30	10	7
1.2.3.1 – art. 36, § único, inciso I, da Lei nº 8.112/90	0	0	0	0
1.2.3.2 – art. 36, § único, inciso II, da Lei nº 8.112/90	27	27	9	7
1.2.3.3 – art. 36, § único, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90	2	2	1	0
1.2.3.4 – art. 36, § único, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 8.112/90	1	1	0	0
1.2.3.5 – art. 36, § único, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 8.112/90	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1387	30	15	13
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	117	13	5	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	3930	2288	188	105

(Fonte: Sistemas de Recursos Humanos (SISRH e MUMPS CACHÊ), controles setoriais (Divisão de Ingresso, Afastamento e Frequência, Seção de Desligamentos e Afastamentos e Divisão de Desenvolvimento de Competências) e Quadro de Vagas de Magistrados de 1º e 2º Grau da JF3R)

Observações:

1) Item 1.1. Membros de poder e agentes políticos, coluna Egressos no Exercício - dos 8 (oito) egressos apontados, 6 (seis) referem-se a Magistrados de Primeiro Grau removidos para outras regiões e 2 (dois) referem-se a Desembargadores Federais que implementaram idade-limite de permanência no serviço público ativo e solicitaram aposentadoria voluntária (ambos pendentes de decreto presidencial).

2) Item 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório, coluna Lotação Autorizada – o número de servidores informado no Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2013 foi ajustado no exercício de 2014, para corresponder às remoções efetivamente concedidas em regular processo administrativo.

3) Na lotação efetiva foram considerados os servidores licenciados por motivo de afastamento do cônjuge ou



companheiro de outros órgãos, com base na previsão legal do art. 81, II, e do art. 84 da Lei nº 8.112/1990, com as modificações introduzidas pela Lei nº 9.527/1997.

4) Item 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, coluna Lotação Efetiva – no Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2013 não constaram os servidores de outros órgãos e dois servidores pertencentes a outras esferas.

JFSP

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	7546	4294	213	137
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	7546	4294	213	137
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4547	4164	191	113
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório (Servidores removidos de outras unidades/órgãos com base na previsão legal do art. 36 da Lei nº 8.112/90) (1.2.3.1+1.2.3.2+1.2.3.3+1.2.3.4+1.2.3.5)	87	87	5	9
1.2.3.1 – art. 36, § único, inciso I, da Lei nº 8.112/90	3	3	3	0
1.2.3.2 – art. 36, § único, inciso II, da Lei nº 8.112/90	9	9	0	3
1.2.3.3 – art. 36, § único, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90	5	5	2	0
1.2.3.4 – art. 36, § único, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 8.112/90	4	4	0	0
1.2.3.5 – art. 36, § único, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 8.112/90	66	66	0	6
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2912	43	17	15
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	99	4	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	7645	4298	213	137

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos MUMPS/CACHÊ)

Observação:

1) Item 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório - no Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2013 foram considerados somente servidores removidos com base no art. 36, § único, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90.

2) Item 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, coluna Lotação Autorizada – no Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2013 constaram 2795 servidores, quando deveriam ter constado 2912 servidores.

JFMS

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	570	350	31	14
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	570	350	31	14
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	324	318	22	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório (Servidores removidos de outras unidades/órgãos com base na previsão legal do art. 36 da Lei nº 8.112/90) (1.2.3.1+1.2.3.2+1.2.3.3+1.2.3.4+1.2.3.5)	22	22	4	1
1.2.3.1 – art. 36, § único, inciso I, da Lei nº 8.112/90	0	0	0	0
1.2.3.2 – art. 36, § único, inciso II, da Lei nº 8.112/90	15	15	2	
1.2.3.3 – art. 36, § único, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90	7	7	2	1
1.2.3.4 – art. 36, § único, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 8.112/90	0	0	0	0
1.2.3.5 – art. 36, § único, inciso III, alínea “c”, da Lei	0	0	0	0



nº 8.112/90				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	224	10	5	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	8	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	578	351	31	14

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos SISRH e controles em Excel (SJMS))

Observações:

- 1) Item 1.2.1. Servidores de carreira vinculados ao órgão, coluna Lotação Autorizada – no Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2013 constaram 329 servidores, quando deveriam ter constado 323 servidores. Houve, no exercício de 2014, acréscimo de uma vaga recebida por redistribuição.
- 2) Item 1.2.1. Servidores de carreira vinculados ao órgão, coluna Lotação Efetiva – no Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2013 constaram 311 servidores, quando deveriam ter constado 306 servidores.
- 3) No Relatório de Gestão do exercício de 2013 não foi considerado o número de servidores removidos a pedido (art. 36, II da Lei 8112/90), item 1.2.3.2, e também não foi considerado o número de servidores requisitados de outros órgãos e esfera, item 1.2.4.

QUADRO A.7.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

TRF3R

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	606	1195
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	606	1195
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	592	1149
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório (Servidores removidos de outras unidades/órgãos com base na previsão legal do art. 36 da Lei nº 8.112/90) (1.1.3.1+1.1.3.2+1.1.3.3+1.1.3.4+1.1.3.5)	8	22
1.1.3.1 – art. 36, § único, inciso I, da Lei nº 8.112/90	0	0
1.1.3.2 – art. 36, § único, inciso II, da Lei nº 8.112/90	7	20
1.1.3.3 – art. 36, § único, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90	1	1
1.1.3.4 – art. 36, § único, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 8.112/90	0	1
1.1.3.5 – art. 36, § único, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 8.112/90	0	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	24
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	11
4. Total de Servidores (1+2+3)	608	1206

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos SISRH)

Notas:

- 1) A segregação entre áreas meio e fim utiliza o mesmo critério adotado no relatório "Justiça em Números" do CNJ, ou seja, foram consideradas como áreas de atividades finalísticas os Gabinetes, Secretaria Judiciária, Subsecretarias de Turmas, Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário, Subsecretarias de Seções, Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência, Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, GABCON, Áudio, Taquigrafia, Revisão de Notas, Arquivo, Presidência, Secretaria da Presidência, Vice-Presidência, Gabinete do Desembargador Federal Coordenador dos JEF da 3ª Região e Gabinete de Apoio à Justiça Eleitoral.
- 2) Item 1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão – 82 servidores estão sem lotação em virtude de licenças ou afastamento diversos.

JFSP

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1118	3176
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	1118	3176
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1096	3068
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0



1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório (Servidores removidos de outras unidades/órgãos com base na previsão legal do art. 36 da Lei nº 8.112/90) (1.1.3.1+1.1.3.2+1.1.3.3+1.1.3.4+1.1.3.5)	11	76
1.1.3.1 – art. 36, § único, inciso I, da Lei nº 8.112/90	0	3
1.1.3.2 – art. 36, § único, inciso II, da Lei nº 8.112/90	1	8
1.1.3.3 – art. 36, § único, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90	1	4
1.1.3.4 – art. 36, § único, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 8.112/90	1	3
1.1.3.5 – art. 36, § único, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 8.112/90	8	58
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	11	32
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	04
4. Total de Servidores (1+2+3)	1118	3180

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos MUMPS/CACHE)

JFMS

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	72	278
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	72	278
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	69	249
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório (Servidores removidos de outras unidades/órgãos com base na previsão legal do art. 36 da Lei nº 8.112/90) (1.1.3.1+1.1.3.2+1.1.3.3+1.1.3.4+1.1.3.5)	0	0
1.1.3.1 – art. 36, § único, inciso I, da Lei nº 8.112/90	0	0
1.1.3.2 – art. 36, § único, inciso II, da Lei nº 8.112/90	0	15
1.1.3.3 – art. 36, § único, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90	2	5
1.1.3.4 – art. 36, § único, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 8.112/90	0	0
1.1.3.5 – art. 36, § único, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 8.112/90	0	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	9
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	72	279

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos SISRH e controles em Excel (SJMS))

JF3R (CONSOLIDADO)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva					
	TRF3R		JFSP		JFMS	
	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	606	1195	1118	3176	72	278
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	606	1195	1118	3176	72	278
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	592	1149	1096	3068	69	249
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório (Servidores removidos de outras unidades/órgãos com base na previsão legal do art. 36 da Lei nº 8.112/90) (1.1.3.1+1.1.3.2+1.1.3.3+1.1.3.4+1.1.3.5)	8	22	11	76	2	20
1.1.3.1 – art. 36, § único, inciso I, da Lei nº 8.112/90	0	0	0	0	0	0
1.1.3.2 – art. 36, § único, inciso II, da Lei nº 8.112/90	7	20	01	08		15
1.1.3.3 – art. 36, § único, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90	1	1	01	07	2	5
1.1.3.4 – art. 36, § único, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 8.112/90	0	1	01	03	0	0
1.1.3.5 – art. 36, § único, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 8.112/90	0	0	08	58	0	0



1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	6	24	11	32	1	9
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	11	0	04	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	608	1206	1118	3180	72	279

(Fonte: Sistemas de Recursos Humanos (SISRH e MUMPS/CACHE) e controles em Excel (SJMS))

QUADRO A.7.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

TRF3R

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	235	232	18	8
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	235	232	18	8
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	235	218	11	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	117	1	2	2
1.2.4. Sem Vínculo	117	11	3	4
1.2.5. Aposentados	117	2	2	1
2. Funções Gratificadas	1270	1180	10	19
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1270	1179	10	19
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	254	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1505	1412	42	23

(Fonte: Sistemas de Recursos Humanos SISRH e MUMPS CACHE)

Observações:

- 1) Como servidor de carreira vinculado ao órgão foram considerados todos os servidores de carreira do Judiciário Federal, que não do quadro de pessoal efetivo do TRF3R (removidos e requisitados), tendo em vista pertencerem à mesma justiça especializada, possuírem o mesmo plano de carreira e estarem vinculados ao mesmo órgão supervisor (CJF).
- 2) Itens 1.2.3, 1.2.4 e 1.2.5: o quantitativo total da lotação efetiva dos servidores de outros órgãos e esferas, sem vínculo e aposentados, estão limitados à lotação total autorizada em lei, para cargos em comissão na UJ.
- 3) Itens 1.2.1 e 2.1: ante o disposto no art. 5º, §§ 1º e 7º, da Lei nº 11.416/2006, até 100% dos servidores de carreira vinculados ao Órgão podem exercer funções comissionadas ou cargos em comissão.
- 4) A Lotação Autorizada sofreu alteração em relação ao exercício anterior (2013) em razão de reestruturações nos termos das RES CATRF3R 477, 479, 480, 482, 483, 485, 486, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 498, 499 e 500, todas do exercício de 2014.

JFSP

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	198	191	09	04
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	198	191	09	04
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	198	178	06	04
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	99	09	03	0
1.2.4. Sem Vínculo	99	04	0	0
1.2.5. Aposentados	99	0	0	0
2. Funções Gratificadas	2813	2589	351	346
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	2813	2531	331	329
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	562	58	20	17
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	3011	2780	360	350



(Fonte: Sistema de Recursos Humanos MUMPS/CACHÊ)

JFMS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Cargos em Comissão	17	16	1	0
1.1.Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	17	16	1	0
1.2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	17	11	0	0
1.2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3.Servidores de Outros Órgãos e Esferas	8	4	1	0
1.2.4.Sem Vínculo	8	1	0	0
1.2.5.Aposentados	8	0	0	0
2.Funções Gratificadas	216	201	1	6
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	216	184	0	6
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	43	17	1	0
3.Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	233	217	2	6

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos SISRH e controles em Excel (SJMS))

Análise Crítica dos dados apresentados nos Quadros A.7.1.1.1, A.7.1.1.2 e A.7.1.1.3 e de outros aspectos que interferem diretamente na força de trabalho

7.1.1.a – Quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da UJ

TRF3R

O número de “servidores de carreira vinculada ao órgão” no TRF3R em 31/12/2014 totaliza 1.823 servidores, correspondendo a 97,74% da lotação autorizada (1865 servidores). A força de trabalho efetiva, considerando servidores em exercício provisório, requisitados de outros órgãos e comissionados sem vínculo, totaliza 1896 servidores.

No que concerne aos magistrados, a força de trabalho efetiva da JF3R em 31/12/2014 corresponde a 392 magistrados, correspondendo a 73,82% da lotação autorizada (531 magistrados), cenário que impõe evidente sobrecarga de trabalho aos magistrados em atividade.

Tabela 13 - Força de trabalho por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	Nº DE SERVIDORES	PERCENTUAL
Até 30 anos	104	5,70%
31 a 40 anos	474	26,00%
41 a 50 anos	705	38,67%
51 a 60 anos	465	25,50%
acima de 60 anos	75	4,13%
TOTAL	1823	100,00%

Tabela 14 - Força de trabalho por nível de escolaridade

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Nº DE SERVIDORES	PERCENTUAL
1º e 2º grau	270	14,81%
Superior	521	28,58%
Pós-Graduação	995	54,58%
Mestrado	34	1,86%
Doutorado	3	0,17%
TOTAL	1823	100,00%

(Fonte: Sistemas de Recursos Humanos SISRH e MUMPS CACHÊ)



Verifica-se, outrossim, do quadro “Força de Trabalho por Faixa Etária”, que as faixas etárias de 51 a 60 anos e acima de 60 anos de idade, com expectativa de aposentadoria a curto prazo, totalizam 540 servidores, número que representa 29,63% da força de trabalho da UG. Não obstante a perspectiva de perda de capital intelectual da organização, o quadro “Força de Trabalho por Nível de Escolaridade” evidencia potencial para desenvolvimento institucional e alcance dos resultados planejados, mormente diante da qualificação do quadro de pessoal — em que 85,19% possui nível de escolaridade superior e 56,61 título de especialização — e investimento da Administração em ações de capacitação e de desenvolvimento organizacional, relatadas no item 7.1.2 infra.

JFSP

A força de trabalho efetiva da JFSP, em 31/12/2014, totaliza 4.164 servidores de carreira vinculados ao órgão, correspondente a 91,6%, da lotação autorizada, de 4.547 servidores.

A partir de 29/8/2014, foram providos 179 cargos vagos, mediante nomeação dos candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargos efetivos na JF3R.

Quanto ao capital intelectual, de 2013 para 2014, a JFSP sofreu perda de 10 servidores com doutorado e 29 com mestrado. Em contrapartida, 561 servidores obtiveram títulos de especialização e 270, formação em nível superior, evidenciando o potencial da UG para a continuidade do desenvolvimento humano e organizacional com vistas à implementação de ações estratégicas para o alcance das metas planejadas.

JFMS

A força de trabalho efetiva da JFMS, em 31/12/2014, totaliza 29 magistrados e 318 servidores de carreira vinculados ao órgão, que representam 83% e 98%, nessa ordem, da lotação autorizada de 35 magistrados e 324 servidores.

Registra-se, para a mesma data, um ocupante de cargo em comissão sem vínculo com a Administração Pública, correspondendo a 0,31% do total dos servidores de carreira vinculados ao órgão, atendendo-se ao disposto no art. 5º, § 7º, da Lei nº 11.416/2006 e art. 2º, § 2º, da RES CNJ nº 88/2009.

A partir de 29/8/2014, foram providos 22 cargos vagos, mediante nomeação dos candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargos efetivos na JF3R.

Os estudos para aumento do quadro de pessoal da UG (Processos SEI 0001574-98.2014.4.03.8002, 0019821-70.2013.4.03.8002 e 0002424-55.2014.4.03.8002) revelam a necessidade de ampliação do quadro de pessoal das áreas fim e área meio, pois a demanda é grande em relação à disponibilidade atual de pessoal e o nível de informatização do órgão, gerando grande carência de recursos humanos.

7.1.1.b – Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados

TRF3R

Estudos do CJF, referentes à criação de cargos, considera como parâmetro ideal a distribuição, entre área meio e fim, dos percentuais de 30% e 70%, respectivamente. No TRF3R, a distribuição da força de trabalho entre área meio (33,6%) e área fim (66,4%) está próxima dos parâmetros adotados no estudo.

Prioriza-se, na UG, a ocupação de cargos comissionados e funções gratificadas por servidores de carreira vinculada ao órgão. Verifica-se, com base nos dados de 31/12/2014, que, do total de 232 cargos em comissão e 1180 funções gratificadas, 93,97% e 99,99%, respectivamente, são ocupados por servidores de carreira vinculada ao órgão, atendendo-se ao disposto no art. 5º, § 7º, da Lei nº 11.416/2006 e art. 2º, § 2º, da RES CNJ nº 88/2009.



Com relação ao número de servidores em cargos comissionados, frente aos não comissionados, apura-se o percentual de 12,72%, índice que reflete uma estrutura organizacional deficitária, considerando as competências gerenciais exigidas frente às atuais demandas, incluindo as múltiplas abordagens impostas pela governança corporativa.

JFSP

A distribuição da força de trabalho na área fim baseia-se na proporcionalidade do número de processos em trâmite nas áreas finalísticas da UG. Em relação à área meio, foi iniciado estudo visando a apresentação de proposta de fixação do quadro de lotação de pessoal ideal por unidade administrativa da Administração Central, pautando-se por critérios relacionados, dentre outros, às atividades desenvolvidas nas unidades, ao mapeamento dos processos de trabalho e à identificação de pontos passíveis de melhoria, de modo a identificar como funcionam e interagem todos os componentes organizacionais (Processo SEI 0035225-27.2014.4.03.8001).

Na UG, há apenas 4 servidores ocupantes de cargos comissionados sem vínculo (0,1% do total dos servidores de carreira vinculados ao órgão), atendendo-se ao disposto no art. 5º, § 7º, da Lei nº 11.416/2006 e art. 2º, § 2º, da RES CNJ nº 88/2009.

JFMS

Não houve avaliação, no exercício de 2014, sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados.

7.1.1.c – Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível

TRF3R

Em 2014, houve 38 aposentadorias de servidores (1 compulsória, 9 por invalidez e 28 voluntárias). Ainda, 29,63% da força de trabalho de servidores da UG está concentrada nas faixas etárias entre 51 a 60 anos e acima de 60 anos, com expectativa de aposentadoria e, conseqüentemente, de perda de capital intelectual, a curto prazo.

Em relação aos magistrados, no exercício de 2014 houve aposentadoria de dois Desembargadores Federais, totalizando o déficit de seis vagas em aberto, das quais, quatro foram providas somente em dezembro/2014. Na JF3R de 1º grau não houve aposentadoria.

JFSP

Há maior representatividade da força de trabalho da UG entre os servidores na faixa etária de 41 a 50 anos de idade, com o acréscimo de 85 servidores em relação ao exercício de 2013. Quanto à faixa etária de 31 a 40 anos, permanece sendo a segunda maior em relação ao número total de servidores, com aumento de 233 servidores e decréscimo de 18 servidores na faixa etária até os 30 anos, comparativamente ao exercício de 2013. Evidencia-se, dos dados coligidos, o envelhecimento da força de trabalho da UG, que busca subsídios para a intensificação de Programas de Qualidade de Vida, inclusive manutenção de Plano de Saúde com nível seguro de atendimento e exames Periódicos de Saúde, bem assim de ações de capacitação, relatadas no item 7.1.2 infra.

JFMS

Não houve impacto de aposentadorias sobre a força de trabalho disponível na UG.



7.1.1.d – Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UJ

TRF3R

Tabela 15 – Tipos de afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível no TRF3R

Tipo de afastamento	Quantitativos
Cedidos	46
Removidos	54
Licença para Acompanhamento de Cônjuge com exercício provisório.	10
Licença para Acompanhamento de Cônjuge sem exercício provisório.	08
Licença para Tratar de Assuntos Particulares	02
Licença para Mandato Classista	01
Afastamento para Estudo no Exterior	01
TOTAL	122

Há déficit no número de servidores que ingressaram no quadro do TRF3R, vindos de outros órgãos (60), comparativamente ao número de servidores que se deslocaram para atuar em outros órgãos (110 servidores, sendo 46 cedidos + 54 removidos + 10 lotação provisória). Quanto aos magistrados, houve remoção de seis magistrados de primeiro grau para a JF4R, somente uma delas por permuta, contribuindo para o cenário de sobrecarga de trabalho dos magistrados em atividade, relatado no item “a”, supra.

JFSP

Há déficit no número de servidores que ingressaram no quadro da JFSP (46), comparativamente ao número de servidores cedidos ou removidos (22), repetindo o cenário vivenciado no exercício de 2013.

JFMS

No exercício de 2014, não houve cessão de servidores da JFMS para outros órgãos. A força de trabalho da Seccional manteve-se equilibrada em termos numéricos, considerando a remoção para outros órgãos de 3 servidores do seu quadro de pessoal (negativo), e a requisição e remoção de 1 e 2 servidores, respectivamente, de outros órgãos para a JFMS (positivo).

Por sua vez, as remoções por motivo de acompanhamento de cônjuge ou por motivo de saúde, impactam as unidades de origem dos servidores removidos, face à impossibilidade de reposição do quadro de pessoal.

7.1.2 – Qualificação e capacitação da força de trabalho

(Fonte: SEGE, EMAG, Núcleo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores/JFSP e Seção de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos/JFMS)

TRF3R

SEGE

O investimento da Administração em ações de capacitação e de desenvolvimento organizacional buscou equacionar as oportunidades de capacitação otimizando o orçamento disponível, a fim de promover o constante desenvolvimento das competências e capacidades individuais e organizacionais, na busca pela excelência dos serviços prestados pela UJ, no cumprimento de sua missão institucional.

Foram elaborados planos anuais de capacitação para as áreas de TI, CI e Aquisições (Processos SEI 0018643-52.2014.4.03.8000, 0002285-12.2014.4.03.8000 e 0018129-02.2014.4.03.8000). Em relação às demais áreas, foram oferecidos cursos, nas modalidades presencial e a distância, e realizadas ações detalhadas no Anexo XXVIII, deste Relatório de Gestão.



Houve incremento dos cursos oferecidos na modalidade de instrutoria interna, bem como do Banco de Talentos da 3ª Região, que conta com 82 servidores cadastrados, e, destes, 11 ministraram 09 cursos com o número total de 677 participantes, oferecendo 441 ações de capacitação, o que equivale a 30% do total de ações disponibilizadas aos servidores.

Importante ainda citar a continuidade do Programa de Incentivo à Especialização para servidores do TRF3R, com a concessão de 22 bolsas de estudo e continuidade de pagamento a beneficiados em programas anteriores. Desde 2008, ano de implantação do referido programa, foram concedidas 529 bolsas de estudo, sendo 516 para cursos de pós-graduação lato sensu, 11 mestrados e 02 doutorados.

Por sua vez, o estabelecimento de parcerias com áreas estratégicas para elaboração, divulgação e manutenção de tutoriais relativos a sistemas informatizados, como parte integrante da estratégia de implantação e suporte, atingiram a marca de 966 inscrições.

Em 2014, foi editada a RES CJF nº 294, trazendo significativas alterações para a promoção de cursos internos e pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso aos servidores, exigindo a reestruturação, e consequente aprimoramento de procedimentos internos.

Quanto aos cursos externos, sistematizou-se a contratação da modalidade *in company*, dispondo as oportunidades de capacitação de forma a permitir a manutenção do desenvolvimento de competências individuais e o alcance da estratégia, conforme quadro abaixo:

Tabela 16 - Total de servidores capacitados nas competências estratégicas

Temas Estratégicos	2014
Total de servidores capacitados	768
servidores capacitados (%)	42,33%
Total de servidores capacitados em temas estratégicos	362
servidores capacitados em temas estratégicos (%)	19,95%
servidores capacitados em temas estratégicos dentre os que participaram dos cursos oferecidos (%)	47,13%

Por fim, como consequência das ações de capacitação realizadas no exercício de 2014, houve continuidade e aprimoramento dos programas de ambientação, aperfeiçoamento e especialização; manutenção do Programa de Desenvolvimento Gerencial em consonância ao PE da JF3R; abertura de novo processo seletivo no Programa de Incentivo à Especialização e, ainda, manutenção da grade específica de eventos para a área de TI, que correspondeu a 11% das ações de capacitação do exercício.

EMAG

Os dados e informações relativos à EMAG, bem assim a relação de cursos e treinamentos ofertados à força de trabalho da UJ no decorrer do exercício, constam do item 13.2 e Anexo XXVIII, respectivamente, deste Relatório de Gestão.

JFSP

As ações de capacitação ofertadas pela JFSP guardam correlação com o desenvolvimento das competências estabelecidas pelo CJF e com as necessidades de treinamento voltadas para atendimento dos objetivos estratégicos integrantes do Planejamento Estratégico 2011/2014. No exercício de 2014, foram contempladas tanto a área de negócio, como as áreas técnica e administrativa, sendo ofertadas 138 ações educacionais com 3.778 participações em cursos, conforme Anexo XXVIII, deste Relatório de Gestão. As ações gerenciais atenderam a 544 gestores, representando 41% do total de gestores da JFSP com 30h de capacitação gerencial. As ações nas modalidades a distância ou semipresenciais resultaram na capacitação de 1261 servidores, com impacto positivo na economia de recursos e na facilitação de acesso do servidor a um leque maior de ações educacionais. Houve aquisição do software Adobe Captivate (ferramenta que cria



interfaces modernas para apresentações e tutoriais, permite criar simulações multimídia práticas e rápidas de maneira eficiente), incrementando os recursos para utilização na modalidade a distância.

Por sua vez, todos os agentes de segurança da JFSP que percebem Gratificação por Atividade de Segurança – GAS realizaram Programa de Reciclagem Anual e Teste de Aptidão Física, e 99% dos servidores recém-ingressos passaram por Curso de Ambientação para Novos Servidores.

Vale consignar que, em 2014, foi implantado o Programa Vara Modelo, com o primeiro curso de compartilhamento de práticas cartorárias, que já capacitou mais de 300 servidores.

Por fim, com relação ao tema da Sustentabilidade, foram capacitados 238 servidores como agentes multiplicadores, por meio do curso online “Direito Ambiental e Práticas Sustentáveis na Administração Pública”, com a divulgação das ações da JFSP na agenda do MMA e o fomento de reflexões, debates e ações sobre a matéria.

JFMS

O quadro das ações de capacitação desenvolvidas na JFMS no exercício de 2014, consta do Anexo XXVIII, deste Relatório de Gestão.

Foi dado enfoque, em relação à área meio, aos treinamentos para servidores que atuam diretamente na fiscalização e gerenciamento de contratos administrativos; aos treinamentos gerenciais nos temas relacionamento interpessoal e gestão de conflitos, além do treinamento obrigatório dos agentes de segurança, com reciclagem de tiro, formação de brigada de incêndio e curso básico de inteligência.

Algumas demandas identificadas não puderam ser atendidas, notadamente, pela limitação estrutural e orçamentária para a realização dos cursos, a exemplo, informática instrumental e programas de qualidade de vida direcionados aos servidores.

Destarte, os eventos de treinamentos ofertados foram aquém da real necessidade da força de trabalho. Para reduzir as dificuldades na promoção de eventos de capacitação, buscou-se ampliar a comunicação na UJ, quanto aos cursos e treinamentos externos, oferecidos pela ENAP, CNJ e TCU, dentre outros.

7.1.3 – Custos de pessoal da UJ

O quadro A.7.1.3 consta do Anexo XXIX, deste Relatório de Gestão.

7.1.4 – Irregularidade na área de pessoal

Não houve constatação de irregularidades relacionadas a pessoal, no âmbito da UJ, no exercício de 2014.

7.1.4.1 – Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

(Fonte: SEGE, Subsecretaria de Acompanhamento e Desenvolvimento Profissional, Divisão de Assuntos da Magistratura/TRF3R, Seção de Avaliação de Desempenho, Núcleo de Ingresso, Acompanhamento e Avaliação de Pessoas, Seção de Legislação de Pessoal/JFSP e Núcleo de Recursos Humanos/JFMS)

7.1.4.1.a – Controles internos implementados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos; periodicidade de revisão e propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência

Adotam-se, na UJ, os seguintes controles internos com a finalidade de detectar



possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos:

1) No momento do ingresso dos magistrados e servidores: inclusão, no edital do concurso público, de dispositivo obrigando à apresentação de pedido de exoneração, se o candidato já for servidor público, na data da posse; declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e quanto ao recebimento de remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie de remuneração paga à conta de recursos públicos; e emissão do extrato da RAIS, pelas áreas de gestão de pessoas, para verificação da informação prestada na declaração.

2) Anualmente: prestação, por todos os servidores e magistrados, de nova declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e quanto ao recebimento de remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie de remuneração paga à conta de recursos públicos, por meio de rotina informatizada, que possibilite a anexação do extrato da RAIS pelo próprio interessado para verificação da informação prestada na declaração.

Em dezembro de 2013, aludido cadastramento passou a ser realizado por meio de sistema informatizado.

As áreas de gestão de pessoas cotejam, por amostragem, as informações prestadas pelos servidores e magistrados, com extratos da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e dados dos Sistemas Cadastro Nacional de informações Sociais-CNIS/Plenus do INSS.

O Sistema CNIS do INSS permite consulta a base de dados nacional que contém informações cadastrais de trabalhadores empregados e contribuintes individuais, empregadores, vínculos empregatícios e remunerações. O Sistema PLENUS, não obstante desatualizado, possibilita a consulta de informações cadastrais dos beneficiários da Previdência Social, inclusive vencimentos, além de dados técnicos sobre os benefícios concedidos.

A consulta à RAIS, importante instrumento de coleta de dados, que trata dos vínculos empregatícios da administração pública e privada, disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em seu sítio na internet, mediante indicação do número do PIS/PASEP dos trabalhadores, mostra-se o modo mais adequado à consulta online dos vínculos de empregos formais dos cidadãos.

Em 04/11/2014, foi firmado o Termo de Sigilo nº 002/2014, entre o TRF3R e o Ministério do Trabalho e Emprego, visando o acesso às informações constantes do banco de dados da RAIS, disponibilizados por esse Ministério (Diário Eletrônico da JF3R nº 205, de 11/11/2014, e Diário Oficial da União nº 218, de 11/11/2014, Seção 3, pág. 190, Processo SEI 0021329-51.2013.4.03.8000).

Está em elaboração, na UJ, ato normativo com o fito de padronizar procedimentos, no âmbito da JF3R, em relação a identificação e regularização de possíveis acumulações de cargos, empregos e funções públicas (Processo SEI 0017484-74.2014.4.03.8000).

7.1.4.1.b – Existência e quantitativo de servidores e magistrados que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da UJ e providências adotadas para regularizar a situação, tomando-se como parâmetro o art. 133, da Lei 8.112/1990.

TRF3R

No que concerne aos servidores da UG, da análise dos dados apresentados no exercício (Processo SEI nº 0000801-59.2014.4.03.8000), verifica-se a seguinte situação: do total de 1.675 declarações entregues, relativas ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e ao recebimento de remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie de remuneração paga à conta de recursos públicos, 1.544 declarações negativas foram analisadas pela Seção de Gestão de Informação e Documentos Funcionais; 86 cadastramentos que apresentaram indicação de acúmulo na consulta da RAIS foram submetidos à apreciação da Divisão de Apoio Jurídico da SEGE, com análise conclusiva pela inexistência de acúmulo, ou acúmulo ilícito de cargos, funções e empregos públicos; 42 cadastramentos foram submetidos à análise da Divisão de Folha de Pagamento da SEGE, para verificação do atingimento do teto constitucional; foram



identificadas 140 pendências de entrega da declaração solicitada em 2013, entre servidores com exercício no Órgão e em afastamento (cedidos, removidos, licenciados), em análise pela Divisão de Apoio Jurídico da SEGE.

Com relação aos magistrados, da análise dos dados apresentados no exercício de 2014, não foi constatado nenhum caso de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos. As pendências de entrega da Declaração de Acumulação de Cargo e Teto Constitucional estão sendo tratadas em processos administrativos próprios (Processos SEI 0002994-47.2014.4.03.8000 e 0003135-66.2014.4.03.8000).

JFSP

Nos casos de possíveis acúmulos detectados no exercício de 2014, porém referentes ao cadastramento iniciado em 2013, houve análise conclusiva pela inexistência de acúmulo; de acúmulo ilícito de cargos, funções e empregos públicos, bem assim de incompatibilidade de horários de trabalho, nesses últimos casos.

Em razão de problemas operacionais/técnicos, no exercício de 2014, somente foram analisadas as “Declarações de acumulação de cargo e teto constitucional” solicitadas aos servidores em 2013 (Processo SEI nº 0023509-03.2014.03.8001).

JFMS

No final do exercício de 2014, dos 318 servidores ativos do órgão, 31 ainda não haviam efetuado a declaração relativa ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e ao recebimento de remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie de remuneração paga à conta de recursos públicos. Tratam-se, em sua maioria, de servidores afastados do órgão por cessão, remoção ou licença com vencimentos, situações que impossibilitam o acesso à rede informatizada, além daqueles que já firmaram a declaração em seus órgãos de origem e que ainda não atenderam a convocação do órgão. Esses servidores continuarão a ser convocados a partir de fevereiro de 2015, para que, juntamente com os demais, regularizem a situação.

Das declarações positivas apresentadas, averiguou-se que não caracterizavam acumulação ilícita de cargos, funções e empregos públicos. Não há, portanto, casos de acumulação irregular de cargos, funções e empregos públicos na UG.

Com relação aos Sistemas CNIS/PLENUS do INSS, não houve, até o momento, concessão de acesso aos servidores da área de recursos humanos da UG (Processo SEI 0000786-84.2014.4.03.8002), razão pela qual não foram aferidas as informações prestadas pelos servidores e magistrados, com os dados constantes dos mencionados sistemas.

7.1.4.1.c – Relatório de Auditoria nº 0483816/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD, item 3.4 Itens 11.4.6 e 11.4.7 das Peças Complementares do Processo de Contas da Justiça Federal da 3ª Região do exercício de 2013, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2552>

(Avaliação do Sistema de Controles Internos Administrativos relativos à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, Processo SEI nº 0009370-49.2014.4.03.8000)

O monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades auditadas face às propostas de encaminhamento constantes do Relatório de Auditoria DAUD nº 0483816/2014, que teve por objetivo a avaliação do Sistema de Controles Internos Administrativos relativos à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, será realizado no exercício de 2015, conforme determinado pelos arts. 39 e 40 da RES CNJ nº 171/2013 e aprovado pela RES PRES TRF3R nº 411/2014 (Plano Anual de Auditorias e Fiscalizações para o exercício de 2015, no âmbito da JF3R, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382>).



7.1.4.2 – Terceirização irregular de cargos

(Fonte: SEGE, Seção de Avaliação de Desempenho, Núcleo de Ingresso, Acompanhamento e Avaliação de Pessoas/JFSP e Núcleo de Recursos Humanos/JFMS)

QUADRO A.7.1.4.2 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014.

7.1.5 – Riscos identificados na gestão de pessoas

(Fonte: SEGE, SCAJ, Divisão de Assuntos da Magistratura/TRF3R, Subsecretaria de Gestão de Pessoas/JFSP e Núcleo de Recursos Humanos/JFMS)

TRF3R

Verifica-se, do quadro “Força de Trabalho por Faixa Etária”, supra, que as faixas etárias de 51 a 60 anos e acima de 60 anos de idade, com expectativa de aposentadoria a curto prazo, totalizam 540 servidores, número que representa 29,63% da força de trabalho da UG e sinaliza a perda de capital intelectual da organização. Alia-se a este fato, a ausência de perspectiva de reajuste da Tabela de Remuneração dos Cargos dos Quadros de Pessoal do Conselho e da JF de Primeiro e Segundo Graus. A última parcela de reajuste prevista na Lei nº 12.774/2012 foi implementada em janeiro de 2015, sinalizando possíveis desligamentos de servidores, bem como desinteresse dos candidatos habilitados no concurso público na assunção dos cargos quando nomeados (índice que atingiu 4,5% no TRF3R somente no 1º semestre de 2014).

Ademais, em 31/12/2014, o TRF3R contava com 1819 cargos providos, dos quais 1241 servidores estavam na última Classe/Padrão, ou seja, 68,22% na classe “C”, Padrão 13, não havendo, para estes servidores, perspectiva de ascensão na carreira.

Em 2014, com o início da realização da pesquisa de desligamento, será possível mapear os motivos ensejadores dos desligamentos e levantar dados que subsidiarão ações para mitigar os riscos de eventual perda de pessoal. Os dados da pesquisa de desligamento realizada no exercício de 2014 constam do Indicador 3 – Rotatividade (*turnover*) do item 7.1.6. – Indicadores Gerenciais sobre Recursos, Anexo XXX, deste Relatório de Gestão.

Evidencia-se o mesmo risco de perda da força de trabalho da UG em relação aos magistrados, a cujo quadro, já defasado, aliam-se as remoções, sem permuta, registradas no item 7.1.1.d supra.

JFSP

Evidencia-se, na UG, o risco de perda da sua força de trabalho. Conforme levantamento feito por ocasião dos atendimentos efetuados no Setor de Psicologia Organizacional da SJSP, verifica-se, ao longo dos anos, que o servidor recém-ingresso tem um alto grau de qualificação e traz em si uma perspectiva de alcançar carreiras, cargos e salários mais promissores. Resulta daí que parte dos servidores ingressa, recebe treinamento, muitas vezes já na expectativa de ser chamado para outra instituição com remuneração mais atraente, e logo solicita seu desligamento do órgão. Há, ainda, 213 servidores em abono de permanência, os quais, a curto prazo, resultarão após aposentadoria, em perda de capital intelectual da instituição, sem perspectiva de reposição imediata.

JFMS

Não houve avaliação de riscos, no exercício de 2014, na gestão de pessoas.



7.1.6 – Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

(Fonte: SEGE, UBAS, Subsecretaria de Acompanhamento e Desenvolvimento Profissional/TRF3R, Divisão de Ingresso, Afastamento e Frequência/TRF3R, Comissão Permanente de Sindicância/TRF3R, Subsecretaria de Gestão de Pessoas/JFSP, Núcleo de Ingresso, Acompanhamento e Avaliação de Pessoas/JFSP, Núcleo de Administração Funcional/JFSP, Núcleo de Saúde/JFSP, Núcleo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores/JFSP, Núcleo de Recursos Humanos/JFMS, Seção de Benefícios e Assistência Social/JFMS, Prontuários médicos e relatórios de licenças médicas do sistema e-GP e Processo SEI nº 0012043-49.2013.4.03.8000).

Em 13/9/2013, foi constituído Grupo de Estudos, pela PORT PRES/TRF3R nº 7.227, composto por representantes das áreas de gestão de pessoal e estratégicas do TRF3R, JFSP e JFMS, com o objetivo de definir indicadores gerenciais de Recursos Humanos para a JF3R.

Os resultados dos trabalhos constaram do item 5.1.8 do Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2013 (disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2552>), avaliado no item 14.4.5 do Relatório de Auditoria de Gestão do mesmo exercício.

Foram definidos 8 (oito) Indicadores Gerenciais de RH para os exercícios de 2013 e 2014 (Absentismo; Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais; Rotatividade (*turnover*); Aposentadoria por Invalidez; Presenteísmo; Jornada de Trabalho; Educação Corporativa e Disciplina), utilizando-se, como baliza, o Instrumento para Avaliação da Gestão Pública, que visa refletir o quanto a Administração está sendo eficiente na gestão dos aspectos que envolvem a captação, o desenvolvimento, o desempenho, a retenção e a reposição do capital humano, a fim de garantir o cumprimento de suas metas e o bem-estar físico, psicológico e social das pessoas.

É importante ressaltar que tais aspectos nem sempre são objetivos e passíveis de mensuração direta. Ao contrário, o comportamento humano e as relações de e no trabalho que daí decorrem são permeados por fatores subjetivos, dos quais se observam apenas os efeitos.

Além disso, alguns indicadores na área de pessoal dependem de pesquisas diagnósticas, levantamentos históricos (prontuários médicos e funcionais) e respectivas análises qualitativas. Para que possam expressar a realidade que se pretende conhecer, demandam, outrossim, tempo e recursos na coleta e tratamento das informações.

Nesse cenário, os trabalhos do Grupo de Estudos prosseguiram no exercício de 2014, para definição e consolidação dos indicadores gerenciais de Recursos Humanos ainda não implantados (Aposentadoria por Invalidez; Presenteísmo; Jornada de Trabalho e Educação Corporativa), bem assim para reavaliação, mensuração e conclusões quantitativas e qualitativas dos indicadores sobre a gestão da área de pessoal adotados.

Dos indicadores inicialmente desenvolvidos, excluiu-se o “Presenteísmo”, considerando que um Programa de Acompanhamento e Desenvolvimento Profissional, nos moldes daquele instituído pela RES PRES/TRF3R nº 340/2013, aliado à realização da Pesquisa de Clima Organizacional — definida, inclusive, no PEJF 2015-2020, a ser aplicada bienalmente, com a meta de se atingir, até 2019, o índice de 70% de satisfação dos magistrados e servidores — podem fornecer os elementos para definição das ações a serem implementadas para apuração de produtividade x qualidade de vida dos servidores da JF3R.

Para “Educação Corporativa” foram adotados dois indicadores para 2014 “Taxa de capacitação gerencial” e “Taxa de capacitação gerencial em cursos promovidos pelo órgão”. Considerando que ainda não foi possível o consenso do Grupo de Estudos sobre quais indicadores dariam a real dimensão das competências desenvolvidas plenamente e da aplicação dos recursos nas capacitações estratégicas para a instituição. A uma porque o Programa de Gestão por Competência da 3ª Região - GPC, que será uma ferramenta gerencial imprescindível para análise qualitativa desse tema, está em desenvolvimento, em fase de conclusão. A duas, porque ações que vão nortear a Educação Corporativa na JF foram retomadas agora pelo Centro de Estudos Judiciários do CJF, com cronograma para 2015. Ressalte-se que este fato impossibilitou a inclusão, no PEJF de 2015-2020, de indicador sobre capacitação. A proposta de adoção dos indicadores acima considera, assim,



as capacitações obrigatórias em conformidade com a Lei nº 11.416/2006 e PORT Conjunta STF nº 3/2007, ficando a proposta anterior sobrestada, até conclusão do Sistema GPC e dos trabalhos coordenados pelo CEJ/CJF.

Quanto ao indicador “Jornada de Trabalho” foi mantida a medição inicialmente proposta, que traduz a taxa de sobrejornada, com análise qualitativa baseada em relatórios complementares contendo dados, tais como áreas que se beneficiaram de horas extras, motivos que justificaram os pedidos de horas extras classificados por tipo, eventos extraordinários que ensejaram a realização de serviço extraordinário, até que seja implantado um sistema informatizado para controle de frequência dos servidores, em estudo pelo Grupo de Trabalho constituído pela PORT DIRG nº 10.351/2014.

Os indicadores gerenciais de RH e respectivas mensuração e análises quantitativas e qualitativas relativas ao exercício de 2014 constam do Anexo XXX deste Relatório de Gestão. O histórico dos trabalhos está registrado no Processo SEI nº 0012043-49.2013.4.03.8000.

7.2 – Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 – Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância

O quadro A.7.2.1 consta do Anexo XXXI, deste Relatório de Gestão.

7.2.2 – Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

O quadro A.7.2.2 consta do Anexo XXXII, deste Relatório de Gestão.

7.2.3 – Análise crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Em relação aos contratos de serviços de limpeza, higiene e vigilância, detalhados no quadro A.7.2.1, registram-se, na JFSP, as seguintes ocorrências no exercício de 2014 e providências adotadas:

Contrato 04.502.10.11 (Processo SEI 0005798-82.2014.4.03.8001)

Ocorrência: atraso de mais de sete meses para a realização do serviço de limpeza de esquadrias com balancim no Fórum Federal de Bauru. Providência adotada: aplicação da penalidade de multa contratual no valor de R\$1.862,87, com fundamento na Cláusula 16, item 2, b, do contrato, c/c o art. 87, II, da Lei nº 8.666/1993.

Contrato 04.541.10.12 (Processo nº 6554/2012-DFOR e Processos SEI 0016546-76.2014.4.03.8001, 0009902-20.2014.4.03.8001 e 0002430-65.2014.4.03.8001)

Ocorrência: não observância do intervalo máximo de 03 dias, previsto no item 3.25 do Termo de Referência, nas visitas realizadas aos postos de trabalho de diversos fóruns da JFSP. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 27.091,27, com fundamento na Cláusula Décima Sétima, item 2, alínea ‘b’, do contrato, c/c o art. 87, II, da Lei nº 8.666/1993.

Ocorrência: não fornecimento de holerites aos funcionários que prestam serviços em diversos fóruns da JFSP. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 7.668,70, com fundamento na Cláusula Décima Sétima, item 2, alínea ‘b’, do contrato, c/c o art. 87, II, da Lei nº 8.666/1993.

Ocorrência: atraso de 57 (cinquenta e sete) dias para a troca semestral dos uniformes dos funcionários que prestam serviços no Fórum Federal de Tupã. Providência adotada: aplicação da penalidade de advertência. Houve interposição de recurso administrativo.

Ocorrência: descumprimentos na execução do contrato. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 6.923,74, com fundamento no item 2, alínea ‘b’, da Cláusula Décima



Sétima do contrato, c/c o art. 87, II, da Lei nº 8.666/1993.

Contrato 04.478.10.10 (Processo SEI 0010609-85-2014.4.03.8001)

Ocorrência: descumprimentos contratuais diversos, dentre eles, pagamento de hora-extra com atraso; ausência de diversos itens dos uniformes; falta de pagamento de auxílio-transporte para funcionários, de pagamento de cestas básicas e de pagamento dos benefícios e gratificações a todos os empregados com relação ao mês de novembro de 2012. Providência adotada: imposição de sanção de advertência cumulada com multa contratual no valor de R\$ 9.349,96, recolhida sob o código 18831-0 em 09/04/2014.

Contrato 04.474.10.10 (Processo SEI 0015175-14.2013.4.03.8001)

Ocorrência: descumprimento de obrigações trabalhistas e ausência de comprovação de pendências em diversos fóruns da JFSP. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 13.325,57, com fundamento na Cláusula Décima Sexta, item 2, alínea 'b', do contrato, c/c o art. 87, I, da Lei nº 8.666/93;

Contrato 04.542.10.12 (Processos SEI 0016546-76.2014.4.03.8001 e 0009902-20.2014.4.03.8001)

Ocorrência: não observância do intervalo máximo de 03 dias, previsto no item 3.25 do Termo de Referência, nas visitas realizadas aos postos de trabalho de diversos fóruns da JFSP. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 48.410,08, com fundamento na Cláusula Décima Sétima, item 2, alínea 'b', do contrato, c/c o art. 87, II, da Lei nº 8.666/1993.

Ocorrência: inobservância da periodicidade exigida pelo item 3.25 do Termo de Referência para as visitas dos supervisores/inspetores da empresa aos postos de serviço do Fórum Federal de São Bernardo do Campo e não fornecimento de holerites aos vigilantes que prestam serviços no referido Fórum. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 5.297,73, com fundamento na Cláusula Décima Sétima, item 2, alínea 'b', do contrato, c/c o art. 87, II, da Lei nº 8.666/1993.

Ocorrência: atrasos de 29 e 53 dias, respectivamente, para a substituição dos uniformes dos vigilantes que prestam serviços no JEF de SP e no Prédio das TR. Providência adotada: aplicação da penalidade de advertência, com base na Cláusula Décima Sétima, item 2, alínea 'a', do contrato, c/c o art. 87, I, da Lei nº 8.666/93.

Quanto aos contratos de locação de mão de obra não abrangidos no plano de cargos da UJ (quadro A.7.2.2) registram-se, na JFSP, as seguintes ocorrências no exercício de 2014, e providências adotadas:

Contrato 04.594.10.14 (Processo SEI 0015575-91.2014.4.03.8001)

Ocorrência: fornecimento com atraso ou incompleto do material/equipamentos previsto por unidade, ausência de entrega dos armários para empregados no JEF de SP, Desatendimento dos prazos estabelecidos para a apresentação dos documentos previstos para a fiscalização do contrato e atraso no fornecimento dos uniformes. Providência adotada: processo de apuração de falta contratual em andamento.

Contrato 04.597.10.14 (Processo SEI 0022027-20.2014.4.03.8001)

Ocorrência: atraso na entrega de itens referentes ao uniforme nos Fóruns de Araçatuba, Tupã, Jales e Ourinhos; demora em fornecer crachás com foto para empregados em diversos fóruns da JFSP; atraso ou não pagamento de salários e benefícios; faltas de empregados da contratada nos meses de maio, junho e julho/2014, nos Fóruns de Bauru, Marília e Ribeirão Preto; atraso no fornecimento dos materiais/equipamentos em diversos fóruns da JFSP; atraso no fornecimento de uniformes dos funcionários em diversos fóruns da JFSP; não apresentação/não cumprimento dos prazos para apresentação dos documentos previstos para a fiscalização do Contrato; irregularidade na



contratação de seguro para os empregados em diversos fóruns da JFSP; falta de cobertura de posto. Providência adotada: processo de apuração de falta contratual em andamento.

Contrato 04.598.10.14 (Processo SEI 0021264-19.2014.4.03.8001)

Ocorrência: atraso de 19 dias no fornecimento do blazer da controladora de acesso no Fórum de Jundiaí; demora em fornecer crachás com foto para funcionários alocados nos Fóruns de Sorocaba, Santos, Piracicaba e Avaré; atraso ou não pagamento de salários e benefícios; faltas de empregados nos meses de maio, junho e julho/2014, nos Fóruns de Campinas, Piracicaba e Santos; atraso no fornecimento dos materiais; fornecimento de materiais em desconformidade ao Termo de Referência; atraso no fornecimento de uniformes dos empregados; atraso na contratação de seguro de vida para os 38 postos de telefonistas; não apresentação/não cumprimento dos prazos para apresentação dos documentos previstos para a fiscalização do Contrato. Providência adotada: processo de apuração de falta contratual em andamento.

Contrato 04.529.10.12 (Processo SEI 0007748-29.2014.4.03.8001)

Ocorrência: manutenção, em serviço, de número de empregados inferior ao contratado, por mais de 03 dias consecutivos ou alternados, em diversos fóruns da JFSP, entre novembro/2013 a maio/2014. Providência adotada: processo de apuração de falta contratual em andamento.

Contrato 04.572.10.13 (Processos SEI 0002132-73.2014.4.03.8001 e 0015800-14.2014.4.03.8001)

Ocorrência: descumprimento reiterado de termos contratuais (obrigações trabalhistas, inclusive abandono de postos de trabalho por empregados da empresa). Providência adotada: Aplicação das penalidades de multa contratual no valor total de R\$101.168,00 e de suspensão dos direitos de licitar e contratar com a JFSP pelo prazo de dois anos e rescisão unilateral do contrato, com fundamento nos arts. 77, 78, II e 79, I, todos da Lei nº 8.666/1993. Com a finalidade de garantir recurso para os débitos trabalhistas e sociais da empresa, foi ajuizada ação consignatória (Processo nº 0001756-82.2014.5.02.0063, em trâmite na 63ª Vara do Trabalho).

Contrato 04.583.10.13 (Processo SEI 0008387-47.2014.4.03.8001)

Ocorrência: atraso no envio da documentação de diversos funcionários que prestam serviços no JEF de SP e demora de quase três meses para a apresentação da relação de bens instalados no JEF de SP. Providência adotada: aplicação da penalidade de advertência, com fundamento na Cláusula Décima Oitava 1, “a”, do contrato.

Ocorrência: atraso no registro da Carteira de Trabalho e Previdência Social das colaboradoras Maria Uchoa Alves e Graziela Damasceno Pereira. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 305,00, com fundamento na Cláusula Décima Oitava, item 1, “b.1”, do contrato.

Ocorrência: falta de cobertura de postos de trabalho no JEF de SP no dias 06, 13, 18, 19, 24, 25 e 26/3/2014. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 469,33, com fundamento na Cláusula Décima Oitava, 1, “b”, item 6, do contrato.

Ocorrência: não pagamento do adiantamento salarial a 08 colaboradores do JEF de SP em janeiro/2014. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 7.509,21, com fundamento na Cláusula Décima Oitava, 1, “b”, item 5, do contrato.

Ocorrência: encaminhamento de funcionária sem experiência para a prestação de serviços de digitalização no JEF de SP. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 305,32, com fundamento na Cláusula Décima Oitava, 1, “b.1”, do contrato.

Ocorrência: demora no reparo de 2 equipamentos utilizados na prestação dos serviços de contratados. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 305,32, com fulcro na Cláusula Décima Oitava, 1, “b.1”, do contrato.

Ocorrência: ausência de substituição de funcionário faltante no posto nos meses de janeiro, fevereiro e abril/2014, consoante previsto na Cláusula Décima Oitava, 1, “b”, item 6 do contrato. Providência adotada: aplicação de multas contratuais no valor de R\$ 1.114,64, R\$ 175,99 e R\$



58,66, respectivamente.

Ocorrência: retirada da líder do serviço, sem a anuência do fiscal do contrato, nos dias 10, 16, 17, 20, 22, 27 e 31/01/2014. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 410,66, com fulcro na Cláusula Décima Oitava, 1, ‘b’, item 7 do contrato.

Ocorrência: não nomeação dos arquivos gerados pelas digitalizações feitas no JEF de SP. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 305,32, com base na Cláusula Décima Oitava, 1, ‘b.1’, do contrato.

Ocorrência: entrega com atraso de uniforme e crachá de funcionário. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 363,98, com fulcro na Cláusula Décima Oitava, item 1, alínea ‘b’, subitem 17 e alínea ‘b.1 do contrato.

Contrato 04.584.10.13 (Processo SEI 0001595-77.2014.4.03.8001)

Ocorrência: a empresa não forneceu equipamentos com as especificações mínimas exigidas no contrato, além de prestar os serviços com má qualidade e com demora. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 28.308,61, referente a 19 ocorrências em diversos fóruns da JFSP (1% sobre o valor mensal do contrato, por ocorrência), com fundamento na Cláusula 18ª, 1, ‘b.1’ do contrato.

Ocorrência: atraso para o início da prestação do serviço em diversos fóruns da JFSP. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$11.174,45, com fundamento na Cláusula 18ª, 1, b, item 2 do contrato.

Ocorrência: atraso para a entrega do uniforme ao funcionário dos Fóruns de Avaré e de São Vicente. Providência adotada: aplicação de multa contratual no valor de R\$ 643,09 com fundamento na Cláusula 18ª, 1, b, item 17 do contrato.

Contrato 04.579.10.13 (Processos SEI 0012334-46.2013.4.03.8001 e 0006270-83.2014.4.03.8001)

Ocorrência: descumprimento dos itens 1 e 5 da Cláusula Oitava do Contrato e dos itens 17.3 e 19.1 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 107/2013, com fundamento na Cláusula 18ª, 1, alínea ‘b’, item 10 e alínea b.1 do Contrato, c/c o inciso II do art. 87, da Lei nº 8.666/1993, relativos ao faturamento. Providência adotada: processo de apuração de falta contratual em andamento.

Os demais contratos relacionados nos quadros A.7.2.1 e A.7.2.2, deste Relatório de Gestão, estão sendo cumpridos de forma regular.

7.2.4 – Contratação de estagiários

(Fonte: Seção de Ingresso, Afastamento e Frequência/TRF3R, Seção de Avaliação de Desempenho e Seção de Ingresso/JFSP e Seção de Pessoal/JFMS)

QUADRO A.7.2.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

TRF3R

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	309	315	330	352	2.818.834,73
1.1 Área Fim	268	271	282	301	2.429.102,80
1.2 Área Meio	41	44	48	51	389.731,93
2. Nível Médio	73	87	94	97	603.336,21
2.1 Área Fim	39	49	55	54	336.728,27
2.2 Área Meio	34	38	39	43	266.607,94
3. Total (1+2)	382	402	424	449	3.422.170,94

(Fonte: SEGE)



JFSP

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	3104	3148	2113	932	6.025.848,72
1.1 Área Fim	2836	2896	1943	840	5.041.108,20
1.2 Área Meio	268	252	170	92	984.740,52
2. Nível Médio	191	213	150	52	688.779,00
2.1 Área Fim	58	83	71	11	252.213,00
2.2 Área Meio	133	130	79	41	436.566,00
3. Total (1+2)	3295	3361	2263	984	6.714.627,72

(Fonte: Agente de Integração Super Estágios Ltda ME)

JFMS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	87	85	85	85	905.380,55
1.1 Área Fim	73	73	73	73	835.681,88
1.2 Área Meio	14	12	12	12	69.698,67
2. Nível Médio	5	4	6	6	40.767,95
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	5	4	6	6	40.767,95
3. Total (1+2)	92	89	91	91	946.148,50

(Fonte: NURE)

Análise Crítica:

A Política de Contratação de Estagiários na JF3R é regulamentada pela RES CJF nº 208/2012 e RES PRES/TRF3R nº 334/2013.

Atuam, como agentes integradores do Programa de Estágio, no TRF3R, a empresa Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP; na JFSP, a empresa Super Estágios Ltda ME (Contrato nº 04.602.10.14), e, na JFMS, a empresa Diluas RH Processamento de Dados LTDA-ME (Contrato nº 04.013.10.2011).

Consoante demonstrado no quadro acima, há maior concentração de estagiários de nível superior na área fim.

Até 31/08/2014, os estagiários da UJ eram contratados mediante seleção simplificada, com currículo e entrevistas, e, a partir dessa data, passaram a ser contratados por meio de processo seletivo por provas de múltipla escolha.

O valor das bolsas de estágio praticado no exercício é inferior ao oferecido por outros órgãos públicos (a exemplo, Tribunal Regional do Trabalho/SP: R\$ 700,00 para nível superior; TRF4R: R\$ 463,00 para nível médio e R\$ 833,00 para nível superior; JF/ES: R\$ 479,16 para nível médio e R\$ 798,60 para nível superior; JF/BA: R\$ 460,00 para nível médio e R\$ 630,00 para nível superior), fato que dificulta o preenchimento e favorece a rotatividade dos estudantes, impossibilitando a ocupação do total de vagas.

A situação deverá ser revertida no exercício 2015, dada a autorização para remanejamento orçamentário que permitiu conceder aumento dos valores de bolsa-auxílio dos estagiários, de R\$ 530,00 para R\$ 705,00, para estudantes de ensino superior, e de R\$ 377,00 para R\$ 502,00, para estudantes de ensino médio (Processos SEI 0023305-59.2014.4.03.8000, 0037115-98.2014.4.03.8001 e 0023091-68.2014.4.03.8000).

7.3 – Revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto nº 7.828/2012

No item 9.2 do Acórdão TCU 2.859/2013 – Plenário, determinou-se, aos Órgãos que



lhes são vinculados, a adoção das medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, instituída pela Lei nº 12.546/2011 e pelo Decreto nº 7.828/2012, bem como a obtenção, na via administrativa, do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos encerrados, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração.

Ato contínuo, o CNJ expediu o Ofício-Circular SG-SCI 264/2014, contendo orientações quanto aos procedimentos a serem adotados para revisão dos contratos em apreço, os quais, no âmbito da UJ, envolvem serviços de TI e de construção civil.

Registram-se, as seguir, as providências adotadas na JF3R, em cumprimento às determinações do TCU e do CNJ.

7.3.1 – Identificação dos contratos que envolvem serviços de TI e de construção civil, vigentes nas datas de início da desoneração da folha de pagamento, a saber

- 01/12/2011: para empresas que prestam exclusivamente serviços de TI (art. 7º, I, da Lei nº 12.546/2011 c/c art. 2º, caput, do Decreto nº 7.828/2012);
- 01/4/2012: para empresas não prestam apenas serviços de TI (art. 7º, I, da Lei nº 12.546/2011 c/c art. 2º, § 2º, do Decreto nº 7.828/2012);
- 01/8/2012: data em que a alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta reduziu de 2,5% para 2% (art. 2º, § 5º, II, do Decreto nº 7.828/2012);
- 01/4/2013: para empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0 (art. 7º, IV, da Lei nº 12.546/2011);
- 01/11/2013: data em que a desoneração tornou-se permanente para as empresas mencionadas na alínea “d” (art. 49, II, “a”, da Lei nº 12.844/2013);
- 01/11/2014: para empresas de construção de obras de infraestrutura, enquadradas nos grupos 421, 422, 429 e 431 da CNAE 2.0 (art. 7º, VII, da Lei nº 12.546/2011, c/c art. 49, IV, “a”, da Lei nº 12.844/2013).

A relação de contratos passíveis de revisão consta do Anexo XXXIII, deste Relatório de Gestão.

7.3.2 – Análise de fatores que obstaram a incidência da desoneração

Foram detectados, nas contratações que envolvem serviços de TI e de construção civil da UJ, os seguintes fatores excludentes da incidência da desoneração:

- Enquadramento da empresa contratada no Anexo III da Lei Complementar nº 123/2006 (Solução de Consulta Disit-06 RFB 35/2013);
- Exercício exclusivo de atividades oneradas, isto é, não beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento;
- Apresentação de propostas comerciais após o início da vigência da desoneração;
- Encerramento do contrato em data anterior do início da vigência da desoneração;
- Registro de matrícula CEI em data anterior ao início da vigência da desoneração, nos termos do art. 13, I, da IN RFB 1.436/2013.

7.3.3 – Formalização da revisão determinada pelo Acórdão TCU 2.859/2013-Plenário e Ofício-Circular SG-SCI-CNJ 264//2014

Em cumprimento ao art. 2º, parágrafo único, XII, c/c o art. 5º da Lei nº 9.784/1999, foram autuados processos administrativos específicos para formalizar a revisão determinada pelo



Acórdão TCU 2.859/2013-Plenário e Ofício-Circular SG-SCI-CNJ 264/2014, adotando-se procedimento uniforme na UJ para revisão dos contratos de prestação de serviços firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, nos termos do art. 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/1993.

7.3.4 – Atualização monetária, juros moratórios e parcelamento dos débitos

No Acórdão 2.859/2013-Plenário, o TCU posicionou-se no sentido de que, nos contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração, o ressarcimento dos valores pagos a maior pela Administração Pública visa à elisão do dano ao Erário.

Em decorrência, a UJ adotou os critérios estabelecidos pelo TCU para elisão de dano ao Erário, como segue:

- Incidência de juros e atualização monetária sobre o valor do débito, nos termos do art. 9º da IN TCU 71/2012;
- Aplicação, quanto aos juros e correção monetária, dos índices e percentuais fixados na Decisão 1.122/2000 (item 8.2), no Acórdão 1.603/2011 (itens 9.1.1 e 9.2) e no Acórdão 1.247/2012 (item 9.2), todos do Plenário do TCU, ou seja, débitos anteriores a 31/07/2011 devem ser atualizados monetariamente até essa data pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido dos juros simples de mora de 1% ao mês, e, a partir de 01/08/2011, todos os débitos devem ser atualizados exclusivamente com base na taxa Selic (não há incidência cumulativa de juros de mora);
- Utilização do “Sistema Atualização de Débito” do TCU para atualização monetária dos débitos em conformidade com as duas sistemáticas (IPCA + juros e SELIC);
- Parcelamento de débito administrativo em até trinta e seis parcelas, sobre as quais devem incidir correção monetária, bem assim os correspondentes acréscimos legais, sendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importa no vencimento antecipado do saldo devedor, consoante art. 217 do Regimento Interno do TCU.

7.3.5 – Situação atual

A situação atual dos contratos da UJ alcançados pela desoneração da folha de pagamento consta do Anexo XXXIII, deste Relatório de Gestão.

7.4 - Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de Previdência Complementar

Nota: Consoante expresso no art. 5º da DN TCU nº 143/2015 e como forma de organizar a apresentação do conteúdo do Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2014, de acordo com a estrutura definida pelo Sistema de Prestação de Contas (e-Contas), o item 63 - Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de Previdência Complementar, da Parte B do Anexo II da DN TCU nº 134/2013, foi remanejado para o item 7.4, deste Relatório de Gestão.

7.4.1 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

Nome: FUNPRESP-JUD – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário

Razão social: FUNPRESP-JUD – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário

CNPJ: 18.465.825/0001-47



7.4.2 – Demonstrativo anual

Tabela 17 – Demonstrativo anual do FUNPRESP-JUD

TRF3R - CNPJ: 59.949.362/0001-76

2014			
Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes	Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes	Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora	Total de Outros Recursos Repassados (*)
R\$ 600.255,85	R\$ 14.258,62	R\$ 14.258,62	-

Nota:

(*) Não se aplica à realidade da UJ, posto que, no exercício de 2014, foram repassados pela patrocinadora, apenas as contribuições descontadas dos servidores, incidentes sobre o subsídio e a remuneração, e as que são de sua responsabilidade (patrocínio).

7.4.3 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Não se aplica à realidade da UJ, posto que a responsabilidade pelas aplicações é da Funpresp-JUD.

7.4.4 – Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Não se aplica à realidade da UJ, posto que o órgão fiscalizador do Funpresp-JUD é a PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, vinculada ao Ministério da Previdência Social, antiga Secretaria de Previdência Complementar.

7.4.5 – Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional

Não se aplica à realidade da UJ.

A Lei Complementar nº 109/2001 legitima o Conselho Monetário Nacional a dar as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das entidades fechadas de previdência complementar (art. 9º, § 1º). Este, por meio da RES CMN nº 3792/2009, regulamenta as diretrizes de investimentos e estabelece que as entidades devem enviar relatórios à PREVIC, conforme Instrução PREVIC 02/2010, no que se refere à avaliação de risco. A política de investimento da entidade é o documento que consolida as diretrizes de investimento estabelecidas (inclui metodologias e metas, entre outros elementos mínimos).

7.4.6 – Conclusões contidas no relatório da auditoria independente

Não se aplica à realidade da UJ.

7.4.7 – Demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários, e conclusão do último estudo atuarial

Não se aplica à realidade da UJ.

A Demonstração do resultado atuarial está sob responsabilidade da Funpresp-JUD, que a transmite anualmente à PREVIC. A Demonstração do resultado atuarial do exercício de 2013, enviada em 2014, está disponível na URL: (<http://www.funprespjud.com.br/arquivos/Relatorio%20Completo%20-%20DA.pdf>). Ressalte-se



constar do referido documento: “D.A. completa, por se tratar da primeira Avaliação Atuarial anual. Os resultados apresentados neste documento são decorrentes da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2013. Além da Instrução MPS/PREVIC Nº 9/2010, observou-se a Análise Técnica nº 187/2011/CGMA/DIACE/PREVIC, além de orientações divulgadas pela Previc através de seu sítio eletrônico, palestras e mensagens eletrônicas orientativas, pertinentes às inconsistências operacionais e técnicas apresentadas pelo Sistema.”

7.4.8 – Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001

Não houve ação de fiscalização dos planos de benefícios e das entidades fechadas de previdência complementar empreendidas internamente no exercício de 2014.



8 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 – Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

(Fonte: SSEG, Núcleo de Segurança e Transportes/JFSP e Seção de Segurança e Transportes/JFMS)

8.1.1 – Frota de veículos automotores de propriedade da UJ

8.1.1.a – Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A constituição, gestão e a forma de utilização de veículos da frota oficial da UJ estão regulamentadas pela RES CJF nº 72/2009, alterada pelas RES CJF nº 99/2010, 157/2011, 197/2012 e 258/2013, que estabelece as diretrizes para aquisição, utilização e controle de veículos, no âmbito do CJF e da JF; IN CJF nº 04-01/2010, que dispõe sobre norma complementar para atender as diretrizes preconizadas no art. 14 da RES CJF nº 72/2009, e RES CNJ nº 83/2009, que dispõe sobre aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário Brasileiro.

8.1.1.b – Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A frota de veículos oficiais da JF3R é imprescindível para atendimento às necessidades de deslocamentos, em segurança, de magistrados e servidores, bem como de transporte de materiais gerais de consumo, documentos e equipamentos, em objeto de serviço.

8.1.1.c – Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

A discriminação da quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, por grupos, segundo a classificação dada pela RES CJF nº 72/2009, alterada pelas RES CJF nº 99/2010, 157/2011, 197/2012 e 258/2013, bem como sua totalização por grupo e geral, consta do Quadro 8.1.1.c (Anexo XXXIV), deste Relatório de Gestão.

8.1.1.d – Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação por grupo (RES CJF nº 99/2010, 157/2011, 197/2012 e 258/2013)

8.1.1.e – Idade média da frota, por grupo de veículos

8.1.1.f – Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

Tabela 18 - Média anual de quilômetros rodados e idade média da frota por grupo de veículos e custos associados à manutenção da frota

TRF3R (UG 090029)

Grupo de Veículos	Quantidade de Veículos	Média anual de quilômetros rodados	Idade Média da Frota	Total de Custos com Manutenção (em R\$)
Grupo A	01	18.487	5 anos	8.333,65
Grupo B	58	4.052,76	5 anos	186.389,07
Grupo C	08	2.806,75	4 anos	15.623,61
Grupo D	02	12.014	3 anos	15.563,87
Grupo E	13	2.456,92	4 anos	30.500,54
Grupo G	03	3.575	7 anos	12.801,19
Total Geral	85	7.232	4,66 anos	269.211,93



JFSP (UG 090017)

Grupo de Veículos	Quantidade de Veículos	Média anual de quilômetros rodados	Idade Média da Frota	Total de Custos com Manutenção (em R\$)
Grupo B	01	15.502	2 anos	4.503,49
Grupo C	59	3.475	8 anos	118.117,65
Grupo D	18	945,39	13,7 anos	24.067,76
Grupo E	35	3.747,97	3,74 anos	68.631,47
Grupo F	06	10.222,5	12,33 anos	57.696,84
Grupo G	02	6.917,5	3,5 anos	7.061,75
Total Geral	121	6.801,73	7,21 anos	280.078,96

JFMS (UG 090015)

Grupo de Veículos	Quantidade de Veículos	Média anual de quilômetros rodados	Idade Média da Frota	Total de Custos com Manutenção (em R\$)
Grupo B	04	1.556,33	8 anos	4.543,32
Grupo C	08	2.651	8 anos	8.388,44
Grupo D	05	784	8 anos	6.633,13
Grupo E	03	1.403,33	8 anos	4.028,39
Grupo F	01	2.477	10 anos	1.423,88
Grupo H	01	12.475	2 anos	3.701,81
Total Geral	22	21.346,66	7,33 anos	28.718,97

8.1.1.g – Plano de substituição da frota

A renovação/expansão da frota de veículos oficiais da UJ está regulamentada na RES CJF nº 72/2009, alterada pelas RES CJF nº 99/2010, 157/2011, 197/2012 e 258/2013, e fica condicionada à existência de plano anual de aquisição, aprovado pelo CJF no âmbito de sua Secretaria e pelo respectivo TRF nos limites de sua jurisdição, devendo ser incorporado à proposta orçamentária anual.

No exercício de 2014, o plano anual de aquisição de veículos da frota oficial da UJ foi aprovado pelo CJF, na sessão realizada 23/09/2013 (Processo CJF-EOF-2013/00177).

8.1.1.h – Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Apresentam-se, no Anexo XXXV deste Relatório de Gestão, quadros comparativos, por UG, dos custos de locação x aquisição de veículos.

8.1.1.i – Estrutura de controles de que o TRF3R dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Há, no âmbito da UJ, estrutura própria, na área de transportes, e sistemas informatizados padronizados com base na IN CJF 04-01/2010, para gestão, controle e avaliação mensal, por veículo, de deslocamentos (usuários, utilização, registro de entrada e saída das garagens e estacionamentos, horário e quilometragem percorrida); identificação visual; manutenção; cota mensal, consumo e abastecimento de combustíveis; utilização de lubrificantes e pedágios.

Os veículos oficiais da JF3R são utilizados exclusivamente em serviço, nos dias úteis e durante a jornada de trabalho ou, fora desses dias, no desempenho de atividades externas, por comprovado interesse do serviço e com a devida autorização. É vedado seu uso para serviços particulares e para deslocamento para fora dos limites territoriais do município onde se localiza a sede, respectivamente, do TRF3R, das SJSP e SJMS e das subseções judiciárias, salvo na hipótese de viagem a serviço devidamente autorizada.



Na condução dos veículos oficiais, o motorista deverá economizar o máximo possível de combustível, dentro dos procedimentos normais de segurança; escolher o itinerário que resulte em menor tempo e percurso; utilizar, obrigatoriamente, o cinto de segurança e manter todos os outros cintos do veículo em posição e condições de uso.

Todos os veículos devem ser recolhidos diariamente, após o término do expediente, em garagens da JF3R, onde serão, obrigatoriamente, mantidos, até o expediente seguinte.

Exceto quanto aos veículos pertencentes ao Grupo “A”, a utilização de veículos oficiais pelas unidades administrativas da JF ocorre mediante requisição, em formulário padronizado, contemplando, entre outros itens, o itinerário e tempo de utilização do veículo.

Compete à área de transporte a logística e otimização do uso da frota de veículos oficiais, por meio da elaboração de programação de atendimento em conformidade com as requisições recebidas e com o número de veículos e de motoristas disponíveis, sendo obrigatório o uso da mesma viatura para atender diversos solicitantes, sempre que houver compatibilidade de itinerário.

Devem, ainda, ser mantidas pastas individualizadas para cada veículo, com todos os documentos pertinentes, como: manual do fabricante, DUT, original do CRPV, documentos das revisões e manutenções do veículo, histórico de peças substituídas, histórico de avarias em acidentes e relatório de consumo.

8.1.2 – Frota de veículos automotores a serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Não se aplica à realidade da UJ.

8.2 – Gestão do patrimônio imobiliário

(Fonte: SADI, Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura, Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços e Núcleo de Infraestrutura/JFSP, Núcleo de Apoio Administrativo/JFMS e SPIUnet)

8.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

QUADRO A.8.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

Nota: Não há imóveis de propriedade da União localizados fora do Brasil sob a responsabilidade da UJ.

TRF3R

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF SP	15	15
	São Paulo	15	15
Total Brasil		15	15

JFSP

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF SP	27	26
	Assis	01	01
	Araçatuba	01	01
	Barretos	01	01



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
	Bauru	01	01
	Campinas	01	01
	Limeira	01	00
	Lins	01	01
	Presidente Prudente	02	02
	Marília	01	01
	Ribeirão Preto	01	01
	Santos	01	02
	São Bernardo	01	01
	São João da Boa Vista	01	01
	São José do Rio Preto	03	02
	São Carlos	01	01
	São Paulo	07	07
	Sorocaba	01	01
	São José dos Campos	01	01
Total Brasil		27	26

JFMS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF MS	13	8
	Campo Grande	3	3
	Três Lagoas	1	1
	Ponta Porã	1	1
	Dourados	2	2
	Naviraí	1	1
	Corumbá	5	0
Total Brasil		13	8

8.2.2 – Imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

8.2.2.1 – Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

O quadro A.8.2.2.1 consta do Anexo XXXVI, deste Relatório de Gestão.

8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União

QUADRO A.8.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Nota: Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014 para o TRF3R e JFMS.

JFSP

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6643.00013.500-8
	Endereço	Avenida Brasil, nº 34 (atual) 261, Centro Lins/SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	44.531.788/0001-38
	Nome ou Razão Social	Prefeitura Municipal de Lins
	Atividade ou Ramo de Atuação	-



Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Convênio nº 01.003.10.2014 celebrado entre a União, união, por intermédio do TRF3R, e a Prefeitura Municipal de Lins
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	O benefício da guarda pelo município para todos os efeitos legais e especialmente para que o dito imóvel seja preservado de invasões, depredações e para que seja procedida limpeza periódica no terreno e prédio de acordo com as normas de saúde pública, bem como reformas necessárias para a manutenção da edificação. (Clausula Quinta do Convênio nº 01.003.10.2014).
	Prazo da Cessão	24 (vinte e quatro) meses
	Caracterização do espaço cedido	Um prédio e seu respectivo terreno, contendo como benfeitorias, quatro pequenas casas de madeira, para residência,
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cobertura das despesas da JFSP com a locação do imóvel localizado na Rua José Fava nº 460, bairro Junqueira, Lins/SP
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	-
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Compromisso do município em continuar cobrindo as despesas com a locação do imóvel localizado na Rua José Fava nº 460, bairro Junqueira, Lins/SP, ou outro imóvel que venha a ser indicado, durante a vigência do Convênio nº 01.003.10.2014
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Despesas relacionadas ao uso e conservação do imóvel, por sua exclusiva do Município (Cláusula Nona do Convênio nº 01.003.10.2014)

8.2.3 – Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ

QUADRO A.8.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014.

8.2.4 – Análise crítica

A JF3R contabiliza, no SIAFI, as despesas com locação e manutenção de imóveis; no SPIUnet, o controle dos imóveis de uso especial sob sua responsabilidade, e no Sistema de Cadastro de Imóveis da JF - CADI-JUS, que relaciona os imóveis da JF e as ações orçamentárias (projetos) destinadas à construção, à reforma, à modernização, à ampliação ou à aquisição de imóveis (RES CJF nº 179/2011).

O SPIUnet permite o cadastro dos imóveis, próprios ou alugados, identificados por UG, pelo número do RIP - Registro Imobiliário Patrimonial, destacando o valor do imóvel e possibilitando a segregação do valor do terreno, das benfeitorias e do aluguel, quando o caso. No entanto, não admite a distinção dos registros relativos a despesas com manutenção.

Os registros contábeis das despesas com locação de imóveis e das despesas com manutenção dos imóveis próprios e locados são efetuados no SIAFI, em contas contábeis que segregam a despesa até o nível de subitem.

Não obstante, a identificação do imóvel é factível apenas no campo “observação” do documento emitido pelo SIAFI. Consubstancia, portanto, uma informação não parametrizada, a qual, se por um lado, viabiliza a análise pelas unidades de auditoria interna e órgãos de controle externo, por outro, impede a utilização do sistema para emissão de relatórios analíticos ou gerenciais.

Logo, os sistemas utilizados na JF3R não possuem segregação contábil suficiente para identificação das despesas com manutenção e locação de imóveis, de forma analítica e



individualizada, durante o exercício financeiro.

Os controles para identificação das referidas despesas estão afetos às áreas gestoras, que utilizam recursos de rede e aplicativos internos.

Há, atualmente, na JF3R, necessidade de locação de imóveis. Os edifícios-sede do TRF3R e das Seções Judiciárias não comportam a expansão das instalações físicas. Registre-se, por oportuno, que não há locação de imóveis para uso de servidores e locação de imóveis de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

No exercício de 2014, foi realizado levantamento, pela unidade de CI do TRF3R, tendo por objeto a avaliação, na JF3R, do atendimento à Macrofunção SIAFI/STN 021107 – Imóveis de Propriedade da União, conclusivo pela regularidade dos registros dos imóveis sob responsabilidade da UJ, no SPIUnet, e correspondente ratificação, no SIAFI, em consonância com o Acórdão TCU nº 639/2007-Plenário. A descrição do trabalho e resultados alcançados consta do item 11.2.2, deste Relatório de Gestão.

No mais, no TRF3R, a administração predial compete à Secretaria da Administração, Subsecretaria de Serviços Gerais e à Divisão de Arquitetura e Engenharia, e a contratação de seguros e prevenção de sinistros, à Secretaria de Segurança Institucional. Até o início de 2014, o acompanhamento dos processos de locação e aquisição de imóveis para a JF3R esteve sob responsabilidade da Seção de Cooperação Judiciária e Patrimônio Imobiliário (RCOI) do TRF3R, passando, após, para a Secretaria da Administração e Subsecretaria de Serviços Gerais.

Na JFSP, a administração predial compete aos Núcleos de Administração Predial e Gestão de Serviços (inclusive a aquisição de imóveis) e de Infraestrutura (reforma de imóveis), ambos subordinados à Subsecretaria de Manutenção e Infraestrutura.

Na JFMS, a administração predial compete às Seções de Serviços Gerais (conservação e manutenção dos imóveis) e de Arquitetura e Engenharia (obras, reformas e serviços de natureza mais complexa), ambas vinculadas ao Núcleo de Apoio Administrativo.

8.3 – Bens imóveis locados de terceiros

QUADRO A.8.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

Nota: Não há imóveis de propriedade da União localizados fora do Brasil sob a responsabilidade da UJ.

TRF3R

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	UF SP	19	19
	São Paulo	19	19
Total Brasil		19	19

JFSP

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	UF SP	42	39
	Araraquara – JF	01	01
	Avaré – JF	01	01
	Bauru – JF	01	01
	Barueri - JF (aluguel 67,86% da Justiça Federal e 32,14% da Prefeitura Municipal)	01	00
	Andradina – JF	01	01



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
	Campinas (fórum) – JF	01	01
	Caraguatatuba – JF	01	01
	Franca – JF	01	01
	Guaratinguetá – JF	01	01
	Guarulhos – JF	01	01
	Jaú (imóvel de propriedade da CEF)	01	01
	Jundiaí – JF	01	01
	Maíá (estacionamento) – JF	01	01
	Mogi das Cruzes - JF	01	01
	Osasco (aluguel 50% da Justiça Federal e 50% CEF)	01	01
	Piracicaba (fórum e estacionamento) – JF	01	01
	São Carlos – JF	01	01
	São Paulo (Al. Rio Claro) – JF	01	01
	Sorocaba – JF	01	01
	Americana (CEF)	01	01
	Assis (Prefeitura Municipal)	00	01
	Barretos (Prefeitura Municipal)	01	01
	Bragança Paulista (Prefeitura Municipal)	01	01
	Botucatu (imóvel de propriedade da Prefeitura)	02	02
	Campinas - JEF (aluguel 45% da Justiça Federal e 55% da CEF)	01	01
	Catanduva (CEF)	01	01
	Itapeva (Prefeitura Municipal)	01	01
	Jales (Prefeitura Municipal)	01	01
	Lins (Prefeitura Municipal)	01	01
	Limeira (Prefeitura Municipal)	01	01
	Mauá (Prefeitura Municipal)	01	01
	Mauá (Aluguel R\$ 26.633,22 da Prefeitura Municipal e R\$ 41.866,78 da Justiça Federal)	01	00
	Ourinhos (Prefeitura Municipal)	01	01
	Marília (Imóvel de propriedade da Prefeitura)	01	01
	Registro (imóvel de propriedade do BB)	01	01
	Santo André (Prefeitura municipal)	00	01
	Santo André (aluguel R\$ 53mil da Justiça Federal e R\$ 45mil da Prefeitura Municipal)	01	00
	São João da Boa Vista (Prefeitura Municipal)	01	01
	São João da Boa Vista - JF	01	00
	São João da Boa Vista (estacionamento) –JF	01	00
	São Vicente (Prefeitura Municipal)	01	01
	Taubaté - JF	01	01
	Tupã (imóvel de propriedade do BB)	01	01
Total Brasil		42	39

JFMS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	UF MS	5	5
	Campo Grande-Arquivo	1	1
	Campo Grande-Almoxarifado	1	1
	Corumbá	1	1
	Coxim	1	1
	Dourados-JEF	1	1
Total Brasil		5	5



8.3.1 – Análise crítica

A análise crítica do quadro A.8.3 consta do item 8.2.4, deste Relatório de Gestão.



9 – GESTÃO DA TI

(Fonte: SETI, Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação/TRF3R, Seção de Informática/JFMS)

9.1 – Informações sobre a gestão de TI

Em relação à governança corporativa e de TI, destacam-se, nos três últimos exercícios, as seguintes ações:

a) Instituição, pela RES PRES RF3R nº 293/2012, do Gestor de Sistema de Informação e definição, pela PORT PRES TRF3R nº 7.456, 7.713 e 7.460 (2014), dos gestores ou comitês gestores de sistemas de informação da UJ. A médio e longo prazo, há expectativa de uso mais eficiente dos recursos corporativos de TI, à medida que os sistemas sejam otimizados e unificados.

b) Instituição, pela RES PRES TRF3R nº 292/2012, do Comitê Multidisciplinar de TI da JF3R – COMITI, composto pelos representantes designados pela PORT PRES TRF3R nº 7.502/2014, cuja atuação tem sido importante no auxílio às decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de TI;

c) Alteração no formato de aprovação do PDTI para o triênio 2015/2017, aprovado pela PORT PRES TRF3R nº 7.773/2014, em consonância com a RES CNJ nº 313/2014, determinando o envolvimento das áreas gestoras de sistemas na indicação de necessidades de melhorias ou novos sistemas, com a devida priorização. Como consequência direta, espera-se a unificação de processos de trabalho e a otimização dos recursos humanos tanto das áreas operacionais como de TI.

Ainda que a unificação de sistemas possa colaborar para o uso racional dos recursos humanos de TI, o quadro atual de TI do TRF3R continua insuficiente para alcançar novos patamares de crescimento. Foi aprovada, pelo CJF, em sessão ordinária realizada no dia 19/12/2012, proposta de aumento do quadro de TI do TRF3R em 98 analistas. Aguarda-se encaminhamento ao Congresso Nacional pelas autoridades competentes.

No exercício de 2014 a definição de gestores e a política de unificação de sistemas trouxeram resultados positivos na UJ, dentre eles:

- unificação do sistema de pró-social no âmbito da JF3R, com a consequente desativação de sistemas legados do pró-social;
- continuidade da unificação do sistema de folha de pagamento com previsão de conclusão para 2015;
- implantação do sistema de chamados administrativos (SICAD) no TRF3R com perspectiva de disponibilização à JF de 1º Grau, e consequente desativação do sistema anteriormente em uso no TRF3R, outrora obsoleto;
- adaptação do sistema SISJEF para abarcar as funcionalidades específicas de Conciliação, com grande otimização dos recursos humanos envolvidos, evitando retrabalho e assegurando maior agilidade e confiabilidade nas informações;
- desenvolvimento e implantação do sistema EstCore, eliminando a necessidade de sistemas access, bem como a digitação mensal de dados duplicados pelas Varas;
- centralização da base de dados de MS no Datacenter do TRF3R, aumentando a segurança e otimizando recursos de TI;
- implantação de sistema de gerenciamento de identidade (IDM) otimizando as atividades de inclusão e exclusão de usuários, através da integração com sistemas de RH, aumentando a segurança da rede da JF3R e liberando mão-de-obra técnica para outras atividades;
- conclusão da primeira etapa de unificação do sistema de Magistrados, com a unificação da rotina de Férias de Magistrados e integração com a Folha de Pagamento da JFSP,



eliminando informações divergentes e retrabalho das áreas gestoras;

- implantação da versão unificada da Central de Requisições do RH, com a disponibilização dos formulários de Licença Médica e Designação e Dispensa de FC/CJ para a JF3R.

No que concerne às ocorrências constantes do Relatório de Monitoramento dos Controles Gerais e da governança de TI (Processo SEI 0008310-41.2014.4.03.8000, Relatório de Auditoria DAUD 0460035), registrado no item 8 do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2013, foram adotadas as seguintes providências:

a) Aprovação de Plano Anual de Capacitação para a área de TI (Processo SEI 0018643-52.2014.4.03.8000);

b) Contratação de serviço de consultoria para definição, instalação, configuração, subscrição, suporte e treinamento do software de atendimento para Help Desk para implantação de ferramenta de gestão de incidente, problema e requisição (Processo SEI 0015470-20.2014.4.03.8000). A implantação de nova ferramenta em substituição à atual ferramenta de callcenter contribuirá para a definição formal e divulgação de papéis e responsabilidades da área de TI, uma vez que se faz necessário o mapeamento dos serviços prestados pela TI, bem como a definição do responsável pelos serviços;

c) Priorização no PDTI 2015-2017, aprovado pela PORT PRES TRF3R nº 7.773/2014, das seguintes iniciativas: Implantar ferramenta para gestão de ativos de TI; Definição do catálogo de serviços; Definição do processo de gestão de requisição e incidentes e Implementação da base de conhecimento;

d) Quanto ao processo de gestão de ativos, no processo de gestão de serviços, há duas frentes de trabalho em andamento: a primeira diz respeito às adequações no sistema SIMAP para comportar gestão de ativos de software, cujo cronograma foi aprovado pela alta administração (Processo SEI 0017669-15.2014.4.03.8000); a segunda, refere-se à implantação do sistema SIMAP na JFSP (Processo SEI 0018996-29.2013.4.03.8000);

e) O processo de gestão de mudanças, disponível em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3557>, vem sendo utilizado fortemente pela SETI, com resultados positivos demonstrados pelo alto índice de assertividade nas intervenções executadas no complexo ambiente computacional de TI do órgão. Está pendente a formalização do processo.

f) Elaboração de minuta de normativo e do modelo de processo de desenvolvimento de software e seus artefatos, com vistas à melhoria da qualidade dos sistemas desenvolvidos, bem como aproveitamento do potencial de cada servidor de acordo com suas habilidades e competências (Processo SEI 0018648-74.2014.4.03.8000).

Ainda, no exercício de 2014, foi concluída a implantação da rede Microsoft no âmbito da JFMS, padronizando a rede de dados da JF3R.

9.2 – Relação dos sistemas computacionais e a função de cada um deles

A relação dos sistemas computacionais da JF3R e a função de cada um deles consta do Anexo XXXVII deste Relatório de Gestão.

Além desses, na JFMS utilizam-se os sistemas DIPONTO e Secullum (Sistemas de Controle de Ponto Eletrônico), Ronda Acesso (Sistema de Controle de Acesso de Pessoas mediante cartão de acesso) e ASI (Sistema de Controle de Material e Patrimônio/Almoxarifado).

9.3 – Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas

No exercício de 2014 foi efetuado levantamento na UJ quanto às necessidades de novos sistemas de informação (Processos SEI 0024902-63.2014.4.03.8000 e 0021362-



07.2014.4.03.8000), consolidadas no PDTI 2015-2017, aprovado pela PORT PRES TRF3R nº 7.773/2014. O inventário das necessidades e a Planilha de Iniciativas estão disponíveis na internet, URL: http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/aege/PDTI_2015_2017_Consolidado_-_v.1.1.pdf.

9.4 – Contratos de TI que vigoram no exercício de 2014

As informações sobre os contratos de TI que vigoram no exercício de 2014 constam do quadro A.9.1, Anexo XXXVIII, deste Relatório de Gestão.



10 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 – Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

QUADRO A.10.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

TRF3R

(Fonte: Comissão Permanente de Gestão Ambiental da 3ª Região, DIRG, AEGE, SADI, ALIC, UBAS, SETI, SSEG, UDOC E ACOM)

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5 a 8	Análise prejudicada, conforme item 4 supra.		

Considerações gerais:

A avaliação da gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental na UJ foi realizada pela Comissão Permanente de Gestão Ambiental da 3ª Região, DIRG e representantes das áreas estratégicas da unidade.

No que concerne à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), em 12/5/2014 foi constituída Comissão para adesão e implementação da Agenda Ambiental A3P, pela PORT DIRG 7.514. Em 09/01/2015, foi enviado ao Ministério do Meio Ambiente o Termo de Adesão e Plano de Trabalho MMA/A3P/2014, celebrado entre a União, por intermédio desse Ministério, e o TRF3R, estando em fase de assinatura pelo Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e ulterior publicação no Diário Oficial da União (Processo SEI 0010123-06.2014.4.03.8000).

Para separação de resíduos descartados na fonte geradora, seguem-se os preceitos estabelecidos no Decreto nº 5.940/2006, destinando-os às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme Termos de Compromisso nº 01.001.10.2014 e 01.002.10.2014, ajustados entre o TRF3R e a COOPERAÇÃO – Cooperativa Regional de Coletiva Seletiva e Reciclagem da Região Oeste, o primeiro, para a coleta e destinação de materiais sólidos produzidos e descartados (Edital de Chamamento nº 001/2014), o segundo, para a realização de procedimento de coleta para reciclagem de documentos da Administração Judiciária e ações transitadas em julgado, devidamente avaliados e destinados à eliminação pela Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental (Edital de Chamamento nº 002/2014), ambos com observância dos preceitos legais em vigor, especialmente o art. 225 da CF e o Decreto nº 5.940/2006 (Processos SEI 0002880-11.2014.4.03.8000 e 0002957-20.2014.4.03.8000, respectivamente).

No que se refere à coleta de resíduos de serviços de saúde, o ambulatório do TRF3R é cadastrado no Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo, para (Certificado de Cadastramento nº 213-06982/22-7). Para esterilização de materiais por meio químico, utiliza-se ácido peracético 0,2% o qual, além de maior eficiência na desinfecção de alto nível, é hidrossolúvel e pode ser descartado na rede de esgoto sem prejuízos ao meio ambiente.

Por sua vez, as contratações realizadas pelo TRF3R primam pela observância dos parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, conforme quadro A.10.2, Anexo XXXIX, deste Relatório de Gestão. No entanto, é de se notar que há dificuldade para incrementar as contratações/licitações sustentáveis face às limitações orçamentárias e à observância do critério de



“menor preço” nos procedimentos licitatórios e contratações diretas, na medida em que os bens e serviços sustentáveis apresentam custo maior, ainda que eventualmente possam trazer vantagens ao longo do tempo.

Destaca-se, outrossim, como prática adotada na UG, que converge para a sustentabilidade ambiental, a implantação do Processo Administrativo Eletrônico (Sistema SEI), (RES PRES TRF3R nº 310/2012). No exercício de 2014 houve redução de consumo de papel, em relação a 2013, de 9.631.812 para 8.832.396 folhas, representando redução de 8,29%.

Em outra frente, o TRF3R tem estimulado a integração dos filhos de servidores e magistrados em ações sociais e de sustentabilidade. Daí, o projeto Casa Aberta, dirigido a crianças entre 4 e 11 anos de idade e realizado dentro das dependências do TRF3R, que, no exercício de 2014 promoveu iniciativa do “Programa de Uso Racional da Água”, da SABESP, para conscientização dos participantes quanto à questão ambiental visando mudanças de hábitos e incentivo ao uso racional da água, sem desperdício.

Há, na JF3R, Comissão Permanente de Gestão Ambiental composta por servidores e magistrados, criada em 2008 (PORT PRES TRF3R nº 5.457/2008 e 7.492/2014), que tem por atribuição planejar, propor e zelar pela implementação de ações voltadas à gestão ambiental, conjuntamente no Tribunal e nas Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, abrangendo separação de resíduos de coleta seletiva e seu adequado encaminhamento; adoção de medidas de economia de recursos ambientais e materiais; uso racional de água, energia elétrica, comunicações e ar condicionado nas rotinas diárias; inserção de critérios ambientais nas licitações de obras e aquisição de bens, tais como equipamentos de informática, veículos, combustíveis e mobiliário; auxílio e compartilhamento de informações com as comissões de desfazimento de materiais e de gestão documental quanto a sua destinação final; proposição da forma de efetivação das medidas e sugestões ofertadas, no âmbito normativo interno e em sua execução, levando em consideração a necessidade e a disponibilidade de recursos humanos e orçamentários; proposição e oferecimento de campanhas de esclarecimento, bem como treinamento e orientação, de modo sistemático, a estagiários, servidores, Magistrados e terceirizados nos procedimentos de gestão ambiental; monitoração e divulgação de informações acerca das atividades e resultados da gestão ambiental na 3ª Região; realização de propostas e estudos contínuos sobre a utilização de materiais ecoeficientes e de redução de desperdício de recursos naturais nos processos e atividades desenvolvidas pela 3ª Região.

De acordo com o último levantamento realizado pela Comissão, as ações desenvolvidas desde sua instalação resultaram em redução de gastos de 32,82% com telefone; 16,18% com papel; 15,89% com combustível; 7,62% com água e 6,08% com energia elétrica. A economia geral no consumo de recursos foi de 15,72% (Fonte: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3702>).

JFSP

(Fonte: Subsecretaria de Gestão de Pessoas e Núcleo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores)

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5 a 8	Análise prejudicada, conforme item 4 supra.		



Considerações gerais:

Principais ações educacionais realizadas pela JFSP no exercício de 2014, relacionadas à sustentabilidade – Agenda A3P – MMA.

1. Capacitação de 238 agentes multiplicadores por meio do curso online “Direito Ambiental e Práticas Sustentáveis na Administração Pública”, que está divulgando as ações da JFSP na agenda do MMA e fomentando reflexões, debates e ações sobre o tema;

2. Confecção e distribuição de adesivos sobre economia de energia, água e copos descartáveis, fixados nos bebedouros, interruptores e torneiras e distribuídos pela Escola de Servidores (adm_suev@jfsp.jus.br), mediante solicitação;

3. Implantação, em agosto/2014, de coleta seletiva na subseção da capital (recicláveis), por meio de parceria com 3 (três) cooperativas de catadores (Contrato nº 10.074.10.14 e Termo Aditivo nº 10.074.11.15).

4. Participação nos eventos relacionados à sustentabilidade na Administração Pública “8º Fórum da A3P”, e “I Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Público”, o último promovido pelo CNJ, que proporcionaram reflexão, debate e intercâmbio de ideias e práticas com membros de outros órgãos;

5. Comemoração do Dia do Meio Ambiente, com a realização do “Minicurso em Comemoração ao Mês do Meio Ambiente”, online, com carga horária de 1 hora e participação de 369 servidores, disponibilizado na plataforma Moodle, no período de 05/06 a 05/07/2014, para divulgação das ações da A3P e sensibilização dos servidores;

6. Convenção do Dia do Servidor Público, com veiculação dos vídeos “Mudança Sustentável” (<http://www.youtube.com/watch?v=8Gsxfgwtkhk>) e “Sustentabilidade – Água” (<http://www.youtube.com/watch?v=LeafSctEfw>), da palestra “Balanço do primeiro ano da A3P na JFSP” e de Cartilha Virtual sobre sustentabilidade;

Estão em andamento as seguintes ações: campanha de coleta seletiva, envolvendo a sensibilização de servidores e terceirizados, a partir de um plano de trabalho prevendo a atuação de agentes multiplicadores em cada fórum; levantamento de dados referentes ao Diagnóstico Socioambiental, em cumprimento ao Plano de Trabalho da A3P; enquête disponibilizada na plataforma Moodle da UG para levantamento das realidades e necessidades das áreas relativas à gestão ambiental e elaboração de material informativo sobre água.

As informações sobre as ações de sustentabilidade desenvolvidas pela JFSP estão disponíveis na internet, URL: <http://www.jfsp.jus.br/a3p/>.

JFMS

(Fonte: Núcleo de Apoio Administrativo)

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5 a 8	Análise prejudicada, conforme item 4 supra.		

QUADRO A.10.2 – RELAÇÃO DOS CONTRATOS E TERMOS CONGÊNERES COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Relacionam-se, no quadro A.10.2 (Anexo XXXIX, deste Relatório de Gestão), os contratos e termos congêneres celebrados na UJ, nos quais foram estipulados critérios de sustentabilidade ambiental.



11 – ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1 – Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.11.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	012.773/2013-1	5032/2013-2ª.C.	a	DE	Ofício nº 1771/2014-TCU/Sefip. de 12/3/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
JFSP					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Interessada: Priscila Del Nero Silva Barbosa (CPF 940.045.368-04) <u>Deliberações:</u> Solicitação de esclarecimentos e/ou documentos, no prazo de 15 (quinze) dias, para: “-Explicar se as atividades exercidas pela interessada como executante de mandados não são inerentes ao cargo efetivo por ela ocupado (Analista Judiciário – Especialidade Execução de Mandados); -Explicar se houve designação para o exercício da função comissionada Executante de Mandados; -Em caso afirmativo, disponibilizar cópias das portarias de designação da servidora e informar as atividades inerentes à função citada.”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Unidade de CI e área de Gestão de Pessoal da SJSP					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
Comunicação às áreas de CI e de gestão de pessoal da SJSP para cumprimento da diligência.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Encaminhamento ao TCU dos esclarecimentos e documentos solicitados. <u>Situação em 31/12/2014:</u> Ato de concessão julgado legal em sessão realizada em 22/7/2014, nos termos do Acórdão nº 3562/2014 – TCU – 2ª Câmara.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores positivos que facilitaram a adoção de providências pelo gestor: objetividade da determinação. Não houve fator negativo a prejudicar a adoção de providências pelo gestor.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	012.813/2013-3	1157/2014-Plenário	9.3	DE	Ofício 4103/2014-TCU/Sefip, de 19/5/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Atos de aposentadoria das servidoras Deise Mendroni de Menezes (CPF nº 700.445.208-59), Laura Bitencourt Damico (CPF nº 636.269.008-78), Santina Augusta Balarim (CPF nº 006.442.388-36) e Silvia Meirelles Bellusci (CPF nº 955.164.688-68) julgados ilegais. <u>Deliberações:</u> “9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que: 9.3.1. emita novo ato de aposentadoria em favor das Senhoras Deise Mendroni de Menezes, Laura Bitencourt Damico, Santina Augusta Balarim e Silvia Meirelles Bellusci, no prazo de 30 (trinta) dias improrrogáveis, contados a partir da ciência desta deliberação, livre da irregularidade detectada, com apoio no art. 262, §2º, do Regimento Interno do TCU, combinado com §1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007, proporcionalizado o valor da Vantagem Pecuniária Individual (VPI), prevista na Lei nº 10.698/2003, em consonância com a proporcionalização da aposentadoria desses beneficiários, e envie à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, no mesmo prazo, documento comprobatório do cumprimento desta determinação; 9.3.2. revise todos os atos de aposentadoria proporcionais ora vigentes, procedendo a uma rigorosa adequação dos valores da Vantagem Pecuniária Individual (VPI), prevista na Lei nº 10.698/2003, em consonância com a proporção adotada, de forma a evitar que não mais sejam feitos pagamentos em valores envolvidos em cada ato sejam diminutos e individualmente considerados não acarretem grandes prejuízos ao erário, enviando à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias, documento comprobatório do cumprimento desta determinação; 9.3.3. atente, ao emitir novos atos de aposentadoria para servidores de seu quadro funcional, para o fato de que as únicas parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalização, no caso de aposentadoria proporcional, são a Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, a vantagem Pessoal dos “Quintos” e a vantagem consignada no art. 193 da Lei nº 8.112/1990, conforme a Súmula de Jurisprudência 266 do Tribunal de Contas da União.”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Unidade de CI e área de Gestão de Pessoal do TRF3R					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
Cientificação da área de gestão de pessoal do TRF3R, para cumprimento do Acórdão nº 1157/2014 – Plenário.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Proporcionalização da Vantagem Pecuniária Individual (VPI); Intimação das interessadas quanto ao teor ao Acórdão TCU nº 1157/2014 – Plenário; Emissão de novas fichas Sisac (nº 20782403-04-2014-000024-0, 20782403-04-2014-000025-8, 20782403-04-2014-000026-6 e 20782403-04-2014-000027-4) pelo órgão de pessoal, com a correção das falhas apontadas, enviadas ao TCU para apreciação e julgamento, após parecer de legalidade da respectiva unidade de CI. Extensão à JF de Primeiro Grau da 3ª Região, por determinação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Presidente do TRF3R, da deliberação exarada no item 9.3.2, a fim de que fossem revistos todos os atos de aposentadorias proporcionais então vigentes, adequando a Vantagem Pecuniária Individual – VPI à proporção concedida nos respectivos proventos. <u>Situação em 31/12/2014:</u> Processo 012.813/2013-3 Fichas Sisac nº 20782403-04-2014-000024-0, 20782403-04-2014-000025-8, 20782403-04-2014-000026-6 e 20782403-04-2014-000027-4 aguardando julgamento pelo TCU.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor: objetividade da determinação. Não há fator negativo a prejudicar a adoção de providências pelo gestor.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	--	--	--	DE	Ofício-Circular nº 31/Sefip, de 2/6/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Interessados: Adriane Nicoli Graciano (CPF nº 073.157.096-06), Ailton Batista Nepomuceno (CPF nº 069.819.758-58), Caio Souto Araújo (CPF nº 124.636.517-09), Emerson Luiz Avelar Matos (CPF nº 090.226.326-95), Fábio Gomes Azevedo (CPF nº 297.115.458-02), Fabrício Ferreira Jorge Murari (CPF nº 342.129.218-39), Izabel Pimentel Oliveira Lima (CPF nº 019.719.473-77), Jonatas Josué da Costa (CPF nº 067.997.816-01), Jony Marcio Santos (CPF nº 197.338.388-88), Naísa Juliana Gonçalves Marques Damaceno (CPF nº 919.633.461-49) e Ricardo Rabello (CPF nº 090.369.238-40). <u>Deliberações:</u> “2. Desse modo, solicitamos os bons préstimos de Vossa Senhoria, com o auxílio do Gestor de Pessoal, no sentido de avaliar a situação dos funcionários constantes da relação anexa, com a informações expressa, para cada interessado, se ele mantém ou não vínculo, atualmente com essa Instituição. 3. Para os casos dos funcionários que já tenham se desligado dessa Instituição, solicitamos a Vossa Senhoria, além de informar essa situação ao TCU, consoante item 2 acima, que seja promovido o registro no Sistema Sisac, nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa – TCU nº 55/2007, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento deste documento, dos atos de desligamento dos interessados. 4. Esclareço que essas informações devem ser encaminhadas a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento deste documento, pois elas são necessárias para que esta Corte de Contas possa emitir um juízo de legalidade sobre os atos de admissão dos interessados que se encontram na base do Sistema Sisac pendente de apreciação.”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Unidade de CI e área de Gestão de Pessoal da SJSP					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
Comunicação à área de CI da SJSP para cumprimento da solicitação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Emissão dos atos de desligamento respectivos no sistema Sisac (nº 20782411-02-2014-000045-6, 20782411-02-2014-000015-4, 20782411-02-2014-000002-2, 20782411-02-2014-000016-2, 20782411-02-2014-000047-2, 20782411-02-2014-000006-5, 20782411-02-2014-000008-1, 20782411-02-2014-000049-9, 20782411-02-2014-000001-4, 20782411-02-2014-000009-0 e 20782411-02-2014-000011-1). Encaminhamento ao TCU das informações solicitadas. <u>Situação em 31/12/2014:</u> Fichas Sisac nº 20782411-02-2014-000045-6, 20782411-02-2014-000015-4, 20782411-02-2014-000002-2, 20782411-02-2014-000016-2, 20782411-02-2014-000047-2, 20782411-02-2014-000006-5, 20782411-02-2014-000008-1, 20782411-02-2014-000049-9, 20782411-02-2014-000001-4, 20782411-02-2014-000009-0 e 20782411-02-2014-000011-1 aguardando julgamento pelo TCU.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor: objetividade da determinação. Não há fator negativo a prejudicar a adoção de providências pelo gestor.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
JF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	TC 016.341/2013-9	3652/2013-Plenário	9.4 e 9.10	Acompanhamento	Ofício 044/2014-TCU/SEMAG, de 05/02/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em: (...) 9.4. com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar aos órgãos da Justiça Federal que o critério de apuração da despesa de pessoal dos órgãos autônomos daquele ramo da Justiça tenha como filtro o Órgão Superior da UO 12000 – Justiça Federal e que as despesas executadas sejam apuradas por Unidades Gestoras Executoras que estejam vinculadas ao respectivo tribunal ou ao Conselho da Justiça Federal para elaboração dos respectivos demonstrativos de despesa com pessoal; (...) 9.10. orientar que, no âmbito da Justiça Federal, a distribuição dos limites de movimentação e empenho seja feita pelo Conselho da Justiça Federal, de acordo com normativo interno daquele Conselho, sem prejuízo da edição do ato de limitação de empenho pelos presidentes dos Tribunais Regionais Federais, de acordo com os critérios estabelecidos em normativo do CJF;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência, DIRG, Unidade de CI e SOFI					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
No âmbito da JF3R, as despesas com pessoal constantes do Relatório de Gestão Fiscal já são apuradas em conformidade com os critérios estabelecidos no item 9.4 do Acórdão TCU 3652/2013-Plenário. Com efeito. Na aba “Contexto” do SIAFI Gerencial, utiliza-se como “Parâmetro” o Órgão Superior da Unidade Orçamentária 12000, bem assim as Unidades Gestoras Executoras 090015 (JFMS), 090017 (JFSP), 090029 (TRF3R), 090035 (TRF3R-Orçamentária), 090047 (TRF3R-Precatórios/RPV) e 090055 (EMAG). No que tange ao item 9.10 do Acórdão nº 3.652/2013-Plenário, determinou-se a edição de ato de limitação de empenho pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Presidente do TRF3R, bimestralmente, de acordo com a distribuição dos limites de movimentação e empenho efetuada pelo CJF.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Em relação ao primeiro bimestre do exercício de 2014, a Secretaria do Orçamento Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional editaram, em 20/3/2014, o “Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias”, determinando a limitação adicional de empenho e pagamento, de R\$ 30.499.371.603,00, para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e para o Ministério Público da União, sendo R\$ 51.730.532,00 relativos à JF (DOC 0413907, páginas 3 a 24). Por força desse Relatório, em 27/3/2014 o CJF expediu o Ofício nº CJF-OFI-2014/01300 rateando o valor contingenciado entre os órgãos da JF, cabendo R\$ 7.402.872,00 ao TRF3R (DOC SEI 0413907, páginas 1 e 2). Em cumprimento ao Ofício nº CJF-OFI-2014/01300, a Diretoria-Geral indicou, em caráter provisório, o bloqueio do valor de R\$ 7.402.872,00, relativo à Ação Orçamentária “Aquisição de Imóveis para Funcionamento do TRF-3ª Região em São Paulo, Unidade C” (Processo SEI 0006195-47.2014.4.03.8000, Ofício nº 67/2014-DIRG, DOC 0413956), tendo sido expedida, na sequência, a PORT PRES TRF3R nº 7493/2014.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não se aplica					

(Fonte: Processo SEI 0003433-58.2014.4.03.8000 e 0006195-47.2014.4.03.8000)



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
JF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	023.311/2013-4	6306/2013 – 2ª Câmara	9.4.1	TC	Ofício CJF-OFI 2013/05773
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
JF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Encaminhamento, ao TRF3R, de cópia do Acórdão TCU 6306/2013 – 2ª Câmara, para cumprimento do item 9.4.1: ACÓRDÃO TCU 6306/2013 – 2ª CÂMARA “9.4. determinar ao Conselho da Justiça Federal (CJF), com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.443/92, que: 9.4.1. adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, em tratativa direta com os Titulares da Secretaria de Fiscalização de pessoal - Sefip e da Secretaria de Infraestrutura de TI - Setic, desse Tribunal, providências com vistas a disponibilizar ao TCU o acesso on line às informações contidas nas folhas de pagamentos de pessoal, de forma a tornar mais ágil a atuação fiscalizatória, em especial, a apreciação dos atos de pessoal para fins de registro, haja vista que a pesquisa ao Portal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF não permite que sejam visualizados os nomes dos beneficiários de pensões, tampouco dos servidores ativos e inativos, e das correspondentes rubricas remuneratórias;” Prolação do Acórdão nº 363/2014 – 2ª Câmara, nos autos de Embargos de Declaração em Embargos de Declaração em concessão de pensões civis, interpostos pelo CJF, em face do Acórdão 7.499/2013 - TCU - 2ª Câmara, pelo qual foi tornada sem efeito a determinação constante dos subitens 9.4.1 do Acórdão 6306/2013-TCU-2ª Câmara. ACÓRDÃO Nº 363/2014 – 2ª CÂMARA “9.1. conhecer os Embargos Declaratórios, com base no art. 34 da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, acolhê-los, atribuindo-lhes, em consequência, efeitos infringentes, para tornar sem efeito as determinações constantes dos subitens 9.4.1., 9.4.2. e 9.5., dar nova redação aos subitens 9.4.1 e 9.5, inserir os subitens 9.7.3, 9.7.4 no Acórdão 6306/2013-TCU-2ª Câmara, nos seguintes termos: “9.4. determinar ao Conselho da Justiça Federal, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992, que: 9.4.1. no prazo de 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada semestre, disponibilize a este Tribunal, as informações contidas na folha de pagamento de pessoal, de acordo com <i>layout</i> previamente definido pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip, com o auxílio da Secretaria de Soluções de TI - STI, de forma a tornar mais ágil a atuação fiscalizatória, em especial, a apreciação dos atos de pessoal para fins de registro, haja vista que, atualmente, não há possibilidade de visualização dos nomes dos beneficiários de pensões, tampouco dos servidores ativos e inativos, e das correspondentes rubricas remuneratórias;”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Áreas de Gestão de Pessoal da JF3R e SETI					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
Disponibilização das informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os magistrados e servidores da JF3R, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas, na forma solicitada nos Ofícios 2447/2014-TCU/SEFIP, de 01/04/2014, e 10215/2014-TCU/SEFIP, de 22/09/2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Não se aplica					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não se aplica					

(Fonte: Processos SEI 0021767-77.2013.4.03.8000, 0003632-80.2014.4.03.8000, 0007087-53.2014.4.03.8000 e 0018756-06.2014.4.03.8000)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	043.738/2012-5	2236/2014– Plenário	9.1	Auditoria	0712/2014-TCU/SEFTI
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
“VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de TI - Sefti com objetivo de verificar a conformidade das publicações dos órgãos da Administração Pública Federal de avisos de licitação e extratos de contrato, dispensa e inexigibilidade no Diário Oficial da União; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aos órgãos e entidades que apresentaram falhas em suas publicações no DOU, listados nas tabelas 4 a 7 do relatório, que, no prazo de 180 dias, assegurem que as seguintes informações obrigatórias estarão presentes em suas futuras publicações no DOU, ou que, alternativamente, passem a publicar por meio do Sidec ou Sicon: 9.1.1. para avisos de licitação: número do processo, descrição do objeto e local de disponibilização do edital, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48-A, I e Lei 8.666/1993, art. 21, § 1º; 9.1.2. para extratos de contrato: número do processo, descrição do objeto, identificação do contratado (nome e CNPJ/CPF), valor, identificação do procedimento licitatório que deu origem à contratação, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48, parágrafo único c/c art. 48-A, I; 9.1.3. para extratos de dispensa ou de inexigibilidade: número do processo, descrição do objeto, identificação do contratado (nome e CNPJ/CPF), valor, fundamento legal específico e autoridade ratificadora, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48, parágrafo único c/c art. 48-A, I e Lei 8.666/1993, art. 26.”					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
ALIC/SADI/UMAT/DILI TRF3R					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
1) De imediato, a UMAT/DILI e Seções responsáveis adotaram as seguintes providências: 1.1.ajuste das publicações dos avisos de licitação, extratos de contrato, dispensas e inexigibilidades do Órgão, assegurando o atendimento das exigências legais, nos termos da Tabela 1 do Relatório da equipe de auditoria do TCU (item 14 do Relatório da TC 043.738/2012-5); 1.2. considerando que há mecanismo de controle instituído em cada uma das Seções responsáveis pela publicação (etapa de conferência), o controle será formalizado no respectivo processo de contratação, mediante registro e assinatura dos servidores responsáveis pela elaboração da lauda de publicação e pela conferência; 2) Edição da OS DIRG nº 20/2015, que dispõe sobre os procedimentos para publicação de avisos de licitação nas modalidades pregão, pregão eletrônico, concorrência e tomada de preços e extratos de contrato, termo aditivo, ata de registro de preços, dispensa e inexigibilidade de licitação; 3) Alinhamento dos procedimentos adotados no âmbito da JF3R, às recomendações contidas no Acórdão TCU 2236/2014– Plenário (Despachos ALIC 0666488 e 0665364); 4) Monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades responsáveis pelo cumprimento das determinações contidas no Acórdão TCU nº 2236/2014 – Plenário, realizado pela unidade de CI do TRF3R, conforme Relatório de Monitoramento nº 0773702/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD; 5) Consoante deliberado em reunião realizada entre a ALIC/SADI/UMAT/DILI, e aprovado pelo Diretor-Geral do TRF3R, neste momento, as publicações dos avisos de licitação, extratos de contrato, dispensas e inexigibilidades do Órgão não serão efetuadas por meio dos formulários Siasg/Sidec e Siasg/Sicon, pois o custo do controle aventado pelo TCU, como alternativa à padronização interna do fluxo de trabalho, excede os benefícios que ele possa proporcionar (inserção de grande número de dados, além daqueles legalmente exigidos). Caso a Administração opte, posteriormente, pelas publicações por meio dos formulários Siasg/Sidec e Siasg/Sicon, o Termo de Adesão SLTI/MP nº 0035/2009 (registro definitivo nº 01.017.10.2009, de 05/6/2009), que permite acesso e utilização dos subsistemas do SIASG, deverá ser atualizado, para incluir a utilização do Sidec (Ata de reunião SEI nº 0673497).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Adequação das publicações de aviso de licitação e extratos de contratos, dispensas e inexigibilidades de licitação da UJ às exigências legais e aprimoramento dos respectivos controles internos administrativos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

Não se aplica

(Fonte: Processo SEI 0017212-80.2014.4.03.8000)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
JF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC 002.161/2014-1	1351/2014 - Plenário	-	Representação	Ofício TCU SEFIP-0325/2014-TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
JF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
“VISTOS e relacionados estes autos que tratam de representação, com pedido de medida cautelar <i>inaudita altera pars</i>, formulada pela empresa Infoshot Serviços e Soluções em TI Ltda., a respeito de supostas irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 69/2013-RP, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com o objetivo de selecionar proposta para registro de preço, visando à contratação de empresa para prestação de serviços de acesso à solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em nuvem, incluindo suporte técnico, consultoria e treinamento, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência. Considerando que em face dos questionamentos deste TCU o TRF 3ª Região procedeu ao reexame do Edital do Pregão Eletrônico 69/2013, que amparada nos pareceres das áreas técnicas e nos argumentos deste TCU, resultou na Decisão da Presidência daquele Tribunal, de 14/4/2014, que declarou a revogação do procedimento licitatório supramencionado, a partir da publicação do Edital e todos os atos decorrentes, nos termos dos artigos 3º, 40, inciso VII, e 49, da Lei 8.666/1993, c/c os artigos 18, do Decreto nº 3.555/2000, e 29, do Decreto nº 5.450/2005, bem como do artigo 53, da Lei Federal 9.784/1999; ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, em conhecer da representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerar a análise prejudicada, ante a perda de seu objeto, ocorrida com a revogação do Pregão Eletrônico - Registro de Preços 379/2013, com a consequente perda de objeto da medida cautelar determinada em despacho de peça 19; e encaminhar cópia do presente Acórdão ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região e às empresas Infoshot Serviços e Soluções em TI Ltda. e RJR Comércio e Serviços de Informática Ltda. (...) 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: 1.7.1. Dar ciência ao TRF 3ª Região que foi identificada a ausência de clareza no edital do Pregão Eletrônico - Registro de Preços 379/2013, no que se refere ao critério de apresentação dos lances, restando configurada a inobservância ao art. 40, inciso VII, da Lei 8.666/93, assim prejudicando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, com descumprimento do art. 3º da Lei 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Presidência do TRF3R, Diretoria-Geral, SADI/DILI, ALIC e SETI					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
Consoante Decisão DIRG 0437939, prolatada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Presidente do TRF3R, foi declarada a nulidade do procedimento licitatório relativo ao Pregão Eletrônico nº 069/2013-RP, a partir da publicação do Edital, e de todos os atos decorrentes, nos termos dos artigos 3º, 40, inciso VII, e 49, da Lei Federal nº 8.666/1993, c/c os artigos 18, do Decreto nº 3.555/2000, e 29, do Decreto nº 5.450/2005, bem como do artigo 53, da Lei Federal nº 9.784/1999.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Declaração de nulidade do procedimento licitatório relativo ao Pregão Eletrônico nº 069/2013-RP, a partir da publicação do Edital, e de todos os atos decorrentes. Interposição de pedido de reexame em representação, pelo representante, não conhecido pelo Plenário do TCU, consoante Acórdão 2.709/2014. Interposição de recurso administrativo no CA/TRF3R pelo representante (Recurso Administrativo 0003591-16.2014.4.03.8000/SP 2014.80.00.003591-2/SP), ao qual foi negado provimento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não se aplica.					

(Fonte: Processo SEI 0003591-16.2014.4.03.8000)



11.1.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.11.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	011.770/2006-0	2712/2006 e 947/2008 – Primeira Câmara	9.1/9.4	DE	Ofícios nº 3121/2006, de 03/10/2006; Ofício nº 1216/2008 e Diligência nº 01152/2008-TCU/Sefip, de 08/4 e 27/8/2008, respectivamente
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
JFSP					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Atos de aposentadoria das servidoras Selma Maria Quaggio Meirelles (CPF nº 061.617.358-06); Nely Lea de Castro (CPF 045.642.788-00) e Maria Aparecida Ostan (CPF 528.680.368-72) julgados ilegais pelo TCU. <u>Acórdão 2712/2006 – Primeira Câmara</u> “9.1. considerar ilegais atos referentes a ex-servidoras, negando-lhes os respectivos registros; 9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, ressaltando, no que se refere à vantagem paga a título de diferença pessoal, que essa dispensa incide, apenas, sobre as parcelas recebidas indevidamente até junho de 2000, data da prolação da Decisão nº 463/2000-Plenário, conforme orientação adotada pela Decisão nº 756/2000-Plenário; (Nova redação dada pelo AC-0947-09/08-1.) 9.3. determinar à JF3R que: 9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da CF e 262, caput, do Regimento Interno do TCU; 9.3.2. comunique às ex-servidoras a respeito deste Acórdão, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos; 9.3.3. adote as providências cabíveis, nos termos do arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/1990, com vistas ao ressarcimento junto às ex-servidoras das importâncias recebidas, a partir de julho de 2000, em razão da vantagem consignada no subitem 9.2 acima; 9.3.4. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, proceda à emissão de novos atos de aposentadoria das interessadas, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, também do Regimento Interno do TCU; 9.4. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3 acima, representando a este Tribunal, caso necessário.” <u>Acórdão 947/2008 – Primeira Câmara</u> “9.1. não conhecer do pedido de reexame oposto pela inativa Nely Léa de Castro, ante a perda do interesse em recorrer, decorrente da desistência protocolada em 25/6/2007; 9.2. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e pela inativa Selma Maria Quaggio Meirelles, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, de modo a alterar o item 9.2 do Acórdão nº 2.712/2006-TCU-1ª Câmara, que passará a ter a seguinte redação: ‘9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, ressaltando, no que se refere à vantagem paga a título de diferença pessoal a optantes pela remuneração do cargo efetivo, que essa dispensa incide, apenas, sobre as parcelas recebidas indevidamente até abril de 2003, data da manifestação definitiva desta Corte de Contas acerca da ilegalidade da vantagem’; 9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes”. <u>Diligência 01152/2008 – TCU/Sefip:</u>					



Solicitação de encaminhamento ao TCU da seguinte documentação:

“a) contracheques atuais das servidoras: Maria Aparecida Ostan, Selma Maria Quaggio Meirelles e Nely Léa de Castro;

b) comprovantes de ressarcimento aos cofres públicos das importâncias indevidamente percebidas por Maria Aparecida Ostan e Selma Maria Quaggio Meirelles (a partir de maio de 2003, consoante Acórdão nº 947/2008-TCU-1ª Câmara (subitem 9.2);

c) comprovantes de devolução das importâncias indevidamente percebidas por Nely Léa de Castro; após ciência do Acórdão nº 2712/2006-TCU-1ª Câmara, conforme subitem 9.3.2 do referido Acórdão”.

Cumprida conforme Ofício nº 106/08-UCON, datado de 30/09/2008.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Unidades de CI e áreas de Gestão de Pessoal da JFSP	Não se aplica

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Interessada: Selma Maria Quaggio Meirelles.

Situação anterior:

Acórdãos cumpridos. Segundo informação prestada pela Seção de Folha de Pagamento da JFSP, através do Memorando nº 093/2008-SUFO, datado de 23/09/2008, a servidora já havia deixado de receber a DIF. PESSOAL DAS 4, 5 E 6 desde setembro de 1998.

Ficha Sisac nº 20782411-04-2008-000056-9, emitida com a supressão da vantagem julgada ilegal, aguardando julgamento pelo TCU.

Situação em 31/12/2014:

Ficha Sisac nº 20782411-04-2008-000056-9 aguardando julgamento pelo TCU.

Interessada: Maria Aparecida Ostan

Situação anterior:

Foi impetrado mandado de segurança (MS nº 2003.61.00.020747-2), tendo sido concedida liminar em 04/9/2003, suspendendo, até decisão final, a redução nos proventos decorrentes da cessação do pagamento da vantagem Diferença Pessoal DAS 4, 5 e 6, determinada pelo TCU.

Em 29/10/2008, o Órgão Especial do TRF3R, por unanimidade, denegou a ordem, cassando a liminar anteriormente deferida, suspendendo o pagamento em apreço.

Houve interposição de Recurso Ordinário (RMS/STJ nº 32706), recebido no efeito devolutivo em 9/5/2010 e julgado em 15/02/2011, ao qual foi dado parcial provimento, para afastar a determinação de restituição dos valores pagos nos meses anteriores a maio de 2003.

Opostos Embargos de Declaração, foram esses rejeitados.

Transitado em julgado o acórdão em 13/12/2011.

Em atendimento ao determinado no Ofício 12/2011-UCON/DAUD/RANG, o órgão de gestão de pessoal da SJSP procedeu à regularização do título declaratório de inatividade da servidora e à inserção de nova ficha Sisac (nº 20782411-04-2011-000009-0), com exclusão da vantagem “DIF PES OF DAS 4,5,6”, comunicado à SEFIP/TCU pelo Ofício nº 100/2011-UCON/DAUD/RANG, em 27/05/2011.

Através do Acórdão nº 2486/2012 – 1ª Câmara, prolatado no Processo TC-005.322/2012-0, o ato de aposentadoria relativo à Ficha Sisac nº 20782411-04-2011-000009-0, foi julgado legal pelo TCU.

Situação em 31/12/2014:

Conforme informação prestada pela unidade de CI da SJSP, constante do processo SEI nº 0001211-20.2014.4.03.8000, a reposição das quantias indevidamente recebidas vem sendo efetuada em folha de pagamento, desde janeiro de 2010.

Interessada: Nely Lea de Castro

Situação anterior:

Foi obtida medida liminar, nos autos da ação de rito ordinário 0065368-87.2011.4.01.3400, restabelecendo os termos do Ato nº 4268, de 30/4/1999, julgado ilegal pelo Acórdão 2712/2006-TCU-1ª Câmara e mantido pelo Acórdão TCU 947/2008, da mesma Câmara. Houve interposição de agravo de instrumento pela União Federal, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, face à decisão concessiva da liminar, concluso para decisão desde 11/01/2012 (Processo nº 0000420-20.2012.4.01.0000).

Ação Ordinária nº 0065368-87.2011.4.01.3400, em curso na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, conclusa para sentença desde 07/11/2012.

Proferida decisão negando seguimento ao Agravo de Instrumento interposto (Processo nº 0000420-20.2012.4.01.0000), apresentou a União Federal recurso de Agravo Regimental, pendente de julgamento desde 21/05/2013.

Situação em 31/12/2014:

Proferida sentença cassando a liminar anteriormente concedida nos autos da Ação Ordinária nº 0065368-87.2011.4.01.3400, apresentou a interessada recurso de Apelação ainda não distribuído no TRF1R.



Verifica-se no sistema Sisac cinco fichas, aguardando julgamento pelo TCU, inseridas com vistas à regularização da aposentadoria da servidora (nº 20782411-04-2012-000020-3, 20782411-04-2012-000021-1, 20782411-04-2012-000022-0, 20782411-04-2012-000025-4 e 20782411-04-2013-000012-5).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor: Monitoramento pela unidade de CI do TRF3R das providências tomadas pelos gestores para cumprimento das deliberações. Fator negativo a prejudicar a adoção de providências pelo gestor: Prolação do Acórdão TCU 2953/2006 – 1ª Câmara, em 24/10/2006, julgando legal o ato de alteração da aposentadoria da servidora Nely Lea de Castro (CPF 045.642.788-00), relativo à ficha Sisac 20782411-04-2004-000036-3, que incluiu as vantagens dos quintos e opção, após entendimento do TCU, esposado no Acórdão 2712/2006, de 26/9/2006, no sentido de que a inclusão de tais vantagens, na aposentadoria da servidora, era indevida.

(Fonte: UCON - Expediente 7/2013 - UCON/RCAT, Processos SEI 0016489-61.2014.4.03.8000 e 0001211-20.2014.4.03.8000, Processo Judicial 0065368-87.2011.4.01.3400 e unidade de CI da SJSP)



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	007.637/2006-4	3553/2008 – Primeira Câmara	9.1/9.2/9.3	DE	Ofício nº 2688/2008-TCU/Sefip, de 30/10/2008
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Atos de aposentadoria dos servidores Ivo Augusto Feliciano (CPF nº 003.259.888-20), Orlando Mello (CPF 030.894.448-87) e Rubens Fontes (CPF 060.933.028-49) julgados ilegais. Foram impetrados Mandados de Segurança pelos interessados, no STF, obtendo-se medidas liminares que obstaram o cumprimento da determinação de suspensão dos pagamentos das parcelas consideradas ilegais em seus atos de aposentadorias (quintos, opção e diferença pessoal DAS 4,5,6). O Acórdão TCU 3553/2008 – Primeira Câmara determinou o acompanhamento das ações mandamentais para efeito de ressarcimento das quantias pagas indevidamente, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90, caso a decisão judicial final venha a confirmar o entendimento firmado pelo TCU, no sentido de ser indevida a incorporação de quintos, opção e diferença pessoal DAS 4,5,6 a servidores não investidos em cargos em comissão e que ocupem, apenas, cargos efetivos com remuneração equiparada. <u>Acórdão 3553/2008 – Primeira Câmara</u> “9.1 determinar à JF de 1º e 2º graus da 3ª Região/SP que acompanhe o andamento dos Mandados de Segurança nº 27.804-DF, 27.084-DF e 27.802-DF, que tramitam no STF e, uma vez denegada a segurança que garante a continuidade dos pagamentos irregulares, adote medidas para promover a restituição dos valores pagos indevidamente, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90; 9.2 determinar o arquivamento dos autos. 9.3 dar ciência do inteiro teor do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à JF de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP.” <u>Interessado: Ivo Augusto Feliciano</u> Pelo Acórdão 2944/2006, confirmado pelos Acórdãos nº 3032/2007 e 3617/2007, bem como pelo Acórdão 1080/2007, mantido pelo de nº 298/2008, todos da 1ª Câmara, o TCU julgou ilegal os atos de alteração da aposentadoria do interessado, relativos aos formulários de concessão de aposentadoria números de controle 20782411-04-1999-000044-4 e 20782411-04-2001-000018-3. O interessado impetrou mandado de segurança no STF sob o número 27.083, autuado em 21/12/2007. <u>Interessado: Orlando Mello</u> Pelo Acórdão 2944/2006, confirmado pelo de nº 3032/2007, bem como pelo Acórdão 1226/2007, mantido pelo de nº 299/2008, todos da 1ª Câmara, o TCU julgou ilegal os atos de alteração da aposentadoria do interessado, relativos aos formulários de concessão de aposentadoria números de controle 20782411-04-1999-000043-6 e 20782411-04-2001-000020-5. O interessado impetrou mandado de segurança no STF sob o número 27.082, autuado em 21/12/2007. <u>Interessado: Rubens Fontes</u> Pelo Acórdão 2944/2006, confirmado pelo de nº 3032/2007, bem como pelo Acórdão 1226/2007, mantido pelo de nº 299/2008, todos da 1ª Câmara, o TCU julgou ilegal os atos de alteração da aposentadoria do interessado, relativos aos formulários de concessão de aposentadoria números de controle 20782411-04-1999-000042-8 e 20782411-04-2001-000021-3. O interessado impetrou mandado de segurança no STF sob o número 27.084, autuado em 21/12/2007.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Unidade de CI e área de gestão de pessoal da JFSP					Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Os mandados de segurança aos quais se refere o Acórdão TCU nº 3553/2008-1ª Câmara foram autuados no STF sob os nºs 27.082-DF, 27.083-DF e 27.084-DF. Em todos, os impetrantes estão, atualmente, amparados por medidas liminares que suspenderam os efeitos do Acórdão TCU nº 2.944/2006, confirmado pelos Acórdãos 3.032/2007 e 3617/2007, que negou registro às aposentadorias dos interessados, relativamente à inclusão das parcelas denominadas					



“quintos”, “opção” e “diferença pessoal DAS 4,5 e 6.
Aguardam-se os respectivos julgamentos.

Interessado: Ivo Augusto Feliciano

Situação anterior:

Mandado de Segurança nº 27.083-DF: conclusos ao relator desde 19/12/2011

Situação em 31/12/2014:

Prolatada decisão nos autos do Mandado de Segurança nº 27.083-DF que, concedendo a segurança, cassou "(no que concerne à parte ora impetrante) o Acórdão nº 2944/2006 e o Acórdão nº 3032/2007, todos emanados da colenda Primeira Câmara do E. Tribunal de Contas da União".

Interposto agravo regimental pela Advocacia Geral da União, foi ao mesmo negado provimento.

Aguardando publicação do acórdão.

Interessado: Orlando Mello

Situação anterior:

Mandado de Segurança nº 27.082-DF: conclusos ao relator desde 24/04/2013, tendo havido, em 03/3/2011, substituição do Relator, nos termos do art. 38 do RI/STF

Situação em 31/12/2014:

Mandado de Segurança nº 27.082-DF: conclusos ao relator desde 24/04/2013

Interessado: Rubens Fontes

Situação anterior:

Mandado de Segurança nº 27.084-DF: conclusos ao relator desde 02/08/2013.

Situação em 31/12/2014:

Prolatada decisão nos autos do Mandado de Segurança nº 27.084 que, concedendo a segurança, cassou "(no que concerne à parte ora impetrante) o Acórdão nº 2944/2006 e o Acórdão nº 3032/2007, todos emanados da colenda Primeira Câmara do E. Tribunal de Contas da União".

Decisão encaminhada ao CI da SJSP para ciência e eventuais providências.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor: acompanhamento sistemático e periódico do andamento dos Mandados de Segurança nºs 27.082-DF, 27.083-DF e 27.084-DF, pela unidade de CI do TRF3R. Não há fator negativo a prejudicar a adoção de providências pelo gestor.

(Fonte: UCON - Expediente 6/2013 - UCON/RCAT, Mandados de Segurança STF nº 27.082-DF, 27.083-DF e 27.084-DF e unidade de CI da SJSP).



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	028.017/2009-5	892/2012 TCU/Plenário	9.1, 9.2 e 9.3	DE	Ofício-Circular nº 0299/Sefip, de 29/5/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Consulta. Critérios para a concessão e manutenção do benefício pensional à filha solteira maior de 21 anos, com fundamento no parágrafo único do art. 5º da lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, c/c a lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980. Conhecimento em caráter excepcional. Esclarecimentos a respeito da matéria. “9.1. conhecer da presente consulta, em caráter excepcional, para responder à consulente nos seguintes termos: 9.1.1. Questão nº 1: a filha solteira maior de 21 anos, para fazer jus à pensão da Lei nº 3.373/1958, c/c a Lei nº 6.782/1980, deverá comprovar a dependência econômica em relação ao instituidor da pensão? Resposta: SIM, lembrando que a dependência econômica constitui requisito cujo atendimento é indispensável tanto para a concessão da pensão quanto para a sua manutenção, ou seja, a eventual perda de tal dependência por parte da pensionista significará a extinção do direito à percepção do benefício em referência. 9.1.2. Questão nº 2: a filha solteira maior de 21 anos poderá acumular os proventos de aposentadoria percebidos sob o Regime Geral de Previdência Social com a pensão deferida com fundamento na Lei nº 3.373, de 1958? Resposta: NÃO, salvo se os proventos de aposentadoria percebidos sob o Regime Geral de Previdência Social representarem renda incapaz de proporcionar subsistência condigna, situação a ser verificada mediante análise caso a caso, conforme explicação constante dos itens 29 a 39 do voto que fundamenta este acórdão. 9.1.3. Questão nº 3: o simples fato de a filha solteira maior de 21 anos titularizar cargo público ou ser aposentada sob o Regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público enseja, imediatamente, a extinção do direito à percepção do benefício instituído com fulcro no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 1958? Resposta: SIM, cumprindo esclarecer que se incluem ainda entre as razões para a extinção do direito à percepção de tal benefício qualquer outro fato que descaracterize a dependência econômica da beneficiária em relação ao instituidor da pensão, consoante resposta dada à questão nº 1. 9.1.4. Questão nº 4: uma vez constatada a situação da questão anterior, deverá a administração facultar à beneficiária de pensão a possibilidade de, a qualquer tempo, optar pela situação mais vantajosa, consoante disposto na Súmula nº 168, do Tribunal de Contas da União? Resposta: NÃO, posto que inexistente amparo legal para que a administração faculte à beneficiária a opção cogitada, cabendo reiterar que, conforme a resposta dada à questão anterior, qualquer uma das situações ali aventadas, ou algum outro fato que descaracterize a dependência econômica da pensionista em relação ao instituidor da pensão, enseja a extinção irreversível do direito à percepção do sobredito benefício. 9.1.5. Questão nº 5: o fator impeditivo para a percepção do benefício previsto no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 1958, qual seja, "ocupante de cargo público permanente" estará caracterizado se a filha solteira maior de 21 anos for nomeada para cargo em comissão, tiver sido contratada com supedâneo na Lei nº 8.745, de 1993, ou for empregada de empresa pública ou sociedade de economia mista, e, por conseguinte, deverá ser suspensa a pensão? Resposta: SIM, mas não em razão de as ocupações mencionadas se equipararem a cargo público permanente, e sim por causa da percepção de renda própria, desde que o ganho auferido, não só pelo exercício das ocupações aí indicadas, como também de algum outro trabalho regularmente remunerado, resultar em rendimento capaz de proporcionar subsistência condigna, conforme verificação a ser procedida caso a caso (v. itens 29 a 39 do voto precedente), porquanto isso descaracterizaria a dependência econômica, requisito que, conforme já dito, deverá ser atendido por parte da filha solteira maior de 21 anos tanto para a concessão da pensão quanto para a sua manutenção. 9.1.6. Questão nº 6: para que seja beneficiária da pensão prevista no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 1958, a filha solteira deve ser menor de 21 anos na data do óbito do instituidor da pensão? Resposta: NÃO. 9.2. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão de Jurisprudência da Corte de Contas, para que avalie a necessidade de alteração ou revogação da Súmula-TCU nº 168; 9.3. encaminhar cópia das mesmas peças (relatório, voto e acórdão) à Consulente, à Controladoria-Geral da União, ao CNJ, ao Conselho Nacional do Ministério Público e aos órgãos de controle interno dos Poderes Legislativo e Judiciário, para ciência e orientação junto às unidades jurisdicionadas.”					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					



Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Unidades de CI e áreas de Gestão de Pessoal da JF3R	Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
Por meio do Ofício-Circular nº T3-OCI-2012/00049, foi o Acórdão TCU nº 892/2012 – Plenário encaminhado às áreas operacionais, consultando quanto a possíveis pensões concedidas a filhas solteiras de ex-servidores ou magistrados. Apresentaram as áreas técnicas os seguintes dados acerca da existência de pensionistas inseridas nas condições tratadas do v. Acórdão: - SJMS – inexistência de pensionistas; - SJSP – 13 (treze) pensionistas; - SEGE/TRF3R – 3 pensionistas; - SCAJ/TRF3R – 2 pensionistas Após nova diligência, a unidade de CI do TRF3R constatou a necessidade de alinhamento dos procedimentos de controle das pensões vigentes aos termos do acórdão TCU nº 892/2012, com realização de recadastramento anual das pensionistas e aferição dos requisitos à continuidade da percepção do benefício. <u>Situação em 31/12/2014:</u> <u>Proc. SEI nº 0003275-03.2014.4.03.8000</u> Processo autuado pela UCON, para monitoramento dos procedimentos de controle e recadastramento das pensionistas beneficiárias da pensão tratada no Acórdão TCU nº 892/2012-Plenário. Prestadas informações pelas áreas operacionais acerca do recadastramento efetuado, foram autuados processos em separado para análise das situações em concreto, conforme segue: SCAJ – Processos SEI nº 0002771-94.2014.4.03.8000 e 0008597-04.2014.4.03.8000; SJSP – Processos SEI nº 0007684-19.2014.4.03.8000, 0027494-77.2014.4.03.8001, 0027664-49.2014.4.03.8001 e 0021823-73.2014.4.03.8001; SEGE – Processo SEI nº 0009254-43.2014.4.03.8000 <u>Proc. SEI nº 0002771-94.2014.4.03.8000</u> <u>Pensionista SCAJ (Marília Nogueira Barreto):</u> Processo autuado pela SCAJ, para análise da situação da pensionista Marília Nogueira Barreto, beneficiária da pensão instituída pelo Exmo. Sr. Juiz Federal Hélio Kerr Nogueira. Por força do Ato nº 12.402, de 22/07/2014 – TRF3R, foi determinada a cessação da cota de pensão temporária concedida a Marília Barreto Nogueira, revertendo-a à beneficiária Dilza Amaral Nogueira, ante a ausência de comprovação da existência de dependência econômica da pensionista em relação à pensão instituída. Interposto Recurso Administrativo, foi indeferido o pedido de efeito suspensivo, sendo os autos distribuídos ao Exmo. Desembargador Federal Antonio Cedenho, no CJF3R, encontrando-se conclusos ao relator desde 28/11/2014. <u>Proc. SEI nº 0008597-04.2014.4.03.8000</u> <u>Pensionista SCAJ: Maria Luiza Dias de Moura</u> Processo autuado pela SCAJ, para análise da situação da pensionista Maria Luiza Dias de Moura, beneficiária da pensão instituída pelo Exmo. Sr. Juiz Federal Celso Dias de Moura. Por meio da Informação nº 0356802, de 14/02/2014, constante do processo SEI 0002771-94.2014.4.03.8000, observou a SCAJ a situação da pensionista que, embora beneficiária da pensão, exercia o cargo de advogada na Caixa Econômica Federal, fato este já informado nos recadastramentos realizados em 2002 e 2013. Submetida a questão a unidade de CI do TRF3R, está em estudo a eventual incidência ao caso concreto do prazo decadencial previsto no artigo 54 da Lei nº 9.784/99, tendo em vista, especialmente, que o fato ora elencado como impeditivo à fruição do benefício já compunha o substrato fático-jurídico de ato de reversão de cota da pensão exarado pelo Exmo. Senhor Desembargador Federal Presidente do TRF3R, no ano de 2002. <u>Proc. SEI nº 0007684-19.2014.4.03.8000</u> <u>Pensionistas SJSP (Adriana Parravano Neves, Amélia Saggese, Ana Cláudia Braga Gonçalves, Carmen Rosa dos Santos, Eliana Aparecida de Abreu Pereira, Gabriela Carvalho Gabriel, Maria de Fátima Almeida Ferreira, Marilene Pereira da Silva, Neusa Quitto, Rosa Maria da Silva, Rosa Maria dos Santos, Rosângela Quitto e Thaís Aparecida Ribeiro Quitto):</u> Processo autuado pela SJSP, para levantamento das pensionistas beneficiárias de pensões instituídas por servidores daquela Seção Judiciária. Foram as pensionistas intimadas a comprovar a existência de dependência econômica em relação às pensões instituídas. Analisada a documentação apresentada foram detectados dois casos em que a dependência não restou comprovada:	



pensionistas Ana Cláudia Braga Gonçalves e Amélia Saggese.

A fim de dar prosseguimento à análise dos benefícios pagos às duas pensionistas foram autuados novos processos em apartado:

Processo SEI 0027494-77.2014.4.03.8001 – Amélia Saggese

Processo SEI 0027664-49.2014.4.03.8001 – Ana Cláudia Braga Gonçalves

Por fim, em novo cadastramento das pensionistas, a SJSP encontrou indícios de impedimentos à continuidade dos benefícios relativos a Rosa Maria dos Santos e Neusa Quitto, abrindo o Processo SEI 0021823-73.2014.4.03.8001, para esclarecimento dos fatos e exercício do contraditório e da ampla defesa pelas interessadas.

Proc. SEI nº 0027494-77.2014.4.03.8001

Pensionista SJSP: Amélia Saggese

Processo autuado pela SJSP, para análise da situação da pensionista Amélia Saggese, beneficiária da pensão instituída pelo servidor José Saggese.

Embora a pensionista perceba aposentadoria por tempo de contribuição pelo INSS cumulativamente com a pensão tratada no Acórdão TCU 892/2012-Plenário, verificou-se da documentação apresentada que a mesma é portadora de sequela grave de poliomielite, paralisia irreversível e incapacitante, manifestando-se o Sr. Diretor da Secretaria Administrativa da SJSP (Despacho SUFN 0838657) pela manutenção do pagamento dos proventos da pensão.

Aguarda o processo decisão a ser exarada pela autoridade competente.

Proc. SEI nº 0027664-49.2014.4.03.8001

Pensionista SJSP: Ana Cláudia Braga Gonçalves

Processo autuado pela SJSP, para análise da situação da pensionista Ana Cláudia Braga Gonçalves, beneficiária da pensão instituída pelo servidor Adalberto José Gonçalves.

Analisados os documentos apresentados pela pensionista, concluiu o Sr. Diretor da Secretaria Administrativa da SJSP (Despacho SUFN 0820002) haver sido descaracterizada a dependência econômica em relação à pensão objeto do Acórdão TCU 892/2012-Plenário, motivo pelo qual opinou pela suspensão do pagamento dos proventos da pensão.

Aguarda o processo decisão a ser exarada pela autoridade competente.

Processo SEI nº 0021823-73.2014.4.03.8001

Pensionistas SJSP: Rosa Maria dos Santos e Neusa Quitto

Processo autuado pela SJSP, para análise da situação das pensionistas Rosa Maria dos Santos e Neusa Quitto, após a apuração, em cadastramento efetuado no ano de 2014, de indícios de incompatibilidade de manutenção da pensão pelas referidas beneficiárias.

Foram instruídos os autos com documentos relativos às pensionistas e, em seguida, os fatos apurados foram submetidos à análise das áreas técnicas da seccional de origem, para a elaboração de parecer jurídico.

Proc. SEI nº 0009254-43.2014.4.03.8000

Pensionistas SEGE: Amanda Costa Amorim, Kilma Bueno Amorim e Paloma Costa Bueno Amorim.

Processo autuado pela SEGE, para análise da situação das pensionistas Amanda Costa Amorim, Kilma Bueno Amorim e Paloma Costa Bueno Amorim, beneficiárias da pensão instituída pelo servidor José Pereira de Amorim Filho.

Informa o Gestor de Pessoal (Informação DAPE 0480864) que, de acordo com as declarações prestadas pelas pensionistas quando da realização do cadastramento de 2014, verificou-se a existência de vínculo empregatício em algumas ocasiões na vigência da pensão embora não estejam as pensionistas exercendo atividade remunerada no presente momento.

Encontram-se os autos aguardando manifestação da Divisão de Apoio Jurídico à Gestão de Pessoas, acerca do relatado na Informação supra.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo gestor: Monitoramento pela unidade de CI do TRF3R das providências adotadas pelos gestores para cumprimento das deliberações. Não há fator negativo a prejudicar a adoção de providências pelo gestor.

(Fonte: UCON - Expediente 17/2012 - UCON/RCAT, Processos SEI nº 0003275-03.2014.4.03.8000, 0002771-94.2014.4.03.8000, 0008597-04.2014.4.03.8000, 0007684-19.2014.4.03.8000, 0027494-77.2014.4.03.8001, 0027664-49.2014.4.03.8001, 0021823-73.2014.4.03.8001, 0009254-43.2014.4.03.8000 e unidades de CI da SJSP e da SJMS)



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
JF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	013.515/2013-6	2.859/2013 –Plenário	9.2	Representação	Ofício-Circular n. 264/SG – SCI/2014
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
JF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Acórdão TCU 2.859/2013 –Plenário “9.2. determinar ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Logística e TI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público que: 9.2.1 nos termos do art. 65, § 5º, da Lei 8.666/1993, orientem os órgãos e entidades que lhes estão vinculados a adotarem as medidas necessárias à revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes, firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação; 9.2.2 orientem os referidos órgãos e entidades a obterem administrativamente o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo; 9.2.3 no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência da notificação, informem a este Tribunal sobre as medidas adotadas por seus respectivos órgãos e entidades vinculados para cumprimento das determinações acima, incluindo detalhamento específico sobre a quantidade de contratos revisados e a economia (redução de valor contratual) obtida por cada unidade;”					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Unidades de CI da JF3R, SADI, SETI, SADM SJSP e SADM SJMS					Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
As providências adotadas até 31/12/2014, para revisão dos contratos de prestação de serviços firmados no âmbito da JF3R com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012, constam do item 7.3 deste Relatório de Gestão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fatores Negativos que Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor: Ausência de metodologia completa de cálculo dos valores a serem ressarcidos ao erário, em razão da revisão dos contratos de prestação de serviços firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pelo art. 7º da Lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do Decreto 7.828/2012.					

(Fonte: Processo SEI 0007630-56.2014.4.03.8000)



Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
JF3R					Não se aplica
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	022.577/2012-2	3023/2013-Plenário	9.1.1 e 9.2.1	RE/DE	Aviso nº 1.462-Seses-TCU-Plenário Ofício nº CJF-OFI-2013/05778
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
JF3R					Não se aplica
Descrição da Deliberação					
Acórdão 3023/2013-Plenário: ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em [...]: 9.1. recomendar: 9.1.1. ao Conselho Nacional de Justiça [...] que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência deste Acórdão, orientem as unidades sob sua jurisdição sobre a necessidade de: 9.1.1.1 a alta administração, em atenção aos princípios da transparência e da prestação de contas, estabelecer formalmente: (i) objetivos de gestão de pessoas alinhados às estratégias de negócio; (ii) indicadores para cada objetivo definido, preferencialmente em termos de benefícios para o negócio; (iii) metas para cada indicador definido, atentando-se para as metas legais de cumprimento obrigatório; (iv) mecanismos para que a alta administração acompanhe o desempenho da gestão de pessoas; 9.1.1.2. publicar, em atenção ao art. 6º da Lei n. 12.527/2011, as informações acima, os planos a elas relacionados, as respostas ao questionário deste levantamento e as informações do relatório a ser encaminhado oportunamente pelo TCU, com exceção daquelas classificadas como não públicas nos termos da lei; 9.1.1.3. estabelecer comitê estratégico de gestão de pessoas, observando as boas práticas sobre o tema, e monitorarem o cumprimento dos papéis e responsabilidades estabelecidos; 9.1.1.4. fundamentar os processos de recrutamento e seleção (internos e externos) em perfis de competências, inclusive os relativos a cargos/funções de livre provimento de natureza técnica ou gerencial, e assegurarem concorrência e transparência nos processos; 9.1.1.5. adotar medidas para garantir a realização sistemática de auditorias internas na folha de pagamento das unidades sob sua jurisdição; 9.1.1.6. articular-se com a Escola Nacional de Administração Pública e outras escolas de governo para garantir a oferta de ações de capacitação em planejamento estratégico da força de trabalho para as unidades sob sua jurisdição; [...] 9.2. determinar: 9.2.1. ao Conselho Nacional de Justiça [...] que encaminhem, no prazo de 60 (sessenta) dias, a este Tribunal plano de ação para implementar as recomendações descritas no subitem 9.1.1, especificando as medidas a serem adotadas, os respectivos prazos e os responsáveis, ou justificativa sobre a decisão de não implementar tais recomendações;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SEGE, UGEP/SJSP e NURE/SJMS					Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ promoveu consulta pública, até 17/10/2014, para recebimento de sugestões sobre a proposta de Resolução da Política Nacional de Gestão de Pessoas. Afirma que as informações contribuirão para o alcance dos propósitos estratégicos do Poder Judiciário e para a realização da justiça, bem como servirão para estabelecer diretrizes e subsidiar o gerenciamento de riscos em gestão de pessoas, entre outras finalidades. Posteriormente, o CNJ noticiou que recebeu mais de 200 sugestões sobre política de gestão de pessoas no Judiciário. Aguarda-se a edição do aludido normativo, alinhado às recomendações do Acórdão nº 3023/2013-TCU. Na JF, foi aprovado o PEJF - 2015-2020, pela RES CJF nº313/2014, de 22/10/2014, que desdobra os macrodesafios da Estratégia Judiciário 2020, dentre os quais se destaca, a “Melhoria da Gestão de Pessoas”, sob a perspectiva de “Recursos”, com a seguinte definição: Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos da Justiça Federal. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas; à modernização das carreiras; e à adequada distribuição da força de trabalho.					



Como objetivo estratégico da JF para o citado macrodesafio, ficou estabelecido “Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal”:

Fortalecer o grau de satisfação no ambiente de trabalho, promovendo políticas de gestão de pessoas que contribuam para o bem-estar de magistrados e servidores e para a melhoria do clima organizacional.

No âmbito da JF3R, está em desenvolvimento o sistema informatizado que possibilitará a regulamentação e implantação do Programa de Gestão por Competências – GPC, aprovado pelo Comitê Gestor de Sistemas de RH, em 03/02/2015. Referido sistema possibilitará fundamentar os processos de recrutamento e seleção em perfis de competência, conforme uma das recomendações do Acórdão TCU nº 3023/2013.

No TRF3R elabora-se, anualmente, Programação de Eventos de Capacitação, com a finalidade de estabelecer o planejamento das ações de capacitação ao longo do exercício. Está direcionada à profissionalização e ao desenvolvimento estratégico dos servidores e gestores, oferecendo oportunidades de qualificação em conformidade com as diretrizes estabelecidas no PNC – Programa Nacional de Capacitação dos servidores da JF, aos princípios definidos pela Portaria Conjunta STF nº 3/2007 — os quais nortearam a regulamentação do PPC – Programa Permanente de Capacitação da 3ª Região —, bem como PEJF – 2015/2020, estabelecido pela RES CJF nº 313/2014.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator Negativo que Prejudicou a Adoção de Providências pelo Gestor: necessidade de desenvolvimento de sistema informatizado.

(Fonte: UCON – Processo SEI 0021761-70.2013.4.03.8000)

11.2 – Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno – OCI

11.2.1 – Recomendações do Órgão de Controle Interno atendidas no exercício

QUADRO A.11.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
JF3R			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Parecer nº 02/2013-SCI/Presi/CNJ, aprovado pelo Plenário do CNJ, na 181ª Sessão Ordinária	I, II, VIII e IX	CNJ - Acompanhamento do Cumprimento de Decisão 0201047-40.2009.2.00.0000
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Unidade de CI do TRF3R, PRES do TRF3R e áreas de Gestão de Pessoas e de TI do TRF3R			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
A descrição da recomendação consta do item “Providências Adotadas”, infra.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Unidade de CI do TRF3R, PRES do TRF3R e áreas de Gestão de Pessoas e de TI do TRF3R			Não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
<u>I – unidade ou núcleo de CI do tribunal ou conselho:</u>			
a) promova, no prazo de 30 dias, o cotejo entre as competências e atribuições previstas nos arts. 70 e 74 da CF e as contempladas no instrumento que regulamentou as competências das referidas unidades ou núcleos, para verificar se no regulamento constam, no mínimo, as seguintes atribuições:			
a.1) realizar auditoria contábil, orçamentária, operacional e patrimonial, levando em consideração os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade; e			
a.2) avaliar o cumprimento das metas do PPA, programas de governo e orçamento e os resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, quanto à eficiência e à eficácia.			
b) proponha ao presidente do tribunal ou conselho, no prazo indicado na alínea “a”, nova versão do regulamento, caso sejam detectadas divergências entre as competências e atribuições previstas na CF e o ato que regulamentou as competências da respectiva unidade ou núcleo de CI.			
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: As competências e atribuições previstas nos arts. 70 e 74 da CF estão contempladas na Norma de Estrutura da unidade de CI do TRF3R, aprovadas pela RES CATRF3R nº 477/2014.			



c) divulgue, até o décimo dia útil de dezembro de cada ano, o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) e o Plano Anual de Auditorias (PAA), aprovados pelo presidente do tribunal, na página do tribunal na internet.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Disponível em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382>

d) inclua no Plano Anual de Auditorias do exercício de 2014 a 2017 a realização de exames de auditoria de, pelo menos, duas das seguintes áreas contabilidade, TI, licitações, terceirização de atividades, obras e construção, sistema de registro de preços, passivos, pessoal e sistemas de controles internos em cada ano, tendo em vista que as respostas das matrizes indicaram que referidas áreas apresentam baixo percentual de realização de exames de auditoria nessas áreas.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Disponível em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382>

e) solicite à Administração Superior, no prazo de 60 dias, a realização de levantamento de dados de servidores do tribunal ou conselho que tenham formação multidisciplinar, em especial contabilidade, administração, economia, direito, TI, engenharia civil entre outros e que manifestem interesse em atuar temporariamente na realização de exames de auditoria, considerando indispensável que o servidor seja capacitado nas áreas técnicas de auditoria previstas na Resolução CNJ nº 171/2013.

f) encaminhe, no prazo de 60 dias, à Administração Superior plano de capacitação para o exercício de 2014 e, até 30 de outubro de cada ano, plano de capacitação para o ano seguinte, de forma que a totalidade dos servidores da unidade seja permanentemente capacitada em eventos internos e externos (elaboração de programa de auditoria, papéis de trabalho, técnicas de auditoria, matrizes de planejamento, de procedimentos e de achados e de relatório), para que seja possível alavancar a realização de auditorias, inspeções administrativas e fiscalizações.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Processo SEI 0024489-84.2013.4.03.8000 - Solicitação efetuada ao Presidente do TRF3R (Solicitação 0426120), deferida em 08/4/2014 (Despacho 0426121).

g) elabore, no prazo de 120 dias, planejamento e cronograma para migrar a responsabilidade dos serviços de assessoramento na definição de estratégias para gerenciamento de riscos para a equipe da Administração, conforme consta na Declaração de Posicionamento do Institute of Internal Auditors (IIA), caso ainda exerça tal atividade.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A unidade de CI do TRF3R não exerce o assessoramento na definição de estratégias para gerenciamento de riscos.

h) inclua no Plano Anual de Auditorias, a partir de 2015, a avaliação/diagnóstico de pelo menos uma área vinculada ao sistema de controles internos administrativos, com o objetivo de detectar irregularidades de atos intencionais, como também erros de atos não intencionais.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Disponível em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382>

i) submeta ao presidente do tribunal ou conselho, no prazo de 90 dias, processo de trabalho definido e documentado para realização de auditorias, para aprovação no prazo de 30 dias, a fim de evitar que durante a realização de exames de auditoria haja alteração de procedimentos.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Processo de trabalho para a realização de auditorias, inspeções administrativas e fiscalizações, aprovado pelo Presidente do TRF3R: Processo SEI 0000797-22.2014.4.03.8000. Disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1300>

j) regulamente, no prazo de 120 dias:

j.1) processos de trabalho de acompanhamento da implementação da recomendação ou determinação, o que pode representar a garantia de cumprimento do que ficou indicado no relatório final da auditoria.

j.2) ações de monitoramento das providências adotadas pela unidade auditada, o que deve ser entendido como coleta sistemática para análise da informação de como uma recomendação ou determinação está sendo implantada, pois o monitoramento auxilia ainda a manter o trabalho em sua linha geral e possibilita identificar quando as coisas não estão andando corretamente.

j.3) a utilização da técnica de controle de inspeção administrativa para dar resposta mais rápida em relação a eventuais questionamentos ou problemas identificados no dia a dia, a qual deve ser ainda ser utilizada sempre que houver necessidade de complementar informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de fatos e atos e evitar a preponderância da análise de 100% de processos nos controles prévio, concomitante e posterior.

j.4) a utilização da técnica de controle de fiscalização na forma de vigilância, de sindicância (sobre os atos de outrem) para comprovar se o objeto dos programas para as quais foi definido e atende à legislação, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes e permitem avaliação dos resultados.

k) regulamente, no prazo de 120 dias:

k.1) processos de trabalho que evidenciem:



- k.1.1) a comunicação antes do início dos exames de auditoria ao auditado, ainda que pela ciência formal do Plano Anual de Auditorias aprovado pela autoridade;
- k.1.2) que, antes de emitido o relatório final da auditoria, seja elaborada a Matriz de Achados submetendo-a à unidade auditada para manifestação no prazo definido pela unidade ou núcleo de CI, possibilitando-lhe apresentar justificativas formais, agir antecipadamente sobre os achados de auditoria em favor da correção e clareza, o que permitirá celeridade na elaboração do citado relatório, nos termos da Resolução CNJ nº 171/2013;
- k.1.3) o acompanhamento da implementação da recomendação ou determinação, o que pode representar a garantia de cumprimento do que ficou indicado no relatório final da auditoria;
- k.1.4) a aproximação do órgão de CI com as unidades auditadas, o que pode ser feito mediante reuniões técnicas para debates de temas específicos de cada área e para viabilizar a regularização de achados de auditoria antes mesmo da elaboração definitiva do relatório, ocasião em que pode ocorrer a requisição de justificativas do auditado sobre referidos achados.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Matérias regulamentadas pela OS PRES TRF3R nº 56, de 30/5/2014.

II – presidente do tribunal ou conselho:

- a) altere ou submeta ao plenário do tribunal ou conselho, no prazo de 150 dias, a proposta apresentada pela unidade ou núcleo de CI, caso haja necessidade de atualizar, no regulamento da unidade ou núcleo de CI, as competências e atribuições previstas nos arts. 70 e 74 da CF;

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: As competências e atribuições previstas nos arts. 70 e 74 da CF estão contempladas na Norma de Estrutura da unidade de CI do TRF3R, aprovadas pela RES CATRF3R nº 477/2014.

- b) regulamente, no prazo de 150 dias, os procedimentos a serem observados pelo órgão de CI no encaminhamento dos “achados de auditoria” ou do relatório final da auditoria, para ciência das atividades exercidas pela unidade ou núcleo de CI em relação às unidades auditadas;

- c) altere, no prazo de 150 dias, em decorrência das atividades de exames de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, previstas na Resolução CNJ nº 171/2013, o fluxo dos processos de trabalho para que a unidade ou núcleo de CI atue utilizando as técnicas de controle previstas na referida resolução e se abstenha de exercer atividades e típicas de gestão, tais como:

- c.1) atividades ou atos que resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos;

- c.2) instrução de processo com indicação de autorização ou aprovação de ato que resulte na assunção de despesas, que devem ser praticados pelo gestor;

- c.3) formulação e implementação de políticas nas áreas de planejamento orçamentário e financeiro;

- c.4) promoção ou participação na implantação de sistemas gerenciais;

- c.5) participação em comissão de sindicância;

- c.6) decisão ou aprovação do objeto a ser contratado;

- c.7) enfrentamento de questões jurídicas provocadas pelo gestor, entre outras; e

- c.8) exercício de práticas de atividades de assessoria jurídica, que possam comprometer a independência de atuação da unidade ou núcleo de CI.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Matérias regulamentadas pela OS PRES TRF3R nº 56, de 30/5/2014.

- d) adote providências para, no prazo de 180 dias, incluir na estrutura funcional da unidade ou núcleo de CI área formalmente instituída, dotada de pessoal com quantidade e qualidade suficientes para realizar as atividades de acompanhamento e de harmonização da interpretação da legislação e dos atos normativos e respectiva orientação normativa, a fim de evitar dúvidas e retrabalho para as unidades auditadas.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A estrutura funcional da unidade de CI do TRF3R, aprovada pela RES CA TRF3R nº 477/2014, contempla área formalmente instituída, dotada de pessoal com qualidade suficiente para realizar as atividades de acompanhamento e de harmonização de interpretação da legislação e dos atos normativos e respectiva orientação normativa, a fim de evitar dúvidas e retrabalho para as unidades auditadas

- e) divulgue, no prazo de 120 dias e, após, anualmente, aos ministros, desembargadores, juízes auxiliares, diretores, secretários, coordenadores, chefes de seção e de divisão e a todos os servidores que:

- e.1) a unidade ou núcleo de CI deve atuar com prioridade;

- e.1.1) na realização de auditoria mediante a revisão, a avaliação e o acompanhamento dos controles internos, com verificação do cumprimento das políticas traçadas pela alta administração para verificar se estão sendo cumpridas as normas para cada atividade e que a análise de 100% de processos nos controles prévio, concomitante e posterior não pode ocorrer em detrimento da realização concomitante e com frequência de exames de auditoria nas áreas contábil, orçamentária, financeira, de governança, de controle e de riscos de TI, de gestão de pessoas e sistemas de controle internos administrativos, pois os exames prévio, concomitante e posterior de 100% dos processos podem caracterizar distorção das finalidades precípua de realização de exames de auditoria; e



e.1.2) na definição de procedimentos e medidas para evitar falhas de ordem operacional, acompanhar, a critério do órgão de CI, a execução das atividades em caráter opinativo, preventivo ou corretivo, buscando evitar erros de ordem intencional, ou não, protegendo assim a fidelidade das informações geradas, com segurança e de forma a fornecer subsídios aos gestores quanto à tomada de decisão;

e.2) a unidade ou núcleo de CI não pode exercer papel de assessoramento na definição de estratégias de riscos e sim aplicar exames de auditoria para avaliação do gerenciamento e da estratégia definida pela Administração na gestão de riscos, conforme evidenciado na pergunta 16.16 da Meta 16;

e.3) os auditores internos desempenham uma função essencial ao avaliar a eficácia do gerenciamento de riscos corporativos e ao recomendar melhorias, conforme as normas estabelecidas pelo Institute of Internal Auditors no Brasil, que estipula que a auditoria interna alcança a avaliação da confiabilidade das informações, a eficácia e a eficiência das operações e o cumprimento de leis e normas aplicáveis;

e.4) os auditores internos ao se incumbirem de suas responsabilidades assistem a alta administração no exame, na avaliação, na comunicação e na recomendação de melhorias para uma maior adequação e eficácia do gerenciamento de riscos corporativos da organização.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:

Processo SEI nº 0024489-84.2013.4.03.8000

1) Divulgação aos Magistrados e Corregedoria-Geral do TRF3R, conforme Despacho SEI 0283304

2) Divulgação aos servidores do TRF3R por e-mail, expedido em 06/5/2014

VIII – área de gestão de pessoas do tribunal ou conselho:

a) realize, no prazo de 120 dias, levantamento de dados dos servidores do tribunal ou conselho que tenham formação multidisciplinar, em especial, contabilidade, administração, economia, direito, TI, engenharia civil entre outros e que manifestem interesse em atuar temporariamente na unidade ou núcleo de CI para apoiar na realização de exames de auditoria, observada a disponibilidade das outras unidades orgânicas do tribunal ou conselho.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Levantamento efetuado pela SEGE e expedição de comunicado, em 28/5/2014, por e-mail, aos servidores qualificados, nos termos determinados no item VIII, "a", do Parecer nº 02 SCI/CNJ (documentos SEI 0501317, 0501319, 0501320, 0501322, 0501326 e 0501330).

Houve manifestação de interesse de um servidor (DOC SEI 0586444 e 0587121).

b) promova, no prazo de 180 dias, estudo para viabilizar a inclusão, no próximo concurso público, de profissionais com formação nas áreas de contabilidade, administração, TI, economia, direito, e engenharia, entre outros, exclusivos para lotação na unidade ou núcleo de CI.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Por ocasião da determinação referida, já estava em vigor o Edital de Abertura de Inscrições para o Provimento de Cargos da Terceira Região, publicado em 31/10/2013. Foi ressaltado, pela área de Gestão de Pessoas, que os cargos em comento não têm as suas atribuições definidas no âmbito da JF. Sendo assim, foi apresentada proposta, acolhida pela Diretoria Geral, para realização de estudo pela área de pessoal, juntamente com a UCON, tendo por objeto a inclusão dos profissionais citados, exclusivos para lotação na unidade de CI, para o próximo certame (DOC SEI 0585768, 0597174, 0597312 e 0597338)

c) avalie, no prazo de 180 dias, o(s) motivo(s) do alto percentual de rotatividade de servidores lotados na unidade ou núcleo de CI, indicando ao presidente do tribunal ou conselho propostas para solucioná-los caso se trate dos motivos a seguir identificados:

c.1) resultado da baixa remuneração;

c.2) falta de visão de crescimento na carreira;

c.3) falta de expectativa de o servidor ser designado chefe de alguma área da unidade ou núcleo de CI;

c.4) estrutura incompatível com as demais unidades da instituição, que oferecem mais possibilidades de crescimento profissional;

c.5) ausência de plano de capacitação; e

c.6) excesso de trabalho.”

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Em levantamento efetuado pela SEGE verificou-se índice de rotatividade de servidores da área do CI de 129% entre os anos de 2008 a 2012, decorrente, principalmente, de mudanças gerenciais e estruturais no setor. A partir de 2012 a configuração da equipe estabilizou-se. Ao mesmo tempo, promoveram-se atividades de desenvolvimento e gestão por competências com a equipe de CI, o que reduziu o índice de *turnover* para 15,9% no período de 01/01/2013 a 31/07/2014, correspondendo a 03 ingressos e 04 saídas, para um quadro total de 22 servidores (3+4/2x100/22). Esse índice é inferior ao do TRF3R, que oscilou no período de 2008 a 2014 entre 29% e 5,6%. Das 4 saídas ocorridas no período destacado, somente uma relaciona-se aos motivos de desligamento elencados pelo CNJ ("c.3") (DOC SEI 0583321).

IX – área de TI do tribunal ou conselho:

Identifique as necessidades de TI das unidades ou núcleo de CI e adote as providências para, no prazo de 90 dias, dotar os referidos órgãos de CI com os recursos tecnológicos suficientes para o desenvolvimento dos trabalhos



PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Houve substituição de todos os computadores e impressoras da unidade de CI do TRF3R, não havendo necessidade de novos equipamentos para desenvolvimento dos trabalhos (Processo SEI nº 0024489-84.2013.4.03.8000, DOC SEI 0303200 e 0303207)

Síntese dos Resultados Obtidos

Organização da unidade de CI com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, nos termos da Meta 16 para o Poder Judiciário e dos Acórdãos TCU 1074/2009 e 821/2014 – Plenário.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fator positivo que facilitou a adoção de providências pelo Gestor: Cumprimento da Meta 16 para o Poder Judiciário, pela unidade de CI do TRF3R. Não houve fator negativo a prejudicar a adoção de providências pelo gestor.

(Fonte: Processo SEI 0024489-84.2013.4.03.8000)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
JF3R			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Não se aplica	Não se aplica	Ofício CJF-OFI-2014/00552
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
JF3R			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
RESOLUÇÃO Nº CJF-RES-2014/00282 de 13/02/2014 “CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO Art. 6º A unidade de controle interno de cada órgão fiscalizará o cumprimento pelas autoridades e servidores relacionados no art. 1º, incisos V e VII, da Lei n. 8.730/1993 da exigência de entrega das declarações de que trata o art. 2º dessa lei e das autorizações às respectivas unidades de pessoal, na forma estabelecida nesta resolução. Art. 7º O relatório de gestão que instruir o processo de contas dos órgãos da Justiça Federal, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União, deverá conter informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas nas Leis n. 8.429/1992 e 8.730/1993. Art. 8º A unidade de controle interno fará constar no relatório de auditoria de gestão avaliação objetiva sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas nas Leis n. 8.429/1992 e 8.730/1993.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Áreas de Gestão de Pessoal e unidades de CI da JF3R			Não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
Edição da RES PRES TRF3R nº 389/2014, revogando as RES PRES TRF3R nº 322/2013 e 323/2013. Realização de ação de fiscalização pela unidade de CI do TRF3R e inclusão, no Plano Anual de Auditorias, de ação para a fiscalização determinada nos arts. 6º a 8º da RES CJF 2014/00282, conforme Relatório de Fiscalização DAUD 0486145 e RES PRES TRF3R 411/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os resultados obtidos constam do item 11.3 deste Relatório de Gestão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores Positivos que Facilitaram a Adoção de Providências pelo Gestor: Monitoramento sistemático relativo ao cumprimento, no âmbito da JF3R, das obrigações estabelecidas nas Leis nº 8.429/1992, 8.730/1993 e IN TCU nº 67/2011.			

(Fonte: Processos SEI 0003554-86.2014.4.03.8000, 0004675-52.2014.4.03.8000 e 0009472-71.2014.4.03.8000)



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Relatório de Gestão – Exercício de 2014

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
JF3R			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Não se aplica	Não se aplica	Ofício CJP-OFI-2014/03027 Ofício Circular 17/SEAFI/SOF
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
JF3R			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
No processo de acompanhamento das despesas com pessoal e encargos sociais realizado pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF, foram identificadas inconsistências no que se refere à apropriação desses gastos no SIAFI, relativos aos meses de maio e junho, notadamente em relação à coerência entre a Natureza de Despesa utilizada e a finalidade da Ação Orçamentária na qual foram registrados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Áreas de Gestão de Pessoal e unidades de CI da JF3R			Não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
Os saldos contidos, até 05/8/2014, nas contas contábeis 33190.92.01 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas, e 33190.07.06 – Contribuição Patronal – FUNPRESP – Lei nº 12.618/2012, das Unidades Gestoras da Justiça Federal da 3ª Região, foram corretamente apropriados nos Programas de Trabalho 09272008901810001 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Nacional, e 02122056920TP0001 – Pagamento de Pessoal Ativo da União – Nacional.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Conformidade do enquadramento contábil-orçamentário das despesas com a folha de pagamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não se aplica			

(Fonte: Processos SEI 0014421-41.2014.4.03.8000)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
JF3R			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Não se aplica	Não se aplica	Parecer nº 01/2013- SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
JF3R			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Ação Coordenada de Auditoria determinada pelo CNJ e aprovada pela RES PRES/TRF3R nº 372/2013, tendo por objetivo a verificação do cumprimento da implantação, na JF3R, dos procedimentos estabelecidos na RES CNJ nº 182/2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de solução de TI (planejamento da contratação, análise de viabilidade da contratação, sustentação do contrato, estratégia para a contratação e análise de riscos), e na RES CJP nº 279/2013, que dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de TI da JF - MCTI-JF no âmbito do Conselho e da JF de primeiro e segundo graus.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral, SETI, SEGE e ASOM			Não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
Realização de Auditoria de Conformidade pela unidade de CI do TRF3R, conforme Relatório de Auditoria nº 0701578/2014/PRES/GABPRES/UCON/DAUD , relatado no item 2.2 deste Relatório de Gestão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aprimoramento dos controles internos administrativos relacionados à fase de planejamento das contratações de TI, no âmbito da JF3R, e incremento da sua eficiência, eficácia e efetividade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			



Gestor
Fator Positivo que Facilitou a Adoção de Providências pelo Gestor: Padronização do Programa de Auditoria e das matrizes de planejamento pelo CNJ.
Fator Negativo que Prejudicou a Adoção de Providências pelo Gestor: sucessivas alterações normativas no âmbito da JF, em exíguos lapsos temporais, desde a edição da RES CJF nº 187/2012, que dispôs sobre o Modelo de Contratação de Solução de TI da JF – MCTI, com reflexos nas exigências aplicáveis às contratações de TI do Órgão, conforme a época do respectivo planejamento, culminando na obrigatoriedade de aplicação do MCTI, apenas, a partir de 18/10/2014 (Resoluções CNJ 182/2013, art. 24, e CJF 279/2013, art. 5º).
(Fonte: Processos SEI 019417-82.2014.4.03.8000, 0012031-98.2014.4.03.8000 e 0000593-41.2015.4.03.8000)

11.2.2 – Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.11.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF3R			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Processo CJF-ADM-2013/00590.01	Achado 5	CJF-OFI-2014-02371 CJF-OFI-2014-05942
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
TRF3R			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Relatório parcial de auditoria realizada pela Secretaria de Controle Interno do CJF, tendo por objeto os contratos firmados entre o CJF, os TRF e as instituições bancárias oficiais – Banco do Brasil e CEF.			
ACHADO 5 – Ausência de transparência na contabilização dos bens adquiridos			
Das análises realizadas no SIAFI das contratações custeadas pelos recursos do contrato ora auditado, verificou-se o seguinte:			
a) No CJF não houve registro na conta 1.9.9.7.1.08.04, que registra o valor de termos e acordos com fornecimento de bens sem suporte orçamentário compensação patrimonial com permuta de serviços;			
b) Na 1ª e 5ª Regiões a contabilização dos valores dos contratos na conta 1.9.9.7.1.08.04 foram distribuídos entre os tribunais e respectivas Seções Judiciárias, não sendo possível a totalização devido à existência simultânea de contratos nacionais, objeto da presente auditoria, e regionais, realizado diretamente pelos tribunais com as instituições financeiras;			
c) Não foi possível identificar, individualmente, a contabilização dos contratos de prestação de serviços e aquisição de bens decorrentes dos recursos custeados pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil devido a falta de especificação quanto à origem da contratação: se nacional, objeto da presente auditoria, ou regional, firmado pelos Tribunais diretamente com as instituições financeiras.			
RECOMENDAÇÃO			
1. Ao CJF e aos Tribunais:			
1.1 Registrar na conta 1.9.9.7.1.08.04 - os valores ainda não contabilizados.			
2. Aos Tribunais Regionais Federais:			
2.1 Inventariar todos os bens adquiridos mediante custeio pelos valores oriundos do contrato firmado pelo CJF e pelas 5 regiões, tendo do outro lado as instituições financeiras oficiais, e registrar, individualmente, no sistema de Material e Patrimônio de cada UG beneficiada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação / Código SIORG			
SADI/DICA, JFSP e JFMS			
Código SIORG: Não se aplica			
Providências adotadas no âmbito da JF3R:			
a) Registros no SIAFI (conta contábil 1.9.9.7.1.08.04) do valor de R\$ 13.091.390,50 relativo ao contrato com Banco do Brasil e de R\$ 13.091.390,50 referente ao contrato com a CEF.			
Em 19/3/2010, o TRF3R registrou o valor relativo aos Contratos 10.001.10.2009, celebrado com o Banco do Brasil, e			



10.002.10.2009, firmado com a CEF, conforme Notas de Lançamento 2010NL000261 e 2010NL000262, respectivamente (doc. SEI 0889480).

Verifica-se, do sistema SIAFI (documento SEI 0524674), que os registros contábeis dos valores repassados ao TRF3R, pelo CJF, foram lançados, no exercício de 2010, na conta contábil 1.9.9.7.1.08.04 (TERMOS/ACOR.P/FOR. BENS C/PERM.SERV.C/EXE.ORD). Ocorre no entanto que, quando da abertura do exercício de 2012, o subitem 04 foi excluído do Plano de Contas, mantendo-se ativo, na ocasião, apenas o subitem 00 (TERMOS/ACORDOS COOPERACAO C/INST. FINANCEIRA). A partir de então, a próprio sistema SIAFI migrou os registros da conta contábil 1.9.9.7.1.08.04, para a conta contábil 1.9.9.7.1.08.00.

No exercício de 2014, o sistema migrou os registros da conta contábil 1.9.9.7.1.08.00, para a conta contábil 1.9.9.7.1.08.01 (TERMOS/ACORDOS COOPERACAO C/INST. FINANCEIRAS).

Averbe-se que o subitem 04 foi novamente incluído no Plano de Contas, no exercício de 2013.

Em 19/8/2014, o saldo foi reclassificado da conta contábil 19971.08.01 - Termos/Acordos Cooperação c/ Inst. Financeiras para a conta contábil 19971.08.04 - Termos/Acor. p/ Forn. Bens c/ Perm. Serv. s/ exe. orc. (DOC SEI 0614004 e 0614009).

b) Registros de baixa na conta indicada no item "a", relativo aos bens e serviços recebidos até o momento, nos termos dos contratos firmados, de modo a refletir o saldo atual a executar dos contratos, sem prejuízo da realização, a partir de então, dos registros contábeis referentes às próximas aquisições;

No tocante ao Contrato 10.001.10.2009, foram despendidos R\$ 2.464.894,80, decorrentes da aquisição de 1605 Microcomputadores. Por conseguinte, o saldo atual a executar do aludido contrato é de R\$ 10.627.495,70.

Em relação ao Contrato 10.002.10.2009, foram executados R\$ 2.464.722,40, sendo R\$ 1.597.190,40 concernentes à aquisição de 1040 Microcomputadores, R\$ 795.532,00 relativos a 68 Switches de Acesso Camada 2, e R\$ 72.000,00 referentes a 3 Switches de Distribuição Camada 3. Destarte, o saldo atual a executar do mencionado contrato é de R\$ 10.627.668,10.

Conforme consulta ao SIAFI (doc. SEI 0889483), o saldo da Conta Contábil 8.1.1.3.1.08.02 – Termos/Acordos para Fornecimento de Bens sem Orçamento, em 22/01/2015, é de R\$ 21.255.163,80, resultante da soma dos saldos a executar de ambos os Contratos (R\$ 10.627.495,70 e R\$ 10.627.668,10).

c) Encaminhamento ao CJF, da relação de notas de lançamentos e/ou notas de sistemas do SIAFI, as quais registram a incorporação dos bens adquiridos no patrimônio da UG na forma dos contratos em comento, realizadas até o momento, sem prejuízo do registro contábil das demais incorporações a ocorrerem a partir de então.

Os 2645 Microcomputadores adquiridos com recursos oriundos dos Contratos 10.001.10.2009 e 10.002.10.2009 foram incorporados ao Ativo Imobilizado na UG 090029 (TRF3R) pelo valor de R\$ 4.062.085,20 (R\$ 2.464.894,80 + R\$ 1.597.190,40), conforme Nota de Lançamento 2012NL500016 (DOC SEI 0889485).

Por seu turno, os 68 Switches de Acesso Camada 2 e os 3 Switches de Distribuição Camada 3 adquiridos com recursos provenientes do Contrato 10.002.10.2009 foram registrados no Sistema de Material e Patrimônio deste E. Tribunal (SIMAP) por meio do Termo de Incorporação nº 12/2011 (DOC SEI 0889491), no valor de R\$ 867.532,00 e, posteriormente, incorporados ao Ativo Imobilizado na UG 090029 (TRF3R), conforme Nota de Lançamento 2011NL500014 (DOC SEI 0889495).

Está pendente a correção do saldo da conta contábil 81131.08.02, antiga conta contábil 19971.08.04 - Termos/Acor. p/ Forn. Bens c/ Perm. Serv. s/ exe. orc. (doc. SEI 0614004 e 0614009), visto que, conforme registrado no voto proferido no Processo CF-ADM-2012/00188 (páginas 5 e 13, doc. SEI 0896156), o valor inicial repassado ao TRF3R, em decorrência dos contratos celebrados com o Banco do Brasil (10.001.10.2009) e a CEF (10.002.10.2009), foi reduzido, no total, em R\$ 2.000,00 como segue:

Valor inicial: R\$ 26.184.781,00 (doc. SIAFI 0889480), reduzido para R\$ 26.182.781,00.

Saldo final: R\$ 21.255.163,80 (doc. SEI 0889483), reduzido para R\$ 21.253.163,80.

Não se aplica.

Justificativa para o seu não Cumprimento

Evento contábil 54.0.408, indicado para redução do saldo da conta contábil 81131.08.02-Termos/Acordos para Fornecimento de Bens (anexo 1), não permitido para sistema origem SIAFI.

Aguarda-se disponibilização de evento do novo SIAFI hábil para registro da Nota de Lançamento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores negativos que prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: implantação do Novo Plano de Contas no SIAFI

(Fonte: Processo SEI 0011309-64.2014.4.03.8000)



Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
JF3R			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório Final de Auditoria SCI/CJF (Processo SEI 0019209-35.2013.4.03.8000)	Achados 1 a 22	Processo CF-ADM- 2013/00221 Sessão de 23/11/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
JFMS			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Contratação e execução de projetos para a obra de Construção de Edifício-Anexo da JF em Campo Grande-MS VOTO “No Processo n. 47/2010 – SULS: ACHADO N.1 – Celebração de Termo Aditivo com a Alteração do Objeto Contratual. Houve uma profunda alteração no projeto originariamente contratado, não caracterizando mero ajuste quantitativo, quando da celebração do aditamento, o que resultou na inobservância da Súmula n. 261 do Tribunal de Contas da União. Assim, entendeu a equipe que o contrato deveria ter sido rescindido, com a realização de nova licitação, portanto, não deveria ter sido celebrado o Primeiro Termo Aditivo. Nesse sentido, a equipe recomenda à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul que, ao promover alterações contratuais limita-se àquelas que não desfigurem o objeto inicialmente contratado, promovendo nova licitação sempre que constatada a necessidade de alteração do objeto licitado, nos termos da referida Súmula TCU n.261. ACHADO N.2 – Planilha Orçamentária sem a Correta Discriminação dos Serviços a serem Prestados. A forma de elaboração da planilha mostrou-se em desacordo com o que determina a Lei n. 8.666/93, em seu art.7º, § 2º, II, no sentido de que as obras ou serviços apenas poderão ser licitados quando, dentre outras coisas, “existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários”. Nessa esteira, os Acórdãos TCU n. 265/2010, 889/2007 e 2143/2007, todos do Plenário da Corte de Contas. Foi recomendado à Seccional do Mato Grosso do Sul que se abstenha de realizar procedimentos licitatórios sem o devido detalhamento de todos os itens pertinentes ao objeto a ser contratado, com seus respectivos custos unitários e quantitativos de serviços a serem executados. ACHADO N. 3 – Aumento expressivo do valor do metro quadrado decorrente do termo aditivo. A composição da proposta de preços licitada não contemplou a necessária individualização das atividades a serem desenvolvidas e dos recursos a serem empregados, de forma a tornar inviável a perfeita readequação do valor contratual após a alteração promovida pelo Primeiro Termo Aditivo. Não restou comprovada, neste aditivo, a manutenção da equação do equilíbrio econômico-financeiro contratual, o que possibilitou a ocorrência de superfaturamento no preço adotado para a execução de serviços do projeto da Justiça Federal em Campo Grande, mediante a inclusão de parcela de BDI no montante de 13,25%, correspondente a R\$ 50.321,73. Assim, a recomendação da equipe é no sentido de que a Seccional somente promova licitações quando houver planilha de formação de preços apta a precificar cada uma das parcelas de serviços compreendidas no objeto, para a formação de real equação econômico-financeira do contrato. E também, que suprima do valor contratual, após a adoção do critério de pranchas para pagamento dos serviços, o valor correspondente à parcela denominada BDI, promovendo o ressarcimento pela contratada ou a devida compensação dos valores em faturas pendentes em pagamentos. ACHADO N. 4 – Ausência de Justificativa de Escolha da Modalidade Licitatória Não foi identificada justificativa para a escolha da modalidade licitatória. A despeito do acerto ou não na adoção da modalidade Tomada de Preços é essencial que o administrador exponha os fatos que fundamentam o enquadramento no procedimento adotado, conforme a natureza do objeto, se comum ou não, para aferir a aplicação da legislação pertinente ao pregão e, se não aplicável, o valor orçado da contratação, a fim de determinar a escolha das modalidades prevista na Lei n. 8.666/1993. Desse modo, a equipe recomenda à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul que faça constar do Projeto Básico ou do Termo de Referência a justificativa da modalidade licitatória escolhida. ACHADO N. 5 – Elaboração de Cronograma Físico Financeiro após a Contratação. Não constou do procedimento licitatório cronograma físico-financeiro que permitisse aferir o cumprimento dos prazos de entrega e pagamento, em desobediência ao art. 40, XIV, “b”, da Lei de Licitações, contendo apenas, a elaboração do cronograma pela empresa vencedora do certame posteriormente à celebração do contrato. Assim, recomenda à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul que se abstenha de realizar procedimentos licitatórios			



sem que as condições de execução e pagamento estejam inequivocamente definidas, e, ao definir as condições de pagamento, estabeleça controles que contemplem desembolsos condizentes com a relevância das parcelas adimplidas.

ACHADO N. 6 – Ausência de motivação de Atos Administrativos.

A execução do contrato com finalidade de elaboração do projeto executivo, inicialmente previsto para uma área total de 20.000 m² com vista a abrigar 12 varas e outras dependências da Justiça Federal do Estado do Mato Grosso do Sul, foi modificada, com aumento de demanda em 100%, tendo sido iniciados os trabalhos, depois suspensos e posteriormente reiniciados, sem qualquer motivação formal, em desacordo com os termos das Leis n. 8.666/1993 e 9.784/1999, as quais exigem que os atos administrativos sejam devidamente motivados.

Nesse contexto, a equipe recomenda à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul que consigne as razões e a motivação dos atos administrativos, mormente aqueles que tragam ônus à administração ou impactem em contratos e direito de terceiros, em respeito aos princípios gerais da administração pública como os da eficiência, publicidade e planejamento; recomenda, ainda, que realize estudos para dimensionar a real necessidade das instalações para a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, considerando as necessidades atuais e a real demanda de crescimento, e submeta o projeto à apreciação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região para aprovação.

No Processo n. 170/2009 – SECOM:

ACHADO N. 7 – Superfaturamento nos itens supressão vegetal, nivelamento do terreno e bota-fora da vegetação retirada do terreno.

De acordo com o termo de referência, o terreno deveria ser entregue limpo e fechado e sua superfície deveria estar completamente livre de material vegetal, superficial e subterraneamente, sem raízes ou tocos remanescentes da retirada de árvores, arbustos e outros tipos de plantas e devidamente nivelado. Todavia, quando da estimativa de preços para a licitação desses serviços, não foi utilizada a tabela do SINAPI como balizadora dos valores máximos a serem admitidos, o que resultou em sobre preço, cujo valor já foi pago à empresa.

Desse modo, recomenda à Seção Judiciária que passe a adotar o SINAPI para elaboração de orçamentos estimativos destinados a obras ou serviços de engenharia, ou na inexistência do serviço desejado nesse sistema, seja utilizada outra referência oficial de preços. Também adote providências necessárias para o ressarcimento pela empresa, dos valores já pagos.

ACHADO N. 8 – Pesquisa Mercadológica deficiente.

A mera apresentação de três orçamentos não presume o atendimento à existência de pesquisa mercadológica. É necessário que haja avaliação da administração quanto à correlação entre as propostas apresentadas e o objeto pretendido, bem como, juízo mínimo de razoabilidade entre os valores apresentados, o que não correu no caso concreto, havendo distorções na análise dos preços constantes nas propostas apresentadas. A correta instrução do processo da licitação para a aquisição de bens ou serviços torna imprescindível a existência de pesquisa de preços com valores que reflitam a prática do mercado e dos demais órgãos públicos, conforme preceitua o art. 15, V, da lei 8.666/1993. Nessa esteira, também expressa o Acórdão TCU n. 1.266/2011 – Plenário.

Assim, a equipe recomenda à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul que exerça o juízo de compatibilidade entre as propostas apresentadas e o objeto a ser contratado, bem como entre os valores ofertados para a composição do número mínimo de três orçamentos na fixação do valor estimado, desconsiderando-se aqueles preços manifestamente discrepantes.

ACHADO N. 9 – Ausência de composição de custos unitários e Detalhamento de Encargos Sociais e BDI.

As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI, que integram o orçamento e compõem o projeto básico da obra ou o serviço de engenharia devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas dos licitantes. Ademais, não podem ser indicados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas, nos termos da Súmula TCU n. 258. No entanto, no Processo n. 170/2009 – SECOM, consta da relação sintética de preços as unidades e quantidades componentes dos preços dos serviços com unidade intitulada “vb”. Além disso, não consta o detalhamento de encargos sociais e do BDI.

Nesse sentido, a equipe recomenda àquela Seccional que, ao licitar obras e serviços, contemple todos os custos e quantitativos envolvidos na contratação, incluindo os encargos sociais e o BDI, quando aplicável, abstendo-se de utilizar expressões genéricas.

ACHADO N. 10 – Ausência de Busca do Menor Preço no Pregão.

A lei n. 8.666/1993 regula o procedimento licitatório, balizando, inclusive, a apresentação de propostas pelos licitantes, conforme se verifica dos arts. 43 e 48. Igualmente, a Lei n.10.520/2002, que institui a modalidade licitatória denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns e o decreto que a regulamenta, são expressos no que diz respeito à necessidade da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, conjugado com o menor preço. Dessume-se desses normativos que a discrepância de proposta apresentada com as demais ofertas enseja a sua desclassificação, o que deveria ter ocorrido no caso da proposta lançada pela empresa MS Cercas Comércio e Serviços Ltda. Chama a atenção, entre outros, para o fato de que a licitação foi conduzida da forma excessivamente célere, visto que em apenas 20 minutos chegou-se à vencedora, sendo que a continuidade do certame poderia resultar na obtenção de preço inferior.

Em sendo assim, a recomendação é no sentido de que o procedimento licitatório de pregão eletrônico pugne pela oferta mais vantajosa à Administração Pública, mediante negociação do Pregoeiro com os licitantes e desclassificação das propostas discrepantes, a fim de se alcançar o menor preço.



ACHADO N. 11 – Pagamento Realizado sem Medição.

O termo de referência que deu base ao contrato prevê, em sua cláusula décima sétima, que a medição será efetuada após a conclusão dos serviços e que “o contratado somente deverá emitir nota fiscal/fatura, referente aos serviços objeto do contrato, após o aceite da medição apresentada pela SAD/MS”. Tal determinação foi repetida na cláusula sétima do Contrato n. 06.023.10.2009-JF/MS. Porém, não constam no processo as medições que poderiam autorizar a emissão da nota fiscal. Também estão ausentes outros registros que comprovem o andamento dos serviços.

Nesses termos, a equipe recomenda à Seccional que somente efetue pagamentos quando devidamente atestado o pleno cumprimento de todas as parcelas referentes ao faturamento, ressaltando-se todas as circunstâncias verificadas como, por exemplo, o cumprimento de prazos e características do produto ou serviço.

ACHADO N. 12 – Retenção a Menor do ISS.

A Nota Fiscal no valor de R\$ 67.500,00 menciona base de cálculo de R\$ 27.000,00 e alíquota de 4,65%, ficando o valor do ISS em R\$ 1.255,50. No entanto, não se verifica embasamento normativo para a diminuição da base de cálculo. Já no tocante à alíquota, supõe-se que foi baseada no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006 para a faixa de receita bruta de R\$ 1.080.000,00 a 1.200.000,00. Contudo, a legislação aplicável ao caso é a Lei Complementar Municipal n. 59/2003, que determina, em seus arts. 2º e 4º, que a base de cálculo deve ser o valor total da Nota Fiscal, excluindo-se apenas as mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local de prestação, nos termos do Anexo I da citada norma.

Nesse contexto, a equipe recomenda à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul que proceda a retenção do valor relativo ao ISS utilizando-se da base cálculo e da alíquota previstas na Lei Complementar do Município de Campo Grande/MS n. 59/2003.

NO PROCESSO 180/2009 – SECOM

ACHADO N. 13 – Contratação Desnecessária.

Considerando que a mera consulta prévia à Prefeitura Municipal de Campo Grande acerca da adequação do anteprojeto de arquitetura, elaborado pelo arquiteto do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Josias Stefano Stoev, quanto à adequação do projeto à Lei n. 1.866, de 26 de dezembro de 1979 (que instituiu o Código de Obras e a Lei Complementar Municipal n. 74, de 6 de setembro 2005), supriria os requisitos, não haveria a necessidade da contratação. Além disso, o objeto da contratação mostra-se inadequado, em desacordo com a Resolução CJF n. 80/2009, que aprova o Guia de Projetos e Obras da Justiça Federal. Assim, as evidências indicam a realização de contratação desnecessária, sem avaliação técnica anterior relativa às normas pertinentes que respaldasse as decisões tomadas pela Administração da SJMS, que resultou na coexistência de dois contratos com o mesmo objeto, quais sejam: o Contrato n. 04.024.10.2009- JF/MS (Processo n. 180/2009 – SECOM), datado de 04/02/2010 e o Contrato n. 06.016.10.2010- JF/MS (Processo n. 47/2010 – SULS), datado de 20/12/2010.

Recomenda então à equipe de auditoria, que a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul abstenha-se de contratar serviços, sem que haja necessidade, em especial, quando a demanda puder ser atendida com recursos internos ou quando o objeto constar de outra contratação.

ACHADO N. 14 – Planilha Orçamentária sem a Correta Discriminação dos Serviços.

A Lei n. 8.666/1993 determina, em seu art. 7º, § 2º, II, que as obras ou serviços apenas poderão ser licitados quando, dentre outras coisas, “existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários”. Nessa esteira, também expressam os Acórdãos TCU n. 265/2010, 889/2007 e 2143/2007, todos do Plenário da Corte de Contas. No entanto, a contratação ora examinada se dá por um único item, qual seja “Elaboração e aprovação de projetos legais”.

Assim, foi feita recomendação à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul de que somente promova licitações quando houver planilha de formação de preços apta a precificar cada uma das parcelas de serviços compreendidas no objeto, para fins de conhecimento do valor unitário do objeto e da equação econômico-financeira do contrato.

ACHADO N. 15 - Alteração do Projeto Arquitetônico sem Anuência do Autor do Projeto ou do Contratante e sem quaisquer Justificativas Técnicas.

A Lei n. 5.194/1966, em seu art. 18, determina que “as alterações do projeto ou plano original só poderão ser feitas pelo profissional que o tenha elaborado”. Assim, o Memorial Descritivo, anexo ao Edital do Convite n. 1/2009, em seu item 1.1.7.11, prevê alterações do projeto durante a execução, no interesse da Administração, condicionado à anuência do autor. Igualmente, no Termo de Referência, item 6.5, é exigida a autorização da contratante para se efetivar alterações no projeto disponibilizado à contratada. Todavia, do cotejamento realizado pelo Comitê Técnico de Obras da Justiça Federal entre o projeto de autoria do técnico do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e o projeto entregue pela empresa à Prefeitura de Campo Grande, percebeu-se que houve modificações significativas que representam alteração substancial na distribuição do espaço interno da edificação com reflexos na totalidade dos projetos complementares.

Assim, recomendou-se à Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul que se abstenha de promover alterações sem o consentimento do autor.

ACHADO N. 16 - Pagamento de Serviços não Executados.

A Equipe verificou no Processo n. 180/2009 – SECOM a existência da Nota Fiscal n. 00563, datada de 22/10/2010 (1ª Medição), no valor de R\$ 48.832,50. A liquidação da despesa (Atesto) deu-se em 26/10/2010 e sua quitação foi efetuada em 03/11/2010. Todavia, não encontrou nos autos a presença de quaisquer projetos de arquitetura ou



engenharia que tenham cumprido os requisitos estabelecidos no item 11.1 do Termo de Referência para fazer jus ao pagamento pelos serviços supostamente prestados. Ademais, os protocolos incluídos no processo não configuram os projetos supostamente encaminhados para a aprovação das concessionárias de serviços públicos e Corpo de bombeiros. A apresentação da nota fiscal à Justiça Federal, acompanhada de protocolos, não comprova o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

Nesse contexto, foi feita recomendação à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul no sentido de que adote providências com vistas à restituição dos valores pagos em razão de serviços eventualmente não prestados e, abstenha-se de efetuar pagamentos quando não presentes todos os requisitos que indiquem o pleno cumprimento das obrigações contratadas.

ACHADO N. 17 – Ausência de Justificativa da Escolha da Modalidade Licitatória Denominada Convite.

Não foi identificada justificativa para escolha da modalidade licitatória. A despeito do acerto ou não, na adoção da modalidade convite, é essencial que o administrador exponha os fatos que fundamentam o enquadramento no procedimento adotado, medida essencial para fins de cumprimento das exigências da Lei n. 8.666/1993.

A recomendação quanto a este item foi de que a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul justifique sempre a escolha da modalidade licitatória, seja em razão da natureza do objeto ou do valor contratado.

ACHADOS COMUNS AOS TRÊS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

ACHADO N. 18 – Ausência de Parecer Jurídico.

O art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993, estabelece que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. A apresentação de parecer formal é essencial, eis que orienta o administrador em suas decisões que, em não assentindo com o que orientado pelo órgão jurídico, deverá motivar especificamente os atos realizados em dissonância com o que orientado. Assim, a mera aposição de carimbo (chancela) pela assessoria não dispensa a elaboração do parecer que, cotejando os atos e fatos com as orientações normativas, jurisprudenciais e doutrinárias, permitirá a completa compreensão dos motivos e da motivação que integram o ato administrativo.

Em consequência, a equipe recomenda ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região e à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul que envidem esforços para que os procedimentos de contratação sejam instruídos com parecer jurídico, nos termos da lei.

ACHADO N. 19 – Ausências de Aprovação do Projeto Básico/Termo de Referência.

A aprovação do projeto básico é determinação legal e condição para a continuidade do processo licitatório. A exigência consta do art. 7ª, § 2º, I, da Lei de Licitações e Contrato. Nessa esteira, também o é o Acórdão TCU n. 2514-48/08-Plenário.

Assim, a recomendação da equipe à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul é no sentido de que providencie a aprovação do Projeto Básico/Termo de Referência antes de dar abertura do procedimento licitatório, nos termos do citado dispositivo legal.

ACHADO N. 20 - Ausência de Autorização para Licitar.

A abertura do procedimento licitatório deve ser precedida de autorização da autoridade competente, conforme se verifica no art. 38 da Lei n. 8.666/1993, c/c arts. 8º e 30 do Decreto n. 5.450/2005.

Por isso, a equipe recomenda à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul que condicione a abertura de procedimento licitatório à prévia autorização a autoridade competente.

ACHADO N. 21 - Ausência de Cláusulas Contratuais Essenciais.

O art. 55 da Lei de Licitações prescreve as cláusulas necessárias a todos os contratos administrativos. No entanto, verifica-se que nos processos administrativos que compõem a amostra não se verificou cláusulas que estabeleçam:

-XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que dispensou ou inexistiu ao convite e à proposta do licitante vencedor;

-XII – a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

-XIII – a obrigação do contratado de manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações, por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Nesse contexto, a equipe recomendou ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região e à Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul que façam constar em seus contratos administrativos todas as cláusulas previstas no art. 55 da Lei n. 8.666/1993.

ACHADO N. 22 – Pagamento Indevido a Empreiteiro por Obtenção de Autorização Ambiental.

A equipe de auditoria informa que ao reexaminar o Processo n. 170/2009 – SECOM, cujo objeto consiste na execução de supressão vegetal, nivelamento e fechamento de terreno urbano, identificado como Lote 03 da Quadra 02, Jardim Desbarrancado, Campo Grande/MS, constatou que a Autorização Ambiental – Supressão Vegetal, necessária para o início dos serviços contratados junto à empresa Sistema Comércio Construções Ltda. ME, foi obtida por meio de contratação específica de outra empresa para essa finalidade, conforme consta no Processo n. 138/2009 – SECOM, quando na verdade, esse serviço deveria ter sido realizado por aquela empresa, nos termos previstos no item 4.3 do Termo de Referência. Assim, entende como impropriedade o argumento da área técnica da Seção Judiciária no sentido de que a Autorização Ambiental não estaria contida no objeto do contrato firmado com a citada empresa.

Em consequência, recomenda que a Seccional adote providências para fins de devolução pela empresa Sistema Comércio Construções Ltda. ME, do valor pago pela obtenção da Licença Ambiental, constante no Processo n.



138/2009 – SECOM, em razão desse serviço específico não ter sido por ela executado. Ao final, o titular da Secretaria de Controle Interno assinalou “que da análise dos procedimentos adotados resultou a verificação de diversas situações que merecem reparos. Nesse sentido, constam das conclusões de auditoria, recomendações orientadoras, tanto prospectivas, quanto saneadoras de atos já realizados”. Afirmou que, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região possui instâncias próprias para tratar de desvios dessa ordem, sugere o envio dos achados e providências à Presidência e à Corregedoria daquela Corte, com determinação para que informe, no prazo de 180 dias, as providências adotadas. Enfim, sugere o encaminhamento do Relatório Final de Auditoria a este Plenário, nos termos do art. 3º da Resolução CJF n. 362, de 30 de março de 2004. Quanto à resposta aos questionamentos do Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, fato que inaugurou o presente processo, entendo que dependem da aprovação por parte deste Colegiado do Relatório de Auditoria ora apresentado. Com efeito, a auditoria alcançou os resultados almejados, motivo pelo qual, voto pela aprovação do Relatório Final e pela remessa de cópias à Presidência e à Corregedoria- Regional, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, fixando o prazo de 180 dias para dar ciência a este Colegiado das providências adotadas sobre as recomendações contidas no mencionado Relatório Final de Auditoria.”

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação/Código SIORG

JFMS

Código SIORG: Não se aplica

Justificativa para o seu não Cumprimento

Em 19/3/2013, foi proferido despacho pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do CJF, recomendando a suspensão de quaisquer medidas que visem dar prosseguimento ao projeto relacionado à obra de Construção do Edifício-Anexo da JF em Campo Grande-MS (Ofício CJF-OFI-2013/01941 e Despacho CJF-DES-2013/02453, documento SEI 0065365).

Em 27/9/2013, o TRF3R foi cientificado quanto ao Relatório Final da auditoria, aprovado pelo colegiado do CJF em 23/9/2013 (Processo nº CF-ADM-2013/00221, documento SEI 0179474).

Em 04/10/2013, foi prolatada decisão pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Presidente do TRF3R determinando o cumprimento das recomendações constantes do aludido Relatório de Auditoria.

Em 07/10/2013, foi prolatada decisão pela Diretoria do Foro da SJMS determinando o cumprimento da decisão exarada pelo CJF no processo nº CJF-ADM-2013/00221.

Foram constituídos Grupo de Trabalho no TRF3R, pela PORT PRES TRF3R nº 7322/2013, com o objetivo de acompanhar e requerer providências visando ao cumprimento das recomendações contidas na decisão do Processo nº CJF-ADM-2013/00221, e Comissão Temporária de Estudos, pela PORT DFOR SJMS nº 129/2013, para definições relacionadas ao futuro edifício anexo ao Fórum da JFMS, cujos relatórios conclusivos constam dos Processos SEI 0021307-90.2013.4.03.8000 e 0001331-91.2013.4.03.8002.

Em relação aos procedimentos imediatos (subitens 1.4, 1.10 e 1.12 do Relatório de Auditoria), notadamente, relativos à determinação de ressarcimento de valores ao erário, houve intimação às empresas contratadas, para que efetuassem o ressarcimento devido aos cofres públicos e, querendo, nesse mesmo período, apresentassem defesa prévia pela aplicação da penalidade, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 (Ofícios 0246014 e 0247506 – DFORMS/SADM-MS). Apresentada defesa prévia, segue-se o trâmite estabelecido na Lei nº 9.784/1999.

Em relação ao item ao item 1.18 do Relatório de Auditoria (retenção a menor do ISS), houve comunicação à Secretaria Municipal da Receita de Campo Grande (Ofício nº 0249762 – DFORMS/DASM-MS, de 05/12/2013).

Está em tramitação expediente visando a avaliação da ampliação das instalações da SJMS, considerando as necessidades atuais e a real demanda de crescimento (Processos SEI 0001331-91.2013.4.03.8002 e SEI 0002001-04.2014.4.03.8000).

Em 27/6/2014, foi determinada pela Presidência do TRF3R a realização de inspeção administrativa pela unidade de CI, com fundamento no artigo 43, inciso I, da RES CNJ nº171/2013, tendo por objetivo o monitoramento das ocorrências verificadas pelo CJF, no Relatório da Auditoria 0181079, Processo SEI 0010066-2.2013.4.03.8000 (Despacho 0528202 e Portaria PRES TRF3R nº 7654/2014), cujos trabalhos estão em fase de execução.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não se aplica.

(Fonte: Processos SEI 0021307-90.2013.4.03.8000, 0002001-04.2014.4.03.8000, 0001331-91.2013.4.03.8002, 0010066-22.2013.4.03.8000, 0019209-35.2013.4.03.8000, 0017690-25.2013.4.03.8000, 0002503-34.2014.4.03.8002 e 0016566-70.2014.4.03.8000)



Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
JF3R			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Processo nº CJF-ADM-2014/00285	-	-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
JF3R			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
“Levantamento para atender ao disposto na Macrofunção SIAFI/STN 021107 – Imóveis de Propriedade da União, que consolida a norma administrativa relacionada ao art. 99, inciso II, da Lei n. 10.406/2002, Portaria Interministerial STN/SPU n. 322/2001 e Norma de Execução SPU/STN/CCONT n. 6/1996, e Decreto n. 99.672/1990, que dispõe sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis de propriedade da União e dá outras providências. (...) 9. O estudo aponta, consoante planilha demonstrativa em anexo, para providências correntes por parte dessa Setorial de Contabilidade do Tribunal Regional Federal, a cujo âmbito se refere o levantamento, a saber: 9.1. Reavaliação dos bens imóveis, sob administração das Unidades, que se encontrem com prazo bienal vencido para esse procedimento; 9.2. Compatibilização ou conciliação dos valores dos imóveis (bens públicos) que se apresentem a menor ou a maior no sistema SIAFI, em relação aos registrados no sistema SPIUnet; 9.3. Correção do cadastramento de imóvel (bem público), cujo registro SPIUnet não se apresente no SIAFI; 9.4. Cadastramento de imóveis locados pela Justiça Federal que, eventualmente, ainda não constem no sistema SPIUnet; e 9.5. Comunicação a esta Setorial de Contabilidade, no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento desta análise, sobre a adoção das providências apontadas que se refiram a bem imóvel sob a responsabilidade da Unidade administrativa da Justiça Federal.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação / Código SIORG			
DIRG, SADI, SADM SJSP E SADM SJMS Código SIORG: Não se aplica UG 090029 – TRF3R: Tanto os imóveis próprios como os locados estão registrados no SPIUnet, com exceção do Edifício Sede, situado na Av. Paulista, 1842, Torre Sul, em decorrência de pendências no registro do Cartório de Registro de Imóveis, a cargo da Superintendência do Patrimônio da União/SP. UG 090015 – JFMS: Foram efetuadas as atualizações no SPIUnet, tanto em relação aos imóveis próprios como aos locados. Constatou-se, no entanto, que a Supervisora da Seção de Controle Interno da SJMS vinha efetuando os registros contábeis no SPIUnet relativos aos imóveis daquela Seccional, fato que se contrapõe ao Comunicado CNJ 721, Parecer CNJ nº 02/2013 e Acórdão TCU Plenário nº 1074/2009. Em observância ao princípio da segregação de funções, foi designado o Núcleo de Apoio Administrativo para o referido encargo (DOC SEI 0641712 e 0914668). UG 090017 – JFSP: Foram efetuadas as atualizações no SPIUnet, tanto em relação aos imóveis próprios como aos locados. No que diz respeito às diferenças entre os valores registrados no SPIUnet e no SIAFI, os imóveis sob o regime “Locação de Terceiros” não devem contabilizar os valores no SIAFI, conforme subitem 2 do item 4.2 da Macrofunção SIAFI 021006 (Manual de Regularizações Contábeis), e, quanto às diferenças entre os valores dos imóveis de propriedade da União registrados no SPIUnet e SIAFI, apontadas pelo CJF, foram regularizados. Os lançamentos efetuados no SPIUnet foram, posteriormente, ratificados, pelas unidades gestoras da JF3R, no SIAFI, em consonância com o Acórdão TCU nº 639/2007-Plenário.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os registros dos imóveis locados e de uso especial da União sob responsabilidade da JF3R foram regularizados no SPIUnet e no SIAFI, exceto o imóvel de uso especial da União sob responsabilidade do TRF3R, situado na Av. Paulista, 1842, Torre Sul, e 1912 (Edifício-sede), cujos registros, em acompanhamento pela Secretaria do Administração (Processo administrativo nº 04905.002296/2002-31), estão em fase de regularização, da qual depende o lançamento nos aludidos sistemas. Em 11/02/2015 foi informado pela Secretaria do Patrimônio da União, que o referido imóvel recebeu o Registro Imobiliário Patrimonial – RIP nº 04905 002296/2002-31 (DOC SEI 0914755) e aguarda a conclusão do processo de incorporação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			



Gestor
Não se aplica

(Fonte: Processos SEI 0012085-64.2014.4.03.8000 E 0012043-49.2013.4.03.8000)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF3R			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	--	--	Despacho Atos Normativos CNJ 0001627-78.2014.2.00.0000 e 0007638-60.2013.2.00.0000
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
TRF3R			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Acompanhamento de Cumprimento da Decisão 0001627-78.2014.2.00.0000. Resolução 194/2014-CNJ. Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. (Disponível em: http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/28659-resolucao-n-194-de-26-de-maio-de-2014) Acompanhamento de Cumprimento da Decisão 0007638-60.2013.2.00.0000. Resolução 195/2014-CNJ. Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus. (Disponível em: http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/28718-resolucao-n-195-de-3-de-junho-de-2014)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação / Código SIORG			
Presidência do TRF3R, DIRG e AEGE			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
RESOLUÇÃO 194/2014-CNJ No âmbito do TRF3R foi concluído o sistema que permitirá a eleição dos magistrados e servidores integrantes do Comitê Gestor Regional para a gestão e implementação da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. Previamente à eleição, será disponibilizado edital, abrindo as inscrições para os interessados. Após a obtenção da lista dos interessados, iniciar-se-á a etapa de votação. Em março, o Comitê será instituído, por meio de Portaria da Presidência, e os trabalhos iniciados. Não obstante o plano de ação para o alcance da Política ainda não ter sido elaborado, por depender das ações acima, conforme dispõe o art. 8º, da Resolução 194, desde a materialização da diretriz estratégica de <i>orientar programas, projetos e ações dos planos estratégicos dos tribunais, a fim de aperfeiçoar os serviços judiciários de primeira instância e equalizar os recursos orçamentários, patrimoniais, de tecnologia da informação e de pessoal entre primeiro e segundo graus</i>, aprovada por ocasião do VII Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido em novembro de 2013, o TRF3R tem se ocupado de ações que, prioritariamente, visam ao aprimoramento dos serviços da JF de Primeiro Grau da Terceira Região, nos seguintes termos: Infraestrutura e TI Desde o ano de 2010, foram implantadas, na 3ª Região, 43 (quarenta e três) varas (comuns e de juizado especial federal), criadas pela Lei Federal nº 12.011/2009, sendo 41 (quarenta e uma) na SJSP e 2 (duas) na SJMS. Destas, 8 (oito) foram implantadas em 2014: varas-gabinete de JEF nas Subseções Judiciárias de São Bernardo do Campo, Guaratinguetá, Mauá, Itapeva e Barueri; uma vara comum na Subseção de São Vicente; e duas varas comuns na Subseção de Barueri. Além das varas, também foram criadas, por força da Lei Federal nº 12.665/2012, 18 (dezoito) TR. Destas, 12 (doze) já implantadas, sendo 11 (onze) em SP e 1 (uma) em MS. Cabe destacar, também, as diversas adequações nas competências de unidades judiciárias que tomaram forma em 2014: varas comuns foram transformadas em JEF ou em varas com juzizados adjuntos. Para viabilizar as citadas instalações e adequações, inúmeras foram as ações que envolveram reformas de edifícios e/ou ambientes; aquisição e montagem de móveis; disponibilização e instalação dos equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Equalização da força de trabalho Na JF3R não há quadro de pessoal único. Ao contrário, o TRF3R e as SJSP e SJMS possuem quadros de pessoal permanente próprios e independentes um do outro. Assim, salvo nos casos de permuta, não é possível a movimentação de pessoal entre o primeiro e o segundo graus, com o fim de equalizar a força de trabalho de forma			



proporcional à demanda processual. No entanto, é possível o ajuste nas lotações fixadas para as unidades judiciárias de cada órgão (TRF3R, SJSP e SJMS).

Com este foco, a Administração, preocupada com a justa distribuição de pessoal entre as unidades tanto da SJSP como da SJMS, expediu, após longo estudo, a RES nº 549/2014, que estabelece metodologia para definir o quadro de servidores das unidades judiciárias das Seções Judiciárias da 3ª Região. Esta metodologia, que toma por base a produtividade e a demanda processual, associada à gestão focada no aprimoramento e informatização dos processos de trabalho, trará por benefício a distribuição de pessoal entre as unidades judiciárias proporcional à demanda processual.

Governança colaborativa

No âmbito da JF, a governança decorre da própria organização institucional, na qual compete ao CJF a supervisão orçamentária e administrativa, o poder correicional e a uniformização de procedimentos, bem como a promoção da integração e aprimoramento da JF. Vale lembrar que o CJF é composto pelo Ministro Presidente do STJ, o Corregedor-Geral da JF e os Presidentes dos TRF. Assim, na JF, a governança foi estabelecida e é a própria razão de ser do CJF, principalmente quando se atém à missão legal de uniformizar procedimentos, promover a integração e aprimoramento da Justiça.

É o caso, por exemplo, da instituição dos seguintes sistemas: Sistema de Administração Orçamentária (RES CJF nº 84/2009), subsidiado pelo Comitê Gestor do Planejamento, Orçamento e Finanças; Sistema de Controle Interno (RES CJF nº 85/2009), subsidiado pelo Comitê Técnico de Controle Interno; Sistema de Desenvolvimento Institucional (RES CJF nº 86/2009), subsidiado pelo Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal (COGEST); Sistema de Recursos Humanos (RES CJF nº 87/2009), subsidiado pelo Comitê Gestor de RH; Sistema de TI (RES CJF nº 88/2009), subsidiado pelo Comitê Gestor do Sistema de TI; Sistema de Gestão Estratégica (RES CJF nº 333/2014) - orçamento para projetos estratégicos -, subsidiado pelo COGEST, bem como pelos Comitês de Gestão Estratégica Regionais (CGER) e pelo Comitê de Gestor Institucional do CJF (CGI).

Também, a título de ilustração da integração em governança, há as Escolas de Magistratura da cada Regional, sob a coordenação do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) (Lei Federal nº 11.798/2008 e RES CJF nº 83/2009), o sistema de Corregedoria-Geral e Corregedorias-Regionais (Lei Federal nº 11.798/2008).

Decorrem deste sistema de governança - e o compõem - as políticas e regulamentos específicos para cada área da gestão, incluindo as unidades jurisdicionais de 1º e 2º graus, com o objetivo de privilegiar as especificidades de atuação, garantidas, nos comitês que subsidiam, a participação destes órgãos.

No caso particular do orçamento, há no CJF comitê de orçamento, que se ocupa da elaboração e destinação dos recursos ao 1º grau de jurisdição. Neste sentido, há que ressaltar a existência de orçamento próprio para cada Seção Judiciária, realizado a partir das necessidades encaminhadas pelas próprias. Isto, a fim de garantir a isonomia de tratamento orçamentário frente aos insuficientes recursos.

RESOLUÇÃO 195/2014-CNJ

Nos termos do art. 6º, da RES 195/2014-CNJ, será estabelecido um único Comitê para as atribuições do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau e o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, previsto pela RES nº 194.

Em relação ao Comitê Orçamentário de Segundo Grau, o mesmo foi instituído pela PORT PRES TRF3R nº 7.794, de 15/01/2015.

As determinações contidas nos artigos 4º e 9º, da RES nº 195, foram atendidas e disponibilizadas na página de Transparência Pública do sítio eletrônico do TRF3R, no "link" "[Distribuição de Orçamento \(Resolução 195/2014/CNJ\)](#)".

Independente das providências mencionadas vale destacar um dos "considerandos" da RES nº 195, cuja elaboração tomou por base a boa experiência da JF, que disponibiliza orçamentos distintos e específicos para o primeiro e segundo graus de jurisdição.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

--

(Fonte: Processos SEI 0013330-13.2014.4.03.8000 e 0013501-67.2014.4.03.8000)



11.3 – Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 – Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93

(Fonte: SEGE, SCAJ, Seção de Ingresso/JFSP, Seção de Cadastro/JFSP, NURE/JFMS, Sistemas VoxVirtua, Sistema SEI, Processos SEI 0008789-34.2014.4.03.8000, 0004675-52.2014.4.03.8000, 0001425-05.2014.4.03.8002 e 0009472-71.2014.4.03.8000)

QUADRO A.11.3 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR*									
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)									
Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR								
	Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função			Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função			Final do Exercício Financeiro		
Obrigados a entregar a DBR	26			02 ⁽¹⁾			392		
Entregaram a DBR	26			02 ⁽¹⁾			392		
Não cumpriram a obrigação	0			0			0		
Servidores									
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)									
Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR								
	Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função			Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função			Final do Exercício Financeiro		
UG	TRF3R	JFSP	JFMS	TRF3R	JFSP	JFMS	TRF3R	JFSP	JFMS
Obrigados a entregar a DBR	641	1.046	50	629	988	54	1.412	2.780	217
Entregaram a DBR	641	1.046	49	629	988	54	1.412	2.780	217
Não cumpriram a obrigação	0	0	1	0	0	0	0	0	0

Nota: * “Cargos Eletivos”, não se aplica à realidade da UJ, conforme descrição dos campos do Quadro A.11.3 da PORT TCU nº 90/2014 c/c o art. I, V, da Lei nº 8.730/1993.

Observações:

⁽¹⁾ Neste campo foram considerados os dois magistrados que implementaram idade limite de permanência no serviço público ativo e solicitaram aposentadoria voluntária, previstos na coluna de egressos do Quadro A.7.1.1.1.

Não considerados os 06 (seis) magistrados de primeiro grau removidos para outras regiões, tendo em vista que o evento remoção não enseja a obrigação de apresentação da DBR, nos termos do art. 1º, da Lei nº 8730/93, e do art. 2º, da RES CJF nº 2014/00282.

11.3.2 – Situação do cumprimento das obrigações

11.3.2.1 – Atividade de acompanhamento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/1993

A entrega das DBR determinada nas Leis nº 8.429/1992 e nº 8.730/1993 por parte dos magistrados e servidores está regulamentada, no âmbito da JF, pela RES CJF nº 282/2014. O normativo alinha-se aos termos da IN TCU nº 67/2011, da PORT TCU nº 301/2012 e da Recomendação CNJ nº 10/2013, que dispõem sobre os procedimentos referentes às declarações de bens e rendas a serem apresentadas pelas autoridades e servidores públicos federais a que aludem as Leis nº 8.429/1992 e nº 8.730/1993.

Os magistrados e servidores devem entregar às unidades de pessoal dos órgãos a que estiverem vinculados a DBR ou cópia da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física na forma exigida no art. 13, caput e § 1º, da Lei n. 8.429/1992 e detalhadamente descritos no art. 2º, caput e §§ 1º a 6º, da Lei n. 8.730/1993, bem como das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil – RFB, nas seguintes situações: a) por ocasião do ingresso no órgão, independentemente da sua forma, para posse em cargo público, efetivo ou em comissão, inclusive



quando for designado para ocupar função comissionada; b) na vacância do cargo, efetivo ou comissionado, que implique desligamento do órgão; c) anualmente, em até quinze dias após a data limite fixada pela RFB para a apresentação das declarações, salvo se optar pela apresentação da autorização de acesso; d) a critério da administração, da unidade de CI ou do TCU, quando solicitada.

Os servidores cedidos ou lotados provisoriamente, para exercício em outros órgãos ou entidades, bem como os removidos na forma do art. 20 da Lei nº 11.416/2006, devem entregar a DBR ou cópia da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física na respectiva fonte pagadora.

Os magistrados e os servidores poderão apresentar, em alternativa, autorização de acesso exclusivamente aos dados de bens e rendas, a qual perderá efeito sobre os exercícios subsequentes àqueles em que o magistrado ou o servidor deixarem de ocupar cargo efetivo e em comissão ou função comissionada, com o consequente desligamento do órgão.

Consoante arts. 6º e 8º da RES CJF nº 282/2014, a unidade de CI da UG deve fiscalizar o cumprimento da entrega das DBR pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/1993, fazendo constar o resultado da fiscalização no relatório de auditoria de gestão de cada exercício.

11.3.2.2 – Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR

TRF3R: Em relação ao ano calendário de 2014, ano base 2013, 1737 servidores firmaram autorização de acesso aos Dados de Bens e Rendas e 21 servidores apresentaram, eletronicamente, cópia da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, no prazo fixado pela RES CJF nº 282/2014. Foram identificadas 30 pendências, das quais, após contato da Seção de Gestão de Informações e Documentos Funcionais - RGED, 20 foram prontamente regularizadas.

Das 10 pendências restantes: a) 04 referem-se a servidores removidos de outros órgãos para o TRF3R, que declararam ter cumprido a obrigação determinada na Lei nº 8.730/1993, em seus órgãos de origem (DOC SEI 0782075, 0782090, 0782093 e 0782096); b) 01 refere-se a servidora, removida da Seção Judiciária do Maranhão para o TRF3R, obteve concessão de Licença para Acompanhamento de Cônjuge, com lotação provisória na Subseção Judiciária de Mogi das Cruzes, tendo sido desligada a partir de 29/05/2014. Muito embora não tenha firmado a autorização de acesso ao TCU e tampouco tenha apresentado cópia da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, a servidora não ocupou Função Comissionada ou Cargo em Comissão durante o período em que esteve em exercício no TRF3R, de 07/01 a 28/05/2014; c) 01 refere-se servidora pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em gozo de Licença para Acompanhamento de Cônjuge, com lotação provisória no TRF3R, teve alterada a sua situação, sendo cedida para o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, com desligamento do TRF3R a partir de 17/11/2014. Muito embora não tenha firmado a autorização de acesso ao TCU e tampouco tenha apresentado cópia da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, a servidora não ocupou Função Comissionada ou Cargo em Comissão durante o período de sua lotação provisória no TRF3R, de 01/10/2013 a 16/11/2014; d) 04 referem-se a servidores em gozo de Licença para Acompanhamento de Cônjuge, sem vencimentos (Processo SEI 0022206-54.2014.4.03.8000).

SJMS: Foram identificadas as seguintes pendências, cuja regularização foi solicitada por e-mail: Adriano Nogueira Pinna, Antônio Cesar Amaral Medina, Cláudia Guimarães Marchesi, Hilana Figueiredo de Souza, Marina Célia Zanetti e Paulo Jonas Filgueira Serpa. Trata-se de servidores em férias, licença saúde ou removidos para outros órgãos.

Não houve descumprimento da obrigação de entrega da DBR por parte de magistrados, bem assim de servidores da JFSP, no exercício de 2014.



11.3.2.3 – Unidades internas incumbidas de gerenciar a recepção das DBR

TRF3R: Seção de Gestão de Informações e Documentos Funcionais – RGED, subordinada à Subsecretaria de Acompanhamento e Desenvolvimento Profissional – UDEP, da SEGE (em relação a servidores), e Divisão de Assuntos da Magistratura, da SCAJ (em relação a magistrados).

SJSP: Seção de Ingresso, subordinada ao Núcleo de Ingresso, Acompanhamento e Avaliação de Pessoas, unidade responsável pela recepção das DBR de servidores na posse ou início do exercício de cargo ou função e Seção de Cadastro, subordinada ao Núcleo de Administração Funcional unidade responsável pela recepção anual das DBR de servidores.

SJMS: Seção de Pessoal, subordinada ao Núcleo de Recursos Humanos.

11.3.2.4 – Existência de sistema informatizado para gerenciamento da DBR

No exercício de 2014 foi implantado o sistema unificado de Gerenciamento das Declarações de Bens e Rendas para toda a JF3R.

11.3.2.5 – Forma de recepção das DBR

Os arts. 2º, § 2º, e 4º da RES CJF nº 282/2014 facultam a apresentação da DBR digitalmente, na forma indicada pela fonte pagadora do magistrado ou do servidor, ou mediante formulário de papel, conforme o modelo estipulado em seu Anexo I. Alternativamente, poderá ser apresentada autorização de acesso ao TCU exclusivamente aos dados de bens e rendas.

Na JF3R há sistemática eletrônica tanto para recepção das DBR, como para autorização de Magistrados e servidores, mediante login e senha próprios, para acesso, pelo TCU, às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil.

A utilização de papel restringe-se aos casos de novos ingressos, situação em que não há possibilidade de acesso imediato à rede do órgão.

11.3.2.6 – Análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida

A UJ não realiza análise das DBR para identificação de eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida pelos magistrados e servidores.

11.3.2.7 – Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações

O art. 5º da RES CJF nº 282/2014 atribui aos titulares das unidades de pessoal a responsabilidade pelo sigilo das informações contidas nas DBR ou nas Declarações do Imposto de Renda Pessoa Física que lhes forem disponibilizadas, os quais devem adotar medidas para preservar sua confidencialidade, conforme o art. 198 do Código Tributário Nacional, o art. 325 do Código Penal, o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 8.730/1993 e o § 2º do art. 11 do Decreto nº 5.483/2005. Sujeita às sanções prescritas na legislação por violação do dever de sigilo, os servidores ou quaisquer pessoas que, em virtude do exercício de cargo ou função, tiverem acesso a informações fiscais relativas às autoridades e aos servidores públicos.

Na JF3R, as informações eletrônicas são armazenadas em banco de dados, com acesso limitado aos próprios declarantes (login e senha), técnicos de TI administradores do sistema, servidores da área de gestão de pessoal responsáveis pelo gerenciamento das DBR e unidades de CI, resguardados os padrões de sigilo e guarda das informações. O sistema fornece relatórios gerenciais para acompanhamento do cumprimento de prazos para entrega das DBR e



correspondentes recibos de apresentação à Receita Federal do Brasil, à unidade de pessoal, ou de justificativas, no caso de impossibilidade de atendimento.

No Sistema SEI, as DBR são classificadas como documentos reservados, status que assegura o acesso, unicamente, dos servidores das unidades responsáveis por seu processamento. As DBR recepcionadas em papel são digitalizadas e arquivadas no prontuário do interessado, também com acesso restrito aos servidores das unidades responsáveis por seu processamento e unidades de CI.

11.3.3 – Relatório de Fiscalização DAUD 0486145

Item 13 das Peças Complementares do Processo de Contas da Justiça Federal da 3ª Região do exercício de 2013, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2552>)

(Avaliação objetiva sobre o cumprimento no exercício de 2013, no âmbito da JF3R, das obrigações estabelecidas nas Leis nº 8.429/1992, 8.730/1993 e IN TCU nº 67/2011)

Em fevereiro/2015, em cumprimento aos arts. 39 e 40 da RES CNJ nº 171/2013 e à RES PRES TRF3R nº 411/2014 (Plano Anual de Auditorias e Fiscalizações para o exercício de 2015, no âmbito da JF3R, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382>), foi realizada ação de monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades fiscalizadas face às propostas de encaminhamento constantes do Relatório de Fiscalização DAUD 0486145, que teve por objetivo a avaliação objetiva sobre o cumprimento no exercício de 2013, no âmbito da JF3R, das obrigações estabelecidas nas Leis nº 8.429/1992, 8.730/1993 e IN TCU nº 67/2011 (arts. 6º e 8º da RES CJF nº 282/2014) (Processo SEI nº 0009472-71.2014.4.03.8000, Informação nº 0838551).

Foram regularizadas as situações pendentes: Juliana Landim Moreira da Costa (TRF3R/SEGE) e Fabio Akira Yamamoto, Osias Pereira da Mota e Oséias Bispo de Araújo (JFMS) (DOC SEI 0520192, 0528904, 0528908 e 0833665).

A avaliação do Sistema Unificado de Gerenciamento das Declarações de Bens e Rendas, implantado na JF3R no exercício de 2014, será realizada na ação de fiscalização tendo por objeto o cumprimento, no exercício de 2014, no âmbito da JF3R, das obrigações estabelecidas nas Leis nº 8.429/1992, 8.730/1993 e IN TCU nº 67/2011 (arts. 6º e 8º da RES CJF nº 282/2014), aprovada pela RES PRES TRF3R nº 411/2014, em fase de execução (PORT PRES TRF3R nº 7.786/2015).

11.4 – Medidas adotadas em caso de dano ao Erário

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014.



12 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 – Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

12.1.1 – Depreciação, amortização, exaustão e mensuração de ativos e passivos

12.1.1.a – Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10

A UJ atendeu aos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas RES CFC 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

12.1.1.b – Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição do bem. Do mesmo modo, o ativo imobilizado é mensurado pelo valor de aquisição, ajustado pelo valor de depreciação, baseado no desgaste pelo uso, obsolescência e ação da natureza, de maneira a evidenciar o valor justo do bem na data do encerramento do balanço patrimonial.

12.1.1.c – Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão adotados pela UJ cumprem a Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta na União, Autarquias e Fundações, do SIAFI.

Em atendimento ao item 14 do citado normativo, a partir de janeiro de 2010 os ativos imobilizados, especificamente os bens móveis, adquiridos pela UJ, têm sido depreciados, prescindindo da aplicação do procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável, posto apresentarem base monetária inicial confiável. Utiliza-se o método linear de depreciação de quotas constantes. Já, para as aquisições anteriores a janeiro de 2010, observou-se o cronograma limite, por conta contábil, para implantação obrigatória da depreciação, estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, na mesma Macrofunção.

12.1.1.d – Taxas utilizadas para os cálculos

Para elaboração dos cálculos de depreciação, utilizou-se a tabela de vida útil, estabelecida por conta contábil, disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

12.1.1.e – Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

O reconhecimento do ativo imobilizado é realizado com base no valor de aquisição menos a depreciação acumulada. Os bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010 são submetidos a testes de recuperabilidade, para apurar a Redução a Valor Recuperável (*Impairment*) ou Reavaliação, atendendo ao cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, na Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Para realização dos testes de recuperabilidade, foram constituídas comissões de



servidores no TRF3R, JFSP e JFMS (PORT 7195/2011, 03/2012 e 14/2012, respectivamente), em atendimento ao item 76 da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Na apuração do valor dos veículos de tração mecânica, utilizou-se consulta à tabela FIPE. Para os demais casos, diante da dificuldade de apuração dos valores de mercado, utilizou-se o valor da depreciação que teria sido lançado até o final do exercício de 2009, previsto na Macrofunção SIAFI 02.03.30.

12.1.1.f – Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10 T sobre o resultado apurado pela UJ no exercício

Com relação às despesas com depreciação, a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 permitiu a evidenciação dos bens móveis registrados na JF3R. No exercício de 2014, o valor da depreciação acumulada correspondeu a 19,83% do valor dos bens móveis da UJ, percentual superior ao registrado em 2013 (16,92%).

12.2 – Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas (Fonte: AEGE)

Conforme relatado no item 4.3 deste Relatório de Gestão, foi incluído no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário – 2015/2020 o Macrodesafio “Aperfeiçoamento na gestão de custos”, tendo sido estabelecido, no PEJF – 2015/2020, para esse macrodesafio, o objetivo estratégico “Otimizar custos operacionais”.

Dentre as ações a serem desenvolvidas, pretende-se iniciar estudos para a identificação de centros de custos, com o estabelecimento de critérios para aferição dos dados a serem coletados.

12.3 – Conformidade contábil

12.3.a – Descrição do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UJ

O processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UJ é efetuado em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e com o Manual SIAFI, notadamente o Assunto 02.10.03 – Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis.

Periodicamente, são utilizados instrumentos de análise contábil para registro da conformidade, tais como o Balancete, o CONINCONS – Consulta Inconsistência Outros Contábeis e o CONCONTIR – Consulta Contas a Regularizar, para identificar inadequações relacionadas a saldos alongados, indevidos, invertidos e classificações incorretas de despesas, visando assegurar transparência e confiabilidade aos registros contábeis da UJ.

A instância responsável pela realização da conformidade contábil na UJ é a Divisão de Análise Contábil e de Processo de Contas, na condição de Setorial Contábil da JF3R, unidade responsável pelo acompanhamento da execução contábil das UG Executoras da JF3R — quais sejam, 090029 - Tribunal Regional Federal da 3ª Região; 090055 - Escola de Magistrados da Justiça Federal – 3ª Região; 090047 - Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Sentenças Judiciais; 090017 - Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo e 090015 - Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul — nos termos do item 3.1.1.1 da Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil.

No processo de registro da conformidade, há observância ao princípio da segregação de função, consoante disposto no item 8.1 da Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil. Os servidores responsáveis pelo registro da conformidade contábil não exercem funções conflitantes com tal mister, tais como autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou efetuar a



conformidade de registro de gestão.

12.3.b – Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício

No exercício de 2014, foram registradas 22 ocorrências contábeis para a UJ, sendo três alertas e 19 ressalvas.

Os três alertas referem-se à ausência de registro da conformidade de registro de gestão nas UG 090015 (fevereiro e julho) e 090017 (junho). Ante a impossibilidade de adoção de providências corretivas, por extemporâneas, houve cientificação da área responsável, quanto à observância do prazo de três dias úteis previsto no item 3.1.4 da Macrofunção SIAFI 02.03.14 - Conformidade de Registro de Gestão, para registro daquela conformidade.

Dentre as ressalvas, 10 são relativas ao código de restrição 674 (Saldos alongados/indevidos em contas de Saldo Transitório do Passivo Circulante) e decorrem, sobretudo, de manutenção de saldo nas contas contábeis 2.1.2.6.1.00.00 (GRU-Valores em trânsito para estorno de despesa) e 2.1.2.6.3.00.00 (Ordens Bancárias Canceladas).

As nove ressalvas restantes referem-se ao código de restrição 680 (Divergência entre valores liquidados e o Passivo Financeiro), decorrentes de desequilíbrio entre as contas contábeis que compõem a Equação 147 (Passivo Financeiro x Passivo Compensado).

Todas as inconsistências contábeis foram sanadas pelas UG durante o exercício de 2014. Não foram registradas restrições contábeis para as UG 090035 (TRF3R – Setorial Orçamentária), 090047 (TRF3R – Precatórios/RPV) e 090055 (Escola de Magistrados da JF3R).

12.3.c – Descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização

As restrições contábeis registradas em 31/12/2013 foram regularizadas no exercício de 2014. Não houve ocorrências contábeis na UJ em 31/12/2014, motivo pela qual a Conformidade Contábil de dezembro de 2014 foi registrada sem restrição, em observância aos itens 4.1.1 e 6.1.4 da Macrofunção SIAFI 02.03.15 – Conformidade Contábil.



12.4 – Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

12.4.1 – Declaração plena

QUADRO A.12.4.1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR AFIRMATIVA DA FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Setorial Orçamentaria			090035
Tribunal Regional Federal da 3ª Região			090029
Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Precatórios e Requisições de Pequeno Valor			090047
Justiça Federal de Primeiro Grau de São Paulo			090017
Justiça Federal de Primeiro Grau de Mato Grosso do Sul			090015
Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região			090055
Declaramos que as demonstrações contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidas pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 (R1), de 24 de outubro de 2014, relativas ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão. Informamos, outrossim, que o Demonstrativo de Fluxo de Caixa não está disponibilizado no SIAFI. Estamos cientes das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	São Paulo	Data	05 de março de 2015
Contador Responsável	Marcos Vinícios Carvalho Dias	CRC nº	1SP158415/O-6
Contador Substituto	Otávio Augusto Pascucci Perillo	CRC nº	1SP290863/O-6

Assinatura válida

MARCOS VINÍCIOS CARVALHO DIAS:984

Assinado digitalmente em 05/03/2015 16:21:45

Regulamentado pela Medida Provisória 2000-2 - Art. 10º de 24/08/2001 da CF-Brasil

Assinatura válida

OTAVIO AUGUSTO PASCUCCI PERILLO:3574

Assinado digitalmente em 05/03/2015 16:24:35

Regulamentado pela Medida Provisória 2000-2 - Art. 10º de 24/08/2001 da CF-Brasil

12.4.2 – Declaração com ressalva

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de 2014.



12.5 – Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela RES CFC nº 1.133/2008

O item 12.5 não se aplica à UJ (Quadro A.1 da DN TCU nº 134/2013).

12.6 – Demonstrações contábeis e notas explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

O item 12.6 não se aplica à UJ (Quadro A.1 da DN TCU nº 134/2013).

12.7 – Composição acionária das empresas estatais

O item 12.7 não se aplica à UJ (Quadro A.1 da DN TCU nº 134/2013).

12.8 – Relatório de auditoria independente

O item 12.8 não se aplica à UJ (Quadro A.1 da DN TCU nº 134/2013).



13 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 – Vice-Presidência do TRF3R

(Fonte: Gabinete da Vice-Presidência do TRF3R e URL: <http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/322149>, de 17/12/2014)

Conforme registrado no item 2.1 e quadro A.1.3, deste Relatório de Gestão, a Vice-Presidência compõe a estrutura de governança do TRF3R e sua competência está fixada no art. 22 do RI/TRF3R.

Contabilizou-se, no início do exercício de 2014, o acervo legado (processos conclusos + suspensos/sobrestados) de 128.667 processos (fonte: contagem física e Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação/TRF3R); 5.893 processos aguardando o envio eletrônico para o STJ, em 02/2014 (fonte: Seção de Validação e Indexação do TRF3R) e 12.000 processos na Seção de Passagem de Autos (envio para varas de origem), em 02/2014 (fonte: contagem física).

As principais atividades de gestão no exercício estiveram relacionadas às necessidades de conhecimento e organização do acervo; identificação dos pontos de retenção de processos no fluxo de trabalho; captação de recursos para aumento da capacidade produtiva e definição de estratégias de organização do trabalho e das equipes.

Os aspectos dificultadores da gestão foram os seguintes: quadro de servidores deficitário em relação à demanda de trabalho; quadro de funções comissionadas desproporcional e desfavorável em relação aos demais setores da área fim do TRF3R; dispersão física do acervo de processos; lentidão do procedimento de digitalização e indexação de processos no sistema do STJ, acarretando acúmulo de processos na seção responsável e sistemas informatizados com baixa automatização de rotinas.

Principais ações adotadas: mapeamento e organização do acervo de processos conclusos à Vice-Presidência, mediante realização de mutirão; realização de serviço extraordinário para atualização de atividades em atraso; celebração de Termo de Compromisso com a Central de Penas e Medidas Alternativas – CEPEMA, para a inserção e monitoramento dos beneficiários de prestação de serviços à comunidade, no âmbito da Vice-Presidência, nos termos do art. 5º da CF (prestação social alternativa), Leis Federais nº 7.210/84, 9.099/95, 10259/2001 e Código Penal Brasileiro (Decreto-lei nº 2.848/1940) (DOC SEI 0927424); ampliação do número de estagiários; reestruturação da Vice-Presidência (RES CATRF3R nº 500/2014) e simplificação de procedimentos de trabalho.

Diante desse quadro, obtiveram-se, no exercício de 2014, os seguintes resultados: eliminação do acervo de processos criminais em agosto/2014; eliminação das pendências de juntada de petições com atraso desde 2012, em julho/2014; eliminação do congestionamento de processos conclusos ao STJ, em setembro/2014 e aumento do número de processos decididos, em comparação com o número de processos distribuídos, reduzindo-se em 3.619 o número de processos no acervo, em novembro/2014. Destaque-se que, nas matérias criminais, a vice-presidência do TRF3R trabalha hoje somente com os novos recursos interpostos.

Atingiu-se, assim, um resultado satisfatório no exercício de 2014, possível face às ações de gestão, apoiadas pela Presidência do TRF3R e estruturas subordinadas, e ao forte comprometimento dos magistrados e servidores que atuam na Vice-Presidência.

Projeta-se, para o exercício de 2015, a redução do número absoluto de processos e do tempo de tramitação dos recursos, além da extinção do acervo de algumas outras importantes e sensíveis matérias.

13.2 – Escola de Magistrados da JF3R

(Fonte: EMAG)

A missão da EMAG é favorecer a construção e a difusão de conhecimentos,



propiciando situações de aprendizagem que contribuam para a formação e o aperfeiçoamento dos Magistrados. Para tanto, seguem-se os padrões definidos pelo CJF, pela ENFAM, bem como as metas estabelecidas no PEJF e as decorrentes de análise das necessidades de treinamento mencionadas em pesquisas realizadas com os magistrados.

No exercício de 2014, foram realizadas as etapas finais do XVII Concurso Público para Provedimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região (sessão pública para a identificação das provas e divulgação das notas da segunda prova escrita, em 08/01; sessão pública para julgamento dos recursos, em 04/02; publicação do edital com a relação dos aprovados na segunda prova escrita e convocação para inscrição definitiva, exames de sanidade física e mental, psicotécnico e sindicância da vida pregressa e investigação social, em 08/02; realização de exames clínico e psicotécnico, no período de 18 a 21/02; edital de convocação dos candidatos com inscrições definitivas deferidas, publicado em 22/03; sorteios de pontos e provas orais, no período de 01 a 10/4; publicação do resultado das provas orais, em 16/4; publicação do edital com o resultado da avaliação dos Títulos dos candidatos aprovados, em 07/5 e sessão pública do julgamento dos recursos, em 14/5 e publicação do resultado final em 17/5) (URL: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3162>).

Em decorrência, o principal objetivo traçado pela EMAG para o exercício de 2014 foi o de oferecer o Curso de Formação Inicial para os candidatos aprovados no certame, nos moldes previstos pela RES ENFAM nº 3/2013, deparando-se com os desafios de atender, na integralidade, os termos da RES ENFAM nº 3/2013; capacitar 100% dos magistrados empossados e oferecer um cronograma de atividades compatível com as exigências das instâncias superiores e com as particularidades da atividade jurisdicional da JF3R.

Para superação de tais desafios, foram estabelecidos os seguintes parâmetros: distribuição do Curso de Formação Inicial em módulos temáticos, contemplando o conteúdo programático estabelecido no art. 9º da RES ENFAM nº 3/2013 e outros temas de interesse dos magistrados ingressantes, contando com aulas teóricas, simulações, visitas a setores administrativos e fiscais ligados à Justiça Federal, trabalhos em grupo e estágio supervisionado, totalizando 514 horas, no período de 27/5 a 26/9/2014.

O curso foi credenciado na ENFAM e oferecido nos seguintes moldes: Estrutura administrativa e judiciária do TRF3R; Ética e deontologia do magistrado; Relacionamento interpessoal e interinstitucional; Recursos da informação; Administração judiciária; Gestão administrativa de pessoas; Jurisdição Federal criminal, civil, previdenciária e execução fiscal; JEF; Conciliação e mediação; Impactos ambientais, econômicos e sociais das decisões judiciais; Prática jurisdicional. Com essa vasta programação, que procurou conciliar teoria e prática jurisdicionais, bem como o aprimoramento administrativo-humanístico, a EMAG superou os desafios propostos e atingiu, em 100%, a meta de qualificação dos juízes recém-ingressos, com 100% de aproveitamento.

O custo total do Curso de Formação Inicial foi de R\$ 288.163,09, correspondendo a 40,21 % do orçamento destinado à EMAG para o exercício de 2014.

No exercício de 2014 foi dado, ainda, prosseguimento às atividades destinadas à Formação Continuada de magistrados, nos termos da RES ENFAM nº 3/2013, e, conforme o caso, também de servidores, mediante cursos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, resultando em 34 ações de capacitação e 1239 participantes aprovados (210 magistrados; 791 servidores e 238 pertencentes ao público externo, advogados, estudantes e procuradores), conforme detalhado no Anexo XXVIII, deste Relatório de Gestão.

Para fins de aprovação, são utilizados os critérios de 75% de frequência mínima e/ou de aproveitamento (apresentação de trabalho escrito pelos magistrados participantes, ou a sua avaliação, ao final de cada ação de capacitação, exigindo-se nota mínima 7,0 para aprovação, em qualquer modalidade, conforme critérios da ENFAM).

Do total de magistrados capacitados, 24 são recém-ingressos (11,42% do total), 85 são juízes substitutos em vitaliciamento (40,48% do total) e 101 juízes federais em aperfeiçoamento



(48,10% do total).

As ações de Formação Continuada totalizaram o dispêndio de R\$ 132.413,94, correspondendo a 18,48% do orçamento destinado à EMAG para o exercício de 2014.

Foram prestados apoio estrutural e metodológico pela EMAG, às seguintes unidades: AEGE; Central de Mandatos; gabinete de desembargador; CEDES/CADE; GABCON; JEF e SEGE.

Destarte, alinhada ao PEJF e cumprindo sua missão institucional, a EMAG desenvolveu um planejamento de ações de capacitação compatível às demandas da ENFAM e dos magistrados da JF3R e à sua dotação orçamentária, procurando otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

As dificuldades superadas no exercício referem-se à sucessão de três diretorias no primeiro semestre de 2014 e à reestruturação do quadro e reenquadramento de atribuições e tarefas nos sistemas administrativos e orçamentários. Destaque-se, nessa superação, o papel, de suma importância, dos servidores, na consecução dos objetivos da EMAG, que, unindo esforços, deram cumprimento à grade dos cursos em andamento.

13.3 – Juizados Especiais Federais da 3ª Região

(Fonte: Gabinete da Coordenadoria dos JEF da 3ª Região)

Tabela 19 – Quadros de JEF e TR da 3ª Região

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO				
UNIDADE	2011	2012	2013	2014
JEF Autônomos	20	20	25	30
JEF Adjunto (1)	0	3	7	12
JEF Básicos (2)	3	1	0	0
Varas-Gabinete	34	40	42	47
JEF Criminais Adjuntos	79	81	87	87
TR Competência Cível	4	4	4	10
TR Competência Cumulativa	1	1	1	1
Turma Regional de Uniformização	1	1	1	1
Unidades Descentralizadas	3 (USP-SP e Aeroportos)	3 (USP-SP e Aeroportos)	3 (USP-SP e Aeroportos)	2 Aeroportos(3)

NOTA:

(1) JEF Adjunto: Art. 4º da RES CJF nº 259/2005 – instituído nas Varas Federais quando, pela especialização da matéria ou em função do volume de processos, não se justifique a instalação de outra forma de Juizado no local, nos termos do art. 18, parágrafo único, da Lei nº 10.259/2001.

(2) JEF Básico: Art. 3º da RES nº 259/2005 – integrado por Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos, com atuação temporária, designados na forma do artigo 17 da RES nº 259/2005, atendidos por uma Secretaria Única.

(3) Juizado Conveniado: Art. 6º da RES nº 259/2005 – Vigê, até 20/02/2013, o Convênio 01.012.10.2010 das unidades de atendimento do JEF nos Aeroportos de Congonhas e Guarulhos.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL				
UNIDADE	2011	2012	2013	2014
JEF Autônomos	2	2	2	2
JEF Adjunto	0	0	0	0
JEF Básicos	0	0	0	0
Varas-Gabinete	2	2	2	2
JEF Criminais Adjuntos	9	9	9	8
TR Competência Cível	0	0	0	0
TR Competência Cumulativa	1	1	1	1
Turma Regional de Uniformização	0	0	0	0
Unidades Descentralizadas	0	0	0	0

No exercício de 2014, foram implantados 5 JEF Adjuntos e instaladas 5 Varas-



Gabinete, além de 6 TR, todos na SJSP, conforme relatado no item 4.1.7, deste Relatório de Gestão. As inaugurações dos novos JEF Adjuntos e Varas-Gabinete acarretaram a alteração de jurisdição de parte dos Juizados, fazendo coincidir a jurisdição das Varas Federais e dos JEF nas Subseções Judiciárias.

No que tange aos JEF criminais adjuntos, todas as 95 Varas Federais com competência criminal recebem e processam os feitos que se enquadram na Lei 10.259/2001.

Tabela 20 – Processos em tramitação e percentual de julgamento no JEF

Ano	Distribuídos	Julgados	Arquivados	Tramitação em dezembro	Percentual de julgamento
2011	157.803	215.950	217.580	234.461	137%
2012	162.255	198.236	223.750	214.347	122%
2013	204.146	191.841	198.855	227.729	94%
2014	333.068	214.514	204.038	338.512	64%

Como se depreende dos dados estatísticos compilados, a distribuição de processos nos juizados cíveis sofreu redução nos anos de 2007 a 2011, com pequeno crescimento em 2012, um incremento de 26% em 2013 com relação ao ano anterior, atingindo 61% no aumento da distribuição em 2014 na comparação com 2013. Esse aumento resulta da quantidade de JEF na 3ª Região, que contava com 26 unidades em 2012, passando para 34 em 2013 e 44 em 2014, além disso, a implantação do Peticionamento Inicial pela Internet, ocorrida no segundo semestre de 2012, que passou a ser obrigatória em abril de 2014. Quanto aos JEF criminais adjuntos, em dezembro de 2014, havia 586 processos em tramitação (Fonte: AGES).

Em relação à força de trabalho, os JEF contam, atualmente, com o trabalho efetivo de 84 juízes, dos 122 cargos disponíveis, sendo assim, 38 cargos de juízes e juízes substitutos vagos. Comparando-se o número de juízes lotados, com a quantidade de processos julgados, tem-se a média de 2554 processos julgados por magistrado, concluídos no ano de 2014.

Com base nos relatórios de atendimentos do Sistema de Gerenciamento de Filas utilizado pelos Juizados, foram atendidas 223.996 pessoas no ano de 2014 (os JEF de Campo Grande, Registro, Ourinhos, Guarulhos, Assis, Tupã, Guaratinguetá, Itapeva, Barueri e Mauá não têm dados registrados no sistema de filas, os 4 últimos por recente inauguração e os 6 primeiros por não ter o sistema em funcionamento na unidade). Foram, também, realizadas 95.617 perícias médicas, sociais, contábeis e outras (externas e internas). As audiências de conciliação, instrução e julgamento são uma realidade diária dos JEF; prova disso é a realização de 18.663 audiências no ano de 2014.

A produtividade nos JEF gera efeito direto nas TR. No ano de 2014 foram distribuídos 83150 recursos, sendo 83090 de matéria cível e 60 de matéria criminal, conforme quadro abaixo:

Tabela 21 – Processos distribuídos nas TR

UNIDADE	2010	2011	2012	2013	2014
TR SP	80.303	90.164	88.620	81.545	80.540
TR Criminal SP	62	70	76	57	59
TR Campo Grande	2741	930	3.824	3.072	2.550
TR Criminal de Campo Grande	1	4	1	4	1

As TR têm 297.710 processos cíveis e 586 processos criminais em tramitação (Fonte: DINJ e Seção de Dados do TRF3R, respectivamente).

Os resultados dos JEF relativos às metas fixadas pelo CNJ estão registrados no item 4.5.1, deste Relatório de Gestão.



Destaque-se, outrossim, que, a partir de 1º/4/2014, o peticionamento, no JEF, passou a ser feito, exclusivamente, por meio eletrônico (RES CJF3R nº 509/201 e RES GACO nº 411770, de 27/3/2014). A efetiva instituição do processo eletrônico sanou de uma vez diversos problemas, eliminando filas e guarda e arquivo de peças apresentadas em meio físico; liberando servidores com lotação no protocolo do JEF, para auxílio em outras atividades e reduzindo gasto público com a diminuição de utilização do serviço de digitalização terceirizado em 66,16% (de R\$ 30.532,27 em janeiro/2014, para R\$ 10.331,08 em dezembro/2014). Além disso, o volume de petições enviadas aos JEF aumentou 46,32% no exercício de 2014, comparando-se ao de 2013 (de 602.257 em 2013, para 1.121.969 em 2014).

No mesmo diapasão, em 22/07/2014 foi publicada a RES GACO nº 570184, vedando o recebimento, em meio físico, de qualquer peça ou processo oriundo de outros Juízos. Com o intuito de tornar o processamento nos JEF completa e exclusivamente eletrônico, foram exigidas na forma digital também as peças das Procuradorias, Advocacia Geral da União, Defensorias, etc. assim como as manifestações de terceiros, peritos, etc. (RES GACO nº 764276, de 11/11/2014).

Todas essas sistemáticas vieram sempre acompanhadas da disponibilização dos meios de acesso para os usuários externos e internos do sistema, e das claras instruções de procedimento, através das próprias resoluções, de portarias ou ofícios adicionais, e de cartilhas instrutivas.

Em que pese a rápida adaptação ao sistema de peticionamento eletrônico pelos advogados, algumas dificuldades com relação às exigências técnicas do sistema (unificação de arquivos PDF, limitação de tamanho dos arquivos em Kb, etc.) ainda foram sentidas por aquele público. Para dirimir tais óbices, em 1º/8/2014, pela RES GACO nº 580645, foi criada a forma de peticionamento inicial eletrônico através de editor de texto disponibilizado na própria tela de cadastro da ação, nos mesmos preceitos do PJe, idealizado como modelo pelo CNJ.

Seguindo os mesmos princípios do processo eletrônico e visando à inclusão social e digital dos jurisdicionados, em 30/10/2014 (RES GACO nº 731412), foi instituído o Sistema de Atermação Online (SAO), pelo qual as partes sem advogado podem apresentar seus pedidos via *internet*, da mesma forma como os apresentariam nos balcões de atendimento dos JEF.

O sistema foi elaborado do modo mais simples e intuitivo possível e, para as ações iniciais de incidência mais comum nos JEF, foram disponibilizados modelos de pedidos e orientações sobre informações e documentos que devem ser apresentados.

Trata-se da primeira iniciativa de um Judiciário a disponibilizar o acesso eletrônico direto da população e, em que pese a grande maioria do público dos JEF agregar uma camada hipossuficiente da população, a demanda pelo SAO existia – e podia ser demonstrada por alguns e-mails questionando sobre a possibilidade de propor ação sem advogado pela *internet*; podendo ser corroborada também pelos números de atermações recebidas via *internet*, em todos os JEF da 3ª Região. Foram recebidas até o momento 423 atermações on line. Embora o número pareça inexpressivo diante do volume de feitos propostos nos JEF, vale ressaltar que se trata de um sistema novo e que não teve, até o momento, nenhuma divulgação externa. Para o próximo exercício o desafio é ampliar esse número, mediante ampla divulgação do SAO.

Em novembro/2014 foram unificadas as bases de dados da JF de Primeiro Grau e, em 11/11/2014 foi publicada a RES GACO nº 764276, estendendo à JFMS a obrigatoriedade do peticionamento inicial eletrônico.

Consoante Provimento CJF nº 15/2014, a partir de 09/12/2014, advogados podem validar seus cadastros para o peticionamento ou qualquer outra atuação de forma eletrônica em Regiões diversas de seu domicílio, nos casos em que não se aplica o certificado digital, sem necessidade de locomoção ou emissão de procurações e outros longos trâmites burocráticos.

Em junho de 2014, foi concluída com êxito a remessa eletrônica de recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal com integração de sistemas.

Essencial ressaltar que todos os projetos da Coordenadoria do JEF em 2014 não tiveram qualquer custo adicional ao TRF3R. Ao contrário disso, visaram, em muitos casos, reduzir



o dispêndio financeiro, como se demonstrou com o peticionamento eletrônico obrigatório.

Diante do exposto, em termos de projetos os JEF e TR da JF3R tiveram um ano exitoso. Entretanto, ainda se verifica uma urgente necessidade de aprimoramento nos trabalhos e incremento nos recursos, humanos e estruturais, considerando-se as metas a serem atingidas, que se acumulam, bem como o grande acervo dos JEF e TR.

Focar nesse aperfeiçoamento, sem deixar de lado os projetos iniciados com sucesso, é, pois, o desafio desta Coordenadoria para o exercício de 2015.

13.4 – Gabinete da Conciliação e Centrais de Conciliação

(Fonte: Gabinete da Conciliação)

O Gabinete da Conciliação – GABCON e as Centrais de Conciliação – CECON, compõem a estrutura da Conciliação na JF3R, funcionando, respectivamente, como Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Ao GABCON e às CECON competem as atribuições previstas nos arts. 7º e 8º da RES CNJ nº 125/2010, bem como a gestão e a adoção das providências administrativas necessárias ao bom funcionamento do Programa de Conciliação da 3ª Região.

O GABCON é coordenado por Desembargador Federal indicado pelo Presidente do TRF3R para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução. As CECON, elevadas à condição de Seção, são administradas por Juiz Federal Coordenador e por Juiz Federal Adjunto, designados pela Presidência do TRF3R, dentre os magistrados integrantes da respectiva Subseção, após indicação da Coordenadoria do GABCON. Estão instaladas CECON na SJSP e nas Subseções Judiciárias de Americana, Araçatuba, Bauru, Campinas, Campo Grande, Franca, Guarulhos, Marília, Osasco, Ourinhos, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba.

Durante o ano de 2014, foram ampliadas as matérias objeto de Conciliação abrangidas pelo Programa desenvolvido na JF3R, que atualmente assim se compõem: Sistema Financeiro da Habitação – SFH e Sistema Financeiro Imobiliário – SFI; contratos bancários (cheque especial, CDC, empréstimos pessoa jurídica, Construcard); crédito educativo (FIES); concessão de benefícios previdenciários; danos Morais (Correios e CEF); Conselhos Profissionais (execução fiscal); ações criminais (projeto desenvolvido pela Central de Conciliação de São José do Rio Preto, envolvendo crimes de menor potencial ofensivo e crimes passíveis de suspensão condicional do processo) e INSS – Projeto Piloto.

Em atendimento à Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, foi realizado, nos meses de setembro e novembro de 2014, o “Curso de Formação de Conciliadores”, destinado a servidores do quadro da JF3R e a voluntários (público externo) e cujo conteúdo, em conformidade com as orientações do CNJ, foi adaptado ao contexto da JF. Houve, também, efetiva ampliação da comunicação relacionada à Conciliação na JF3R, consoante URL: <http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Pesquisar/Index/1>.

A JF3R finalizou o ano de 2014 com 454 conciliadores cadastrados, sendo 231 servidores e 223 voluntários externos, dos quais 300 estão em atividade e 154 são inativos.

Em relação ao uso de sistemas tecnológicos, além da disponibilização de nova página da Conciliação no sítio do TRF3R, relatada no item 3.1.a, deste Relatório de Gestão, destacam-se a realização de audiências de conciliação via *Skype*, nas CECON das Subseções Judiciária de Franca e Presidente Prudente, minimizando os custos operacionais dos trabalhos, e o “Sistema de Apoio às Conciliações da Terceira Região”, em fase de testes, que permitirá o gerenciamento das atividades pertinentes e o armazenamento dos dados necessários à elaboração de relatórios estatísticos mais detalhados e fidedignos, contemplando as exigências do CJF e CNJ.

Seguem os dados estatísticos relativos ao Programa de Conciliação da JF3R no exercício de 2014 e à IX Semana Nacional da Conciliação, realizada em São Paulo, entre os dias 24 a 28/11/2014:



Tabela 22 – Quadro de audiências de conciliação

Situação	Total
Audiências designadas	34.515
Audiências realizadas	19.008
Com acordo	14.968
Pessoas atendidas	64.515
Magistrados	132
Valores de acordos	R\$ 218.107.647,71

Tabela 23 – Acordos em matéria previdenciária nos processos do segundo grau

Situação	Total
Acordos homologados	1.493
Valores de acordos (R\$)	R\$ 20.165.086,33

Tabela 24 – IX Semana Nacional de Conciliação

Situação	Total
Audiências designadas	3.136
Audiências realizadas	2.094
Com acordo	1.477
Pessoas atendidas	5.012
Valores de acordos	R\$ 23.351.250,00

13.5 – Contratos celebrados com instituições financeiras oficiais (RES CJF nº 74/2009)

13.5.1 – Contratos 10.001.10.2009 e 10.002.10.2009

(Fonte: SETI)

Nos termos da RES CJF nº 74/2009, que disciplina, no âmbito do Conselho e da JF de Primeiro e Segundo Graus, a aplicação de recursos provenientes de contratos celebrados com instituições financeiras oficiais, e do Acórdão nº 1457/2009-TCU-Plenário, foi repassado ao TRF3R, em 19/3/2010, por força dos Contratos 10.001.10.2009 e 10.002.10.2009, celebrados entre a União Federal, representada pelo CJF, os TRF das cinco regiões e, respectivamente, o BB S/A e a CEF, o valor de R\$ 26.184.781,00 (vinte e seis milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e oitenta e um reais), distribuídos da seguinte forma: R\$ 13.092.390,50 (treze milhões, noventa e dois mil, trezentos e noventa reais e cinquenta centavos) pelo BB S/A e R\$ 13.092.390,50 (treze milhões, noventa e dois mil, trezentos e noventa e reais e cinquenta centavos) pela CEF, registrados no SIAFI pelas Notas de Lançamento 2010NL000261 e 2010NL000262, respectivamente.

O saldo foi reduzido em R\$ 2.000,00, conforme voto proferido no Processo CF-ADM-2012/00188 (Processo SEI 0011309-64.2014.4.03.8000, DOC SEI 0896156).

Esse apoio financeiro, conforme Cláusula Segunda do Contrato nº 10.002.10.2009, celebrado entre o CJF e as instituições financeiras oficiais, acima mencionadas, tem por finalidade a virtualização dos processos judiciais e a modernização da prestação jurisdicional da JF3R, por meio do desenvolvimento do projeto PJe, alinhado ao PEJF, PETI, PDTI e às diretrizes estratégicas nacionais.

A vigência dos Contratos celebrados com as Instituições Financeiras Oficiais expirou em setembro/2014.

No exercício de 2014 não houve alteração do cenário relatado no Relatório de Gestão da JF3R do exercício de 2013, mantendo-se disponível para utilização o saldo de R\$ 21.253.163,00 em razão dos seguintes motivos:

Em 29/8/2012, foi publicada a RES CF-RES-2012/00202 definindo o Sistema



Processo Judicial Eletrônico – PJe para a prática dos atos processuais no âmbito do CJF e da JF de 1º e 2º grau, de implantação obrigatória, mediante elaboração de um plano nacional, considerando as peculiaridades dos sistemas e a infraestrutura de TI atualmente em uso em cada região. Os representantes da JF3R para composição do Comitê Gestor do PJe foram indicados pela PORT/TRF3R nº 6789/2012.

Ainda em 2012, houve assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 029/2012 entre o CJF e o CNJ para o aperfeiçoamento e evolução do PJe a ser utilizado em todos os procedimentos judiciais na JF.

Em 25/3/2013, foi suscitada, no colegiado do CJF, questão de ordem no sentido de suspender os efeitos da RES CF-RES-2012/00202, em razão da qual deliberou-se, na sessão de 9/12/2013, pela apresentação pelos TRF, sob compromisso escrito e em prazo a ser estabelecido, de plano de adequação para a adoção efetiva do PJe, o qual preveja necessidades, recursos e prazo de implantação observados os padrões estipulados pelo CNJ (Processo TRF3R SEI 0024502-83.2013.4.03.8000 e Processo CJF CF-ADM 2012/00468).

Em abril de 2014, nos termos da RES CNJ nº 185/2013, art. 34, §1º, foi constituído o comitê gestor regional (PORT PRES/TRF3R nº 7489/2014) para implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe no âmbito JF3R. Houve alteração dos representantes da JF3R indicados para composição do Comitê Gestor do PJe, consoante PORT PRES/TRF3R nº 7460/2014.

Ainda, de acordo com a RES CNJ nº 185/2013, foi elaborado e encaminhado ao CNJ cronograma de implantação do PJe, conforme documentos constantes do Processo SEI 0007632-26.2014.4.03.8000.

De acordo com o cronograma, foram tomadas todas as providências necessárias para implantação do PJe na Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo, conforme consta do processo SEI 0009499-54.2014.4.03.8000.

A implantação do PJe aguarda a implementação das melhorias identificadas pelo comitê gestor regional como impeditivas para implantação do sistema no TRF3R. O CNJ noticiou, em outubro de 2014, um grupo de trabalho instituído por meio da PORT CNJ nº 172/2014, para apresentar plano de projeto destinado ao aprimoramento da arquitetura do PJe, com prazo de 60 (sessenta) dias para entrega do plano de projeto.

As informações relativas aos Contratos celebrados com Instituições Financeiras Oficiais estão registradas no Portal da Transparência do TRF3R, disponível em <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=1958>.

Em junho de 2014 foi realizada auditoria operacional pelo CJF nos contratos em apreço (Processo CJF-ADM-2013/00590.01, Processo SEI 0011309-64.2014.4.03.8000), cujos resultados constam do item 11.2.2, número de ordem 01, deste Relatório de Gestão.

13.5.2 – Contrato nº 01.012.10.2008

(Fonte: Núcleo Financeiro/JFSP)

Em 13.10.2008 foi celebrado o Contrato nº 01.012.10.2008 entre o TRF3R e a CEF, para disponibilização, por essa instituição financeira, do valor máximo de R\$ 33.000.000,00, cuja validade foi ressalvada pelo art. 11 da RES CJF nº 74/2009, que disciplina, no âmbito do Conselho e da JF de 1º e 2º Grau, a aplicação de recursos provenientes de contratos celebrados com instituições financeiras oficiais.

Referido contrato tem por objeto viabilizar condições econômico-financeiras e logísticas adequadas para atendimento às necessidades do TRF3R, quais sejam: aluguel, aquisição, construção e reformas de imóveis para uso do TRF3R; aquisição de terrenos para uso do TRF3R; reformas e adaptações em imóveis da CEF, cedidos ao TRF3R e cessão de espaço em imóveis da CEF, para uso pelo TRF3R, com vigência inicial estabelecida por 60 (sessenta) meses, prorrogada em 04/10/2013, em caráter excepcional, até 10/10/2014.

As contratações efetuadas pela JFSP no exercício de referência visaram garantir o



adequado funcionamento da JFSP, mediante infraestrutura física e tecnológica suficiente à execução das atividades administrativas e judiciais, e os resultados alcançados no exercício de 2014 vincularam-se ao interesse público primário da JF3R.

Os dados relativos à execução financeira do Contrato 01.012.10.2008, no exercício de 2014, constam do Anexo XLI deste Relatório de Gestão.

13.6 – Recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária (art. 4º da RES CNJ nº 154/2012 e RES CJF nº 295/2014)

(Fonte: CORE)

No exercício de 2013, foi implantada, na 1ª Subseção Judiciária - São Paulo, a Central de Penas e Medidas Alternativas – CEPEMA (RES CJF3R nº 514/2013 e 540/2014), uma parceria entre o TRF3R e a Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo (SAP), por meio da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania.

Compete, à CEPEMA, prestar auxílio técnico aos Juízos com competência criminal e de execução penal, para a efetivação do cumprimento das penas restritivas de direitos e das medidas alternativas; auxiliar na reinserção social dos apenados e egressos do sistema prisional em virtude de liberdade provisória, neste último caso somente na hipótese de estrangeiros; e cooptar voluntários e propor parcerias e convênios para o desenvolvimento de suas atividades.

Cabe ressaltar que, até a publicação da RES CJF3R nº 540, disponibilizada no Diário Eletrônico da JF3R em 03/07/2014, a CEPEMA recebia apenas os valores oriundos da pena de prestação pecuniária aplicada nas execuções penais, sendo que cada vara criminal era responsável pela destinação desses valores cominados na suspensão condicional do processo e transação penal. Dessa forma, as informações relativas à CEPEMA não abarcam os valores arrecadados até agosto de 2014, nos demais juízos criminais da JFSP.

Destaca-se, ainda, que, no período de 07 à 10/4/2014, foram realizadas, aproximadamente, 190 audiências admonitórias e de justificativas, na Central de Conciliação. Diante do alto valor que seria arrecadado oriundo das penas pecuniárias, foi determinado que todas as prestações pecuniárias fossem depositadas em contas judiciais abertas pelos apenados, vinculadas aos processos de execução penal respectivo, para posterior apreciação.

Com o advento da RES CJF nº 295/2014, publicada no DOU em 09/6/2014, com vigência a partir de 10/7/2014, a Coordenadoria-Geral da CEPEMA solicitou a abertura de conta única do juízo para recebimento dos recursos para destinação exclusiva dos valores aplicados como prestação pecuniária nas execuções penais, suspensões condicionais do processo e transações penais. A partir de 01/10/2014, a CEPEMA divulgou, através de e-mail às Varas Criminais, a Orientação para que os depósitos destes recursos passasse a ser efetuado em conta única.

Em 12/12/2014 foi solicitado pela CEPEMA que o saldo remanescente de todas as contas judiciais, cujos recursos eram provenientes de penalidades de prestação pecuniária, fosse transferido para a conta única. No entanto, a transferência destes valores aguarda publicação da regulamentação.

Os dados relativos aos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária constam do Anexo XLII, deste Relatório de Gestão, cabendo salientar que várias Subseções Judiciárias não informaram Destinação e/ou Projeto Social e/ou Valor por não terem implementado Penas Pecuniárias ou não disporem de tais informações ou terem contas individuais, vinculadas ao processo e/ou à Instituição Destinatária dos recursos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Missão da JF: garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

O Relatório de Gestão da Justiça Federal da 3ª Região cuida de pormenorizar as ações desenvolvidas e os resultados obtidos no exercício financeiro de 2014, voltados ao alcance das metas do programa (orçamento), do Planejamento Estratégico da Justiça Federal para o quinquênio 2010/2014, e das Metas Prioritárias estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça. Foram contempladas, na proposta orçamentária do exercício de 2014, ações específicas do planejamento estratégico institucional, promovendo, assim, seu adequado alinhamento às Leis Orçamentárias. Do orçamento total alocado, utilizou-se 99,22%, com expressivo nível de atendimento das metas traçadas. Priorizaram-se as medidas voltadas à promoção do interesse público primário, ao incremento da estrutura organizacional, além daquelas voltadas à oferta de uma prestação jurisdicional que atenda aos anseios da sociedade, pela necessária utilização compatível dos recursos orçamentários com as metas planejadas e harmonizadas com os princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade na gestão pública. Os resultados estão comprovados pelo número de processos julgados em 2014, qual seja, 803.590, representando aumento de 14,29% em relação ao número de processos julgados no exercício de 2013 (703.080), corolário do esforço de todos — magistrados e servidores — para garantir à sociedade uma justiça menos morosa e equânime, concretizando os ideais de acesso à justiça e da indispensável pacificação social, missão institucional da Justiça Federal da 3ª Região. A construção de uma sociedade livre, justa e solidária, preconizada pelo legislador constituinte em 1988, foi o paradigma fundamental de nossa Justiça Federal.

De se realçar que a Justiça Federal da 3ª Região foi dispensada do julgamento das contas do exercício de 2014, pelo C. Tribunal de Contas da União, e da realização da auditoria da gestão desse exercício, consoante disposto no artigo 1º, §2º, c/c o artigo 2º, § 3º, e Anexo I, da Decisão Normativa nº 140/2014, da referida Corte de Contas.

São Paulo, 24 de abril de 2015.

GILBERTO DE ALMEIDA NUNES
Diretor-Geral

FÁBIO PRIETO DE SOUZA
Desembargador Federal Presidente



JUSTIÇA FEDERAL

CJF

JUSTIÇA FEDERAL DA 3.^a REGIÃO (SP/MS)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.^a REGIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

ANEXOS

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS DE MAGISTRADOS DA JF3R

(em 02/01/2015)

CARGOS – 2º Grau		CRIADO	PROVIDO	VAGO
DESEMBARGADOR FEDERAL		43	41	2
Total de Cargos de 2º Grau		43	41	2
CARGOS – 1º Grau		CRIADO	PROVIDO	VAGO
JUIZ FEDERAL	SP	201	196	5
	MS	16	16	0
Subtotal		217	212	5
JUIZ FEDERAL DE TURMA RECURSAL	SP	33	33	0
	MS	3	3	0
	S/D	18	0	18
Subtotal		54	36	18
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO	SP	201	93	108
	MS	16	10	6
Subtotal		217	103	114
Total de Cargos de 1º Grau		488	351	137

(Fonte: URL: http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/ucaj/dmag/2015/cc397045_QVMAGISTRADOS-DEZEMBRO.pdf)

Nota:

S/D – cargos vagos sem definição de Seccional

ANEXO I

QUADRO DE VARAS POR SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA	FÓRUM / JEF	VARAS	VARAS-GABINETE
1ª SÃO PAULO	Cível	20	-
	Previdenciário	10	-
	Criminal	10	-
	Execuções Fiscais	13	-
	JEF São Paulo	-	14
2ª RIBEIRÃO PRETO	VARA E JEF	7	2
3ª SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	VARA E JEF	4	1
4ª SANTOS	VARA E JEF	7	1
5ª CAMPINAS	VARA E JEF	8	2
6ª SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	VARA E JEF	5	1
7ª ARAÇATUBA	VARA E JEF	2	1
8ª BAURU	VARA E JEF	3	1
9ª PIRACICABA	VARA E JEF	4	1
10ª SOROCABA	VARA E JEF	3	2
11ª MARÍLIA	VARA	3	-
12ª PRESIDENTE PRUDENTE	VARA E JEF	4	1
13ª FRANCA	VARA E JEF	3	1
14ª SÃO BERNARDO DO CAMPO	VARA E JEF	3	1
15ª SÃO CARLOS	VARA E JEF	2	1
16ª ASSIS	VARA	1	-
17ª JAÚ	VARA	1	-
18ª GUARATINGUETÁ	VARA E JEF	1	1
19ª GUARULHOS	VARA E JEF	6	1
20ª ARARAQUARA	VARA E JEF	2	1
21ª TAUBATÉ	VARA E JEF	2	1
22ª TUPÃ	VARA	1	-
23ª BRAGANÇA PAULISTA	VARA E JEF	1	1
24ª JALES	VARA	1	-
25ª OURINHOS	VARA E JEF	1	1
26ª SANTO ANDRÉ	VARA E JEF	3	1
27ª SÃO JOÃO DA BOA VISTA	VARA	1	-

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA	FÓRUM / JEF	VARAS	VARAS-GABINETE
28ª JUNDIAÍ	VARA E JEF	2	1
29ª REGISTRO	VARA	1	-
30ª OSASCO	VARA E JEF	2	2
31ª BOTUCATU	VARA E JEF	1	1
32ª AVARÉ	VARA	1	-
33ª MOGI DAS CRUZES	VARA E JEF	2	1
34ª AMERICANA	VARA E JEF	1	1
35ª CARAGUATATUBA	VARA	1	-
36ª CATANDUVA	VARA	1	-
37ª ANDRADINA	VARA	1	-
38ª BARRETOS	VARA	1	-
39ª ITAPEVA	VARA E JEF	1	1
40ª MAUÁ	VARA E JEF	1	1
41ª SÃO VICENTE	VARA E JEF	1	1
42ª LINS	VARA E JEF	1	-
43ª LIMEIRA	VARA E JEF	2	-
44ª BARUERI	VARA E JEF	2	1
TOTAL	VARA E JEF	154	47

(Fonte: URL: <http://www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/NUOM/quadrosbsecoes.pdf>)

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA	VARAS	VARAS-GABINETE
1ª SUBSEÇÃO CAMPO GRANDE	6	1
2ª SUBSEÇÃO DOURADOS	2	1
3ª SUBSEÇÃO TRÊS LAGOAS	1	-
4ª SUBSEÇÃO CORUMBÁ	1	-
5ª SUBSEÇÃO PONTA PORÃ	2	-
6ª SUBSEÇÃO NAVIRAÍ	1	-
7ª SUBSEÇÃO COXIM	1	-
TOTAL	14	2

(Fonte: URL: <http://www.jfms.jus.br/>)

ANEXO II

TETO ORÇAMENTÁRIO – JF3R

Proposta originária PLOA 2014 (em R\$)				LOA aprovada 2014 (em R\$)			Corte da proposta orçamentária (%)		
Ação Orçamentária	TRF3R (UG 090029/35/47/55)	JFSP (UG 090017)	JFMS (UG 090015)	TRF3R (UG 090029/35/47/55)	JFSP (UG 090017)	JFMS (UG 090015)	TRF3R (UG 090029/35/47/55)	JFSP (UG 090017)	JFMS (UG 090015)
20TP	R\$ 424.754.785,00	R\$ 1.067.321.714,00		R\$ 292.900.000,00	R\$ 732.600.000,00		31,04%	31,36%	
2004	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.423.932,00	R\$ 23.002.742,00	R\$ 1.954.330,00	-	-	-
2010	R\$ 6.711.804,00	R\$ 6.058.800,00	R\$ 639.540,00	R\$ 1.689.732,00	R\$ 6.058.800,00	R\$ 639.540,00	74,82%	0,00%	0,00%
2011	R\$ 1.419.000,00	R\$ 1.778.700,00	R\$ 0,00	R\$ 1.117.050,00	R\$ 1.778.700,00	R\$ 0,00	21,28%	0,00%	0,00%
2012	R\$ 22.569.480,00	R\$ 37.692.480,00	R\$ 3.007.560,00	R\$ 16.213.560,00	R\$ 37.692.480,00	R\$ 3.007.560,00	28,16%	0,00%	0,00%
3600	R\$ 12.954.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	43,65%	0,00%	0,00%
12SX*	R\$ 10.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-70,00%	0,00%	0,00%
153B*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%
00M1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 551.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	0,00%	0,00%
09HB	R\$ 68.371.185,00	R\$ 166.531.124,00		R\$ 52.200.000,00	R\$ 138.200.000,00		23,65%	17,01%	0,00%
0181	R\$ 56.036.618,00	R\$ 144.640.243,00		R\$ 53.500.000,00	R\$ 118.600.000,00		4,53%	18,00%	0,00%
212B	não utilizado	não utilizado	não utilizado	não utilizado	não utilizado	não utilizado	-	-	-
4257 PO 0000*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.891.219,00	R\$ 0,00	-	-	-
4257 PO 0001	R\$ 78.332.491,00	R\$ 239.075.815,00	R\$ 20.763.262,00	R\$ 50.142.811,00	R\$ 140.028.216,00	R\$ 13.747.109,00	35,99%	41,43%	33,79%
4257 PO 0002	R\$ 2.171.576,00	R\$ 4.561.000,00	R\$ 734.300,00	R\$ 1.801.760,00	R\$ 2.500.000,00	R\$ 215.690,00	17,03%	45,19%	70,63%
4257 PO 0003	R\$ 0,00	R\$ 5.370.000,00	R\$ 1.900.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.007.958,00	R\$ 547.803,00	0,00%	81,23%	71,17%
4257 PO 0004	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%
4257 PO 0008*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.907.421,00	R\$ 12.205.858,00	R\$ 642.084,00	-	-	-
4224*	R\$ 0,00	R\$ 38.846.333,00	R\$ 8.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 31.383.169,00	R\$ 2.564.339,00	0,00%	19,21%	67,95%
2549	R\$ 309.000,00	R\$ 440.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	100,00%	77,31%	0,00%
14YP	R\$ 0,00	R\$ 16.656.464,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	100,00%
14YM	R\$ 0,00	R\$ 1.745.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.745.800,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%
1040*	R\$ 0,00	R\$ 1.285.835,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.250.000,00	R\$ 0,00	0,00%	2,79%	0,00%
11RQ	R\$ 0,00	R\$ 3.870.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 0,00	0,00%	-3,36%	0,00%
152Q*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%
3755	R\$ 0,00	R\$ 7.080.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
ISIGI*	R\$ 43.762.675,00	-	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100,00%	0,00%	0,00%
12SU	R\$ 144.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100,00%	0,00%	0,00%

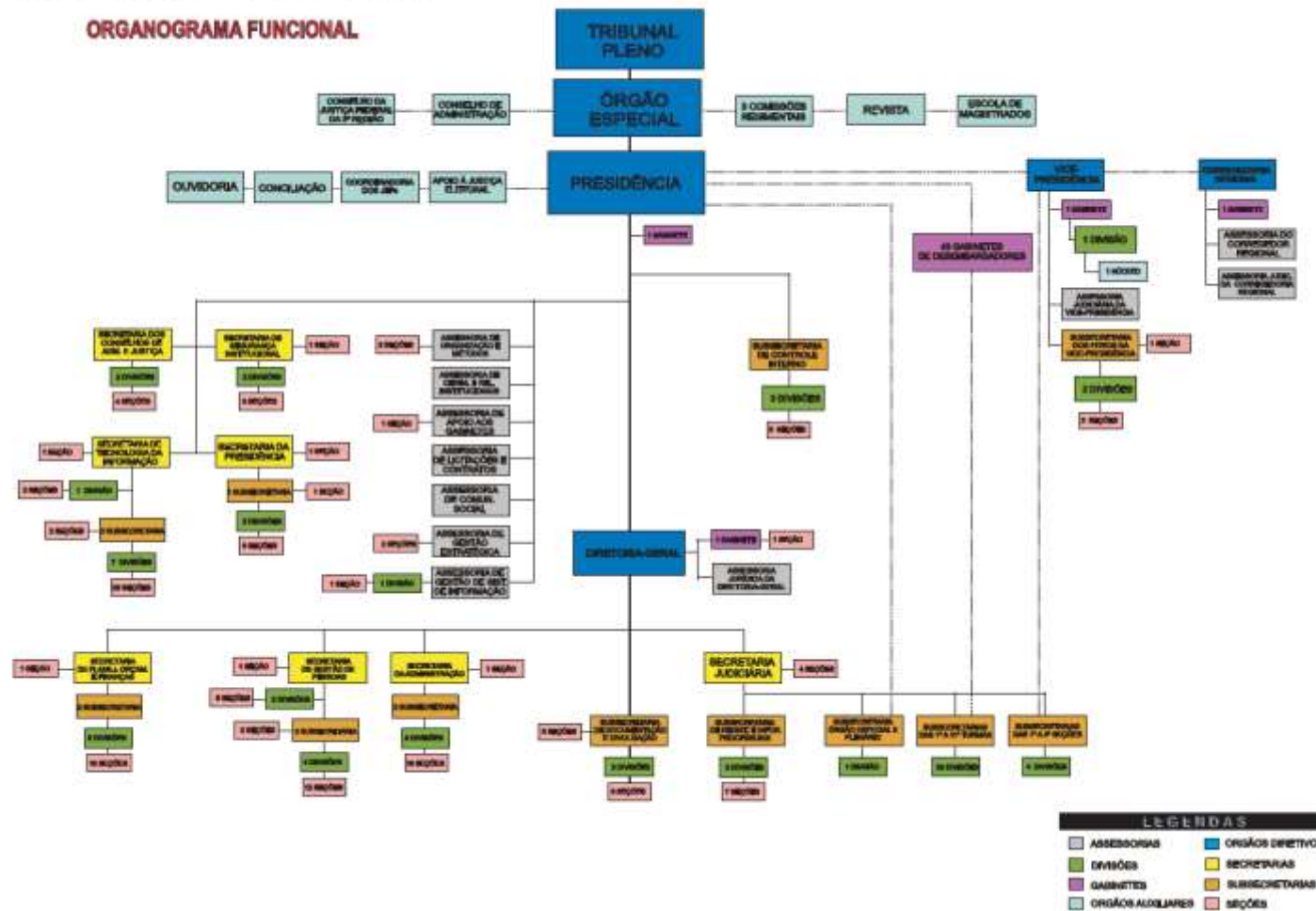
12YW	R\$ 3.214.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100,00%	0,00%	0,00%
12SP	R\$ 0,00	R\$ 6.986.936,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
12RX	R\$ 0,00	R\$ 459.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
1O52	R\$ 0,00	R\$ 2.938.167,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
1O43	R\$ 0,00	R\$ 919.656,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
12S1	R\$ 0,00	R\$ 5.588.639,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
12S2	R\$ 0,00	R\$ 7.482.184,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
13FR	R\$ 0,00	R\$ 1.250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
12S9	R\$ 0,00	R\$ 7.720.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
N930	R\$ 0,00	R\$ 4.870.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
14YN	R\$ 0,00	R\$ 3.770.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
14YO	R\$ 0,00	R\$ 2.170.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%
1J06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	100,00%
12SD	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	100,00%
1J07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	100,00%
1J08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.589.829,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%	100,00%
0005	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
00G5	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
0625	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%

Notas:

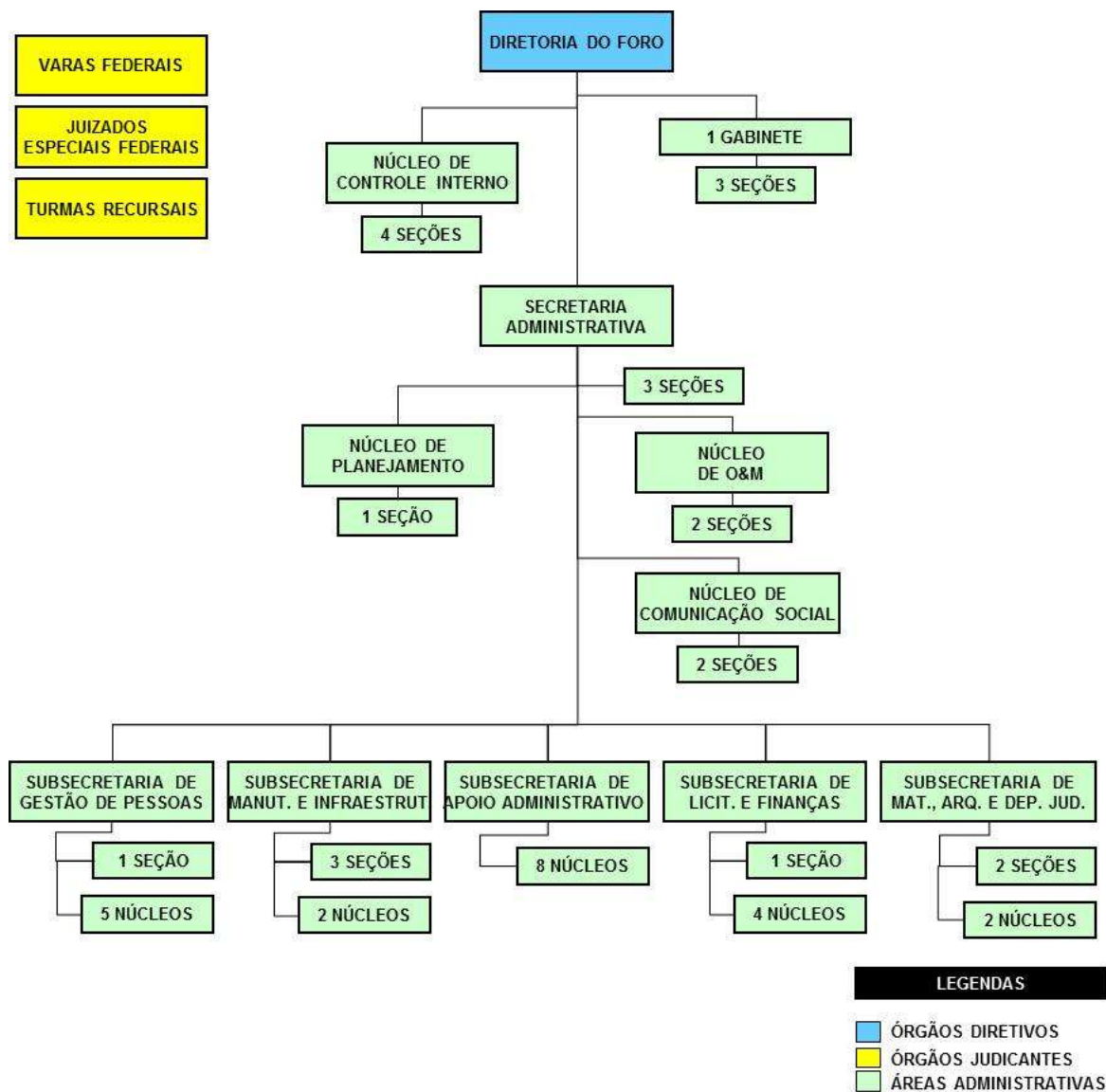
12SX*	Do valor aprovado na LOA consta o montante R\$ 7.000.000,00 oriundos de emenda da bancada paulista
153B*	O valor de R\$ 3.500.000,00 constante do orçamento de 2014 decorreu de reabertura de Crédito Especial do exercício de 2013
4257 PO 0000*	Julgamento de Causas Custeio decorrente de emenda
4257 PO 0008*	Os valores de R\$ 12.946.974,00 para MTGI-TRF, R\$ 23.519.877,00 para o MTGI-SJSP e R\$ 1.939.759,00 para o MTGI-SJMS foram solicitados na Pré Proposta Orçamentária de 2014 na ação Julgamento de Causas - Custeio e apenas na LOA foi aberto PO separado
4224*	Solicitado o valor de R\$ 15.000,00 por Crédito Especial
1O40*	Emenda Parlamentar de execução obrigatória
152Q*	O valor de R\$ 500.000,00 constante do orçamento de 2014 decorreu de reabertura em 2014 de Crédito Especial para troca de UO para 12101, aprovado em 2013
	Elaboração na Pré-Proposta Orçamentária e aprovação na LOA no total como Seções Judiciárias
ISIGI*	Foi solicitado na Pré-proposta orçamentária como ISIGI - UO 12101 para execução no TRF3R. Foi descentralizado como MTGI com destinação específica para as UO 12101 e 12104
0005	Precatório da União
00G5	PSS - Cumprimento de Sentenças Judiciais - CNEN
0625	Requisições de Pequeno Valor União

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

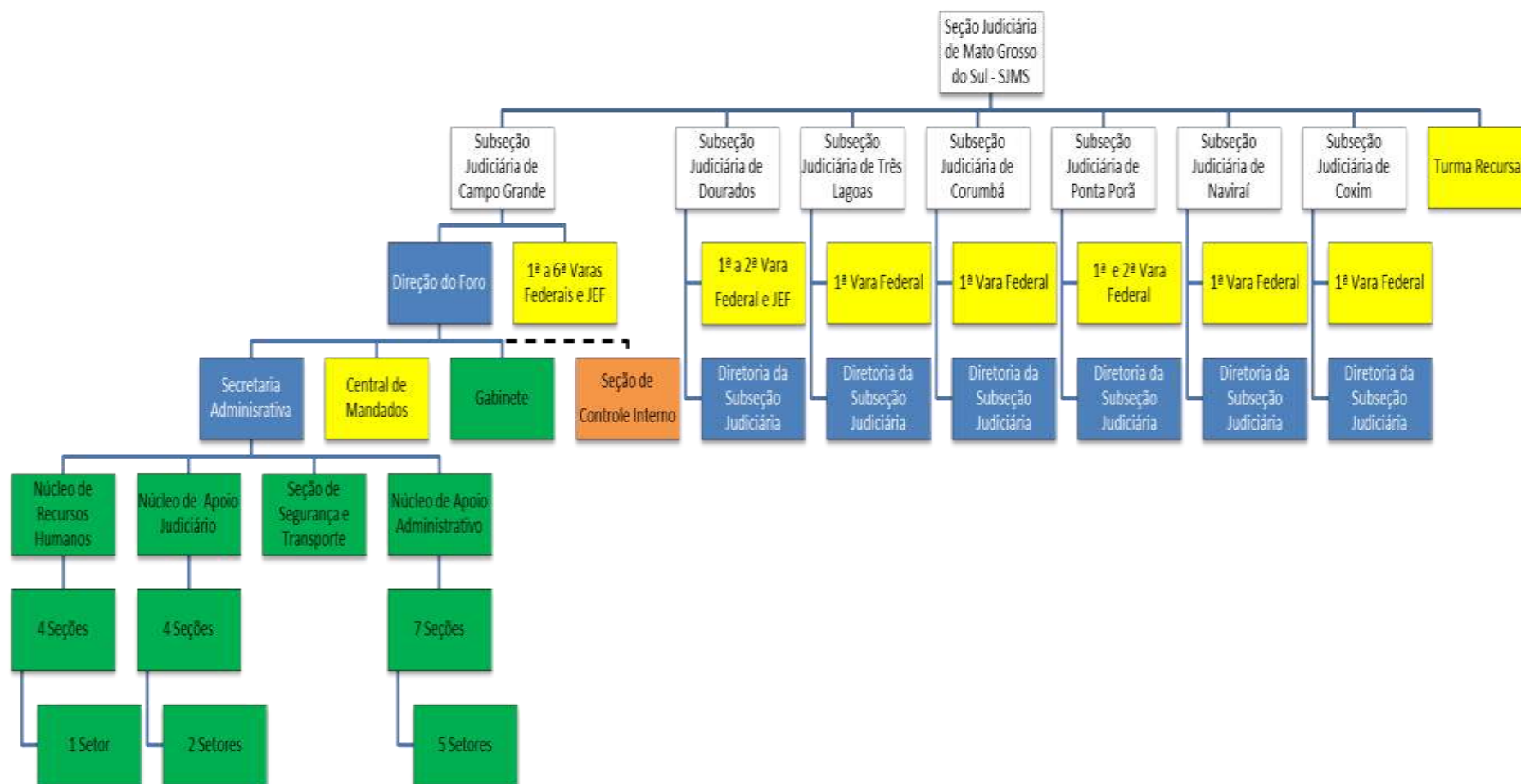
ORGANOGRAMA FUNCIONAL



JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO



JUSTIÇA FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL



ANEXO IV

QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

TRF3R

(Fonte: SCAJ, SEGE, Sistema de Recursos Humanos/SISRH e Sistema Mumps)

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Art. 21 do RI/TRF3R.	Newton De Lucca	Desembargador Federal Presidente	01/01 a 16/02/2014
		Fábio Prieto de Souza	Desembargador Federal Presidente	17/02 a 31/12/2014
Vice-Presidência	Art. 22 do RI/TRF3R.	Maria Salette Camargo Nascimento	Desembargadora Federal Vice Presidente	01/01 a 16/2/2014
		Cecilia Maria Piedra Marcondes	Desembargadora Federal Vice Presidente	17/2 a 31/12/2014
Corregedoria-Regional	Art. 6º, inciso VII, da Lei Federal nº 5.010/1966; art. 8º do RI/CJF3R; art. 23 do RI/TRF3R e RES CJF nº 49/2009.	Fábio Prieto de Souza	Desembargador Federal Corregedor-Regional	01/01 a 16/2/2014
		Maria Salette Camargo Nascimento	Desembargadora Federal Corregedora-Regional	17/02 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Alda Maria Basto Caminha Ansaldi	Desembargadora Federal	01/01 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	André Nabarrete Neto	Desembargador Federal	01/01 a 6/01/2014 09/3 a 31/12/2014
		Simone Schroder Ribeiro (substituta)	Juíza Federal	07/01 a 08/3/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	André Custódio Nekatschalow	Desembargador Federal	01/01 a 06/01/2014 07/02 a 01/07/2014 02/8 a 31/12/2014
		Louise Vilela Leite Filgueiras Borer (substituta)	Juíza Federal	07/01 a 06/02/2014 02/7 a 01/8/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Antonio Carlos Cedenho	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Cecilia Maria Piedra Marcondes	Desembargadora Federal	01/01 a 28/01/14 14/02 a 16/02/14 (Vice-Presidente do TRF3R de 17/02 a 31/12/2014)
		Rubens Alexandre Elias Calixto	Juiz Federal	29/01 a 13/02/2014

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
		(substituto)		
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Consuelo Yatsuda MoromizatoYoshida	Desembargadora Federal	01/01 a 08/01/2014 01/02 a 31/8/2014 11/10 a 31/12/2014
		Miguel Thomaz de Pierro Junior (substituto)	Juiz Federal	01/09 a 10/10/2014
		Giselle de Amaro e França (substituta)	Juíza Federal	09/01 a 31/01/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Daldice Maria Santana de Almeida	Desembargadora Federal	01/01 a 24/6/2014 26/7 a 31/12/2014
		Rodrigo Zacharias (substituto)	Juiz Federal	25/6 a 25/7/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	David Diniz Dantas	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Diva Prestes Marcondes Malerbi	Desembargadora Federal	01/01 a 31/3/2014
		Ciro Brandani Fonseca (substituto)	Juiz Federal	01/4 a 08/12/2014
		Eliana Borges de Mello Marcelo (substituta)	Juíza Federal	09/12 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Fausto Martin de Sanctis	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Gilberto Rodrigues Jordan	Desembargador Federal	11/12 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Hélio Egydio de Matos Nogueira	Desembargador Federal	11/12 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	José Marcos Lunardelli	Desembargador Federal	01/01 a 06/01/2014 17/01 a 31/12/2014
		Sidmar Dias Martins (substituto)	Juiz Federal	07/01 a 16/01/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Luís Antonio Johonsom di Salvo	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Luis Carlos Hiroki Muta	Desembargador Federal	01/01 a 6/01/2014 08/02 a 09/02/2014 02/7 a 31/12/2014
		Roberto Modesto Jeuken (substituto)	Juiz Federal	07/01 a 07/02/2014 10/02 a 05/3/2014 22/4 a 25/5/2014
		Eliana Borges de Mello Marcelo	Juiz Federal	06/3 a 23/3/2014

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
		(substituta)		26/5 a 01/7/2014
		José Francisco da Silva Neto (substituto)	Juiz Federal	24/3 a 21/4/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Luís Paulo Cotrim Guimarães	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Luiz Alberto de Souza Ribeiro	Desembargador Federal	01/01 a 31/8/2014 01/10 a 02/11/2014 19/11 a 31/12/2014
		Jose Francisco da Silva Neto (substituto)	Juiz Federal	01/9 a 30/9/2014 03/11 a 18/11/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Luiz de Lima Stefanini	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Mairan Gonçalves Maia Junior	Desembargador Federal	12/3 a 31/12/2014
		Herbert Cornélio Pieter de Bruyn Junior (substituto)	Juiz Federal	01/01 a 11/3/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Marcelo Mesquita Saraiva	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Márcio José de Moraes	Desembargador Federal	01/01 a 29/6/2014 31/7 a 31/12/2014
		Jose Francisco da Silva Neto (substituto)	Juiz Federal	30/6 a 30/7/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Maria Cecilia Pereira de Mello	Desembargadora Federal	01/01 a 06/1/2014 07/02 a 09/7/2014 10/8 a 31/12/2014
		Raquel Fernandez Perrini (substituta)	Juíza Federal	07/01 a 06/02/2014
		Jose Eduardo de Almeida Leonel Ferreira (substituto)	Juiz Federal	10/7 a 9/8/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Maria Lucia Lencastre Ursaia	Desembargadora Federal	01/01 a 20/8/2014 21/9 a 31/12/2014
		José Eduardo Leonel Ferreira (substituto)	Juiz Federal	21/8 a 20/9/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Marisa Ferreira dos Santos	Desembargadora Federal	01/01 a 5/5/2014 9/6 a 5/10/2014
		Leonardo Safi de Melo (substituto)	Juiz Federal	06/5 a 08/6/2014
		Vanessa Vieira de Mello (substituta)	Juíza Federal	6/10 a 31/12/2014

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Marli Marques Ferreira	Desembargadora Federal	01/01 a 13/7/2014 21/8 a 31/12/2014
		Marcelo Guerra Martins (substituto)	Juiz Federal	14/7 a 20/8/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Maurício Yukikazu Kato	Desembargador Federal	11/12 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Mônica Autran Machado Nobre	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Nelson Bernardes de Souza	Desembargador Federal	01/01 a 07/01/2014 08/02 a 10/6/2014
		Fernando Moreira Gonçalves (substituto)	Juiz Federal	08/01 a 07/02/2014 11/6 a 21/9/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Nelton Agnaldo Moraes dos Santos	Desembargador Federal	01/01 a 07/01/2014 08/02 a 31/12/2014
		Eliana Borges de Mello Marcelo (substituta)	Juíza Federal	08/01 a 13/01/2014 15/01 a 07/02/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Nery da Costa Junior	Desembargador Federal	01/01 a 30/9/2014 01/11 a 31/12/2014
		Jose Francisco da Silva Neto (substituto)	Juiz Federal	01/10 a 31/10/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Newton de Lucca	Desembargador Federal	17/02 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Nino OliveiraToldo	Desembargador Federal	05/6 a 31/8/2014 26/9 a 31/12/2014
		Paulo Sergio Domingues (substituto)	Juiz Federal	01/01 a 4/6/2014
		Alessandro Diaferia (substituto)	Juiz Federal	01/9 a 25/9/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Otávio Peixoto Junior	Desembargador Federal	01/01 a 11/8/2014 12/9 a 31/12/2014
		João Batista Gonçalves (substituto)	Juiz Federal	12/8 a 11/9/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Paulo Gustavo Guedes Fontes	Desembargador Federal	01/01 a 06/01/2014 24/02 a 23/6/2014 01/8 a 31/12/2014
		Alessandro Diaféria (substituto)	Juiz Federal	24/6 a 31/7/2014
		Jose Carlos Francisco (substituto)	Juiz Federal	07/01 a 23/02/2014
Gabinete de	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Paulo Octávio Baptista Pereira	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2014

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Desembargador (a)				
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Paulo Sérgio Domingues	Desembargador Federal	11/12 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Sérgio do Nascimento	Desembargador Federal	01/01 a 22/4/2014 27/5 a 31/12/2014
		Renato Lopes Becho (substituto)	Juiz Federal	23/4 a 26/5/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Tânia Regina Marangoni	Desembargador Federal	01/01 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Therezinha Astolpho Cazerta	Desembargadora Federal	01/01 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Toru Yamamoto	Desembargador Federal	01/01 a 14/01/2014 15/02 a 31/12/2014
		Marco Aurelio de Mello Castriani (substituto)	Juiz Federal	15/01 a 14/02/2014
Gabinete de Desembargador (a)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Walter do Amaral	Desembargador Federal	01/01 a 15/12/2014
Gabinete de Desembargador (a) (Vago)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Denise Aparecida Avelar (substituta)	Juíza Federal	09/4 a 10/12/2014
		Fernão Pompêo de Camargo (substituto)	Juiz Federal	01/01 a 08/4/2014
Gabinete de Desembargador (a) (Vago)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Douglas Camarinha Gonzales (substituto)	Juiz Federal	01/01 a 16/02/2014
		Hélio Egydio de Matos Nogueira (substituto)	Juiz Federal	18/02 a 10/12/2014
Gabinete de Desembargador (a) (Vago)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Jose Eduardo de Almeida Leonel Ferreira (substituto)	Juiz Federal	01/01 a 09/4/2014
		Valdeci dos Santos (substituto)	Juiz Federal	10/4 a 10/12/2014
Gabinete de Desembargador (a) (Vago)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Marcio Satalino Mesquita (substituto)	Juiz Federal	01/01 a 10/12/2014
Gabinete de Desembargador (a) (Vago)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Carlos Eduardo Delgado (substituto)	Juiz Federal	22/9 a 19/10/2014 20/10 a 10/12/2014
		Denise Aparecida Avelar (substituta)	Juíza Federal	11/12 a 31/12/2014
Gabinete de Desembargador (a) (Vago)	Arts. 25 a 32 do RI/TRF3R.	Valdeci dos Santos (substituto)	Juiz Federal	16/12 a 31/12/2014

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria-Geral	Planejar, coordenar, supervisionar e dirigir as atividades administrativas do TRF3R, de acordo com a orientação estabelecida pela Presidência e demais deliberações do Tribunal.	Amelino Rabelo Custódio	Diretor-Geral	01/01 a 16/02/2014
		Gilberto de Almeida Nunes	Diretor-Geral	17/02 a 31/12/2014
Assessoria de Comunicação Social	Assessorar a Presidência, Desembargadores e dirigentes nas questões relativas à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação, coordenar a gestão do processo de comunicação interna e externa.	Júlio César Tiraboschi Junior	Assessor de Comunicação Social	01/01 a 01/07/2014
			Assessor Administrativo II	02/07 a 31/12/2014
Assessoria de Gestão Estratégica	Assessorar a Presidência do TRF3R na elaboração, desenvolvimento e avaliação do planejamento estratégico, bem como na elaboração e acompanhamento das metas do Poder Judiciário.	Luiz Carlos de Oliveira	Diretor da Divisão de Gestão Estratégica	01/01 a 16/02/2014
		Silene Gonçalves	Diretora da Divisão de Gestão Estratégica	17/02 a 01/04/2014
			Assessora Administrativa II	02/04 a 23/06/2014
		Vitor Neves Ribeiro	Assessor Administrativo II	24/06 a 31/12/2014
Assessoria de Organização e Métodos	Assessorar a Presidência do TRF3R nas atividades relacionadas à modernização e organização administrativa do TRF3R e orientar tecnicamente essas atividades nas Seções Judiciárias da 3ª Região.	Célia Yumiko Yonue	Assessora de Organização e Métodos	01/01 a 31/12/2014
Assessoria da Escola de Magistrados	Assessorar o Desembargador Federal Diretor da EMAG e Presidente da Comissão de Concurso no que se refere aos eventos, concursos e divulgações de responsabilidade da EMAG.	Vanessa Moreira Martins	Assessora	01/01 a 11/03/2014
		Wladimir Rodrigues	Assessor	14/03 a 01/07/2014 Sem substituto indicado de 12 a 13/03/2014.
		Marta Fernandes Curia	Assessor Administrativo II	02/07 a 31/12/2014
Assessoria da Ouvidoria-Geral	A Ouvidoria-Geral da JF3R tem a missão institucional de prover um meio de comunicação que garanta o direito de manifestação do cidadão, em relação aos serviços prestados pela JF3R, e que assegure seu direito à informação e à participação no processo de aprimoramento dos serviços colocados à sua disposição.	Ana Mariza Vanzin	Assessora	01/01 a 16/03/2014
		Sílvia Regina Marques Junqueira Gabaldo	Assessora	(Cargo vago de 17/03 a 01/07/2014)
			Assessora Administrativa II	02/07 a 31/12/2014
Assessoria de Gestão de Sistemas de Informação	Assessorar a Presidência no planejamento das políticas de TI da JF3R e gerenciar o fornecimento de dados estatísticos para os usuários internos e externos.	Douglas de Almeida Cedro	Assessor	01/01 a 16/02/2014
		David Panessa Baccelli	Assessor	18/02 a 31/12/2014 Sem substituto indicado em 17/02/2014

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria de Administração	Coordenar e controlar as atividades de relacionadas à aquisição e guarda de material e patrimônio, serviços de arquitetura e engenharia, manutenção e conservação dos imóveis, produção de serviços gráficos, telefonia e comunicações.	Paulo Leopoldo Marin	Diretor	01/01 a 31/12/2014
Secretaria de Gestão de Pessoas	Coordenar as atividades de Gestão de Pessoas no TRF3R.	Rosana Moraes Zonaro	Diretora	01/01 a 16/02/2014
		Marisol Ávila Ribeiro	Diretora	17/02 a 31/12/2014
Secretaria de Informática	Planejar e coordenar as atividades de TI da JF3R.	Jader Carlos Videira	Diretor	01/01 a 31/12/2014
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças	Planejar e controlar as atividades de programação e execução orçamentária e financeira no TRF3R e Seções Judiciárias da 3ª Região.	Maria Aparecida Martinez Ciliano	Diretora	01/01 a 31/12/2014
Secretaria de Segurança Institucional	Coordenar, e orientar as atividades de transporte e segurança institucional na JF3R.	Darney Augusto Bessa	Diretor	01/01 a 16/02/2014
		Sérgio dos Santos	Diretor	17 a 31/12/2014
Secretaria Judiciária	Coordenar, orientar e uniformizar a execução dos serviços administrativo-judiciários dos órgãos subordinados, quanto à regularidade dos atos cartorários e ao exato cumprimento das normas processuais e regimentais pertinentes e orientar o cumprimento dos mandados pelos analistas executantes de mandados.	Valdir Claro Jeronymo	Diretor	01/01 a 31/12/2014
Subsecretaria de Controle Interno	Auxiliar a Instituição no alcance dos seus objetivos, zelando, de forma sistemática e disciplinada, pelo cumprimento das normas que regem a Administração, nos aspectos contábil, orçamentário, financeiro, patrimonial e de pessoal.	Andrea Bugano Passanezi	Diretora	01/01 a 31/12/2014
Secretaria da Presidência	Coordenar as atividades relativas ao processamento de requisições de pagamento oriundas do Juízo da Execução, à elaboração de proposta orçamentária de Precatórios e de requisição para pagamento mensal das RPV.	Andrea Dias Gomes de Kerbrie	Diretora	01/01 a 31/12/2014
Gabinete da Vice-Presidência	Assessorar, nos assuntos jurídicos e administrativos, o Desembargador Federal Vice-Presidente no desempenho de suas funções.	Luciana Giannetti	Chefe de Gabinete	01/01 a 16/02/2014
		Luis Afonso Falcim Grigolon Fre	Chefe de Gabinete	17/02 a 31/12/2014
Subsecretaria dos	Coordenar as atividades relativas ao processamento	Ronaldo Rocha da Cruz	Diretor	01/01 a 07/01/2014

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Feitos da Vice-Presidência	dos recursos excepcionais e agravo de instrumento e assessorar o Desembargador Federal Vice-Presidente.	Francisco Sanchez Gomes	Diretor	(Cargo vago de 08/01 a 16/02/2014)
		Amelino Rabelo Custódio	Diretor	17/02 a 31/12/2014

JFSP
(Fonte: Núcleo de Organização e Métodos)

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria do Foro	Responsável pelos serviços administrativos necessários para garantir o funcionamento da JFSP, nos aspectos de estrutura dos Fóruns, gerenciamento de servidores, aquisição de materiais permanentes e de consumo, além do desempenho de outras atividades imprescindíveis à prestação jurisdicional.	Paulo César Conrado	Juiz Federal Diretor do Foro	01/01 a 17/02/2014
		Giselle de Amaro e França	Juíza Federal Diretora do Foro	18/02 a 31/12/2014
Gabinete da Diretoria do Foro	Assessorar e prestar suporte direto ao exercício da função de Juiz Federal Diretor do Foro e de Vice-Diretor do Foro.	Adriana Faro de Oliveira	Chefe de Gabinete	01/01 a 16/02/2014
		Celso Marim Hernandez (substituto)	Chefe de Gabinete	17/02 a 05/03/2014
		Andrea Werle	Chefe de Gabinete	06/03 a 31/12/2014
Secretaria Administrativa	Coordenar o trabalho desenvolvido na área administrativa da JFSP e assessorar a Diretoria do Foro nos assuntos correlatos.	Rodrigo Corral Cabarcos Filho	Diretor	01/01 a 31/12/2014

JFMS
(Fonte: NURE)

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria do Foro	Responsável pelos serviços administrativos necessários para garantir o funcionamento da JFMS, nos aspectos de estrutura dos Fóruns, gerenciamento de servidores, aquisição de materiais permanentes e de consumo, além do desempenho de outras atividades imprescindíveis à prestação jurisdicional.	Renato Toniasso	Juiz Federal Diretor do Foro	01/01/2014 a 17/02/2014
		Heraldo Vitta Pereira	Juiz Federal Diretor do Foro	18/02/2014 a 31/12/2014
Secretaria Administrativa	Coordenar o trabalho desenvolvido na área administrativa da JFMS e assessorar a Diretoria do Foro nos assuntos correlatos.	Mauro de Oliveira Cavalcante	Diretor	1/1 a 6/2/2014
		Silvia Aparecida Sponda Triboni	Diretora	7/2 a 31/12/2014

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Núcleo de Recursos Humanos	Coordenar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as atividades de administração e desenvolvimento de RH.	Adriana Barros Verruck	Diretora	1/1 a 31/12/2014
Núcleo de Apoio Administrativo	Coordenar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as atividades de compra, administração dos bens, comunicações e controle dos processos administrativos, gestão de recursos orçamentário e financeiro, obras, serviços gerais e informática, no âmbito da JFMS.	Antônio Carlos Gonçalves	Diretor	1/1 a 31/12/2014
Núcleo de Apoio Judiciário	Coordenar e dirigir as atividades de biblioteca, organização, entrada, cadastramento, autuação, classificação, processamentos e arquivamento dos feitos, cálculos de custas judiciais, processuais e de diligência da JFMS, bem como prestar apoio ao Protocolo Integrado da JF3R.	Daniel Joaquim de Souza	Diretor	1/1 a 31/12/2014

ANEXO V

QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Processamento de Requisitórios (1)	Tem por objetivo o cumprimento de atos administrativos vinculados, direcionados a fins específicos, destacando-se o estrito cumprimento da ordem cronológica de pagamento e o efetivo adimplemento das requisições, com a ultimação da entrega da prestação jurisdicional na origem.	Pagamento de Requisitórios.	• JF • JEF • Justiça Estadual, competência delegada • CJF • Receita Federal • CEF • Banco do Brasil • Beneficiário do requerimento	• SEPE - Secretaria da Presidência • UFEP - Subsecretaria dos Feitos da Presidência • DPAG - Divisão de Pagamento • DIAL – Divisão de Análise de Requisitórios • SOFI – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças.
Julgamentos (2)	Descreve as atividades desenvolvidas desde o recebimento do processo distribuído, análise, julgamento, publicação do acórdão/decisão, até a remessa ao juízo de origem ou à Vice-Presidência, no caso de interposição de RESP, RE, RO.	Acórdão. Ata de Julgamento.	• JF • JEF • Justiça Estadual, competência delegada • Gabinete da Vice-Presidência • Jurisdicionado	• Gabinete da Presidência • Gabinete dos Desembargadores Federais • SEPE • SEJU - Secretaria Judiciária • Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário • Subsecretaria da 1ª e 4ª Seções • Subsecretaria da 2ª Seção • Subsecretaria da 3ª Seção • Subsecretaria das 1ª a 11ª Turmas
Processamento de RESP/RE/RO (3)	Contempla as atividades desenvolvidas para análise de admissibilidade dos Recursos Especial (RESP), Extraordinário (RE) e Ordinário (RO).	Decisão sobre a admissibilidade ou não do recurso interposto.	• Subsecretaria da 1ª e 4ª Seções • Subsecretaria da 2ª Seção • Subsecretaria da 3ª Seção • Subsecretaria das 1ª a 11ª Turmas • Tribunais Superiores	• Gabinete da Vice-Presidência • Subsecretaria dos Feitos da Vice-Presidência • Divisão de Procedimentos Diversos
Registro, Autuação e Distribuição (4)	Contempla as atividades de recebimento, protocolo, análise, classificação, distribuição e encaminhamento das petições e dos feitos recebidos para os órgãos pertinentes do TRF3R.	Petições cadastradas Processos classificados, autuados e distribuídos.	• Subsecretaria da 1ª e 4ª Seções • Subsecretaria da 2ª Seção • Subsecretaria da 3ª Seção • Subsecretaria das 1ª a 11ª Turmas • Secretaria da Vice-Presidência • Gabinete da Presidência	• Secretaria Judiciária - SEJU • Subsecretaria de Registro e Informações Processuais • Divisão de Registro, Autuação e Distribuição • Divisão de Análise e Classificação • Divisão de Informações Processuais e

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
				Protocolo

Nota:

(1) O macroprocesso é composto pelos processos de trabalho:

- “Processamento de Requisitórios”, de responsabilidade da SEPE e respectivas áreas a ela subordinadas, composto pelos subprocessos: Conferência de CPF; Conferência de PSSS; Conferência do campo OBS; Verificar prevenção e pendência; Fechamento das Propostas Orçamentárias; Análise e manutenção das Propostas Orçamentárias SEPE – processar demanda; UFEP – processar demanda; DPAG – processar demanda; DIAL - Processar demanda; Elaboração do Relatório de Pagamento. Encontra-se na fase de detalhamento conforme Processo SEI 0011448-16.2014.4.03.8000.
- “POF-Programação Financeira das Sentenças Judiciais” e “POF-Execução Financeira das Sentenças Judiciais”, ambos de responsabilidade da SOFI, mapeado durante o projeto Sigjus, deverão ser revisados ao longo de 2015, de acordo com o projeto “Implementar Gestão por Processo de Trabalho no TRF3” (SEI 0014809-75.2013.4.03.8000).

(2) O macroprocesso é composto pelos processos de trabalho:

- “Julgamento em Turma”, “Julgamento em Seção”, “Julgamento em Órgão Especial” e “Julgamento em Plenário”. Durante os Workshops “Modelagem das Regras de Negócio do Mandado de Segurança no Processo Judicial Eletrônico – Pje” e “Parametrização das Regras de Negócio do Mandado de Segurança no Processo Judicial Eletrônico – Pje”, realizados no período de 28 de abril a 07 de maio de 2014, foram mapeados alguns processos que integram o macroprocesso em pauta: “Processar Incidentes Processuais”, “Processar Apelação ou Agravo de Instrumento”, “Processar Conflito de Competência”, “Suspensão de Segurança”, “Processamento em Gabinete”. Pretende-se dar continuidade ao mapeamento durante o exercício de 2015.

(3) O macroprocesso é composto pelos processos de trabalho:

- “Verificar petição não analisada”, “Cumprir Diligência OU Decisão Judicial”, “Carta Rogatória”, “Intimar Partes” “Expedir Documento” e “Aguardar documento intercorrente”. Foi mapeado durante os Workshops “Modelagem das Regras de Negócio do Mandado de Segurança no Processo Judicial Eletrônico – Pje” e “Parametrização das Regras de Negócio do Mandado de Segurança no Processo Judicial Eletrônico – Pje”, realizados no período de 28/4 a 07/5/2014. Pretende-se dar continuidade ao mapeamento durante o exercício de 2015.

(4) Embora identificado o macroprocesso, este carece da definição dos processos que o compõe, com o respectivo mapeamento. Pretende-se dar continuidade ao mapeamento das áreas judiciárias no decorrer de 2015.

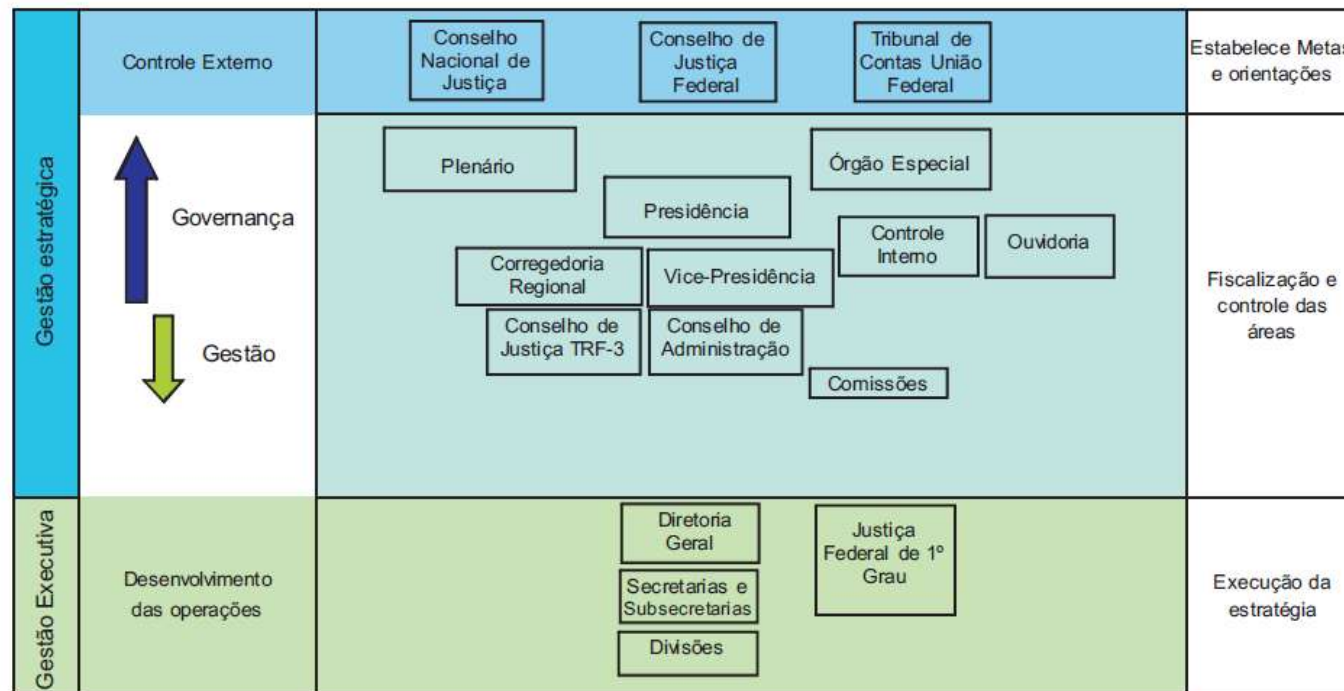
ANEXO VI

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

ORGANOGRAMA DE GOVERNANÇA

Legislação

Constituição Federal
LOMAN
Lei 8112/90
Leis em Geral
Código de Ética
Código de Conduta
Regimento Interno



ANEXO VII

2.2.3.2. TRABALHOS MAIS RELEVANTES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA, PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA GESTÃO DA UJ

Nota:

1) Os resultados das ações abaixo relacionadas, desenvolvidas no exercício de 2014, constaram do Relatório de Auditoria de Gestão da JF3R do exercício de 2013 (disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=2552>) e o monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades auditadas face às propostas de encaminhamento formuladas pela unidade de CI será realizado no exercício de 2015, conforme determinado pelos arts. 39 e 40 da RES CNJ nº 171/2013 e aprovado pela RES PRES TRF3R nº 411/2014 (Plano Anual de Auditorias e Fiscalizações para o exercício de 2015, no âmbito da JF3R, disponível em: <http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382>):

- a) Controles gerais e governança de TI no âmbito da JF3R (item 8 do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2013);
- b) Movimentação e saldos de restos a pagar do exercício de 2013 e anteriores (item 12 do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2013);
- c) Sistemas de controles internos administrativos (item 11 do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2013);
- d) Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos (item 11 do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2013);
- e) Avaliação da gestão de compras e contratações (item 6 do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2013);
- f) Avaliação objetiva sobre o cumprimento no exercício de 2013, no âmbito da JF3R, das obrigações estabelecidas nas Leis nº 8.429/1992, 8.730/1993 e IN TCU nº 67/2011 (item 13 do Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2013).

2) O resultado da avaliação dos critérios para a concessão e manutenção do benefício pensional à filha solteira maior de 21 anos, com fundamento no parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/1958, c/c a Lei nº 6.782/1980, desenvolvida no exercício de 2014, consta do quadro A.11.1.2, quadro 3, deste Relatório de Gestão.

IDENTIFICAÇÃO/ATOS ORIGINÁRIOS	DESCRIÇÃO/ÁREA(S) RESPONSÁVEL(VEIS)	CONSTATAÇÃO(ÇÕES) E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
Relatório de Auditoria 0812532/2014 PRES/GABPRES /UCON/DAUD (Processo SEI 0024080- 74.2014.4.03.8000) Ato(s) originário(s): RES PRES/TRF3R nº 372/2013 PORT PRES/TRF3R nº 7.597/2014	Modalidade: Auditoria de conformidade (art. 7º, VI, da RES CNJ nº 171/2013) Objeto: avaliação global do processo de concessão e pagamento de diárias na JF3R no exercício de 2014. Área(s) responsável(veis): UG 090029 – DIRG UG 090017 – Diretoria do Foro da SJSP UG 090015 – Diretoria do Foro da SJMS	CONSTATAÇÃO(ÇÕES): 3.2.1. Ausência, na proposta de concessão de diárias, de justificativa expressa quando o afastamento incluía sábado/domingo/feriado, bem como da respectiva aceitação pelo ordenador de despesas Proposta de encaminhamento JFMS: Em cumprimento ao art. 5º, § 2º, do Decreto nº 5.992/2006, ao art. 111, § 2º, da RES CJF nº 04/2008, e à jurisprudência do TCU, deverá constar do processo de concessão de diárias, justificativa expressa para as situações em que o início do afastamento ocorra a partir de sexta-feira ou incluía sábados, domingos e feriados, bem como a respectiva aceitação e autorização pelo ordenador de despesas. 3.2.2. Ausência de publicação do ato de concessão de diárias e passagens Proposta(s) de encaminhamento JFSP: Consoante normatização de regência, notadamente, o art. 3º, III e parágrafo único da RES CNJ nº 73/2009, as concessões de diárias e passagens pressupõem, obrigatoriamente, publicação do ato em veículo oficial de circulação interna do órgão. Apenas a disponibilização das referidas concessões no Portal da Transparência, como proposto na Informação 0760406 - DFORS/SP/SADM-SP/SUDG, não supre aludida formalidade. Desse modo, as diárias e passagens concedidas pela JFSP desde fevereiro de 2013 deverão ser regularizadas,

IDENTIFICAÇÃO/ATOS ORIGINÁRIOS	DESCRIÇÃO/ÁREA(S) RESPONSÁVEL(VEIS)	CONSTATAÇÃO(ÇÕES) E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
		mediante publicação dos respectivos atos de concessão em veículo oficial de circulação interna do órgão. Em cumprimento ao art. 6º do Decreto nº 5.992/2006; art. 110 e parágrafo único da RES CJF Nº 04/2008 e art. 3º, III e parágrafo único da RES CNJ Nº 73/2009, o mesmo procedimento deverá ser doravante adotado em relação às concessões de diárias no âmbito da JFSP, efetuando-se o registro no processo de concessão correspondente. 3.2.3. Ausência de prestação de contas Proposta(s) de encaminhamento JFSP: 1) Regularizar as prestações de contas em atraso e a respectiva baixa de responsabilidade na conta contábil 1.9.9.1.1.08.00 (Ocorrência 3.2.6 deste Relatório de Auditoria). A permanência de registros de responsabilidade na referida conta contábil acarretará restrição contábil à unidade gestora, no Grupo 199 – Alerta, Código 318 – Pendência: não atendimento à orientação da setorial contábil; 2) Diante do cenário relatado no DOC SEI nº 0760406, e ainda, da informação de que remanescem, na JFSP, aproximadamente “1.217 (mil, duzentas e dezessete) prestações de contas para serem analisadas, referentes aos exercícios de 2013 e 2014”, inclusive, sem a respectiva baixa de responsabilidade na conta contábil 1.9.9.1.1.08.00 (item 7.4 da Macrofunção SIAFI 02.11.20), realizar estudo formal para estruturação do quadro de servidores da Seção de Diárias e Passagens, compatível à demanda, bem assim para revisão do fluxo de trabalho e controles internos administrativos, submetendo-o à aprovação da autoridade competente, de modo a assegurar o efetivo cumprimento dos prazos e exigências estabelecidos na legislação. JFMS: A Informação nº 0536420, constante do Processo SEI 0001337-64.2014.4.03.8002, não é hábil à demonstração dos deslocamentos do beneficiário das diárias relativas às CDP 0096/2014 e 0170/2014. Assim porque a CDP 0096/2014 refere-se à concessão de diárias no período de 07/5/2014 a 05/6/2014 (DOC SEI 0531433), e a CDP 0170/2014 , no período de 10/6/2014 a 23/6/2014 (DOC SEI 0538853). A Informação nº 0536420 atesta, unicamente, que “o servidor Marcos Cesar da Silva - Oficial de Justiça Avaliador Federal, prestou serviços nesta 1ª Vara Federal de Naviraí/MS até o dia 22/06/2014, retornando para Ponta Porã/MS no dia 23/06/2014”, não abrangendo, portanto, todo o período do deslocamento. Assim, deverá ser juntada aos processos de prestação de contas de diárias a documentação comprobatória dos deslocamentos a serviço, que justifique as viagens realizadas pelos magistrados/servidores. 3.2.4. Ausência de registro individualizado da responsabilidade relativa à Conta Contábil 1.9.9.11.08.00 – Responsabilidade de Terceiros – Diárias Proposta(s) de encaminhamento JFSP: No momento do pagamento das diárias, a situação DPG001, cuja utilização foi sugerida na Informação DFORSP/SADM-SP/ULIF/NUOR/SUPF nº 0764265, não efetua lançamento na conta de responsabilidade (conta contábil nº 1.9.9.11.08.00 – Responsabilidade de Terceiros – Diárias). A Macrofunção SIAFI 021213, item 2.6.5.5 determina que, no caso de emissão de empenhos que tenham como beneficiários uma unidade gestora, a informação individualizada dos pagamentos “deve estar detalhada em sistema estruturante ou corporativo, de forma que permita o controle fora do SIAFI, como amparo para controle, transparência e prestação de contas.”. Desse modo, para fins de transparência, confiabilidade e fidedignidade dos registros contábeis da Unidade Gestora, deverá ser registrada responsabilidade, pela JFSP, de forma individualizada por titular, ou seja, por

IDENTIFICAÇÃO/ATOS ORIGINÁRIOS	DESCRIÇÃO/ÁREA(S) RESPONSÁVEL(VEIS)	CONSTATAÇÃO(ÇÕES) E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
		beneficiário da diária, no SIAFI ou em sistema estruturante ou corporativo, que permita o acompanhamento de todas as prestações de contas, e não apenas daquelas pendentes. Recomendamos, por se tratar do sistema da Administração Federal, que os registros das responsabilidades individualizados por beneficiário das diárias sejam efetuados no SIAFI, na conta contábil nº 1.9.9.11.08.00 – Responsabilidade de Terceiros – Diárias. 3.2.5. Baixa de responsabilidade sem a correspondente prestação de contas Proposta(s) de encaminhamento JFMS: Em cumprimento ao item 7.4 da Macrofunção SIAFI, somente baixar a responsabilidade das despesas com diárias após a efetiva prestação de contas pelo beneficiário, mediante apresentação de documento hábil para tanto, nos moldes estabelecidos no art. 114 da RES CJF 04/2008. 3.2.6 Permanência de registros de responsabilidade na Conta Contábil 1.9.9.11.08.00 – Responsabilidade de Terceiros – Diárias no exercício de 2014 e anteriores Proposta(s) de encaminhamento JFSP: As prestações de contas de diárias em atraso, relatadas no DOC SEI nº 0760406, devem ser regularizadas, conciliando-se, após, o saldo da conta contábil 1.9.9.1.1.08.00 - Responsabilidade de Terceiros – Diárias (item 7.4 da Macrofunção SIAFI 02.11.20). A permanência de registros de responsabilidade na referida conta contábil acarretará restrição contábil à unidade gestora, no Grupo 199 – Alerta, Código 318 – Pendência: não atendimento à orientação da setorial contábil. 3.2.7. Ausência de dedução ou dedução indevida de auxílio-transporte Proposta(s) de encaminhamento JFSP: 1) Adotar providências imediatas para regularização do sistema informatizado, inclusive quanto à respectiva base de dados, implementando controles (tabelas, campos, formulários digitais) que permitam o registro e a correção das diferenças verificadas; 2) Efetuar levantamento dos valores a título de auxílio-transporte não deduzidos ou deduzidos a menor no pagamento de diárias, pelo período não abrangido pela prescrição quinquenal prevista na Lei nº 9.784/1999, providenciando o ressarcimento ao erário, observando o disposto na RES CJF nº 068/2009; 3) Aprimorar os controles internos administrativos de forma a assegurar, no pagamento das diárias, a correta dedução do valor correspondente ao auxílio-transporte, quando aplicável. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Relatório de Auditoria acolhido pela Presidência do TRF3R, conforme despacho 0812582. O monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades auditadas face às propostas de encaminhamento constantes do Relatório de Auditoria 0812532/2014 PRES/GABPRES /UCON/DAUD, será realizado no exercício de 2015, conforme determinado pelos arts. 39 e 40 da RES CNJ nº 171/2013 e aprovado pela RES PRES TRF3R nº 411/2014 (Plano Anual de Auditorias e Fiscalizações para o exercício de 2015, no âmbito da JF3R, disponível em: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382).
Relatório de Auditoria 0701578/2014 PRES/GABPRES/UCON/DAUD (Processos SEI 0019417-	Modalidade: Auditoria de conformidade Objeto: verificação do cumprimento da implantação,	CONSTATAÇÃO(ÇÕES): 3.2.1. Artefato “plano de sustentação”: Ausência de especificação das cláusulas relativas aos direitos de propriedade intelectual que deverão compor o termo de referência ou projeto básico Proposta de encaminhamento

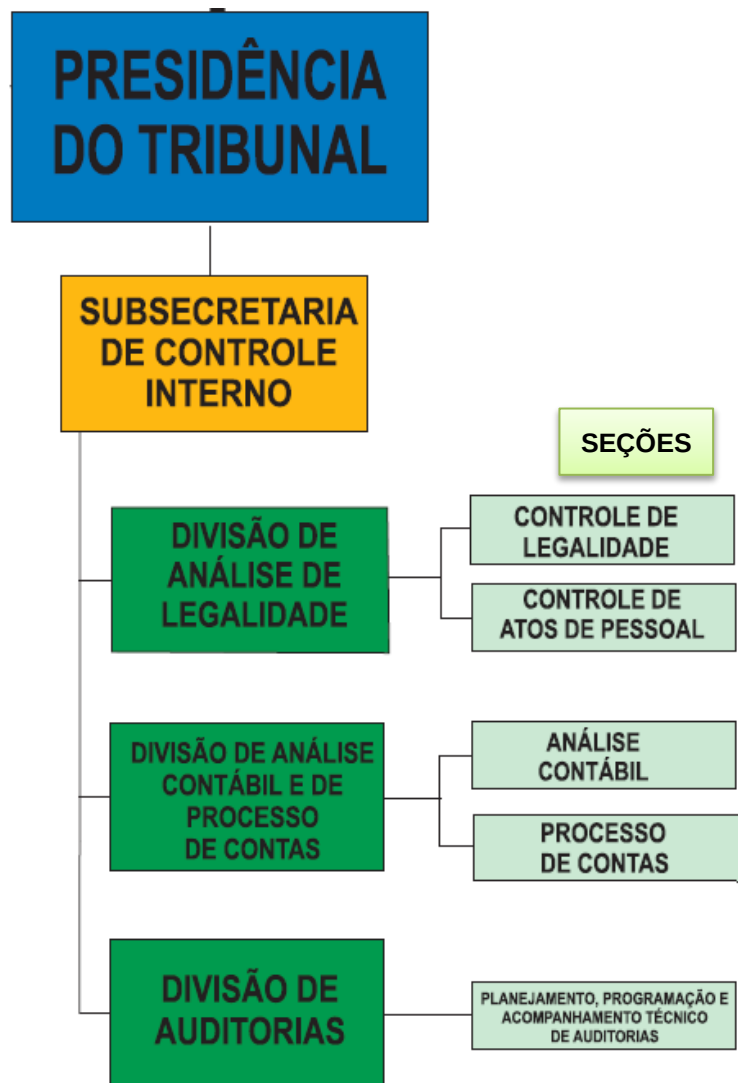
IDENTIFICAÇÃO/ATOS ORIGINÁRIOS	DESCRIÇÃO/ÁREA(S) RESPONSÁVEL(VEIS)	CONSTATAÇÃO(ÇÕES) E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
82.2014.4.03.8000 e 0012031-98.2014.4.03.8000) Ato(s) Originário(s): Processo CNJ nº 351.723, Parecer nº 1/2013 – SCI/Presi/CNJ (Processo SEI 0024424-89.2013.4.03.8000) RES PRES/TRF3R nº 372/2013 (Processo SEI 0021380-62.2013.4.03.8000) PORT PRES/TRF3R nº 7.424, de 10/02/2014 (Processo SEI 0021380-62.2013.4.03.8000)	na JF3R, dos procedimentos estabelecidos na RES CNJ nº 182/2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de solução de TI (planejamento da contratação, análise de viabilidade da contratação, sustentação do contrato, estratégia para a contratação e análise de riscos), e na RES CJF nº 279/2013, que dispõe sobre o Modelo de Contratação de Solução de TI da JF - MCTI-JF no âmbito do Conselho e da JF de primeiro e segundo graus. Área(s) responsável(veis): Áreas de TI, Requisitantes e Administrativas integrantes do processo de contratações de TI; Diretoria-Geral, SETI, SEGE e ASOM	Área(s) Responsável(is) Área de TI, Requisitantes e Administrativas Em cumprimento à Lei 8.666/1993, art. 54, à RES CJF 279/2013, art. 2º, à RES CNJ 182/2013, art. 15, IV, bem como ao Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI – JF (v 2.0) – Item 6.6, aprimorar a elaboração do artefato “Plano de Sustentação”, indicando expressamente, com base na Lei 9.610/88, as cláusulas relativas aos Direitos de Propriedade Intelectual que deverão compor o Termo de Referência ou Projeto Básico, notadamente quanto aos direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de TI sobre os diversos documentos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que tais direitos não vierem a pertencer à Administração. 3.2.2. Ausência de registro da manifestação, validação e priorização da ação pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico da JF, bem assim do parecer do Comitê Gestor do Sistema de Tecnologia da Informação da JF, quanto ao plano de ação de TI 2014 no qual a contratação está inserida Proposta de encaminhamento Área(s) Responsável(is) Áreas de TI, Requisitantes e Administrativas Em cumprimento ao disposto no art. 8º da RES CJF 88/2009 e nos arts. 2º e 5º da RES CJF 266/2013, registrar, nos processos de contratação de bens e serviços de TI, a manifestação, validação e priorização da ação pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico da JF, bem assim o parecer do Comitê Gestor do Sistema de TI da JF, quanto ao plano de ação de TI no qual a contratação está inserida. 3.2.3. Deficiências na formação das Equipes de Planejamento das Contratações de TI Federal Proposta de encaminhamento Área(s) Responsável(is) Áreas de TI, Requisitantes e Administrativas Diretoria-Geral e ASOM 1) Em cumprimento ao art. 2º, XIII, “c”, da RES CNJ nº 182/2013, Parecer UCON 0436781 - PRES/GABPRES/UCON e Decisão 0437939, prolatada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Presidente deste E. TRF3R, aprimorar o processo de composição das equipes de planejamento das contratações de TI, mediante definição formal dos papéis, responsabilidades e atividades críticas a cargo de cada qual dos atores envolvidos; 2) Realizar estudo formal relativo a eventual alteração da competência da Divisão de Aquisições e Acompanhamento de Contratos – DIAC, de “Apoiar as demais áreas da informática na elaboração dos formulários de MCTI-JF, utilizando-se do Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI – JF”, para incluir a atribuição de coordenar, de modo centralizado, os aspectos administrativos da elaboração dos artefatos da etapa do planejamento das contratações de TI; 3) Considerando o posicionamento da área gestora (Documento SEI 0671800), no sentido da atuação dos representantes da Seção de Processamento de Aquisições e Contratações de TI, subordinada à Divisão de Aquisições e Acompanhamentos de Contratos, na qualidade de integrantes administrativos das equipes de planejamento das contratações de TI, assegurar, mediante alteração das respectivas Normas de Estrutura, a

IDENTIFICAÇÃO/ATOS ORIGINÁRIOS	DESCRIÇÃO/ÁREA(S) RESPONSÁVEL(VEIS)	CONSTATAÇÃO(ÇÕES) E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
		segregação da mencionada função entre essas áreas e as demais áreas da SETI. 3.2.4. Pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços de TI Proposta de encaminhamento Área(s) Responsável(is) Áreas de TI, Requisitantes e Administrativas Em cumprimento ao art. 14, II, “g”, da RES CNJ 182/2013 e à Orientação Geral ALIC 003/2014, o orçamento estimado para a aquisição de bens e contratação de serviços de TI deve expressar a composição de todos os custos unitários resultantes dos itens a serem contratados e ser elaborado com base em pesquisa fundamentada de preços, como os praticados no mercado de TI em contratações similares realizadas por órgãos ou entidades da Administração Pública, entre outros pertinentes, adotando-se os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços estabelecidos na IN MPOG/SLTI nº 05/2014, alterada pela IN MPOG/SLTI nº 07/2014, de 29/08/2014. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Relatório de Auditoria acolhido pela Presidência do TRF3R, conforme despacho 0702089. O monitoramento das providências adotadas pelos titulares das unidades auditadas face às propostas de encaminhamento constantes do Relatório de Auditoria 0701578/2014 PRES/GABPRES /UCON/DAUD, será realizado no exercício de 2015, conforme determinado pelos arts. 39 e 40 da RES CNJ nº 171/2013 e aprovado pela RES PRES TRF3R nº 411/2014 (Plano Anual de Auditorias e Fiscalizações para o exercício de 2015, no âmbito da JF3R, disponível em: http://www.trf3.jus.br/trf3r/index.php?id=3382).
Relatório nº 031/2012-UCON/DAUD/RTFI, Pareceres 0834793, 0051380 e 0259323 PRES/GABPRES/UCON (Processo SEI 0003762-07.2013.4.03.8000)	Fracionamento de despesas em relação aos serviços de transporte de mobiliário e bagagem contratados pela JFSP nos exercícios de 2012 e 2013 Área(s) responsável(veis): UG 090017 – Diretoria do Foro da SJSP	CONSTATAÇÃO(ÇÕES): Fracionamento de despesas em relação aos serviços de transporte de mobiliário e bagagem contratados pela JFSP nos exercícios de 2012 e 2013. Conforme consulta ao SIAFI, todas as despesas realizadas pela JFSP, de 01/01/2014 a 10/12/2014, com transporte de mobiliário e bagagem, decorreram da adoção da modalidade licitatória pregão, saneando a ocorrência. Contudo, constata-se para o mesmo período, indícios de fracionamento de despesas com aquisição de material para manutenção de bens móveis/instalações (conta contábil 3.3.3.9.0.30.24), mediante aplicação de suprimento de fundos e dispensa de licitação por valor, cujos valores, somados, suplantaram o limite de R\$ 8.000,00, estabelecido no art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: A questão relativa ao indício de fracionamento de despesas com material para manutenção de bens móveis/instalações está sendo tratada no Processo SEI 0019455-94.2014.4.03.8000, relativo à auditoria de conformidade em andamento, tendo por objeto a avaliação do processo de concessão e prestação de contas de suprimento de fundos no âmbito da JF3R.
Informação UCON nº 0507285 e 0735201 Processos SEI 0010614-13.2014.4.03.8000, 0002627-23.2014.03.8000 (TRF3R), 0001867-74.2014.4.8001,	Alinhamento das contratações de passagens aéreas na JF3R aos termos dos itens 9.3.1 a 9.3.3 do Acórdão 1314/2014-TCU-Plenário	CONSTATAÇÃO(ÇÕES): Em 21/5/2014, o Plenário do TCU prolatou o Acórdão nº 1314/2014, relativo a possíveis irregularidades nas contratação de empresa para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, e emissão de seguro de assistência em viagem internacional. Na oportunidade, foi examinado modelo de contratação, com intermediação de agências de viagens, no

IDENTIFICAÇÃO/ATOS ORIGINÁRIOS	DESCRIÇÃO/ÁREA(S) RESPONSÁVEL(VEIS)	CONSTATAÇÃO(ÇÕES) E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
0008308-05.2013.4.03.8001 (JFSP) e 0002391- 02.2013.4.03.8002 (JFMS).	Área(s) responsável(veis): UG 090029 – DIRG UG 090017 – Diretoria do Foro da SJSP UG 090015 – Diretoria do Foro da SJMS	qual a Administração Pública depende de sistemas criados e mantidos por essas agências, e não tem conhecimento dos valores dos bilhetes efetivamente pagos às companhias aéreas, tendo sido constatada prática idêntica em contratos atuais de diversos órgãos da administração pública, que foram firmados com taxas de R\$ 0,00 ou R\$ 0,01 por bilhete emitido/cancelado/alterado e vêm sendo executados dessa forma, com riscos de superfaturamento e direcionamentos nos sistemas de pesquisa de passagens aéreas. Nesse contexto, procedeu-se ao exame dos Processos SEI 0002627-23.2014.4.03.8000 (TRF3R), 0001867-71.2014.4.03.8001 e 0008308-05.2013.4.03.8001 (JFSP) e 0002391-02.2013.4.03.8002 (JFMS), relativos às contratações de prestação de serviços de agenciamento de viagens, no âmbito da JF3R. Verificou-se que não há previsão, nas contratações em apreço, como obrigação da contratada, de apresentação, mês a mês, das faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo órgão, como condição aos pagamentos das faturas subsequentes. Tampouco se vislumbrou, das faturas emitidas pelas companhias aéreas, possibilidade de aferição do valor dos bilhetes adquiridos. Ademais, os valores decorrentes dos serviços de agenciamento das passagens aéreas na JF3R, quais sejam, R\$ 0,01 por bilhete (TRF3R); valor “ZERO” (JFSP) e R\$ 0,01 por bilhete (JFMS), inserem-se, justamente, na hipótese aventada pelo TCU no Acórdão 1314/2014, sujeita a riscos de superfaturamento e direcionamentos nos sistemas de pesquisa de passagens aéreas. Desse modo, recomendou-se, com fulcro nos arts. 58 e 67 da Lei nº 8.666/1993, c/c o art. 25 da RES CNJ nº 171/2013, o alinhamento das contratações de passagens aéreas com intermediação de agências de viagens, no âmbito da JF3R, aos termos dos itens 9.3.1 a 9.3.3 do Acórdão 1314/2014 – TCU – Plenário. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Recomendação acolhida pela Presidência do TRF3R, conforme despacho 0507308. No TRF3R foi firmado, com a empresa Harabello Passagens Turismo e Eventos Ltda., o Termo Aditivo 532168 à Ata de Registro de Preços nº 12.019.10.2014, nos termos propostos pelo TCU (DOC SEI 0533151 e 0538682). De outra parte, a empresa Portal Turismo e Serviços Ltda., contratada pela JFSP e JFMS manifestou-se contrariamente à inclusão da obrigação instituída pelo Acórdão TCU 1314/2014 (DOC SEI 0524700 e 0536070). Nesse cenário, foi informado, pelas Seções Judiciárias que as referidas contratações serão mantidas na atual configuração até a data de seus vencimentos (31/12/2014), e não serão prorrogadas. Nos futuros certames a serem lançados para as contratações dos serviços em tela, serão observadas as diretrizes fixadas pelo referido Acórdão. Verifica-se, outrossim, que houve implementação de controles por todas as áreas gestoras dos contratos de passagens aéreas, para conferência dos valores das passagens adquiridas, consistente na solicitação de comprovantes de pagamento de passagens e faturas, tanto às empresas contratadas, como às companhias aéreas. No TRF3R, houve, inclusive, abertura do Processo Administrativo de Penalidade nº 0018750-96.2014.4.03.8000, para apuração de falta contratual decorrente da ausência de apresentação, pela empresa contratada, das faturas das companhias aéreas que permitam aferir o valor dos bilhetes adquiridos. A matéria será acompanhada pela Assessoria de Licitações e Contratos da JF3R.

ANEXO VIII

ORGANOGRAMA DA UNIDADE DE CI DO TRF3R



ANEXO IX

ITEM 3.6.1. ACESSIBILIDADE FÍSICA ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

UNIDADE/ENDEREÇO	JFSP
	SITUAÇÃO EM 31/12/2014
Administrativo Central Rua Peixoto Gomide nº 76 São Paulo/SP	Edifício com 17 pavimentos. Para cumprimento da NBR 9050/2004 são necessárias as seguintes intervenções: instalação de plataforma elevatória na entrada do edifício; correção dos desníveis do passeio público; construção de sanitários acessíveis; adaptação dos elevadores (NM 313); instalação de sinalização visual; instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2004), instalação de sinalização nas escadas fixas; tornar o refeitório acessível (pavimento sem elevador). Aguarda-se dotação orçamentária, solicitada no Plano de Obras da JF3R.
Administrativo Praça da República nº 299 São Paulo/SP	Edifício com 12 pavimentos. Para cumprimento da NBR 9050/2004 são necessárias as seguintes intervenções: construção de rampa no acesso principal do edifício; correção dos desníveis do passeio público; construção de sanitários acessíveis; adequação das rampas; substituição dos módulos de balcão por módulos acessíveis; adaptação dos elevadores (NM 313); instalação de sinalização visual; instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2004), instalação de sinalização nas escadas fixas; tornar o refeitório acessível (adaptação da pia e locais das mesas). Aguarda-se dotação orçamentária, solicitada no Plano de Obras da JF3R.
JEF Avenida Paulista nº 1345 São Paulo/SP	Edifício com 19 pavimentos. Foi construído um sanitário acessível para cada pavimento, porém deverá ser feito reposicionamento de acessórios e louças dos sanitários acessíveis do Térreo e 11º pavimento para total atendimento à NBR 9050. São necessárias, ainda, as seguintes intervenções: adaptação dos elevadores (NM 313); instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2004), instalação de sinalização nas escadas fixas; substituição dos módulos de balcão por módulos acessíveis; instalação de plataforma ou elevador para acesso ao mezanino; demarcação de espaço para P.C.R. e assentos para P.M.R. e P.O. no auditório; reforma do refeitório (altura da pia e locais das mesas) e correção da demarcação das vagas de estacionamento.
Fórum Criminal e Previdenciário Alameda Ministro Rocha Azevedo nº 25 São Paulo/SP	Edifício com 22 pavimentos. Para cumprimento da NBR 9050/2004 são necessárias as seguintes intervenções: troca de revestimento de piso do passeio público; correção do desnível entre a entrada do edifício e o piso externo; correção da grelha existente na entrada de pedestres; adaptação dos elevadores (NM 313); instalação de sinalização visual; instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2004), instalação de sinalização nas escadas fixas; adequação do refeitório (desnível de 20cm); correção da demarcação das vagas de estacionamento. Foram construídos sanitários acessíveis, um em cada pavimento, todavia não atendem plenamente às normas de acessibilidade. Aguarda-se dotação orçamentária, solicitada no Plano de Obras da JF3R..
Fórum de Execuções Fiscais Rua João Guimarães Rosa nº 215 São Paulo/SP	Edifício com 18 pavimentos Para cumprimento da NBR 9050/2004 são necessárias as seguintes intervenções: reforma do passeio público, com correção da inclinação transversal e dos desníveis nas caixas de inspeção; reforma do desnível entre o rebaixamento da entrada da garagem e o passeio público; correção do desnível entre o início da rampa do acesso principal e o passeio público; adequação da rampa de entrada; adaptação dos elevadores (NM 313); demarcação de vagas de estacionamento; rebaixamento de calçada em vaga de estacionamento externa; instalação de sinalização visual; instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; instalação de corrimãos (NBR 9050/2004), instalação de sinalização nas escadas fixas e na rampa; correção da rampa no auditório; adequação do auditório (assentos para P.M.R. e P.O); substituição dos módulos de balcão por módulos acessíveis. Foram construídos sanitários acessíveis, um em cada pavimento, todavia não atendem plenamente às normas de acessibilidade (instalação de alarme de emergência e do símbolo internacional de acesso e troca dos trincos). Aguarda-se dotação orçamentária, solicitada no Plano de Obras da JF3R..
Fórum Cível Avenida Paulista nº1682 São Paulo/SP	Edifício com 20 pavimentos. Para cumprimento da NBR 9050/2004 são necessárias as seguintes intervenções: construção de rampa no acesso principal; adaptação dos elevadores (NM 313); instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2004) e instalação de sinalização nas escadas fixas; troca de maçanetas das portas; substituição dos módulos de balcão por módulos acessíveis; adequação do auditório (não há assentos para P.M.R. e P.O); correção da demarcação das vagas de estacionamento.

UNIDADE/ENDEREÇO	JFSP
	SITUAÇÃO EM 31/12/2014
	Foram construídos sanitários acessíveis, um em cada pavimento (exceto no 11º e 15º andares e subsolos), porém deve ser feito reposicionamento de acessórios e correção de altura dos vasos e do acionamento da descarga. Aguarda-se dotação orçamentária, solicitada no Plano de Obras da JF3R.. Foi contratado o projeto da rampa de entrada, em fase de elaboração.
Turmas Recursais Alameda Rio Claro, 241 São Paulo/SP	Edifício com 18 pavimentos. Para cumprimento da NBR 9050/2004 são necessárias as seguintes intervenções: construção de rampa na entrada principal; adaptação dos elevadores (NM 313); demarcação de vagas de estacionamento; rebaixamento de calçada em vaga de estacionamento externa; instalação de sinalização visual; instalação de sinalização tátil de alerta e direcional; troca de corrimãos (NBR 9050/2004) e instalação de sinalização nas escadas fixas; reforma do refeitório (daptação de altura de pia e locais das mesas). Foram construídos sanitários acessíveis, um em cada pavimento, porém deve ser feito reposicionamento de acessórios e troca de torneiras. Aguarda-se dotação orçamentária, solicitada no Plano de Obras da JF3R..
Guarulhos	Prédio locado, construído para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica.
Mogi das Cruzes	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica. Está em estudo possível mudança de prédio
Mauá	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica. Está em estudo possível mudança de prédio
Osasco	Prédio locado, construído para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica.
Santo André	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
São Bernardo do Campo	Edifício próprio (aquisição). Foi contratado o Projeto Básico de Acessibilidade. Estão sendo executadas obras de acessibilidade nos pavimentos inferiores (térreo ao 3º andar), para implantação da 1ª Vara–Gabinete, a saber: adequação da rampa e da escada externas, adaptação e construção de sanitários, instalação de rampas internas, adequação dos corrimãos e instalação de sinalização tátil e visual (NBR 9050). Os demais pavimentos serão objeto de nova contratação, com os seguintes acréscimos: adequação das escadas internas, modernização dos elevadores e adaptação dos layouts..
Santos	Foram contratados o Projeto Básico de Acessibilidade e o Projeto Legal, que prevê, dentre outros quesitos, a construção de plataforma elevatória na entrada do edifício, sanitários acessíveis, adequação do auditório, corrimãos e sinalização. Aguarda-se inclusão de dotação orçamentária para a contratação do Projeto Executivo e execução da obra.
São Vicente	Prédio locado. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica
Caraguatatuba	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Americana	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica após a reforma de inauguração da 1º Vara Federal.
Andradina	Prédio locado. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica
Araçatuba	Cumpre os requisitos da NBR 9050/2004.
Araraquara	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Assis	Construção recente, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda saneamento de não conformidades verificadas na vistoria técnica.
Avaré	Prédio locado. Para cumprimento da NBR 9050/2004 são necessárias as seguintes intervenções: construção de rampa, sanitário acessível, demarcação de vaga e sinalização, dentre outras. Está em estudo possível mudança de prédio.
Barretos	Prédio locado. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica
Bauru	Prédio locado, construído para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica
Botucatu	Prédio cedido. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica
Bragança Paulista	Prédio locado, construído para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica
Campinas	JEF: Prédio locado, construído para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica. Fórum de Campinas: Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Catanduva	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica após transformação do JEF em JEVA.
Franca	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.

UNIDADE/ENDEREÇO	JFSP
	SITUAÇÃO EM 31/12/2014
Guaratinguetá	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Itapeva	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Jales	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Jaú	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Jundiá	Prédio locado. Aguarda vistoria após reforma realizada pelo proprietário em 2013.
Limeira	Prédio locado. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda saneamento de não conformidades verificadas na vistoria técnica.
Lins	Prédio locado. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria após reforma realizada pelo proprietário.
Marília	Prédio cedido. Para cumprimento da NBR 9050/2004 são necessárias as seguintes intervenções: construção de rampa para acesso, instalação de plataforma elevatória para acesso ao pavimento superior, construção de sanitários acessíveis, adequação de corrimão, vaga para deficientes, sinalização e outros.
Ourinhos	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
Piracicaba	Prédio locado. Recentemente reformado, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica.
Presidente Prudente	Foi contratado o Projeto Básico de Acessibilidade prevendo dentre outros quesitos, a construção de sanitários acessíveis, rampa, adaptação dos elevadores, troca de portas, demarcação de vagas, adequação dos corrimãos, alteração de layout e sinalização. Aguarda-se inclusão de dotação orçamentária para a contratação dos Projetos Executivos e execução da obra.
Registro	Prédio cedido. Aguarda vistoria técnica. Está em estudo possível mudança de prédio.
Ribeirão Preto	Foram contratados o Projeto Básico de Acessibilidade e os Projetos Executivo e Legal, em fase de elaboração. Aguarda-se inclusão de dotação orçamentária para a execução da obra.
São Carlos	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica.
São João da Boa Vista	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica. Prevista mudança de sede para imóvel em reforma, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade.
São José do Rio Preto	Foram contratados o Projeto Básico de Acessibilidade e os Projetos Executivo e Legal. Obra em fase de execução.
São José dos Campos	Construção recente, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica.
Sorocaba	Prédio locado. Aguarda vistoria técnica. Está em estudo possível mudança de prédio.
Taubaté	Prédio locado, construído para a JFSP, tendo, no escopo, o cumprimento dos quesitos de acessibilidade. Aguarda vistoria técnica.
Tupã	Prédio cedido. Aguarda vistoria técnica.

Nota:

Segundo a NBR 9050: P.C.R. – Pessoa em cadeira de rodas; P.M.R. – Pessoa com mobilidade reduzida e P.O. – Pessoa obesa

ANEXO X

VINCULAÇÃO DO PE DA UJ COM O PLANO PLURIANUAL – PPA

UNIDADE	DESCRIÇÃO DA META	GASTO (R\$)
SADI	Responsabilidade Socioambiental - Assegurar o exercício da cidadania - Genérico	8.372,00
SADI	PEJF - Recursos - Infraestrutura e TI - Prover estrutura e meios de segurança adequados - Adequação das edificações da JF - acessibilidade e segurança - Adaptação dos edifícios da JF quanto aos quesitos selecionados de acessibilidade e segurança	1.407.616,51
SETI	PETI - Processos internos - Alinhamento e integração - Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio - Efetivar contratação de fábrica de software	16.965,00
SETI	PETI - Processos internos - Alinhamento e integração - Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio - Adquirir peças de reposição para manutenção do parque e ampliação de sua vida útil	30.357,60
SETI	PETI - Processos internos - Alinhamento e integração - Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio - Prover softwares	22.988,00
SETI	PETI - Processos internos - Alinhamento e integração - Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio - Adquirir licenças de softwares para desktops	2.615.550,00
SETI	PETI - Processos internos - Alinhamento e integração - Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio - Contratar suporte técnico especializado	1.416.420,16
SETI	PETI - Processos internos - Alinhamento e integração - Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio - Manter parque tecnológico (hardware) atualizado	7.004.130,00
SETI	PETI - Processos internos - Alinhamento e integração - Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio - Prover e manter atualização de softwares corporativos (SO, SGBD, linguagens de programação e ferramentas de apoio)	1.802.663,57
SETI	PETI - Processos internos - Eficiência operacional - Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio - Prover soluções de armazenamento e backup	2.405.250,00
SETI	PETI - Processos internos - Eficiência operacional - Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio - Adequar linhas de comunicação de dados	88.306,20
SETI	PETI - Processos internos - Eficiência operacional - Assegurar níveis de serviços adequados ao negócio - Adequar servidores, switches, linhas e meios de comunicação e infraestrutura de rede aos níveis de serviços acordados	1.150.975,30
SETI	PETI - Processos internos - Alinhamento e integração - Garantir soluções tecnológicas efetivas - Implementar soluções de segurança	222.368,00
SETI	PETI - Recursos - Infraestrutura de TI - Garantir soluções tecnológicas efetivas - Adequar a infraestrutura para disponibilizar acesso à rede sem fio	692.897,70
SEGE	Gestão de Pessoas - Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores, com foco em resultados - Programa de gestão por competências.	53.364,34
SEGE	PEJF - Recursos - Gestão de pessoas - Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia - Educação Corporativa - Plano de capacitação de servidores	366.031,40
EMAG	PEJF - Recursos - Gestão de pessoas - Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia - Educação Corporativa - Plano de aperfeiçoamento de magistrados	543.784,74
TOTAL		19.848.040,52
PORCENTAGEM DO ORÇAMENTO DE 2014 COM METAS ESTRATÉGICAS		23,92%

ANEXO XI

MATRIZ ESTRATÉGICA JF – 2015-2020

MACRODESAFIOS	OBJETIVOS	INDICADORES	METAS	INICIATIVAS / ANO
GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA	BUSCAR A SATISFAÇÃO DO USUÁRIO/CIDADÃO	1) Taxa de Satisfação dos Usuários da Justiça Federal.	Atingir 70% de satisfação dos usuários da Justiça Federal em 2020	Carta de Serviços /2015
CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	AGILIZAR OS TRÂMITES JUDICIAIS	2) Índice de Produtividade Judicante	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano	- Processo Judicial Eletrônico da JF – Pje / 2015 - Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) / 2015 - Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência nas carreiras da magistratura federal e de servidores / 2015
		3) Índice de Julgamento de Processos Antigos	1º e 2º graus Julgar 100% processos distribuídos até 31/12 do quinto ano anterior ao ano corrente JEF e TR Julgar 100% processos distribuídos até 31/12 do quarto ano anterior ao ano corrente + 70% dos distribuídos até 31/12 do antepenúltimo ano	
		4) Índice de Produtividade dos Magistrados - IPM	Aumentar o índice de produtividade de magistrados em relação à média do triênio anterior da própria região. (Média da produtividade dos três anos anteriores em relação ao ano em mensuração)	
		5) Índice de Produtividade de Servidores - IPS	Aumentar o índice de produtividade dos servidores em relação à média do triênio anterior da própria região. (Média da produtividade dos três anos anteriores em relação ao ano em mensuração)	
		6) Taxa de Congestionamento	Não há meta estabelecida	
ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO	AUMENTAR O NÚMERO DE PROCESSOS ENCERRADOS POR MEIO DE CONCILIAÇÃO	7) Taxa de Casos Encerrados por Conciliação	Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação, em relação ao ano anterior	- Ampliação das Ações de Conciliação / 2016 - Melhoria de processos e estrutura da conciliação / 2016
APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA	AGILIZAR OS TRÂMITES JUDICIAIS DOS	8) Índice de Atendimento à Demanda de Processos Criminais	Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos no ano	- Celebração de acordos de Cooperação técnica / 2017

MACRODESAFIOS	OBJETIVOS	INDICADORES	METAS	INICIATIVAS / ANO
CRIMINAL	PROCESSOS CRIMINAIS DE MODO A COMBATER A IMPUNIDADE		corrente	
		9) Índice de Julgamento dos Processos Antigos	Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à Improb. Adm., ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12 do penúltimo ano	
	APERFEIÇOAR A GESTÃO DA EXECUÇÃO DA PENA ALTERNATIVA	10) Taxa de Atendimento de Apenados com Penas Alternativas	Viabilizar o início do cumprimento de penas alternativas, em até 60 dias, em 100% dos casos , até 2020	- Controle da Execução de Penas e Medidas Alternativas /2017
IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS E CÍVEIS	AGILIZAR OS TRÂMITES JUDICIAIS NO CUMPRIMENTO DO JULGADO	11) Índice de Atendimento à Demanda na Execução não Fiscal do 1o. Grau	Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que os casos novos de Execução no ano corrente	- Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais em nova tecnologia / 2015
	AGILIZAR OS TRÂMITES JUDICIAIS DAS EXECUÇÕES FISCAIS	-	-	- Estudos visando alterações na LEF /2015 - Aperfeiçoamento da gestão dos processos de execução fiscal suspensos/sobrestados / 2016
COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	AGILIZAR OS TRÂMITES PROCESSUAIS NA BUSCA DO JULGAMENTO CÉLERE DAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	12) Índice de Produtividade de Julgamento de Ações de Improbidade Administrativa	Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações de Improbidade Adm., distribuídas até 31/12 do penúltimo ano	-
	APRIMORAR O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA JUSTIÇA FEDERAL	13) Taxa de Avaliação do Sistema de Controles Internos	Elevar o percentual de avaliação positiva do sistema de controles internos de cada região para 100%, até 2020	- Requisitos Mínimos de Funcionamento dos Controles Internos / 2015
GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES	REDUZIR ACÚMULO DE PROCESSOS RELATIVOS ÀS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES	14) Taxa de Congestionamento Líquido no 2o Grau	-	- Aprimoramento do Fluxo de Informações de Recursos Repetitivos e Repercussão Geral / 2015
		15) Taxa de Congestionamento Líquido nas Turmas Recursais	-	- Ferramenta de Controle Gerencial / 2015 - Centrais de Controle de

MACRODESAFIOS	OBJETIVOS	INDICADORES	METAS	INICIATIVAS / ANO
				Sobrestamentos / 2016 - Pesquisa sobre Demandas Repetitivas / 2015
MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS	DESENVOLVER O POTENCIAL HUMANO NOS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA FEDERAL	16) Taxa de Satisfação de Magistrados e Servidores com o Clima Organizacional	Alcançar 70% de satisfação dos magistrados e servidores com o clima organizacional, até 2019	- Adequar a estrutura de cargos e desenvolver competências a partir de novas demandas na Justiça Federal / 2015
		17) Taxa de Absenteísmo de Magistrados e Servidores	Manter, em todos os anos, o absenteísmo abaixo ou igual a 3%	- Fortalecimento do Clima Organizacional, com ênfase na promoção da saúde no trabalho /2016
		18) Taxa de Adesão de Magistrados e Servidores ao Exame Periódico	Atingir 100% de adesão de magistrados e servidores ao exame periódico de saúde até 2020	
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS	OTIMIZAR CUSTOS OPERACIONAIS	-	-	- Programa de Sustentabilidade / 2015
INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	APRIMORAR A ORGANIZAÇÃO E AS PRÁTICAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA JUSTIÇA FEDERAL	19) Taxa de Adesão às Práticas de Gestão Estratégica do Poder Judiciário	Atingir 90% de aderência às práticas de gestão estratégica do Poder Judiciário em 2020	- Desenvolver as ações do Plano de Comunicação da Estratégia / 2015 - Implantação dos Planos de Gestão para o desdobramento da Estratégia / 2016 - Implementar o sistema de governança da JF / 2015
MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC	ASSEGURAR A EFETIVIDADE DOS SERVIÇOS DE TI DA JUSTIÇA FEDERAL	20) Índice de Alcance do Nivelamento nos portes de tecnologia, capacitação e automação	Assegurar que, até 2020, 100% dos órgãos estejam até o nível A dos portes de tecnologia, capacitação e automação	- Implantação de ferramentas de TIC para reduzir cartas precatórias /2015 - Nivelar infraestrutura de TI e uniformizar o desenvolvimento de sistemas informatizados / 2015
		21) Taxa de Satisfação dos Clientes Interno da Justiça Federal com os serviços de TI	Atingir, em 2019,70% de avaliações consideradas positivas	
		22) Taxa de Satisfação dos Clientes Externos da Justiça Federal com os serviços de TI	Atingir, em 2020, 70% de avaliações consideradas positivas	
	APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA DE TI NA JUSTIÇA FEDERAL	23) Índice de Governança de TI - iGovTI	Atingir o índice mínimo de 0,6 em 2020	- Implantar sistemas eletrônicos de gestão integrados / 2015 - Contratações conjuntas na área de TI / 2015

ANEXO XII

QUADRO A.5.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS AÇÃO 4257

(Fonte: SOFI, Núcleo Orçamentário e Núcleo de Planejamento/JFSP, Seção de Planejamento e Orçamento/JFMS, SIAFI/SIAFIGerencial, Sistema Administrativo Wemul e Sistema SIACOR)

Notas:

1) Descrição da Meta

SUBTÍTULO 0001 – Assegurar as condições necessárias para as atividades finalísticas do órgão, bem como para a manutenção e o funcionamento dos serviços, por meio do pagamento de despesas relativas à administração, transporte, reparos e reformas de imóveis, despesas com informática e demais gastos necessários ao funcionamento do órgão.

SUBTÍTULO 0002 – Proporcionar ao quadro de integrantes do órgão a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.

SUBTÍTULO 0003 – Reforma, ampliação e modernização de imóveis da JF visando proporcionar condições físicas adequadas ao bom funcionamento dos serviços jurisdicionais.

SUBTÍTULO 0004 – Adaptação, eliminação e supressão de barreiras arquitetônicas existentes nos imóveis da JF visando à promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme preceitua a Lei nº 10.098/2000.

SUBTÍTULO 0008 - Atendimento de despesas com contratos de duração continuada de TI; atualização, suporte e manutenção de soluções tecnológicas, incluindo o desenvolvimento, a manutenção e a sustentação de sistemas de informação; aquisição e manutenção de infraestrutura tecnológica, atendimento e relacionamento com usuários internos, externos e de outros órgãos da Administração Pública; adoção e sustentação de práticas de governança e gestão de TI, incluindo política de segurança da informação, metodologia de desenvolvimento de sistemas de informação, gerenciamento de projetos, gestão de continuidade de TI, de incidentes e requisições de serviços, gestão de problemas, de níveis de serviço, de configuração e mudanças, gestão de capacidade, classificação da informação, análise de riscos de TI e contratação de soluções de TI, entre outras pertinentes.

2) Não houve dotação orçamentária na LOA 2014 para a UJ nos Subtítulos 0000, 0005, 0006 e 0007.

Identificação da Ação	
Código	4257 Tipo: Atividade
Descrição	Pagamento de despesas relativas à administração, transporte, reparos e reformas de imóveis, capacitação de recursos humanos, modernização de instalações e despesas com informática, de forma a assegurar as condições necessárias para as atividades finalísticas do órgão, bem como para a manutenção e o funcionamento dos serviços, além de garantir o funcionamento do Centro Cultural da JF, assegurando o desenvolvimento de atividades sócios-culturais e demais despesas necessárias à manutenção do imóvel que o abriga.
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código: Não se aplica
Programa	Prestação Jurisdicional na JF Código: 0569 Tipo: Não se aplica
Unidade Orçamentária	12104, 12101 – JFSP e 12101 – JFMS
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

UO 12104 – TRF3R

Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/6014-MS/SP	50.142.811,00	48.835.914,00	47.154.698,77	41.224.439,66	41.219.254,76	5.184,90	5.930.259,11
0002/6014-MS/SP	1.085.160,00	764.086,72	722.108,23	707.107,01	707.107,01	0,00	15.001,22
0003/6014-MS/SP	0,00	4.316,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0004/6014-MS/SP	0,00	119.063,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0008/6014-MS/SP	6.907.421,00	14.170.013,00	13.808.249,12	3.572.743,54	3.572.743,54	0,00	10.235.505,58
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta (Nota 1, supra)		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0001		Processo julgado (unidade)	250.060	-	248.638	
0002/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0002		Servidor capacitado (unidade)	1.520	-	1.207	
0003/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0003		Instalação modernizada (unidade)	-	-	-	
0004/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0004		Instalação modernizada (unidade)	-	-	-	
0008/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0008		Sistema mantido (unidade)	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta (Nota 1, supra)	Unidade de medida	Realizada	
0001/6014-MS/SP	21.920.324,03	19.663.262,35	1.514.891,73	SUBTÍTULO 0001	Processo julgado (unidade)	-	
0002/6014-MS/SP	107.098,02	29.943,19	77.154,83	SUBTÍTULO 0002	Servidor capacitado (unidade)	-	
0003/6014-MS/SP	9.200,00	9.200,00	0,00	SUBTÍTULO 0003	Instalação modernizada (unidade)	-	
0004/6014-MS/SP	-	-	-	SUBTÍTULO 0004	Instalação modernizada (unidade)	-	
0008/6014-MS/SP	-	-	-	SUBTÍTULO 0008	Sistema mantido (unidade)	-	

UO 12101 (execução nas UG 090029/090035)

Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0008/6014-MS/SP	-	5.450.000,00	5.449.688,00	2.148.200,00	2.148.200,00	0,00	3.301.488,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta (Nota 1, supra)	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0008/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0008	Sistema mantido (unidade)	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta (Nota 1, supra)	Unidade de medida	Realizada
0008/6014-MS/SP	-	-	-	Idem à meta descrita no campo “Execução Física”	Sistema mantido (unidade)	-

UO 12101 – JFSP

Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/6014-MS/SP	43.919.435,00	157.613.545,00	151.435.001,87	126.105.159,35	124.820.731,81	1.284.427,54	25.329.842,52
0002/6014-MS/SP	2.500.000,00	1.635.000,00	1.390.803,43	1.203.611,55	1.203.611,55	0,00	187.191,88
0003/6014-MS/SP	1.007.958,00	3.935.408,00	3.027.574,47	0,00	0,00	0,00	3.027.574,47
0004/6014-MS/SP	0,00	1730.409,00-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0008/6014-MS/SP	0,00	0,00	8.063.530,45	5.931.155,15	5.931.155,15	0,00	2.132.375,30
Vr. Não detalhado/69748	0,00	0,00	3.637.602,00	3.637.602,00	3.637.602,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta (Nota 1, supra)		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0001		Processo julgado (unidade)	-	-	532.580	
0002/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0002		Servidor capacitado (unidade)	7.190	1.850	1.850	
0003/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0003		Instalação modernizada (unidade)	6	7	7	
0004/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0004		Instalação modernizada (unidade)	-	-	-	
0008/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0008		Sistema mantido (unidade)	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta (Nota 1, supra)	Unidade de medida	Realizada	
0001/6014-MS/SP	30.290.486,88	26.236.871,47	1.076.010,82	SUBTÍTULO 0001	Processo julgado (unidade)	-	
0002/6014-MS/SP	307.866,79	267.966,53	39.444,71	SUBTÍTULO 0002	Servidor capacitado (unidade)	-	
0003/6014-MS/SP	324.660,54	112.816,24	0,00	SUBTÍTULO 0003	Instalação modernizada (unidade)	-	
0004/6014-MS/SP	-	-	-	SUBTÍTULO 0004	Instalação modernizada (unidade)	-	
0008/6014-MS/SP	-	-	-	SUBTÍTULO 0008	Sistema mantido (unidade)	-	

UO 12101 – JFMS

Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/6014-MS/SP	13.747.109,00	15.496.202,66	13.418.448,52	13.418.448,52	13.418.448,52	0,00	2.017.511,53
0002/6014-MS/SP	215.690,00	255.690,00	241.151,62	241.151,62	241.151,62	0,00	3.600,00
0003/6014-MS/SP	547.803,00	898.831,00	230.792,10	230.792,10	230.792,10	0,00	365.186,50
0004/6014-MS/SP	0,00	130.405,00	0,00	0,00	12.692,05	0,00	117.712,95
0008/6014-MS/SP	642.084,00	361.900,00	173.133,73	173.133,73	173.133,73	0,00	174.914,77
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta (Nota 1, supra)		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0001		Processo julgado (unidade)	-	-	22.372	
0002/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0002		Servidor capacitado (unidade)	90	-	176	
0003/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0003		Instalação modernizada (unidade)	02	-	02	
0004/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0004		Instalação modernizada (unidade)	-	-	04	
0008/6014-MS/SP	SUBTÍTULO 0008		Sistema mantido (unidade)	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta (Nota 1, supra)	Unidade de medida	Realizada	
0001/6014-MS/SP	-	-	-	SUBTÍTULO 0001	Processo julgado (unidade)	-	
0002/6014-MS/SP	-	-	-	SUBTÍTULO 0002	Servidor capacitado (unidade)	-	
0003/6014-MS/SP	-	-	-	SUBTÍTULO 0003	Instalação modernizada (unidade)	-	
0004/6014-MS/SP	-	-	-	SUBTÍTULO 0004	Instalação modernizada (unidade)	-	
0008/6014-MS/SP	-	-	-	SUBTÍTULO 0008	Sistema mantido (unidade)	-	

ANEXO XIII

ANEXO PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DA JF 2015 (APROVADO PELA RES CJF 2014/00313)		
Macrodesafio	Projetos	Gestor do Projeto
Garantia dos direitos de cidadania	Carta de serviços da Justiça Federal	CJF - Cintia da Silveira Lima
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Processo Judicial Eletrônico na JF - Pje	TRF3 – Dr. Paulo Sérgio Domingues
	Implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)	TRF4 – Dr. Eduardo Picarelli
	Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira de servidor da Justiça Federal	CJF – Sheila Campello Farias Gibaile
	Estudos sobre a atratividade para ingresso e permanência na carreira da magistratura	CEJ – Maria Virgínia Guimarães Corrêa
Impulso às execuções fiscais e cíveis	Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cálculos Judiciais em nova tecnologia	TRF1/SJDF – Dr. Marcos Augusto de Sousa (conforme Portaria CJF nº 321/2013)
	Estudos visando alterações na LEF (Lei de Execuções Fiscais nº 6.830/80)	TRF4 – Dr. Anderson Furlan Freire da Silva
Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Requisitos mínimos de funcionamento dos controles internos	TRF2 - Cláudio Luiz Gonçalves Sassi
Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	Pesquisa sobre demandas repetitivas	TRF1 - Dr. ^a Vânia Cardoso André de Moraes (conforme Portaria CJF Nº 159/2014)
	Ferramenta de Controle Gerencial	TRF5 - Cláudia Virgínia Medeiros Lopes Sales
Melhoria da gestão de pessoas	Adequação da estrutura de cargos e desenvolvimento de competências a partir de novas demandas na Justiça Federal	CJF - Sheila Campello Farias Gibaile
	Fortalecimento do clima organizacional, com ênfase na promoção da saúde no trabalho	CJF - Sheila Campello Farias Gibaile
Aperfeiçoamento da gestão de custos	Programa de sustentabilidade	CJF - André Luiz Stangl Risse
Instituição da governança judiciária - CJF	Desenvolvimento das ações do plano de comunicação da estratégia	CJF - Cintia da Silveira Lima
	Implementação do sistema de governança da Justiça Federal	CJF - Ivan Gomes Bonifácio
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC	Nivelamento da infraestrutura de TI	CJF - André Ricardo Lapetina Chiaratto
	Uniformização do desenvolvimento de sistemas informatizados	CJF - Deusdete Alves Paixão
	Implantação dos sistemas eletrônicos de gestão integrados	CJF - Ivan Gomoies Bonifácio
	Contratações conjuntas na área de TI	CJF - Lucio Melre da Silva

ANEXO XIV

QUADRO A.5.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO

PEJF (JF3R)

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Fórmula de Cálculo (mensuração em periodicidade semestral)
06. Taxa de implantação de varas	12,5% (acumulado jan a jun/2014)	100%	12,5%	$TIV = (NVI / NVP) * 100$, onde: TIV = Taxa de implantação de varas prevista para o período; NVI = Número de varas implantadas no período; NVP = Número de varas previstas para implantação no período.
07. Taxa de nomeação de cargos vagos de magistrados	19,1% (acumulado jan a dez/2014)	100% Polaridade 	19,1%	$TNM = (NNE / NNP) * 100$, onde: TNM = Taxa de nomeação de magistrados NNE = N° de nomeações efetivadas; NNP = N° de nomeações previstas.
10 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau	72,8% (acumulado jan a jun/2014)	53% Polaridade 	58% (acumulado jan a jun/2014)	$TCC1^\circ = 1 - (T\text{Baix}1^\circ / (Cn1^\circ + Cp1^\circ))$, onde: TCC1º = Taxa de congestionamento na fase de conhecimento de 1º grau; T Baix1º = Total de processos judiciais baixados de 1º grau; Cn1º = Casos novos de conhecimento de 1º grau; Cp1º = Casos pendentes de conhecimento de 1º grau
11 - Taxa de processos de conhecimento no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	108,5% (acumulado jan a dez/2014)	120% Polaridade 	90,4%	$TPC1^\circ J = (NPPUJ / NPND) * 100$, onde: TPC1ºJ = Taxa de processos de conhecimento no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano; NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento; NPND = Número de processos novos distribuídos.
12. Taxa de processos antigos julgados no 1º grau	42,6% (acumulado jan a dez/2014)	50% Polaridade 	42,6%	$TPAJ1^\circ = (NPAJ1^\circ / NPAD1^\circ) * 100$, onde: TPAJ1º = Taxa de processos antigos julgados no 1º grau; NPAJ1º = N° de processos antigos de 1º grau julgados; NPAD1º = N° de processos antigos de 1º grau distribuídos.
13. Taxa de congestionamento do 2º grau	82% (acumulado jan a jun/2014)	58% Polaridade 	42,8%	$TC2^\circ = 1 - (T\text{Baix}2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$, onde: TC2º = Taxa de congestionamento do 2º grau; T Baix2º = Total de processos judiciais baixados do 2º grau; Cn2º = Casos novos do 2º grau; Cp2º = Casos pendentes do 2º grau.
14. Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	142,7% (acumulado jan a jun/2014)	120% Polaridade 	119%	$TPC2^\circ J = (NPPUJ / NPND) * 100$, onde: TPC2ºJ = Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano; NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento; NPND = Número de processos novos distribuídos.

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Fórmula de Cálculo (mensuração em periodicidade semestral)
15. Taxa de processos antigos julgados no 2º grau	11,7% (acumulado jan a jun/2014)	50% Polaridade ↑	23,3%	TPAJ2º = (NPAJ1º/NPAD2º) * 100, onde: TPAJ2º = Taxa de processos antigos julgados no 2º grau; NPAJ2º = Nº de processos antigos de 2º grau julgados; NPAD2º = Nº de processos antigos de 2º grau distribuídos.
16. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF	67,7% (acumulado jan a jun/2014)	45% Polaridade ↓	58,7%	TCCJEF = 1 - (T BaixCJE / (CnCJEF + CpCJEF)), onde: TCCJEF = Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF; T BaixCJE = Total de processos judiciais baixados de conhecimento do JEF; CnCJEF = Casos novos de conhecimento do JEF; CpJEF = Casos pendentes de conhecimento do JEF.
17. Taxa de processos de conhecimento no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	64,7% (acumulado jan a dez/2014)	120% Polaridade ↑	54%	TPCJEFJ = (NPPUJ/NPND) * 100, onde: TPCJEFJ = Taxa de processos de conhecimento no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano; NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento; NPND = Número de processos novos distribuídos.
18. Taxa de processos antigos julgados no JEF	56,5% (acumulado jan a dez/2014)	50% Polaridade ↑	112,9%	TPAJJEF = (NPAJJEF/NPADJEF) * 100, onde: TPAJJEF = Taxa de processos antigos julgados no JEF; NPAJJEF = Nº de processos antigos de JEF julgados; NPADJEF = Nº de processos antigos de JEF distribuídos.
19. Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos 2º grau e TR	94,7% (acumulado jan a jun/2014)	100% Polaridade ↑	94,7%	TAPA = (NAPPP/NAP) * 100, onde: TAPA = Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos; NAPPP = Número de acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias úteis; NAP = Número de acórdãos a publicar
20. Taxa de congestionamento na TR	91,4% (acumulado jan a jun/2014)	74% Polaridade ↓	33,2%	TCTR = 1 - (T BaixTR / (CnTR + CpTR)), onde: TCTR = Taxa de congestionamento na TR; T BaixTR = Total de processos judiciais baixados na TR; CnTR = Casos novos na TR; CpTR = Casos pendentes na TR.
21. Taxa de processos antigos julgados na TR	25,6% (acumulado jan a jun/2014)	50% Polaridade ↑	51,1%	TPAJTR = (NPAJTR/NPADTR) * 100, onde: TPAJTR = Taxa de processos antigos julgados na TR; NPAJTR = Nº de processos antigos da TR julgados; NPADTR = Nº de processos antigos da TR distribuídos.
22. Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização	-96,1% (acumulado jan a jun/2014)	26% Polaridade ↓	265%	TCTRU = 1 - (T BaixTRU / (CnTRU + CpTRU)), onde: TCTRU = Taxa de congestionamento nas TRUs; T BaixTRU = Total de processos judiciais baixados nas TRUs; CnTRU = Casos novos nas TRUs; CpTRU = Casos pendentes nas TRUs.
24. Taxa de audiências de conciliação	58,5% (acumulado jan a jun/2014)	110%	58,5%	TAC = ((NACA / NACAA) - 1) * 100, onde: TAC = Taxa de audiências de conciliação;

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Fórmula de Cálculo (mensuração em periodicidade semestral)
	a jun/2014)	Polaridade ↑		NACA = Número de audiências de conciliação designadas no ano; NACAA = Número de audiências de conciliação designadas no ano anterior.
25. Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da JF	35,7% (acumulado jan a dez/2014)	100% Polaridade ↑	35,7%	TPEM = (NPEM / NPE) * 100, onde: TPEM = Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da JF; NPEM = Número de processos estratégicos monitorados; NPE = Número de processos estratégicos
34. Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado.	5,3% (acumulado jan a jun/2014)	100% Polaridade ↑	5,3%	TEOE = (VEPE / VD) * 100, onde: TEOE = Taxa de execução do orçamento estratégico; VEPE = Valor executado nos projetos estratégicos; VD = Valor disponibilizado

PETI (JF3R)

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Fórmula de Cálculo (mensuração em periodicidade semestral)
4. Taxa de processos estratégicos de governança de TI monitorados.	0% (acumulado jan a dez/2014)	100% Polaridade ↑	0%	TPM = (NPEM / NTPE) * 100, onde: TPM = Taxa de processos estratégicos monitorados; NPEM = N° de processos estratégicos monitorados; NTPE = N° total de processos estratégicos
5. Taxa de solução das solicitações dos clientes.	99% (acumulado jan a jun/2014)	74% Polaridade ↑	99%	TSC = (NSS / NSOL) * 100, onde: TSC = Taxa de solução das solicitações dos clientes; NSS = N° de solicitações solucionadas de acordo com o nível de serviço estabelecido; NSOL = N° de solicitações.
08. Taxa de aderência ao requisito de nivelamento Força de Trabalho.	48,7% (acumulado jan a jun/2014)	85% Polaridade ↑	48,7%	TARForça de trabalho = (NPM / NIA) * 100, onde: TARForça de trabalho = Taxa de aderência aos requisitos de nivelamento Força de trabalho; NPM = N° de servidores atuando efetivamente na área de TI; NIA = N° mínimo de profissionais do quadro permanente estabelecido pela Res. CNJ 90/2009
9. Taxa de processos estratégicos operacionais de TI monitorados.	33,3% (acumulado jan a dez/2014)	100% Polaridade ↑	33,3%	TPIM = (NPEM / NPOE) * 100, onde: TPIM = Taxa de processos operacionais estratégicos implantados e monitorados; NPEIM = N° de processos operacionais estratégicos implantados e monitorados; NPOE = N° de processos operacionais estratégicos definidos para o horizonte estratégico 2012-2014.
10011. Taxa de execução orçamentária-financeira dos projetos de TI em relação ao planejado.	100% (acumulado jan a dez/2014)	100% Polaridade ↑	100%	TEOE = (VE / VD) * 100, onde: TEOE = Taxa de execução orçamentária-financeira dos projetos em relação ao planejado; VE = valor executado nos projetos estratégicos de TI; VD = valor disponibilizado.

ANEXO XV

QUADRO A.6.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

(Fonte: SOFI, Núcleo de Planejamento/JFSP, Seção de Planejamento e Orçamento/JFMS, SIAFI/SIAFI Gerencial)

Unidade Orçamentária:			Código UO: 12104		UGO: 090035	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			398.600.000	0,00	83.584.723	
CRÉDITOS	Suplementares		43.003.421	0,00	3.840.523	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	15.000	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Créditos Cancelados		(273.061)	0,00	(2.041.002)	
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2014 (A)			441.330.360	0,00	85.399.244	
Dotação final 2013(B)			405.695.673	0,00	85.148.335	
Variação (A/B-1)*100			9,00	0,00	0,00	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO NICIAL			12.191.943	17.000.000	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares		7.119.783	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	3.500.000	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		(3.347.588)	(13.139.828)	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2014 (A)			15.964.138	7.360.172	0,00	0,00
Dotação final 2013(B)			3.539.478	12.199.245	0,00	0,00
Variação (A/B-1)*100			351,00	40,00	0,00	0,00

Unidade Orçamentária:			Código UO: 12101		UGO: 090035	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL			0,00	0,00		0,00
CRÉDITOS	Suplementares		0,00	0,00		0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00		0,00
		Reabertos	0,00	0,00		0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00		0,00
		Reabertos	0,00	0,00		0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00		0,00
Outras Operações			0,00	0,00		0,00
Dotação final 2014 (A)			0,00	0,00		0,00
Dotação final 2013(B)			0,00	0,00		0,00
Variação (A/B-1)*100			0,00	0,00		0,00
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO NICIAL			5.450.000	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares		0,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2014 (A)			5.450.000	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2013(B) ⁽¹⁾			10.295.182	0,00	0,00	0,00
Variação (A/B-1)*100			47,00	0,00	0,00	0,00

(Fonte SIAFI/SIAFI Gerencial, Subsecretaria de Planejamento/TRF3R)

Nota:

⁽¹⁾ O valor de referência 2013 refere-se ao orçamento total do ISIGI para as UO 12101 e 12104.

Unidade Orçamentária:			Código UO: 12101		UGO: 090017	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			1.051.596.540	0,00	254.064.167	
CRÉDITOS	Suplementares		0,00	0,00	26.474.619	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2014 (A)			1.051.596.540	0,00	280.538.787	
Dotação final 2013(B)			946.295.271	0,00	234.239.813	
Variação (A/B-1)*100			11,13%	0,00	19,77%	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO NICIAL			15.891.202	1.745.800	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares		689.800	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	500.000	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		(500.000)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2014 (A)			16.581.002	1.745.800	0,00	0,00
Dotação final 2013(B)			15.695.964	0,00	0,00	0,00
Variação (A/B-1)*100			5,64%	0,00	0,00	0,00

Unidade Orçamentária:			Código UO: 12101		UGO: 090015	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			75.679.255,43	0,00	22.220.410,58	
CRÉDITOS	Suplementares		0,00	0,00	3.062.847,61	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	(368.700,00)	
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	
Dotação final 2014 (A)			75.679.255,43	0,00	24.914.558,19	
Dotação final 2013(B)			68.615.416,16	0,00	23.465.203,37	
Variação (A/B-1)*100			10,29	0,00	6,17	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 – Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			1.159.566,00	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares		130.405,00	0,00	0,00	0,00
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		(255.374,00)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações			0,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2014 (A)			1.034.597,00	0,00	0,00	0,00
Dotação final 2013(B)			741.697,00	0,00	0,00	0,00
Variação (A/B-1)*100			39,49	0,00	0,00	0,00

ANEXO XVI

AÇÃO 4257 JULGAMENTO DE CAUSAS – SUBTÍTULO 0008 - MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO – MTGI

(JF3R CONSOLIDADO)					
	UO - 12104	UO - 12101	Orçamento Total	RC Emitida	Saldo
33.90.30	246.120,59	0,00	246.120,59	246.120,59	0,00
33.90.36	8.000,00	0,00	8.000,00	8.000,00	0,00
33.90.39	5.179.819,41	0,00	5.179.819,41	4.837.824,93	341.994,48
Total Corrente	5.433.940,00	0,00	5.433.940,00	5.091.945,52	341.994,48
44.90.39	1.450.070,00	2.148.200,00	3.598.270,00	3.580.903,90	17.366,10
44.90.52	7.286.003,00	3.301.800,00	10.587.803,00	10.585.087,70	2.715,30
Total Capital	8.736.073,00	5.450.000,00	14.186.073,00	14.165.991,60	20.081,40
Total Geral	14.170.013,00	5.450.000,00	19.620.013,00	19.257.937,12	362.075,88

UO 12104							
ED	Documento	Data	Descrição	Valor	Anulação	Valor RC	Controle
33.90.30	2014RCS0148	18-fev-14	HD externo 500 GB. Docto 0356545 Processo SEI 0004530-30.2013.4.03.8000	5.124,00	0,00	5.124,00	0100
	2014RCS0216	14-abr-14	HD externo e interno. Docto 0428893 Processo SEI 0004530-30.2013.4.03.8000	25.233,60	0,00	25.233,60	0100
	2014RCS0552	29-dez-14	Modular -proc sei 0025115-69..2014.4.03.8000 - docto.0835698	137.920,00	0,00	137.920,00	0300
	2014RCS0571	30-dez-14	Modular 600GB SAS -proc sei 0024675-10.2013.4.03.8000 - docto. 0847592	77.580,00	0,00	77.580,00	0300
	2014RSSF0026	03-jun-14	Osvandir William de Oliveira SEI 0012088-19.2014.4.03.8000	4.000,00	-3.737,01	262,99	0200
Total - 33.90.30				249.857,60	-3.737,01	246.120,59	
33.90.36	2014RCS0563	30-dez-14	Prestação de serviço de manutenção de controle orçamentário por dispensa de licitação -proc sei 0021296-27.2014.4.03.8000 - docto. 0843162	8.000,00	0,00	8.000,00	0100
Total - 33.90.36				8.000,00	0,00	8.000,00	
33.90.39	2014RCS0059	12-dez-13	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e pró-ativa do Ingres. Docto 0259701 Processo SEI 0021451-64.2013.4.03.8000.	450.079,94	-450.079,94	0,00	0200
	2014RCS0063	26-dez-13	Prestação de Serviços com Fornecimento de Equipamentos - Docto. 0278338 - Proc SEI 0014118-61.2013.4.03.8000	19.149,42	21.884,82	41.034,24	0200
	2014RCS0065	26-dez-13	Prestação de serviço manutenção e suporte tecnico para a solução e armazenamento Software - Docto 0287917 - proc sei 0014002-55.2013.4.03.8000	19.729,78	13.153,10	32.882,88	0200
	2014RCS0067	27-dez-13	Prestação de serviços de manutenção corretiva de equipamento	156.866,28	0,00	156.866,28	0200

UO 12104							
ED	Documento	Data	Descrição	Valor	Anulação	Valor RC	Controle
			IBM - Docto 0286086 - Proc SEI n. 0005809-51.2013.4.03.8000				
	2014RCS0068	27-dez-13	Prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e pró-ativa do Programa Gerenciador de Banco de dados - Docto 0287269 - Proc SEI n. 0006097-96.2013.4.03.8000	16.016,00	0,00	16.016,00	0200
	2014RCS0069	27-dez-13	Prestação de serviços de manutenção no sistema aplicativo folha de pagamento para TRF3R - Docto 0287456 - Proc SEI n. 0015325-95.2013.4.03.8000	112.970,31	553.739,73	666.710,04	0200
	2014RCS0071	27-dez-13	Serviços Manutenção Corretiva - Docto. 0290311 - Proc SEI n.0005235-28.2013.4.03.8000	29.193,60	1.605,60	30.799,20	0200
	2014RCS0072	27-dez-13	Prestação de serv de manutenção preventiva- Docto. 0290137 - Proc SEI n.0004027-09.2013.4.03.8000	44.936,22	27.004,41	71.940,63	0200
	2014RCS0073	27-dez-13	Prestação de serv de manutenção preventiva- Docto. 0288365 - Proc SEI n.0005300-23.2013.4.03.8000	117.987,96	0,00	117.987,96	0200
	2014RCS0074	02-jan-14	Cachê 4.1 Entree Plus Concurrent - Cachê 2007.1 enterprise - Docto.0286317 - Proc SEI n. 0006094-44.2013.4.03.8000	13.618,36	6.980,36	20.598,72	0200
	2014RCS0075	02-jan-14	Contratação de garantia estendida da biblioteca automatizada para backup (library)- Docto.0293482- Proc SEI n. 0003027-71.2013.4.03.8000	36.683,50	516,67	37.200,17	0200
	2014RCS0078	14-jan-14	Prestação de serviços de suporte técnico do sistema gerenciados de Banco de dados Oracle Database - Docto. 0302990 - Proc SEI n. 0003354-16.2013.4.03.8000	5.092,94	2.166,35	7.259,29	0200
	2014RCS0094	23-jan-14	Prest serv manutenção corretiva, preventiva e pró-ativa INGRES ENTERPRISE EDITION Docto 0307574 - Proc SEI 0021451-64.2014.03.8000	448.786,78	-0,17	448.786,61	0200
	2014RCS0118	29-jan-14	Prestação de serviço de transmissão de dados - 3G. Docto 0302166 Processo SEI 0010001-27.2013.4.03.8000	35.200,00	0,00	35.200,00	0200
	2014RCS0119	29-jan-14	Prestação de serviço técnicos especializados em TI para o banco de dados do sistema gerenciador de bancos de dados Oracle. Docto 0326542 Processo SEI 0004613-46.2013.4.03.8000.	66.319,20	22.971,42	89.290,62	0200
	2014RCS0120	29-jan-14	Prestação de serviços de manutenção e suporte técnico do sistema gerenciador de banco de dados Oracle Database Enterprise. Docto 0324397 Processo SEI 0005407-67.2013.4.03.8000	127.721,90	713,38	128.435,28	0200
	2014RCS0138	10-fev-14	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em TI para bancos de dados cachê. Docto 0337131 Processo SEI 0005811-21.2013.4.03.8000	262.280,00	-7.470,00	254.810,00	0200
	2014RCS0139	10-fev-14	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em TI para bancos de dados SQL Server. Docto	129.552,68	0,00	129.552,68	0200

UO 12104							
ED	Documento	Data	Descrição	Valor	Anulação	Valor RC	Controle
			033714 Processo SEI 0008797-45.2013.4.03.8000				
	2014RCS0146	17-fev-14	Contas de correios (lote 1). Doxro 0349914 Processo SEI 0013193-65.2013.4.03.8000.	0,00	0,00	0,00	0200
	2014RCS0147	17-fev-14	Consultoria (lote 1). Docto 0349918 Processo SEI 0013193-65.2013.4.03.8000	0,00	0,00	0,00	0100
	2014RCS0151	19-fev-14	Item 1 - Desenvolvimento de sistema bna linguagem C#com. Net Framework. Docto 0355585 Processo SEI 0008264-86.2013.4.03.8000.	16.965,00	0,00	16.965,00	0100
	2014RCS0161	25-fev-14	Manutenção Software e Suporte especializado novell - Docto 0360676 - Proc SEI 0018026-29.2013.4.03.8000	371.334,30	0,00	371.334,30	0200
	2014RCS0162	25-fev-14	Suporte Especializado Novell - Docto 0362148 - Proc SEI 0018026-29.2013.4.03.8000	28.305,00	0,00	28.305,00	0200
	2014RCS0165	28-fev-14	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados TI - Docto 0306686 - Proc SEI 0015851-62.2013.4.03.8000	43.658,78	0,00	43.658,78	0200
	2014RCS0166	28-fev-14	Prestação de serviços técnicos especializados em TI para Sistemas Operacionais Microsoft - Docto 0306455 - Proc SEI 0017303-10.2013.4.03.8000	33.454,08	0,00	33.454,08	0200
	2014RCS0257	26-mai-14	TREINAMENTO - Docto 0464605 - Proc SEI n. 0020148-15.2013.4.8000	2.240,00	0,00	2.240,00	0100
	2014RCS0288	27-jun-14	Contratação de prestação de serviço de telecom. Link 300Mbps cf. doc.0489857 processo SEI nº 0017252-96.2013.4.03.8000	277.872,00	-230.236,80	47.635,20	0200
	2014RCS0289	27-jun-14	Contratação de taxa de instalação de link cf. doc.0489886 processo SEI nº 0017252-96.2013.4.03.8000	5.471,00	0,00	5.471,00	0100
	2014RCS0311	16-jul-14	Prestação de serviço de manutenção e suporte técnico para 04 switches catalyst 4500 Docto. 0556138 - Proc SEI n. 0005979-86.2014.4.03.8000	179.979,98	-179.979,98	0,00	0200
	2014RCS0326	28-jul-14	Prestação de Serviço de Manutenção e Suporte Técnico para 4 Switches Catalyst 4500 - Docto 0570633 - Proc SEI n. 0005979-86.2014.4.03.8000	29.996,65	-29.021,35	975,30	0200
	2014RCS0409	25-set-14	SYMC Protection Suite Enterprise Edition 4.0 Per User BNDL ver UPG - docto. 0654982 proc sei 0003860-89.2014.4.03.8000	147.420,00	0,00	147.420,00	0100
	2014RCS0427	07-out-14	Consultoria para "Auditoria Externa e Interna de Segurança" - docto 0688501- proc sei n. 0017873-59.2014.4.03.8000	198.000,00	-114.000,00	84.000,00	0100
	2014RCS0428	07-out-14	Treinamento "Teste de Invasão em Redes e Sistemas" - docto 0688509- proc sei n. 0017873-59.2014.4.03.8000	39.270,00	-39.270,00	0,00	0100
	2014RCS0429	07-out-14	Serviço de Subscrição Enterprise e Upgrade Subscrição Profissional - docto 0688293- proc sei n. 0015470-	188.661,60	1.038,40	189.700,00	0100

UO 12104							
ED	Documento	Data	Descrição	Valor	Anulação	Valor RC	Controle
			20.2014.4.03.8000				
	2014RCS0430	07-out-14	Serviço de Treinamento Oficial de Atendentes e Suporte Remoto - docto 0688423- proc sei n. 0015470-20.2014.4.03.8000	116.427,25	3.072,75	119.500,00	0100
	2014RCS0431	07-out-14	Serviço de Consultoria - docto 0688371 - proc sei n. 0015470-20.2014.4.03.8000	352.065,75	-107.265,75	244.800,00	0300
	2014RCS0447	16-out-14	Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção e suporte técnico para administração de dados TOAD - docto 0709034 proc sei n. 0004866-97.2014.4.03.8000	15.480,00	0,00	15.480,00	0100
	2014RCS0469	30-out-14	MFE Web Gateway 5500 Appl, MFE Web Security, MFE Web Anti-Malware Doc. 0737213 processo SEI nº 0019358-94.2014.4.03.8000	89.918,00	-24.570,00	65.348,00	0200
	2014RCS0470	30-out-14	Suporte Técnico Especializado. Doc.0737677 processo SEI nº 0019358-94.2014.4.03.8000	10.056,00	-456,00	9.600,00	0100
	2014RCS0477	05-nov-14	Red Hat Enterprise Linux Server, Premium, Smart Management with RHN Monitoring, Red Hat Satellite, Technical Account Management. - doc.0746451 processo sei nº0011784-20.2014.4.03.8000	722.600,00	0,00	722.600,00	0100
	2014RCS0478	05-nov-14	Red Hat Enterprise Linux Server, Premium, Smart Management with RHN Monitoring, - doc.0746463 processo sei nº 0011784-20.2014.4.03.8000	145.600,00	0,00	145.600,00	0100
	2014RCS0496	18-nov-14	Instalação - docto 0764781- proc sei n. 0004661-68.2014.4.03.8000	6.750,00	0,00	6.750,00	0300
	2014RCS0512	03-dez-14	Treinamento "Teste de Invasão em Redes e Sistemas" e "Análise de malware em forense computacional" docto. 0794324- proc sei n. 0017873-59.2014.4.03.8000	46.685,00	-24.685,00	22.000,00	0100
	2014RCS0531	16-dez-14	Manutenção de licenças de uso de software Novell - docto 0806988 - Processo SEI 0022849-12.2014.4.03.8000	136.517,67	0,00	136.517,67	0200
	2014RCS0553	29-dez-14	A M S Upgrade -proc sei 0025115-69..2014.4.03.8000 - docto.0835965	58.720,00	0,00	58.720,00	0300
	2014RCS0555	29-dez-14	Instalação -proc sei 0004661-68.2014.4.03.8000 - docto.0836282	1.350,00	0,00	1.350,00	0300
	2014RCS0572	30-dez-14	MAS 2000 -proc sei 0024675-10.2013.4.03.8000 - docto. 0847604	33.030,00	0,00	33.030,00	0300
Total - 33.90.39				5.390.012,93	-552.188,00	4.837.824,93	
44.90.39	2014RCS0256	26-mai-14	PINI VOLARE - Docto 0464571 - Proc SEI n. 0020148-15.2013.4.8000	20.748,00	0,00	20.748,00	0100
	2014RCS0269	09-jun-14	Windows server data center por processador com (PN P71-07304) Aquisição por meio da ata n. 12.049.10.2013 TRF - Docto 0508515 - Proc SEI n. 0013191-95.2013.4.03.8000	326.200,00	0,00	326.200,00	0100

UO 12104							
ED	Documento	Data	Descrição	Valor	Anulação	Valor RC	Controle
	2014RCS0385	09-set-14	Lote I Item 5 - Office Professional com S.A.- docto. 0642733 - proc sei n. 0013191-95.2013.4.03.8000	608.440,00	0,00	608.440,00	0300
	2014RCS0386	09-set-14	Lote I Item 6 Visual Studio Ultimate com MSDN - docto. 0642739 - proc sei n. 0013191-95.2013.4.03.8000	249.200,00	-249.200,00	0,00	0300
	2014RCS0397	16-set-14	Lote 1 - Item 6 - Visual Studio Ultimate com MSDN e S.A. - docto. 0658863 - Proc SEI n. 0013191-95.2013.4.03.8000	249.200,00	0,00	249.200,00	0100
	2014RCS0530	16-dez-14	Upgrade Novell Identity Manager- docto 0801537 - Processo SEI 0022849-12.2014.4.03.8000	17.365,90	0,00	17.365,90	0100
	2014RCS0541	23-dez-14	Lote 1 Office Professional docto 0819655- Processo SEI 0024364-82.2014.4.03.8000	610.295,00	-610.295,00	0,00	0300
	2014RCS0554	29-dez-14	Licença para controladora Wifi -proc sei 0004661-68.2014.4.03.8000 - docto.0836262	58.640,00	0,00	58.640,00	0300
	2014RCS0567	30-dez-14	Office -proc sei 0013191-95.2034.4.03.8000 - docto. 0847124	152.110,00	0,00	152.110,00	0300
Total - 44.90.39				2.292.198,90	-859.495,00	1.432.703,90	
44.90.52	2014RCS0486	07-nov-14	Switch em conformidade com as especificações dispostas no Termo de Referência. - doc. 0737645 processo sei nº 0020825-11.2014.4.03.8000	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00	0300
	2014RCS0538	22-dez-14	Storage de alto desempenho banco de dados OLTP docto 0821965- Processo SEI 0023599-14.2014.4.03.8000	1.049.000,00	0,00	1.049.000,00	0300
	2014RCS0540	22-dez-14	Aquisição Microcomputador meio da ARP 12.793.10.14 docto 0833658- Processo SEI 0018419-17.2014.4.03.8000	930.720,00	-930.720,00	0,00	0300
	2014RCS0543	23-dez-14	Microcomputador docto 0838628 - Processo SEI 0025221-31.2014.4.03.8000	349.020,00	-349.020,00	0,00	0300
	2014RCS0546	26-dez-14	Monitores docto 0838850- Processo SEI 0025234.2014.4.03.8000	60.672,00	0,00	60.672,00	0300
	2014RCS0551	29-dez-14	MICROCOMPUTADOR -proc sei 0025321-83..2014.4.03.8000 - docto.0841435	1.207.720,00	0,00	1.207.720,00	0100
	2014RCS0559	29-dez-14	ACCESS PINT -proc sei 0023741-52.2014.4.03.8000 - docto.0832785	332.957,70	0,00	332.957,70	0300
	2014RCS0562	30-dez-14	Storage de alto desempenho -proc sei 0025364-20.2014.4.03.8000 - docto. 0843162	1.049.000,00	0,00	1.049.000,00	0300
	2014RCS0565	30-dez-14	Monitores de LED -proc sei 0021711-10.2014.4.03.8000 - docto. 0847470	101.910,00	0,00	101.910,00	0300
	2014RCS0569	30-dez-14	Microcomputador-proc sei 0018419-17.2014.4.03.8000 - docto. 0847469	1.745.100,00	0,00	1.745.100,00	0100
	2014RCS0570	30-dez-14	Microcomputador-proc sei 0018419-17.2014.4.03.8000 - docto. 0847469	587.240,00	0,00	587.240,00	0300
Total - 44.90.52				8.563.339,70	-1.279.740,00	7.283.599,70	

UO 12101							
ED	Documento	Data	Descrição	Valor	Anulação	Valor RC	Controle
44.90.39	2014RCS0384	09-set-14	Lote I Item 5 - Office Professional com S.A.- docto. 0641986 - proc sei n. 0013191-95.2013.4.03.8000	1.855.000,00	0,00	1.855.000,00	0400
	2014RCS0495	18-nov-14	Licenças para controladora Wi-fi- docto 0754764 - proc sei n. 0004661-68.2014.4.03.8000	293.200,00	0,00	293.200,00	0400
	2014RCS0542	23-dez-14	Lote 1 Office Professional docto 0819614- Processo SEI 0024364-82.2014.4.03.8000	443.345,00	-443.345,00	0,00	0400
Total - 44.90.39				2.591.545,00	-443.345,00	2.148.200,00	
44.90.52	2014RCS0489	12-nov-14	Monitores de LED-LCD - doc.0762268 processo sei nº0021711-10.2014.4.03.8000	435.606,00	0,00	435.606,00	0400
	2014RCS0539	22-dez-14	Aquisição por meio da ARP 12.793.10.14 docto 0762115- Processo SEI 0018419-17.2014.4.03.8000	2.407.130,00	0,00	2.407.130,00	0400
	2014RCS0549	29-dez-14	Monitores de LED - LCD - proc sei 0025331-30..2014.4.03.8000 - docto.0832881	1.422,00	0,00	1.422,00	0400
	2014RCS0550	29-dez-14	MICROCOMPUTADOR - proc sei 0025321-83..2014.4.03.8000 - docto.0841408	13.850,00	0,00	13.850,00	0400
	2014RCS0566	30-dez-14	Monitores de LED -proc sei 0021711-10.2014.4.03.8000 - docto. 0847460	63.990,00	0,00	63.990,00	0400
	2014RCS0568	30-dez-14	Microcomputador-proc sei 0018419-17.2014.4.03.8000 - docto. 0847457	379.490,00	0,00	379.490,00	0400
Total - 44.90.52				3.301.488,00	0,00	3.301.488,00	

ANEXO XVII

QUADRO A.6.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO (CONSOLIDADO)

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	090035 - TRF3R	-	-	441.330.360,00	-	82.042.643,95
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.061.0569.4257 - Julgamento de Causas	-	-	51.054.254,72
Recebidos	-	090055 - TRF3R		-	-	555.789,28
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.331.0569.2010 - Assist. Pré-Escolar aos Dep. dos Serv e Emp.	-	-	1.750.926,00
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.331.0569.2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empreg.	-	-	786.723,00
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.331.0569.2012 - Auxílio Alimentação aos Servid. E Empreg.	-	-	17.376.261,00
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.301.0569.2004 - Assist. Médica e Odontol. a Servid. e Empreg.	-	-	10.413.932,00
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.331.0569.00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	-	-	104.757,95
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-09.272.0089.0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	65.342.463,00	-	-
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.122.0569.09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias	56.578.728,00	-	-
	-	050001 - Secretaria / STJ		1.461,00	-	-
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.122.0569.20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	319.272.829,67	-	-
	-	050001 - Secretaria / STJ		134.878,33	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	090035 - TRF3R	-	-	13.498.174,00	-	-
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.061.0569.4257 - Julgamento de Causas	11.380.759,00	-	-
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.301.0569.2004 - Assist. Médica e	10.000,00	-	-

			Odontol. a Servid. e Empreg.			
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.610.0569.4257 - Modernização da Instalação da Justiça Federal	4.316,00	-	-
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12104-02.122.0569.3600 - Reforma do Edifício Sede do TRF da 3ª Região em São Paulo - SP	2.103.099,00	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	090035 - TRF3R	-	-	1.127.412.058,00	-	306.501.733,29
Recebidos	-	090015 - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	12101-02.061.0569.4224 - Assist. Jurídica a Pessoas Carentes	-	-	3.403.644,95
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo		-	-	38.001.732,05
Recebidos	-	090015 - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	12101-02.061.0569.4257 - Julgamento de Causas	-	-	15.502.029,66
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo		-	-	164.816.083,34
Recebidos	-	090015 - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	12101-02.301.0569.2004 - Assist. Médica e Odontol. a Servid. e Empreg.	-	-	2.196.176,00
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo		-	-	22.730.670,00
Recebidos	-	090015 - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	12101-02.331.0569.2012 - Auxílio Alimentação aos Servid. E Empreg.	-	-	3.494.386,00
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo		-	-	46.119.622,00
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo	12101-02.331.0569.2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empreg.	-	-	1.580.700,00
Recebidos	-	090015 - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	12101-02.331.0569.2010 - Assist. Pré-Escolar aos Dep. dos Serv e Emp.	-	-	572.540,00
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo		-	-	6.078.800,00
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo	12101-02.122.0569.3755 - Implantação de Varas Federais	-	-	1.056.000,00
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo	12101-02.131.0569.2549 - Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	-	-	30.000,00
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária	12101-02.122.0569.14YP - Implantação de	-	-	680.000,00

		de São Paulo	Turmas Recursais - Nacional			
Recebidos	-	090015 - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	12101-02.331.0569.00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	-	-	61.521,58
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo		-	-	177.827,71
Recebidos	-	090015 - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	12101-02.122.0569.09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias - Nacional	10.684.832,66	-	-
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo		143.317.944,34	-	-
Recebidos	-	050001 - Secretaria / STJ		1.460,00	-	-
Recebidos	-	090015 - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	12101-02.122.0569.20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	58.963.058,96	-	-
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo		767.296.552,68	-	-
Recebidos	-	050001 - Secretaria / STJ		134.802,36	-	-
Recebidos	-	090015 - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	12101-09.272.0089.0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	6.031.363,81	-	-
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo		140.982.043,19	-	-
Concedidos	090035 - TRF3R	-	-	198.367.625,00	-	3.471.796.820,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	24204-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	44.365,00	-	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	24204-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	3.324,00	-	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	25201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	16.447.839,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	25201-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	17.171,00	-	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	26262-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	1.849.620,00	-	170.580,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	26262-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	155.444,00	-	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	26280-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	376.347,00	-	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	26280-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	28.309,00	-	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	26283-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	57.142,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	33201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	19.769.117,00	-	49.408.981,00

Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	33201-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	4.198.796,00	-	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	33904-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	1.438.878.371,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	33904-28.846.0901.0625 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (RPV)	-	-	1.034.484.139,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	36211-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	750.405,00	-	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	36211-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	62.399,00	-	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	38201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	102.337,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	44201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	74.285,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	49201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	1.558.108,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	49201-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	90,00	-	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	55901-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	28.521.473,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	55901-28.846.0901.0625 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (RPV)	-	-	136.007.982,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	71103-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	70.789.223,00	-	575.261.421,00
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	71103-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (RPV)	24.613.450,00	-	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	71103-28.846.0901.0625 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (RPV)	75.709.565,00	-	190.824.162,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	090035 - TRF3R	-	-	26.635.953,00	1.745.800,00	-
Recebidos	-	090015 - Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul	12101-02.061.0569.4257 - Julgamento de Causas	1.640.999,00	-	-
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo		6.555.728,00	-	-
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo	12101-02.301.0569.2004 - Assist. Médica e Odontol. a Servid. e Empreg.	30.226,00	-	-
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo	12101-02.122.0569.11RQ - Reforma do Fórum Federal de Execuções Fiscais no	4.800.000,00	-	-

			Município de São Paulo - SP			
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo	12101-02.122.0569.14YM - Aquisição de Edifício para o Fórum de Execuções Fiscais no Município de São Paulo - SP	-	1.745.800,00	-
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo	12101-02.122.0569.1040 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Marília - SP	1.250.000,00	-	-
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo	12101-02.122.0569.14YP - Implantação de Turmas Recursais	2.720.000,00	-	-
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo	12101-02.122.0569.3755 - Implantação de Varas Federais	4.119.000,00	-	-
Recebidos	-	090017 - Seção Judiciária de São Paulo	12101-02.131.0569.2549 - Comunicação e Divulgação Institucional	70.000,00	-	-
Recebidos	-	090029 - TRF3R	12101-02.061.0569.4257 - Julgamento de Causas	5.450.000,00	-	-
Concedidos	090035 - TRF3R	-	-	-	42.648.422,00	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	49201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	12.708.343,00	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	71103-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	29.678.476,00	-
Recebidos	-	090047 - TRF3R - Precatório/RPV	71103-28.846.0901.0625 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (RPV)	-	261.603,00	-

(Fonte: Sistema de Controle Orçamentário da Subsecretaria de Planejamento/TRF3R)

ANEXO XVIII

QUADRO A.6.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO (CONSOLIDADO)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110606 - SOF/MP	-	-	441.330.360,00	-	82.808.286,00
Recebidos	-	090035 – TRF3R	12104-02.061.0569.4257 - Julgamento de Causas	-	-	52.285.044,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.365.0569.2010 - Assist. Pré-Escolar aos Dep. dos Serv e Emp.	-	-	1.750.926,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.331.0569.2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empreg.	-	-	786.723,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.306.0569.2012 - Auxílio Alimentação aos Servid. E Empreg.	-	-	17.376.261,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.301.0569.2004 - Assist. Médica e Odontol. a Servid. e Empreg.	-	-	10.413.932,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.331.0569.00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	-	-	180.400,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.061.0569.4224 - Assist. Jurídica a Pessoas Carentes	-	-	15.000,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-09.272.0089.0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	65.342.463,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.122.0569.09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias - Nacional	56.580.189,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.122.0569.20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	319.407.708,00	-	-
Concedidos	090001 - CJF	-	-	1.127.412.058,00	-	308.646.943,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.061.0569.4224 - Assist. Jurídica a Pessoas Carentes	-	-	41.405.377,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.061.0569.4257 - Julgamento de Causas	-	-	181.318.113,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.301.0569.2004 - Assist. Médica e Odontol. a Servid. e Empreg.	-	-	24.926.846,00

Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.306.0569.2012 - Auxílio Alimentação aos Servid. E Empreg.	-	-	49.614.008,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.331.0569.2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empreg.	-	-	1.580.700,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.365.0569.2010 - Assist. Pré-Escolar aos Dep. dos Serv e Emp.	-	-	6.651.340,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.3755 - Implantação de Varas Federais	-	-	1.056.000,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.131.0569.2549 - Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	-	-	30.000,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.14YP - Implantação de Turmas Recursais - Nacional	-	-	680.000,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.331.0569.00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	-	-	370.700,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.13FR - Reforma do Forum Federal de Ribeirao Preto - SP	-	-	166.238,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.12S9 - Reforma do Fórum Criminal e Previdenciário de São Paulo - SP	-	-	624.872,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.14YN - Reforma do Forum Federal Cível de São Paulo - SP	-	-	136.000,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.126.0569.151W - Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na JF - Pje	-	-	86.749,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias - Nacional	154.004.237,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	826.394.414,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-09.272.0089.0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões	147.013.407,00	-	-
Concedidos	090026 - Secretaria do CJF	-	-	-	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.061.0569.4257 - Julgamento de Causas	-	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.126.0569.3757 - Impl. de Sist. Integ. de Gestão de Inform. Jurisd.	-	-	-
Concedidos	113209 - Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	-	-	47.689,00	-	-

Recebidos	-	090035 - TRF3R	24204-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	44.365,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	24204-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	3.324,00	-	-
Concedidos	153031 - Universidade Federal de SP	-	-	2.005.064,00	-	170.580,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	26262-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	1.849.620,00	-	170.580,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	26262-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	155.444,00	-	-
Concedidos	154049 - Fundação Universidade Federal São Carlos	-	-	404.656,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	26280-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	376.347,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	26280-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	28.309,00	-	-
Concedidos	154054 - Fundação Univ.Fed. MS	-	-	-	-	57.142,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	26283-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	57.142,00
Concedidos	173057 - Banco Central do Brasil	-	-	17.171,00	-	16.447.839,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	25201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	16.447.839,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	25201-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	17.171,00	-	-
Concedidos	193034 - Ibama	-	-	-	-	74.285,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	44201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	74.285,00
Concedidos	201009 - Secretaria de Orçamento Federal	-	-	171.112.238,00	-	766.085.583,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	71103-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	70.789.223,00	-	575.261.421,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	71103-28.846.0901.0625 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (RPV)	75.709.565,00	-	190.824.162,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	71103-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (RPV)	24.613.450,00	-	-
Concedidos	255000 - Fundação Nacional de Saúde	-	-	812.804,00	-	-

Recebidos	-	090035 - TRF3R	36211-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	750.405,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	36211-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	62.399,00	-	-
Concedidos	264001 - Fundação Jorge Duprat	-	-	-	-	102.337,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	38201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	102.337,00
Concedidos	330013 - Fundo Nacional de Assistência Social	-	-	-	-	164.529.455,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	55901-28.846.0901.0625 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (RPV)	-	-	136.007.982,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	55901-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	28.521.473,00
Concedidos	373001 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA	-	-	90,00	-	1.558.108,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	49201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	1.558.108,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	49201-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	90,00	-	-
Concedidos	510002 - Fundo do Regime Geral de Prev. Social	-	-	-	-	2.473.362.510,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	33904-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	-	1.438.878.371,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	33904-28.846.0901.0625 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (RPV)	-	-	1.034.484.139,00
Concedidos	510002 - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	23.967.913,00	-	49.408.981,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	33201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	19.769.117,00	-	49.408.981,00
Recebidos	-	090035 - TRF3R	33201-28.846.0901.00G5 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	4.198.796,00	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida

Concedidos	110606 - SOF/MP	-	-	13.617.237,00	2.590.958,00	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.061.0569.4257 - Julgamento de Causas	11.499.822,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.301.0569.2004 - Assist. Médica e Odontol. a Servid. e Empreg.	10.000,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.610.0569.4257 - Modernização da Instalação da Justiça Federal	4.316,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.122.0569.3600 - Reforma do Edifício Sede do TRF da 3ª Região em São Paulo - SP	2.103.099,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12104-02.122.0569.12SX - Aquisição de Imóveis para Funcionamento do TRF da 3ª Região em São Paulo "Unidade C"	-	2.590.958,00	-
Concedidos	090001 - CJF	-	-	35.371.221,00	1.745.800,00	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.061.0569.4257 - Julgamento de Causas	13.706.727,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.301.0569.2004 - Assist. Médica e Odontol. a Servid. e Empreg.	30.226,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.11RQ - Reforma do Fórum Federal de Execuções Fiscais no Município de São Paulo - SP	4.800.000,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.14YM - Aquisição de Edifício para o Fórum de Execuções Fiscais no Município de São Paulo - SP	-	1.745.800,00	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.1040 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Marília - SP	1.250.000,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.14YP - Implantação de Turmas Recursais - Nacional	2.720.000,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.3755 - Implantação de Varas Federais	4.224.000,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.131.0569.2549 - Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	70.000,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.13FR - Reforma do Fórum Federal de Ribeirão Preto-SP	333.762,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.12S9 - Reforma do Fórum Criminal e Previdenciário de São Paulo - SP	5.395.128,00	-	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.14YN - Reforma do Fórum Federal Cível de São Paulo - SP	1.164.000,00	-	-

Recebidos	-	090035 - TRF3R	12101-02.122.0569.158T - Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP	1.677.378,00	-	-
Concedidos	201009 - Encargos Financeiros da União	-	-	-	29.940.079,00	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	71103-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	29.678.476,00	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	71103-28.846.0901.0625 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (RPV)	-	261.603,00	-
Concedidos	373001 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA	-	-	-	12.708.343,00	-
Recebidos	-	090035 - TRF3R	49201-28.846.0901.0005 - Cump. de Sent. Jud. Trans. em Julgado (Precatório)	-	12.708.343,00	-

(Fonte: Sistema de Controle Orçamentário da Subsecretaria de Planejamento/TRF3R)

ANEXO XIX

QUADRO A.6.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL
(Fonte: SOFI e SIAFI/SIAFI Gerencial)

Unidade Orçamentária:	Código UO: 12104		UGO: 090029	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	30.055.338,73	25.421.158,62	30.055.338,73	25.421.158,62
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	226.970,44	214.178,20	226.970,44	214.178,20
c) Concorrência	442.113,28	280.764,90	442.113,28	280.764,90
d) Pregão	29.386.255,01	24.926.215,52	29.386.255,01	24.926.215,52
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	17.823.120,60	14.315.447,60	17.817.935,70	14.149.328,60
h) Dispensa	14.910.110,99	11.532.617,44	14.904.926,09	11.366.498,44
i) Inexigibilidade	2.913.009,61	2.782.830,16	2.913.009,61	2.782.830,16
3. Regime de Execução Especial	24.605,19	41.762,28	24.605,19	41.762,28
j) Suprimento de Fundos	24.605,19	41.762,28	24.605,19	41.762,28
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	454.678.317,67	424.991.520,87	453.757.271,12	424.058.596,39
k) Pagamento em Folha	453.164.193,04	423.724.218,08	452.243.146,49	422.791.293,60
l) Diárias	1.514.124,63	1.267.302,79	1.514.124,63	1.267.302,79
5. Outros	5.725.513,98	4.693.151,69	5.725.513,98	4.693.151,69
6. Total (1+2+3+4+5)	508.306.896,17	469.463.041,06	507.380.664,72	468.363.997,58

Unidade Orçamentária:	Código UO: 12104		UGO: 090055	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.812,90	0,00	1.812,90	0,00
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	1.812,90	0,00	1.812,90	0,00
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	115.564,98	0,00	115.564,98	0,00
h) Dispensa	69.304,98	0,00	69.304,98	0,00
i) Inexigibilidade	46.260,00	0,00	46.260,00	0,00
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Outros	417.199,02	0,00	417.199,02	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	534.576,90	0,00	534.576,90	0,00

ANEXO XX

QUADRO A.6.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL
(Fonte: SOFI e SIAFI/SIAFI Gerencial)

Unidade Orçamentária: 12104				Código UO:			UGO: 090029/090055	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
3.1.90.11	309.247.835,42	290.402.068,22	308.270.193,16	290.226.494,96	977.642,26	175.573,26	307.504.827,71	289.436.026,41
3.1.91.13	55.953.714,91	52.190.242,24	55.523.307,13	52.160.242,24	430.407,78	30.000,00	55.523.307,13	52.160.242,24
3.1.90.01	56.752.338,68	49.676.561,63	56.670.229,61	49.675.823,80	82.109,07	737,83	56.527.572,79	49.545.723,93
Demais elementos do grupo	19.240.131,66	12.921.569,05	12.941.911,99	12.373.802,42	6.298.219,67	547.766,63	12.928.887,71	12.361.446,36
2. Juros e Encargos da Dívida								
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
3.3.90.39	36.350.224,40	37.149.832,71	30.509.466,75	26.731.282,14	5.840.757,65	10.418.550,57	30.509.466,75	26.731.282,14
3.3.90.46	16.223.463,10	15.439.478,61	16.183.196,10	15.355.083,05	40.267,00	84.395,56	16.183.196,10	15.355.083,05
3.3.90.37	16.767.730,64	15.072.544,32	15.315.826,50	13.370.360,20	1.451.904,14	1.702.184,12	15.315.826,50	13.204.241,20
Demais elementos do grupo	11.413.784,76	15.216.051,90	10.133.360,70	9.322.853,80	1.280.424,06	5.893.198,10	10.128.175,80	9.322.853,80
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4.4.90.52	9.912.432,18	2.516.582,39	1.542.155,24	156.320,15	8.370.276,94	2.360.262,24	1.542.155,24	156.320,15
4.4.90.39	1.432.703,90	886.289,67	1.204.588,00	24.340,00	228.115,90	862.489,67	1.204.588,00	24.340,00
4.4.90.51	1.407.616,51	129.048,13	0,00	66.438,30	1.407.616,51	62.609,83		66.438,30
Demais elementos do grupo	12.660,99	-	12.660,99	-	-	-	12.660,99	-
5. Inversões Financeiras								
4.5.90.61	-	8.699.244,80	-	-	-	8.699.244,80	-	-
6. Amortização da Dívida								
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO XXI

QUADRO A.6.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

(Fonte: SOFI e SIAFI/SIAFI Gerencial)

Valores em R\$ 1,00

UGO: 090029

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.148.200,00	489.471,40	2.148.200,00	489.471,40
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	2.148.200,00	489.471,40	2.148.200,00	489.471,40
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	0,00	0,00	0,00
h) Dispensa	-	-	-	-
i) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	2.148.200,00	489.471,40	2.148.200,00	489.471,40

UGO: 090047

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0,00	0,00	0,00	0,00
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	-	-	-	-
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	0,00	0,00	0,00	0,00
h) Dispensa	-	-	-	-
i) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	3.417.664.781,25	2.861.469.090,87	3.417.664.781,25	2.861.469.090,87
6. Total (1+2+3+4+5)	3.417.664.781,25	2.861.469.090,87	3.417.664.781,25	2.861.469.090,87

UGO: 090017

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	104.176.296,37	91.585.879,57	102.746.987,79	91.285.004,67
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	104.176.296,37	91.585.879,57	102.746.987,79	91.285.004,67
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	32.550.501,00	20.592.840,83	32.550.501,00	20.592.468,83
h) Dispensa	28.653.744,12	17.383.150,69	28.653.744,12	17.383.150,69
i) Inexigibilidade	3.896.756,88	3.209.690,14	3.896.756,88	3.209.318,14
3. Regime de Execução Especial	71.685,74	96.551,88	71.685,74	96.551,88
j) Suprimento de Fundos	71.685,74	96.551,88	71.685,74	96.551,88
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.032.792.912,40	944.007.313,23	1.031.237.345,01	943.909.068,13
k) Pagamento em Folha	1.031.754.330,19	942.760.583,36	1.030.198.762,80	942.662.338,26
l) Diárias	1.038.582,21	1.246.729,87	1.038.582,21	1.246.729,87
5. Outros	106.443.001,11	93.393.133,27	106.365.552,21	93.489.685,15
6. Total (1+2+3+4+5)	1.276.034.396,62	1.149.675.718,78	1.272.972.071,75	1.149.372.778,66

UGO: 090015

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	11.914.347,84	11.050.524,47	11.914.347,84	11.050.524,47
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	11.914.347,84	11.050.524,47	11.914.347,84	11.050.524,47
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	3.395.596,18	865.256,55	3.395.596,18	865.256,55
h) Dispensa	3.103.489,47	2.187.801,05	3.103.489,47	2.187.801,05
i) Inexigibilidade	292.106,71	646.455,05	292.106,71	646.455,05
3. Regime de Execução Especial	21.214,81	31.742,59	21.214,81	31.742,59
j) Suprimento de Fundos	21.214,81	31.742,59	21.214,81	31.742,59
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	76.204.287,39	68.928.240,40	76.204.287,39	68.928.240,40
k) Pagamento em Folha	75.678.668,27	68.533.688,21	75.678.668,27	68.533.688,21
l) Diárias	525.619,12	394.552,19	525.619,12	394.552,19
5. Outros	25.832.787,02	11.338.027,24	25.832.787,02	11.338.027,24
6. Total (1+2+3+4+5)	117.368.233,24	92.213.791,25	117.368.233,24	92.213.791,25

ANEXO XXII

QUADRO A.6.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (Fonte: SOFI e SIAFI/SIAFI Gerencial)

Unidade Orçamentária: 12101						Código UGO: 090029		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	0,00	1.834.097,30	0,00	489.471,40	0,00	1.344.625,90	0,00	489.471,40
3.3.90.39	-	923.627,90	-	127.194,00	-	796.433,90	-	127.194,00
3.3.90.30	-	910.469,40	-	362.277,40	-	548.192,00	-	362.277,40
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	5.449.688,00	10.294.463,02	2.148.200,00	0,00	3.301.488,00	10.294.463,02	2.148.200,00	0,00
4.4.90.52	3.301.488,00	6.881.268,02	0,00	0,00	3.301.488,00	6.881.268,02	0,00	0,00
4.4.90.39	2.148.200,00	3.413.195,00	2.148.200,00	0,00	0,00	3.413.195,00	2.148.200,00	0,00
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

Unidade Orçamentária: 12104					Código UGO: 090029			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal	441.194.020,67	405.190.441,14	433.405.641,89	404.436.363,42	7.788.378,78	754.077,72	432.484.595,34	403.503.438,94
3.1.90.11	309.247.835,42	290.402.068,22	308.270.193,16	290.226.494,96	977.642,26	175.573,26	307.504.827,71	289.436.026,41
3.1.91.13	55.953.714,91	52.190.242,24	55.523.307,13	52.160.242,24	430.407,78	30.000,00	55.523.307,13	52.160.242,24
3.1.90.01	56.752.338,68	49.676.561,63	56.670.229,61	49.675.823,80	82.109,07	737,83	56.527.572,79	49.545.723,93
Demais elementos do grupo	19.240.131,66	12.921.569,05	12.941.911,99	12.373.802,42	6.298.219,67	547.766,63	12.928.887,71	12.361.446,36
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	80.755.202,90	82.877.907,54	72.141.850,05	64.779.579,19	8.613.352,85	18.098.328,35	72.136.665,15	64.613.460,19
3.3.90.39	36.350.224,40	37.149.832,71	30.509.466,75	26.731.282,14	5.840.757,65	10.418.550,57	30.509.466,75	26.731.282,14
3.3.90.46	16.223.463,10	15.439.478,61	16.183.196,10	15.355.083,05	40.267,00	84.395,56	16.183.196,10	15.355.083,05
3.3.90.37	16.767.730,64	15.072.544,32	15.315.826,50	13.370.360,20	1.451.904,14	1.702.184,12	15.315.826,50	13.204.241,20
Demais elementos do grupo	11.413.784,76	15.216.051,90	10.133.360,70	9.322.853,80	1.280.424,06	5.893.198,10	10.128.175,80	9.322.853,80
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	12.765.413,58	3.532.460,19	2.759.404,23	247.098,45	10.006.009,35	3.285.361,74	2.759.404,23	247.098,45
4.4.90.52	9.912.432,18	2.516.582,39	1.542.155,24	156.320,15	8.370.276,94	2.360.262,24	1.542.155,24	156.320,15
4.4.90.39	1.432.703,90	886.829,67	1.204.588,00	24.340,00	228.115,90	862.489,67	1.204.588,00	24.340,00
4.4.90.51	1.407.616,51	129.048,13	-	66.438,30	1.407.616,51	62.609,83	-	66.438,30
Demais elementos do grupo	12.660,99	-	12.660,99	-	-	-	12.660,99	-
5. Inversões Financeiras	0,00	8.699.244,80	0,00	0,00	0,00	8.699.244,80	0,00	0,00
4.5.90.61	-	8.699.244,80	-	-	-	8.699.244,80	-	-
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

Unidade Orçamentária: várias					Código UGO: 090047			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal	198.367.625,00	293.685.163,26	165.138.582,12	293.597.611,93	33.229.042,88	87.551,33	165.138.582,12	293.597.611,93
3.1.90.91	135.172.865,16	291.044.097,26	126.697.088,10	290.956.545,93	8.475.777,06	87.551,33	126.697.088,10	290.956.545,93
3.1.90.92	34.115.776,84	0,00	34.115.776,84	0,00	0,00	0,00	34.115.776,84	0,00
3.1.91.91	29.078.983,00	2.641.066,00	4.325.717,18	2.641.066,00	24.753.265,82	0,00	4.325.717,18	2.641.066,00
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	3.471.796.820,00	2.462.914.818,85	3.221.805.384,11	2.457.555.394,91	249.991.435,89	5.359.423,94	3.221.805.384,11	2.457.555.394,91
3.3.90.91	3.308.955.919,39	2.462.914.818,85	3.058.964.483,50	2.457.555.394,91	249.991.435,89	5.359.423,94	3.058.964.483,50	2.457.555.394,91
3.3.90.92	162.840.900,61	-	162.840.900,61	-	-	-	162.840.900,61	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	42.648.422,00	110.316.211,74	30.720.815,02	110.316.084,03	11.927.606,98	127,71	30.720.815,02	110.316.084,03
4.5.90.91	42.648.422,00	110.316.211,74	30.720.815,02	110.316.084,03	11.927.606,98	127,71	30.720.815,02	110.316.084,03
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

Unidade Orçamentária: 12104					Código UGO: 090055			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	543.784,74	0,00	534.576,90	0,00	9.207,84	0,00	534.576,90	0,00
33.90.36	387.626,37	-	387.626,37	-	-	-	387.626,37	-
33.90.33	80.853,89	-	73.304,65	-	7.549,24	-	73.304,65	-
33.90.14	47.546,60	-	47.546,60	-	-	-	47.546,60	-
Demais elementos do grupo	27.757,88	-	26.099,28	-	1.658,60	-	26.099,28	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

Unidade Orçamentária: 12101						Código UGO: 090017		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	1.051.595.180,45	946.295.270,83	1.031.754.330,19	942.760.583,36	19.840.850,26	3.534.687,47	1.030.198.762,80	942.662.338,26
3.3.1.90.11	744.122.728,54	681.439.983,19	743.834.668,84	681.439.983,19	288.059,70	-	742.531.391,82	681.350.495,58
3.3.1.91.13	140.292.733,08	128.281.219,00	140.292.733,08	128.281.219,00	-	-	140.292.733,08	128.281.219,00
3.3.1.90.01	105.999.246,56	91.465.892,75	105.999.246,56	91.465.892,75	-	-	105.746.956,19	91.457.135,26
Demais elementos do grupo	61.180.472,27	45.108.175,89	41.627.681,71	41.573.488,42	19.552.790,56	3.534.687,47	41.627.681,71	41.573.488,42
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	268.741.557,23	233.707.596,96	240.090.491,40	203.856.926,63	28.651.065,83	29.850.670,33	238.793.429,93	203.656.825,40
3.3.3.90.39	148.664.302,97	123.153.341,29	127.423.279,25	103.603.826,66	21.241.023,72	19.549.514,63	126.266.750,78	103.559.816,76
3.3.3.90.46	39.389.833,37	36.798.167,86	39.364.818,95	36.775.722,81	25.014,42	22.445,05	39.364.818,95	36.775.722,81
3.3.3.90.36	25.084.730,73	25.891.478,20	24.962.363,65	24.061.512,65	122.367,08	1.829.965,55	24.962.363,65	24.061.512,65
Demais elementos do grupo	55.602.690,16	47.864.609,61	48.340.029,55	39.415.864,51	7.262.660,61	8.448.745,10	48.199.496,55	39.259.773,18
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	17.784.358,28	14.963.204,46	4.189.575,03	3.058.208,79	13.594.783,25	11.904.995,67	3.979.879,02	2.957.063,12
3.4.4.90.52	9.129.712,61	10.243.249,87	3.105.632,26	2.959.906,95	6.024.080,35	7.283.342,92	2.895.936,25	2.858.761,28
3.4.4.90.51	8.132.310,68	4.370.762,41	693.742,77	50.004,04	7.438.567,91	4.320.758,37	693.742,77	50.004,04
3.44.90.39	522.334,99	318.267,56	390.200,00	38.820,00	132.134,99	279.447,56	390.200,00	38.820,00
Demais elementos do grupo	-	30.924,62	-	9.477,80	-	21.446,82	-	9.477,80
5. Inversões Financeiras	1.745.800,00	0,00	0,00	0,00	1.745.800,00	0,00	0,00	0,00
3.4.5.90.61	1.745.800,00	-	-	-	1.745.800,00	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

Unidade Orçamentária: 12101						Código UGO: 090015		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	75.678.641,27	68.533.688,21	74.474.580,16	68.533.688,21	1.204.061,11	188.191,58	74.338.634,39	68.162.239,98
Vencimentos e Vantagens Fixas	55.462.888,02	52.018.830,77	55.457.415,91	52.018.830,77	5.472,11	-	55.344.317,83	52.018.830,77
Obrigações Patronais	10.221.796,74	9.575.514,02	10.221.796,74	9.575.514,02	-	-	10.221.796,74	9.575.514,02
Proventos	5.189.586,16	4.418.713,88	5.189.586,16	4.418.713,88	-	-	5.166.738,47	4.047.265,65
Demais elementos do grupo	4.804.370,35	2.520.629,54	3.605.781,35	2.520.629,54	1.198.589,00	188.191,58	3.605.781,35	2.520.629,54
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	24.507.769,72	22.955.024,35	22.115.295,34	22.955.024,35	2.392.474,38	2.480.399,08	22.101.488,74	22.955.024,35
SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA	9.028.663,16	8.078.860,15	7.787.712,46	8.078.860,15	1.240.950,70	934.262,97	7.786.953,01	8.078.860,15
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	3.741.659,75	3.754.877,07	3.152.169,25	3.754.877,07	589.490,50	318.218,02	3.152.169,25	3.754.877,07
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.953.481,92	3.212.166,51	2.953.481,92	3.212.166,51		0,00	2.953.481,92	3.212.166,51
Demais elementos do grupo	8.783.964,89	7.909.120,62	8.221.931,71	7.909.120,62	562.033,18	1.227.918,09	8.208.884,56	7.909.120,62
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	1.325.044,30	725.078,69	681.886,80	725.078,69	643.157,50	476.277,44	681.886,80	725.078,69
Obras e Instalações	829.691,55	247.400,00	332.872,10	247.400,00	496.819,45	247.400,00	332.872,10	247.400,00
Equipamentos e Material Permanente	431.381,03	466.481,49	349.014,70	466.481,49	82.366,33	217.680,24	349.014,70	466.481,49
Serviços Pessoa Jurídica	63.971,72	11.197,20	0,00	11.197,20	63.971,72	11.197,20	0,00	11.197,20
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO XXIII

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014 (CONSOLIDADO JF3R)

ORÇAMENTO COMPROMETIDO COM PESSOAL E MTGI 12101

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	MTGI 12101	Total
Orçamento Total 2014	441.330.360,00	30.518.242,00	53.275.952,00	16.879.188,00	7.360.172,00	5.450.000,00	554.813.914,00
Contingenciamento/Destaque STJ	136.339,33	-	1.665.908,00	3.271.951,00	4.769.214,00	-	9.843.412,33
Orçamento Total 2014 sem contingenciamento	441.194.020,67	30.518.242,00	51.610.044,00	13.607.237,00	2.590.958,00	5.450.000,00	544.970.501,67
Orçamento Comprometido 2014*	441.194.020,67	30.427.943,85	50.872.093,79	12.764.363,58	-	5.449.688,00	540.708.109,89

% Comprometido	99,22%

* exceto valores contingenciados

ORÇAMENTO COMPROMETIDO SEM PESSOAL/BENEFÍCIOS E COM MTGI 12101

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	MTGI 12101	Total
Orçamento Total 2014	-	-	53.275.952,00	16.879.188,00	7.360.172,00	5.450.000,00	82.965.312,00
Contingenciamento/Destaque STJ	-	-	1.665.908,00	3.271.951,00	4.769.214,00	-	9.707.073,00
Orçamento Total 2014 sem contingenciamento	-	-	51.610.044,00	13.607.237,00	2.590.958,00	5.450.000,00	73.258.239,00
Orçamento Comprometido 2014	-	-	50.872.093,79	12.764.363,58	-	5.449.688,00	69.086.145,37

% Comprometido	94,30%

* exceto valores contingenciados

ORÇAMENTO COMPROMETIDO COM PESSOAL/BENEFÍCIOS E SEM MTGI 12101

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	MTGI 12101	Total
Orçamento Total 2014	441.330.360,00	30.518.242,00	53.275.952,00	16.879.188,00	7.360.172,00	-	549.363.914,00
Contingenciamento/Destaque STJ	136.339,33	-	1.665.908,00	3.271.951,00	4.769.214,00	-	9.843.412,33
Orçamento Total 2014 sem contingenciamento	441.194.020,67	30.518.242,00	51.610.044,00	13.607.237,00	2.590.958,00	-	539.520.501,67
Orçamento Comprometido 2014	441.194.020,67	30.427.943,85	50.872.093,79	12.764.363,58	-	0,00	535.258.421,89

% Comprometido	99,21%

* exceto valores contingenciados

ORÇAMENTO COMPROMETIDO SEM PESSOAL/BENEFÍCIOS E SEM MTGI 12101

	Pessoal e Encargos Sociais	Benefícios	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	MTGI 12101	Total
Orçamento Total 2014	-	-	53.275.952,00	16.879.188,00	7.360.172,00	0,00	77.515.312,00
Contingenciamento/Destaque STJ	-	-	1.665.908,00	3.271.951,00	4.769.214,00	-	9.707.073,00
Orçamento Total 2014 sem contingenciamento	-	-	51.610.044,00	13.607.237,00	2.590.958,00	-	67.808.239,00
Orçamento Comprometido 2014	-	-	50.872.093,79	12.764.363,58	-	0,00	63.636.457,37

% Comprometido	93,85%

* exceto valores contingenciados

Observação:

1 - Não computado o valor de R\$ 675.000,00 na Ação Julgamento de Causas, crédito fonte 150, referente ao concurso público em outras despesas correntes.

2 - Em pessoal e encargos não foram computados como execução os valores de R\$ 134.878,33 e R\$ 1.461,00 enviado ao STJ para pagamento de passivo de magistrados, constando na linha destaque.

3 - Não foi computado o valor de R\$ 15.000,00 referente a crédito especial de AJ, recebido em 31/12/2014 a ser reaberto em 2015.

(Fonte Sistema de Controle Orçamentário/SOFI)

ANEXO XXIV

QUADRO A.6.8.1.1 – PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Precatórios – Requisição												
Administração Direta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	643	158.467.356,46	356	48.476.751,61	792	66.239.481,75	643	158.467.356,46	356	48.476.751,61	792	66.239.481,75
Comum	583	289.765.732,12	324	152.441.795,06	801	240.143.555,16	583	289.765.732,12	324	152.441.795,06	801	240.143.555,16
Total	1.226	448.233.088,58	680	200.918.546,67	1.593	306.383.036,91	1.226	448.233.088,58	680	200.918.546,67	1.593	306.383.036,91
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012			
Alimentícia	176.956.448,94	48.453.247,00	119.968.221,00	110.911.711,98	43.272.561,43	118.538.872,83	48.688.621,33	5.180.684,77	1.965.963,39	0		
Comum	498.772.671,06	352.844.031,00	304.910.903,00	30.005.969,85	65.727.924,39	19.714.655,78	366.222.078,01	285.336.342,34	285.316.386,24	0		
Total	675.729.120,00	401.297.278,00	424.879.124,00	140.917.681,83	109.000.485,82	138.253.528,61	414.910.699,34	290.517.027,11	287.282.349,63	0		
Observações:												

(Fonte: SIAFI/SIAFI Gerencial, SEPE, SOFI e Bancos de Dados TRF3R)

PRECATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA CANCELADOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL ANTES DO PAGAMENTO

Natureza Alimentícia	Quantidade e Valor							
	2014		2013		2012		Total	Total
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valores
Física	3	121.439,25	1	36.437,94	147	9.379.987,06	151	9.537.864,25
Jurídica	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3	121.439,25	1	36.437,94	147	9.379.987,06	151	9.537.864,25

Natureza Comum	Quantidade e Valor							
	2014		2013		2012		Total	Total
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valores
Física	-	-	4	370.150,39	5	406.494,40	9	776.645
Jurídica	3	3.002.100,91	2	650.519,80	2	86.703,30	7	3.739.324
Total	3	3.002.100,91	6	1.020.670,19	7	493.197,70	16	4.515.968,80

ANEXO XXV

QUADRO A.6.8.1.2 – RPV – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Requisições de Pequeno Valor – Requisição												
Administração Direta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	100.932	228.429.516,41	89.483	155.878.252,67	96.420	242.035.238,32	100.932	228.429.516,41	89.483	155.878.252,67	96.420	242.035.238,32
Comum	5.175	23.296.042,45	5.119	20.356.458,22	5.434	18.229.052,78	5.175	23.296.042,45	5.119	20.356.458,22	5.434	18.229.052,78
Total	106.107	251.725.558,86	94.602	176.234.710,89	101.854	260.264.291,10	106.107	251.725.558,86	94.602	176.234.710,89	101.854	260.264.291,10
Requisições de Pequeno Valor – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar (2)		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2014	2013	2012	2014	2013(1)	2012	2014	2013*	2012			
Alimentícia	248.721.669,90	205.544.768,00	148.856.452,00	200.224.427,92	214.503.993,11	145.347.274,50	14.398.464,89	13.711.060,08	10.435.273,39	29.266.310,74		
Comum	18.073.660,10	19.860.346,00	17.605.947,00	9.188.730,21	15.880.430,55	14.818.655,71	8.016.370,02	7.391.625,62	5.531.593,98	2.438.993,92		
Total	266.795.330,00	225.405.114,00	166.462.399,00	209.413.158,13	230.384.423,66	160.165.930,21	22.414.834,91	21.102.685,70	15.966.867,37	31.705.304,66		
Observações:												

(Fonte: SIAFI/SIAFI Gerencial, SEPE, SOFI e Bancos de Dados TRF3R)

Nota:

(1) Os valores totais das colunas “Valores Pagos/Tipo Credor” foram retificados, em relação ao Relatório de Gestão do exercício de 2013, face ao cômputo, no exercício de 2014, de duas propostas de requisições de pequeno valor (RPV) pendentes de pagamento no encerramento do exercício de 2013.

(2) Saldo a pagar referentes às RPV autuadas nos meses de novembro e dezembro de 2014, para as quais não houve repasse financeiro para o respectivo pagamento, até a data de elaboração deste Relatório de Gestão.

RPV DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA CANCELADAS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL ANTES DO PAGAMENTO

Ano		2014		2013		2012		Total Qtd.	Total Valores
Natureza	Tipo Requerente	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor		
Alimentícia	Pessoa Física	28	106.380,04	63	356.253,87	43	114.926,20	134	577.560,11
	Pessoa Jurídica	1	734,66	7	7.803,70	4	5.831,59	12	14.369,95
Comum	Pessoa Física	-	-	13	41.419,68	3	10.768,13	16	52.187,81
	Pessoa Jurídica	2	4.416,00	-	-	-	-	-	-

ANEXO XXVI

QUADRO A.6.8.2.1 – PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Precatórios – Requisição												
Administração Indireta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	15.958	1.386.046.957,40	15.353	1.128.502.033,15	22.184	967.767.408,21	15.958	1.386.046.957,40	15.353	1.128.502.033,15	22.184	967.767.408,21
Comum	134	24.629.348,57	73	47.385.358,26	117	25.427.992,72	134	24.629.348,57	73	47.385.358,26	117	25.427.992,72
Total	16.092	1.410.676.305,97	15.426	1.175.887.391,41	22.301	993.195.400,93	16.092	1.410.676.305,97	15.426	1.175.887.391,41	22.301	993.195.400,93
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012			
Alimentícia	1.515.989.262,55	1.123.657.518,00	925.582.410,00	1.388.183.884,31	1.122.782.567,57	924.162.870,59	1.416.342,70	2.133.660,56	2.732.782,20	0		
Comum	54.728.050,45	72.453.012,00	35.450.756,00	19.212.552,34	43.311.864,61	8.496.823,40	20.681.351,80	29.000.052,90	26.953.928,87	0		
Total	1.570.717.313,00	1.196.110.530,00	961.033.166,00	1.407.396.436,65	1.166.094.432,18	932.659.693,99	22.097.694,50	31.133.713,46	29.686.711,07	0		
Observações:												

(Fonte: SIAFI/SIAFI Gerencial, SEPE, SOFI e Bancos de Dados TRF3R)

PRECATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA CANCELADOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL ANTES DO PAGAMENTO

Natureza Alimentícia	Quantidade e Valor							
	2014		2013		2012		Total	Total
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valores
Física	119	6.677.640,41	80	3.693.391,16	88	4.166.566,40	287	14.537.597,97
Jurídica	3	23.628,67	-	-	-	-	3	23.628,67
Total	122	6.701.269,08	80	3.693.391,16	88	4.166.566,40	290	14.561.226,64

Natureza Comum	Quantidade e Valor							
	2014		2013		2012		Total	Total
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valores
Física	-	-	1	2.331,15	1	111.747,49	2	114.078,64
Jurídica	-	-	1	2.246.580,95	1	611.606,07	2	2.858.187,02
Total	-	-	2	2.248.912,10	2	723.353,56	4	2.972.265,66

ANEXO XXVII

QUADRO A.6.8.2.2 – RPV – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Requisições de Pequeno Valor – Requisição												
Administração Indireta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	102.752	1.137.187.965,54	93.636	998.033.792,83	91.671	898.017.243,86	102.752	1.137.187.965,54	93.636	998.033.792,83	91.671	898.017.243,86
Comum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	102.752	1.137.187.965,54	93.636	998.033.792,83	91.671	898.017.243,86	102.752	1.137.187.965,54	93.636	998.033.792,83	91.671	898.017.243,86
Requisições de Pequeno Valor – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar (2)		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2014	2013	2012	2014	2013 (1)	2012	2014	2013*	2012			
Alimentícia	1.170.492.121,00	1.045.162.299,00	970.244.812,00	1.006.876.273,98	1.137.095.987,73	997.640.819,73	966,03	3.039,19	7.592,64	162.873.819,04		
Comum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total	1.170.492.121,00	1.045.162.299,00	970.244.812,00	1.006.876.273,98	1.137.095.987,73	997.640.819,73	966,03	3.039,19	7.592,64	162.873.819,04		
Observações:												

Observações:

(Fonte: SIAFI/SIAFI Gerencial, SEPE, SOFI e Bancos de Dados TRF3R)

Nota:

(1) Os valores totais das colunas “Valores Pagos/Tipo Credor” foram retificados, em relação ao Relatório de Gestão do exercício de 2013, face ao cômputo, no exercício de 2014, de duas propostas de requisições de pequeno valor (RPV) pendentes de pagamento no encerramento do exercício de 2013.

(2) Saldo a pagar referentes às RPV autuadas nos meses de novembro e dezembro de 2014, para as quais não houve repasse financeiro para o respectivo pagamento, até a data de elaboração deste Relatório de Gestão.

RPV DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA CANCELADAS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL ANTES DO PAGAMENTO

Ano		2014		2013		2012		Total Qtd.	Total Valores
Natureza	Tipo Requerente	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor		
ALIMENTICIA	Pessoa Física	66	772.926,63	59	840.911,97	58	612.670,55	183	2.226.509,15

ANEXO XXVIII

ITEM 7.1.2 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

TRF3R
(Fonte: SEGE)

	Denominação	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
1	Fundamentals of Incident Handling – FIH e Advanced Incident Handling for Techical Staff – AIH	Servidores vinculados à área de TI.	2
2	Engenharia de Requisitos	Servidores vinculados à área de TI	5
3	Gestão de Riscos de Segurança da Informação - ISO 27000	Servidores vinculados à área de TI	3
4	Help Desk	Servidores vinculados à área de TI	31
5	Oracle 11g Administration Workshop I Release 2 DBA e Oracle 11g Administration Workshop II Release 2	Servidores vinculados à área de TI	8
6	OTRS ITSM	Servidores vinculados à área de TI	2
7	Auditoria de Folha de Pagamento	Servidores lotados na Subsecretaria de Controle Interno	2
8	Auditoria de Orçamento de Obras	Servidores lotados na Subsecretaria de Controle Interno e SEJU	3
9	Auditoria de TI	Servidores lotados na Subsecretaria de Controle Interno	3
10	Auditoria Governamental – Avaliação de Controles Internos	Servidores lotados na Subsecretaria de Controle Interno	2
11	Cálculos Trabalhistas, Legislação Trabalhista/Previdenciária	SADI, DILI, SSEG, DIRG, UDOC, UCON, DGRA, USER	31
12	Conta Vinculada: Procedimentos para Retenção, Controle e Liberação de valores	Servidores das áreas convidadas pela Assessoria Judiciária	20
13	Desenvolvimento Gerencial – EAD	Servidores do TRF	70
14	eSocial : A Nova Obrigação Eletrônica das Empresas	Folha de Pagamento, RH, Informática, Serviços Gerais	34
15	FUNPRESP	UCON, SEGE E DIRG	20
16	GCTI - Gestão de Contratos de TI	Servidores lotados na Subsecretaria de Controle Interno	1
17	Gestão de Riscos - Princípios e Diretrizes	Servidores do TRF	104
18	Governança e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal: Perfis e Boas Práticas	SEGE E UCON	3
19	Leis orçamentárias Aplicadas as Obras Públicas	Servidores lotados na Subsecretaria de Controle Interno	3
20	Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas	Servidores lotados na Subsecretaria de Controle Interno	1
21	Mudança do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP – SIAFI	SOFI, UFEP, UCON, JFSP e JFMS	19
22			
23	Planejamento, Licitação, Execução e Fiscalização de Obras Públicas de Edificações Públicas	Servidores lotados na Subsecretaria de Controle Interno	3
24	Segurança da Informação e Forense Digital: Riscos, Proteção e Inv. Teórico	Servidores do TRF	19
25	Treinamento no SEI - Sistema Eletrônico de Informações	Servidores do TRF	120
26	Planejamento da Contratação Pública e Fiscalização de Contratos Terceirizados	Servidores do TRF	125

	Denominação	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
27	Ambientação de novos servidores	Servidores ingressantes na SJSP	118
28	Avaliação de Potencial com o Método Personality	Servidores ingressantes na SJSP	118
29	Programa de Reciclagem dos Agentes de Segurança	Agentes de Segurança e Transporte	111
30	Formação de Conciliadores	Servidores do TRF3R e público externo	79
31	Desenvolvimento Gerencial - EAD	Gestores do TRF3R	60
32	Gestão do Tempo - EAD	Servidores e Gestores do TRF3R	25
33	Contratação e Administração de Estagiários	Gestores de contratos de estagiários	22

TRF3R
(Fonte: EMAG)

	Denominação	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
1	“Aspectos do Projeto do Novo Código de Processo Civil”	Magistrados e servidores vinculados à JF3R e público externo	27
2	Segurança da Informação e Forense Digital: Riscos, Proteções e Investigação no Ambiente Virtual	Magistrados e servidores vinculados à JF3R e público externo	64
3	Inglês Jurídico 1	Magistrados e servidores vinculados à JF3R e público externo	79
4	Media Training	Magistrados vinculados à JF3R	10
5	Curso de História da Arte (Módulo I) – Idade Antiga	Magistrados e servidores vinculados à JF3R	38
6	Curso Vitaliciamento - Impactos das Decisões Judiciais: Aspectos Ambientais, Econômicos, Tributários e Sociais	Magistrados vinculados à JF3R	6
7	Curso de formação inicial para Juízes Federais Substitutos aprovados no XVII Concurso	Magistrados vinculados à JF3R	21
8	Eficiência na Prestação Jurisdicional e Juizados Especiais Federais	Magistrados e servidores vinculados à JF3R e público externo	63
9	Direito Aduaneiro	Magistrados e servidores vinculados à JF3R	15
10	Terras Públicas Da União	Magistrados e servidores vinculados à JF3R e público externo	52
11	Compliance e Concorrência	Magistrados e servidores vinculados à JF3R e público externo	122
12	Curso de Capacitação de Conciliadores	Servidores vinculados à JF3R e público externo	79
13	Reuniões Eficazes	Magistrados e servidores vinculados à JF3R	124
14	Inglês Jurídico 1	Magistrados e servidores vinculados à JF3R	40
15	Inglês Jurídico 2	Servidores vinculados à JF3R	37
16	Palestra - “Calculando Valores Atrasados de Benefícios: Orientações Práticas Para Uso de Planilhas Oferecidas ao Público”	Servidores vinculados à JF3R e público externo	110
17	Direito Eleitoral	Magistrados vinculados à JF3R	5
18	Direito Penal Federal para Magistrados	Magistrados vinculados à JF3R	33
19	Direito Penal Federal para Servidores	Servidores vinculados à JF3R	56
20	Francês Jurídico 1	Magistrados e servidores vinculados à JF3R	69
21	Acentuação e nova ortografia	Servidores vinculados à JF3R	110

22	Seminário Processo Civil e Constituição	Magistrados e servidores vinculados à JF3R e público externo	79

JFSP

	Área de conhecimento*	Nº de ações realizadas	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
1	Ambientação de novos servidores	7	Servidores ingressantes na SJSP	161
2	Áreas técnicas da Administração	31	Servidores da SJSP	161
3	Capacitação em Libras	1	Servidores da SJSP	12
4	Desenvolvimento de equipes	3	Servidores da SJSP	219
5	Formação de conciliadores	1	Servidores da SJSP	43
6	Formação e Reciclagem da Brigada de Incêndio	12	Servidores da SJSP	275
7	Gestão Documental	2	Servidores da SJSP	152
8	Gestão Estratégica	9	Servidores da SJSP	357
9	Informática	8	Servidores da SJSP	46
10	Jurídicos	29	Servidores da SJSP	997
11	Operacional SEI	9	Servidores da SJSP	368
12	PDG – Desenvolvimento Gerencial	17	Gestores da SJSP	813
13	Reciclagem anual para Agentes de Segurança	5	Agentes de Segurança e Transporte	133
14	Saúde e Qualidade de Vida	4	Servidores da SJSP	41

JFMS

	Denominação	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
1	Curso Básico de Contratos Administrativos	Servidores que atuam com contratos administrativos	3
2	Curso Básico de Inteligência	Agentes de Segurança e Transporte	11
3	Curso Básico de Licitações	Servidores que atuam em licitações	4
4	Curso de Formação de Brigada de Incêndio	Agentes de Segurança e Transporte	12
5	Curso Direito Administrativo	Servidores da SJMS	30
6	Curso Direito Constitucional	Servidores da SJMS	30
7	Curso Direito Previdenciário	Servidores lotados nas unidades com competência previdenciária	45
8	Curso Gestão de Contratos Administrativos	Servidores Atuentes na Gestão de Contratos Administrativos	5
9	Curso Gestão Integral de Folha de Pagamento do Funcionalismo Público	Servidor da Seção de Folha de Pagamento	1
10	Curso Gestão Positiva de Conflitos - Turma 01	Diretores e Supervisores da SJMS	29
11	Curso Gestão Positiva de Conflitos - Turma 02	Diretores, Oficiais de Gabinete e Supervisores da SJMS	19
12	Curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios	Servidor da Seção Financeira	1
13	Curso Hipóteses e Procedimentos de Rescisão Contratual e Aplicação de Sanções Administrativas - Aspectos Jurídicos	Diretora da SADM e Oficial de Gabinete DFOR	2

	Denominação	Público Alvo	Nº de pessoas Treinadas
14	Curso Planilha de Custo e Formação de Preços de Serviços Continuados	Servidores que atuam na contratação, gestão e fiscalização de contratos de prestação de serviços continuados	11
15	Curso Prática de Elaboração e Análise de Planilha de Custo e Formação de Preço	Servidores da Seção de Compras e do Setor de Gestão de Contratos	3
16	Curso Relações Interpessoais no Trabalho	Servidores da SJMS	30
17	Curso SEFIP/ e Esocial para Órgãos Públicos	Folha de pagamento, Seção de Pessoal e Seção Financeira	4
18	II Encontro de Diretores	Diretores e Supervisores da SJMS	29
19	Jornada Virtual de Liderança 2014	Magistrados, servidores e estagiários	40
20	Oficina de Aposentadoria	Núcleo de Recursos Humanos	5
21	Palestra Qualidade de Vida no Trabalho	Servidores da SJMS	16
22	Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Competências	Agentes de Segurança e Transporte	7
23	Reciclagem de Tiro	Agentes de Segurança e Transporte	4
24	Treinamento de Pregoeiros: Pregão Presencial e Eletrônico	Servidor da Seção de Compras	1
25	Curso Direito Penal Federal, na EMAG	Servidores lotados em unidades com competência criminal	7
26	Curso Mudanças no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	Servidor lotado na Seção Financeira	1
27	Curso Orçamento Público e Gestão de Obras da JF, no CJF	Supervisor da Seção de Orçamento e Planejamento e Supervisor da Seção de Engenharia e Arquitetura	2
28	II Workshop de Gestão Documental e Treinamento presencial na SJSP	Supervisor da Seção de Gestão Documental	1
29	Participação no CONARH 2014	Supervisor da Seção de Capacitação e Desenvolvimento de RH	1
30	Seminário Processo Civil e Constituição	Magistrados	1
31	Treinamento de Averbção no TRF3	Servidor lotado no Setor de Legislação	1
32	Treinamento do SISJEF	Servidor lotado no JEF de Dourados	1
33	Treinamento na Área de Automação das Bibliotecas da JF, no CJF	Servidora lotada na Biblioteca	1
34	Acentuação e Nova Ortografia - EMAG	Servidores da SJMS	6
35	Curso O Gestor Avaliador e sua Postura Ética - G16– SJSP	Servidores da SJMS	4
36	Curso Online Avaliação e Gestão de Documentos - SJSP	Servidores da SJMS	1
37	Curso Online Direito Ambiental e Práticas Sustentáveis na Administração Pública	Servidores da SJMS	15
38	Curso Online Gestão Estratégica e Aprendizagem Organizacional - G6	Servidores da SJMS	5
39	Eficiência na Prestação Jurisdicional e JEFS	Servidores da SJMS	2
40	Inglês Jurídico - EMAG	Servidores da SJMS	3
41	Minicurso SEI - SJSP	Servidores da SJMS	12
42	Palestra A Importância da Estratégia no Mundo Contemporâneo - SJSP	Servidores da SJMS	3
43	Palestra Cultura da Cooperação - O Desafio do Conviver e Fazer Juntos	Servidores da SJMS	19
44	Segurança da Informação e Forense Digital: Riscos, Proteções e Investigações no Ambiente Virtual - Teório – EMAG	Servidores da SJMS	1
45	Terra Públicas da União - EMAG	Servidores e Estagiários da SJMS	34

ANEXO XXIX

QUADRO A.7.1.3 – CUSTOS DO PESSOAL

TRF3R

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	12.377.302,85	0,00	1.080.546,43	660.521,89	453.660,69	710.871,10	446.128,97	870.706,90	468.417,11	17.068.155,94
	2013	11.544.144,04	0,00	1.089.004,59	562.361,93	613.591,74	715.132,96	979.914,83	1.309.778,03	0,00	16.813.928,12
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	198.085.909,59	38.743.433,01	20.595.223,10	16.507.134,20	17.187.166,26	3.159.734,83	1.003.221,70	2.701.941,11	651,51	297.984.415,31
	2013	185.786.596,59	39.049.590,58	19.921.830,06	16.148.564,51	16.661.633,31	2.536.560,66	894.608,37	313.981,77	68.263,58	281.381.629,43
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	41.105,81	1.657.907,22	125.874,69	72.345,95	356.293,41	894,44	22.357,38	51.902,67	0,00	2.328.681,57
	2013	13.673,89	1.429.739,44	104.962,61	56.364,86	206.895,80	1.040,23	19.832,30	9.321,02	0,00	1.841.830,15
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0,00	1.361.647,17	114.589,10	29.396,52	113.028,20	2.677,64	46.776,06	193,48	0,00	1.668.308,17
	2013	0,00	1.467.021,38	125.257,71	47.223,04	110.760,00	7.116,94	2.339,20	118,55	0,00	1.759.836,82
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	12.519.942,78	113.225,09	1.186.529,43	910.570,44	993.785,26	100.629,91	8.492,01	232.843,31	0,00	16.066.018,23
	2013	10.243.618,18	105.445,77	946.243,15	782.092,87	815.873,91	79.433,25	5.292,23	5.530,59	0,00	12.972.945,49
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Fonte: Sistema de Folha de Pagamento/TRF3R)

JFSP

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	97.646.664,95	748.045,98	8.188.833,53	952.308,90	3.504.955,20	1.094.553,97	384.349,39	8.888.690,39	9.645.817,19	131.054.219,50
	2013	89.077.649,19	1.075.567,91	7.489.135,30	3.776.016,07	4.689.653,13	579.022,78	229.500,00	14.024.095,54	1.260.491,13	122.201.131,05
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	470.849.543,31	73.865.567,37	47.127.959,21	35.510.343,45	51.241.253,81	8.606.929,71	568.548,45	7.731.566,35	193.209,17	695.694.920,83
	2013	428.450.038,25	70.493.489,19	44.196.610,91	33.438.121,74	49.503.756,39	5.864.376,08	700.807,99	1.155.203,36	49.885,61	633.852.289,52
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	19.711,75	1.839.087,99	152.703,36	48.906,74	508.430,82	7.742,16	59.234,85	341.333,50	0,00	2.977.151,17
	2013	0,00	1.752.090,23	145.374,92	57.250,35	704.259,95	5.040,00	6.978,71	80.885,94	0,00	2.751.880,10
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0,00	496.920,96	43.807,80	13.803,36	52.570,23	3.010,08	7.476,80	101,96	0,00	617.691,19
	2013	0,00	490.364,36	44.297,34	10.352,53	49.725,46	2.700,00	0,00	2.455,59	0,00	599.895,28
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	1.139.347,13	0,00	216.833,00	66.954,56	47.144,07	33.482,54	0,00	25.496,29	6.916,84	1.536.174,43
	2013	715.718,63	71.389,85	95.816,45	71.300,80	52.366,69	11.969,39	263,34	3.379,22	0,00	1.022.204,37
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Fonte: Sistema de Folha de Pagamento/JFSP)

JFMS

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	6.613.442,24	49.096,94	588.406,72	114.091,90	252.953,64	129.752,66	372.270,95	2.802.187,47	622.065,97	11.544.268,49
	2013	6.827.627,07	72.321,52	501.327,95	393.623,68	504.622,08	47.019,36	243.069,32	618.206,05	91.719,60	9.299.536,63
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	34.708.590,44	5.661.613,40	3.489.715,76	2.727.324,60	3.375.786,35	380.551,47	255.979,20	259.209,58	518.305,92	51.377.076,72
	2013	31.893.921,96	5.971.224,68	3.377.704,94	2.593.636,19	3.128.608,17	276.902,00	206.108,39	157.569,65	565.771,71	48.171.447,69
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	69.697,82	486.595,35	50.443,32	24.836,85	86.639,01	1.389,75	22.829,97	31.129,28	23.962,35	797.523,70
	2013	58.831,11	394.365,59	43.052,50	19.143,23	51.505,13	5.009,73	5.424,19	18.435,26	26.928,00	622.694,74
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0,00	139.253,79	11.723,60	3.845,85	18.382,72	3.668,00	0,00	0,00	0,00	176.873,96
	2013	0,00	135.260,30	11.264,09	3.450,84	13.748,18	0,00	0,00	0,00	0,00	163.723,41
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	59.501,88	230.587,15	57.058,52	13.241,62	47.159,30	0,00	11.724,00	7.311,58	0,00	426.584,05
	2013	33.584,71	223.234,88	20.856,69	9.801,90	59.261,49	1.009,80	5.296,15	4.262,29	6.732,00	364.039,91
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(Fonte: Seção de Processamento de Folha de Pagamento/JFMS)

ANEXO XXX

ITEM 7.1.6 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Indicador 1	ABSENTEÍSMO
Descrição	Visa demonstrar o percentual de dias de ausência dos servidores ao trabalho, decorrente de licenças para tratamento da própria saúde (inclusive por causas ocupacionais: acidentes de trabalho e doenças ocupacionais) ou, ainda, de faltas injustificadas.
Fórmula de Cálculo / Escala	Fórmula 1: total de dias de ausências por licenças médicas do quadro geral de servidores X 100/ total de servidores X total de dias úteis Fórmula 2: total de dias de faltas injustificadas do quadro geral de servidores X 100/ total de servidores X total de dias úteis Fórmula 3: total de dias de ausências por licenças médicas do quadro geral de servidores +total de dias de faltas injustificadas do quadro geral de servidores X 100/ total de servidores X total de dias úteis.
Convenções	- Dias úteis: considerar todos os dias exceto: feriados nacionais, feriados municipais (2 por cidade) e período de recesso; - Afastamentos curtos: até 15 dias - Afastamentos longos: mais de 60 dias - Força de trabalho (total de servidores ativos): servidores do quadro + requisitados/removidos/prestadores de serviços + comissionados sem vínculo – cedidos/removidos/licenciados
Frequência Atualização	Anual
Origem dos dados	Relatórios gerenciais e prontuários médicos
Meta	Manter as taxas de absenteísmo abaixo de 4%
Resultados esperados para o indicador	Espera-se um índice de absenteísmo inferior a 4%. A análise qualitativa deverá possibilitar a identificação das principais causas de absenteísmo na instituição e a elaboração de ações para redução desse percentual.
Notas Adicionais	A análise qualitativa dos dados permitirá identificar as causas que geram os afastamentos, para atuação pontual.
Responsável Indicador	Área médica, com subsídios da área de gestão de pessoas

UG	2012	2013	2014		
			Fórmula 1	Fórmula 2	Fórmula 3
TRF3R	3,72	4,05	4,48	0,02	4,51
JFSP	2,29	3,50	3,25	0,01	3,26
JFMS	3,90	4,48	4,04	0,02	4,06

OCORRÊNCIAS POR CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS E PROBLEMAS RELACIONADOS À SAÚDE – CID*

CID	Nº de pacientes			Nº de licenças			Total de dias de licenças por CID			Dias de afastamento por servidor afastado			% número total de licenças			% total de dias de licença		
	TRF	SP	MS	TRF	SP	MS	TRF	SP	MS	TRF	SP	MS	TRF	SP	MS	TRF	SP	MS
A	116	196	11	160	216	11	288	443	15	2,48	2,26	1,36	0,05	5,81	2,84	0,02	1,5	0,36
B	11	31	1	12	37	1	37	465	2	3,36	15	2	0	0,99	0,26	0	1,5	0,05
C	12	33	3	27	53	4	484	2.660	23	40,33	80	7,67	0,88	1,43	1,03	2,60	8,8	0,56
D	16	43	5	23	49	8	149	859	184	9,31	19,9	36,80	0,01	1,32	2,07	0,01	2,8	4,44
E	8	39	4	13	45	4	96	240	4	12,00	6,15	1	0	1,21	1,03	0,01	0,8	0,10
F	91	246	28	271	353	55	3.089	8.159	1.624	18,76	33,1	58	8,85	9,49	14,21	16,62	26,9	39,21
G	39	67	2	61	82	4	732	873	4	34,94	13	2	0,02	2,20	1,03	0,04	2,9	0,10
H	141	250	19	217	289	23	622	1.145	77	4,41	4,58	4,05	0,07	7,77	5,94	3,35	3,8	1,86
I	57	104	5	87	127	8	306	1.353	207	5,37	13	41,40	0,03	3,41	2,07	0,02	4,5	5,00
J	198	394	23	329	419	31	979	1.157	62	4,94	2,93	2,70	0,11	11,27	8,01	0,05	3,8	1,50
K	141	331	16	202	356	19	722	1.506	145	5,12	4,54	9,06	6,59	9,57	4,91	3,89	5,0	3,50
L	27	43	7	32	45	11	81	184	28	3,00	4,27	4,00	0,01	1,21	2,84	0,00	0,6	0,68
M	148	N/O	31	347	561	60	3.507	4.308	922	23,70	0	29,74	11,33	15,08	15,50	18,87	14,2	22,26
N	58	185	23	82	227	41	324	998	93	5,59	5,39	4,04	0,03	6,10	10,59	0,02	3,3	2,25
O	36	89	5	85	114	8	4.971	870	161	138,08	9,77	32,20	0,03	3,07	2,07	0,27	2,9	3,89
P	N/O	1	N/O	N/O	1	N/O	N/O	3	N/O	N/O	0	N/O	0	0,03	0	0	0,0	0
Q	2	5	N/O	3	5	N/O	86	52	N/O	43,00	3	N/O	0	0,13	0	0	0,2	0
R	99	248	13	136	266	15	205	638	30	2,07	10,4	2,31	0,04	7,15	3,88	0,01	2,1	0,72
S	78	N/O	12	136	181	15	1.978	3.999	254	25,35	0	21,17	0,05	4,87	3,88	10,64	13,2	6,13
T	15	24	N/O	19	23	N/O	232	237	N/O	15,46	9,8	N/O	0,01	0,62	0	0,01	0,8	0
V	N/O	N/O	1	N/O	N/O	1	N/O	N/O	1	N/O	0	1	0	0,0	0,26	0	0,0	0,02
W, X, Y	1	N/O	1	1	N/O	1	2	N/O	3	2,00	0	3	0	0,0	0,26	0	0,0	0,07
Z	89	N/O	30	136	270	46	466	237	92	5,24	0	3,07	0,04	7,26	11,89	0,03	0,8	2,22
M e S	N/O	466	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	9,18	N/O	N/O	0,00	0	N/O	0,0	0
M e S e T	N/O	184	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	N/O	21,38	N/O	N/O	0,00	0	N/O	0,0	0
Não informado	N/O	N/O	21	N/O	N/O	21	N/O	N/O	211	N/O	N/O	10,05	N/O	0,00	5,43	N/O	0,0	5,09
TOTAL	1.383	2.979	261	2.379	3.719	387	19.356	30.386	4.142	404,51	267,65	276,62	28,15	99,99	100	56,46	100,4	100,01

*Nota: No cálculo das ocorrências por CID foram considerados os seguintes parâmetros:

- 1) Número de servidores em licenças por grupo de CID
- 2) Número de licenças por CID
- 3) Número total de dias de afastamento por CID
- 4) Tempo de afastamento por servidor por CID
- 5) Percentual do número de licenças por CID em relação ao número total de licenças

6) Percentual do tempo de afastamento por CID em relação à somatória dos dias de afastamento (total)

LEGENDA:

N/O – Não há registro de ocorrência

A Doenças infecciosas e parasitárias

B Doenças infecciosas e parasitárias- 2

C Neoplasias Malignas

D neoplasias in situ, neoplasias de comportamento incerto, doenças do sangue e do sistema hematopoético

E Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas

F Saúde Mental (Doenças mentais e comportamentais)

G Doenças do sistema nervoso

H Doenças do olho e anexos; do ouvido e da apófise

I Doenças do aparelho circulatório

J Doenças do aparelho respiratório

K Doenças do Aparelho digestivo

L Doenças da pele e do tecido subcutâneo

M Doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo

N Doenças do aparelho genitourinário

O Gravidez, parto e puerpério

P Neonatal

Q Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas

R Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos

S Fraturas, contusões, entorses (Lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas)

T Lesões, envenenamentos e outras consequências de causas externas-2 (Corpos estranhos, queimaduras, medicamentos, drogas, outros efeitos tóxicos)

V Causas externas de morbidade e mortalidade (acidentes de transporte)

W, X e Y Causas externas de morbidade e mortalidade-2 (W- quedas, corrente elétrica, explosões, afogamento; X- envenenamento, lesões autoprovocadas, agressões, ferimentos por animais; Y- Reações a medicamentos, complicações relativas à assistência médica, sequelas)

Z Fatores que influenciam o estado de saúde- sem Z63- LTPF (Exames, estadiamento de doenças, controle de próteses, problemas familiares, sócio-econômicas, etc)

ANÁLISE CRÍTICA:

TRF3R

As patologias mais comuns que geram afastamento são classificadas nos CID C, J, F, H, K, M e S.

Tais grupos diagnósticos representam 45,47% dos afastamentos e 50,6% do número total de dias de afastamento.

As moléstias respiratórias e osteomusculares respondem por 10,75% e 11,32%, respectivamente, do número total de licenças; as patologias osteomusculares e psiquiátricas predominam em relação ao tempo de afastamento, representando 18,87% e 16,62%, respectivamente.

O número de servidores com licenças com período superior a 60 dias/ano, ainda que interpoladas totalizou 70 (setenta) servidores, perfazendo 10.076 dias de afastamento, com média de 143,94 dias/servidor deste grupo, sendo estes responsáveis por 54,22% dos dias perdidos no ano.

O total de 36 (trinta e seis) servidores, ou 51,43% do grupo, mantiveram-se afastados por patologias ósseas, musculares, articulares e por acidente (fraturas, entorses, etc) e 20 (28,57% do grupo) estiveram em licença médica por patologias psiquiátricas.

Os demais apresentaram neoplasias, patologias neurológicas, cardiovasculares, urológicas, dentre outros grupos diagnósticos.

Oito dentre eles foram aposentados e outros três aguardavam, em 31/12/2014, finalização dos processos de aposentadoria por invalidez.

Quanto às licenças inferiores a 15 dias, as limitações no sistema informatizado atual não possibilita a extração de tais dados. Mesmo em relação às licenças por períodos superiores a 60 dias, os dados foram levantados manualmente. Dessa forma, está sendo feita a adequação do sistema de registro de licenças médicas pela área de TI, de modo a possibilitar a elaboração de maior número de relatórios e otimizar os recursos já existentes.

JFSP

O grupo de maior incidência de dias de ausência ao trabalho ainda se mantém nas áreas de saúde mental, transtornos musculares, causas ortopédicas e neoplasias/cânceres. Estas enfermidades são as que demandam maior tempo de afastamento para os tratamentos.

JFMS

Os afastamentos no exercício de 2014 foram motivados por CID M, Z, F, N, J, H e K, os quais, somados aos não informados, representam 76,48% dos afastamentos e 77,89 % do número total de dias perdidos no exercício de 2014.

Os CID M, F e Z respondem por 15,50%, 14,21% e 11,89%, respectivamente, do número total de licenças. As patologias psiquiátricas e osteomusculares não traumáticas deram causa a 61,47% (2.546 dias) dos dias perdidos por motivo de licenças médicas, representando 39,21% (1624 dias) e 22,26% (922 dias), respectivamente.

Desse total, 20 Servidores (7,66% dos pacientes) tiveram licenças médicas com prazo superior a 60 dias no ano, consecutivos ou não, perfazendo 97 requerimentos (25,06% dos requerimentos recebidos), somando 2.834 dias perdidos no exercício de 2014 (68,42% dos dias perdidos). Nesse grupo, os CID F e M predominaram (48,45% dos requerimentos de licença médica)

Todos os dados foram tabulados manualmente, considerando que até o presente momento não houve adequação, pela área de TI do TRF3R, do atual sistema de registro de licenças médicas, possibilitando a elaboração de maior número de relatórios e o aperfeiçoamento dos recursos já existentes, como, por exemplo, a possibilidade de lançamento do CID que motivou o afastamento.

Indicador 2	ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS
Descrição	Visa medir o percentual de dias de afastamento dos servidores ao trabalho, por motivo de acidente do trabalho ou por doenças ocupacionais, respectivamente, a fim de verificar a necessidade de implantação de programas de saúde preventivos
Fórmula de Cálculo / Escala	Total de dias de afastamento por doença ocupacional do quadro geral de servidores X 100/ total de dias úteis trabalhados por todos os servidores
Convenções	Não se aplica
Frequência Atualização	Anual
Origem dos dados	Relatórios gerenciais e prontuários médicos
Meta	Manter o percentual abaixo de 1%
Resultados esperados para o indicador	Espera-se um índice de afastamentos inferior a 1%. A análise qualitativa deverá possibilitar a identificação das causas comportamentais e ambientais que causam acidentes no trabalho e doenças ocupacionais, visando a elaboração de ações para redução desse percentual.
Notas Adicionais	Se possível, segmentar o indicador por grupos de doenças
Responsável Indicador	Área médica

UG	2013		2014	
	Acidentes de trabalho	Doenças ocupacionais	Acidentes de trabalho	Doenças ocupacionais
TRF3R	0,75	0,43	8,22	0
JFSP	0,26	0,43	0,10	0
JFMS	0	*	0,02	*

Nota:

* A ausência de profissional (ex.: médico do trabalho) que classifique a patologia como ocupacional, impossibilitou a identificação das doenças ocupacionais no órgão.

UG	2012			2013			2014		
	TRF3R	JFSP	JFMS	TRF3R	JFSP	JFMS	TRF3R	JFSP	JFMS
Acidentes de trajeto	11	8	0	9	03	0	11	5	0
Acidentes internos	4	2	0	2	06	1	6	13	1
Total	15	10	0	11	09	1	17	18	1

ANÁLISE CRÍTICA:

TRF3R:

Causas dos acidentes ocorridos em 2014, que geraram afastamento:

Acidentes internos: quedas de escada para guarda de processos (2); quedas no chão em pisos escorregadios (2); dor lombar relacionada à guarda de processos pesados em prateleiras altas (1); lesão em cotovelo por fechamento brusco da porta do elevador (1).

Acidentes de trajeto: alçadas-quedas, perda de equilíbrio- elevação ou buracos em calçadas (3); acidentes com motocicleta (2); subida e descida de ônibus (3); entrada e saída de trem- perna presa na porta e impacto com outro passageiro (2); dor em perna ao acelerar para atravessar a rua (1); curso de treinamento para agentes de segurança - estiramento em corrida (1).

JFSP:

Causas dos acidentes ocorridos em 2014: CID R: cefaleia (1); CID T: traumatismos múltiplos de causa externa (1); CID I: doenças do aparelho circulatório (1); CID M: doenças osteomusculares (1); CID S: traumatismos (14).

Do total de 18 casos de acidente de trabalho, 13 eventos ocorreram dentro do ambiente de trabalho e 05 durante o trajeto do servidor de seu domicílio até o trabalho (ou vice versa). A maioria apresenta características traumáticas leves, não relacionadas ao exercício do trabalho em si, mas sim ao deslocamento dentro do ambiente de trabalho. Não houve registro de doenças ocupacionais entre estes afastamentos.

JFMS:

Só foi localizado um afastamento por motivo de acidente de trabalho, que contabilizou 25 dias no exercício de 2014.

Indicador 3	ROTATIVIDADE (TURNOVER)
Descrição	Visa demonstrar o fluxo de admissões e desligamentos por exoneração, vacância e aposentadoria voluntária, a fim de possibilitar a avaliação da capacidade institucional de reposição e retenção de talentos.
Fórmula de Cálculo / Escala	$(\text{Total de ingressos} + \text{total de desligamentos}/2) / \text{Total de servidores do quadro no período anterior} \times 100$
Convenções	- Total de desligamentos: vacâncias, exonerações e aposentadorias voluntárias. - Total de servidores do quadro no período anterior: total de servidores efetivos no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
Frequência Atualização	Anual
Origem dos dados	Relatórios gerenciais (desligamentos por tipo, data desligamento, data ingresso, dias de afastamento licenças médicas, faltas, grau de escolaridade (acima do exigido para o cargo), carga horária de capacitação, questionários padronizados de desligamento servidor/gestor 2013 – formulários de exoneração/vacância, atos de aposentadoria, e os relatórios gerenciais. 2014 – relatórios gerenciais e questionários de desligamento
Meta	Manter o percentual de rotatividade abaixo de 3%. Avaliar as perdas de talentos e aumentar a retenção de conhecimento no quadro de pessoal
Resultados esperados para o indicador	Espera-se um índice de rotatividade de até 3%, demonstrando a capacidade do órgão de realizar a reposição do capital humano em tempo adequado para atender suas necessidades, entretanto, a análise qualitativa deverá possibilitar uma visão do perfil dos servidores que estão saindo do quadro de pessoal e suas motivações, possibilitando à Administração identificar e quantificar as perdas de talentos, a fim de desenvolver soluções para maior retenção desses servidores.
Notas Adicionais	Não se aplica
Responsável Indicador	Área de gestão de pessoas

UG	2012	2013	2014
TRF3R	1,13	1,46	4,79
JFSP	3,46	3,11	4,14
JFMS	2,77	1,41	5,08

ANÁLISE CRÍTICA**TRF3R:**

Em 2014 a taxa de rotatividade foi de 4,79%. Esse acréscimo em relação ao exercício de 2013 se deve à abertura de concurso público,

que aumentou em 1.080% o número de exercícios (de 10 para 118), enquanto o número de desligamentos passou de 41, em 2013, para 51, em 2014 (acréscimo pouco maior que 24%).

Para análise qualitativa das vacâncias, foi iniciada a pesquisa de desligamento em mai/2014, cujos resultados são sintetizados a seguir:

SERVIDORES DESLIGADOS NO PERÍODO DE 01/01 A 31/12/2014		
Período	Quantitativo	Observações
Até 30/04/2014:	18	Nesse período os desligamento ainda não eram acompanhados.
De 01/05 a 31/12/2014:	41	Pesquisa de Desligamento implementada no TRF3R, possibilitando a identificação dos tipos de desligamentos: falecimento (1), invalidez (7), técnicos aprovados em concurso para analista (8); voluntário (24)
Total:	59	
DESLIGAMENTOS VOLUNTÁRIOS DE 01/05 A 31/12/2014:		
Período	Quantitativo	Observações
Total de respondentes:	14	58,33% dos afastados voluntariamente
Não respondentes:	10	41,67% dos afastados voluntariamente
Total	24	

FATORES	MÉDIA	CORRELAÇÃO APROXIMADA COM OS CRITÉRIOS CONSTANTES NO FORMULÁRIO*
Possibilidade de crescimento profissional	2	Pouco satisfeito/Regular
Sensação de reconhecimento pelo trabalho realizado	2,71	Pouco satisfeito/Regular
Grau de satisfação com a qualidade das atividades realizadas	3,36	Satisfeito/Bom
Grau de satisfação com a quantidade das atividades realizadas	3,21	Satisfeito/Bom
Clima organizacional (sensação de bem-estar no trabalho)	2,93	Pouco satisfeito/Regular
Relacionamento com os colegas de trabalho	4	Satisfeito/Bom
Relacionamento com gestores	3,14	Satisfeito/Bom
Comunicação dentro da Instituição	2,86	Pouco satisfeito/Regular
Sensação de envolvimento com a missão da Instituição	3,29	Satisfeito/Bom
Remuneração	2,43	Pouco satisfeito/Regular
Pacote de benefícios oferecidos pela Instituição	2,29	Pouco satisfeito/Regular
Qualidade das instalações físicas	3,71	Satisfeito/Bom
Segurança no trabalho	3,43	Satisfeito/Bom
Atendimento prestado pela área de Gestão de Pessoas	4	Satisfeito/Bom

FATORES	MÉDIA	CORRELAÇÃO APROXIMADA COM OS CRITÉRIOS CONSTANTES NO FORMULÁRIO*
Atendimento prestado pela área de Saúde (Divisão Médica)	3,86	Satisfeito/Bom
Atendimento prestado pela área Administrativa	3,64	Satisfeito/Bom
Atendimento prestado pela área de Informática	3,5	Satisfeito/Bom
Qualidade de cursos e eventos oferecidos	2,43	Pouco satisfeito/Regular
Quantidade de cursos e eventos oferecidos	2,5	Pouco satisfeito/Regular
Média total	3,12	Satisfeito/Bom

Nota:

* 5 - Muito satisfeito/muito bom, 3 - Satisfeito/Bom, 1 - Pouco satisfeito/ Regular

Os dados obtidos até o momento, e ainda incipientes, demonstram a seguinte tendência:

Pontos fortes: há satisfação com as atividades desempenhadas; há satisfação com os relacionamentos profissionais; os servidores sentem-se comprometidos com a missão institucional; há satisfação com a qualidade das instalações e com a segurança no trabalho; há satisfação pelo atendimento prestado pelas áreas.

Pontos a serem melhorados: os servidores não sentem muitas possibilidades de desenvolvimento e crescimento na carreira, nem tampouco reconhecimento pelo seu trabalho, o que acaba por afetar o clima organizacional; a remuneração e os benefícios oferecidos não são considerados atraentes; a comunicação dentro da instituição é considerada deficitária; os servidores sentem que precisam de mais cursos e que esses sejam de melhor qualidade.

Em continuidade à análise qualitativa, e tendo em vista as peculiaridades das formas de ingresso e desligamento do TRF3R, foi realizado, no exercício de 2014, amplo estudo da rotatividade — considerando-se todas as modalidades possíveis de provimento e vacância de cargos, desde 2008, ano dos ingressos provenientes do Concurso Público realizado em 2007, até o ano de 2014, quando ingressaram os candidatos do Concurso mais recente — visando traçar um cenário de contingenciamento da sazonalidade provocada pela abertura de vagas e seu impacto sobre a taxa de rotatividade no órgão. Nos casos de provimento, foram considerados o concurso público, redistribuição, readaptação e reversão de aposentadoria. Nos desligamentos, foram considerados a posse em outro cargo inacumulável, exoneração, aposentadorias voluntária e por invalidez, redistribuição, demissão e falecimento (Fonte: Processo SEI nº 0012043-43.2013.4.03.8000, planilha de rotatividade TRF_2008/2014, DOC SEI 0882459).

Os dados percentuais, com relação ao total de ingressos e desligamentos, estão demonstrados a seguir:

PROVIMENTO

Ano	Concurso Público	Reversão	Readaptação	Redistribuição
2008	59%	-	-	41%
2009	92%	4%	-	4%
2010	67%	2%	-	31%
2011	96%	-	2%	2%
2012	75%	4%	-	21%

Ano	Concurso Público	Reversão	Readaptação	Redistribuição
2013	34%	3%	-	63%
2014	89%	-	-	11%

VACÂNCIA

Ano	Aposentadoria	Posse em outro cargo	Demissão	Exoneração	Falecimento	Redistribuição
2008	9%	7%	-	2%	1%	81%
2009	36%	35%	-	6%	8%	15%
2010	45%	18%	2%	9%	-	26%
2011	44%	31%	-	10%	-	15%
2012	47%	27%	-	12%	4%	10%
2013	38%	13%	-	12%	5%	32%
2014	50%	27%	-	4%	1%	18%

Como se observa, a redistribuição aparece como importante fonte de rotatividade de pessoal, muitas vezes maior do que os demais fatores, pelo que se conclui que deva ser considerada para fins demonstração do fluxo de pessoal do órgão.

Por outro lado, o acompanhamento dos índices relacionados aos demais fatores (readaptação funcional, reversão de aposentadoria, demissão, falecimento e aposentadoria por invalidez), podem fornecer subsídios relevantes para nortear as atividades de qualidade de vida e acompanhamento funcional, visto que qualquer elevação significativa desses índices traz dados qualitativos muito importantes sobre a rotatividade de pessoal no órgão.

Por fim, fica claro que o índice de rotatividade é diretamente impactado no período seguinte à abertura de concurso público, diminuindo progressivamente na medida em que as vagas vão sendo preenchidas.

JFSP:

Em 2014, até o mês de outubro, foram entrevistados 47 servidores solicitantes de aposentadoria voluntária, por idade, exoneração e vacância. Desses, 40 entrevistados solicitaram aposentadoria de forma voluntária para praticarem diversas atividades, como, passear, viajar, descansar, estudar, estudar música, cuidar da saúde, atuar como voluntários em trabalhos sociais, fazer artesanato, caminhadas, ginástica e até mesmo continuar a trabalhar em outra atividade. Em nenhum momento, mencionaram insatisfação com o Órgão como motivo dos desligamentos.

Quanto aos demais 7 entrevistados, 5 solicitaram exoneração a pedido, por terem vislumbrado outra oportunidade de trabalho, e uma servidora retornou a sua residência em outro Estado. Um servidor solicitou vacância por ter tomado posse em outro cargo (outra oportunidade de trabalho).

Cabe observar que não foi possível a realização de todas as entrevistas, na sua grande maioria as de vacância, devido ao déficit de servidores no Setor de Psicologia Organizacional, que até meados de setembro, funcionou apenas com 1 (uma) psicóloga para as atividades de processo seletivo, entrevistas de acompanhamento funcional e gerencial, relatórios de alteração de lotação por motivo de saúde, com prejuízo à respectiva análise qualitativa.

Tem-se como ideal efetuar as reposições na ocasião das vacâncias dos respectivos cargos. Todavia, muitas vezes não é possível proceder com tanta eficácia, devido aos trâmites legais para elaboração de concurso, prazos de posse e exercício. Para atingimento da meta, a JFSP vem trabalhando visando diminuir ao máximo o período em que os cargos ficam livres.

(Fonte dos dados: Relatórios do sistema cachê/mumps do aplicativo de RECURSOS HUMANOS: RERC (Ativos Requisitados e Comissionados c/Lotação, Órgão de Origem, Cargo e Função); REPV (Serv. Sit. 3-Estatutários, 4-Requisitados, 8-Comissionados e 11-Aposentados com Forma de Provimento: 11-REDISTRIBUIÇÃO); REEV (Ativos c/Data de Exercício entre 01/01/2014 e 31/12/2014); REIU (Servidores Desligados na situação 3-Estatutários, por Cargo Período Desligamento entre: 01/01/2014 e 31/12/2014), extração em 12/01/2015).

JFMS:

A JFMS atingiu o percentual de 5,08% de rotatividade no exercício de 2014, acima, portanto, da meta de 3% para o indicador. Isso ocorreu devido ao grande número de cargos vagos, acumulados desde 2012, não preenchidos pela ausência de concurso público vigente e pela impossibilidade de aproveitamento de candidatos de concursos de outros órgãos, até a conclusão do concurso da JF3R.

Em relação ao concurso da JF3R, as convocações para exames admissionais iniciaram-se somente em julho/2014, e as nomeações, em outubro/2014. Não obstante a dificuldade encontrada para a reposição dos cargos vagos, denota-se, da análise do indicador, a capacidade relativa da organização em reter os servidores no quadro. Nesse aspecto, a JFMS tem investido na retenção de servidores, com oferecimento de cursos de capacitação e bolsas de estudos.

Ainda não foi possível, em 2014, a aplicação de questionários de desligamento para melhor elucidação dos motivos que levam à saída voluntária de servidores do quadro, propiciando a realização de estudos e a proposição de ações que visem garantir a manutenção de servidores experientes e capacitados no quadro de pessoal. No entanto, verifica-se que se trataram de 4 aposentadorias voluntárias, por tempo de contribuição, com integralidade da remuneração nos proventos, e 5 desligamentos provocados por exonerações e vacâncias, por posse em outros cargos inacumuláveis. Isso demonstra que servidores do quadro continuam buscando novas carreiras públicas. Os questionários passarão a ser aplicados a partir do exercício de 2015, conforme modelo padronizado na JF3R.

Indicador 4	APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
Descrição	Visa a identificação do percentual de aposentadorias por invalidez no total de aposentadorias do quadro de pessoal, bem como dos percentuais por grupo de doenças, permitindo à Administração elaborar ações preventivas.
Fórmula de Cálculo / Escala	Taxa de aposentadoria por invalidez = Total de aposentadorias por invalidez x 100/ Total de aposentadorias
Convenções	As informações constantes dos relatórios não deverão permitir a associação direta dos servidores aposentados e os diagnósticos considerados para obtenção dos valores.
Frequência Atualização	Anual
Origem dos dados	Atos de aposentadoria, prontuários médicos (verificar nexos causal/doença laboral), relatórios de acompanhamento funcional, relatórios gerenciais (desligamentos por aposentadoria, data de exercício, histórico de lotações, afastamentos por licença médica, faltas, etc.)
Meta	Manter o percentual em 23%.
Resultados esperados para o indicador	A análise qualitativa deverá possibilitar a identificação das principais causas de aposentadoria por invalidez na instituição e a elaboração de ações para redução desse percentual.
Notas Adicionais	2013 – Levantamento apenas por relatórios gerenciais, sem definição dos grupos de doenças. 2014 – Implantação total.
Responsável Indicador	Área de gestão de pessoas, com subsídios da área médica.

UG	2013	2014
TRF3R	34,48*	23,68
JFSP	16	13,3
JFMS	50	0

Nota: Resultado retificado por incorreção. Na mensuração do indicador no exercício de 2013 foram consideradas 10 aposentadorias por invalidez e 30 aposentadorias (total), quando o correto seria o número total de 29 aposentadorias. O índice, portanto, resulta em 34,48% para o exercício de 2013, e não 33,3%, como constou do Relatório de Gestão daquele exercício.

ANÁLISE CRÍTICA:

TRF3R:

Principais causas de aposentadorias por invalidez na UG:

2014: Agravos relacionados à saúde mental- 4 (44,44% dos casos); Patologias de cunho osteomuscular- 2 (22,22% dos casos); Outras categorias diagnósticas- 2 (22,22% dos casos); Neoplasias malignas – 1 (11,11% dos casos);

Para apenas dois casos, a junta médica propôs a concessão de proventos integrais, por doenças enquadradas no artigo 186 da Lei nº 8.112/1990.

2013: Agravos relacionados à saúde mental- 5 (50,00% dos casos); Neoplasias malignas- 4 (40,00%); Outras categorias diagnósticas- 1

(10,00 % dos casos)

2012: Neoplasias malignas – 1 (50,00% dos casos); Outras categorias diagnósticas- 1 (50,00% dos casos)

Total de aposentadorias de 2012 a 2014 - 90

Total de aposentadorias por invalidez de 2012 a 2014 - 21

Índice de aposentadorias por invalidez/total de aposentadorias - 2012 a 2014 - 23,33%

- Agravos relacionados à saúde mental – 9 - 42,86%

- Neoplasias malignas - 6 - 28,57%

- Patologias de cunho osteomuscular – 2 - 9,52%

- Outras categorias diagnósticas – 4 - 19,05%

Nos cinco últimos exercícios verifica-se a redução progressiva das patologias de cunho osteomuscular, tendo em vista iniciativas em saúde ocupacional, tais como intervenções por médico do trabalho; orientações ergonômicas por fisioterapeuta; ginástica laboral e exercícios terapêuticos para determinados grupos osteomusculares.

As atividades acima foram suspensas no exercício de 2014, face ao término de vigência do contrato de prestação de serviços de saúde ocupacional, em 21/6/2014. Não se procedeu a nova licitação tendo em vista a indisponibilidade orçamentária.

Há, na UG, acompanhamento e intervenções por equipe psicossocial, não obstante, a incidência de agravos à saúde mental ainda é causa importante de absenteísmo prolongado, motivando aposentadoria por invalidez nos casos não passíveis de melhora.

Quanto às neoplasias, há campanhas para diagnóstico e tratamento precoce, no entanto, os casos que evoluíram para aposentadoria referem-se a pacientes em tratamento especializado por longo período, sem resposta adequada.

JFSP:

Aposentadorias por tipo, no exercício de 2014 (Total de aposentadorias: 60): Voluntárias por tempo de contribuição (47); Invalidez Permanente Proventos Proporcional (6); Invalidez Permanente Proventos Integrais (2); Voluntária por Idade (2); Voluntária Compulsória (3).

Os casos de aposentadoria por invalidez (8) não guardam relação com doença ocupacional ou são derivados dela.

JFMS:

Não houve aposentadoria por invalidez na JFMS no exercício de 2014.

Indicador 5	JORNADA DE TRABALHO
Descrição	Visa a identificação da jornada real de trabalho dos servidores para atendimento das demandas de trabalho, mediante a aferição da taxa de sobrejornada, por área de atuação, bem como a percepção de gestores e servidores quanto à adequação da jornada ordinária de trabalho.
Fórmula de Cálculo / Escala	Total de horas realizadas em sobrejornada por servidor X total de servidores que realizaram sobrejornada X 100/ Total de dias úteis X 8 horas X total de servidores do quadro.
Convenções	Não se aplica
Frequência Atualização	Anual
Origem dos dados	Processos de autorização serviço extraordinário, relatórios de pagamento de horas extras, diagnóstico organizacional
Meta	Dependerá dos resultados obtidos após mensuração do indicador por três exercícios.
Resultados esperados para o indicador	O indicador deverá possibilitar o entendimento do contexto organizacional no que se refere à relação jornada de trabalho e atendimento à demanda de trabalho, subsidiando a elaboração de ações para minimizar os efeitos da sobrejornada, principalmente na saúde e qualidade de vida dos servidores.
Notas Adicionais	2013 – Apenas informações quantitativas obtidas por relatórios.
Responsável Indicador	Áreas de gestão de pessoas.

UG	2013	2014
TRF3R	36,90	29,47
JFSP	Não houve mensuração	Não houve mensuração
JFMS	7,82	3,3%

ANÁLISE CRÍTICA:

TRF3R:

Dados considerados: quadro de pessoal da UG em dez/2014 (1.892); dias úteis de trabalho em 2014 (239); total de horas trabalhadas em sobrejornada (37.805); total de horas trabalhadas em sobrejornada fora do recesso (10.864); total de servidores que trabalharam em sobrejornada fora do recesso (403); e total de servidores que trabalharam no período do recesso (1.285).

O total de 10.864 horas realizadas em sobrejornada, fora do período do recesso, corresponde a 28,73% das horas trabalhadas em regime extraordinário. Foram realizadas por 21,30% do quadro de pessoal, equivalente a 403 servidores, que trabalharam em média 26 horas extras;

Por outro lado, 26.941 horas extras foram realizadas durante o período de recesso, por 1285 servidores, resultando na média de 20,96 horas de trabalho por servidor nesse período.

Em termos globais, a realização de horas extras no TRF3R não extrapola os limites legais. Quando extrapolam, são justificadas pelos respectivos gestores ante a necessidade do serviço e cumprimento de metas. Entretanto, há áreas mais demandadas para o trabalho em regime de sobrejornada, como as áreas de manutenção, engenharia, suporte de TI e orçamento e finanças, esta última, à época do encerramento do exercício, situação que demanda análise pontual. Comparando as taxas dos dois últimos exercícios, há uma redução no índice de sobrejornada, sendo possível concluir que esse indicador possui uma polaridade negativa, ou seja, quanto menor, melhor.

Ainda, os relatórios de serviço extraordinário gerados pela área de folha de pagamento possibilitam a identificação das áreas que mais realizam horas em sobrejornada (total: 9.737,59, detalhamento por setor/quantidade de horas extras pagas): Gabinetes (2.700,66); Vice-Presidência

(2.032,75); Subsecretarias de Seção (90); ASAG (382,92); Subsecretarias de Turma (224); TI, Engenharia e Manutenção (2.005,17), RINV (1.612,50), Outros (689,59).

Para o exercício de 2015 está previsto o levantamento de informações qualitativas, após a implantação de sistema informatizado para controle de frequência dos servidores, em estudo pelo Grupo de Trabalho constituído pela PORT DIRG nº 10.351/2014, o qual deverá possibilitar o entendimento do contexto organizacional no que se refere à relação jornada de trabalho e atendimento à demanda, subsidiando a elaboração de ações para minimizar os efeitos da sobrejornada, principalmente na saúde e qualidade de vida dos servidores.

JFSP:

Em relação à fórmula do indicador, entende-se que os resultados apurados podem refletir parte de uma realidade e não uma verdade absoluta, pois existem áreas que não solicitam o pagamento de horas extras e contam com servidores além do horário de expediente. No que tange aos resultados do exercício de 2014, não foi possível a mensuração do indicador, posto que dependente da integração do sistema E-GP, utilizado no TRF3R.

Atualmente, a Área de Gestão de Pessoas da SJSP dispõe de relatórios de controle, extraídos por unidade de lotação, servidor e período de recesso forense (não por exercício). Os demais dados precisariam ser apurados manualmente, o que se mostra inviável.

Nesse cenário, houve possibilidade de cômputo dos dados abaixo, considerando o quadro de pessoal da UG em dezembro/2014 (4.298) e o número de dias úteis de trabalho em 2014 (239):

Total de horas trabalhadas em sobrejornada fora do recesso: 2.198,21 e Total de servidores que trabalharam em sobrejornada fora do recesso: 35 (horas extras realizadas por 0,8 % do quadro de pessoal, equivalente a 35 servidores, que trabalharam em média 62,81 horas extras);

Ainda, os relatórios de serviço extraordinário gerados pelo Núcleo de Folha de Pagamento possibilitaram a identificação das áreas que mais realizam horas em sobrejornada (total: 2.198,21), detalhadas por setor/quantidade de horas extras pagas: Subsecretaria de Gestão de Pessoas (1.972,04); Núcleo de Arquivo e Depósito Judicial (79,00); Subsecretaria de Serviços Gerais (26,00); Núcleo de Comunicações Protocolo e Serv. Administrativos (50,00); Núcleo de Segurança e Transporte (8,67); Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços (11,5) e Núcleo de Material e Patrimônio (26,00).

Em termos globais, a realização de horas extras na JFSP não extrapola os limites legais. Há áreas mais demandadas para o trabalho em regime de sobrejornada, como a área de Gestão de Pessoas e Administração Predial, sendo que não houve execução de serviço extraordinário fora do recesso pela área fim por falta de disponibilidade orçamentária.

JFMS:

Dados considerados: quadro de pessoal da UG em dez/2014 (318); dias úteis de trabalho em 2014 (322); total de horas trabalhadas em sobrejornada (864); total de horas trabalhadas em sobrejornada fora do recesso (150); total de servidores que trabalharam em sobrejornada fora do recesso (4); e total de servidores que trabalharam no período do recesso (48).

Em 2014 o total de horas trabalhadas em regime de sobrejornada pelo quadro de pessoal da JFMS foi equivalente a 3,3% do total de horas de trabalho previsto para o ano, sendo que: dentre as 864 horas trabalhadas em sobrejornada, 150 foram realizadas fora do período de recesso do judiciário, representando 1,7% das horas trabalhadas em regime extraordinário; as 864 horas foram realizadas por 16% do quadro de pessoal, o

equivalente a 52 servidores, que trabalharam em média 33,9 horas extras; 714 horas extras foram realizadas durante o período de recesso, por 48 servidores, resultando em uma média de 14h30m de trabalho por servidor nesse período.

Em termos globais, a realização de horas extras na JFMS não extrapola os limites legais. Entretanto, há áreas mais demandadas para o trabalho em regime de sobrejornada, como, dentre outras áreas administrativas, as áreas de orçamento e finanças, folha de pagamento, pessoal, compras e licitações, segurança e transporte, em decorrência da impossibilidade de regime de escala, devido ao reduzido quadro de servidores.

Registre-se que, ao longo do exercício de 2014 houve solicitações de autorização para realização de serviços extraordinários remunerados, no entanto, não atendidas devido à limitação orçamentária.

Indicador 6	DISCIPLINA
Descrição	Visa identificar a taxa de sindicâncias entre os servidores do quadro de pessoal e apontar os assuntos de maior incidência.
Fórmula de Cálculo / Escala	- taxa de sindicância = total de sindicâncias abertas X 100/ total de servidores do quadro de pessoal - taxa de incidência por assunto = total de sindicâncias sobre o assunto X 100/total de sindicâncias
Convenções	Não se aplica
Frequência Atualização	Anual
Origem dos dados	Processos de sindicância
Meta	*
Resultados esperados para o indicador	O indicador deverá permitir identificar os núcleos de maior incidência de processos de sindicância, a fim de subsidiar possível elaboração de ações preventivas que diminuam as ocorrências. A taxa de sindicâncias desejada é a mais próxima de zero.
Notas Adicionais	Não se aplica
Responsável Indicador	Comissão de sindicância

Nota: * No TRF3R verifica-se que 50% das ocorrências registradas referem-se à conduta funcional de servidor; 25% à incidente com viatura oficial, envolvendo agentes de segurança, e duas ocorrências à uso indevido de *email* funcional e *login*, correspondendo, cada qual das duas últimas, à taxa de 12,5%.

Na JFSP, todas as ocorrências referem-se à conduta funcional de servidor, com faltas relacionadas ao desempenho da função e ausência de urbanidade.

Na JFMS foram registradas 04 ocorrências, relativamente à conduta funcional, sendo que apenas uma delas ainda se encontra em tramitação.

Sendo assim, a fixação de meta para redução da ocorrência de incidentes disciplinares dependerá de ações concretas pelas áreas responsáveis. Para tal finalidade, a Comissão Permanente de Sindicância do TRF3R encaminhou propostas à Secretaria de Gestão de Pessoas (Ofício nº 0907341) e à Secretaria de Segurança Institucional do TRF3R (Ofício nº 0907424), no seguinte sentido:

À Secretaria de Gestão de Pessoas: elaboração e distribuição, valendo-se de todos os meios de disponibilização, de material com conteúdo destinado à orientação do servidor, quanto à necessidade de observação das normas e regulamentos, bem assim dos direitos e deveres no âmbito da administração. Indica-se a obrigatoriedade de participação em palestras e também a adoção do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a exemplo do que já ocorre no âmbito de outros órgãos da administração federal, de modo que haja redução na instauração de procedimentos disciplinares, com impacto direto na redução dos custos e também do tempo despendidos com a tramitação desses expedientes, sem contar os inúmeros benefícios para os próprios servidores, em função de seu caráter educativo.

À Secretaria de Segurança Institucional: Promoção da participação da Secretaria de Segurança Institucional na elaboração do edital de concurso; abertura de novas vagas, à vista da defasagem do quadro; realização de curso de formação para os novos agentes, ministrado por instrutores da própria secretaria de segurança; obrigatoriedade de que todos os novos agentes passem por treinamento oferecido pela Secretaria de Segurança; obrigatoriedade de participação em curso de integração; obrigatoriedade de participação em palestras, com ministração sobre direitos e deveres, com foco também na legislação pertinente; realização periódica de palestras motivacionais; reciclagem periódica dos agentes (direção defensiva e defesa pessoal); aquisição de aparelhos ou elaboração de convênio com academias para possibilitar melhora no condicionamento físico dos agentes de segurança, visando aprimorar o desempenho funcional, com contribuição efetiva para sua saúde física e mental, e desenvolvimento de políticas de valorização do servidor, de modo geral.

Com essas considerações, tem-se que somente a partir da implementação de ações concretas, será possível estabelecer uma meta para a redução dos incidentes relatados.

UG	2013	2014
TRF3R	0,59	0,43
JFSP	0,35	0,23
JFMS	0,65	1,25

TRF3R

Total de Sindicâncias / PA / Expedientes	Assunto	Taxa de incidência por assunto
SA – 01 e EA 03	Conduta Funcional	50%
Exp - 02	Colisão/Incidente com viatura oficial	25%
Exp - 01	Uso indevido de <i>email</i> funcional	12,5%
Exp - 01	Uso indevido de <i>login</i> - SIAPRO	12,5%

JFSP

Total de Sindicâncias / PA / Expedientes	Assunto	Taxa de incidência por assunto
1	Acumulo de cargo	10%
1	Extravio de autos	10%
2	Falta injustificada/abandono ao serviço	20%
3	Insubordinação e falta de urbanidade	30%
1	Atrasos reiterados em pagamentos de faturas de energia elétrica e serviços de água e esgoto	10%
1	Apurar conduta que configura ilícito penal administrativo	10%
1	Violação ao art.117, X da Lei 8.112 – atuação de servidor como sócio-gerente de empresa privada	10%

JFMS

Total de Sindicâncias / PA / Expedientes	Assunto	Taxa de incidência por assunto
SA - 1	Apurar possíveis irregularidades na fiscalização e na gestão de contrato administrativo de obras	25%
SA - 2	Apurar conduta de servidores	50%
SA - 1	Apurar faltas injustificadas/abandono ao serviço	25%

ANÁLISE CRÍTICA:

TRF3R:

Verifica-se que 50% das ocorrências registradas referem-se à conduta funcional de servidor; 25% à incidente com viatura oficial, envolvendo agentes de segurança, e duas ocorrências à uso indevido de email funcional e login, correspondendo, cada qual das duas últimas, à taxa de 12,5%.

JFSP:

O indicador apresenta falhas, ao tentar estabelecer as incidências mais comuns em sindicâncias, pelas seguintes razões:

1. Sindicâncias instauradas não significam que o comportamento indicado tenha de fato ocorrido, pois muitas vezes a conclusão é de inexistência do fato e consequente absolvição.
2. As sindicâncias instauradas pelos Juízes Federais Diretores do Foro de Subseções Judiciárias nos termos do art. 1º, I, da PORT DF/SJSP nº03/2010 não são computadas na mensuração do indicador.

JFMS:

Das 04 sindicâncias instauradas, 02 foram arquivadas, 01 está em processamento e 01 foi concluída, com aplicação de penalidade de advertência ao servidor sindicado e desconto de faltas injustificadas.

ANEXO XXXI

QUADRO A.7.2.1 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

TRF3R

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO													
UG/Gestão: 090029/00001							CNPJ: 59.949.362/0001-76						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04.011.10.2011	60.924.040/0001-51	01/04/2011	13/01/2016	-	63	-	106	-	-	P
2011	V	O	04.015.10.2011	47.190.129/0001-73	30/06/2011	30/06/2015	48	38	-	-	-	-	P

Fonte: (SADI e SSEG)

JFSP

Unidade Contratante													
Nome: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO													
UG/Gestão: 090017/00001							CNPJ: 05.445.105/0001-78						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04.498.10.11	78.533.312/0001-58	01/08/2011	31/07/2015	-	-	-	-	-	-	P
2011	L	O	04.499.10.11	00.482.840/0001-38	01/08/2011	31/07/2015	-	-	-	-	-	-	P
2011	L	O	04.500.10.11	00.482.840/0001-38	01/08/2011	31/07/2015	-	-	-	-	-	-	P
2011	L	O	04.501.10.11	00.482.840/0001-38	01/08/2011	31/07/2015	-	-	-	-	-	-	P
2011	L	O	04.502.10.11	07.842.476/0001-19	01/08/2011	31/07/2015	-	-	-	-	-	-	P
2011	L	O	04.503.10.11	00.482.840/0001-38	01/08/2011	31/07/2015	-	-	-	-	-	-	P

2012	V	O	04.541.10.12	66.700.295/0001-17	30/07/2012	14/10/2014	71	71	-	-	-	-	E
2010	V	O	04.478.10.10	05.457.677/0001-77	01/09/2010	29/04/2014	81	73	-	-	-	-	E
2010	V	O	04.474.10.10	05.457.677/0001-77	02/08/2010	29/04/2014	88	90	-	-	-	-	E
2010	V	O	04.479.10.10	07.447.264/0001-37	15/09/2010	14/12/2014	69	61	-	-	-	-	E
2010	V	O	04.542.10.12	66.700.295/0001-17	30/07/2012	12/02/2015	156	157	-	-	-	-	P
2014	V	O	04.612.10.14	07.447.264/0001-37	15/12/2014	15/12/2015	52	60	-	-	-	-	A
2014	V	O	04.610.10.14	66.700.295/0001-17	15/10/2014	15/12/2015	69	69	-	-	-	-	A
2014	V	O	04.600.10.14	05.457.677/0001-77	30/04/2014	30/04/2015	71	70	-	-	-	-	A
2014	V	O	04.601.10.14	05.457.677/0001-77	30/04/2014	30/04/2015	87	87	-	-	-	-	A

Observações:

1) Para os contratos 04.498.10.11 (319 postos), 04.499.10.11 (69 postos), 04.500.10.11 (101 postos), 04.501.10.11 (68 postos), 04.502.10.11 (52 postos) e 04.503.10.11 (34 postos) não houve definição do nível de escolaridade ou de eventual qualificação a serem exigidos dos colaboradores.

2) Em todos os contratos de Vigilância Ostensiva é exigido cursos de formação de vigilantes, especialização e reciclagem, expedidos por instituição habilitada, reconhecida e homologados pelo Departamento de Polícia Federal.

(Fonte: Núcleo de Serviços Administrativos/JFSP, Núcleo de Segurança e Transportes/JFSP, Processos SEI nº 0002360-82.2013.4.03.8001, 0002432-69.2013.4.03.8001, 0002554.82.2013.4.03.8001, 0002558-22.2013.4.03.8001, 0002861-36.2013.4.03.8001 e 0002825-91.4.03.8001)

JFMS

Unidade Contratante													
Nome: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL													
UG/Gestão: 090015/00001					CNPJ: 05.442.922/0001-00								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	04.003.10.2013	09.016.469/0001-93	25/03/2013	25/03/2015	-	-	16	16	-	-	A
2012	V	O	04.011.10.2012	04.923.655/0001-92	02/05/2012	01/05/2014	-	-	26	26	-	-	E
2012	V	O	04.012.10.2012	04.923.655/0001-92	01/06/2012	31/05/2015	-	-	14	14	-	-	A
2012	V	O	04.017.10.2012	04.923.655/0001-92	23/08/2012	23/08/2016	-	-	9	9	-	-	A
2012	V	O	04.018.10.2012	10.398.803/0001-08	23/08/2012	23/08/2016	-	-	31	31	-	-	A
2012	L	O	04.003.10.2012	10.692.767/0001-82	09/02/2012	08/02/2014	-	-	5	5	-	-	E
2009	V	O	04.019.10.2009	08.112.812/0001-30	16/11/2009	15/11/2015	-	-	24	24	-	-	P
2009	L	O	07.021.10.2009	10.720.602/0001-77	26/11/2009	26/11/2015	-	-	3	3	-	-	P
2009	L	O	07.020.10.2009	09.016.469/0001-93	26/11/2009	26/11/2015	-	-	47	47	-	-	P

ANEXO XXXII

QUADRO A.7.2.2 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

LEGENDA	
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

TRF3R

Unidade Contratante													
Nome: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO													
UG/Gestão: 090029/00001							CNPJ: 59.949.362/0001-76						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	04.023.10.2013	00.482.840/0001-38	02/12/2013	01/06/2016	-	4	-	56	-	4	A
2013	4	O	04.022.10.2013	13.206.234/0001-88	02/12/2013	01/06/2016	-	29	-	16	-	-	A
2011	6	O	07.004.10.2011	05.373.051/0001-82	03/10/2011	03/09/2016	-	-	13	15	-	-	A
2012	9	O	04.011.10.2012	15.108.349/0001-19	23/05/2012	22/05/2017	33	11	10	28	1	5	P
2011	12	O	04.009.10.2011	62.082.821./0001-71	03/03/2011	02/03/2016	1	1	3	3	-	-	P
2013	12	O	06.003.10.2013	53.020.152/0001-12	12/03/2013	11/03/2018	-	-	1	1	-	-	A
2011	3	O	04.010.10.2011	78.583.721/0001-69	01/03/2011	28/02/2015	-	-	-	-	3	3	P
2012	3	O	08.002.10.2012	58.069.360/0001-20	05/09/2012	04/09/2015	-	-	-	-	1	1	P
2009	12	O	04.009.10.2009	01.227.113/0001-97	2009	2014	-	-	-	-	5	5	E
Observações:													
Para efeitos de definição de critério de contrato com locação de mão de obra, foram considerados os contratos sujeitos à retenção de provisões de encargos da conta													

vinculada.

(Fonte: SADI, SETI e UBAS/SEGE)

JFSP

Unidade Contratante													
Nome: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO													
UG/Gestão: 090017/00001							CNPJ: 05.445.105/0001-78						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	4,5,12	O	04.594.10.14	09.445.502/0001-09	05/05/2014	04/04/2015	133	133	51	46	0	0	A
2014	4,5,12	O	04.597.10.14	78.533.312/0001-58	22/04/2014	04/04/2015	56	56	59	51	0	0	A
2014	4,5,12	O	04.598.10.14	78.533.312/0001-58	21/05/2014	04/04/2015	63	63	58	54	0	0	A
2012	4,5,12	O	04.531.10.12	05.576.482/0001-46	21/05/2012	20/05/2014	-	-	8*	5	-	-	E
2012	4,5,12	O	04.532.10.12	05.576.482/0001-46	21/05/2012	20/05/2014	-	-	4	2	-	-	E
2012	4,5,12	O	04.528.10.12	05.969.071/0001-10	21/05/2012	20/05/2014	-	-	10	6	-	-	E
2012	4,5,12	O	04.529.10.12	05.969.071/0001-10	21/05/2012	20/05/2014	-	-	12	7	-	-	E
2012	4,5,12	O	04.530.10.12	03.022.122/0001-77	21/05/2012	04/05/2014	-	-	18	8	-	-	E
2013	4,5,12	O	04.572.10.13	10.805.776/0001-32	30/06/2013	15/04/2014	-	-	7	4	-	-	E
2011	12	O	04.491.10.11	01.461.834/0001-67	01/04/2011	06/01/2014	-	-	-	-	-	-	E
2011	12	O	04.492.10.12	01.573.795/0001-90	01/04/2011	06/01/2014	-	-	-	-	-	-	E
2011	12	O	04.493.10.11	05.451.689/0001-94	01/04/2011	06/01/2014	-	-	-	-	-	-	E
2013	12	O	04.583.10.13	07.254.892/0001-04	07/01/2014	04/04/2015	-	-	-	-	-	-	P
2013	12	O	04.584.10.13	60.911.690/0001-62	07/01/2014	04/12/2015	-	-	-	-	-	-	P
2013	12	O	04.565.10.13	07.254.892/0001-04	02/05/2013	20/01/2014	-	-	-	-	-	-	E
2013	12	O	04.566.10.13	01.461.834/0001-67	20/05/2013	19/05/2014	-	-	-	-	-	-	E
2013	6	O	04.579.10.13	00.831.964/0001-81	18/10/2013	18/10/2015	-	-	-	-	-	-	P
2013	10	O	04.571.10.13	09.474.967/0001-80	01/10/2013	01/10/2015	-	-	-	-	-	-	P
2010	9	O	08.215.10.10	68.287.143/0001-60	09/10/14	08/10/15	32	32	48	48	-	-	P
2009	9	O	08.194.10.09	58.720.178/0001-97	04/09/12	03/05/15	11	11	19	19	-	-	P
2009	9	O	08.193.10.09	04.818.396/0001-30	07/06/14	06/02/15	5	5	13	13	-	-	P
2009	9	O	08.192.10.09	04.818.396/0001-30	07/06/14	06/02/15	4	4	10	10	-	-	P
2011	3	O	04.010.10.2011	78.583.721/0001-69	01/03/2011	01/03/2014	-	-	-	-	8	8	P
Observações:													
1) Nos contratos 04.572.10.13 (total previsto de 46 postos), 04.528.10.12 (total previsto de 70 postos), 04.529.10.12 (total previsto de 60 postos), 04.530.10.12 (total previsto de 183 postos), 04.531.10.12 (total previsto de 49 postos) e 04.532.10.12 (total previsto de 24 postos) houve previsão editalícia de escolaridade apenas para os postos de Controlador de Acesso, acima quantificados.													

- 2) Nos contratos 04.491.10.11, 04.492.10.11 e 04.493.10.11 não havia postos de mão de obra terceirizada.
- 3) Nos contratos 04.583.10.13 (17 postos), 04.584.10.13 (39 postos), 04.565.10.13, 04.566.10.13 (01 posto) e 04.579.10.13 (06 postos) não houve definição do nível de escolaridade ou de eventual qualificação a serem exigidos dos colaboradores.
- 4) O Contrato 04.571.10.13 prevê a alocação de 03 postos de trabalho, mas não houve definição do nível de escolaridade a ser exigido desses. No entanto, o edital exigiu, dos profissionais alocados, Certificado de Curso de Formação de Bombeiro Profissional Civil.
- 5) Contrato 08.192.10.09 e 08.193.10.09 – Equipe de Apoio Técnico: 1 Eng. Eletricista + 1 Eng. Civil e 1 Supervisor Técnico Eletricista.
- 6) Contrato 08.194.10.09 – Equipe de Apoio Técnico: 1 Eng. Civil + 1 Eng. Elétrico.
- 7) Contrato 08.215.10.10 – Equipe de Apoio Técnico: 1 Eng. Elétrico + 1 Eng. Eletricista + 1 Eng. Civil + 1 Eng. Mecânico + 1 Téc. Eletro-eletrônico + 1 Téc. Mecânico)

(Fonte: SETI, Núcleo de Serviços Administrativos/JFSP: Processos SEI nº 0002632-76.2013.4.03.8001, 0002731-46.2013.4.03.8001, 0002696-86.2013.4.03.8001, 0002745-30.2013.4.03.8001, 0002774-80.2013.4.03.8001, 0004976-30.2013.4.03.8001, 0003299-62.2013.4.03.8001, 0005696-94.2013.03.8001, 00014493-59.2013.4.03.8001, 00014632-11.2013.4.03.8001, 00014676-30.2013.4.03.8001, 0002702-93.2013.4.03.8001, 0002343-46.2013.4.03.8001, 0014601-88.2013.4.03.8001, 0006064-69.2014.4.03.8001, 0011065-35.2014.4.03.8001 e 0005159-64.2014.4.03.8001 - Núcleo de Segurança e Transportes/JFSP: Contrato 04.571.10.13 – Processo SEI 0010636-05.2013.4.03.8001 – TA 04.571.12.14).

JFMS

Unidade Contratante													
Nome: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL													
UG/Gestão: 090015/00001							CNPJ: 05.442.922/0001-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	04.021.10.2012	15.798.019/0001-00	25/09/2012	25/03/2015	-	-	-	-	3	3	A
2011	12	O	07.001.10.2011	05.108.109/0001-60	01/03/2011	01/03/2014	-	-	1	1	-	-	P
2012	12	O	04.009.10.2012	02.818.890/0001-79	02/04/2012	01/04/2014	-	-	2	2	-	-	A
2012	12	O	04.022.10.2012	10.327.514/0001-00	25/09/2012	25/03/2015	-	-	-	-	1	1	A
2009	9	O	07.013.10.2009	37.219.904/0001-12	24/09/2009	23/09/2013	-	-	7	7	-	-	P
2009	12	O	04.008.10.2009	06.888.220/0001-80	01/07/2009	30/06/2013	-	-	2	2	-	-	P
2011	12	O	04.026.10.2011	09.074.738/0001-78	08/08/2011	07/02/2014	-	-	-	-	3	3	E
2012	6	O	04.002.10.2012	73.882.136/0002-27	06/02/2012	05/02/2014	-	-	2	2	-	-	A
2010	6	O	07.012.10.2010	73.882.136/0002-27	28/09/2010	27/09/2013	-	-	3	3	-	-	P
2011	12	O	04.024.10.2011	05.897.975/0001-88	28/06/2011	27/06/2013	-	-	4	4	-	-	P
2011	12	O	04.025.10.2011	11.300.140/0001-00	28/06/2011	27/06/2013	-	-	6	6	-	-	P
2013	12	O	04.030.10.2013	15.798.019/0001-00	08/04/2013	08/04/2014	-	-	-	-	1	1	A
2013	12	O	04.001.10.2013	10.327.514/0001-00	08/04/2013	08/04/2014	-	-	-	-	1	1	A
2014	8	O	04.009.10.2014	05.679.838/0001-77	10/03/2014	10/03/2015	-	-	-	-	-	-	A
2014	12	E	04.021.10.2014	07.794.929/0001-89	24/07/2014	24/07/2015	-	-	-	-	1	1	A

(Fonte: Setor de Gestão de Contratos – SEGC)

ANEXO XXXIII

ITEM 7.3 - DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DETALHAMENTO DOS CONTRATOS VIGENTES E ENCERRADOS – CONSOLIDADO JF3R

NOTA: Incidência de Juros e Correção Monetária conforme art. 9º da IN TCU nº 71/2012.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
1	07.003.10.2011	AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA 81.627.838/0001-01	Prest. serv. de manutenção, suporte especializado e aquisição de prod./licenças de software Novell.	TRF3R/SETI	24-jul-11	23-jul-12	DESCONTO 12%	62.517,60	-	Intimação realizada pela área gestora.
2	07.003.10.2012	AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA 81.627.838/0001-01	Prest. serv. de manutenção, suporte especializado e aquisição de prod./licenças de software Novell, sob o programa/contrato MLA.	TRF3R/SETI	26-out-12	25-out-13	DESCONTO 12%	72.091,19	-	Intimação realizada pela área gestora.
3	04.008.10.2011	B2BR - BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL S/A 01.162.636/0001-00	Consultoria Sist. Gerenciador de banco de dados (SGBD) Oracle.	TRF3R/SETI	20-jan-11	19-jan-12	DESCONTO 12%	43.416,58	-	Intimação realizada pela área gestora.
4	04.026.10.2011	B2BR - BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL S/A 01.162.636/0001-00	Serviços de capacitação assistida on site (MENTORING) p/o sist.gerenc.de banco de dados.	TRF3R/SETI	30-dez-11	29-dez-12	DESCONTO 12%	11.963,28	-	Intimação realizada pela área gestora.
5	04.027.10.2008	BRASIL TELECOM S/A 76.535.764/0001-43	Prest. serv.de circuito dedicado digital baseado protocolo IP, interligando o datacenter do TRF3 ao Fórum Federal de Campo Grande.	TRF3R/SETI	8-out-08	7-out-12	DESCONTO 12%	14.158,61	-	Intimação realizada pela área gestora.
6	04.005.10.2011	EVOLUTI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA 37.010.014/0001-04	Pres. serv. melhoria tecnológica e manutenção software Easy Image.	TRF3R/SETI	26-jan-11	25-jan-12	DESCONTO 12%	21.630,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
7	04.017.10.2012	HOMINUS	Prest.serv.de suporte técnico,	TRF3R/SETI	20-set-12	19-set-	DESCONTO	4.320,00	-	Intimação

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
		GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA 08.188.158/0001-49	sustentação de sistema e manutenção p/o software easy image.			13	12%			realizada pela área gestora.
8	04.016.10.2011	INFOX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA 15.123.946/0001-12	Serv. técnicos especializados em tecnol. da informação, compreendendo a realização de atividades para a implantação e sustentação do sistema de processo judicial eletrônico (PJ-E) no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região.	TRF3R/SETI	30-jun-11	29-jun-13	DESCONTO 12%	96.634,19	-	Intimação realizada pela área gestora.
9	08.001.10.2006	INTERADAPT TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA 06.150.807/0001-97	Prest. serv. manut. sup. técnico e atual. banco de dados Ingres Enterprise.	TRF3R/SETI	10-out-06	29-dez-11	DESCONTO 12%	2.777,18	-	Intimação realizada pela área gestora.
10	04.017.10.2011	KENTA INFORMÁTICA LTDA 01.276.330/0001-77	Prest. serv.de manutenção e suporte técnico p/o software PSS-PROCESS & STORAGE SOUND no TRF3R.	TRF3R/SETI	8-ago-11	7-ago-14	DESCONTO 12%	11.103,44	-	Intimação realizada pela área gestora.
11	04.005.10.2012	MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA 60.316.817/0001-03	Prest. serviços de suporte a produtos da MICROSOFT.	TRF3R/SETI	15-mar-12	14-mar-13	DESCONTO 12%	63.946,80	-	Intimação realizada pela área gestora.
12	04.013.10.2011	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA 59.456.277/0001-76	Pres. serv. téc. sist. banco de dados Oracle Database Standard Edition One.	TRF3R/SETI	23-mai-11	22-mai-12	DESCONTO 12%	793,15	-	Intimação realizada pela área gestora.
13	04.023.10.2011	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA 59.456.277/0001-76	Prest.serv.de manut.e suporte técnico do sistema gerenciador de banco de dados Oracle Database Enterprise Edition e Oracle Real Aplication Cluster 11G ou superior.	TRF3R/SETI	29-dez-11	28-dez-14	DESCONTO 12%	34.401,66	-	Intimação realizada pela área gestora.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
14	04.009.10.2012	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA 59.456.277/0001-76	Prest. serv. de suporte técnico do sistema gerenciador de banco de dados Oracle Database STANDARD EDICION ONE.	TRF3R/SETI	23-mai-12	22-mai-13	DESCONTO 12%	793,34	-	Intimação realizada pela área gestora.
15	04.013.10.2012	ORION TELECOMUNICAÇÕES ENGENHARIA LTDA 01.011.976/0001-22	Prest. serv. de manutenção preventiva programada e corretiva, c/ fornec. peças e assistência técnica, para compartimento de segurança.	TRF3R/SETI	22-ago-12	21-ago-14	DESCONTO 12%	14.528,22	-	Intimação realizada pela área gestora.
16	04.022.10.2010	PROCOMP INDUSTRIA ELETRÔNICA LTDA 54.083.035/0040-77	Prest. serv. manut. corretiva em terminais de autoatendimento DIELBOLD-PROCOMPT	TRF3R/SETI	1-jan-11	31-dez-14	DESCONTO 12%	45.458,22	-	Intimação realizada pela área gestora.
17	08.001.10.2011	QUEST SOFTWARE LTDA 03.844.620/0001-03	Prest. serv. de manutenção e suporte técnico, pacotes evolutivos e atualização de versão do software da ferramenta gráfica para administração de dados (TOAD).	TRF3R/SETI	15-fev-12	14-fev-14	DESCONTO 12%	1.775,04	-	Intimação realizada pela área gestora.
18	04.003.10.2012	SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA 58.619.404/0001-48	Prest. serv. de manutenção e suporte técnico no sistema vídeo-conferência utilizado na Justiça Federal da 3ª Região.	TRF3R/SETI	14-fev-12	13-fev-15	DESCONTO 12%	84.647,53	-	Intimação realizada pela área gestora.
19	08.002.10.2011	TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA 64.799.539/0001-35	Prest. serv. de garantia estendida da biblioteca automatizada para backups (LIBRARY).	TRF3R/SETI	26-dez-11	25-dez-14	DESCONTO 12%	10.850,00	-	Intimação realizada pela área gestora.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
20	04.010.10.2011	MPS INFORMÁTICA LTDA 78.583.721/0001-69	Prest. serv.de manutenção no sistema aplicativo folha de pagamento, para o TRF3R e de manutenção nos sistemas aplicativos de controle processual e administrativo, com contratação de postos de trabalho, para a SJSP.	TRF3R/SETI	1-mar-11	28-fev-15	PLANILHA IN 02/2008	686.260,01	-	Intimação realizada pela área gestora.
21	08.002.10.2012	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA 58.069.360/0001-20	Prest. serv. técnicos especializados em TI para o banco de dados do sistema gerenciador de banco de dados Oracle, abrangendo implementação, manutenção e administração do banco de dados Oracle Enterprise Edition Com Rac-Real Application Cluster.	TRF3R/SETI	5-set-12	4-set-14	PLANILHA IN 02/2008	1.999,70	-	Intimação realizada pela área gestora.
22	04.511.10.2011	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA 03.420.926/0001-24	Prestação de serviço de acesso à Internet	TRF3R/SETI	5-dez-11	4-dez-14	DESCONTO 12%	23.295,98	-	Intimação realizada pela área gestora.
23	04.426.10.2009	INTERSYSTEMS DO BRASIL LTDA 00.233.883/0001-80	Prestação de serviço de assistência técnica para banco de dado cachê licenciamento para 576 usuários simultâneos em ambiente IBM AIX	TRF3R/SETI	16-mar-10	15-mar-13	DESCONTO 12%	11.205,61	-	Intimação realizada pela área gestora.
24	04.512.10.2011	KENTA INFORMÁTICA LTDA 01.276.330/0001-77	Prestação de serviços de suporte técnico e atualização de licenças da solução para gravação de áudio e vídeo - DRS	TRF3R/SETI	12-dez-11	11-dez-14	DESCONTO 12%	21.122,64	-	Intimação realizada pela área gestora.
25	04.018.10.2010	ACTIVE ENGENHARIA LTDA 68.287.143/0001-60	Prest.serv.de manut. corretiva e preventiva e assist. técnica em equip.gerad.de energ. elétrica movidos a diesel.	TRF3R/SADI	26-nov-10	25-nov-15	DESCONTO 12%	20.970,32	-	Intimação realizada pela área gestora.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
26	07.004.10.2009	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/0001-08	Prest.serv.de manutenção preventiva e corretiva para aparelhos de transporte vertical.	TRF3R/SADI	27-jan-10	26-jan-15	DESCONTO 12%	30.919,20	-	Intimação realizada pela área gestora.
27	06.001.10.2013	GONDOMATIC REPRESENTAÇÃO S LTDA - EPP 03.461.785/0001-98	Fornecimento e instalação de sistema eletromecânico para limpeza e manutenção de fachadas, treinamento e manutenção preventiva e corretiva do referido sistema.	TRF3R/SADI	17-jan-13	15-fev-16	DESCONTO 12%	2.796,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
28	06.003.10.2012	J.A.SILVA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS ME 13.683.873/0001-98	Fornecimento e instalação de guarda corpo na laje de coroamento do Ed. Sede do TRF3R.	TRF3R/SADI	21-dez-12	6-mai-13	DESCONTO 12%	11.643,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
29	06.002.10.2013	LANSEL ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA - EPP 62.779.822/0001-70	Execução de obra de reforma da copa do 25º andar do Ed. Cetenco Plaza, Torre Sul.	TRF3R/SADI	1-abr-13	4-nov-13	DESCONTO 12%	4.037,73	-	Intimação realizada pela área gestora.
30	06.004.10.2013	LANSEL ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA - EPP 62.779.822/0001-70	Execução de obra de reforma de Acessibilidade do Ed. Centenco Plaza, Torre Sul.	TRF3R/SADI	25-mar-13	1-jun-13	DESCONTO 12%	1.637,33	-	Intimação realizada pela área gestora.
31	04.010.10.2014	LATITUDE PRODUÇÃO AUDIO VISUAL E EVENTOS LTDA 13.395.781/0001-02	Prest. serv. de filmagem de eventos comemorativos, palestras, solenidades, conferências, cursos, entrevistas, entre outros, e edição de imagens.	TRF3R/SADI	26-abr-13	31-dez-13	DESCONTO 12%	11.051,67	-	Intimação realizada pela área gestora.
32	04.010.10.2014	LATITUDE PRODUÇÃO AUDIO VISUAL E EVENTOS LTDA 13.395.781/0001-02	Prest. serv. de filmagem de eventos comemorativos, palestras, solenidades, conferências, cursos, entrevistas, entre outros, e edição de imagens.	TRF3R/SADI	6-fev-14	8-abr-14	DESCONTO 12%	1.455,04	-	Intimação realizada pela área gestora.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
33	04.030.10.2008	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA 00.482.840/0001-38	Prest.serv.de apoio operacional.	TRF3R/SADI	1-dez-08	30-nov-13	DESCONTO 12%	28.887,98	-	Intimação realizada pela área gestora.
34	04.023.10.2013	LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA 00.482.840/0001-38	Prest.serv.de apoio operacional.	TRF3R/SADI	1-dez-13	31-mai-16	DESCONTO 12%	230.924,52	-	Intimação realizada pela área gestora.
35	06.001.10.2012	SERVTEC INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA 05.208.211/0001-38	Contrato de execução da obra de implantação de sistema de controle de acesso eletrônico, com fornecimento de projeto executivo, equipamentos, materiais, serviços, mão de obra, comissionamento, testes e treinamento.	TRF3R/SADI	18-jan-12	20-mai-13	DESCONTO 12%	27.361,12	-	Intimação realizada pela área gestora.
36	04.009.10.2011	THERMON AR CONDICIONADO LTDA 62.082.821/0001-71	Prest. serv.de operação e manut. preventiva e corretiva dos equipamentos principais e complementares do sistema de ar condicionado do TRF3R.	TRF3R/SADI	3-mar-11	2-mar-16	PLANILHA IN 02/2008	36.353,30	-	Intimação realizada pela área gestora.
37	06.005.10.2012	WSG ENGENHARIA LTDA. - EPP 71.855.696/0001-86	Execução de obras de recuperação estrutural, pintura e revestimento de piso dos subsolos do Ed. Sede do TRF3R.	TRF3R/SADI	1-abr-13	4-dez-13	DESCONTO 12%	20.342,10	-	Intimação realizada pela área gestora.
38	07.002.10.2012	SIEMENS ENTERPRISE COMMUNICATIONS - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES CORPORATIVAS LTDA 67.071.001/0001-06	Contrato de empresa especializada para o fornecimento de solução visando ampliar e atualizar tecnologicamente as centrais PABX, marca SIEMENS.	TRF3R/SADI	12-jan-12	11-jan-13	DESCONTO 12%	44.133,28	-	Intimação realizada pela área gestora.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
39	04.025.10.2013	TLD TELEDATA TECNOLOGIA EM CONECTIVIDADE LTDA 80.043.904/0001-33	Prest.serv.de manutenção das centrais telefônicas marca Siemens, modelo Hipath 4000 V6.0.	TRF3R/SADI	14-jan-14	13-jul-16	DESCONTO 12%	14.748,17	-	Intimação realizada pela área gestora.
40	08.240.10.12	ACTIVE ENGENHARIA LTDA. 68.287.143/0001-60	Manutenção de no-break	JFSP/UMIN	6-nov-12	6-nov-14	DESCONTO 12%	5.939,61	-	Intimação realizada pela área gestora.
41	06.037.10.14	CM CONSTRUÇÃO CIVIL E PLAN. LTDA 05.619.496.0001-08	Execução de serviços, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para implantação de JEF no Fórum Federal de São Bernardo do Campo/SP	JFSP/UMIN	30-dez-13	31-out-14	DESCONTO 12%	23.924,47	-	Intimação realizada pela área gestora.
42	08.195.10.09	CONSISTE ELEVADORES E SERVIÇOS LTDA 67.629.840/0001-99	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	20-abr-09	19-abr-14	DESCONTO 12%	1.247,74	-	Intimação realizada pela área gestora.
43	08.204.10.10	CONSISTE ELEVADORES E SERVIÇOS LTDA 67.629.840/0001-99	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	27-jan-10	26-jan-15	DESCONTO 12%	868,19	-	Intimação realizada pela área gestora.
44	08.205.10.10	CONSISTE ELEVADORES E SERVIÇOS LTDA 67.629.840/0001-99	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	27-jan-10	26-jan-15	DESCONTO 12%	1.736,40	-	Intimação realizada pela área gestora.
45	06.031.10.13	DARCON 08 ENGENHARIA LTDA. 03.704.695/0001-80	Recuperação estrutural das vigas do 15º andar no Fórum Pedro Lessa.	JFSP/UMIN	1-fev-13	18-fev-14	DESCONTO 12%	6.968,22	-	Intimação realizada pela área gestora.
46	06.032.10.13	DARCON 08 ENGENHARIA LTDA. 03.704.695/0001-80	Execução de obras de reforma com construção de reservatório de acumulação de esgoto e tubulações no edifício do Fórum Federal Criminal e Previdenciário de São Paulo-SP.	JFSP/UMIN	30-dez-12	31-ago-13	DESCONTO 12%	10.006,03	-	Intimação realizada pela área gestora.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
47	2012NE003057	DARCON 08 ENGENHARIA LTDA. 03.704.695/0001-80	Execução de serviços, com fornecimento de materiais e mão de obra para demolição e refazimento de fechamento de terreno da Justiça Federal, situado em Santos	JFSP/UMIN	29-dez-12	29-mar-13	DESCONTO 12%	4.764,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
48	06.036.10.13	DARCON 08 ENGENHARIA LTDA. 03.704.695/0001-80	Construção de passadiço metálico em shaft, execução de furos em lajes de concreto para passagem de tubulações, abertura e requadrações de vão em alvenaria no Prédio Administrativo da Rua Peixoto Gomide.	JFSP/UMIN	26-mar-13	26-mai-13	DESCONTO 12%	3.120,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
49	06.035.10.13	DARCON 08 ENGENHARIA LTDA. 03.704.695/0001-80	Execução de serviços, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, para recuperação de impermeabilizações e troca de tubulações de águas pluviais no auditório do prédio do Fórum Federal de Execuções Fiscais.	JFSP/UMIN	30-dez-12	4-jul-13	DESCONTO 12%	9.479,98	-	Intimação realizada pela área gestora.
50	08.177.10.07	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/0146-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	8-ago-07	7-ago-13	DESCONTO 12%	375,92	-	Intimação realizada pela área gestora.
51	08.229.10.11	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/0146-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-nov-11	30-out-16	DESCONTO 12%	16.800,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
52	08.230.10.11	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/0146-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	19-out-11	18-out-16	DESCONTO 12%	13.440,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
53	08.231.10.11	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/0146-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-dez-11	30-nov-16	DESCONTO 12%	987,84	-	Intimação realizada pela área gestora.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
54	08.196.10.09	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/0146-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	21-abr-09	19-abr-14	DESCONTO 12%	8.633,60	-	Intimação realizada pela área gestora.
55	08.197.10.09	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A 00.028.986/0146-72	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	21-jul-09	20-jul-14	DESCONTO 12%	5.549,59	-	Intimação realizada pela área gestora.
56	08.199.10.09	ELEVADORES ORION LTDA. 05.823.840/0001-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	18-out-09	17-out-14	DESCONTO 12%	1.428,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
57	08.198.10.09	ELEVADORES ORION LTDA. 05.823.840/0001-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	21-jul-09	20-abr-14	DESCONTO 12%	3.660,72	-	Intimação realizada pela área gestora.
58	08.202.10.09	ELEVADORES ORION LTDA. 05.823.840/0001-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	11-dez-09	10-dez-14	DESCONTO 12%	2.016,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
59	08.219.10.09	ELEVADORES ORION LTDA. 05.823.840/0001-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	22-dez-10	22-dez-15	DESCONTO 12%	4.704,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
60	08.242.10.13	ELEVADORES ORION LTDA. 05.823.840/0001-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-fev-13	1-fev-15	DESCONTO 12%	2.436,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
61	08.244.10.13	ELEVADORES ORION LTDA. 05.823.840/0001-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-fev-13	1-fev-15	DESCONTO 12%	4.704,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
62	08.245.10.13	ELEVADORES ORION LTDA. 05.823.840/0001-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	23-fev-13	23-fev-15	DESCONTO 12%	5.712,00	-	Intimação realizada pela área gestora.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
63	08.249.10.13	ELEVADORES ORION LTDA. 05.823.840/0001-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	8-ago-13	8-ago-14	DESCONTO 12%	2.560,80	-	Intimação realizada pela área gestora.
64	08.250.10.13	ELEVADORES ORION LTDA. 05.823.840/0001-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	2-dez-13	2-fev-14	DESCONTO 12%	264,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
65	08.223.10.11	ELEVADORES ORION LTDA. 05.823.840/0001-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	2-mai-11	6-fev-14	DESCONTO 12%	9.600,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
66	08.239.10.14	ELEVADORES ORION LTDA. 05.823.840/0001-78	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	16-out-12	16-out-14	DESCONTO 12%	4.334,40	-	Intimação realizada pela área gestora.
67	08.243.10.14	ELEVADORES OTIS LTDA. 29.739.737/0033-90	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-fev-13	1-fev-15	DESCONTO 12%	1.176,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
68	08.207.10.07	ELEVADORES VILLARTA LTDA 54.222.401/0001-15	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-fev-10	31-jan-15	DESCONTO 12%	840,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
69	08.221.10.11	ELEVADORES VILLARTA LTDA 54.222.401/0001-15	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	7-fev-11	6-fev-16	DESCONTO 12%	2.016,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
70	08.232.10.11	ELEVADORES VILLARTA LTDA 54.222.401/0001-15	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	21-out-11	20-out-16	DESCONTO 12%	1.092,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
71	08.187.10.18	ENGETAX EQUIPAMENTOS LTDA. 03.205.968/0001-42	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-ago-08	31-jul-14	DESCONTO 12%	555,22	-	Intimação realizada pela área gestora.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
72	08.188.10.08	ENGETAX EQUIPAMENTOS LTDA. 03.205.968/0001-42	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	8-ago-08	7-ago-14	DESCONTO 12%	840,00	-	Intimação realizada pela área gestora.
73	08.238.10.11	FLEX ELEVADORES COM. DE PEÇAS E MANUTENÇÃO LTDA - ME 11.472.645/0001-43	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	16-abr-12	15-abr-15	DESCONTO 12%	6.027,84	-	Intimação realizada pela área gestora.
74	08.192.10.09	LA CONSTRUTORA 04.818.396/0001-30	Manutenção predial	JFSP/UMIN	7-fev-09	7-fev-15	Exclusão dos 20% e inclusão de 2% na planilha de custos	68.797,82	-	Intimação realizada pela área gestora.
75	08.193.10.09	LA CONSTRUTORA 04.818.396/0001-30	Manutenção predial	JFSP/UMIN	7-fev-09	8-fev-15	Exclusão dos 20% e inclusão de 2% na planilha de custos	85.707,16	-	Intimação realizada pela área gestora.
76	08.241.10.12	MONTELE IND DE ELEVADORES LTDA. 17.609.256/0007-99	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	1-nov-12	1-nov-14	DESCONTO 12%	520,80	-	Intimação realizada pela área gestora.
77	2013NE004222	POLICAN ENGENHARIA E IMPERMEABILIZAÇÕES LTDA. 04.954.452.0001-63	Execução de serviços de reforma abrangendo impermeabilização com fornecimento de materiais e mão de obra no prédio do Fórum Federal de Santos, SP.	JFSP/UMIN	30-dez-13	3-ago-14	DESCONTO 12%	9.184,77	-	Intimação realizada pela área gestora.
78	08.178.10.07	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A 90.347.840/0024-04	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	30-nov-07	29-nov-13	DESCONTO 12%	359,46	-	Intimação realizada pela área gestora.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
79	08.206.10.07	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A 90.347.840/0024-04	Manutenção de elevadores	JFSP/UMIN	28-jan-10	27-jan-15	DESCONTO 12%	2.080,51	-	Intimação realizada pela área gestora.
80	04.029.10.2007	UNIVERSO EMPRESARIAL PARTICIPAÇÕES LTDA 05.033.310/0001-26	Prest. serv. Apoio informática área suporte desenv.net e Delphi.	TRF3R/SETI	1-dez-07	30-nov-12	PLANILHA IN 02/2008	191.169,68	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.
81	08.236.10.2012	DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA 83.472.803/0001-76	Manutenção de centrais telefônicas	JFSP/UAPA	30-mar-12	29-mar-15	DESCONTO 12%	154.368,87	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.
82	07.036.10.2009	INTERSYSTEMS DO BRASIL LTDA 00.233.883/0001-80	Prestação de serviço de locação de licenças do software caché enterprise multi server para ambiente ibm aix e de licenças do software caché elite multi server para ambiente operacional linux	TRF3R/SETI	15-abr-09	14-abr-13	DESCONTO 12%	100.549,35	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.
83	04.011.10.2012	RODOSERV ENGENHARIA LTDA 15.108.349/0001-19	Prest. serv. de manutenção predial nos imóveis do TRF3R.	TRF3R/SADI	23-mai-12	22-nov-14	PLANILHA IN 02/2008	238.298,69	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.
84	06.034.10.13	2N ENGENHARIA LTDA 00.346.953/0001-06	Reforma e adequação das instalações elétricas, de telefonia, de dados, dos sistemas de segurança patrimonial, de distribuição de ar-condicionado e de prevenção e combate a incêndio do JEF-SP.	JFSP/UMIN	4-mar-13	4-mar-15	DESCONTO 12%	285.146,90	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
85	08.215.10.10	ACTIVE ENGENHARIA LTDA. 68.287.143/0001-60	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental.	JFSP/UMIN	9-out-10	8-out-14	Exclusão dos 20% e inclusão de 2% na planilha de custos	372.685,32	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.
86	06.027.10.11	CM CONSTRUÇÃO CIVIL E PLAN. LTDA 05.619.496.0001-08	Obras e serviços de reforma do imóvel destinado à nova sede do Fórum Federal de Assis-SP.	JFSP/UMIN	1-fev-13	22-set-13	DESCONTO 12%	367.877,40	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.
87	06.033.10.13	DUCTBUSTERS ENGENHARIA LTDA 03.541.616.0001-68	Execução de obra de reforma das instalações do ar-condicionado central do Fórum das Execuções Fiscais da JFSP	JFSP/UMIN	29-dez-12	31-jul-15	DESCONTO 12%	271.989,50	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.
88	08.194.10.09	FENIX ENGENHARIA E MANUTENÇÃO LTDA 58.720.178/0001-97	Manutenção predial	JFSP/UMIN	4-mai-09	4-mai-15	Exclusão dos 20% e inclusão de 2% na planilha de custos	203.592,34	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.
89	07.013.10.2009	ELETROLINE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - ME 37.219.904/0001-12	Manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharias civil e elétrica), em imóveis da JF/MS	JFMS/NUAD	24-set-09	23-set-14	DESCONTO 12%	130.613,74	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.
90	04.021.10.2013	GOMES & AZEVEDO LTDA - EPP 03.688.640/0001-24	Execução de serviços civis visando adequar os parâmetros de acessibilidade no JEF de Campo Grande	JFMS/NUAD	9-dez-13	16-jun-14	DESCONTO 12%	29.246,18	-	Desoneração aplicável. Fase de apuração dos cálculos.
91	06.019.10.2014	ELETROLINE	Serviços elétricos de energia	JFMS/NUAD	3-jul-14	6-ago-14	DESCONTO	13.920,00	13.920,00	Com a

Item	Nº do Contrato/ Empenho	Nome/CNPJ da empresa contratada	Objeto	Unidade Contratante	Início da vigência	Término da vigência	Forma de desoneração	Economia estimada	Economia obtida	Situação atual
		CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - ME 37.219.904/0001-12	comum e estabilizada, telecomunicações (dados e voz), cftv e serviços civis de parede de alvenaria e divisórias do JEF de Campo Grande-MS				12%			redução do valor contratual de R\$ 116.000,00 para R\$ 102.080,00, a JFMS deixou de pagar R\$ 13.920,00 à contratada.
TOTAL								4.522.867,77	13.920,00	

(Fonte: SETI, SADI, UMIN, Subsecretaria de Apoio Administrativo/JFSP, Núcleo de Apoio Administrativo/JFMS e Processos SEI 0024614-18.2014.4.03.8000; 0024615-03.2014.4.03.8000; 0024616-85.2014.4.03.8000; 0024617-70.2014.4.03.8000; 0024619-40.2014.4.03.8000; 0024620-25.2014.4.03.8000; 0024621-10.2014.4.03.8000; 0024622-92.2014.4.03.8000; 0024623-77.2014.4.03.8000; 0024624-62.2014.4.03.8000; 0024626-32.2014.4.03.8000; 0024627-17.2014.4.03.8000; 0024628-02.2014.4.03.8000; 0024629-84.2014.4.03.8000; 0024630-69.2014.4.03.8000; 0014698-57.2014.4.03.8000; 0014821-55.2014.4.03.8000; 0024635-91.2014.4.03.8000; 0024636-76.2014.4.03.8000; 0024622-92.2014.4.03.8000; 0037121-08.2014.4.03.8001; 0022514-87.2014.4.03.8001; 0037126-30.2014.4.03.8001; 0037154-95.2014.4.03.8001; 0037157-50.2014.4.03.8001; 0037690-09.2014.4.03.8001; 0037691-91.2014.4.03.8001; 0037689-24.2014.4.03.8001; 0037692-76.2014.4.03.8001; 0037693-61.2014.4.03.8001; 0037158-35.2014.4.03.8001; 0037161-87.2014.4.03.8001; 0037162-72.2014.4.03.8001; 0037164-42.2014.4.03.8001; 0037165-27.2014.4.03.8001; 0037166-12.2014.4.03.8001; 0037172-19.2014.4.03.8001; 0037182-63.2014.4.03.8001; 0037183-48.2014.4.03.8001; 0037185-18.2014.4.03.8001; 0037186-03.2014.4.03.8001; 0037189-55.2014.4.03.8001; 0037191-25.2014.4.03.8001; 0037192-10.2014.4.03.8001; 0037194-77.2014.4.03.8001; 0037196-47.2014.4.03.8001; 0037199-02.2014.4.03.8001; 0037200-84.2014.4.03.8001; 0037202-54.2014.4.03.8001; 0037203-39.2014.4.03.8001; 0037204-24.2014.4.03.8001; 0037205-09.2014.4.03.8001; 0037207-76.2014.4.03.8001; 0037208-61.2014.4.03.8001; 0037209-46.2014.4.03.8001; 0037215-53.2014.4.03.8001; 0037218-08.2014.4.03.8001; 0037226-82.2014.4.03.8001; 0037219-90.2014.4.03.8001; 0037224-15.2014.4.03.8001; 0014727-10.2014.4.03.8000; 0022922-78.2014.4.03.8001; 0026723-02.2014.4.03.8001; 0025257-73.2014.4.03.8000; 0025352-06.2014.4.03.8000; 0025302-77.2014.4.03.8000; 0025262-95.2014.4.03.8000; 0025267-20.2014.4.03.8000; 0025361-65.2014.4.03.8000; 0025343-44.2014.4.03.8000; 0025258-58.2014.4.03.8000; 0025268-05.2014.4.03.8000; 0025371-12.2014.4.03.8000; 0014790-35.2014.4.03.8000; 0023679-72.2014.4.03.8001; 0022862-08.2014.4.03.8001; 0022514-87.2014.4.03.8001; 0026739-53.2014.4.03.8001; 0026703-11.2014.4.03.8001; 0003506-24.2014.4.03.8002; 0003228-23.2014.4.03.8002; 0003205-77.2014.4.03.8002; 0003221-31.2014.4.03.8002; 0003451-45.2015.4.03.8000; 0003477-43.2015.4.03.8000 e 0003522-47.2015.4.03.8000)

ANEXO XXXIV

QUADRO 8.1.1.C – QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UJ (Fonte: SSEG, NUSE/JFSP e SUST/JFMS)

VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DA UJ FINALIDADES E CLASSIFICAÇÃO POR GRUPO (RES CJF Nº 99/2010, 157/2011, 197/2012 E 258/2013)											
I – Grupo A – Veículo de representação: 1 – finalidade: transporte dos presidentes, dos vice-presidentes e dos corregedores dos tribunais regionais federais; 2 – características: veículos de médio porte, tipo sedan, cor preta, com capacidade de transporte de até 5 (cinco) passageiros, motor de potência mínima de 116 cv e máxima de 159 cv (gasolina) e itens de segurança condizentes com o serviço. II – Grupo B – Veículo de transporte institucional: 1 – finalidade: transporte, em objeto de serviço, dos juízes de segundo grau e dos juízes diretores de foro e diretores de subseções judiciárias; 2 – características: veículos de médio porte, tipo sedan, cor preta, com capacidade de transporte de até 5 (cinco) passageiros, motor de potência mínima de 116 cv e máxima de 159 cv (gasolina) e itens de segurança condizentes com o serviço. III – Grupo C – Veículo de serviço comum: 1 – finalidade: transporte, em objeto de serviço, de juízes de primeiro grau e servidores no desempenho de atividades externas de interesse da administração; 2 – características: veículos de pequeno porte, com capacidade de até 5 (cinco) ocupantes, motor com potência mínima de 80 cv e máxima de 112 cv (gasolina) e itens de segurança condizentes com o serviço. IV – Grupo D – Veículo de transporte coletivo e de apoio às atividades judiciais: 1 – finalidade: transporte, em objeto de serviço, de magistrados e servidores no desempenho de atividades externas de interesse da administração, aí incluído o funcionamento dos juzizados especiais federais itinerantes; 2 – características: pick-ups cabine dupla, vans com capacidade mínima de oito ocupantes, micro-ônibus e ônibus, motor com potência condizente com o serviço. V – Grupo E – Veículo utilitário misto ou de transporte de carga leve: 1 – finalidade: transporte de servidores e/ou cargas leves no desempenho de atividades externas de interesse da administração; 2 – características: furgões, pick-ups de cabine simples, utilitário multivans com capacidade mínima de 5 (cinco) e máxima de 7 (sete) passageiros, reboques e semi-reboques, motor de potência condizente com o serviço. VI – Grupo F – Veículo de transporte de carga pesada: 1 – finalidade: transporte de cargas pesadas; 2 – características: veículos tipo caminhão, motor de potência condizente com o serviço. VII – Grupo G – Veículo de serviço de apoio especial: 1 – finalidade: atendimento, em caráter de socorro médico ou de apoio às atividades de segurança, a magistrados e servidores; 2 – características: ambulâncias e veículos com dispositivo de alarme e luz vermelha intermitente, motor de potência condizente com o serviço. VIII - Grupo H - Veículo blindado: 1 - finalidade: transporte de magistrado em situação de risco; 2 - característica: veículo blindado ou com blindagem aplicada e com motor de potência compatível.											

TRF3R (UG 090029)

Identificação do Veículo			Ano Fabricação	Tipo de Combustível	Quilômetros Rodados no Ano	Estado de Conservação	Houve sinistro? sim/não (quantos)	Custos Associados à Manutenção da Frota (em R\$)			
Classificação (Grupo)	Marca/Modelo	Placas						Combustíveis e Lubrificantes (A)	Revisões Periódicas (B)	Impostos, Taxas e Seguros (C)	Custo Total D=(A+B+C)
GRUPO B	VOLVO S80	DJP-1953	2005	DIESEL	5555	RUIM	NÃO	1.357,91	0,00	575,51	1.933,42
GRUPO A	TOYOTA COROLLA XEI	EEH- 6821	2009	FLEX	18487	RUIM	NÃO	6.235,90	1.527,96	569,79	8.333,65
GRUPO B	TOYOTA COROLLA XEI	EEH- 6822	2009	FLEX	4178	REGULAR	NÃO	2.070,66	523,83	569,79	3.164,28

Identificação do Veículo			Ano Fabricação	Tipo de Combustível	Quilômetros Rodados no Ano	Estado de Conservação	Houve sinistro? sim/não (quantos)	Custos Associados à Manutenção da Frota (em R\$)			
Classificação (Grupo)	Marca/Modelo	Placas						Combustíveis e Lubrificantes (A)	Revisões Periódicas (B)	Impostos, Taxas e Seguros (C)	Custo Total D=(A+B+C)
GRUPO B	TOYOTA COROLLA XEI	EEH-6823	2009	FLEX	7632	REGULAR	NÃO	3.194,74	319,56	569,79	4.084,09
GRUPO B	FORD/FOCUS	DJL-7868	2011	FLEX	890	BOM	NÃO	575,59	819,55	525,17	1.920,31
GRUPO B	FORD/FOCUS	DJL-7873	2011	FLEX	6068	BOM	NÃO	2.654,32	382,80	525,17	3.562,29
GRUPO B	FORD/FOCUS	DJL-7875	2011	FLEX	2344	BOM	NÃO	878,06	0,00	525,17	1.403,23
GRUPO B	FORD/FOCUS	DJL-7872	2011	FLEX	2142	BOM	NÃO	997,96	347,50	525,17	1.870,63
GRUPO B	FORD/FOCUS	DJL-7866	2011	FLEX	1387	BOM	NÃO	620,69	0,00	525,17	1.145,86
GRUPO B	FORD/FOCUS	DJL-7878	2011	FLEX	1216	BOM	NÃO	780,92	0,00	525,17	1.306,09
GRUPO B	FORD/FOCUS	DJL-7865	2011	FLEX	12512	BOM	NÃO	5.328,13	1.207,38	525,17	7.060,68
GRUPO B	FORD/FOCUS	DJL-7874	2011	FLEX	2579	BOM	NÃO	1.376,10	145,60	525,17	2.046,87
GRUPO B	FORD/FOCUS	DJL-7869	2011	FLEX	2103	BOM	NÃO	1.052,11	0,00	525,17	1.577,28
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	EEF-0144	2008	FLEX	1800	RUIM	NÃO	740,26	2.447,96	509,61	3.697,83
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	EEF-0157	2008	FLEX	3423	REGULAR	NÃO	1.262,58	510,29	509,61	2.282,48
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	EEF-0158	2008	FLEX	6708	REGULAR	NÃO	1.948,10	253,28	509,61	2.710,99
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	EEF-0161	2008	FLEX	3270	REGULAR	NÃO	1.199,57	863,05	509,61	2.572,23
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	EEF-0162	2008	FLEX	1750	REGULAR	NÃO	747,21	0,00	509,61	1.256,82
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	EEF-0163	2008	FLEX	372	RUIM	NÃO	105,26	394,93	509,61	1.009,80
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	EEF-0164	2008	FLEX	1687	RUIM	NÃO	454,47	0,00	509,61	964,08
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	EEF-0165	2008	FLEX	928	REGULAR	NÃO	363,60	888,21	509,61	1.761,42
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	EEF-0166	2008	FLEX	677	REGULAR	NÃO	278,77	159,00	509,61	947,38
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1678	2009	FLEX	3187	REGULAR	NÃO	1.854,06	8.678,60	519,93	11.052,59
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1680	2009	FLEX	41	REGULAR	NÃO	76,32	0,00	519,93	596,25
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1681	2009	FLEX	3521	REGULAR	NÃO	1.594,56	455,46	519,93	2.569,95
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1687	2009	FLEX	142	REGULAR	NÃO	62,08	405,73	519,93	987,74
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1872	2009	FLEX	2330	REGULAR	NÃO	1.162,02	4.508,26	519,93	6.190,21
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1873	2009	FLEX	9879	REGULAR	NÃO	3.493,02	4.727,24	519,93	8.740,19
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1684	2009	FLEX	3178	REGULAR	NÃO	1.521,61	653,29	519,93	2.694,83
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1686	2009	FLEX	112	REGULAR	NÃO	27,32	462,93	519,93	1.010,18
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1877	2009	FLEX	4380	REGULAR	NÃO	1.452,13	2.003,06	519,93	3.975,12
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1682	2009	FLEX	3670	REGULAR	NÃO	1.812,98	1.396,25	519,93	3.729,16
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1683	2009	FLEX	525	REGULAR	NÃO	420,09	0,00	519,93	940,02
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1688	2009	FLEX	167	REGULAR	NÃO	58,60	0,00	519,93	578,53
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1874	2009	FLEX	3607	REGULAR	NÃO	1.841,21	7.611,67	519,93	9.972,81
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1876	2009	FLEX	3337	REGULAR	NÃO	1.458,33	253,29	519,93	2.231,55
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1689	2009	FLEX	404	REGULAR	NÃO	340,84	892,70	519,93	1.753,47

Identificação do Veículo			Ano Fabricação	Tipo de Combustível	Quilômetros Rodados no Ano	Estado de Conservação	Houve sinistro? sim/não (quantos)	Custos Associados à Manutenção da Frota (em R\$)			
Classificação (Grupo)	Marca/Modelo	Placas						Combustíveis e Lubrificantes (A)	Revisões Periódicas (B)	Impostos, Taxas e Seguros (C)	Custo Total D=(A+B+C)
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1878	2009	FLEX	5460	REGULAR	NÃO	1.605,91	253,29	519,93	2.379,13
GRUPO B	PEUGEOT 307 SD	DJL-1875	2009	FLEX	16174	REGULAR	NÃO	4.946,98	253,29	519,93	5.720,20
GRUPO B	VECTRA SDELEGANCE	DJM-0056	2010	FLEX	3733	BOM	NÃO	1.745,59	837,11	538,43	3.121,13
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0063	2010	FLEX	1914	BOM	NÃO	605,90	193,86	538,43	1.338,19
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0058	2010	FLEX	2759	BOM	NÃO	1.196,49	196,88	538,43	1.931,80
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0067	2010	FLEX	12327	BOM	NÃO	3.840,30	1.929,68	538,43	6.308,41
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0054	2010	FLEX	18308	BOM	NÃO	6.159,59	608,27	538,43	7.306,29
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0049	2010	FLEX	1109	BOM	NÃO	698,70	0,00	538,43	1.237,13
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0051	2010	FLEX	16898	BOM	NÃO	4.917,67	1.423,55	538,43	6.879,65
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0059	2010	FLEX	2515	BOM	NÃO	1.411,12	1.001,98	538,43	2.951,53
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0050	2010	FLEX	878	BOM	NÃO	559,96	855,12	538,43	1.953,51
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0070	2010	FLEX	1686	BOM	NÃO	895,94	0,00	538,43	1.434,37
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0061	2010	FLEX	5687	BOM	NÃO	2.236,46	3.975,12	538,43	6.750,01
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0057	2010	FLEX	1758	BOM	NÃO	1.134,48	868,32	538,43	2.541,23
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0064	2010	FLEX	12797	BOM	NÃO	5.023,00	1.222,18	538,43	6.783,61
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0052	2010	FLEX	11507	BOM	NÃO	4.123,19	3.494,72	538,43	8.156,34
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0062	2010	FLEX	1770	BOM	NÃO	733,87	1.249,42	538,43	2.521,72
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0065	2010	FLEX	2420	BOM	NÃO	906,03	0,00	538,43	1.444,46
GRUPO B	VECTRA SD ELEGANCE	DJM-0060	2010	FLEX	3732	BOM	NÃO	1.946,14	2.119,35	538,43	4.603,92
GRUPO B	GM OMEGA CD 3.8	JFQ-3995	2004	GASOLINA	107	REGULAR	NÃO	137,91	480,00	749,55	1.367,46
GRUPO B	GM OMEGA CD 3.8	JFQ-4265	2004	GASOLINA	877	REGULAR	NÃO	702,50	260,00	749,55	1.712,05
GRUPO B	GM OMEGA CD 3.8	JFP-6925	2003	GASOLINA	2943	RUIM	NÃO	1.916,87	0,00	729,40	2.646,27
GRUPO C	PEUGEOT 207 SW XR	EEF-7993	2010	FLEX	1236	BOM	NÃO	583,23	0,00	518,33	1.101,56
GRUPO C	PEUGEOT 207 SW XR	EEF-7994	2010	FLEX	968	BOM	NÃO	419,52	394,92	518,33	1.332,77
GRUPO C	PEUGEOT 207 SW XR	EEF-7995	2010	FLEX	1365	BOM	NÃO	522,98	0,00	518,33	1.041,31
GRUPO C	GM/ZAFIRA ELEGANCE	EEF-2370	2009	FLEX	2396	RUIM	NÃO	1.127,96	0,00	576,19	1.704,15
GRUPO C	GM/ZAFIRA ELEGANCE	EEF-2372	2009	FLEX	6348	RUIM	NÃO	2.037,24	514,13	576,19	3.127,56
GRUPO C	GM/ZAFIRA ELEGANCE	EEF-2374	2009	FLEX	4820	RUIM	NÃO	1.680,41	1.789,58	576,19	4.046,18
GRUPO C	FORD/FIESTA	DJL-7867	2011	FLEX	2904	BOM	NÃO	954,11	306,10	514,55	1.774,76
GRUPO C	FORD/FIESTA	DJL-7864	2011	FLEX	2417	BOM	NÃO	980,77	0,00	514,55	1.495,32
GRUPO D	VAN DUCATO 16L	DJL-7467	2011	DIESEL	9078	BOM	NÃO	4.987,69	1.193,30	1.026,58	7.207,57
GRUPO D	VAN DUCATO 16L	DJL-7483	2011	DIESEL	14950	BOM	NÃO	2.843,07	4.486,65	1.026,58	8.356,30
GRUPO E	VW KOMBI FURGÃO	DJL-1502	2010	GASOLINA	1268	REGULAR	NÃO	501,79	4.305,19	562,54	5.369,52
GRUPO E	VW KOMBI FURGÃO	DJL-1505	2010	GASOLINA	2039	REGULAR	NÃO	842,55	985,03	562,54	2.390,12

Identificação do Veículo			Ano Fabricação	Tipo de Combustível	Quilômetros Rodados no Ano	Estado de Conservação	Houve sinistro? sim/não (quantos)	Custos Associados à Manutenção da Frota (em R\$)			
Classificação (Grupo)	Marca/Modelo	Placas						Combustíveis e Lubrificantes	Revisões Periódicas	Impostos, Taxas e Seguros	Custo Total
								(A)	(B)	(C)	D=(A+B+C)
GRUPO E	VW KOMBI FURGÃO	DJL-1520	2010	GASOLINA	2185	REGULAR	NÃO	900,59	2.861,96	562,54	4.325,09
GRUPO E	PEUGEOT/ PARTNER	EEF-0141	2009	GASOLINA	769	REGULAR	NÃO	337,99	0,00	477,51	815,50
GRUPO E	PEUGEOT/ PARTNER	EEF-0143	2009	GASOLINA	647	REGULAR	NÃO	279,60	0,00	477,51	757,11
GRUPO E	PEUGEOT/ BOXER	EEF-0142	2009	DIESEL	87	REGULAR	NÃO	0,00	671,24	726,84	1.398,08
GRUPO E	PEUGEOT/ BOXER	EEF-0167	2009	DIESEL	943	REGULAR	NÃO	182,47	60,00	726,84	969,31
GRUPO E	FIAT DUCATO	EEF-3913	2009	DIESEL	9329	REGULAR	NÃO	2.703,98	426,65	656,21	3.786,84
GRUPO E	HYUNDAI HR 2.5	DJL-6925	2011	DIESEL	4237	BOM	NÃO	1.450,41	305,71	954,14	2.710,26
GRUPO E	HYUNDAI HR 2.5	DJL-6943	2011	DIESEL	1203	BOM	NÃO	506,34	0,00	954,14	1.460,48
GRUPO E	HYUNDAI HR 2.5	DJL-6971	2011	DIESEL	5072	BOM	NÃO	1.812,94	305,71	954,14	3.072,79
GRUPO G	GM/S10	EEF-2369	2009	DIESEL	10209	REGULAR	NÃO	2.626,24	2.377,68	657,74	5.661,66
GRUPO G	GM/S10	EEF-2180	2009	FLEX	465	REGULAR	NÃO	289,82	5.661,31	611,24	6.562,37
GRUPO E	GM/S10	DJL-1467	2010	FLEX	1665	REGULAR	NÃO	760,11	0,00	610,77	1.370,88
GRUPO E	GM/S10	DJM-0053	2010	FLEX	2496	REGULAR	NÃO	1.273,95	194,13	606,48	2.074,56
GRUPO G	VW SAVEIRO/ AMBULANCIA	CMW-1312	2002	GASOLINA	52	RUIM	NÃO	59,67	0,00	517,49	577,16
TOTAL DOS CUSTOS								129.508,11	90.900,81	48.803,01	269.211,93

Fonte: Empresa PIX-Adm de Cartões de crédito Ltda. (gerenciamento de fornecimento de combustível), oficina contratada para manutenção da frota-UZEDA soluções automotivas Ltda., Seguradora Allianz e Seguradora Lider (Seguro DPVAT).

JFSP (UG 090017)

Identificação do Veículo			Ano Fabricação	Tipo de Combustível	Quilômetros Rodados no Ano	Estado de Conservação	Houve sinistro? sim/não (quantos)	Custos Associados à Manutenção da Frota (em R\$)			
Classificação (Grupo)	Marca/Modelo	Placas						Combustíveis e Lubrificantes (A)	Revisões Periódicas (B)	Impostos, Taxas e Seguros (C)	Custo Total D=(A+B+C)
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	CMW9971	2005/06	FLEX	1005	BOM	Não	242,94	0,00	555,25	798,19
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	CMW9930	2005/06	FLEX	2534	BOM	Não	609,17	1.642,45	555,25	2.806,87
E	FIAT DOBLO ATTRATIVE 1.4	DJP9369	2012/13	FLEX	2817	ÓTIMO	Não	869,35	0,00	555,25	1.424,60
C	PEUGEOT 206	DJP7943	2007	FLEX	9109	BOM	Não	2.017,01	25,00	555,25	2.597,26
E	FIAT DOBLO ATTRATIVE 1.4	DJP9388	2012/13	FLEX	1355	ÓTIMO	Não	448,00	25,00	555,25	1.028,25
E	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	DJM8914	2014	FLEX	654	ÓTIMO	Não	424,74	0,00	555,25	979,99
C	PEUGEOT 206	DJP7938	2007	FLEX	257	BOM	Não	86,30	0,00	555,25	641,55
C	VW PARATI 1.6 CITY	CMW3780	2004/05	FLEX	0	BOM	Não	0,00	0,00	555,25	555,25
E	FIAT DOBLO ATTRATIVE 1.4	DJP9387	2012/13	FLEX	4121	ÓTIMO	Não	1.261,15	0,00	555,25	1.816,40
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5203	2006/07	FLEX	396	BOM	Não	284,87	0,00	555,25	840,12
E	FIAT DOBLO ATTRATIVE 1.4	DJP9413	2012/13	FLEX	1704	ÓTIMO	Não	647,27	0,00	555,25	1.202,52
C	PEUGEOT 206	DJP7940	2007	FLEX	780	BOM	Não	242,96	0,00	555,25	798,21
C	FIAT PALIO W ATTRATIVE 1.4	DJL5279	2011	FLEX	2926	ÓTIMO	Não	777,12	417,00	555,25	1.749,37
E	FIAT DOBLO ATTRATIVE 1.4	DJL8783	2011/12	FLEX	3628	ÓTIMO	Não	1.175,90	323,00	555,25	2.054,15
C	VW PARATI 1.6	DJP6421	2008/09	FLEX	2357	BOM	Não	1.122,27	1.472,85	555,25	3.150,37
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	CMW9929	2005/06	FLEX	1673	BOM	Não	630,00	70,00	555,25	1.255,25
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	CMW9924	2005/06	FLEX	1813	BOM	Não	563,60	0,00	555,25	1.118,85
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	CMW9946	2005/06	FLEX	1916	BOM	Não	657,29	1.305,00	555,25	2.517,54
C	VW PARATI 1.6	DJP6409	2008/09	FLEX	2522	BOM	Não	904,86	464,40	555,25	1.924,51
E	FIAT DOBLO ATTRATIVE 1.4	DJP9395	2012/13	FLEX	4801	ÓTIMO	Não	1.033,07	571,00	555,25	2.159,32

Identificação do Veículo			Ano Fabricação	Tipo de Combustível	Quilômetros Rodados no Ano	Estado de Conservação	Houve sinistro? sim/não (quantos)	Custos Associados à Manutenção da Frota (em R\$)			
Classificação (Grupo)	Marca/Modelo	Placas						Combustíveis e Lubrificantes (A)	Revisões Periódicas (B)	Impostos, Taxas e Seguros (C)	Custo Total D=(A+B+C)
E	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	DJM8907	2014	FLEX	3415	ÓTIMO	Não	963,70	0,00	555,25	1.518,95
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5202	2006/07	FLEX	5592	BOM	Não	1.678,59	35,00	555,25	2.268,84
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5208	2006/07	FLEX	7538	BOM	Não	1.890,67	1.049,56	555,25	3.495,48
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5209	2006/07	FLEX	7834	BOM	Não	1.891,29	1.281,00	555,25	3.727,54
C	VW PARATI 1.6 CITY	CMW3785	2004/05	FLEX	4224	BOM	Não	1.256,02	733,48	555,25	2.544,75
C	VW PARATI 1.6 CITY	CMW8507	2004/05	FLEX	2097	BOM	Não	577,32	1.100,55	555,25	2.233,12
C	PEUGEOT 206	DJP7935	2007	FLEX	3756	BOM	Não	1.312,81	1.147,80	555,25	3.015,86
C	PEUGEOT 206	DJP7944	2007	FLEX	984	BOM	Não	225,56	0,00	555,25	780,81
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	CMW9915	2005/06	FLEX	916	BOM	Não	232,51	0,00	555,25	787,76
E	FIAT DOBLO ATTRATIVE 1.4	DJP9375	2012/13	FLEX	3924	ÓTIMO	Não	1.057,33	0,00	555,25	1.612,58
C	VW PARATI 1.6	DJP6417	2008/09	FLEX	1455	BOM	Não	548,03	430,00	555,25	1.533,28
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5204	2006/07	FLEX	532	BOM	Não	200,91	1.195,00	555,25	1.951,16
E	FIAT DOBLO ATTRATIVE 1.4	DJP9400	2012/13	FLEX	2190	ÓTIMO	Não	749,87	0,00	555,25	1.305,12
C	VW PARATI 1.6 CITY	CMW8509	2004/05	FLEX	2525	BOM	Não	843,69	450,00	555,25	1.848,94
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	CMW9932	2005/06	FLEX	9168	BOM	Não	2.476,05	368,96	555,25	3.400,26
D	VW KOMBI	CMW8508	2004/05	ÁLCOOL	813	BOM	Não	227,54	78,60	555,25	861,39
C	VW PARATI 1.6	DJP6423	2008/09	FLEX	1454	ÓTIMO	Não	479,67	78,60	555,25	1.113,52
E	FIAT DOBLO ATTRATIVE 1.4	DJP9381	2012/13	FLEX	547	ÓTIMO	Não	213,65	0,00	555,25	768,90
E	FIAT DOBLO ATTRATIVE 1.4	DJP9394	2012/13	FLEX	2676	ÓTIMO	Não	996,59	0,00	555,25	1.551,84
E	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	DJM8900	2014	FLEX	772	ÓTIMO	Não	379,00	0,00	555,25	934,25
C	PEUGEOT 206	DJP7936	2007	FLEX	502	BOM	Não	285,50	230,00	555,25	1.070,75
C	VW PARATI 1.6	DJP6422	2008/09	FLEX	907	BOM	Não	165,32	495,00	555,25	1.215,57

Identificação do Veículo			Ano Fabricação	Tipo de Combustível	Quilômetros Rodados no Ano	Estado de Conservação	Houve sinistro? sim/não (quantos)	Custos Associados à Manutenção da Frota (em R\$)			
Classificação (Grupo)	Marca/Modelo	Placas						Combustíveis e Lubrificantes (A)	Revisões Periódicas (B)	Impostos, Taxas e Seguros (C)	Custo Total D=(A+B+C)
E	FIAT DOBLO CARGO 1.4	DJP9405	2012/13	FLEX	3059	ÓTIMO	Não	1.109,83	227,00	559,96	1.896,79
C	VW PARATI 1.6	DJP6410	2008/09	FLEX	3193	BOM	Não	988,43	641,00	555,25	2.184,68
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5212	2006/07	FLEX	3006	BOM	Não	834,63	666,00	555,25	2.055,88
C	PEUGEOT 206	DJP7942	2007	FLEX	1296	BOM	Não	412,15	1.950,00	555,25	2.917,40
E	FIAT DOBLO ATTRACTIVE 1.4	EOB3082	2011/12	FLEX	5015	ÓTIMO	Não	2.382,50	0,00	555,25	2.937,75
C	PEUGEOT 206	DJP7941	2007	FLEX	2539	BOM	Não	1.404,38	0,00	555,25	1.959,63
C	PEUGEOT 206	DJP7946	2007	FLEX	12696	BOM	Não	2.366,28	0,00	555,25	2.921,53
E	FIAT DOBLO ATTRACTIVE 1.4	EXP3311	2011/12	FLEX	1708	ÓTIMO	Não	496,97	0,00	555,25	1.052,22
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5206	2006/07	FLEX	2900	BOM	Não	744,62	421,92	555,25	1.721,79
E	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	DJM8902	2014	FLEX	1208	ÓTIMO	Não	561,22	0,00	546,83	1.108,05
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5210	2006/07	FLEX	3204	BOM	Não	877,22	80,00	555,25	1.512,47
E	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	DJM8903	2014	FLEX	1394	ÓTIMO	Não	682,86	0,00	555,25	1.238,11
C	PEUGEOT 206	DJP7937	2007	FLEX	3875	BOM	Não	1.146,64	0,00	555,25	1.701,89
E	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	DJM8906	2014	FLEX	2564	ÓTIMO	Não	1.029,06	37,00	555,25	1.621,31
C	VW PARATI 1.6	DJP6404	2008/09	FLEX	3129	BOM	Não	1.089,28	1.167,00	555,25	2.811,53
E	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	DJM8901	2014	FLEX	3762	ÓTIMO	Não	1.315,87	0,00	555,25	1.871,12
C	PEUGEOT 206	DJP7939	2007	FLEX	8344	BOM	Não	2.131,95	1.360,00	555,25	4.047,20
G	FIAT DOBLO AMBULÂNCIA 1.8	DJP9435	2012/13	FLEX	0	ÓTIMO	Não	0,00	148,00	559,96	707,96
E	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	DJP9370	2012/13	FLEX	19163	ÓTIMO	Não	5.726,41	370,70	555,25	6.652,36
E	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	DJP9393	2012/13	FLEX	6346	ÓTIMO	Não	2.567,45	0,00	555,25	3.122,70
E	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	DJP9406	2012/13	FLEX	16560	ÓTIMO	Não	5.116,89	475,70	555,25	6.147,84

Identificação do Veículo			Ano Fabricação	Tipo de Combustível	Quilômetros Rodados no Ano	Estado de Conservação	Houve sinistro? sim/não (quantos)	Custos Associados à Manutenção da Frota (em R\$)			
Classificação (Grupo)	Marca/Modelo	Placas						Combustíveis e Lubrificantes (A)	Revisões Periódicas (B)	Impostos, Taxas e Seguros (C)	Custo Total D=(A+B+C)
E	FIAT DOBLO CARGO 1.4	DJP9389	2012/13	FLEX	4356	ÓTIMO	Não	1.496,73	148,60	559,96	2.205,29
E	FIAT DUCATO CARGO	HNT6288	2010/11	DIESEL	2690	ÓTIMO	Não	874,00	755,00	854,96	2.483,96
E	FIAT DUCATO CARGO	HNT6298	2010/11	DIESEL	4802	ÓTIMO	Não	1.263,95	45,00	854,96	2.163,91
E	FIAT DUCATO CARGO	HNT6286	2010/11	DIESEL	4766	ÓTIMO	Não	1.268,42	360,00	854,96	2.483,38
E	FIAT DUCATO CARGO	HNT6287	2010/11	DIESEL	4977	ÓTIMO	Não	1.573,21	78,60	854,96	2.506,77
D	FIAT DUCATO MINIBUS	DJL1835	2010/11	DIESEL	4655	ÓTIMO	Não	1.277,59	420,00	991,48	2.689,07
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	CMW9969	2005/06	FLEX	2168	BOM	Não	734,00	1.043,00	555,25	2.332,25
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5213	2006/07	FLEX	6207	BOM	Não	1.602,99	391,90	555,25	2.550,14
C	FIAT PALIO W ATTRATIVE 1.4	DJL5267	2011	FLEX	7419	ÓTIMO	Não	1.967,24	30,00	555,25	2.552,49
C	FIAT PALIO W ATTRATIVE 1.4	DJL5280	2011	FLEX	6034	ÓTIMO	Não	1.440,21	219,50	555,25	2.214,96
C	FIAT PALIO W ATTRATIVE 1.4	DJL5284	2011	FLEX	7019	ÓTIMO	Não	1.986,21	113,60	555,25	2.655,06
C	FIAT PALIO W ATTRATIVE 1.4	DJP9382	2012/13	FLEX	11710	ÓTIMO	Não	2.871,19	588,00	555,25	4.014,44
C	FIAT PALIO W ATTRATIVE 1.4	DJP9383	2012/13	FLEX	14575	ÓTIMO	Não	3.890,91	616,53	555,25	5.062,69
G	FORD RANGER XLT 13P	GES9005	2011/12	DIESEL	13835	ÓTIMO	Não	3.695,34	2.098,49	559,96	6.353,79
B	GM CRUZE LT NB	GES9001	2013/14	FLEX	15502	ÓTIMO	Não	3.085,86	862,38	555,25	4.503,49
D	GM S10 DE LUXE 4.3	BVZ0929	1998	GAS	319	RUIM	Não	100,00	1.948,60	854,96	2.903,56
F	IVECO CAMINHÃO 230E24	DJP0103	2008	DIESEL	18802	BOM	Não	13.808,95	4.146,02	854,96	18.809,93
F	IVECO DAILY 4912	CMW3620	2004	DIESEL	2937	BOM	Não	791,38	1.168,00	864,96	2.824,34
D	M. BENS SPRINTER 310D	BSV5723	1999	DIESEL	472	BOM	Não	158,89	835,00	991,48	1.985,37
F	M. BENS CAMINHÃO 1718 FPN	DJL5257	2010/11	DIESEL	19984	ÓTIMO	Não	9.130,71	2.319,00	854,96	12.304,67
E	PEUGEOT BOXER	DJL5226	2010/11	DIESEL	9464	ÓTIMO	Não	2.509,20	1.153,70	854,96	4.517,86

Identificação do Veículo			Ano Fabricação	Tipo de Combustível	Quilômetros Rodados no Ano	Estado de Conservação	Houve sinistro? sim/não (quantos)	Custos Associados à Manutenção da Frota (em R\$)			
Classificação (Grupo)	Marca/Modelo	Placas						Combustíveis e Lubrificantes (A)	Revisões Periódicas (B)	Impostos, Taxas e Seguros (C)	Custo Total D=(A+B+C)
C	PEUGEOT 206	DJP7934	2007	FLEX	1426	BOM	Não	354,09	0,00	555,25	909,34
F	VW CAMINHÃO 14.220	BRZ7010	1996/97	DIESEL	7402	RUIM	Não	5.345,82	3.590,00	559,96	9.495,78
F	VW CAMINHÃO 16.200	BSV5727	1999	DIESEL	2775	BOM	Não	2.551,21	3.705,51	559,96	6.816,68
F	VW CAMINHÃO 8.140	BSV5736	1999	DIESEL	9435	BOM	Não	2.960,48	3.630,00	854,96	7.445,44
D	VW KOMBI	BVZ8927	1997/98	GAS	416	RUIM	Não	222,48	250,00	555,25	1.027,73
D	VW KOMBI	BVZ6978	1998/99	ÁLCOOL	347	RUIM	Não	185,50	0,00	555,25	740,75
D	VW KOMBI	BVZ6980	1998/99	ÁLCOOL	410	RUIM	Não	198,14	0,00	555,25	753,39
D	VW KOMBI	BVZ6984	1998/99	ÁLCOOL	0	BOM	Não	0,00	0,00	555,25	555,25
D	VW KOMBI	BSV5672	1999/00	ÁLCOOL	549	RUIM	Não	206,59	0,00	555,25	761,84
D	VW KOMBI	BSV5677	1999/00	ÁLCOOL	0	BOM	Não	0,00	0,00	555,25	555,25
D	VW KOMBI	BSV5683	1999/00	ÁLCOOL	582	RUIM	Não	206,04	0,00	555,25	761,29
D	VW KOMBI	BSV5688	1999/00	ÁLCOOL	682	BOM	Não	309,42	90,00	555,25	954,67
D	VW KOMBI	BSV5721	1999/00	ÁLCOOL	769	RUIM	Não	379,73	1.401,00	555,25	2.335,98
D	VW KOMBI	CMW3781	2004/05	ÁLCOOL	708	BOM	Não	353,67	180,00	555,25	1.088,92
D	VW KOMBI	CMW8500	2004/05	ÁLCOOL	275	BOM	Não	164,10	0,00	555,25	719,35
D	VW KOMBI	EG10618	2010/2011	FLEX	2917	ÓTIMO	Não	1.347,93	45,00	696,48	2.089,41
D	VW KOMBI	CMW3784	2004/05	ÁLCOOL	1131	BOM	Não	203,89	724,23	555,25	1.483,37
C	FORD ESCORT GL 16V F	JFP2005	2002/03	GAS	0	BOM	Não	0,00	0,00	555,25	555,25
E	FORD COURIER 1.6 L	DDD4699	2007	GAS	1920	BOM	Não	807,50	70,00	559,96	1.437,46
E	FORD COURIER 1.6 L	CMW1280	2003	GAS	448	BOM	Não	150,00	113,60	559,96	823,56
C	FIAT PALIO W ATTRACTIVE 1.4	DJL5296	2011	FLEX	2564	ÓTIMO	Não	1.111,83	0,00	555,25	1.667,08
E	FIAT DOBLO CARGO	CMW9988	2005/06	GAS	791	BOM	Não	281,88	105,00	559,96	946,84
C	VW PARATI 1.6	DJP6415	2008/09	FLEX	1900	BOM	Não	1.001,29	594,04	555,25	2.150,58
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5207	2006/07	FLEX	2366	BOM	Não	907,12	35,00	555,25	1.497,37
E	FIAT FIORINO IE	DKT5615	2004	GAS	1010	BOM	Não	351,74	0,00	559,96	911,70
D	VW KOMBI	CMW3762	2004/05	ÁLCOOL	1972	BOM	Não	817,02	428,90	555,25	1.801,17
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5211	2006/07	FLEX	1907	BOM	Não	704,08	375,00	555,25	1.634,33
E	FIAT DOBLO ESSENCE 1.8	DJM8905	2014	FLEX	470	ÓTIMO	Não	415,46	0,00	555,25	970,71

Identificação do Veículo			Ano Fabricação	Tipo de Combustível	Quilômetros Rodados no Ano	Estado de Conservação	Houve sinistro? sim/não (quantos)	Custos Associados à Manutenção da Frota (em R\$)			
Classificação (Grupo)	Marca/Modelo	Placas						Combustíveis e Lubrificantes (A)	Revisões Periódicas (B)	Impostos, Taxas e Seguros (C)	Custo Total D=(A+B+C)
C	FIAT PALIO W ATTRACTIVE 1.4	DJL5254	2011	FLEX	1857	ÓTIMO	Não	750,06	265,00	555,25	1.570,31
C	FIAT PALIO W ATTRACTIVE 1.4	DJL8756	2011/12	FLEX	1534	ÓTIMO	Não	522,95	70,00	555,25	1.148,20
C	VW PARATI 1.6 CITY	CMW3783	2004/05	FLEX	1627	BOM	Não	670,17	35,00	555,25	1.260,42
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	CMW9993	2005/06	FLEX	3211	BOM	Não	1.409,14	0,00	555,25	1.964,39
C	FIAT PALIO W ATTRACTIVE 1.4	DJL5272	2011	FLEX	3628	ÓTIMO	Não	1.020,87	100,00	555,25	1.676,12
E	FIAT DOBLO ATTRACTIVE 1.4	DJP9401	2012/13	FLEX	2102	ÓTIMO	Não	619,66	0,00	555,25	1.174,91
C	FIAT PALIO WEEKEND ELX	DJP5205	2006/07	FLEX	333	BOM	Não	121,70	221,00	555,25	897,95
C	PEUGEOT 206	DJP7945	2007	FLEX	3780	BOM	Não	873,13	272,00	555,25	1.700,38
C	VW PARATI 1.6	DJP6416	2008/09	FLEX	2772	BOM	Não	822,67	1.151,00	555,25	2.528,92
TOTAL DOS CUSTOS								149.508,47	59.325,77	71.244,72	280.078,96

JFMS (UG 090015)

Identificação do Veículo			Ano Fabricação	Tipo de Combustível	Quilômetros Rodados no Ano	Estado de Conservação	Houve sinistro? sim/não (quantos)	Custos Associados à Manutenção da Frota (em R\$)			
Classificação (Grupo)	Marca/Modelo	Placas						Combustíveis e Lubrificantes (A)	Revisões Periódicas (B)	Impostos, Taxas e Seguros (C)	Custo Total D=(A+B+C)
GRUPO B	RENAULT FLUENCE SEDAN	HTO 3193	2012	FLEX	1268	ÓTIMO	NÃO	329,15	0,00	717,66	1.046,81
GRUPO B	GM CHEVROLET ASTRA SEDAN	HSH 1413	2008	FLEX	2991	BOM	NÃO	525,22	16,65	560,25	1.102,12
GRUPO B	TOYOTA COROLLA 1.8 16V	HRS 8228	2002	GASOLINA	410	BOM	NÃO	230,73	435,10	750,58	1.416,41
GRUPO B	TOYOTA COROLA 1.6 16V	HSH 8574	2002	GASOLINA	0	BOM	NÃO	214,09	0,00	763,89	977,98
GRUPO C	VW PARATI 1.6 CITY	HQH 9658	2004	GASOLINA	0	RUIM	NÃO	94,18	0,00	785,73	879,91
GRUPO C	FORD FIESTA SEDAN	HSH 4976	2009	FLEX	0	ÓTIMO	NÃO	71,45	0,00	433,90	505,35
GRUPO C	FIAT PALIO WEEKEND HLX	HSH 0735	2006	FLEX	2437	ÓTIMO	NÃO	587,77	0,00	461,75	1.049,52
GRUPO C	GM CORSA SEDAN PREMIUM	EML 8298	2009	FLEX	0	BOM	NÃO	65,91	2.198,25	437,75	2.701,91
GRUPO C	RENAULT CLIO 1.6 16V	HSH 0721	2006	FLEX	214	BOM	NÃO	171,56	0,00	570,95	742,51
GRUPO C	GM CELTA	KAB 9611	2005	FLEX	0	BOM	NÃO	0,00	0,00	418,25	418,25
GRUPO C	FORD FIESTA SEDAN	HSH 4977	2009	FLEX	0	ÓTIMO	NÃO	1.086,13	0,00	433,90	1.520,03
GRUPO C	RENAULT CLIO 1.6 16V	HSH 0719	2006	FLEX	0	BOM	NÃO	0,00	0,00	570,96	570,96
GRUPO D	MITSUBISHI L 200 GL	NRZ 3940	2013	DIESEL	724	ÓTIMO	NÃO	617,55	0,00	1.065,33	1.682,88
GRUPO D	SPRINTER MB	BSV 5722	1999	DIESEL	1402	BOM	NÃO	504,62	0,00	1.104,34	1.608,96
GRUPO D	NISSAN FRONTIER 4X4	HSH 0829	2006	DIESEL	1411	BOM	NÃO	343,44	0,00	849,46	1.192,90
GRUPO D	NISSAN FRONTIER 4X4	HSH 1227	2007	DIESEL	117	BOM	NÃO	147,82	0,00	839,46	987,28
GRUPO D	NISSAN FRONTIER 4X4	HQH 9869	2005	DIESEL	266	BOM	NÃO	249,33	0,00	911,78	1.161,11
GRUPO E	FIAT DOBLO CARGO	HSH 0732	2006	FLEX	2325	BOM	NÃO	652,60	0,00	676,46	1.329,06
GRUPO E	FIAT DOBLO EX	HQH 9260	2004	GASOLINA	640	BOM	NÃO	381,76	0,00	507,78	889,54
GRUPO E	RENAULT MASTER FURGÃO	HSH 1736	2008	DIESEL	1245	ÓTIMO	NÃO	321,49	0,00	1.488,30	1.809,79
GRUPO F	AGRALE CAMINHÃO 8500 2 PORTAS	HQH 9506	2004	DIESEL	2477	BOM	NÃO	716,95	0,00	706,93	1.423,88
GRUPO H	TOYOTA SW4 SRV 3.0	EQX 9900	2012	DIESEL	12475	ÓTIMO	NÃO	1.767,56	0,00	1.934,25	3.701,81
TOTAL DOS CUSTOS								9.079,31	2.650,00	16.989,66	28.718,97

ANEXO XXXV

QUADRO COMPARATIVO – LOCAÇÃO X AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

TRF3R (UG 090029)

Grupo de Veículos	Quantidade de Veículos	Estimativa do valor da locação mensal (1)	Estimativa do valor da locação pelo período de 5 anos (período de vida útil dos veículos próprio da UG)	Valor da frota de veículos oficiais da UG - Dezembro/2014	Custos Anuais de Manutenção - Dezembro/2014	Valor da Frota de Veículos Oficiais + Custos de Manutenção pelo período de 5 anos	Diferença Aquisição X Locação (%) Valor total estimado para locação / Valor total da frota + custos de manutenção (período de 5 anos) (E)=(A/D)*100
			(A)	(B)	(C)	(D) = B+(Cx5)	
Grupo A	01	11.730,00	703.800,00	45.695,00	8.333,65	87.363,25	806%
Grupo B	58	680.340,00	40.820.400,00	1.833.728,00	79.184,00	2.229.648,00	1.831%
Grupo C	08	62.880,00	3.772.800,00	215.179,00	15.623,60	293.297,00	1.286%
Grupo D	02	27.000,00	1.620.000,00	134.792,00	15.563,85	212.611,25	762%
Grupo E	13	152.100,00	9.126.000,00	462.512,00	30.500,60	615.015,00	1.484%
Grupo G	03	-	-	49.023,00	12.801,00	113.028,00	0,00%
Total Geral	85	907.050,00	56.043.000,00	2.740.929,00	162.006,70	3.550.962,50	1.578%

Nota:

(1) Disponível em: www.vipcarservice.com.br, www.locatruck.com.br, e www.atacar.com.br, consulta realizada em 26/02/2015.

JFSP (UG 090017)

Grupo de Veículos	Quantidade de Veículos	Estimativa do valor da locação mensal (1)	Estimativa do valor da locação pelo período de 5 anos (período de vida útil dos veículos próprio da UG)	Valor da frota de veículos oficiais da UG - Dezembro/2014	Custos Anuais de Manutenção - Dezembro/2014	Valor da Frota de Veículos Oficiais + Custos de Manutenção pelo período de 5 anos	Diferença Aquisição X Locação (%) Valor total estimado para locação / Valor total da frota + custos de manutenção (período de 5 anos) (E)=(A/D)*100
			(A)	(B)	(C)	(D) = B+(Cx5)	
Grupo B	01	3.536,33	212.180,00	20.352,00	4.503,49	42.869,45	494,94%
Grupo C	59	164.492,00	9.869.520,00	1.760.880,00	118.117,65	2.351.468,25	419,72%
Grupo D	18	61.685,00	3.701.100,00	771.630,00	24.067,76	891.968,80	414,94%
Grupo E	35	151.935,33	9.116.120,00	1.083.766,00	68.631,47	1.426.923,35	638,87%
Grupo F	06	100.500,00	6.030.000,00	166.877,00	57.696,84	455.361,20	1.324,22%
Grupo G	02	19.445,00	1.166.700,00	42.793,00	7.061,75	78.101,75	1.493,82%
Total Geral	121	501.593,67	30.095.620,00	3.846.298,00	280.078,96	5.246.692,80	573,61%

Nota:

* veículos como ambulância, caminhão e van, passageiro ou utilitário, são locados com motorista (não encontramos empresas que locam apenas o veículo).

(1) Disponível em:

<http://www.carroaluguel.com/unidas-rent-a-car>. Acessado em 26/02/2015.

<http://www.novarentacar.com.br/tarifas.pdf>. Acessado em 26/02/2015.

<http://www.carroaluguel.com/freedom-rent-a-car>. Acessado em 26/02/2015.

<http://www.carroaluguel.com/alugue-brasil-rent-a-car>. Acessado em 26/02/2015.

<http://www.carroaluguel.com/lupa-rent-a-car>. Acessado em 26/02/2015.

<http://www.carroaluguel.com/karper-rent-a-car>. Acessado em 26/02/2015.

<http://www.locatruck.com.br/aluguel-utilitarios-caminhao-aluguel-de-veiculos-de-carga-vuc-hr-bongo-bau-iveco/>. Acessado em 26/02/2015.

http://www.liguevanservice.com.br/quero_orcamento.php?TipoTransporte=6. Acessado em 26/02/2015.

<http://www.lepsservice.com.br/servicos.htm>. Acessado em 26/02/2015.

<http://www.transportesejs.com.br/>. Acessado em 26/02/2015.

<http://www.equilibrioambulancias.com.br/>. Acessado em 26/02/2015.

JFMS (UG 090015)

Grupo de Veículos	Quantidade de Veículos	Estimativa do valor da locação mensal (1)	Estimativa do valor da locação pelo período de 5 anos (período de vida útil dos veículos próprio da UG)	Valor da frota de veículos oficiais da UG - Dezembro/2014	Custos Anuais de Manutenção - Dezembro/2014	Valor da Frota de Veículos Oficiais + Custos de Manutenção pelo período de 5 anos	Diferença Aquisição X Locação (%) Valor total estimado para locação / Valor total da frota + custos de manutenção (período de 5 anos) (E)=(A/D)*100
			(A)	(B)	(C)	(D) = B+(Cx5)	
Grupo B	04	35.600,00	2.136.000,00	104.860,00	4.543,32	127.576,60	1.674,29%
Grupo C	08	18.400,00	11.040.000,00	157.477,00	8.388,44	199.419,20	5.536,08%
Grupo D	05	49.000,00	2.940.000,00	263.172,00	6.633,13	296.337,65	992,11%
Grupo E	03	23.400,00	1.404.000,00	94.372,00	4.028,39	114.513,95	1.226,05%
Grupo F	01	*	*	49.614,00	1.423,88	56.733,40	*
Grupo H	01	*	*	140.116,00	3.701,81	158.625,05	*
Total Geral	22	126.400,00	7.584.000,00	809.611,00	28.718,97	953.205,85	1.027,85%

Nota:

Valores fornecidos pela YES – Aluguel de Carros – Av. Afonso Pena, 829, Bairro Amambai, Campo Grande (MS), CEP 79.005-000 – (67) 3324-0055 e 9902-0055.

* Não há disponibilização de veículos dos Grupos F e H (caminhão e blindado).

ANEXO XXXVI

QUADRO A.8.2.2.1 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

(Fonte: SPIUNET)

Valores em R\$

TRF3R

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico (1)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (2)	Com Reformas	Com Manutenção
090029	7107009415000 - Torre Sul	13	BOM	127.959.200,00	16/12/2014	352.473.002,00	1.407.616,51	3.749.653,97
	7107013435002 - TN - 11º andar cj. 115	13	BOM	2.700.000,00	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107013405006 - TN - 11º andar cj. 118	13	BOM	2.700.000,00	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107012295002 - TN - 11º andar cj. 116	13	BOM	2.700.000,00	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107012315003 - TN - 11º andar cj. 117	13	BOM	2.700.000,00	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107010805003 - TN - 13º andar cj. 135	13	BOM	2.811.860,94	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107010825004 - TN - 13º andar cj. 136	13	BOM	2.811.860,94	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107010845005 - TN - 13º andar cj. 137	13	BOM	2.811.860,94	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107010865006 - TN - 13º andar cj. 138	13	BOM	2.844.860,94	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107012335004 - TN - 19º andar cj. 195	13	BOM	2.700.000,00	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107012355005 - TN - 19º andar cj. 196	13	BOM	2.700.000,00	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107012375006 - TN - 19º andar cj. 197	13	BOM	2.700.000,00	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107012395007 - TN - 19º andar cj. 198	13	BOM	2.700.000,00	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107012415008 - TN - 22º andar cj. 227	13	BOM	2.700.000,00	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
	7107012435009 - TN - 22º andar cj. 228	13	BOM	2.700.000,00	16/12/2014	3.355.324,00	-	123.116,40
Total							1.407.616,51	5.473.283,57

Fonte:

(1) Valor histórico: empenhos de compra dos imóveis

(2) Valor reavaliado:

Avaliação pelo Índice FIPE-ZAP	
área privativa 1 conj. Tipo	266
nº de conjuntos tipo	100
área privativa 100 conj. Tipo	26600
área privativa térreo	962
área privativa mezanino	381
AREA TOTAL	27943
Preço/m² FIPE ZAP AGO/14 (última referência)	12.614,00

JFSP

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (1)	Com Reformas	Com Manutenção
90017	6155000185007	04	BOM	976.755,47	21/03/2014	976.755,47	112.418,21	7.826,74
	6209000425000	13	BOM	-	08/08/2013	30.881,19	-	-
	7107004905000	11	BOM	3.570.861,46	23/05/2013	2.298.936,00	1.047.000,00	10.262,49
	7107009445007	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
	7107009465008	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
	7107009485009	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
	7107009505000	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
	7107009525000	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
	7107009545001	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
	7107009565002	13	REGULAR	6.866,00	02/04/2014	7.171,00		
	7107004895004	11	BOM	25.084.067,00	01/04/2014	27.220.828,00	66.800,00	58.252,45
	7083000085007	13	BOM	192.783,41	01/08/2014	215.669,21	147.997,83	-
	7075000135003	13	BOM	5.031.121,82	31/07/2014	5.443.927,78	122.285,76	13.726,15
	7071001385000	13	BOM	3.535.832,28	19/08/2014	5.255.172,49	1.144.219,06	12.256,46
	6969000245000	13	BOM	5.403.365,51	08/03/2013	6.927.505,71	105.652,96	8.401,81
	6643000135008	13	REGULAR	427.521,91	17/05/2013	484.442,21	-	-
	7079000245006	13	BOM	699.081,10	06/08/2014	780.267,57	-	-
	6179000085000	13	BOM	295.728,39	20/03/2014	352.776,76	-	7.411,97
	7097001585003	13	BOM	-	14/08/2013	114.663,17	209.865,00	8.062,63
	6291000445001	13	SEM VALOR	-	21/08/2014	5.122.887,30	-	-
	7107003745009	11	REGULAR	-	29/07/2014	5.764.687,00	-	34.528,51
	6219002985000	13	BOM	-	10/02/2014	4.411.112,00	-	-
Total							2.956.238,82	160.729,21

Fonte:

(1) Valor reavaliado: valor venal do imóvel/município

JFMS

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
090015	9051002265005	13	BOM	1.513.674,63	25/07/2014	2.009.748,53	243.718,20	45.524,16
	9051002365000	13	BOM	4.568.748,10	07/08/2014	5.860.628,60	230.792,10	132.722,28
	9051002855007	13	BOM	1.597.327,90	07/08/2014	1.876.874,49	-	-
	9063004525008	13	-	-	14/02/2014	61.500,00	-	-

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
	9063004545009	13	-	-	14/02/2014	61.500,00	-	-
	9063004565000	13	-	-	14/02/2014	85.000,00	-	-
	9063004585000	13	-	-	14/02/2014	150.949,77	-	-
	9063004605001	13	-	-	14/02/2014	150.949,77	-	-
	9073000595009	13	BOM	2.370.450,61	30/07/2014	4.315.561,08	-	83.573,04
	9073001315000	13	NOVO	304.000,00	09/07/2014	3.563.839,13	-	60.886,32
	9113000315009	13	BOM	218.000,00	25/07/2014	444.970,66	-	-
	9131002765000	13	BOM	1.631.812,16	04/08/2014	2.646.974,40	-	60.221,76
	9165000775002	13	NOVO	1.990.600,00	30/11/2012	7.850.187,78	-	77.557,32
Total							474.510,30	460.484,88

ANEXO XXXVII

CATÁLOGO DE SISTEMAS DISPONIBILIZADOS PELA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SETI)

Sigla e Nome do Sistema	Objetivo e Funcionalidades	Comitê Gestor / Gestor		Aplicação na 3ª Região		Observações	Setor	Callcenter
Sigla e nome do sistema.	Objetivos e funcionalidade do sistema	Portaria ou Resolução	Presidente / Gestor	Área organizacional onde o sistema é utilizado	Âmbito /instância onde é utilizado	Observações	Nome	Fila
AGPUB - Agendamento de Publicações	Agendar publicações administrativas e judiciais para serem incluídas no Diário Eletrônico	6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Editoração e Divulgação	Apoio ao Processual	JEF	Em processo de desativação. Foi substituído pelo sistema SEI para publicação de matérias administrativas; permanece a publicação para matérias do JEF (RES N° 370, DE 4/12/2013)	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
AJG - Assistência Judiciária Gratuita	Assistência Judiciária Gratuita	CF-POR-2013/00225	Representantes da 3ª Região: Antônio Pereira (SJSP) e Eudes Arruda Porto de Figueiredo (SJMS)	Processual e Administrativo	JF3R	Seção responsável pelo atendimento aos usuários do AJG: NUAJ Telefones: 3225-8661 (Dinalva), 3225-8670 (Dirlet).	RPIN	SP (ADM-Al. Rio Claro) - NUAJ Diretoria.
Assinador Digital PDF (3ª Região)	O Assinador Digital PDF é uma aplicação monousuária para ambiente Windows que tem por objetivo a assinatura digital, inclusive em lote, de documentos PDF, por meio de certificados digitais emitidos pela AC-CAIXA-JUS e gravados em tokens.			Apoio ao Processual	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
Atas de Distribuição	Publicar na Internet as atas de distribuição de processos no 2º Grau.		Subsecretaria de Reg. E Inf. Processuais (UFOR)	Apoio ao Processual	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
Autenticação de contracheques	Validação na Internet dos contracheques de servidores do TRF	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Administrativo	JF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD

Autenticação de Documentos do GEDPRO	Autenticação de Documentos do GEDPRO	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
BNMP - Banco Nacional de Mandados de Prisão	Permite o registro e impressão dos Mandados de Prisão, bem como a transferência para o CNJ.	6745, de 17/07/12	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	JF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Divisão de Sistemas Judiciários
Certidões na JFMS	Certidões na JFMS	7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	JFMS		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Certidões na JFSP	Certidões na JFSP	7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	JFSP		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Chancela	Contingência do Protocolo Geral e Integrado	7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	JF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Clipping Online	Aplicação para publicação e disponibilização de clipping de notícias de interesse judiciário		Assessoria de Comunicação Social	Administrativo	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
COCAR - Sistema de Controle de Veículos Oficiais	Controle do Fluxo de entradas e saídas dos veículos, condutores, gastos de manutenção e combustível e quilometragem			Administrativo	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção REHU
Código de Barras de Processos - Gabinetes	Código de Barras de Processos - Gabinetes	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau

Código de Barras de Processos - Plantão Judicial	Código de Barras de Processos - Plantão Judicial	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Código de Barras de Processos - UFOR / Protocolo	Código de Barras de Processos - UFOR / Protocolo	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Consulta dados da Receita Federal	Consultar dados do cadastro de pessoas física e jurídica da Receita Federal.			Administrativo	JF3R	Sistema desenvolvido pela DIWE. Consome serviço de acesso aos dados da Receita Federal desenvolvido pelo CJF.	DATE	SP (TRF3R) - DATE - CallCenter
Consulta de acórdãos	Consultar inteiro teor dos acórdãos na Internet		Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
Consultas: Processual e Precatórios	Permitir a consulta de dados de processos e de precatórios/RPV na Internet e nos terminais de auto-atendimento (totens).	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	JF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
Contas Públicas	Publicar na Internet dados referentes aos empenhos de compra e contratos do TRF3.			Administrativo	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
Contracheque WEB - CCWeb	Permite a impressão de contracheques e informe de rendimentos dos servidores do TRF3R na Intranet.	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Administrativo	JF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
Convênio com OAB	Convênio com OAB			Apoio ao Processual	JF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Convênios Dataprev e Serpro	Convênios Dataprev e Serpro			Apoio ao Processual	JF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Divisão de

								Sistemas Judiciários
DIGPRO - Digitalização de Documentos de Processos	Permitir a digitalização, assinatura e disponibilização na Internet de autos findos, autos de guarda permanente e Livros de Sentença.			Apoio ao Processual	JFSP TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
e_GP - Sistema de Gestão de Pessoas na WEB	Pagina WEB do sistema SISRH	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	JFMS TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção REHU
EAD - Ensino a Distância	Plataforma Moodle - Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela SEGE e EMAG			Administrativo	JF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSIA
Easy Image (GED RH) - (TRF3)	GED - Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, que permite tratar, armazenar, consultar e manusear documentos de forma digital, indexado e com acesso restrito, podendo ser maneira local ou remota, desenvolvido para a plataforma Web e multiempresa. Utilizado para a gestão dos prontuários	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Administrativo	TRF3R	Em fase de substituição pelo sistema SEI // consulta ao legado disponível	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
EstCORE - Estatística da Corregedoria	Consolidação dos boletins estatísticos do 1º Grau para disponibilização no Diário Eletrônico Oficial e Internet, dos dados atinentes aos nºs de Tramitação das Varas Federais e das Centrais de Mandados – CECAP's, bem como os de Produtividade de Magistrados atuantes em Varas Federais, JEF's e Turmas Recursais.		Corregedoria Regional	Apoio ao Processual	JF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
EtqZebra - Imprime etiquetas de patrimônio	Imprime etiquetas de patrimônio utilizando a impressora térmica Zebra			Administrativo	JF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC

utilizando a impressora térmica Zebra com etiquetas de acetato	com etiquetas de acetato							
Folha de Pagamento - Sistema de Folha de Pagamento - Caché	Cálculo de folha de pagamento - SJSP (Em fase de substituição pela nova folha em Delphi; exceto as funções de cálculos retroativos dos 11,98%, que ficaram fora do escopo do novo sistema.)	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Folha de Pagamento	JFSP	Em fase de substituição pela nova folha em Delphi; exceto as funções de cálculos retroativos dos 11,98%, que ficaram fora do escopo do novo sistema.	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
Folha de Pagamento - Sistema de Folha de Pagamento - Caché (1989)	Cálculo de folha de pagamento - Funções de cálculos retroativos e de aposentadorias devem migrar para a Nova Folha Unificada, exceto cálculos retroativos dos 11,98%	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Folha de Pagamento	TRF3R	Funções de cálculos retroativos e de aposentadorias devem migrar para a Nova Folha Unificada, exceto cálculos retroativos dos 11,98%	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
Folha de Pagamento - Sistema novo - Unificado - Delphi / SQL Server	Cálculo de Folha de Pagamento - Unificada	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Folha de Pagamento	JF3R	TRF e SJMS - implantado SJSP - em implantação	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
GEDPRO - Gerenciamento eletrônico de Docs Processuais	Gerenciamento eletrônico de Docs Processuais	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistema Gedpro
GPC - Sistema de Gestão por Competências	Instrumentalizar servidores para a Gestão do Desenvolvimento de Competências essenciais a excelência na prestação de serviços no âmbito do TRF3, em conformidade com as diretrizes do Plano Nacional de Capacitação instituído pelo CJF.	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Administrativo\SE TI e SEGE	TRF3R	A ser expandido para toda a 3ª Região // desenvolvimento sobrestado	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
Imposto de Renda	Envio de declaração anual obrigatória do imposto de renda	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSIA

Impressão de Mandados	Aplicação Delphi para impressão dos mandados com código de barras.	7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	JFSP JFMS	em processo de desativação.	DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Inforh - Informativo de RH e Pró-Social	Aplicação para consulta da autenticidade do contracheque expedido via inforh e dados dos sistemas de RH, Folha de Pagamento e Pró-Social	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH\Folha Pagamento e Pró-Social	JFSP	-- informativo de pró-social já unificado para TRF/SJSP/SJMS -- informativo de RH será substituído pelo EGP	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
INFORH - Informativo RH TRF3 - Cachê/PHP	Sistema de RH que trata da Frequência do Setor e Extratos do Pró-social (até dez/2013)	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	TRF3R	Sendo substituído pelo EGP	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
Integração de dados - Advocacia Geral da União - AGU	Integração de dados - Advocacia Geral da União - AGU	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Integração de dados - MPF - Processos Remetidos - Movimentação Processual - Pauta de Julgamento	Integração de dados - Processos Remetidos ao MPF, Movimentação Processual e Pauta de Julgamento relativa aos processos em que há atuação do MPF	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Integração SIAPRO-CACHÊ	Integração SIAPRO-CACHÊ	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	JF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Divisão de Sistemas Judiciários
Integração SIAPRO-CACHÊ	Transferência online e em lote de processos do 1º Grau para o 2º Grau	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	JF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
IRSM - Notificação Eletrônica ao INSS	Notificação Eletrônica ao INSS em Lote	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas

em Lote								Judiciários de 2º Grau
i-STJ - Gestão de peças eletrônicas (Digitalizador), que envia processos eletronicamente ao STJ.	Gestão de peças eletrônicas (Digitalizador), que envia processos eletronicamente ao STJ.	7456, de 12/03/14	Supervisor da Seção de Validação e Indexação da Secretaria Judiciária	Apoio ao Processual	TRF3R	Sistema desenvolvido e mantido pelo STJ	DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
ITA - Inteiro Teor dos Acórdãos, em PDF	Inteiro Teor dos Acórdãos em, PDF	7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
JURIS3R - Entrada de Dados para Jurisprudência	Entrada de Dados para Jurisprudência	7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Kenta	Gravação de áudio e vídeo das audiências			Processual	JF3R		DATE	SP (TRF3R) - DATE - CallCenter
Licitações	Aplicação para publicação e disponibilização dos editais de licitações desta Corte			Administrativo	JF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
LoteDoc - Utilitário para criação de blocos de processos no SIAPRO	Utilitário para criação de blocos de processos no SIAPRO	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
MapaVara - Mapa de alocação de magistrados	Gerencia a alocação de magistrados nas Varas Federais da 3ª Região, e permite a consulta ao Mapa das Varas.		Secretaria dos Conselhos de Adm. E Justiça	Administrativo	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
Notícias	Publicar na Internet as notícias divulgadas pela Assessoria de Comunicação. Engloba, além das notícias, o		Assessoria de Comunicação Social	Administrativo	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet

	Clipping Online e o Via Legal.							
NXT4 - Banco de Dados Textual - Atos normativos	Aplicação, para publicação e disponibilização, dos atos normativos desta Corte	7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Administrativo	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
NXT4 - Banco de dados Textual - Boletim Interno	Banco de dados Textual - Boletim Interno	7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Administrativo	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
NXT4 - Banco de dados Textual - Jurisprudência	Banco de dados Textual - Jurisprudência	7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
NXT4 - Banco de dados Textual - Pareceres Ucon	Banco de dados Textual - Pareceres Ucon	7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Administrativo	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
NXT4 - Banco de Dados Textual - Recursais	Banco de Dados Textual Recursais	7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
NXT4 - Banco de dados Textual - Tabela de Assuntos Processuais - TAP	Banco de dados Textual - Tabela de Assuntos Processuais - TAP	7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
ObjetoPe - Certidão de Andamento Processual	Certidão de Andamento Processual	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
PA3R - Protocolo Automatizado do TRF3R	Protocolo Automatizado do TRF3R e protocolo integrado das Seções	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	JF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas

								Judiciários de 2º Grau
Pauta de Julgamento - consulta WEB	Pauta de Julgamento - consulta WEB	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
PEPWEB - Peticionamento Eletrônico do JEF + Sistema de Atermação Online (SAO)	Enviar pela internet e acompanhar as petições de andamento para processos do JEF	0468989, de 08/5/2014	Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Apoio ao Processual	JEF		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
Pergamun - Sistema Integrado de Bibliotecas da Justiça Federal	Sistema informatizado de gerenciamento de dados de biblioteca	7.713, de 29/10/2014	Diretor do Núcleo de Biblioteca da Seção Judiciária de São Paulo.	Administrativo	JF3R	Sistema Adquirido e mantido pelo CJF	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
PJE	Processo Jurídico Eletrônico	7460, de 13/3/2014	Desemb. Fed. Maria Cecília Pereira de Mello	Processual	JF3R		RPIN	DIPT-Divisão de Projetos de TI
Ponto Eletrônico	Controle de Ponto dos terceirizados e Estagiários		Divisão de Sistemas Administrativos e Apoio	SETI	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
Portal da Sege na Intranet	Página da Secretaria de Gestão de Pessoas	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	TRF3R		DSAP	SP (TRF) - DSAP - Seção RSIA
Portal de Estatística - Camada de Apresentação	Portal de Estatística - Camada de Apresentação			Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
PRE - Sistema de Promoção e Remoção	Permite a inscrição de servidores e magistrados em editais de concurso para promoção (magistrados) ou remoção local ou regional (servidores e magistrados).			Administrativo	JF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DS AP - Seção RSIA
PrecWEB - PRC/RPV - Eletrônico	PRC/RPV - Eletrônico Competência Delegada - Justiça Estadual	7456, de 12/03/14	Diretora da Secretaria da Presidência	Apoio ao Processual	JF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-

Competência Delegada - Justiça Estadual								Intranet - TRF
Prevenção - Pje	Gerar relatório de possibilidades de prevenção com JEF e 1º Grau para os processos do PJe			Apoio ao Processual	JFSP JFMS		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
Processômetros (Judiciário em Dia/Meta2)	Processômetros (Judiciário em Dia/Meta2)			Apoio ao Processual	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
PRO3R - Sistema de Pró-Social	Sistema do Pró-Social – controlar os benefícios dos servidores e magistrados da SJSP, SJMS e do TRF.	6810, de 26/09/12	Diretor da Subsecretaria de Assistência Médico-Social	Pró-Social	JF3R	Sistema Pró-Social-SJSP foi adaptado para permitir o uso pelos 3 órgãos: SJSP, SJMS e TRF	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
PSS (Process & Storage Sound) - Gravação de áudio	Sistema usado pela taquigrafia para a gravação do áudio das audiências de julgamento do TRF			Apoio ao Processual	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
Publicação no diário eletrônico	Publicação no Diário Eletrônico	6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Editoração e Divulgação	Administrativo	JF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Publicador - Diário Eletrônico (conversão para HTML)	Grava as matérias recebidas em .RTF na Base do Diário Eletrônico - Caderno Judicial II	6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Editoração e Divulgação	Administrativo	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
Recebimento de Requisições de Pagamento de Precatórios	Receber e validar as requisições de pequeno valor e os precatórios.	7456, de 12/03/14	Diretora da Secretaria da Presidência	Apoio ao Processual	JF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
RegistraNB - Registro de Número de Benefício e dados complementares para Notificação Eletrônica INSS	Registro de Número de Benefício e dados complementares para Notificação Eletrônica INSS	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau

REQPAG - Controle de PRC/RPV - Eletrônico no 2º grau	Controle de PRC/RPV - Eletrônico no 2º grau	7456, de 12/03/14	Diretora da Secretaria da Presidência	Administrativo	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistema Gedpro
REQPAG - WEBFECHA	Fechamento de Proposta Orçamentária de PRC/RPV	7456, de 12/03/14	Diretora da Secretaria da Presidência	Administrativo	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
RH Magistrado - Caché	Cadastro de Magistrados (Desembargadores e Juízes) e Lançamento de Férias	6810, de 26/09/12	Diretor da Secretaria dos Conselhos de Administração e Justiça	Conselho e Corregedoria	TRF3R	Em processo de unificação	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
SAPEP – Sistema de Aquisição Material Bibliográfico	Sistema de Aquisição de Material Bibliográfico –Inclui os módulos de Gerenciamento e Cadastro (BIBAQ), de Novas Aquisições (WEB) e de Solicitação e Pesquisa de Acervo - Empréstimo Permanente (WEB) - (SJSP) e Sumários Correntes			Administrativo	JFSP		DIAD	SP (TRF3R) - Div.de Admin.de Dados e Banco de Dados
SEDEX e Carta Simples	Controle de documentos enviados por sedex e carta registrada, bem como a geração e controle de objetos, como carta simples e impressos especiais nos procedimentos de Cadastramento, Tabelas básicas, Atualizar peso e valor, Devoluções	6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Comunicações	Apoio ao Processual	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
SEI! - Sistema Eletrônico de Informações	Sistema para trâmite eletrônico de Processos Administrativos	310, de 26/11/12	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Institucional	JF3R	Sistema desenvolvido e mantido pelo TRF da 4ª Região	DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
SEMAG - Sist. Cursos da Escola Magistrado	Sistema de Cursos e Eventos da Escola de Magistrados		Escola de Magistrados	Administrativo	JF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSIA
Serviço de	Aplicação para cadastro de	6810, de	Diretor-Geral	Administrativo	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) -

Voluntariado	voluntários na Internet	26/09/12						DSAP - Seção RSIA
SIAPRIWEB	Sistema de Acompanhamento Processual do 1º grau na plataforma WEB	7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	JFSP JFMS		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
SIAPRO - Sistema de Informações e Acompanhamento Processual	Sistema de Informações e Acompanhamento Processual	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
SICAD - Sistema de Chamados Administrativos	Chamados da Secretaria de Administração		Diretor da SADI	Administrativo	TRF3R	Implantado em 14/07/14	RGET	SP (TRF3R) - RGET- Gestão de TI
SICOM - Sistema de Comunicações	Sistema de gerenciamento de procedimentos do malote da JF3R, proporcionando a oportunidade de rastrear a posição dos objetos remetidos, via malote, por todos os usuários de todos os órgãos envolvidos.	6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Comunicações	Administrativo	JF3R	Sistema via Web para uso de todos os usuários; Usuário previamente cadastrado	DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
SIES - Sistema de Estagiários	Sistema de Gerenciamento de Contratos de Estágio	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	Administrativo	JF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSIA
SIMAP e SIMAPWEB - Sistema de Materiais e Patrimônio	Controlar os materiais de consumo e permanentes	6810, de 26/09/12	Diretor da Secretaria Administrativa do TRF	Administrativo	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
SINC - Sistema Informatizado de Cursos	Sistema de Administração e Gerenciamento de cursos feitos por servidores	º 6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	JFSP TRF3R	Em processo de unificação de bases de dados com tratamento multiempresa	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSIA
SINTEGRA - Sistema de Integração com Órgãos Externos	Implantação do padrão nacional de integração de sistemas de processo eletrônico, disponibilizando a consulta processual por meio da tecnologia Web service,			Apoio ao Processual	JF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet

	atendendo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 058/2009, de 09 de Junho de 2009. - Projeto Interoperabilidade							
SISATA	O sistema Sisata controla o cadastro das atas de registros de preços, decorrentes de processo licitatório, para aquisição de materiais, permanentes e de consumo, e contratação de prestação de serviços.			Administrativo	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
SISJEF	Sistema Processual de 1º e 2º grau dos JEF da Terceira Região	0468989, de 08/5/2014	Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Processual	JF3R	Atende também o registro de expedientes pré-processuais das Centrais de Conciliação da 3ª Região	DINJ	SP (JEF) - Desenvol. Sistemas
SISPO - Sistema de Portaria	Controle do Fluxo de entradas e saídas de pessoas (servidores, terceirizados, visitantes) nos prédios do TRF3.			Administrativo	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção REHU
SISRH_TRF/SJMS - Sistema de Recursos Humanos	Controle de Recursos Humanos do TRF3R e SJMS	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	JFMS TRF3R	Implantação gradual na SJMS e integração gradual com o sistema RHCachê da SJSP	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção REHU
Sistema de Acompanhamento Processual 1º Grau (MUMPS-Cachê)	Protocolo, cadastramento e acompanhamento de processos em papel	7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	JFSP JFMS	Inclui, entre outros, os módulos PRC/RPV do 1º Grau, Central de Conciliação, Gestão Documental, Sistema de Cálculos, Controle de Remessas de processos (contadorias), Mandados (CEUNI) e Terceirização do Arquivo.	DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Sistema de Controle de Solicitações (e-SAU)	Sistema de gerenciamento de solicitações.			RH	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSIA

Sistema de Emissão e Acompanhamento de Certidões	Emite certidões de distribuição para fins gerais, eleitorais e de concurso	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Sistema de Gestão do Diário Eletrônico	Gerar, gerenciar e permitir consulta na Web das edições e cadernos do diário eletrônico da JF3R	6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Editoração e Divulgação	Administrativo	JF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Sistema de Materiais - SJSP	Sistema Eletrônico de Solicitação e Gerenciamento de Materiais, Farmácia e Almoxarifados - Módulo de Atendimento / Gerenciamento (MCE) - e Módulo Gerencial (controle estatístico)	6810, de 26/09/12	Diretor da Secretaria Administrativa do TRF	Administrativo	JFSP	Módulo de Controle de Estoque (utilizado pelos Atendentes) - Baixas, Transferências, Cadastro de Entrada por Empenho, Entrada por Termo, Devoluções ao Estoque, Acertos, Cadastro de Fornecedores, Consultas, Relatórios.	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
Sistema de Materiais Consumo - Módulo WEB (SJSP)	Módulo WEB para efetuar solicitações, consultas, autorizações e gerenciamento (utilizado por Solicitantes, Autorizadores e Gerentes)	6810, de 26/09/12	Diretor da Secretaria Administrativa do TRF	Administrativo	JFSP		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
Sistema de Recepção de Documentos - Res. 156/2012-CNJ	Permite que os servidores façam a entrega das certidões referentes à Res. 156/CNJ ("ficha limpa")	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	JF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSIA
Sistema de Recursos Humanos - Caché	Controle recursos humanos da SJSP	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	JFSP	integração gradual com o sistema SISRH/EGP visando a unificação	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
Sistema de Recursos Humanos - Magistrados - Caché	Controle recursos humanos (magistrados) da SJSP	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	JFSP	em processo de unificação (será desativado)	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
Sistema de Recursos Humanos - Caché	Controle recursos humanos do TRF	6810, de 26/09/12	Diretor-Geral	RH	TRF3R	Em fase de substituição pelo SISRH	DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSAD
Sistema Gerenciador de Filas (SGF)	Gerenciar as filas de atendimento ao público nos juizados	0468989 de 08/05/2014	Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Processual	JF3R	Possibilidade de uso em qualquer lugar da 3ª Região.	DINJ	SP (JEF) - Desenvol. Sistemas

Sistema Push - 1º Grau	Notificar os advogados, por email, sobre a movimentação de processos indicados por eles.	7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Processual	JFSP JFMS		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau
Sistema Push - TRF3 e JEF	Notificar os advogados, por email, sobre a movimentação de processos indicados por eles.	7456, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	JEF TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
SITA - Sistema de Inteiro Teor do Acórdão	Possibilita o controle de separação e formatação dos acórdãos a serem publicados no Diário. Somente para acórdãos e julgados antigos.	7456, de 12/03/14	Diretora da Subsecretaria de Documentação e Divulgação	Apoio ao Processual	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
SPO - Sistema de Proposta Orçamentária	SISTEMA DE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - Controle Orçamentário			Administrativo	JF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC
Sustentação Oral	Permite que advogados encaminhem o pedido de sustentação oral às secretarias processantes	7693, de 12/03/2014	Diretor da Secretaria Judiciária	Apoio ao Processual	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet - TRF
Thesaurus	Sistema de Biblioteca			Administrativo	TRF3R	em processo de substituição pelo Pergamum	DIAD	SP (TRF3R) - Div.de Admin.de Dados e Banco de Dados
Trabalhos Acadêmicos	Sistema que permite visualizar os trabalhos acadêmicos apresentados para adicional de qualificação			Administrativo	JFSP		DIAD	SP (TRF3R) - Div.de Admin.de Dados e Banco de Dados
Tutelas antecipadas (Sistema de Controle de Notificações Eletrônicas ao INSS em Tutelas Antecipadas) - 1º Grau	Digitalizar e controlar documentos de processos do Fórum Previdenciário da Capital, para notificação ao INSS.	7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	JFSP		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 1º Grau

Tutelas antecipadas - 2º Grau	Digitalizar e controlar documentos de processos do Fórum Previdenciário da Capital, para notificação ao INSS.	7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
Verifica dígito CPF/CNPJ	Aplicativo de validação de dígito de controle de CPF e CNPJ	7459, de 12/03/14	Assessor de Gestão de Sistemas de Informação	Apoio ao Processual	TRF3R		DEJU	SP (TRF3R) - DEJU - Seção de Sistemas Judiciários de 2º Grau
Via legal	Aplicação para publicação e disponibilização das notícias referentes ao programa "Via Legal", divulgadas pela Asom.		Assessoria de Comunicação Social	Administrativo	JF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
Vista de autos programada	Permite que um advogado agende a vista de processos que estão na UVIP		Subsecretaria de Feitos da Vice-Presidência	Apoio ao Processual	TRF3R		DIWE	SP (TRF3R) - DIWE - Seção de Internet-Intranet
Visualizador Diário Eletrônico	É um programa utilizado pela DEDI que permite visualizar matérias do Diário Eletrônico. Efetua conferência do diário eletrônico (o que foi importado do AgPub. Contagem de matérias)	6810, de 26/09/12	Diretor da Divisão de Editoração e Divulgação	Administrativo	TRF3R		DSAP	SP (TRF3R) - DSAP - Seção RSUC

ANEXO XXXVIII

QUADRO A.9.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TI EM 2014
(Fonte: SETI e Seção de Informática/JFMS)

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (em R\$)	Valores Desembolsados 2014 (em R\$)		
			CNPJ	Denominação		TRF	SJSP	SJMS
04.002.10.2014	Prestação de serviço de auditoria externa de segurança (teste de invasão) em aplicações, serviços e infraestrutura (consultoria).	23/01/2014 a 22/01/2015	28.712.123/0001-74	MÓDULO SECURITY SOLUTIONS S/A.	104.830,00	104.830,00	-	-
04.003.10.2014	Prestação de serviços técnicos especializados em TI para Sistemas Operacionais Microsoft e serviços de rede Microsoft, abrangendo implementação, manutenção, suporte e administração da Plataforma Microsoft.	30/01/2014 a 29/01/2015	32.185.480/0001-07	NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA - EPP	101.376,00	8.414,21	9.104,13	2.794,85
04.004.10.2014	Prestação de serviços técnicos especializados em TI, para ferramentas de segurança das estações de trabalho e servidores de rede, abrangendo atualização, manutenção, suporte e administração.	31/01/2014 a 30/01/2015	32.185.480/0001-07	NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA - EPP	132.299,16	28.576,64	55.146,64	3.041,28
04.005.10.2014	Prestação de serviços técnicos especializados em TI para o banco de dados do sistema gerenciador de banco de dados CACHE	20/02/2014 a 19/02/2015	00.594.517/0001-56	M ADVISER INFORMÁTICA LTDA - EPP	298.800,00	229.910,00	-	-
04.006.10.2014	Prestação de serviços técnicos especializados em TI para o sistema gerenciador de banco de dados SQL Server, abrangendo implementação, manutenção e administração.	19/03/2014 a 18/03/2015	32.185.480/0001-07	NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA - EPP	147.591,60	77.764,78	-	-
04.007.10.2014	Aquisição de licenças de uso permanente do software oracle	07/02/2014 a	65.599.953/0001-63	CPM BRAXIS S/A	806.400,00	806.400,00	-	-

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (em R\$)	Valores Desembolsados 2014 (em R\$)		
	active Data guard e oracle database enterprise edition.	06/02/2015						
04.008.10.2014	Prestação de serviço de consultoria para definição, migração, instalação, configuração, subscrição, desenvolvimento customizado, suporte e treinamento do software de atendimento para help desk “otrs Itsm”	21/01/2014 a 20/01/2015	05.451.225/0001-	OPSERVICES TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.	142.520,00	120.230,00	-	-
04.011.10.2014	Prestação de serviço de transmissão de dados 3G	22/04/2014 a 21/04/2015	02.558.157/0001-62	TELEFONICA BRASIL SA	35.200,00	1.706,67	-	-
05.001.10.2014	Aquisição de equipamentos de Infraestrutura de rede de dados – access Points	17/01/2014 a 17/01/2017	64.799.539/0001-35	TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	1.353.190,00	1.353.190,00	-	-
05.002.10.2014	Aquisição de switches camada 2	30/01/2014 a 30/05/2017	64.799.539/0001-35	TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	1.318.240,00	1.318.240,00	-	-
05.004.10.2014	Aquisição de solução de backup, incluindo suporte técnico e consultoria.	04/02/2014 a 04/03/2017	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	3.396.700,00	3.269.680,00	-	-
05.005.10.2014	Aquisição de licenças de uso de produtos Microsoft	04/02/2014 a 19/02/2014	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	672.270,00	672.270,00		
05.011.10.2014	Aquisição de licenças de uso de produtos Microsoft	22/07/2014 a 21/08/2017	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	326.200,00	326.200,00		

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (em R\$)	Valores Desembolsados 2014 (em R\$)		
05.013.10.2014	Contrato de aquisição de licenças de uso de Produtos Microsoft.	07/10/2014 a 06/11/2017	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	2.712.640,00	2.712.640,00		
05.006.10.2014	Expansão do subsistema de armazenamento de dados hitachi	23/01/2014 a 23/01/2017	64.799.539/0001-35	TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	3.127.244,00	3.127.244,00	-	-
05.493.10.14	Expansão do subsistema de armazenamento de dados hitachi	15/01/2014 a 14/01/2017	64.799.539/0001-35	TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	1.328.636,00		1.328.636,00	-
05.007.10.2014	Aquisição de solução symantec para segurança de estações de trabalho e servidores	22/01/2014 a 21/01/2015	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	449.000,00	449.000,00	-	-
04.019.11.2013	Prestação de serviços de atualização e suporte para produtos symantec, conforme quantidades e especificações constantes do termo de referência (anexo i).	1º/10/2014 a 30/09/2015	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	409.500,00	147.420,00	249.795,00	110.950,00
05.009.10.2014	Prestação de serviços tipo “fabrica de software”, em projetos de desenvolvimento, manutenção, integração e documentação de sistemas pela técnica de análise de pontos de função, conforme definida no function point counting practices Manual (cpm), versão 4.3.1, publicado pelo international function Point users group (ifpug).	21/02/2014 a 10/11/2014	42.563.692/0012-89	M.I. MONTREAL INFORMÁTICA S.A.	16.965,00	16.965,00	-	-
05.014.10.2014	Aquisição de licenças para	02/12/2014	64.799.539/0001-35	TECNOSET	299.950,00	293.200,00	-	-

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (em R\$)	Valores Desembolsados 2014 (em R\$)		
	controladora wi-fi, marca cisco, modelo ws-svc-wism2-k9	a 01/12/2017		INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA				
07.001.10.2014	Aquisição de appliance firewall, vpn e ips, incluindo instalação e treinamento.	23/01/2014 a 22/05/2017	04.892.991/0001-15	TELTEC NETWORKS LTDA	1.244.231,22	1.064.231,22		
08.001.10.2014	Prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e proativa do programa gerenciador do banco de dados (sgbd) ingres enterprise edition, com usuários ilimitados	10/01/2014 a 9/01/2015	05.323.716/0001-43	INTERADAPT SOLUTIONS S.A.	465.600,00	409.986,61	-	-
08.001.10.2012	Prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e proativa do programa gerenciador do banco de dados (sgbd) ingres enterprise edition, com usuários ilimitados	12/01/2012 a 13/01/2014	05.499.954/0001-04	L2	443.520,00	16.016,00		
04.022.12.2010	Prestação de serviços de manutenção corretiva em terminais de autoatendimento diebold-procomp	01/01/2013 a 31/12/2014	54.083.035/0040-77	PROCOMP INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA	472.936,32	28.232,60	200.091,46	
04.003.10.2012	Prestação de serviço de manutenção e suporte técnico no sistema de videoconferência utilizado na JF3R	14/02/2012 a 13/02/2015	05.445.105/0001-78	SEAL TELECOM COMERCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇ ÕES LTDA	898.000,00	105.673,63	145.957,74	14.400,00
08.002.13.2012	Prestação de serviços técnicos especializados em TI para o banco de dados do sistema gerenciador de banco de dados oracle, abrangendo implementação, manutenção e administração do banco de dados oracle enterprise edition com rac – real application cluster.	05/09/2014 a 04/09/2015	58.069.360/0001-20	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA S.A.	261.246,24	81.453,24	138.018,11	8.146,81
04.023.11.2011	Prestação de serviços de manutenção e suporte técnico do sistema gerenciador de banco de	29/12/2014 a 28/12/2016	59.456.277/0001-76	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	713.528,88	117.018,81	181.355,40	10.556,45

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (em R\$)	Valores Desembolsados 2014 (em R\$)		
	dados oracle database enterprise edition e oracle real application cluster 11g ou superior							
04.017.10.2013	Prestação de serviços de suporte técnico do sistema gerenciador de Banco de Dados Oracle Database Standard Edition One	18/09/2013	59.456.277/0001-76	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	7.259,29	6.364,07		
08.214.12.13	Prestação de Serviços de manutenção on-site de radioenlaces de alta capacidade de transmissão	15/10/2013 a 14/10/2015	02.668.701/0001-29	GIGACOM DO BRASIL LTDA.	287.760,00	-	131.890,00	-
04.002.11.2013	Prestação de serviços, com fornecimento de equipamentos, interligando a JF3R à rede mundial de computadores – (internet)	19/06/2014 a 18/06/2015	03.420.926/0001-24	GLOBAL VILLAGE TELECOM S/A	113.983,80	38.526,59	63.735,88	3.419,52-
04.511.12.13	Prestação de serviços para acesso à internet banda larga	05/12/2013 a 04/12/2014	03.420.926/0001-24	GLOBAL VILLAGE TELECOM S/A	78.000,00	-	71.478,61	-
04.004.11.2012	Prestação de serviços de manutenção corretiva de equipamentos ibm	14/02/2012 a 13/02/2015	33.372.251/0001-56	IBM BRASIL – INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA	1.209.268,70	143.794,09	243.651,10	13.852,53
07.057.11.14	Locação de licenças do software Caché enterprise multi server web e caché elite multi server web	27/08/2014 a 26/08/2015	00.233.883/0001-80	INTERSYSTEMS DO BRASIL LTDA	744.714,72	-	682.655,16	-
04.016.11.2013	Suporte técnico e manutenção de licenças caché	29/08/2014 a 28/08/2015	00.233.883/0001-80	INTERSYSTEMS DO BRASIL LTDA	105.961,92	20.484,28	74.131,20	4.492,80
04.611.10.14	Prestação de serviços de suporte técnico e atualização das licenças da solução para a gravação de áudio e vídeo (drs – audiência)	12/12/2014 a 11/06/2017	01.276.330/0001-77	KENTA INFORMÁTICA S.A.	497.250,00	-	74.567,20	0
04.010.15.2011	Prestação de serviços de manutenção no sistema aplicativo folha de pagamento, para o TRF3R, e de manutenção nos sistemas aplicativos de controle	1º/3/2014 a 28/2/2015	78.583.721/0001-69	MPS INFORMÁTICA LTDA	2.453.700,36	444.473,36	1.340.242,74	-

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (em R\$)	Valores Desembolsados 2014 (em R\$)		
	processual e administrativo, com contratação de postos de trabalho							
07.001.10.2013	Prestação de serviços de manutenção, suporte especializado e aquisição de produtos/licenças de software novell, sob o programa/contrato mla (“master license agreement”)	27/12/2013 a 26/12/2014	81.627.838/0001-01	AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA	1.894.146,35	275.861,20	467.494,40	36.883,54
04.409.17.13	Prestação de serviços de telecomunicações necessários à implantação, operação, manutenção e gerenciamento de uma rede IP multiserviços, com uso da tecnologia mpls, para interligação das redes locais de computadores da JFSP, incluindo o fornecimento de informações para administração integrada do contrato (“serviços”)	14/07/2013 a 13/07/2014	09.645.872/0001-81	CONSORCIO REDE MPLS PE 11/2008	2.429.652,00	-	1.214.824,02	-
04.017.13.2011	Prestação de serviços de manutenção e suporte técnico para o software pss-process & storage sound	08/08/2014 a 07/08/2014	01.276.330/0001-77	KENTA INFORMÁTICA S.A.	32.882,88	30.142,64	-	-
04.013.12.2012	Prestação de serviços de manutenção preventiva programada e corretiva, com fornecimento de peças e assistência técnica, para compartimento de segurança (sala cofre)	22/08/2014 a 21/08/2015	01.011.976/0001-22	ORION TELECOMUNICAÇ ÕES ENGENHARIA S.A.	209.336,76	65.660,53	111.258,17	6.032,16
08.002.11.2011	Prestação de serviços de garantia estendida da biblioteca automatizada para backups (library)	26/12/2014 a 25/12/2016	64.799.539/0001-35	TECNOSET INFORMÁTICA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA	74.400,00	34.100,00	-	-
05.005.10.2014	Aquisição de bens permanentes e materiais de consumo relacionados à informática, para atender às necessidades da JFMS	14/02/2014 a 14/02/2015	11.546.904/0001-33	ADEGA INFORMÁTICA E ELETROELETRÔN ICA LTDA.	4.090,00	-	-	4.090,00
04.016.10.2012	Prestação de serviços de conexão	26/07/2012	76.535.764/0001-43	OI S.A.	787.964,30	-	-	719.151,76

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (em R\$)	Valores Desembolsados 2014 (em R\$)		
	à internet para a JFMS, pelo período de 12 (doze) meses.	a 26/07/2015						
07.035.10.2011	Prestação de serviços de gerenciamento de ponto eletrônico, contemplando a locação de um relógio coletor e software específico para coleta de marcações e emissão de relatórios, com o fornecimento de 100 cartões.	13/12/2011 a 12/12/2015	05.734.665/0001-42	VELTI TECNOLOGIA, SISTEMAS E ENGENHARIA LTDA.	6.900,00	-	-	6.900,00

Nota:

Contratos de TI renovados ou aditados no exercício de 2014: consta do Quadro A.9.1 o número do contrato, vigência e custo da última renovação/aditivo.

ANEXO XXXIX

QUADRO A.10.2 – RELAÇÃO DOS CONTRATOS E TERMOS CONGÊNERES COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

TRF3R
(Fonte: SADI, SETI, UDOC)

Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
ARP 12.793.10.14	Aquisição de Microcomputadores, Microcomputador ALL IN ONE e Monitores de LED-LCD.	EPEAT GOLD, demonstrando que o equipamento atinge as exigências para o melhor aproveitamento de uso de energia elétrica, comprovado pela listagem do equipamento no sítio http://www.epeat.net , e atender à diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances) quanto a não utilização de substâncias nocivas ao meio ambiente ou apresentar comprovação técnica demonstrando que o equipamento não é fabricado utilizando substâncias nocivas ao meio ambiente como: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb). Certificação do Equipamento (CPU) emitida por instituição credenciada pelo INMETRO (Processo SEI 0019725-55.2013.4.03.8000)
ARP 12.834.10.14	Aquisição de Notebooks	Os equipamentos não deverão conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). (Processo SEI 0014573-89.2014.4.03.8000)
ARP 12.008.10.13	Aquisição de impressora laser monocromática de 55ppm, impressora laser colorida de 35ppm, impressora laser colorida de 25ppm.	Permitir impressão dupla face automática (duplex integrado) (Processo SEI 0011842-57.2013.4.03.8000)
ARP 12.739.10.14	Aquisição e implantação de storages de alto desempenho, baseados em memória flash de baixa latência.	Fabricante do equipamento ofertado deverá ser participante do SNIA (Storage Networking Industry Association), na iniciativa de GSI (Green Storage Initiative) com comprovação através do site: http://www.snia.org/forums/green/ . (Processo SEI 0016022-19.2013.4.03.8000)
ARP 12.803.10.14	Aquisição de Switches.	Desligamento de energia das portas PoE em horários pré-determinados, para efeitos de economia de energia e segurança (Processo SEI 0009504-76.2014.4.03.8000)
Nota de Empenho 2014NE000838	Assinatura do jornal “O Estado de São Paulo”	Versão digital + versão impressa com selo verde certificado do FSC (Forest Stewardship Council), organismo internacional que desenvolve normas para o uso de florestas, garantindo a conservação dos recursos naturais, condições justas de trabalho no campo e estímulo às boas relações com a comunidade (Processo SEI 0017474-30.2014.4.03.8000)
Nota de Empenho 2014NE000356	Renovação da Assinatura dos periódicos: Boletim de Direito Administrativo e Boletim de Licitações e Contratos	A versão impressa permite acesso pela internet aos bancos de dados NDJ, consulta à distância, orientação via e-mail e acesso a palestras on line (Processo SEI 0002640-22.2014.4.03.8000)
Nota de Empenho 2014NE00568	Assinatura Anual Valor Econômico - Digital	Versão digital (Processo SEI 0010412-36.2014.4.03.8000)
Nota de Empenho	Renovação da assinatura da Revista	Acesso à ILC versão digital, lançada em 10/01/2013, e à WEB Orientações (Processo SEI 0007988-

Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
2014NE000590	Zênite Informativo de Licitações e Contratos – ILC; WEB Licitações e Contratos.	21.2014.4.03.8000)
Nota de Empenho 2014NE000920	Renovação da assinatura da Leianotada.com-Contratação Pública.	Versão digital (Processo SEI 0018627-98.2014.4.03.8000)
Nota de Empenho 2014NE000754	Renovação da assinatura da Revista Jurídica Consulex	Versão impressa + versão digital (Processo SEI 0008371-96.2014.4.03.8000)
Contrato 04.015.10.2014	Prestação de serviço de visualização, impressão e gerenciamento de uma coleção de 100 (cem) Normas Técnicas da ABNT e MERCOSUL, via Web.	Versão digital (Processo SEI 0014487-21.2014.4.03.8000)
Contrato 12.048.10.2014	Bloco para recados (Post it).	Bloco para recados, em papel reciclado, não clorado, adesivo acrílico removível e reposicionável, em bloco com 100 folhas, embalado em filme de polipropileno com nr. corrida e lote impressos na embalagem, tipo “post it 653, da 3m” ou similar, em embalagem com 4 blocos. (Termo de Referência- Lote 1 – Itens 1 e 2, (Processo SEI 0012797-54.2014.4.03.8000)
Contrato 12.054.10.2014	Lápis produzido com madeira reflorestada.	Lápis, produzido com madeira macia reflorestada, mina preta hb nº 02, medindo 170 mm, tipo "ecolápis da faber castell", “evolution da bic”, ou similar (Termo de Referência - Lote 1 – Item 13, Processo SEI 0012671-04.2014.4.03.8000)
Contrato 12.001.10.2015	Canetas esferográficas.	Caneta esferográfica, resina termoplástica, tinta à base de corantes orgânicos, solventes, ponta de latão, esfera de tungstênio de 1 mm, corpo em poliestireno totalmente transparente, sextavado e com suspiro central, tampa-clip ventilada, reforço envolvendo a carga, tampa traseira sem rosca, capacidade de 1.500 metros de escrita, acondicionadas em caixa que indique o fabricante, a data de fabricação e de validade, tipo "bic cristal" ou similar (Termo de Referência. Lote 1 – Itens 1, 2 e 3, Processo SEI 0012913-60.2014.4.03.8000)
Contrato 12.014.10.2014	Divisórias do tipo “Nobre”.	Painéis de madeira aglomerada e acabamento em madeira de lei e reflorestada (Termo de referência – subitem 2.1, Processo SEI 0009693-88.2013.4.03.8000)
Contrato 12.032.10.2014	Copos descartáveis (reciclável)	Copo descartável para água e café, em poliestireno, conforme NBR 14865 da ABNT, Portaria INMETRO 453/2010 e Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) (Processo SEI 0003358-19.2014.4.03.8000)
PE nº 017/2014	Envelopes de plástico feitos de polietileno oxibiodegradável.	Envelope de plástico feito de polietileno oxibiodegradável, coextrusado branco (externo) e preto (interno), espessura de 0,15 micra, impresso frente e verso em uma cor, com uma linha de adesivo para fechamento de alta resistência mecânica (nível de segurança. Deverá estar impressa no envelope a informação de que é oxibiodegradável (Processo SEI 0004918-93.2014.4.03.8000)
PE nº 052/2014	Solução de Cabeamento Estruturado.	Plástico de Engenharia (Polipropileno reciclado). Placa de piso Elevado. O piso deve ser constituído com, no mínimo, 70% de material reciclado. (Termo de Referência subitens 2.1.3.1 e 2.1.1.2, Processo SEI 0015167-06.2014.4.03.8000)
Contrato 12.022.10.2014	Aquisição de materiais para manutenção predial.	Torneira de lavatório temporizada” para redução no consumo de água e registro regulador de vazão d’água (Processo SEI 0013460-37.2013.4.03.8000)

Identificação	Objeto	Cláusulas/Critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
Contrato 12.010.10.2014	Aquisição de materiais elétricos e eletrônicos.	Fita isolante fabricada em PVC, não propagante de chamas” norma ABNT NBR NM Certificada pela 60454-3 (isenta de metais pesados, livres de chumbo) e lâmpadas fluorescente, que com menor consumo de energia, apresentam a mesma luminosidade das lâmpadas incandescentes (Termo de Referência, Processo SEI 0013324-40.2013.4.03.8000)
PE nº 066/2014	Aquisição de mesas e acessórios, para formação de estações de trabalho ergonômicas, bem como armários e credenzas.	Estações de trabalho que permitam ao usuário os ajustes necessários para uma correta postura de trabalho, através de mecanismos de regulação de altura dos tampos para teclado e monitor, de acordo com a NR-17 do Ministério do Trabalho, garantindo: aumento de produtividade, evitando a ocorrência de DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho); redução de faltas por dores resultantes de má postura; conforto e maior liberdade ao usuário, confeccionados em MDF (Processo SEI 0015057-07.2014.4.03.8000)
Contrato 12.027.10.2014	Garrafas plásticas de água mineral.	Material plástico reciclável (Processo SEI 0000838-86.2014.4.03.8000)
Contrato 04.016.10.2010	Prestação de serviços de transporte, recebimento, armazenagem e descontaminação de lâmpadas usadas que contêm mercúrio e outros tipos de uso técnico especializado.	Após a retirada dos resíduos, o Contratado deverá emitir e encaminhar ao gerente do contrato “Certificado de Descontaminação de Lâmpadas Usadas – Termo de Recepção de Responsabilidade”, no prazo de 15 (quinze) dias contados da retirada; O contratado se obriga a responsabilizar-se, também, pela destinação correta dos materiais (itens 2.1 e 3 do Termo de Referência, Processo SEI 0005089-84.2013.4.03.8000)
Contrato nº 04.011.10.2011	Prestação de serviços especializados de limpeza e conservação nos edifícios do TRF3R	Das Responsabilidades do Contratado Adotar boas praticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição tais como: • racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; • substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; • racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água; • treinamento e capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição; e • reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação. (Subitem 5.30 do Termo de Referência, Processo SEI 0015871-53.2013.4.03.8000)

JFSP

(Fonte: Núcleo de Serviços Administrativos e Núcleo de Administração Predial e Gestão de Serviços)

Identificação	Objeto	Cláusulas/critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
Lote 1: Contrato 04.594.10.14 Lote 2: Contrato 04.597.10.14 Lote 3: Contrato 04.598.10.14	Serviços continuados de Suporte Operacional, compreendendo além da mão de obra, o fornecimento de uniformes, materiais, água mineral potável, botijões de gás (GLP), gás (engarrafado em botijões de 13 e 45Kg.), insumos e o emprego de equipamentos necessários a sua execução, abrangendo	Responsabilizar em instruir seus empregados sobre Consumo Sustentável e responsabilidade sócio ambiental, nos termos da “Agenda Ambiental na Administração Pública” (Lote 1: Processo SEI 0006064-69.2014.4.03.8001; Lote 2: Processo SEI 0011065-35.2014.4.03.8001; Lote 3: Processo SEI 0005159-64.2014.4.03.8001)

Identificação	Objeto	Cláusulas/critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
	as funções de ascensoristas, líder ascensorista, telefonista, controlador de acesso, copeira, auxiliar de serviços gerais e encarregado, nas localidades abarcadas pelas regiões 1, 2, 3 das instalações prediais da JFSP	
Região I: Contrato 08.215.10.10 Região II: Contrato 08.194.10.09 Região III: Contrato 08.192.10.09 Região IV Contrato 08.193.10.09	Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva (englobando as áreas de engenharia civil, elétrica e mecânica), em instalações e equipamentos, com fornecimento de mão-de-obra e ferramental Regiões I e II	a empresa contratada será responsável pela retirada/ descarte de todo resíduo proveniente das manutenções preventivas ou corretivas “óleo lubrificante, óleo para compressores, lâmpadas fluorescentes, e afins” (em local apropriado conforme legislação vigente), dos grupos geradores, moto bombas, transformadores, sistema de iluminação, chillers ou centrífugas e demais equipamentos pertinentes das instalações dos Prédios da JFSP (Região I: Subitem 5.5.1 do Anexo I do Edital, Processo SEI 0020376-50.2014.4.03.8001; Regiões II, III e IV: Subitem 6.5.1 do Anexo I do Edital, Processos SEI 0002097-16.2014.4.03.8001, 0022519-12.2014.4.03.8001 e 0024040-89.2014.4.03.8001, respectivamente)

JFMS
(Fonte: Seção de Gestão de Contratos)

Identificação	Objeto	Cláusulas/critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
Contratos 04.007.10.2014, 04.008.10.2014 e 04.009.10.2014	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado de janela, do tipo “split” e centrais, com serviços de: substituição de peças, remanejamento e instalação de novos equipamentos, dos prédios da JF	A contratada, na manutenção, na instalação e no remanejamento dos equipamentos e seus acessórios, deverá seguir as orientações técnicas do fabricante e normas vigentes da ABNT e outras normas: ABNT – NBR 16401 – Instalações de Ar condicionado – Sistemas centrais e unitários; ABNT NBR 13971- Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação - Manutenção programada; ABNT – NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão; Portaria n.º 3.523/1998 do Ministério da Saúde, onde determina a criação de um plano de manutenção, operação e controle (PMOC) para ambientes climatizados; RES RE 09/2003 da ANVISA/MS, onde estabelece padrões de qualidade do ar para ambientes interiores climatizados artificialmente; Padrão Referencial Brasileiro Microbiológico – Brasindoor; PORT n.º 3.214/1978, NR 10, NR 11, NR 17 e NR 9: PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; Decisão normativa 42 do CONFEA: Determina o registro no CREA local de toda pessoa jurídica que execute instalação e manutenção de sistemas de condicionadores de ar; IN 37 do IBAMA: Determina o registro de pessoas físicas e jurídicas que lidem com substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal – Cadastro Técnico Federal (substâncias controladas: clorofluorcarbono, halon, metilclorofórmio, tetracloro de carbono, brometo de metila, hidrocloreto de carbono); Decreto Leinº 99.280-90: Promulga a Convenção de Viena e o Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio; RES 267 do CONAMA: Proíbe o uso e comercialização de várias substâncias utilizadas na refrigeração; RES 340 do CONAMA: Proíbe o uso de alguns cilindros e dá instruções sobre a reciclagem de gases; Lei n.º. 9605/98: Lei dos crimes ambientais. Aplica-se em alguns casos de descumprimentos e IN Nº 01/2010 do MPOG - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na

Identificação	Objeto	Cláusulas/critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
		aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Das obrigações gerais da contratada: Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental: a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na RES CONAMA nº 382/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte; b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da ABNT, nos termos da RES CONAMA nº 01/1990, e legislação correlata; c) Nos termos do art. 4º, § 3º, da IN SLTI/MPOG nº 1/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes. (Cláusulas Terceira e Décima Primeira do Contrato, Processo SEI 002299-24.2013.4.03.8002)
Contratos 04.017.10.2014 e 04.018.10.2014	Prestação de serviços de eliminação e controle de pragas urbanas, compreendendo desinsetização, descupinização e desratização em todas as áreas internas externas dos imóveis ocupados pela SJMS	Das obrigações gerais da contratada: a empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença; ter um responsável técnico de nível superior ou de nível médio profissionalizante, com treinamento específico na área em que assumir a responsabilidade técnica, mantendo-se sempre atualizado, devidamente habilitado pelo respectivo conselho profissional que é responsável diretamente: pela execução dos serviços; treinamento dos operadores; aquisição de produtos saneantes desinfestantes e equipamentos; orientação da forma correta da aplicação dos produtos no cumprimento das tarefas inerentes ao controle de vetores e pragas urbanas e por possíveis danos que possam vir ocorrer à saúde e ao meio ambiente, conforme RES RDC nº 52/2009; retirar as embalagens dos produtos desinfetantes utilizados e descartá-los de acordo com a legislação vigente (Cláusula Décima Terceira do Contrato, Processo SEI 0000670-78.2014.4.03.8002)
Contrato 06.019.10.2014	Execução de serviços elétricos de energia comum e estabilizada, telecomunicações (dados e voz), cftv e serviços civis de parede de alvenaria e divisórias para o prédio locado para TR	Das obrigações gerais da contratada: Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental: a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na RES CONAMA nº 382/2006, e legislação correlata, de
Contrato 06.025.10.2014	Execução de pintura predial e calçada acessível na frente da edificação	

Identificação	Objeto	Cláusulas/critérios de Sustentabilidade Ambiental estipulados
		acordo com o poluente e o tipo de fonte; b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da ABNT, nos termos da RES CONAMA nº 01/1990, e legislação correlata; c) Nos termos do art. 4º, § 3º, da IN SLTI/MPOG nº 1/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes (Cláusula Quinta do Contrato 06.019.10.2014, Processo SEI 0001592-22.2014.4.03.8002 e Cláusula Quinta do Contrato 06.025.10.2014, Processo SEI 0001572-31.2014.4.03.8002)

ANEXO XL

QUADRO A.11.5 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG

TRF3R

DECLARAÇÃO

Eu, **LUIZ FERNANDO FERNANDES VIEIRA**, CPF nº140787.401-20, **Supervisor**, exercido na **Seção de Contratos** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

LUIZ FERNANDO FERNANDES VIEIRA

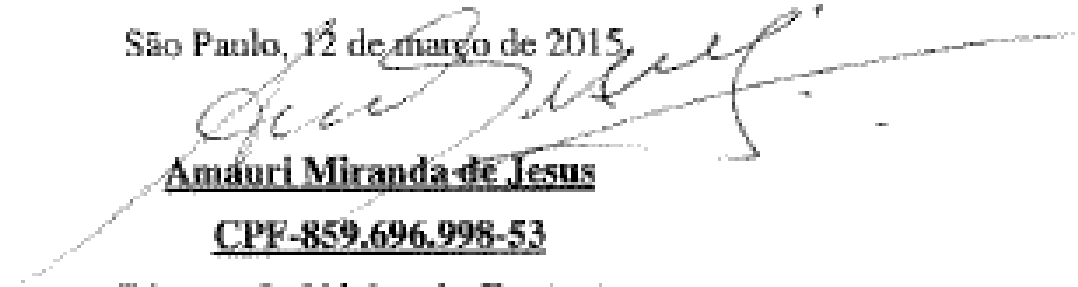
(140.787.401-20)

(Supervisor/Seção de Contratos)

DECLARAÇÃO

Eu, Amauri Miranda de Jesus, CPF nº859.696.998-53, Diretor do Núcleo de Contratos, exercido na Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Paulo, 12 de março de 2015.



Amauri Miranda de Jesus

CPF-859.696.998-53

Diretor do Núcleo de Contratos

JFMS

DECLARAÇÃO

Eu, **Osny Magalhães Pereira**, CPF nº**356.104.761-00**, **Assistente do Setor de Gestão de Contratos**, exercido na **Justiça Federal de Mato Grosso do Sul** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande, 13 de março de 2015.

Osny Magalhães Pereira

356.104.761-00

Assistente do Setor de Gestão de Contratos

Assinatura válida

OSNY MAGALHAES PEREIRA 1490

Assinado digitalmente em 13/03/2015 15:24:23

Regulamentado pela Medida Provisória 2200-2 - Art. 10º de 24/08/2001 da ICP-Brasil.

ANEXO XLI

13 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.5.2 – Contrato nº 01.012.10.2008

(Fonte: Núcleo Financeiro/JFSP)

CONTRATO (*)	EMPRESA CONTRATADA	OBJETO	VALOR CUSTEADO PELO CONTRATO Nº 01.012.10.2008 (EM R\$) / REGISTRO SIAFI	EXECUÇÃO FINANCEIRA ATÉ 10/10/2014/ REGISTROS SIAFI
04.546.10.12	Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, CNPJ nº 67.102.020/0001-44	Prestação de serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia, na elaboração de projetos básico, executivo e legais, para a construção da futura sede do Fórum Federal de São Carlos	370.000,00 (2013NL000670)	Saldo residual em 01/01/2014: R\$ 105.105,32 Pagamento de R\$ 99.030,42 (2014NL000828). Saldo residual de R\$ 6.074,90, baixado conforme 2014NL000890.
04.609.10.14	Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, CNPJ nº 67.102.020/0001-44	Prestação de serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia, na elaboração de projetos básico, executivo e legais, para a construção da futura sede do Fórum Federal de Marília	120.211,62 (2014NL000661)	Pagamentos de R\$ 47.141,19 e R\$ 69.145,34 (2014NL000826 e 2014NL000827). Saldo residual de R\$ 3.925,09, baixado conforme 2014NL00089
04.575.10.13 ARP nº 12.594.10.12	Pisotron Indústria e Comércio de Carpetes Ltda. - EPP, CNPJ nº 09.277.696/0001-72	Prestação de serviços de instalação de pisos com fornecimento de materiais - Fórum Federal de Ribeirão Preto	377.000,00 (2013NL000939)	Saldo residual em 01/01/2014: R\$ 200.573,36, baixado conforme 2014NL000940.
04.574.10.13 ARP nº 12.594.10.12	Pisotron Indústria e Comércio de Carpetes Ltda EPP, CNPJ nº 09.277.696/0001-72	Prestação de serviços de instalação de pisos com fornecimento de materiais – Fórum Federal de Araçatuba	135.000,00 (2013NL000944)	Saldo residual em 01/01/2014: R\$ 3.029,50, baixado conforme 2014NL000941.
06.027.10.11 e Termo Aditivo 06.027.13.13	CM Construção Civil e Planejamento Ltda, CNPJ nº 05.619.496/0001-08	Obras e serviços de reforma destinados à nova sede do Fórum Federal de Assis	3.814.998,77 (2013NL000118) 530.781,50 (2013NL000837)	Saldo residual em 01/01/2014: R\$ 527.206,12 Pagamento de R\$ 517.961,01 (2014NL000657). Saldo residual de R\$ 9.245,11, baixado conforme 2014NL000901.
ARP nº 12.590.10.12 e ARP nº 12.593.10.12 (Contrato nº 04.567.10.13)	Artesana Divisórias e Forros Ltda, CNPJ nº 55.010.060/0001-87	Fornecimento de materiais e serviços para instalação de sistema de forro modular no Administrativo Peixoto Gomide, Fórum Criminal e de Presidente Prudente e JEF de Piracicaba e fornecimento de materiais e serviços de	3.088.800,00 (2013NL000666, 667, 668, 669, 895, 909, 911 e 914)	Saldo residual em 01/01/2014: R\$ 2.078.055,43, baixado conforme 2014NL000934 a 938.

CONTRATO (*)	EMPRESA CONTRATADA	OBJETO	VALOR CUSTEADO PELO CONTRATO Nº 01.012.10.2008 (EM R\$) / REGISTRO SIAFI	EXECUÇÃO FINANCEIRA ATÉ 10/10/2014/ REGISTROS SIAFI
		colocação de pisos no Administrativo Peixoto Gomide		
ARP nº 12.633.10.13	DL Karam Comercial e Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda, CNPJ nº 07.411.672/0001-39	Fornecimento e instalação de persianas nos Fóruns de Piracicaba e Criminal-Previdenciário	65.000,00 (2013NL000927)	Saldo residual em 01/01/2014: R\$ 15.814,74, baixado conforme 2014NL000903.
ARP nº 12.641.10.13	ECCOPOWER Sistemas de Energia Importação, Exportação Ltda, CNPJ nº 10.399.398/0001-34	Aquisição e instalação de No-Break	350.573,36 (2013NL000938)	Saldo residual em 01/01/2014: R\$ 779,36, baixado conforme 2014NL000902.
ARP nº 12.592.10.12	R&L Indústria e Comércio de Artigos de Decorações Ltda, CNPJ nº 10.302.648/0001-76	Instalação, desinstalação, remoção e remanejamento de divisórias, portas e acessórios e instalação de vidros com fornecimento de material nos Fóruns de Presidente Prudente, Criminal-Previdenciário e Andradina, JEF de Registro e Avaré e Administrativo Peixoto Gomide	3.072.600,00 (2013NL000945)	Saldo residual em 01/01/2014: R\$ 2.894.031,44, baixado conforme 2014NL000918, 919, 925 a 928.
ARP nº 12.032.10.12	REMASTER Floor & Ceiling Solutions Ltda, CNPJ nº 14.159.484/0001-20	Fornecimento com instalação de solução de cabeamento estruturado no JEF de São Paulo	298.868,70 (2013NL000959)	Saldo residual em 01/01/2014: R\$ 50.962,33 Pagamento de R\$ 50.962,33 (2014NL000655 e 847).
ARP nº 12.604.10.12	STELL Comércio e Soluções em Telecomunicações Ltda ME, CNPJ nº 07.150.531/0001-00	Instalação de solução de cabeamento estruturado nos JEF de Registro, Avaré, Andradina e Franca; Fóruns de Piracicaba, Presidente Prudente e Criminal-Previdenciário, TR, Administrativo Peixoto Gomide, Franca e São João da Boa Vista	2.298.843,77 (2013NL000662, 967, 969, 973, 975, 989, 994, 1017 e 1018) 320.723,80 (2014NL000659)	Saldo residual em 01/01/2014: R\$ 678.318,36 e disponibilização de R\$ 320.723,80 em 23/4/2014 Pagamento de R\$ 337.808,80 (2014NL000658, 660, 854, 855 e 929). Saldo residual de R\$ 661.233,36, baixado conforme 2014NL000955 a 964.
ARP nº 12.708.10.13	Vetor Sistemas Construtivos Ltda, CNPJ nº 01.936.513/0001-71	Fornecimento de pisos e materiais para o Fórum Criminal e a sede Administrativa Peixoto Gomide em São Paulo	300.040,34 (2014NL000820)	Pagamento de R\$ 300.040,34 (2014NL000856).
ARP nº 12.712.10.13	Vetor Sistemas Construtivos Ltda, CNPJ nº 01.936.513/0001-71	Fornecimento com instalação de Forro no Fórum de Caraguatatuba	39.512,20 (2014NL000814)	Pagamento de R\$ 39.512,20 (2014NL000857).
ARP nº	LSKL Marcenaria Ltda EPP,	Fornecimento de fechaduras e dobradiças	9.120,00	Pagamento de R\$ 9.120,00

CONTRATO (*)	EMPRESA CONTRATADA	OBJETO	VALOR CUSTEADO PELO CONTRATO Nº 01.012.10.2008 (EM R\$) / REGISTRO SIAFI	EXECUÇÃO FINANCEIRA ATÉ 10/10/2014/ REGISTROS SIAFI
12.687.10.13	CNPJ nº 02.605.196/0001-73	para o Fórum Criminal em São Paulo	(2014NL000668)	(2014NL000657).
ARP nº 12.764.10.14	Lacerda Sistemas de Energia Ltda, CNPJ nº 02.605.196/0001-73	Fornecimento de No-Break para diversos fóruns	212.092,00 (2014NL000806 e 807)	Pagamento de R\$ 212.092,00 (2014NL000836 e 837)
04.588.10.14	Solução Projeto, Consultoria e Serviços Ltda, CNPJ nº 03.503.239/0001-72	Serviço de projeto de sistema de combate a incêndio para prédio administrativo Peixoto Gomide	38.871,21 (2014NL000813)	Pagamento de R\$ 38.871,21 (2014NL000853). Saldo residual de R\$ 9.245,11, baixado conforme 2014NL000901.
06.033.10.13	DUCTBUSTERS Engenharia Ltda, CNPJ nº 03.541.616/0001-68	Reforma instalações de climatização no Fórum de Execuções Fiscais	470.508,61 (2014NL000662)	Pagamento de R\$ 454.055,23 (2014NL000829). Saldo residual de R\$ 16.453,38, baixado conforme 2014NL000896.
04.587.10.14	GER Gerenciamento e Projeto Ltda, CNPJ nº 05.587.278/0001-20	Serviço de projeto de sistema de combate a incêndio para o Fórum de Santos	86.500,00 (2014NL000731)	Pagamento de R\$ 47.226,02 (2014NL000832). Saldo residual de R\$ 39.273,98, baixado conforme 2014NL000899.
04.589.10.14	Niccioli Engenharia Comércio de Condicionadores Ar Projetos e Instalações Ltda ME, CNPJ nº 05.594.962/0001-30	Modernização do sistema de ar condicionado do Fórum de Ribeirão Preto	98.204,00 (2014NL000665)	Pagamento de R\$ 98.000,00 (2014NL000842, 843 e 844). Saldo residual de R\$ 204,00, baixado conforme 2014NL000900.
ARP nº 12.744.10.14	Pisotron Indústria e Comércio de Carpetes Ltda EPP, CNPJ nº 09.277.696/0001-72	Fornecimento de pisos autoportante e materiais para troca de carpete nos Fóruns Pedro Lessa e JEF Botucatu	470.453,13 (2014NL000809 e 810)	Pagamento de R\$ 470.453,13 (2014NL000845 e 846).
ARP nº 12.736.10.13	Arcon Ar Condicionado Ltda ME, CNPJ nº 10.733.986/0001-62	Fornecimento de aparelhos de ar condicionado para diversos fóruns	188.482,00 (2014NL000787)	Pagamento de R\$ 150.754,12 (2014NL000824). Saldo residual de R\$ 37.727,88, baixado conforme 2014NL000904
ARP nº 12.765.10.14	Engetron Engenharia Eletrônica Indústria e Comércio Ltda, CNPJ nº 19.267.632/0001-44	Fornecimento de equipamento No-Break para diversos fóruns	267.000,00 (2014NL000789)	Pagamento de R\$ 43.747,00 (2014NL000831). Saldo residual de R\$ 223.253,00, baixado conforme 2014NL000905.
ARP nº 12.735.10.13	Global Ar Comércio de Refrigeração Ltda, CNPJ nº 66.110.404/0003-08	Fornecimento de aparelhos de ar condicionado para diversos fóruns	348.338,64 (2014NL000800, 911, 915 e 921)	Pagamento de R\$ 344.924,84 (2014NL000805, 834, 835, 924 e 931). Saldo residual de R\$ 3.413,80, baixado conforme 2014NL000939.
ARP nº 12.737.10.13	Clima Service Refrigeração Ltda - EPP, CNPJ nº	Fornecimento de aparelhos de ar condicionado para diversos fóruns	196.732,00 (2014NL000788)	Pagamento de R\$ 16.500,00 (2014NL000825).

CONTRATO (*)	EMPRESA CONTRATADA	OBJETO	VALOR CUSTEADO PELO CONTRATO Nº 01.012.10.2008 (EM R\$) / REGISTRO SIAFI	EXECUÇÃO FINANCEIRA ATÉ 10/10/2014/ REGISTROS SIAFI
	73.211.393/0001-56			Saldo residual de R\$ 180.232,00, baixado conforme 2014NL000916.

Nota: Registros disponibilizados no Portal da Transparência da JFSP, endereço eletrônico: <http://www.jfsp.jus.br/contratos>.

ANEXO XLII

13.6 – RECURSOS ORIUNDOS DA APLICAÇÃO DA PENA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA (ART. 4º DA RES CNJ Nº 154/2012 E RES CJF Nº 295/2014) (FONTE: CORE)

LEGENDA:
SM – salário(s) mínimo(s)

Destinação de Recursos – Penas de Prestação Pecuniária em 2014		
Origem	Destino/ Projeto Social	Valor (em R\$)
1ª Subseção Judiciária de São Paulo – Central de Penas e Medidas Alternativas – CEPEMA	Cáritas Diocesana do Campo Limpo	18.100,00
	Lar Sírio Pró-Infância	7.964,00
	NACEME	9.780,00
	Núcleo Coração Materno	12.724,00
	Casa Assistencial Amor e Esperança	622,00
	Comunidade Espírita Maria Clara	3.620,00
	ASSCI – Associação Solidária contra o Câncer Infantil	4.206,00
	Centro de Convivência Infantil Filhos de Oxum	9.234,00
	Centro Espírita Nosso Lar – Casas André Luiz	28.772,00
	Fundação Francisca Franco	33.300,00
	Instituto Meninos de São Judas Tadeu	4.344,00
	Casa de Assistência Filadélfia	13.164,00
	Programa Comunitário de Reconciliação	31.130,98
	Fundação Pastor Rubens Lopes	7.100,00
	Casa dos Velhos Irmã Alice	18.380,00
	Lar Dona Cotinha	2.896,00
	Associação Metodista de Ação Social – AMAS	8.688,00
	Associação Recanto da Vovó Assistência Social	5.874,20
	Arsenal da Esperança (Associação Assindes Sermig)	13.281,85
	Lions Clube de São Miguel Paulista	16.797,44
	Grupo Assistencial Luís Sérgio Miosótis	19.724,00
	Casa de Solidariedade da Região do Ipiranga	2.448,00
	Associação Beneficente Sonho de Criança	7.504,00
	Grupo Espírita Batuíra	2.172,00
	COR – Centro de Orientação à Família	7.964,00
	Abrigo dos Velhinhos Frederico Ozanam	2.804,00
	Lar dos Idosos Vivência Feliz	1.724,00

Destinação de Recursos – Penas de Prestação Pecuniária em 2014		
Origem	Destino/ Projeto Social	Valor (em R\$)
	Centro Comunitário e Creche Sinhazinha Meirelles	34.564,00
	Lar Redenção	4.864,00
	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC)	7.453,56
	Instituição Beneficente Nosso Lar	.,00
	Fundação Dorina Nowiil para Cegos	12.584,00
	Associação Israelita de Beneficência Beit Chabad	2.172,00
	Casa de Apoio Pastoral da Saúde Granja Vianna	14.480,00
	Patronato Professor Damásio de Jesus	50.680,00
	Oficina Profissionalizante Clube de Mães do Brasil	10.860,00
	Lar da Infância de Nice	5.550,56
	Assistência Vicentina de Vila Mascote	4.978,38
	Casas Taiguara	7.152,09
	Associação Comunitária Santos do Jardim das Oliveiras	8.688,00
	Associação SOS Carentes	2.724,00
	Instituto Sorrir Para Vida	4.344,00
	Projeto Casa do Pão	74.400,00
Total repassado		582.592,86
Saldo em Conta (07/01/2015)		250.220,75
3ª Subseção Judiciária SP (1ª Vara de São José dos Campos)	-	-
Saldo em Conta (29/01/2015)		11.440,17
6ª Subseção Judiciária SP (São José do Rio Preto)	-	-
Saldo em Conta (29/01/2015)		276.437,60
10ª Subseção Judiciária SP (Sorocaba)	-	-
Saldo em Conta (28/01/2015)		97.815,58
11ª Subseção Judiciária SP (Marília)	-	-
Saldo em Conta (30/01/2015)		4.814,38
12ª Subseção Judiciária SP (Presidente Prudente)	Conversão em Cestas Básicas	3.772,75
Saldo em Conta		Não informado
15ª Subseção Judiciária SP (São Carlos)	Amigos de São Judas Tadeu	724,00
	Associação Amigos da Paróquia de Santa Izabel – Creche da Divina Providência	2.400,00

Destinação de Recursos – Penas de Prestação Pecuniária em 2014		
Origem	Destino/ Projeto Social	Valor (em R\$)
	Centro Assistencial Santo Antônio de Vila Prado - CASA	788,00
	Centro de Aprendizagem e Técnicas Emílio Manzano	2.288,00
	Nosso Lar	724,00
	Núcleo Kardecista Paz, Amor e Fraternidade	50,00
	Obras Sociais da Associação Espírita Francisco Thiesen	1.200,00
	Salesianos São Carlos	4.149,97
	Sociedade Presbiteriana de Assistência Social / Abrigo de Idosos Dona Helena Dornfeld	1.200,00
Saldo em Conta		Não informado
16ª Subseção Judiciária SP (Assis)	Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Assis – 28 cestas básicas ou de medicamentos (no valor de R\$ 104,01)	
	ACRUTA – Associação Comunitária do Centro Rural de Tarumã – 28 cestas básicas (no valor de R\$ 50,00)	
	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmital/SP – 28 cestas básicas (no valor de R\$ 108,36)	
	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmital/SP – 35 cestas básicas (no valor de R\$ 122,52)	
	Associação Assistencial Maternidade e Infância São Domingos Sávio – 28 cestas básicas (no valor de R\$ 112,46)	
	Escola Estadual Professor Antônio de Benedictis – 28 cestas básicas (no valor de R\$ 112,46)	
Saldo em Conta (vários depósitos efetuados ao longo de 2014)		3.848,06
17ª Subseção Judiciária SP (Jaú)	-	-
Saldo em Conta (28/01/2015)		6.315,31
18ª Subseção Judiciária SP (Guaratinguetá)	CETAS – Centro de Triagem de Animais Silvestres – Pagamento do equivalente a cinco parcelas mensais sucessivas de R\$ 150,00 em ração para pássaros	
	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Prestação pecuniária no valor de 10 SM	
	Casa da Infância e da Juventude de Aparecida – Pagamento de prestação pecuniária no valor de 1 SM.	
	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Pagamento de prestação pecuniária no valor de 1 SM.	
	CETAS – Centro de Triagem de Animais Silvestres – Pagamento do equivalente a 1 SM em produtos.	
	Lar Nossa Senhora de Aparecida – Entrega de cestas básicas, pelo período de 10 no	

Destinação de Recursos – Penas de Prestação Pecuniária em 2014		
Origem	Destino/ Projeto Social	Valor (em R\$)
	valor de R\$ 200,00	
	Lar Monsenhor Filippo – Doação de 1 SM	
	CETAS – Centro de Triagem de Animais Silvestres – Pagamento de 1 SM em rações	
Saldo em Conta		Não informado
19ª Subseção Judiciária SP (Guarulhos)	-	-
Saldo em Conta (28/01/2015)		5.446,59
20ª Subseção Judiciária SP (Araraquara)	-	-
Saldo em Conta (29/01/2015)		935,56
22ª Subseção Judiciária SP (Tupã)	-	-
Saldo em Conta (diversos depósitos em contas diferentes)		5.053,06
26ª Subseção Judiciária SP (Santo André)	-	-
Saldo em Conta (30/01/2015)		3.224,65
36ª Subseção Judiciária SP (Catanduva)	Quatro prestações no valor de dois salários mínimos (2014 – R\$ 1.448,00) – Pagamento concluído em 2014. Não houve destinação.	
	Três prestações no valor de três salários mínimos (2013 – R\$ 2.034,00) – Pagamento concluído. Não houve destinação..	
	Seis prestações no valor de dois salários mínimos (2013 – R\$ 1.356,00) – Pagamento concluído em 03 prestações. Não houve destinação..	
	Doze prestações no valor de três salários mínimos (2014 – R\$ 2.172,00) – Pagamento concluído em 01 prestação. Não houve destinação..	
	Quatro prestações no valor de meio SM (2014 – R\$ 362,00) – Pagamento concluído em 2014. Não houve destinação.	
	Cáritas Diocesana de Catanduva – 10 prestações no valor de cinco SM (2014 – R\$ 3.620,00). Pagamento não concluído.	3.620,00
Saldo em Conta		Não informado
40ª Subseção Judiciária SP (Mauá)	Casa da Criança “Auta de Souza” de Mauá – Audiências Admonitórias: Total de R\$ 2.018,36, facultando o pagamento em três parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento até 30/11/2014. 1 SM – R\$ 724,00.	
	Associação Estrela Azul – Audiências Admonitórias: 1 SM – R\$ 724,00	
	Associação Mauaense de Assistência e Apoio aos Deficientes Visuais – Audiência	

Destinação de Recursos – Penas de Prestação Pecuniária em 2014		
Origem	Destino/ Projeto Social	Valor (em R\$)
	Admonitória: 2 SM – valor atualizado monetariamente até o recolhimento.	
Saldo em Conta		Não informado
43ª Subseção Judiciária SP (Limeira)	ALPA – Associação Limeirense de Proteção aos Animais – 4 SM a serem pagos em 08 parcelas e 01 Cesta Básica no valor de R\$ 250,00	
	Centro Espírita Luz e Caridade – Nosso Lar – 01 Cesta Básica no valor de R\$ 250,00.	
	UNIAP de Limeira – Cestas Básicas mensais pelo período de 03 anos, 10 meses e 20 dias.	
	Conta corrente do Depracante (Cascavel/PR – CEF – Ag. 3935 – op. 005, c/c 0018500-3) – 3 SM	
	Conta única do Juízo Federal de Toledo (CEF – Ag. 0726 – op. 005, c/c 1000-4) para futura destinação legal – 4 SM, sendo dois para cada indiciado .	
Saldo em Conta		Não informado
1ª Subseção Judiciária de Campo Grande – MS	Conselho da Comunidade Penitenciária de Campo Grande/MS – Aquisição de materiais de higiene pessoal para uso pelos internos da Penitenciária Federal de Campo Grande	9.525,70
Saldo em Conta (23/01/2015)		41.051,70
3ª Subseção Judiciária MS (Três Lagoas)	-	-
Saldo em Conta (28/01/2015)		661,25
6ª Subseção Judiciária MS (Naviraí)	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – R\$ 30,00 mensais pelo período de 02 anos – audiência de suspensão condicional realizada em 05/06/2013.	
	Projeto Maranathá – R\$ 150,00 mensais pelo período de 14 meses – decisão proferida em 09/12/2013.	
	Conselho da Comunidade de Naviraí – R\$ 150,00 mensais pelo período de 12 meses – decisão proferida em 10/06/2014.	
	Lar da Criança Amor e Fraternidade – R\$ 80,00 mensais pelo período de 12 meses – audiência de suspensão condicional realizada em 09/07/2014.	
Saldo em Conta		Não informado